

AS REPÚBLICAS DA REPÚBLICA
HISTÓRIA, CULTURA POLÍTICA E
REPUBLICANISMO

Maria Alice Dias de Albergaria Samara

Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea
Institucional e Política de Portugal

MAIO, 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal, realizada sob a orientação científica de Prof. Doutor António Reis

Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio.

À Leonor, sempre e por tudo.

AGRADECIMENTOS

Sem aqueles que me acompanharam nos últimos anos tinha sido muito difícil, para não dizer impossível, acabar esta tese.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu orientador, professor Doutor António Reis, pelos seus conselhos e comentários e pela sua generosa disponibilidade. Quero agradecer ainda ao Tiago Baptista, pela leitura atenta e crítica, bem como pela infinita paciência com que me acompanhou durante este período; à minha mãe pelo auxílio constante em todos os momentos da minha vida; à Raquel Henriques, à Júlia Leitão de Barros e à Rosa Alface pelo apoio, pela ajuda e pela amizade; ao Pedro Pinto, por nunca se esquecer de mim nas suas viagens aos alfarrabistas; ao Luís Farinha, pelos nossos diálogos republicanos; e à Ana Sofia Pinto, pela ajuda.

RESUMO

AS REPÚBLICAS DA REPÚBLICA HISTÓRIA, CULTURA POLÍTICA E REPUBLICANISMO

MARIA ALICE DIAS DE ALBERGARIA SAMARA

PALAVRAS-CHAVE: História de Portugal, Cultura Política, Republicanismo

Esta dissertação de doutoramento analisa a Primeira República enquanto construção política e na óptica da cultura política, articulando três momentos essenciais: a República imaginada antes do 5 de Outubro de 1910; a República no poder e a forma como foi gerida a diversidade política, nomeadamente a facção revolucionária; e por último a queda da República.

O fio condutor deste trabalho é a ideia de que o movimento republicano foi mais do que o Partido Republicano Português – ainda assim formado por diferentes sensibilidades – sendo uma galáxia de organizações e uma polifonia, um movimento a várias vozes. Esta característica particular de um campo e de uma conjuntura política é essencial para a compreensão do princípio e do fim da Primeira República, regime que tem um papel central no imaginário político do século XX português. Não se pretendeu apresentar o objecto de estudo de forma monolítica, mas tratar as várias ideias do que devia ser, do que era e do que foi a República para os diversos agentes.

Neste sentido, o trabalho começa por perceber como é que a República foi imaginada e em que contexto, como se articulava a galáxia republicana, dando atenção às convergências tecidas com outros movimentos. Assumindo que se vivia num período no qual as massas procuravam ter voz pública e política, analisámos as relações dos republicanos com o povo. O Partido Republicano Português foi analisado, de modo a surpreender a sua dinâmica interna, bem como a forma como as classes populares foram arregimentadas. Interessou-nos estudar as diferentes formas de sociabilidade, para demonstrar como a capacidade de pensar a política se difundia na sociedade. Fazer passar a mensagem era central para o movimento e, assim, estudámos as diferentes formas de propaganda republicana e a constituição da imagem dos seus inimigos. Depois do 5 de Outubro de 1910, interessou-nos perceber como é que se construíram os significados e como é que as bases do regime foram lançadas, defendendo que estas construções políticas nos permitem a compreensão da dinâmica do regime.

A conclusão equaciona a questão do velho e do novo no regime republicano, ou as diferentes formas de o entender, que motivaram as actuações políticas de diferentes agentes. Desconstruindo imagens simplistas da República criadas, sobretudo durante o Estado Novo, defendemos que o republicanismo, mau grado a ausência do sufrágio universal, deve ser entendido como uma etapa de um processo de democratização da sociedade portuguesa.

ABSTRACT

THE REPUBLICS OF THE REPUBLIC HISTORY, POLITICAL CULTURE AND REPUBLICANISM

MARIA ALICE DIAS DE ALBERGARIA SAMARA

KEYWORDS: History of Portugal, Political Culture, Republicanism

This dissertation analyses the Portuguese First Republic as a political construction and from the viewpoint of political culture, focusing on three essential moments: the imagined Republic before October 5th, 1910; the Republic in power and the way political divergences were handled, especially the revolutionary faction; and, finally, the fall of the Republic.

The central idea in this dissertation is that the republican movement was more than just the Portuguese Republican Party – itself also informed by different sensibilities – being more like a galaxy of organizations and a polyphony, a movement with several voices. This particular feature is essential to the understanding of the beginning and end of the First Republic, a regime that occupies a central position in the political imaginary of the Portuguese 20th century. The objective is not to present the study object monolithically, but rather to address the different ideas about what the Republic should have been, and eventually came to be.

Therefore, this dissertation starts by trying to understand how and in which context the Republic was imagined, and how this articulated itself to the republican galaxy, paying special attention to the convergences with other movements. Assuming this was a period in which the masses aimed for a public and political voice, we analyzed the relationship between the republicans and the people. The Portuguese Republican Party was analyzed in order to understand its internal dynamics, as well as how the popular classes were attracted. We were also interested in studying different social contexts to argue how the ability to think politics had permeated Portuguese society. To deliver the message was essential for the movement and, therefore, we studied the different strategies employed by republican propaganda, and also how it represented its enemies. After October 5th, 1910, we were interested in understanding how meaning and the foundations of the regime were built, arguing that these political constructions allow us to better grasp the regime's dynamics.

The final chapter considers the importance of the old and the new in the republican regime (or the different ways to understand both concepts), in the motivation of the political actions of different agents. Deconstructing the simplistic images that were created about the Republic – especially during the New State – we argue that in spite of the absence of universal suffrage, republicanism should be understood as a step in the democratization process of Portuguese society.

ÍNDICE DAS IMAGENS

Imagem 1: Giuseppe Pellizza da Volpedo, <i>Il Quarto Stato</i> (O Quarto Estado), 1901.....	5
Imagem 2: Monumento às vítimas do 31 de Janeiro	16
Imagem 3: Caricatura de Teófilo Braga, por Alfredo Cândido, 1906.	73
Imagem 4: Caricatura de Manuel de Arriaga, por Alfredo Cândido, 1906.	75
Imagem 5: Caricatura de António José de Almeida, por Alfredo Cândido, 1906.	75
Imagem 6: Caricatura de Bernardino Machado, por Alfredo Cândido, 1906.	78
Imagem 7: “Exposição de Pintura”, 1909.....	79
Imagem 8: Caricatura de Afonso Costa, por Alfredo Cândido, 1906.....	80
Imagem 9: Associação de Socorros Mútuos Rodrigues de Freitas.....	128
Imagem 10: “Quiosque dos libertários no Rossio”, 1911.....	146
Imagem 11: <i>Cartilha do Povo</i>	185
Imagem 12: <i>Cartilha do Zé Povinho</i>	189
Imagem 13: Comícios em Lisboa, Porto, Seixal, Sacavém e Barcarena, 1908.	198
Imagem 14: Comícios, 1908	200
Imagem 15: Comício em Lisboa contra o juízo de instrução criminal, 1910	203
Imagem 16: D. Carlos às costas do Zé Povinho, caricatura, 1898.....	220
Imagem 17: “Missão de Piedade. El-Rei no Hospital da Estrela. (...)”, 1908	224
Imagem 18: “Como se governa Portugal”, 1910	225
Imagem 19: Caricatura de D. Manuel II, por Alfredo Cândido.....	227
Imagem 20: <i>Abster-se de votar é crime de lesa-pátria</i>	257
Imagem 21: “A Câmara Municipal de Lisboa”, 1908.	264
Imagem 22: José Veloso Salgado, <i>O Sufrágio</i> , 1913.	266
Imagem 23: Crianças a bordo do vapor com destino à Trafaria, 1909.	270
Imagem 24: Crianças a banhos na Trafaria, 1909.	271
Imagem 25: Crianças na praia, 1909.	271
Imagem 26: Grupo revolucionário, 1910.....	277
Imagem 27: As urnas que encerram os corpos do doutor Miguel Bombarda e almirante Cândido dos Reis colocadas nos Paços do Concelho, 1910.	287

Imagem 28: Homenagem fúnebre ao Almirante Cândido dos Reis e a Miguel Bombarda nos Paços do Concelho, 1910.....	288
Imagem 29: Funeral do Almirante Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda, 1910.....	289
Imagem 30: Funeral do Almirante Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda, Loja Maçónica, 1910.....	289
Imagem 31: Funeral de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, 1910.....	290
Imagem 32: Funeral de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, Praça do Comércio, 1910.....	291
Imagem 33: A Rotunda à chegada do funeral de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, 1910.....	292
Imagem 34: Funeral de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, Rotunda, 1910.....	292
Imagem 35: Povo armado a guardar a bandeira republicana, 1910.....	298
Imagem 36: Revolucionários Civis, 1911.....	300
Imagem 37: Revolucionários Civis, 1911.....	300
Imagem 38: “Bando de populares dirigidos por militares e que se bateu pela Republica”, 1910.....	300
Imagem 39: O Banco de Portugal guardado pelas forças de marinha e pelo povo armado, 1910.....	302
Imagem 40: Eusébio Leão, à varanda dos Paços do Concelho, depois de proclamada a República, aconselha moderação nos ânimos populares, 1910.....	304
Imagem 41: “O mensurador das cadeias de Lisboa tomando as medidas a um dos padres da companhia de Jesus”, 1910.....	307
Imagem 42: “O primeiro exercício do batalhão de voluntários da Sé na parada do regimento de Infantaria 5”, 1910.....	311
Imagem 43: O "povo" republicano, 1911.....	311
Imagem 44: “Um trecho do Museu onde se vêem bandeiras portuguesa que serviram nas cerimónias republicanas com as coroas (...)”, 1911.....	335
Imagem 45: “Uma das poltronas do Paço das Necessidades atingida pelos bombardeamentos”, 1911...336	
Imagem 46: Sala da Marinha, 1911.....	337
Imagem 47: Sala do Exército, 1911.....	338
Imagem 48: Sala do Exército. “Algumas granadas da artilharia revolucionária”, 1911.....	339
Imagem 49: Capa da <i>Ilustração Portuguesa</i> com dois revolucionários a fazerem bombas, 1911.....	340
Imagem 50: Sala do Povo. Exposição de modelos de bombas, 1911.....	340
Imagem 51: Sala do Povo, 1911.....	341
Imagem 52: Sala do Povo, 1911.....	341
Imagem 53: Sala do Regicídio, 1911.....	342
Imagem 54: Sala do Regicídio, detalhe, 1911.....	342

Imagem 55: “Busto do ex-Conselheiro José Luciano de Castro, que foi levado da casa dos navegantes para a Rotunda pelos revolucionários”, 1911.....	343
Imagem 56: Sala João Chagas, 1911.....	344
Imagem 57: Sala João Chagas, 1911.....	345
Imagem 58: Sala João Chagas, 1911.....	345
Imagem 59: Membros do Governo Provisório visitando o acampamento da Rotunda, 1910.	348
Imagem 60: Ornamentações na entrada da Avenida das Cortes, 1911.....	351

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: A REPÚBLICA IMAGINADA.....	3
1.1. O país do movimento republicano	3
1.2. A ideia de <i>crise</i> e de <i>regeneração</i>	10
1.2.1. História e Memória	14
1.2.2. Comemorar o passado para ganhar o presente	19
CAPÍTULO 2: A GALÁXIA REPUBLICANA.....	27
2.1. Pensar a(s) república(s) e o republicanismo	27
2.2. A galáxia republicana	31
2.2.1. As mulheres.....	38
2.2.2. A questão social	42
2.2.3. Convergências	44
2.3. Os republicanos e o povo.....	50
2.4. Ser republicano num país monárquico.....	58
2.4.1. Percursos	63
2.5. Ser um político republicano: da voz à polifonia	67
2.5.1. Teófilo Braga	73
2.5.2. António José de Almeida	75
2.5.3. Bernardino Machado.....	77
2.5.4. Afonso Costa.....	80
2.5.5. Magalhães Lima	81
2.5.6. Nomes maiores do republicanismo	81
2.6. O Partido Republicano Português.....	83
2.6.1. Organização interna	87
2.6.2. O programa do Partido Republicano Português.....	93

2.7. A Carbonária, ou a arregimentação das classes populares	96
2.7.1. Rituais e símbolos	99
2.7.2. A relação com o Partido Republicano Português.....	103
2.8. O republicanismo popular, acção directa e a “propaganda pelo facto”	107
2.8.1. Os republicanos perante o regicídio	110
2.8.2. Os radicais	112
2.9. Os Congressos Republicanos.....	118
2.9.1. Os congressos de Setúbal e do Porto.....	120
CAPÍTULO 3: SOCIABILIDADE POLÍTICA	125
3.1. Os centros republicanos: lugares privilegiados de sociabilidade política.....	125
3.1.1. A escola no centro republicano	130
3.1.2. Os centros republicanos na “Grande Lisboa”	141
3.2. Espaços de sociabilidade política para além do centro republicano	143
3.2.1. A geografia política de Lisboa	145
3.2.2. Os jornais	148
3.2.3. Os cafés	150
3.2.4. Outros espaços	154
3.3. Os centros republicanos e a luta para além de Lisboa	157
3.4. A Carbonária para além de Lisboa.....	166
CAPÍTULO 4: FAZER PASSAR A MENSAGEM: A PROPAGANDA REPUBLICANA.....	169
4.1. O mundo da escrita	169
4.1.1. O jornal, o folheto e a folha avulsa	171
4.1.2. As editoras.....	178
4.1.3. Os publicistas e as cartilhas.....	182
4.1.4. Romances e folhetins	192
4.2. A luta pela palavra	195

4.2.1. Os comícios: a cidadela, a fortaleza e o castelo	196
4.3. A propaganda para lá da política: o lazer e o consumo	204
4.3.1. A filantropia e os grémios excursionistas	204
4.3.2. O teatro.....	207
4.3.3. A festa e a música	208
4.3.4. O consumo e o quotidiano na difusão da mensagem	212
CAPÍTULO 5: OS INIMIGOS DO REPUBLICANISMO: CONTRA O QUÊ E CONTRA QUEM SE LUTAVA.....	215
5.1. Os reis e a dinastia de Bragança	216
5.2. A monarquia como fonte da crise	218
5.2.1. D. Carlos I.....	219
5.2.2. D. Manuel II e D. Amélia.....	221
5.3. Os partidos e o político monárquico	228
5.4. Do lado monárquico.....	230
5.4.1. As <i>Bastilhas</i> do regime	233
5.4.2. A repressão monárquica	240
5.5. O jesuíta, a “seita negra” e a Igreja Católica: velhos inimigos.....	245
CAPÍTULO 6: FAZER A REPÚBLICA.....	253
6.1. As coligações	254
6.2. As eleições	256
6.3. As campanhas eleitorais.....	260
6.4. A Câmara Municipal de Lisboa	263
6.4.1. O Sufrágio	266
6.4.2. A administração de Lisboa.....	269
6.5. A via revolucionária.....	273
CAPÍTULO 7: A REPÚBLICA NO PODER: PARA A “FELICIDADE DA PÁTRIA”.....	277
7.1. O 5 de Outubro	277

7.2. A implantação da república para além de Lisboa	282
7.3. Construir significados	284
7.3.1. Funerais verdes e vermelhos	284
7.3.2. A luta pela construção da memória	294
7.4. Revolucionários civis e “beneméritos da Pátria”	297
7.4.1. A idealização do revolucionário	300
7.4.2. A rua republicana	305
7.4.3. Os revolucionários civis	308
7.4.4. A admissão dos revolucionários civis na administração estatal	312
7.5. As “sentinelas vigilantes da República”	322
7.6. Museu da Revolução e o manuelino revolucionário	332
CAPÍTULO 8: CONSTRUIR A REPÚBLICA	347
8.1. O Governo Provisório	347
8.2. A Assembleia Constituinte	350
8.2.1. A questão social	356
8.2.2. A constituição	358
8.3. A arquitectura constitucional	363
CAPÍTULO 9: O PRINCÍPIO E O FIM: ENSAIO DE CONCLUSÃO	368
9.1. Do <i>velho</i> e do <i>novo</i> no movimento republicano	368
9.2. O princípio e o fim	373
9.3. A crise	376
9.4. A depreciação da política e da Primeira República	378
9.5. Revolução e contra-revolução	380
9.6. A questão da democratização	385
FONTES E BIBLIOGRAFIA	392

INTRODUÇÃO

“History is the subject of a structure whose site is not homogenous, empty time, but time filled by the presence of the now.”

Walter Benjamin, *On the Concept of History*

A assumpção central que marca este trabalho é que qualquer análise, estudo ou dissertação é marcada pelo tempo e pelo lugar de onde é pensada e escrita. Assim, há um momento zero em que o problema é formulado. Esta construção é feita num contexto específico e significativo. Um problema definido de uma forma diferente do que classicamente se fez pode conduzir a um outro tipo de explicação, a outra forma de analisar os documentos disponíveis e, porventura, a diferentes conclusões.¹ O momento em que se concebe a formulação de um problema pode influenciar a maneira como se vêm a desenhar as próprias conclusões do mesmo estudo. Procurando, no campo do que designa por história política, estudar a Primeira República, o *Agora* que olha para o *Outrora* sentiu a necessidade de encontrar as diferentes imagens do que era a República e o movimento republicano, num contexto em que se começa a questionar algumas das premissas que eram tidas como certas e seguras acerca daqueles. Num momento de questionamento, apresenta-se uma tentativa de reflexão, um outro olhar.

Há, ainda, a preocupação de procurar um novo entendimento de como se pode levar a cabo a tarefa de realizar um trabalho dentro da designação genérica e fatalmente vaga de história política mas que não se cinja a um relato mais ou menos circunstanciado dos acontecimentos. Não se pretende perder de vista os acontecimentos. Mas não se lhes quer dar hegemonia dentro da economia do trabalho. Para este trabalho interessam as diferentes versões do que foram os principais acontecimentos do republicanismo. Para determinar a sua importância, recorreremos aos escritos coevos, procurando perceber como se pensava a história do movimento republicano.

Não sendo a narração dos acontecimentos políticos, a busca de inteligibilidade da conjuntura do republicanismo, enquanto movimento e enquanto poder, centra-se no processo, nos discursos e nas representações políticas. Assim sendo, o escopo deste trabalho é a procura de compreensão de modos de construção de diferentes discursos

¹ TILLY, Charles, “The Analysis of a Counter-Revolution”, *History and Theory*, vol. 3, n.º 1, 1963: 30-58.

sobre um objecto, reconhecendo que este dificilmente pode deixar de ser entendido como isso mesmo: uma construção.

Esta tese tem como fio condutor a ideia de que o movimento republicano foi mais do que o Partido Republicano Português – ainda assim formado por diferentes sensibilidades – sendo uma galáxia de organizações e uma polifonia, um movimento a várias vozes. E que esta característica particular de um campo e de uma conjuntura política é essencial para a compreensão do princípio e do fim da República.

Estudar o republicanismo tem uma imensa vantagem e é, de certa maneira, um imenso privilégio. Os republicanos foram, eles próprios, produtores do sentido da *sua* história e do *seu* tempo. Ou seja, estes homens e estas mulheres – ainda que em muito menor grau –, detentores das necessárias ferramentas críticas, deixaram-nos, por mão própria, a sua voz. Ao contrário de outros objectos de estudo, os republicanos constituíram-se em sujeitos e não ouvimos as suas vozes só através da mediação de outros. São eles próprios que nos interpelam a mais de um século de distância. Assim, os escritos republicanos, nas suas variadas formas, estão marcados pela presença do seu presente. Os republicanos quiseram construir o seu lugar na memória e na história. Neste sentido, a sua modernidade também se relaciona com a forma como olharam para a história e se transformaram em sujeitos de um processo mais vasto.

CAPÍTULO 1

A REPÚBLICA IMAGINADA

1.1. O país do movimento republicano

Para pensarmos o republicanismo torna-se essencial analisar o último quartel do século XIX, a conjuntura do seu nascimento oficial, traçando as coordenadas centrais deste período, privilegiando a questão social, a política e a de cultura política.

A face mais reconhecível – tornada mais visível pela história política – do republicanismo é o Partido Republicano Português (PRP), que nasceu em 1876, um ano depois do Partido Socialista (e, grosso modo, na mesma conjuntura do Partido Progressista).

Que país era este que assistiu à criação destes dois *partidos*? Portugal era ainda essencialmente rural, pouco desenvolvido, com altas percentagens de analfabetismo, sobretudo entre as mulheres e fora dos centros urbanos. O pano de fundo, pintado a traços largos, era o da crise económica dos anos 90 do século XIX, a par de uma onda crescente de reivindicações sociais. Em 1903 iniciou-se uma onda de greves – legalmente proibidas – que se manteve até à proclamação da República em 1910².

Na periferia da Europa, esta não era, contudo, uma sociedade imóvel e os ventos de mudança começavam, lentamente, a fazer-se sentir. Produtos do desenvolvimento económico do último quartel do século XIX, a industrialização, a urbanização e a terciarização, com as alterações sociais delas decorrentes, trouxeram para a arena política novos actores, do trabalhador industrial à pequena e média burguesia urbana.

Com novos actores na arena política, duas questões começaram a impor-se no espaço público de discussão, a saber, a questão política e a questão social. Antes de as analisar, urge pensar a questão da *res publica*. É exactamente o alargamento da consciência da necessidade de vários grupos e agentes discutirem as questões públicas que acarretou as principais transformações no campo da cultura política. Até aos inícios do século XIX em Portugal, a *coisa pública* ainda estava ligada a privilégios e a direitos adquiridos.

² Veja-se CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

Em 1822, as *desgraças* públicas começam a estar relacionadas com o desprezo dos direitos dos cidadãos. Associava-se a necessidade de garantir os direitos de cada um e o bem comum de todos os portugueses. A lei deveria ser igual para todos, ou seja, acabando com a multiplicidade de situações particulares.

A cidade política estava barricada, porque impedia o acesso da maioria dos indivíduos que se estavam a transformar em agentes políticos, sobretudo quando pensamos no início do século XX, já que “(...) entre 1878 e 1895, Portugal desfrutara de uma das mais democráticas leis eleitorais da Europa.”³ O regime constitucional monárquico, depois deste período de abertura, iniciou um movimento de restrição do seu corpo eleitoral. Em Agosto de 1901 foi publicado um decreto eleitoral que rapidamente ganhou o nome de *ignóbil porcaria*. “O país era dividido em grandes círculos plurinominais, com as cidades de Lisboa e Porto desenhadas de forma que os votos urbanos fossem anulados pelos rurais. Além disso, o decreto suprimia as comissões de recenseamento, relativamente independentes, por comissões de funcionários públicos. A reforma destinava-se, sem margem para dúvidas, a impedir uma aliança em Lisboa entre franquistas e republicanos.”⁴ No início do século XX, quem fazia as eleições ganhava-as. E os republicanos estavam de fora deste mecanismo que trancava o acesso ao parlamento de grupos e partidos indesejáveis. No entanto, e recorrendo ainda a Maria Filomena Mónica, esta situação deve ser analisada de acordo com a época vivida: “É verdade que, no Portugal oitocentista, ninguém imaginava serem os resultados eleitorais a determinar a sorte de um governo. É verdade que a urna não se destinava tanto a mudar o Executivo quanto a legitimar a escolha do rei.”⁵ O republicanismo contestava, exactamente, tanto a legitimidade do rei como peça fundamental do sistema (embora o monarca não decidisse sem o recurso a determinados políticos, sendo de referir a importância do Conselho de Estado), como o próprio sistema.

Em 1900, ao contrário de Portugal, a maior parte dos Estados europeus estabelecera o sufrágio universal (masculino) ou algo aproximado, apesar de continuarem a existir muitas dúvidas em torno da questão da concessão e do voto das massas. Ainda antes da implantação da República em 1910, podemos fazer referência ao caso da Suécia, da

³ MÓNICA, Maria Filomena, “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910”, *Análise Social*, vol. XXI (5º), n.º 139, 1996, pág. 1039.

⁴ *Ibidem*, pág. 1068.

⁵ *Ibidem*, pág. 1075.

Áustria (1907) e da Turquia (1908)⁶. O voto dos trabalhadores britânicos foi concedido através dos *Reform Acts* de 1867 e 1884.⁷

O caciquismo, um dos pilares do regime político, era uma forma – durante um período eficaz – de gerir os fluxos de poder e de favores, associando quem desejava ser eleito a um influente e aos votos que este arrebanhava. Mas os novos agentes e grupos sociais que queriam fazer política ou estavam fora desta cadeia de troca de favores, ou queriam instaurar uma nova forma de fazer política.



Imagem 1: Giuseppe Pellizza da Volpedo, *Il Quarto Stato* (O Quarto Estado), 1901, óleo s/tela, Milão, Galeria de Arte Moderna.

Giuseppe Pellizza da Volpedo pintou, na passagem do século XIX para o XX, um quadro intitulado *Il Quarto Stato* (O Quarto Estado). Em primeiro plano vemos dois homens e uma mulher com uma criança. Por detrás destas figuras vemos uma multidão quase infinita de trabalhadores. Mais do que uma cena, o quadro representa uma imagem da vida social e política da época, com o *povo* a avançar, inexorável, para a arena política. Podíamos, de igual modo, dizer que se trata da emergência das massas na vida política. A arte foi, de alguma forma, o sinal e o prenúncio do que foi este século XX, a era do povo, da multidão e das massas.

A entrada em cena do quarto estado, através do início da sua consciencialização, modificou as regras do jogo político. Os grupos sociais excluídos da ordem liberal oligárquica vigente começaram a lutar pelos seus direitos, a contestar o sistema e a pensar em alternativas que lhe chegavam do estrangeiro, nomeadamente da Europa, onde a produção teórica e crítica neste campo era significativa. Desde a primeira metade

⁶ THOMSON, David (ed.), *The New Cambridge Modern History*, vol. XII, *The Era of Violence*, Cambridge, Cambridge University Press, 1960.

⁷ ADELMAN, Paul, *The rise of the labour party. 1880-1945*, Londres e Nova Iorque, Longman, 1996, pág. x.

do século XIX que pensadores e filósofos se debruçavam sobre a questão social. Mas o olhar sobre as condições de vida e de trabalho do quarto estado começara a ser feito por aqueles que sentiam a pertença a essa mesma condição.

O anarquismo, o socialismo e o sindicalismo revolucionário proporcionavam as bases teóricas e o caminho prático para as alternativas à sociedade da *belle époque*. Esta revelava-se, para uma parte da população, como uma era de prosperidade e de segurança, mas, para outros, mais sombria. Esta época continha no seu seio os próprios sinais da crise.

A imprensa operária e as editoras abriam o caminho à divulgação deste ideário, a par do trabalho em reuniões, associações e comícios. Não que todos os trabalhadores conhecessem com profundidade as diferentes teorias; Eric Hobsbawm⁸ chamou já a atenção para esta situação. No entanto, ainda que em versão vulgata, as ideias novas começavam a circular e, tão importante quanto estas, a esperança de uma sociedade melhor. De entre aqueles munidos com as necessárias ferramentas críticas para pensar a política e a *coisa pública* estava uma *aristocracia operária* que partilhou, aliás, o campo do combate com os republicanos na luta contra a monarquia. Depois do 5 de Outubro de 1910, as relações tornaram-se mais complexas, não convergentes e conflituais.

Um dos efeitos da terciarização, com o aumento dos trabalhadores nos serviços e no comércio, foi a ascensão e a multiplicação dos trabalhadores de colarinho branco. Isto permitiu a diferenciação entre a classe média e os trabalhadores da indústria. Sociologicamente, foram dois grupos distintos tendo, por isso, expectativas relativamente diferentes, ainda que fazendo parte de um vasto caudal que queria tomar o seu lugar na cidade política novecentista. A classe comercial, os caixeiros de Lisboa, o mundo dos lojistas, tiveram uma importância significativa, já que eram considerados como um dos esteios do movimento republicano⁹. Do mesmo modo, os profissionais liberais (advogados, médicos) têm um peso importante na caracterização do republicanismo. Muitos deles defendiam a ideia do valor do mérito permitindo quer a mobilidade social ascendente, quer o direito a ter um papel activo na cidadania política. Existia uma última fronteira política que os republicanos só vagamente tentaram aflorar

⁸ HOBBSAWM, Eric, *Revolutionaries*, Londres, Abacus, 1999.

⁹ ALVES, Daniel, “Lisboa em 1908: um mundo de pequenas lojas.” In “*Lisboa e a República.*” *Actas do Colóquio Nacional*, Lisboa, CML-DMC, 2010.

que era o imenso mundo dos trabalhadores rurais. Para Fernando Rosas, esta foi, aliás, uma das grandes fraquezas do movimento republicano¹⁰.

São estas novas forças políticas e sociais, que se viam excluídas do acesso ao campo do poder num Estado liberal, elitista e oligárquico, que foram as protagonistas de uma luta entre o velho e o novo o mesmo é dizer entre a elite tradicional e as novas classes médias urbanas ao lado de trabalhadores, sobretudo os industriais. A indústria portuguesa, minoritária no panorama económico nacional, continha diferentes realidades, desde a pequena oficina, mais comum, até à grande unidade fabril, mais rara. De igual modo, e reflectindo a miríade de situações existentes, a classe operária era variada e heterogénea. De natureza diferenciada, esta indústria e os seus trabalhadores estavam geograficamente concentrados, sobretudo nas zonas da grande Lisboa¹¹ e no Porto. As condições de vida destes trabalhadores eram diversificadas, mas muitos encontravam condições de trabalho quase desumanas e habitavam bairros miseráveis, como os *pátios* alfacinhas e as *ilhas* do Porto.

A questão social estava na ordem do dia desde, pelo menos, os últimos anos do século XIX. Vários escritores, publicistas, jornalistas e políticos de diferentes quadrantes mostram-se sensíveis e reflectiram sobre estes problemas. A todos parecia claro que a questão social era de grande actualidade e que marcava a sua época.

João Grave deixou-nos uma lúgubre imagem da vida dos operários numa *ilha* portuense no romance *Os Famintos*, um dos exemplos de obras que pretendiam levantar os principais problemas da vida dos mais desfavorecidos, na senda do trabalho de E. Zola, numa linha “(...) segundo a qual o romance devia funcionar como um exercício de sociologia prática (...)”¹². Essa também foi uma preocupação de Raul Brandão que programara a publicação de uma obra intitulada *Os Operários*¹³. Podemos ainda fazer referência, no campo do romance naturalista, a Malheiro Dias, Teixeira de Queiroz ou Abel Botelho. “Entre 1899 e 1904, a literatura portuguesa é, aliás, prolífera na ficcionalização do miserabilismo operário nos meios urbanos, no quadro de uma

¹⁰ ROSAS, Fernando, *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.

¹¹ Bento Carqueja, utilizando o censo geral da população de 1900, apreciando o desenvolvimento da indústria nacional através de um dado indirecto – a população operária – escreveu que consagram a sua actividade à indústria 455.296 indivíduos, 59.124 dos quais em Lisboa. Veja-se CARQUEJA, Bento, *O capitalismo moderno e as suas origens em Portugal*, Porto, Livraria Chardron, 1908.

¹² VIÇOSO, Vítor, “A Literatura Portuguesa (1890-1910) e a Crise Finissecular.” In MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.

¹³ Veja-se BRANDÃO, Raul, *Os Operários*, fixação do texto, introdução e notas por Túlio Ramires Ferro, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984.

industrialização e do desenvolvimento das relações capitalistas no último quartel do século XIX, ou na hiperbolização de um catastrofismo social, cultural e simbólico.”¹⁴

Leão XIII publicou a Encíclica *Rerum Novarum*, em 1891, pedra de toque da doutrina social da igreja. Afonso Costa não deixaria de marcar a sua posição, escrevendo, em 1895, *A Igreja e a Questão Social*, obra na qual teceu críticas à análise da igreja católica sobre esta problemática.

Dentro do grupo dos deserdados da cidade política, a mulher, cerca de metade da população, não tinha nem o direito de voto, nem a possibilidade de participação política, para além de várias restrições cívicas impostas pelo Código Civil. Parte das mulheres, porque apenas o plural pode fazer justiça à miríade de situações e condições que podemos constatar, combateu para alterar a sua situação vista como de menoridade cívica, ao lado e com os republicanos.

Nesta sociedade que começava a mudar, o republicanismo desenhava um projecto de futuro que, paralelamente respondia às transformações do presente. Podemos encontrar a genealogia desta ideia: “Críticos da ideologia do regime e da sociedade burguesa implementada, o horizonte doutrinal da Geração Nova corporizou-se num leque de movimentos ideológico e culturais vasto – socialismo, republicanismo, positivismo cientismo, sociologismo, realismo e naturalismo – que no seu conjunto, independentemente dos enfoques particulares, denota uma aspiração e uma crença comum: a de promover uma compreensão objectiva e crítica da realidade e, através dela, influir e intervir, segundo cambiantes de acção diversas, na mudança qualitativa do mundo social corporizando a “ideia nova”. Em simultâneo, também elegeram um adversário comum: o liberalismo (político e económico) e a sua versão como Monarquia Constitucional.”¹⁵

O republicanismo, era uma das alternativas pensadas ao liberalismo de feição monárquica, defendendo a necessidade de reformar a sociedade, moralizar a administração, libertar a sociedade do peso da igreja católica e regenerar a Pátria, para a fazer trilhar o caminho que se desejava de ordem, progresso e de fomento. Paralelamente a este movimento, corriam outros caudais de contestação social e

¹⁴ VIÇOSO, Vítor, “A Literatura Portuguesa (1890-1910) e a Crise Finissecular.” In MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.

¹⁵ FERREIRA, Fátima Moura, “O Portugal dos «Acácios»: o Conselheiro do Constitucionalismo Monárquico”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 2007, pp. 202-203.

política, como o socialismo, com o qual o republicanismo partilhou a origem, e o anarquismo, com quem teve convergências parciais.

O republicanismo era uma reacção *moderna*, a nível intelectual e de cultura política, ao mal-estar de *fim-de-século*, a uma ideia persistente e arreigada no campo político de absoluta necessidade de corrigir a *res publica*. Os republicanos entendiam-se a si próprios e falavam de si próprios como os representantes do povo, conceito fluído e pouco definido, que estava excluído da arena política.

Este país, nas condições acima referidas, tem sido lido por uma parte da historiografia portuguesa, nomeadamente Manuel Villaverde Cabral, Fernando Medeiros e Fernando Rosas¹⁶, aliás, de acordo com uma tendência mais geral a nível internacional, como vivendo uma crise do sistema liberal. O conceito chave é o de “desadequação”, fruto de mudanças económicas e sociais. Esta leitura é em parte devedora das teorias da crise da modernização e da emergência da sociedade de massas, formuladas na primeira metade do século XX para analisar a ascensão do totalitarismo na Europa¹⁷.

Desde as leituras republicanas do seu próprio tempo e da sua própria história que esta conjuntura de final do século XIX, designadamente a crise política, económica e social de 1890/91 tem surgido como um marco, uma charneira entre dois tempos distintos.

Esta data, central para muitas periodizações e cronologias, é encarada de maneiras diferentes. É considerada por alguns historiadores como o princípio do fim da monarquia constitucional. Para outros, como o fim das estruturas económicas e sociais do Antigo Regime. Mesmo os que consideram que o fim do Antigo Regime se deve situar em meados do século XIX dão importância a este período da década de 90, considerado de crise. Segundo Sérgio Campos Matos: “Deste ponto de vista, significativo não será a mudança na forma do regime político em 1910, mas a crise que leva à substituição de um modelo de desenvolvimento económico por outro, com características diferenciadas, mais proteccionista.”¹⁸ 1890 é um marco fulcral no quadro analítico enformado pela ideia de crise do sistema liberal, introduzida por Villaverde

¹⁶ Veja-se CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979, MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978 e ainda ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 2, 1989.

¹⁷ PYE, Lucian W., “Political Culture Revisited”, *Political Psychology*, vol. 12, n.º 3, 1991: 487-508.

¹⁸ MATOS, Sérgio Campos, “A Crise Final de Oitocentos em Portugal: Uma Revisão.” In MATOS, Sérgio Campos, (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.

Cabral¹⁹. Assim, para muitos autores, o século XX português começa com a crise (ou as várias crises sincronicamente coincidentes) de finais do século XIX.

As questões de cronologia não são despiciendas, já que moldam a nossa forma de olhar para uma época. Definir um século não é, assim, tarefa fácil. É exactamente esta a questão que Alain Badiou pôs na sua obra *Le Siècle*. Este filósofo propôs-nos questionar a própria definição do que é um século e como é que podemos encontrar um sentido para pensar o século XX, apontando assim várias possibilidades, tal como o *século comunista*, o *século fascista* ou o *século liberal*.

Se a historiografia, pensando o final do século XIX e inícios do século XX, nos remete para a ideia de tempo de crise, não podemos deixar de encontrar, na mesma altura sinais de criatividade e de dinamismo:

“Le XXe siècle débute par un envoi exceptionnel. Considerons comme son prologue les deux grandes décennies entre 1890 e 1914. Dans tous les ordres de la pensée, ces années représentent une période d’invention exceptionnelle, une période de créativité polymorphe qu’on ne peut comparer qu’à la renaissance florentine ou au siècle de Périclès.”²⁰

1.2. A ideia de crise e de regeneração

O final do século XIX, inícios do século XX, era percepcionado, por muitos dos homens e mulheres que viveram nesta conjuntura, como um tempo de crise para o qual era imperioso uma regeneração, uma renovação e mesmo uma revolução²¹. A ideia de crise foi um dos mais importantes conceitos de análise e de interpretação coevos do Portugal oitocentista e mesmo do novecentista, já para não procurar sinais desta descrença existencial em períodos anteriores. Para alguns autores, nomeadamente Joel Serrão²², o sentimento decadentista precede cronologicamente o século XIX, podendo entrever-se em épocas anteriores.

¹⁹ CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

²⁰ BADIOU, Alain, *Le Siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 2005.

²¹ CATROGA, Fernando, “Os intelectuais portugueses entre a decadência e a regeneração (séculos XIX e XX).” In CATROGA, Fernando (coordenação científica), *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal. VIII Curso Livro de História Contemporânea, Lisboa, 21 a 26 de Novembro de 2005*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea, 2008.

²² SERRÃO, Joel, *Temas de Cultura Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983, pág. 13.

Independentemente de ser ou não uma constante no pensamento português (posto desta forma parece antropológico e assume um carácter quase essencialista), é importante registar que este sentimento de crise era partilhado por uma significativa parte da opinião política, pelo mundo da literatura, por escritores e pensadores e, no geral, por muitos dos súbditos anónimos. Estes últimos, mais difíceis de encontrar e de caracterização, manifestaram-se em momentos de grande crispação e de comoção patriótica como o *Ultimatum* de 1890.

Assim, esta ideia de crise não foi exclusiva do campo republicano. Pelo contrário, foi partilhada por um vasto espectro de intelectuais de diferentes campos, deixando a sua marca na cultura e na cultura política da época.

Uma obra emblemática deste sentimento é, sem dúvida, o *Finis Patriae* de Guerra Junqueiro, de referência obrigatória e citação garantida em vários trabalhos historiográficos, ao ponto de se tornar quase uma expressão vista como auto-explicativa. O jornalista Mayer Garção escreveu um prefácio a esta obra intitulado “Junqueiro Republicano”, defendendo a militância republicana do consagrado poeta. Mais do que isso, considerou que “O *Finis Patriae*, a *Pátria*, são inteiramente inspirados pelo anseio da salvação nacional, somente considerada possível pela implantação da República”²³.

Esta obra foi dedicada à mocidade das escolas, numa tentativa de, diagnosticando os males do seu presente, exortar os novos a uma tomada de posição. Na escuridão, sombras falavam: as choupanas de camponeses, as pocilgas de operários, os casebres de pescadores, os hospitais, as escolas em ruínas, as cadeias, os condenados, as fortalezas desmanteladas, os monumentos arrasados, as estátuas de heróis e uma voz na treva. Retrato sombrio e desolador de uma ideia de crise profunda – “Agonizando a *Pátria* está” –, que não deixa de estar associada à monarquia. O poema *O Caçador Simão* pode ser lido como um “(...) apelo militante à destruição simbólica da monarquia (...)”²⁴. Mas se estas obras de Junqueiro são emblemáticas destes sinais de crise também a *Pátria* poderia ser convocada para caracterizar o ambiente de pessimismo nacional. “Um dos documentos mais interessantes dos anos noventa é o panfletário, virulento e

²³ JUNQUEIRO, Guerra, “À mocidade das escolas. *Finis Patriae*” (8 de Dezembro de 1890). In JUNQUEIRO, Guerra, *Horas de Luta*, Porto, Lello & Irmão, 1965 (1920).

²⁴ VIÇOSO, Vítor, “A Literatura Portuguesa (1890-1910) e a Crise Finissecular.” In MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.

desencantado poema de Guerra Junqueiro intitulado *Pátria* (1896), cuja primeira edição esgotou em cinco dias e teve um enorme impacto.”²⁵

No entanto, e apesar do quadro pintado a negro, é importante retomarmos aqui a ideia de Badiou²⁶ de que este prólogo do século XX também foi um tempo de invenção e criatividade. Assim sendo, a outra face da ideia de crise era a de regeneração. Não para todos, é certo. Muitos sentiram o peso do pessimismo, acabando por sucumbir. A expressão mais emblemática deste pode ser o “Isto dá vontade de morrer!”, de Alexandre Herculano.

Teófilo Braga, por seu lado, analisou um duplo movimento: “Dá-se na sociedade portuguesa um movimento orgânico de decomposição espontânea e de recomposição simultânea.”²⁷ Mesmo com o peso desta ideia de morte, existia a ideia de vida, que alimentou a imaginação e as expectativas de muitos políticos, combatentes, num movimento transversal na sociedade, desde a elite intelectual republicana até aos elementos populares. Na linha deste raciocínio, não estava tudo definitivamente perdido. Para os republicanos ainda havia uma hipótese para o povo português, para a sociedade e para o país. Para que a vida triunfasse, algo tinha de morrer. Ou seja, era necessário, para viver, uma profunda transformação. A decomposição era da responsabilidade da monarquia e a recomposição devia-se ao facto de se estarem a difundir as ideias de democracia, através de uma propaganda serena porque com base em convicções científicas, “(...) que hão-de realizar-se porque estão na ordem das coisas.”²⁸ Eis um exemplo do redentorismo republicano, do optimismo de base cientista.

Os republicanos não eram e não se sentiam vencidos pela vida. No discurso catastrofista e pessimista, souberam diagnosticar a *doença* e propor a *cura*. Ou seja, com base na ideia e no sentimento comumente partilhado, construíram uma interpretação para esta conjuntura, hegemonizando, paulatinamente, a possibilidade de oferecer soluções para a resolução do – a seu ver – mais grave e persistente problema que a nacionalidade atravessava, erigindo-se, assim, nos únicos agentes que podiam fazer mais do que constatar a situação. Afonso Costa comparou o PRP a um médico com o remédio para

²⁵ JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pág. 62.

²⁶ BADIOU, Alain, *Le Siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 2005.

²⁷ BRAGA, Teófilo, *Dissolução do Sistema Monárquico Constitucional*, col. Biblioteca Republicana Democrática, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1881, pág. 11.

²⁸ *Ibidem*, pág. 14.

salvar a Pátria²⁹. O mesmo é dizer que a construção de uma interpretação, a *sua interpretação*, lhes permitiu a hegemonia do campo de cultura política. Os republicanos assumiam o papel de *intelectuais*, na linha de uma tradição iluminista. Eram aqueles que sabiam ler e interpretar a história; e esta capacidade acarretava um engajamento com a realidade ou uma dialéctica entre a teoria e a crítica e a prática. Quem sabia ler o seu tempo era capaz de propor as soluções. Para os intelectuais republicanos, como adiante se verá com maior pormenor, existia uma ligação privilegiada entre eles e uma opinião pública em processo de constituição e alargamento.

A inteligência, o conhecimento e a ciência eram socialmente reconhecidas como válidas e credíveis, logo este discurso constituiu-se como uma chave interpretativa da realidade e um imperativo para a acção.

O movimento republicano apresentou uma leitura política, ideológica e filosófica dos acontecimentos e do devir político, não respondendo apenas a problemas decorrentes da gestão de assuntos correntes. Os republicanos utilizaram as questões conjunturais é certo; mas a sua crítica era mais profunda e, nesse sentido, constituíram-se como uma verdadeira alternativa política.

Para os republicanos, a permanente insatisfação, a crise, a decadência serviram como *leitmotiv* do discurso político e da construção da narrativa que, a seu tempo, serviria de justificação para a tomada do poder. Do mesmo modo como nas óperas wagnerianas há um tema que se repete quando surge um personagem, os republicanos conseguiram associar, depois de um enorme esforço de propaganda (adiante tratado), o tema da decadência pátria à monarquia. Capitalizaram um sentimento difuso, deram uma explicação plausível, com base no que, à altura, era *científico*, para isso utilizando o positivismo, para dar um exemplo dos mais significativos, identificaram a causa e descobriram a solução. A crise, para os republicanos, foi, assim, um expediente produtivo. Há uma luta levada a cabo pelos republicanos para impor a uma visão do mundo social e político e a maneira de o corrigir/reconstruir.

O republicanismo lutou pela afirmação de uma verdade, de uma interpretação pública da realidade³⁰. Assim que esta dupla associação ficou concluída (por um lado, o binómio decadência/monarquia e, por outro, regeneração/república), tornou-se mais fácil fazer passar a mensagem de forma simplificada. Através da imagem, nomeadamente pela ilustração ou pela caricatura – essa grande arma do início do século

²⁹ *O Mundo*, n.º 3272, 10 de Dezembro de 1909.

³⁰ BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

XX –, os republicanos souberam veicular uma oposição fundamental para a estruturação da sua narrativa sobre o final do século XIX, inícios do século XX: de um lado um Portugal velho, cansado, alquebrado e doente, um Portugal de barbas brancas, aleijado e trôpego, quase cego, quase um mendigo; do outro, um jovem moço pujante, forte, saudável, e fronte erguida e nobre, pronto para um recomeço. Sem surpresa, os republicanos eram os *novos*; não no sentido de idade, mas os homens de um mundo novo, associando o que de esperança pode estar associado a juventude. Podemos ainda fazer referência à tradicional oposição entre a mulher velha, a monarquia, e nova, a república. A república surgia como uma mulher saudável, bonita e forte, evocando a *Liberdade guiando o povo*, de Delacroix.

Esta associação entre crise e monarquia e a facilidade com que esta imagem foi propagandeada e até certo ponto aceite não deve, contudo, confundir-se com o monolitismo de opinião. Os republicanos conseguiram ser a voz preponderante, mas não exclusiva. Se o diagnóstico era comum a várias tendências e campos culturais e políticos, a cura, essa, oferecia mais dúvidas. No entanto, até depois da implantação da República não existiu um pensamento político tão dinâmico e capaz de mobilizar os agentes políticos. O campo republicano era minoritário, sem dúvida; mas estava motivado e confiante. Na limitada arena política foram os mais combativos, os que trabalhavam com um sentido de missão. Os republicanos foram o grupo político que conseguiu estruturar, com sucesso, uma narrativa consistente e explicativa da ideia de crise e de como a resolver.

1.2.1. História e Memória

A República era mais do que a substituição da Monarquia. Era mais do que a alteração de regime. A República trazia consigo uma visão do mundo muito própria.

O movimento republicano pensava o presente com recurso ao passado e à imaginação do que poderia ser o porvir. Os republicanos tinham uma relação muito particular com a história e com o futuro. Aliás, várias das utopias, dos sonhos e pesadelos do século XX partilhavam esta característica: crítica do presente, uma leitura própria do passado – fosse um passado *real* ou *mítico* – e uma ideia do futuro. Se esta é uma característica base, a forma de fazer a análise distingue, de forma clara, diferentes movimentos e correntes políticas. A ideia do futuro, de um futuro melhor, para o povo e não apenas

para alguns, era a pedra de toque de esperança que os republicanos souberam capitalizar.

Os republicanos tinham uma forma particular de olhar tanto para a história de Portugal como para a sua própria história. Faziam a sua leitura *política* dos acontecimentos e das conjunturas pretéritas.

A história do republicanismo queria-se dentro da história de Portugal, num diálogo dinâmico entre elas, de modo a que a primeira encontrasse o seu sentido na segunda.

A história do republicanismo é feita, nesta primeira fase, por autores que são eles próprios republicanos. Ou seja, o movimento construiu e reconstruiu a sua própria existência e identidade, comemorando e historiando os acontecimentos considerados fundamentais. Parte, aliás, das fontes à disposição do trabalho do historiador provém deste imenso manancial de memórias, folhetos e jornais, para citar apenas alguns exemplos. Neste sentido, como o republicanismo teve a sensibilidade – e a inteligência – de fazer a *sua* história e a história do *seu* tempo, a hermenêutica permite-nos conhecer mais do que a descrição dos factos feita pelos republicanos.

O primeiro acontecimento trazido para a história pelos republicanos e transformado em evento político foi o 31 de Janeiro, a revolta republicana de 1891, que teve a sua causa próxima na conjuntura de 1890. Para Basílio Teles, o *Ultimatum* foi o epílogo e o prólogo da história portuguesa³¹. Na mesma linha, João Chagas explicou parte da história portuguesa recente começando com os acontecimentos de 1890³². Esta ideia, aliás, ganhou força e peso simbólico marcando, ainda hoje, a historiografia sobre o período. Foi desta conjuntura de contestação que nasceu o 31 de Janeiro de 1891, pouco mais tarde considerado o primeiro acto da grande epopeia do movimento rumo à Revolução de 5 de Outubro de 1910.

O marco essencial na história do movimento republicano antes da implantação da república foi uma derrota. Mas esta teve a enorme força aglutinadora de ser uma promessa: “Os vencidos da emboscada de ontem sairão amanhã vencedores”³³. Ou como escreveu José do Vale: “A revolta derrotada era, em rigor, a Revolução triunfante, porquanto não há nada para criar prosélitos a uma ideia como a galeria dos seus

³¹ Citado em “A Literatura Portuguesa (1890-1910) e a Crise Finissecular.” In MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.

³² CHAGAS, João, “Carta à imprensa estrangeira a propósito do 1.º aniversário do regicídio.” In CHAGAS, João, *Cartas Políticas*, Lisboa, edição do autor, 1908 e 1910.

³³ *Noventa e Um, Publicação Comemorativa*, 1894 (número único).

mártires.”³⁴ Foi, portanto, uma derrota produtiva. Para *O Mundo*, o 31 de Janeiro foi uma “(...) revolução que ainda não acabou.”³⁵ Servia para lembrar à *Democracia* que o sangue vertido no Porto estava à espera que se faça frutificar a obra dos que o verteram. Os republicanos, utilizando todos os canais de comunicação ao seu dispor, voltavam a esta questão, ano após ano. Não se comemorava uma derrota, mas louvavam-se aqueles que tiveram a coragem de içar a bandeira republicana. Era um dia triste na medida em que lembravam os companheiros de luta, o martírio de uns e o longo exílio de outros. Mas desta tristeza não estava ausente a ideia da superioridade moral das razões que levaram aqueles homens a lançarem-se no movimento e a esperança de que chegasse a hora de concretizar o sonho lançado no 31 de Janeiro.



Imagem 2: Monumento às vítimas do 31 de Janeiro, *Ilustração Portuguesa*, n.º 247, 14 de Novembro de 1910.

Dentro deste espírito (que remete para o positivismo de Comte) se fizeram as romagens ao cemitério Prado do Repouso, no Porto, num movimento típico de homenagem aos que caíram, aos mártires, aos *vencidos*. Os jornais republicanos não deixavam de comemorar a efeméride. Muitas vezes, reuniam um grande banquete para rememorar os homens do 31 de Janeiro. Os diferentes centros republicanos tinham as suas próprias comemorações deste evento. As comemorações de 1910, por exemplo, associaram os centros Alferes Malheiro, João Chagas, Centro Republicano das Mercês, o Grémio Republicano Federal e o Centro Republicano de Santa Isabel.

³⁴ *Arquivo Republicano*, n.º 3, Março de 1910.

³⁵ *O Mundo*, n.º 3322, 30 de Janeiro de 1910.

O 31 de Janeiro servia duas das mais fortes tendências dentro do partido republicano, a legalista e a revolucionária. Por maioria de razão, a revolucionária considerava que esta primeira e precoce demonstração de força era um prenúncio de uma vitória futura. No entanto, há que fazer uma advertência: os revolucionários que fizeram o 5 de Outubro não eram do mesmo tipo dos do 31 de Janeiro. A maneira de fazer a revolução podia ter pontos de contacto, mas não era a mesma. Nem os homens eram iguais. Apenas João Chagas fazia a ponte entre estes dois momentos revolucionários.

Para a linha mais eleitoralista e legalista esta primeira tentativa de implantação da República em 1891 era a imagem de como a nação falara através daqueles homens contra a monarquia. Mas, perdida aquela oportunidade, outras deviam ser as vias de combate.

Há uma outra importante constatação a fazer: o 31 de Janeiro foi o único momento da gesta republicana que teve lugar no Porto, a cidade da revolução liberal de 1820. De importância estratégica para a história, o Porto não seria mais um local revolucionário por excelência, passando Lisboa a ter essa prerrogativa e primazia.

Segundo Fernando de Sousa, há uma outra diferença substantiva já que no Porto, a 31 de Janeiro, se procurou instaurar uma república de pendor socializante, que fosse, mais do que liberal, uma república social e federalista.³⁶

Nos primeiros anos do século XX, imediatamente antes do 5 de Outubro de 1910, a figura de Manuel Maria Coelho, herói do 31 de Janeiro de 1891, começou a ser mais falada, lembrada e utilizada. Saíra de uma espécie de limbo ou de reserva republicana, agora que uma facção do movimento lutava para impor a via revolucionária e um dos caminhos passava por lembrar a “gloriosa” data. Mas, excepção feita a João Chagas, os participantes no 31 de Janeiro não faziam parte dos nomes mais influentes do partido ou do movimento republicano. Este movimento contara com a participação de sargentos, que teriam também o seu papel no 5 de Outubro de 1910. Aliás, toda a comemoração do 31 de Janeiro obliterava as profundas divergências entre o directório do PRP e os revolucionários na preparação e na condução do movimento. Fernando de Sousa explicou-nos a divisão do republicanismo em torno do 31 de Janeiro, analisando tanto as origens do partido republicano no Porto, como as divergências entre a ala mais revolucionária e outros mais evolucionistas, tendo como figura de proa Rodrigues de

³⁶ SOUSA, Fernando de, “A Revolta de 31 de Janeiro de 1891.” In RAMOS, Luís A. de Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins e POLÓNIA, Amélia (coord.), *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pág. 451.

Freitas³⁷. É ainda o mesmo autor que afirmou que esta foi uma “(...) revolta republicana, mas não do Partido Republicano Português.”³⁸

Depois de implantada a República em 1910, no mês de Janeiro subsequente, os republicanos não deixaram passar em branco esta data fazendo dela a segunda festa oficial do regime. O cortejo cívico que estava planeado não se realizou devido ao temporal e à chuva, mas as restantes homenagens não deixaram de se realizar, com a organização de um gigantesco banquete no Palácio de Cristal. O ministro da Justiça, Afonso Costa, foi uma das figuras gradas do republicanismo que se deslocou a estas comemorações.

O 31 de Janeiro não foi a única tentativa revolucionária do campo republicano. Para a história vale a pena registar as diferenças entre a primeira e a segunda tentativa revolucionária que teve lugar pouco antes do regicídio. Como movimento, o 28 de Janeiro de 1908, foi uma tentativa mal sucedida. A organização revolucionária estava a ser controlada pela polícia, que tinha, alegadamente, um infiltrado no seu seio. Antes de efectivamente sair à rua, já um dos principais cabecilhas, João Chagas, fora preso. Depois dele, Luz de Almeida e António José de Almeida, recebiam voz de prisão.

No entanto, o insucesso do 28 de Janeiro não se ficou a dever unicamente às prisões dos chefes. Os grupos civis não cumpriram integralmente o que estava desenhado, ou seja, não ocuparam os seus postos nem levaram a cabo as missões que lhes foram confiadas. Não foi exactamente culpa dos populares. Com os principais chefes conspiradores encarcerados, Afonso Costa e Marinha de Campos tentaram segurar a conspiração. Mas não foi possível coordenar todos os envolvidos. Muitos não foram avisados e missões importantes foram postas de lado. Tal é a leitura de Luz de Almeida³⁹, que não quis deixar os seus créditos de conspirador e organizador em mãos alheias. No entanto, o resultado final da intentona, demonstrou que não estava destituído de razão.

A conspiração estava em marcha, apesar dos evidentes contratemplos. Como se imaginava a revolta? Tudo teria início com a prisão de João Franco. Os militares, sobretudo sargentos, envolvidos tinham como missão entregar as armas aos civis. Os carbonários deveriam ainda revoltar as unidades militares. Tudo estava a postos. Faltou o sinal. Afonso Costa e Ribeira Brava foram presos e o movimento não saiu.

³⁷ *Ibidem*, pág. 444.

³⁸ *Ibidem*, pág. 444.

³⁹ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 235.

Acrescenta Luz de Almeida: “E assim ficou prejudicado um movimento, cujo triunfo teria evitado o epílogo sangrento que enlutou duas famílias – a dos Braganças e a do Povo Republicano.”⁴⁰ Esta data, o 28 de Janeiro de 1908, nunca teve a importância atribuída ao 31 de Janeiro de 1891. Em primeiro lugar, foi uma intentona híbrida feita por republicanos e pelos monárquicos dissidentes de José de Alpoim (os republicanos tiveram, aliás, de explicar que nunca tinham abdicado dos seus princípios). Resultou de uma união entre sensibilidades políticas que partilhavam pontos de contacto, é certo, mas que tinham objectivos diferentes.

Por outro lado, os notáveis do partido muito embora se tivessem empenhado no movimento, tendo aliás sido presos, não se preocuparam com a memória e a comemoração da intentona *de per se*, que a muitos olhares parecia ser o antecedente do regicídio. Foi depois do 28 de Janeiro de 1908 que o Ministro da Justiça levou ao rei a Vila Viçosa o decreto considerado a possibilidade da morte civil dos líderes republicanos. A repressão da revolta está associada ao regicídio, como aliás, a afirmação de Luz de Almeida acima citada indicava.

O 28 de Janeiro transformou-se num património importante para a facção popular e mais activista do republicanismo. Não pertencia à cúpula do partido mas às suas bases. Boa parte dos revolucionários do 5 de Outubro de 1910 referiu a sua participação no 28 de Janeiro, verdadeira escola revolucionária para muitos destes homens.

Antes do 5 de Outubro de 1910, temos dois momentos revolucionários. Para a história do republicanismo e para a sua divulgação a sua interpretação política foi simplificada e em certa medida adoçada. Da sua memória foi retirado o conflito *inter pares* entre republicanos, foram suprimidas as hesitações, as dúvidas. O que é comum nos dois movimentos é mais notório no 28 de Janeiro de 1908, tintado pelo sangue derramado no regicídio e matéria mais quente para os altos dirigentes do partido. O 31 de Janeiro, limpo de conflitos e sem a violência que se seguiu ao 28 de Janeiro, foi o momento sacrificial, a derrota perfeita para dar mais força para os novos combates.

1.2.2. Comemorar o passado para ganhar o presente

Para além de pensarem a *sua* história, os republicanos queriam, como atrás foi dito, encontrar um lugar *na* história. Os republicanos recorreram à história de Portugal e aos

⁴⁰ *Ibidem*, pág. 237.

seus heróis, bem como à utilização de figuras históricas e/ou mitológicas da história universal. Contudo, estas figuras tinham de ter, obviamente, a plasticidade suficiente para servirem os objectivos do discurso político republicano.

Os republicanos, na sua leitura do passado, não desdenhavam um fio de ligação com o liberalismo. Os republicanos respeitavam o espírito da revolução liberal. Respeitam parte significativa das suas medidas e mesmo até alguns dos políticos e legisladores. Mas, apesar de terem respeito pelas ideias liberais, consideram que alguns dos homens que fundaram o regime representativo – necessariamente interessante para o republicanismo – acabaram por o trair. Ou dito de outra forma, o regime teve alguns méritos, mas era entendido como pretérito. Ainda para mais, as nobres intenções de alguns dos combatentes de inícios de oitocentos foram desvirtuadas pela prática política. A ideia tinha o seu quê de generoso mas o regime acabara por se abastardar. Veja-se por exemplo o decreto de 8 de Outubro de 1910, de extinção das congregações religiosas, a mais importante medida anti-congreganistas do Governo Provisório, sendo decretada a expulsão do território da República de todos os membros da Companhia de Jesus e dos membros das demais companhias, congregações, conventos, colégios, associações, missões ou outras casas de religiosos pertencentes a ordens regulares, se fossem estrangeiros ou naturalizados⁴¹. O decreto republicano, que tocava uma questão de grande sensibilidade, escudava-se em antigas leis de Pombal e Aguiar (respectivamente de 1759, 1767 e 1834). Assim, no que tinha de mais radical, a República protegia-se utilizando leis que faziam parte do património genético da política portuguesa, evocando dois vultos maiores, Aguiar e Pombal. Afonso Costa (na qualidade de ministro da Justiça e Cultos) era lido como continuidade, apesar da profunda ruptura. É interessante olharmos para este paradoxo. Afonso Costa era um moderno, positivista e esclarecido. Era um republicano que lutava contra as atávicas forças da igreja entendida como o obscurantismo. No entanto, este *revolucionário* pertencia a uma linhagem de homens esclarecidos do passado histórico português o que conferia um diferente sentido às suas acções.

O século XIX foi a época das comemorações e dos centenários, assistindo-se ao culto de grandes homens, sob influência, embora mitigada, do positivismo de Comte. No entanto, as “(...) formas extremas e bizarras da Sociolatria comtiana não se coadunavam, na opinião dos discípulos mais moderados e críticos, os progressos

⁴¹ *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.

científicos e a mudança de atitudes e valores que eram fundamentais na democracia. Mas não desdenhavam o estabelecimento de um culto regular dos grandes homens ou dos grandes acontecimentos que consideravam decisivos no processo de evolução da humanidade.”⁴² De 1880, o centenário camoniano, até 1908-1914, com as comemorações associadas às guerras peninsulares, assistimos a comemorações associadas a figuras políticas como o marquês de Pombal (1882) ou D. Afonso Henriques (1885), à evocação dos descobrimentos portugueses ou ainda à memória de vários escritores como Almeida Garrett (1899) ou Gil Vicente (1902). De cunho vincadamente religioso contou-se apenas o centenário de Santo António (1895).

Comemorar um evento ou conjunto de eventos não é apenas uma recolha de informação, mas antes um processo de reconstrução do próprio passado, investido de um significado extraordinário e assinalado de uma forma qualitativamente distinta. Comemorar significa dar relevo a acontecimentos que encarnam valores tidos como fundamentais⁴³.

O sociólogo Maurice Halbwachs afirma que a nossa compreensão do passado é sempre instrumental, relacionando-se com a solução de problemas presentes⁴⁴. Jacques Le Goff, por seu turno, identificou cinco períodos na história da memória⁴⁵. No quarto período, do Renascimento até ao século XX, Le Goff considera que no século XIX, com o contributo do romantismo, se verificou um crescente fervor comemorativo – patente em Portugal no final do século XIX, inícios do século XX – acompanhado por uma proliferação de formas de rememorar o passado através de moedas, medalhas, selos postais, estatuária, inscrições e, ainda, *memorabilia*. Neste período histórico assistiu-se ainda ao nascimento de arquivos, bibliotecas, museus, reflectindo assim o interesse das diferentes nações em construir identidades partilhadas com os seus cidadãos.

Philippe Ariès⁴⁶, por seu lado, levantou a hipótese de que a crescente importância e frequência das práticas comemorativas no século XIX possa estar directamente

⁴² JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp. 49-50.

⁴³ SCHWARTZ, Barry, “The Social Context of Commemoration: A Study in Collective Memory”, *Social Forces*, vol. 61, n.º 2, 1982: 374-402.

⁴⁴ Citado em SCHWARTZ, Barry, “The Social Context of Commemoration: A Study in Collective Memory”, *Social Forces*, vol. 61, n.º 2, 1982: 374-402.

⁴⁵ Le Goff citado em OLICK, Jeffrey K. e ROBBINS, Joyce, “Social Memory Studies: From «Collective Memory» to the Historical Sociology of Mnemonic Practices”, *Annual Review of Sociology*, n.º 24, 1998: 105-140.

⁴⁶ Citado em OLICK, Jeffrey K. e ROBBINS, Joyce, “Social Memory Studies: From «Collective Memory» to the Historical Sociology of Mnemonic Practices”, *Annual Review of Sociology*, n.º 24, 1998: 105-140.

relacionada com um cada vez maior sentimento de mudança. Num mundo em mutação, parecia importante encontrar pontos de estabilidade e pontes para um passado que se queria ligado ao presente, como se a continuidade fizesse esquecer a angústia da mudança.

Eric Hobsbawm⁴⁷, num trabalho central para toda esta problemática, notou a proliferação dos esforços levados a cabo pelos Estados para “inventar” tradições úteis para reforçar a legitimidade de que se viam carecidos. Essa conjuntura acentuou-se depois de 1870, com a emergência da política de massas. Os líderes teriam, então, redescoberto a importância de factores irracionais para a manutenção do tecido social e da ordem. Vários autores referem mesmo a construção de uma religiosidade civil ou cívica, com um investimento nos conteúdos nacionalistas, nas cerimónias públicas e na produção de monumentos, não sendo os agentes exclusivamente provenientes da esfera oficial e do poder, antes alargando-se também à “sociedade civil” e a diferentes grupos políticos.

Dos centenários que contaram com o envolvimento e dinamização dos republicanos cumpre referir o incontornável caso do centenário camoniano de 1880⁴⁸ e, dois anos depois, o do Marquês de Pombal. Em 1910, os republicanos comemoraram o centenário de Alexandre Herculano. Realizou-se uma sessão solene na Câmara Municipal de Lisboa e um cortejo que foi ao panteão dos Jerónimos. No caso português, a luta centrava-se na escolha das figuras dignas de serem comemoradas e na apropriação que os grupos políticos podiam fazer destas.

Pensar os heróis republicanos implica, necessariamente, falar de Camões. A comemoração do tricentenário camoniano teve na sua origem a Sociedade de Geografia e a comissão de imprensa, bem como o importante concurso de Teófilo Braga. O poder acabou por se envolver nas comemorações, tendo a Câmara dos Deputados estabelecido o dia 10 de Junho como feriado e festa nacional e “(...) estipulou-se que o governo auxiliasse, segundo a disponibilidade do erário público, os trabalhos de iniciativa particular tendentes a celebrar aquele acontecimento.”⁴⁹

⁴⁷ HOBSBAWM, Eric, “Mass-Producing Traditions: Europe, 1870-1914.” In HOBSBAWM, Eric e RANGER, Terence, (ed.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996 (1983).

⁴⁸ LOURENÇO, Eduardo, “Camões no presente.” In LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Gradiva, 2004.

⁴⁹ JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pág. 54.

Em certo sentido, os republicanos inventaram Camões, tal como o pensamos hoje em dia. O mais famoso poeta português está associado ao dia de Portugal e das comunidades portuguesas, o 10 de Junho, que já foi o dia das festas da cidade de Lisboa. Surge-nos despolitizado, ao contrário do que aconteceu no período da propaganda republicana e mesmo depois da tomada do poder em 5 de Outubro de 1910. Os republicanos tomaram uma das mais importantes figuras da cultura nacional e fizeram-na *sua*. Isto diz muito sobre os republicanos. Os seus combates, assim, começaram pela tomada de posições simbólicas e culturais. A primeira batalha – nunca completamente vencida – foi *republicanizar o nacional*.

Ao marcarem presença e tomarem conta das comemorações camonianas de 1880 romperam o desejado consenso e abriram uma clivagem que iriam acentuar entre os que governavam e a nação.

Outro dos grandes heróis republicanos foi o Marquês de Pombal. Numa versão mais simples⁵⁰, Pombal surge associado ao anticlericalismo e ao fomento. Em 1882, Portugal comemorava o centenário da morte de Sebastião José de Carvalho e Melo. Esta figura foi utilizada e transformada de modo a tornar-se um herói republicano. A homenagem ao ministro de D. José I foi, aliás, um dos primeiros actos de propaganda nos quais a Carbonária – isto é, com a participação de sectores populares – esteve envolvida. Foi projectada a colocação de uma coroa de bronze no monumento de D. José I como forma de homenagear o seu ministro. As lojas maçónicas Montanha e Camões abriram uma subscrição pública para esse efeito, conseguindo a adesão das colectividades liberais e o concurso de filarmónicas. A despeito da oposição que concitou no que os republicanos chamavam o meio liberal, o cortejo cívico realizou-se, vindo nos republicanos o concurso de muitos populares nesta manifestação de carácter anticlerical. Para Luz de Almeida⁵¹, esta fora uma secreta vitória da Carbonária.

Programada pela República, a estátua ao marquês de Pombal foi um projecto envolto em muitas complicações. Apenas em 1918 se deu a adjudicação da construção do monumento e a cerimónia formal de lançamento da primeira pedra só teve lugar em Maio de 1926, a dias do golpe que faria cair a República de António Maria da Silva. O

⁵⁰ BAPTISTA, Casimiro A., *Cartilha do Zé Povinho. Diálogo entre o Zé da Aldeia e o Zé da Cidade em que pela terceira vez se encontram e conversam largamente sobre outros escândalos da monarquia*, Lisboa, Kiosque do Cais do Sodré, 1885.

⁵¹ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 220.

monumento só foi inaugurado em 1934. Nele trabalharam Leopoldo de Almeida e Simões de Almeida (sobrinho) que substituíram Francisco Santos.

Os republicanos recuperaram parte do património das lutas liberais do século XIX, nomeadamente por alturas dos centenários respectivos, sobretudo depois de estarem no poder e a necessidade de diferenciação política ser menos premente. O que de bom existia no liberalismo podia ser considerado património republicano. Os republicanos podiam manifestar alguma simpatia pelos homens do Sinédrio, por Borges Carneiro e pela revolução de 1820, pela revolução de Setembro de 1836, pela Maria da Fonte e pela Patuleia. Há um respeito pela figura de um homem considerado de esquerda como José Estêvão. A figura de Gomes Freire de Andrade era-lhes cara. O deputado Simões Raposo não deixou passar em branco o centenário da morte do general.

“Esta figura é alguma coisa para a história liberal do nosso país, e eu entendo que as nações modernas fazem a educação das suas gerações futuras salientando e fazendo o estudo dos grandes vultos da sua história. A figura de Gomes Freire de Andrade sintetiza um conjunto de qualidades que o tornam admirado, não só como militar, mas como patriota. Eu entendo que a Nação portuguesa não pode deixar de comemorar a morte violenta desse homem eminente da nossa História. Eu não quero uma comemoração, de bandeiras ou de músicas; mas sim uma de resultados profícuos, por meio de pequenos folhetos, que seriam distribuídos nas escolas (Apoiados), a fim de educar a mocidade nos sãos princípios do liberalismo.”⁵²

Eis aqui uma sùmula do republicanismo militante. Recuperando um fio do passado, encontramos o predomínio de uma vocação culturalista que privilegia a educação, ancorada na figura de um *patriota* a par com um projecto para o futuro.

Um ano mais tarde, o deputado Celorico Gil deu o seu apoio ao projecto do Senado da República que pretendia que o dia 18 de Outubro de 1917, primeiro centenário da execução de Gomes Freire de Andrade e dos seus companheiros fosse considerado feriado nacional “(...) em homenagem à memória do brioso e valente soldado, dos patriotas insignes e dos mártires augustos da Pátria e da Liberdade.”⁵³ Estas duas últimas ideias sempre tiveram um papel central no republicanismo.

⁵² Intervenção de Simões Raposo, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 87, 12 de Maio de 1916.

⁵³ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 126, 22 de Agosto de 1917.

“Sr. Presidente: pedi a palavra para me congratular como a homenagem que se vai prestar ao grande patriota e liberal que se chamou Gomes Freire de Andrade, e que bem digno é de que os liberais de hoje se lembrem da forma brilhante como ele, por um lado quis contribuir e contribuiu para implantar, há um século, em terras portuguesas a árvore da liberdade, e como ele tentou por todas as formas escorraçar da terra portuguesa o estrangeiro.

Devemos todos hoje com orgulho erguer bem alto o nome daquele que caiu como um gigante, mas que, com a sua queda, conseguiu vincular os princípios liberais. Isto só compreendem, principalmente, aqueles que, como eu estiveram dispostos a sacrificar a vida que não é nada, por uma causa enorme, imensa, que é tudo, a liberdade da Pátria.

Acho justíssima a aprovação desse projecto.

Aprovando-se este, damos uma prova de que passados tempos os grandes princípios e os grandes homens são sempre respeitados, como sucede agora com Gomes Freire de Andrade e seus companheiros, que souberam viver e morrer com honra pela liberdade.”⁵⁴

Para o republicanismo, para os homens da geração do *Ultimatum*, para além do valor da liberdade, sempre foi central a *liberdade da Pátria*.

Do passado, mais ou menos distante, encontravam exemplos históricos de repúblicas, que correspondiam a períodos de glória ou de apogeu de um determinado povo ou civilização. A república surgia assim como um regime testado, com provas dadas. Neste caso e para este efeito, fazia todo o sentido citar os clássicos: o exemplo da Grécia e de Roma, o tempo dos patriarcas, as repúblicas italianas e ainda a Holanda e a Bélgica. Para os mais difíceis de convencer, utilizavam o argumento que a própria igreja fora, nos tempos da sinceridade uma verdadeira república.

No entanto, a luz brilhante era a Revolução Francesa de 1789, base e matriz filosófica essencial para o republicanismo, que não podiam deixar de se filiar num movimento que proclamara a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade. A Revolução Francesa esteve sempre presente como o grande acontecimento fundador da modernidade. Para autores como Keith Baker, François Furet, Lynn Hunt e Mona Ozouf a Revolução Francesa deu

⁵⁴ Intervenção de Celorico Gil, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 126, 22 de Agosto de 1917.

origem a uma nova cultura política. Os republicanos bebem e respiram esta cultura política que enformou o seu imaginário. Podemos encontrar inúmeros exemplos desta presença da Revolução Francesa: as prisões da monarquia eram as Bastilhas; os republicanos que eram maçons escolhem amiúde como nomes simbólicos os de vultos ligados à Revolução Francesa; a importância da Câmara Municipal de Lisboa evocava a proclamação francesa do Hotel de Ville.

CAPÍTULO 2

A GALÁXIA REPUBLICANA

2.1. Pensar a(s) república(s) e o republicanismo

Mirabeau, citado por José Gil⁵⁵ afirmou que o poder deve apoderar-se da imaginação. Subvertendo esta premissa, é importante perceber como é que no processo de se tornar poder a ideia de república colonizou a imaginação de diferentes agentes e de que maneira era imaginada por eles. No entanto, a maneira de colonizar a imaginação não foi igual e foi exactamente a variedade e a diferença que lhe permitiu entrar em tantos sonhos do que poderia ser o amanhã.

O que significava *república*? Hoje, se procurarmos o seu significado num dicionário encontramos, por exemplo, esta definição:

“s.f. 1. Forma de governo em que o chefe do estado é eleito pelos cidadãos ou seus representantes, tendo a sua chefia duração limitada; 2. Estado que se governa deste modo; 3. Sociedade política; 4. Interesse geral de todos os cidadãos de um Estado; 5. Grupo de estudantes universitários, geralmente oriundos da mesma região, que vivem na mesma casa; 6. Residência colectiva de estudantes universitários; 7. Associação de animais que vivem em comum; 8. (coloq.) casa onde não há ordem nem disciplina; 9. (fig) associação de pessoas que não reconhecem chefe; (fig. Pej.) ~ das bananas país ou Estado, geralmente com um governo instável ou ditatorial e uma economia dependente da ajuda externa, situação em que reina o caos e/ou a corrupção (...)”⁵⁶

Fazendo o mesmo exercício para o período republicano encontrámos a seguinte definição, de 1913:

⁵⁵ GIL, José, “Poder.” In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 14, *Estado/Guerra*, Lisboa, INCM, 1989.

⁵⁶ *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 2006.

“República: Negócios públicos. Qualquer governo de um Estado. Restict. Estado governado por muitos indivíduos. Forma de Governo, em que o supremo poder é exercido, durante tempo limitado, por um ou mais indivíduos eleitos pela Nação. Comunidade. Fam. (termo familiar) Agremiação sem chefe ou desordenada. * Escol. Conjunto de estudantes, que vivem em comum, na mesma casa (lat. Respublica)”⁵⁷

Ou ainda, numa definição de 1925:

“República: Governo de um Estado em que se tem em vista o interesse geral de todos os cidadãos. Sistema de constituição e organização política, em que o governo é exercido durante um tempo limitado, por um ou mais indivíduos eleitos pela Nação e investidos de certa responsabilidade. O interesse comum; a comunidade. Associação de pessoas que não reconhece chefe. Fam. Sociedade, reunião, casa em que não há ordem nem regularidade. República federativa, agregação de Estados republicanos reunidos pelo federalismo. (Fam) Balbúrdia, desordem, casa onde ninguém se entende. República das Letras, o complexo dos homens que se entregam ao estudo das letras; os sábios e os literatos em geral, considerados como fazendo um só classe e sem admitirem superioridades: As letras, dizeis bem, são uma república, em que não há distinções (Garrett) lat. Respublica.”⁵⁸

Há a resgatar um duplo sentido nestas definições de República. Por um lado a ideia de uma chefatura electiva, de tempo limitado. Por outro lado, uma ideia associada a desordem e à ausência de um chefe. Coexistem, portanto, uma definição que poderíamos chamar de clássica e uma ideia preconceituosa, a *República das bananas*. É curioso constatar este duplo significado simultâneo nos dicionários da época e mesmo nos actuais. A República, até para os monárquicos, pode ser entendida como uma forma ética de governar a cidade. Mas para além desta forma virtuosa, a República surgia associada à guilhotina e aos excessos da Revolução Francesa.

⁵⁷ FIGUEIREDO, Cândido de, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913.

⁵⁸ *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, feito sobre o plano de F. J. Caldas Aulete*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1925.

A ideia de República não deve ser reificada como uma entidade mas pensada nas suas diferenças entre os diversos sujeitos e agentes que a utilizam. *República* não tinha uma definição única independentemente do sujeito que a utilizava ou pensava. Há uma enorme variedade de entendimentos que num determinado momento podem estar a ser veiculados. A utilização da ideia de República num determinado sentido pelos caudilhos republicanos não excluía a apropriações ou outras leituras, coexistindo significados diferentes ou ligeiras variações sobre o mesmo tema. Neste sentido, república é uma palavra polissémica. Embora não se possa encontrar uma definição única para o que era o conceito de República, este conceito vem para o centro de um campo discursivo, tornando-se a chave de um discurso político.

A sua definição tem uma genealogia e foi mudando de significado ao longo do período de meados do século XIX até 1910. A ideia de República associada à de virtude dos cidadãos podia ter uma variante aristocrática e outra popular. Ao longo do século XIX vai perdendo a definição que poderíamos chamar de clássica, a *res publica*, para ser investida de novos significados. Tomemos como exemplo o jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro, estudado por Maria Helena Carvalho dos Santos. Nos seus escritos, no *Portuguez*, utiliza a palavra república. “Emprega-a, no entanto, (e aos seus derivados), sempre que se quer referir ao melhor governo, ao mais bem administrado país, e às virtudes cívicas, dando portanto, o significado de interesse público, de coisa pública – o significado tradicional no antigo regime. Mas também lhe atribui o significado corrente nos tempos modernos, de um certo tipo de governo, com instituições próprias.”⁵⁹ Neste sentido clássico, de melhor governo, a república podia ser uma monarquia.

O que é interessante na evolução da ideia de República é que esta foi excluindo qualquer possibilidade de associação com um regime monárquico. A República tornou-se oposta a monarquia.

Inicialmente, para além deste significado clássico, República era um corpo estranho no discurso político aceite. Os primeiros a defender o conceito foram os “lunáticos”. O movimento republicano vai utilizar a palavra procurando dar-lhe uma valoração mais positiva, transformando-a em mais favorável aos olhos de um número crescente de sujeitos. Esta mudança acompanha uma mutação ideológica do significado de república.

⁵⁹ SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, *As ideias republicanas em Portugal e o jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*, Lisboa e Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 (separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIX).

Argumentamos que o movimento republicano pode ser lido como uma galáxia de agentes, instituições e organizações. De entre aspectos comuns, é importante realçar a “língua” republicana, diferente da palavra de um orador. Esta língua, falada pelos republicanos, tinha uma unidade essencial, apesar da coexistência de diferentes discursos de oradores individuais ou de facções dentro do movimento. Existia, portanto, um denominador comum. O discurso republicano apropriou-se de determinados vocábulos, conjugou-os e utilizou-os associados uns aos outros, dando-lhes, pela proximidade ou afastamento de outros um significado bastante próprio. O sentido de uma determinada palavra encontrava-se nas relações, nas semelhanças e diferenças com outras. Encaradas nesta perspectiva relacional, as ideias podiam ganhar novos significados.

É fundamental perceber como é que se posiciona a palavra República num contexto linguístico mais vasto. Os republicanos nos seus discursos e escritos associam esta ideia a uma galáxia de outras ideias: democracia, liberalismo, trabalho, ordem, tranquilidade, progresso, regeneração e liberdade. É clara a associação a uma divisa positivista de ordem e progresso. Os republicanos procuram ideias fortes do património político-ideológico disponível para acompanhar a ideia de República.

No início do século XX foi central a associação entre a República e a novidade política: a República era a “Ideia Nova” – repare-se que o sidonismo voltou a utilizar este argumento – que permitiria atingir a “Pátria Nova”. Sem dúvida que uma das associações mais significativas que o movimento republicano se empenhou em fazer foi a que irmanava República e Pátria. No entanto, este mundo novo que aparecia irmanado com a República, numa “Nova Aurora”, era tranquilo e ordeiro, nunca se associando a novidade à violência.

O discurso republicano recorria frequentemente a expressões e comparações decalcadas do cristianismo. Os republicanos eram os homens de fé. Pregavam o Evangelho sublime dos Direitos do Homem e a sua missão era um verdadeiro apostolado. Mais do que um recurso estilístico esta utilização facilitaria a compreensão aos ouvintes menos habituados a termos políticos e colocava os republicanos como homens puros e de valor.

Pouco antes da implantação da República, a partir de 1908, começa ser utilizada com maior frequência a palavra “democracia” associada ao combate do republicanismo. Os republicanos eram aqueles que podiam trazer a democracia, por oposição a uma monarquia que aparecia cada vez mais identificada com o antigo, com o que era

reaccionário, com a ditadura e mesmo com o absolutismo. A monarquia era o oposto da separação de poderes, do poder do povo, era algo antigo e que devia ser ultrapassado e isso só era possível com a república. A monarquia era a diferença e o privilégio, e a república era o império de uma lei universal, logo impessoal, e rigorosa. Os republicanos defendiam que não podia existir uma democracia real ou monárquica, já que era uma espécie de oxímoro, não concretizável porque contraditório.

A palavra democracia surgia com conotações negativas que os monárquicos se esforçavam por associar a desordem. Perante as campanhas feitas, os republicanos respondem, já em 1910, que não foi a democracia que matou o rei no Terreiro do Paço, nem o Nunes Pedro em Cascais⁶⁰.

Uma das mudanças mais significativas neste conjunto de significados que vão construindo a ideia de república foi a que associava este conceito ao progresso. Os republicanos associam *república* a uma determinada leitura da história e das civilizações, pensando-a em termos evolutivos, opondo tradição e progresso.

A ideia de República foi assumindo, ao longo dos anos de propaganda, uma conotação salvífica, de tal modo que a 4 de Outubro de 1910 o jornal republicano radical *O Mundo* perguntava: “Portugal a caminho da Redenção?” A república, mais do que o bom governo, mais do que o governo eleito pelo povo, era a esperança de dias melhores e a redenção da pátria que se cria doente.

2.2. A galáxia republicana

Nas eleições de Agosto de 1910, o PRP elegeu 14 deputados, numa eleição com um reduzido corpo político, já que os eleitores eram uma pequena parte do total da população adulta. A primeira questão que deve ser posta é se o peso e a importância do republicanismo podem ser aferidos numa cidade política barricada e exclusivista. Se a luta do republicanismo, a par de outras como a do socialismo, era a da inclusão de novos actores numa arena política oligárquica, medir a força do republicanismo seria redutor de um fenómeno mais rico e complexo. O republicanismo valeu sempre mais do

⁶⁰ Dizia-se que os “crimes de Cascais” estavam alegadamente relacionados com um acerto de contas entre carbonários, com ramificações aos implicados no regicídio de 1908. O crime estava alegadamente ligado ao desaparecimento de quatro mil cartuchos armazenados no barracão da alfândega de Lisboa, onde trabalhava Manuel Pedro, encontrado morto em Cascais em Outubro de 1909.

que os seus resultados eleitorais que, até 1910, foram crescendo mesmo com as restritivas leis eleitorais da monarquia constitucional que os pretendia diluir.

Em Outubro de 1910, o PRP – ou uma parte dele, pelo menos – lançou-se à conquista do poder, entendido como a cúpula do Estado. O que se pode desde logo afirmar é que, aparentemente, foi um grupo minoritário que, por via revolucionária apeou do poder uma monarquia de oito séculos. No entanto, não perceber que, apesar de minoritário, o republicanismo é mais do que o PRP, é esquecer que havia mais *política* para além da limitada arena concorrencial dos partidos e do jogo da monarquia constitucional.

O republicanismo não pode ser reduzido a um fenómeno político-partidário, apesar de este ter interesse e relevância. João Chagas escreveu que a acção republicana era uma ideia, não apenas um partido⁶¹.

Para perceber o sucesso do republicanismo é preciso olhar para toda a rede de ligações que se teceu e, ainda, para a força que a ideia teve, para o seu potencial mobilizador e dinamizador.

Fernando Catroga escreveu acerca do republicanismo que: “(...) antes de ser (e depois de o ser) um partido politicamente organizado, foi um movimento em que a ideologia exerceu tal peso que acabou por sobredeterminar o sentido e a intensidade da própria luta a favor de um novo regime.”⁶² Um dos vários aspectos que me parece interessante reter desta explicação de Fernando Catroga é a ideia de que se deve tratar o republicanismo como um movimento, antes, depois e independentemente da existência de um partido. Ou seja, o republicanismo deve ser visto como um movimento ou uma galáxia de organizações, cuja origem se pode situar em meados do século XIX e cuja influência se prolongou no transcurso do século XX antes e para além da conjuntura em que teve o poder, entendido como o domínio da cúpula do Estado.

A galáxia republicana deve ser vista como uma formação social, política e cultural, de tamanho variável e não constante, tecida de relações institucionais e interpessoais. Esta rede de pessoas e instituições que por sua vez se ligavam a outras sensibilidades políticas, ultrapassando o limite do partido, estavam ligados entre eles por um modo específico de dependências recíprocas e “(...) cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões.”⁶³

⁶¹ *O Mundo*, n.º 2712, 26 de Maio de 1908.

⁶² CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).

⁶³ Recupera-se em parte a ideia de *figuration* de Norbert Elias, citado em CHARTIER, Roger, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 2002, pág. 100.

O republicanismo nunca foi monolítico. As relações entre as suas várias tendências e componentes implicaram divergências mais ou menos profundas, que podiam até ter como resultado afastamentos e expulsões. Retomemos o exemplo do partido: podemos referir a expulsão do federalista Carrilho Videira, as divergências entre o Directório e os revolucionários do Porto em 1891 ou ainda a dificuldade em votar a revolução nos últimos anos do regime monárquico. Para utilizar um outro exemplo basta pensar na Maçonaria e na Carbonária e na forma como estas duas associações secretas arregimentavam agentes diferentes e tinham os seus próprios objectivos, que a dado momento podiam ser aparentemente semelhantes, mas escondiam diferenças essenciais. Ou seja, a dado momento a maioria da Maçonaria e a Carbonária queria fazer a república mas as diferenças, designadamente sociais, entre os seus agentes mostram que se estava a falar de dois entendimentos bastante diferentes do que seria o regime.

A galáxia republicana não foi um movimento onde apenas predominavam elites, nem estas carregavam sozinho o *fardo* da modernidade e da mudança. No entanto, e antes de continuar, é preciso referir que a modernidade foi uma categoria narrativa que se assume como central para o entendimento do discurso republicano.

Como os trabalhos não estavam exclusivamente sob a responsabilidade de uma elite, o movimento desta galáxia foi mais do que o que podia entrar e ser reconhecido pelo sistema político restrito da monarquia constitucional. O *fardo* da modernidade e da mudança não foi apenas político no sentido mais restrito, por isso, trouxe para a *cidade* mais do que apenas o PRP e mais do que uma organização política.

O republicanismo construiu uma comunidade política, social e cultural, com o seu território próprio, que se desejava em constante expansão, ganhou a palma, fruto de convergências e de alianças. O republicanismo foi, assim, uma galáxia de organizações e de grupos mais ou menos informais, com relativa autonomia, ligadas tanto por redes institucionais como pessoais.

Antes de avançarmos, gostava de trazer à luz um exemplo de como o republicanismo pode ser agregador de diferentes grupos e associações. A 8 de Maio de 1910⁶⁴, a Almada republicana prestou homenagem ao seu conterrâneo Elias Garcia, figura maior do republicanismo. Neste evento político e festivo estiveram presentes o Centro Elias Garcia da Cova da Piedade com a sua escola de 40 alunos, o Centro Capitão Leitão, a Academia de Almada, a Incrível, as cooperativas de consumo 1.º de Janeiro e Fénix, a

⁶⁴ Veja-se *O Mundo*.

Associação dos Operários Tanoeiros, a Associação Comercial de Almada, a Sociedade União Artística Piedense com a sua banda, a Associação dos Socorros Mútuos Piedense, a Cooperativa de Consumo Piedense, a Sociedade Filarmónica da Fonte Santa (Caparica) e o Clube Recreativo José Avelino, de Cacilhas.

Para além do PRP, o movimento republicano era composto por uma teia de ligações que entroncavam noutras organizações como a Associação do Registo Civil, a Carbonária, as associações femininas e feministas – Liga Republicana das Mulheres Portuguesas –, a Liga Liberal e a Maçonaria. Estas, por seu turno ligavam-se entre si. Por exemplo, a Associação do Registo Civil tinha uma ligação de grande proximidade com a Junta Federal do Livre Pensamento, que por sua vez tinha Juntas Locais. Magalhães Lima presidia a Junta Federal e dirigiu o jornal *A Vanguarda*, órgão do Livre Pensamento. Magalhães Lima era maçom, grão-mestre a partir de 1907, o que une as anteriores associações à Maçonaria.

A Associação do Registo Civil, entendida como o “(...) verdadeiro baluarte do Livre Pensamento (...)”⁶⁵, foi fundada em Agosto de 1895, por um grupo de amigos do Centro Fraternidade Republicana. Existiu uma linha genealógica que ligava esta associação e um antigo grupo do Pátio do Salema, de republicanos e socialistas, que decidiu fundar um grupo anticlerical. Em 1895 procurou combater o centenário antonino. No relatório enviado ao Congresso Internacional do Livre-Pensamento, reunido em Praga em 1907, apresentava um efectivo superior a 2 mil sócios, tendo realizado mais de 1.700 registos civis.⁶⁶

O congresso do Livre Pensamento de Abril de 1908, que teve lugar na Caixa Económica Operária, ilustra a teia de relacionamentos entre as sensibilidades progressistas. Foi presidido pelo decano do republicanismo, Teófilo Braga, e secretariado por Maria Veleda, uma das mais importantes feministas do início do século XX, e por Nobre França, maçom, republicano, com tendências socializantes. Os delegados, cerca de 392, provinham de agremiações liberais, grémios excursionistas, instituições maçónicas, associações de classe, corporações de estudo e ensino escolar, centros políticos e imprensa. Neste congresso cumpre ainda registar a presença de um grupo de senhoras

⁶⁵ *Almanaque de O Mundo para 1912*, pág. 128.

⁶⁶ *Ibidem*, pág. 128.

congressistas, fotografadas para a posteridade para o jornal *O Mundo*⁶⁷. Os delegados representavam 95 associações, 22 jornais e 37 grupos livre-pensadores⁶⁸.

Quando vistas em conjunto, algumas podiam parecer redundantes, isto é, partilhando os mesmos objectivos. Podemos encontrar, em parte, uma convergência de interesses anticlericais entre a Associação de Registo Civil e a Liga Liberal.

Podemos olhar para algumas destas organizações e para a sua capacidade, espantosa em alguns casos, de mobilização, lutando de uma forma descontínua, mas eficiente. A Liga Liberal foi fundada em 1901, por ocasião do caso Calmon. Num momento de grande animosidade anticlerical, um conjunto de homens de diferentes cores políticas formou esta liga. De entre os nomes dos fundadores podemos fazer referência a Miguel Bombarda, José Dias Ferreira, Joaquim Dias Ferreira, José António Serrano, José Carvalho Pessoa, Silva Amado, Mário Lino, Luís Filipe da Mata, Esteves da Fonseca e Tomás Cabreira. Realizaram uma série de conferências sobre o problema religioso e parte dos seus intentos foi realizada com a lei de Hintze Ribeiro. A Liga atravessou um período de baixa ou nenhuma actividade até 1909. Miguel Bombarda reactivou a organização e chamou parte dos antigos companheiros de luta para a reconstituição da Liga Liberal, dos quais Luís Filipe da Mata e Avelino Lopes Cardoso. Isto significou o reavivar do compromisso de 1901, que fazia todo o sentido para os republicanos. A Liga Liberal – que reuniu na Associação dos Lojistas, outra das entidades da galáxia republicana – manteve a recusa das associações religiosas (com ou sem licença da autoridade), defendeu a liberdade de imprensa e de reunião, a liberdade do cidadão e a reorganização do ensino sobre bases mais liberais. A Liga reactivou o seu trabalho de propaganda e de difusão das suas ideias e abalçou-se à tomada de uma posição de força pública. A 1 de Agosto de 1909 realizou-se um comício anticlerical em Lisboa, tendo como oradores Miguel Bombarda, Campos Lima, António Macieira, Maria Clara Correia Alves, Faustino da Fonseca, Sá Pereira, Alfredo Ladeira e Agostinho Fortes. É interessante olhar para a composição da tribuna do comício: uma mulher, um maçom, republicanos e um anarquista, sinal da eficácia e da abrangência das grandes causas aglutinadoras deste campo político. A Liga Liberal pediu ao povo de Lisboa que a acompanhasse na entrega de uma representação ao parlamento, relativa à execução das leis referentes às congregações religiosas. No dia 2 de Agosto cerca de 100 mil pessoas

⁶⁷ *O Mundo*, n.º 2676, 20 de Abril de 1908.

⁶⁸ *Almanaque de O Mundo para 1912*, pág. 128.

reuniram-se no largo de Camões e imediações, marchando a caminho das cortes⁶⁹. No Porto, repetiu-se um comício anticlerical, tendo como oradores Miguel Bombarda e Leonardo Coimbra⁷⁰. Pouco tempo depois em 1909, o conflito do ministro da Justiça Francisco de Medeiros com o Bispo de Beja foi lido por alguns sectores monárquicos como uma cedência ao republicanismo, quando de facto poderíamos olhar para duas formas de lidar com a mesma questão. Procurar afirmar o poder do Estado face à Igreja não era um objectivo exclusivamente republicano.

O caso da Maçonaria é bastante significativo desta convergência de interesses. Esta associação não fora sempre republicana, nem unicamente formada por homens deste credo político. Se olharmos para a Maçonaria no panorama europeu não encontramos nada que se pareça com uma internacional republicana. Se olharmos para o caso inglês encontraremos o rei e outros nobres entre os irmãos. “Só nos inícios do século XX a Maçonaria começou a abandonar as suas posições tradicionais. A conjuntura do governo Hintze Ribeiro – João Franco e a ofensiva da Igreja, subsequente à encíclica de Leão XIII, terão desempenhado um papel decisivo, levando-a a abandonar gradualmente o seu apartidarismo político. Ao facto também não terá sido estranho o número crescente de maçons republicanos que desempenharam altos cargos no G.O.L.U. – e entre eles Magalhães Lima que, pelo menos desde 1883, integrou o Conselho da Ordem – , e o crescente activismo de uma nova geração de republicanos nas lojas que não se reviam no “oportunismo” político e para quem as posições de defesa do liberalismo monárquico, com a sua componente anticlerical, já não satisfaziam.”⁷¹ O Grão-Mestrado de Magalhães Lima (a eleição teve lugar em 1907) permite-nos falar de uma convergência com o movimento republicano, com pontos de contacto no tocante à questão social, política e religiosa. Magalhães Lima gizou uma nova orientação para a Maçonaria que “(...) abria as portas à transformação da Ordem numa organização de vanguarda que, em articulação com o Partido Republicano e com a Carbonária desempenhará um papel decisivo na Revolução do 5 de Outubro de 1910.”⁷²

Porque a Maçonaria não era exclusivamente republicana, antes da revolução foi preciso saber exactamente com que lojas e triângulos se podiam contar.

⁶⁹ Avaliação feita pela *Ilustração Portuguesa*, n.º 181, 9 de Agosto de 1909.

⁷⁰ *Ilustração Portuguesa*, n.º 185, 6 de Setembro de 1909.

⁷¹ GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp. 28-29.

⁷² *Ibidem*, pág. 30.

Estavam também ligadas ao republicanismo associações de classe, como por exemplo a associação dos lojistas. Os lojistas, e sobretudo os caixeiros de Lisboa, eram tidos como uma das bases do republicanismo.

O movimento contava ainda com os jornais e toda a rede cultural e política que em torno deles se tecia, com as associações filantrópicas, com grupos de teatro, com algumas colectividades e suas valências culturais como bandas de música. O lazer republicano era fundamental na dinâmica deste movimento. Os jornais e a imprensa republicana colonizavam, não apenas o mundo político, mas o panorama intelectual e cultural.

Os centros republicanos eram, eles próprios, muito mais do que um clube político e, assim, abriam as portas a encontros frutuozos. O movimento republicano, como adiante veremos, pode ser lido como uma federação de centros republicanos, a que se acrescentava uma organização vertical de difícil e demorada estruturação. Cada centro era, como referido, um microcosmo de encontros e de convergências. Ou seja, podiam tecer-se relações com socialistas e mesmo com anarquistas.

Dado que o PRP se constituiu como central para a análise política podemos fazer dele o nosso ponto de convergência entre grupos e instituições. Uma parte muito significativa dos homens que pertenciam aos centros republicanos acumulava esta identidade republicana com a ligação à Maçonaria, à Carbonária e à Federação do Livre Pensamento. O partido republicano mantinha relações com a Liga Liberal e a Liga da Educação.

Os republicanos que eram simultaneamente maçons estavam ligados ao Vintém Preventivo, organização que tinha por objectivo maior a solidariedade entre combatentes contra a monarquia. O seu tesoureiro Júlio Maria de Sousa, por exemplo, era também tesoureiro da Comissão Municipal Republicana de Lisboa.

A Liga Liberal era presidida por Miguel Bombarda, que foi, aliás, um dos cérebros da conspiração do 5 de Outubro e contava com homens como Egas Moniz, António Macieira, Avelino Cardoso, José de Castro, Aurélio da Costa Ferreira, Cândido dos Reis, Pinheiro de Melo, Faustino de Figueredo e Marinha de Campos.

Para além dos seus congressos, os republicanos organizavam congressos relacionados com a educação, com o livre-pensamento e com o municipalismo.

2.2.1. As mulheres

O movimento feminista pode ajudar-nos a compor um quadro interessante acerca das convergências entre o republicanismo e outras escolas de pensamento e de acção. O feminismo de inícios do século é um movimento claramente politizado já que a Liga das Mulheres se define como republicana. Parte das mulheres partilharam um espaço político com o movimento republicano, criando-se assim uma relação de grande proximidade entre ambos. Isto não implica dizer que todas as mulheres que procuravam questionar a sociedade e o seu papel nela fossem republicanas. No entanto, algumas das activistas de maior nomeada, designadamente Ana de Castro Osório, Maria Veleda, Carolina Beatriz Ângelo e Adelaide Cabete tiveram relações de grande proximidade política com o republicanismo. Esta aliança, fomentada pelos republicanos, teve lugar imediatamente antes da tomada do poder e, feita a República, tornou-se difícil de gerir, já que foram criadas expectativas nas mulheres que não foram cumpridas. Há uma relação muito específica de uma parte do feminismo com as esperanças – várias e multiformes – que estiveram presentes na luta contra a sociedade antiga, velha e que era preciso renovar. Esta luta foi hegemonizada pelo republicanismo que actuou lado a lado com estas mulheres. Mais do que isso, pediu explicitamente a sua participação nos combates que travou. Parte do movimento republicano quis uma *mulher republicana*; e as feministas queriam da República o que a monarquia lhes negava, a saber, os direitos civis e políticos.

As mulheres (uma pequena parte de entre elas) foram, indubitavelmente, as protagonistas de um combate político, no que a palavra tem de mais lato e não apenas no sentido estritamente partidário. No seu percurso, lutando pelos direitos das mulheres, cruzaram as suas reivindicações com outras que não se prendiam somente com questões de género. Assim, devemos olhar o feminismo como mais do que a luta pelos direitos das mulheres. Com isto não estamos, de maneira nenhuma, a minimizar a importância deste combate, mas a inseri-lo numa conjuntura mais vasta. Fernando Catroga escreveu a este propósito: “Com efeito, julgamos que é dentro do horizonte desenhado pelos esforços tendentes a consumir a revolução cultural liderada pelo livre-pensamento que temos de compreender o aparecimento, entre nós, de um movimento feminista.”⁷³ Ou

⁷³ CATROGA, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1911*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

seja, e ainda seguindo o pensamento do autor, é preciso incluir o movimento feminista numa estratégia cultural de esquerda, ou, ainda, na estratégia global do laicismo. Este movimento feminista não tinha que ser necessariamente republicano, mas em Portugal foi-o.

Dentro desta ordem de ideias, é preciso, então, sublinhar que este era um movimento de contestação, não de crítica radical, tendo um “(...) cariz predominantemente culturalista e, por conseguinte, de pendor menos revolucionário no que respeita à inserção do problema da mulher na crítica geral à sociedade capitalista.”⁷⁴ De igual modo, a família e o papel da mulher nela não foram postos em causa, aliás, como afirmou Paulo Guinote “(...) Portugal não conhece discursos articulados de contestação à unidade familiar como suporte da estabilidade social. A família não é contestada nem como instituição social fundamental, nem como ideal, mesmo no próprio discurso feminista que critica as iniquidades que a desigualdade de papéis entre os sexos impõe à mulher, sendo esta uma permanência que se manifesta durante todo o período em análise.”⁷⁵

Todas estas mulheres que aqui tomamos como exemplo partilham uma característica, a saber, a literacia. Ou seja, as mulheres dirigentes e activistas tinham estudado e muitas delas tinham um curso superior, o que na altura era extremamente raro. O que distinguiu estas mulheres foi a posse das ferramentas críticas para pensarem a sua condição. Na conjuntura finissecular, em Portugal, algumas mulheres começaram a questionar o que estava *naturalizado* em relação ao ser mulher, ao seu papel na sociedade e aos seus direitos e deveres. Ao fazerem isto estavam também a analisar a própria relação entre os dois sexos. Punham em causa a ideia de que estavam *naturalmente* afastadas do mundo da racionalidade, da produção científica e mesmo da política. As mulheres tentaram constituir uma esfera pública alternativa face ao mundo, tanto político como literário, maioritariamente masculino, recusando ficar apenas pela esfera privada e pelo universo da domesticidade. Partiram, assim à conquista de um papel social, cultural e político, de forma a tornarem-se visíveis.

A entrada das mulheres neste mundo hegemónico pelo sexo masculino passou por dois processos que corriam concomitantes. Estas pioneiras procuraram abrir um espaço cultural e as feministas procuraram abrir um espaço político. A fazer a ponte entre estes dois grupos, que se sobrepunham muitas vezes, estava a luta por causas, a mais

⁷⁴ *Ibidem*.

⁷⁵ GUINOTE, Paulo, *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1997, pág. 25.

importante das quais foi a da educação. Esta foi a pedra de toque das reivindicações das mulheres, quer se assumissem como feministas, quer não. Puderam mesmo contar com vozes masculinas, como por exemplo Bernardino Machado. A questão da educação prendia-se com outra, essa de recorte mais tradicional, a da definição do que era uma boa mãe. Todas as mães deveriam ter conhecimentos de puericultura para tratarem convenientemente os seus filhos. Para as nações, a população era uma riqueza e o cuidar das crianças não era uma tarefa despicienda, devendo ser levada a cabo com base no que a ciência poderia ensinar. Uma boa mãe tinha de *saber*. Para a sensibilidade republicana, uma boa mãe poderia ensinar a sua prole a ser um bom cidadão, logo, no seu raciocínio, um bom republicano.

Uma das portas de entrada da mulher foi através do mundo cultural, da literatura, da imprensa e da arte. O mundo da imprensa era, sem surpresa, ainda esmagadoramente masculino no final do século XIX. A imprensa generalista não deixava totalmente de parte as mulheres. Aliás, o público feminino começou a ter interesse e a ganhar algum espaço – ainda restrito – nas estratégias editoriais. No entanto, para a luta que pretendiam levar a cabo, não interessava uma secção de modas, nem um folhetim próprio para as mulheres. O que era interessante era que existissem publicações que pensassem a condição feminina. Era importante escrever para mulheres, *por mulheres*. O melhor exemplo desta forma de criar um espaço público e uma comunidade foi o *Almanaque das Senhoras*, fundado por Guiomar Torreção em 1871 e publicado até 1925. A literatura foi outra das portas de entrada das mulheres no mundo masculino. Estas não se abalançaram a todos os géneros literários, existindo preconceitos, parecendo que alguns campos eram mais adequados à escrita feminina. Foi através do romance, da poesia e da literatura para crianças que as mulheres começaram a aceder ao espaço público. Várias autoras consideraram que existia uma especificidade feminina na escrita que se associava à sensibilidade, à ternura e mesmo à “inteligência do coração”⁷⁶. Esta fórmula é interessante e merece um comentário. Se os homens consideravam que a mulher era o coração e não a cabeça, a ideia de que pode haver este tipo de inteligência significa que de alguma maneira as mulheres interiorizaram e naturalizaram a sua ligação ao mundo dos afectos sem que isso signifique uma oposição à inteligência.

⁷⁶ Veja-se BARROS, Teresa Leitão de, *Escritoras de Portugal. Génio feminino revelado na literatura portuguesa*, Lisboa, s.n., 1924.

Foi com a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (LRMP) que o feminismo se cruzou com o republicanismo, embora tivesse partilhado outros combates como o do direito à educação. A sessão preparatória da fundação da Liga em Agosto de 1908 foi presidida por Ana de Castro Osório e secretariada por Bernardino Machado e Magalhães Lima, tendo lugar no Centro António José de Almeida. A ideia de criação da Liga tinha tido origem nos republicanos, nomeadamente António José de Almeida, que convidavam as senhoras a prestarem o seu concurso, de forma organizada ao combate republicano. Trabalhar pela República era trabalhar por um futuro melhor e mais risonho para os filhos que estas mulheres deveriam saber educar para serem bons cidadãos. No entanto, a Liga foi mais do que um instrumento republicano, tendo uma agenda própria, constituindo-se como uma organização feminista. A Liga não foi a primeira organização de mulheres em Portugal, muito embora o atraso em relação a outros países europeus fosse enorme. Podemos fazer referência à Liga Portuguesa da Paz, fundada em 1899 e, ao incontornável Grupo Português de Estudos Feministas, criado em 1907, com Adelaide Cabete, Ana de Castro Osório, Carolina Beatriz Ângelo e Maria Veleda. A LRMP foi, contudo, a primeira organização político-partidária feminina.

A galáxia republicana tinha por base a partilha de uma determinada cultura política que se entendia como moderna, avançada e progressista e que foi sempre caracterizada por uma vontade de proselitismo⁷⁷. Muito embora fazendo parte de um vasto caudal de modernidade, os republicanos procuraram trazer os outros afluentes para a sua causa. O denominador comum de todos estes grupos e agentes era essencialmente político e cultural associando livre-pensadores, anticlericais, socialistas, feministas, pacifistas, liberais, progressistas, homens ligados à educação e instrução, um vasto caudal de homens e mulheres que se pensavam como cidadãos e, assim, procuravam um espaço de intervenção na cidade. Esta base política e cultural foi o substrato para os seus entendimentos com outras forças políticas, sociais e culturais. No entanto, é de notar que a ideia de república conseguiu hegemonizar o campo progressista. O republicanismo partilhava com outras forças uma cultura política assente no livre-pensamento, no positivismo, no cientismo, no anticlericalismo, na necessidade de educação. A cultura política portuguesa deste sector que se entendia como progressista devia muito ao positivismo de Augusto Comte (sem a vertente religiosa), à leitura de

⁷⁷ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).

Litré, bem como ao monismo de Haeckel. Podemos encontrar neste caldo cultural o socialismo de Proudhon e o evolucionismo de Darwin.

Este republicanismo desejava o progresso, acompanhado de ordem, numa sociedade mais justa e democrática. Era o que ao tempo parecia mais moderno e inovador. A partir dos anos setenta do século XIX lutara para afirmar a sua novidade face a uma sociedade considerada atávica. Neste sentido, podemos olhar para 1871 e para as Conferências do Casino como um questionar filosófico e científico das certezas de uma sociedade.

No caso do republicanismo, este movimento tinha respostas e sabia, com uma certeza científica e quase messiânica, qual o caminho a trilhar.

Este vasto conjunto de agentes e organizações que confluem no republicanismo trabalhavam tanto para a concretização dos seus objectivos específicos como para os comuns. Destes é importante fazer referência a dois, que se prendem com a questão política e a questão religiosa: lutava-se contra a monarquia, vista como a raiz de todos os males na vida política de então, e contra o peso da igreja católica, muito especialmente dos jesuítas, obstáculo a uma almejada transformação do súbdito em cidadão. Lutava-se contra o que a Igreja e contra o que ela tinha de anti-moderno. A luta contra o Centenário de Santo António, inserida num âmbito mais vasto levantado pela questão religiosa, foi, aliás, um dos exemplos da reunião de esforços entre anarquistas, como Bartolomeu Constantino e Martins Vagueiro, socialistas, como Ernesto da Silva, e liberais e republicanos, sempre com a preciosa ajuda de jornalistas e órgãos de imprensa.

2.2.2. A questão social

As preocupações sociais também não estiveram ausentes do ideário republicano. Os trabalhadores tinham um papel a representar no combate que se avizinhava; mas este, tal como era pensado pelas sensibilidades republicanas, não correspondeu a todas as expectativas dos todos os trabalhadores.

De Teófilo Braga se escreveu em 1918 que, no seu trabalho de propaganda, visto como um apostolado “(...) tem seguido o princípio da disciplina positiva para o estabelecimento da ordem social: aproximação entre os filósofos, os proletários e as mulheres, como os menos corrompidos pelas noções teológicas e metafísicas, melhor

cooperarão para o advento da idade normal.”⁷⁸ Os proletários eram necessários à transformação defendida pelos republicanos.

Durante os tempos de combate e de propaganda, desde a formação até ao 5 de Outubro, o PRP caminhou lado a lado com outras forças que se pensavam progressistas e modernas, nomeadamente os socialistas e anarquistas. As relações entre estes diferentes campos políticos não foram sempre fáceis, discordando, por vezes, em questões de princípios, de tática ou estratégia. Partilhavam ideias, mas podiam discordar de prioridades, nomeadamente entre a questão política e a social.

A peça intitulada *5 de Outubro*, escrita por Manuel Gonçalves e publicada em 1912, fornece-nos uma visão simples da chamada questão social. A primeira cena passa-se entre Paulo, mais conservador e sogro de António, marinheiro e o amigo deste Mateus, reformado da armada:

“Paulo – Ah! Com a república passo a ser rico!?”

Mateus – Tu não, mas talvez os teus. Pois então.

António – E de mais veja, vossemecê que foi sempre um trabalhador honrado, que devia ter agora a tranquilidade da velhice assegurada, vive quase em luta com a miséria, por culpa dos esbanjamentos imorais dos governos, que apenas se esforçam por conservar o povo na mais absoluta ignorância.”⁷⁹

Em primeiro lugar, a República era a expectativa difusa de dias melhores, que chegariam. Por outro, o discurso republicano acentuava as diferenças socioeconómicas da sociedade portuguesa, salientando a ideia de governos esbanjadores, o que contrastava com a miséria do povo trabalhador.

As diferentes perspectivas entre o republicano, na figura do marinheiro António, e os operários, na figura de José, estão patentes no diálogo travado:

“António – No teu entender, devemos então conservar o existente.

⁷⁸ *Quinquagenário. 1858 a 1908. Cinquenta anos de actividade mental de Teófilo Braga julgados pela crítica contemporânea de três gerações literárias*, homenagem organizada por Marques Braga, Afonso Lopes Vieira, Magalhães Lima, Agostinho Fortes, Mayer Garção, Boto Machado, Álvaro Afonso Barbosa, Frederico Parreira, Urbano Rodrigues e Heliodoro Salgado, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos e C.^a, 1908.

⁷⁹ GONÇALVES, Manuel, *5 de Outubro. Episódio da Revolução em 2 actos*, Lisboa, Editor Arnaldo Bordalo, 1912.

José – Não me compreendeste. O que eu quero dizer, é que no regime republicano, o governo continuará a defender o capital, visto ser constituído por capitalistas; e, quando o não seja, terá compromissos que a eles o liguem. Portanto a miséria continuará.

António – O que te digo é que não chegarás onde ambicionas, sem passar por todos os pontos da escala social.

José – Não julgues que de algum modo, pretendo tolher a acção dos republicanos, antes pelo contrário, tudo o que seja caminhar nos aproximarmos do grande ideal de perfeição humana, tem em mim um adepto. No entanto direi que a república não será mais que uma *etape* a marcar na marcha gloriosa da humanidade a caminho desse ideal.

António – Verás um dia que é muito melhor do que tu julgas. Vê-se que não conheces bem o programa do partido.⁸⁰

Este diálogo parece retirado de uma espécie de cartilha de definição das relações entre estes grupos. O argumento central é o da necessidade de primeiro implantar a República, antes de se poder pensar noutros combates. E, depois de implantado, o novo regime, perceber que, paulatinamente, as condições socioeconómicas iriam melhorar. Muito embora uma parte do movimento republicano desse prioridade à questão política, existiu sempre um grupo que desejava uma sociedade pautada pela dignificação do mundo do trabalho.

2.2.3. Convergências

Discípulo de Teófilo Braga, Teixeira Bastos, por exemplo, assimila aspectos do programa socialista operário. A questão política detinha a centralidade no discurso propagandístico republicano, em detrimento de outras como a económica e a social, ao contrário das correntes socialistas. Isto não significa que estas preocupações estivessem ausentes. Fernando Catroga⁸¹ mostrou como nalguns sectores se verificou a fusão da ideia republicana e socialista e mesmo a republicana e anarquista. Não se separava a

⁸⁰ *Ibidem*.

⁸¹ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).

questão do regime e a questão social. Neste caso cumpre referir os nomes de Teixeira Bastos, Felizardo Lima, Heliodoro Salgado e Boto Machado.

O Círculo de Estudos Sociais Teófilo Braga, de entre as suas preocupações, procurou “Estudar a questão debatida entre o Capital e o Trabalho, no sentido de procurar que a emancipação dos trabalhadores possa realizar-se sem quebra da lei natural da evolução pela eliminação e atenuação sucessivas das iniquidades tradicionais.”⁸² A emancipação dos trabalhadores era entendida, contudo, de uma forma gradualista, sem rupturas. Ou seja, os interesses, considerados legítimos, não deveriam pôr em causa o quadro da *lei natural*. Para Fernando Catroga, a criação deste grupo corresponde a uma tentativa de tornar o PRP mais atento às questões sociais⁸³.

A defesa dos interesses dos trabalhadores, pelo republicanismo, não deixava de ser pensada no quadro de doutrinas ordeiras que não se confundiam com opções revolucionárias, socialistas ou anarquistas. Boto Machado recordou o Grupo Republicano de Estudos Sociais de 1896 e considerou que correspondeu ao “(...) renascimento da esperança no porvir e um forte movimento nervoso, de alento e entusiasmo, em todo o organismo do partido democrático.”⁸⁴

Algumas das ideias do republicanismo social e progressista eram caras à intelectualidade ligada ao movimento operário. No período de assalto ao poder, de conspiração e de revolução, os republicanos, não sem receios, apelavam para a participação popular, inflamavam as audiências nos seus comícios, fazendo crer que feita a República a sua vida iria melhorar substancialmente. E os trabalhadores não deixaram de sonhar com essa nova existência, não deixavam de se entusiasmar com a ideia de revolução. Muitos deles abandonaram os seus grémios profissionais e políticos, motivados pelo entusiasmo e confiança cega nos republicanos e numa determinada ideia de República. Foi o que vários historiadores, de entre os quais Fernando Rosas, chamaram de “bloco social do 5 de Outubro”⁸⁵, que continha o radicalismo urbano e o mundo do trabalho, que viabilizou a revolução.

Já no século XX, o republicanismo, que sempre fez referência à necessidade de reorganização das forças produtivas e defendeu a ideia de fomento para construir a

⁸² *Arquivo Republicano*, n.º 1, Janeiro de 1910.

⁸³ CATROGA, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1911*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

⁸⁴ QUEIROZ, Vasco de Barros, *Episódios da vida do político Thomé de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, 1985.

⁸⁵ Veja-se, por exemplo, ROSAS, Fernando, *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.

regeneração do país, tratou de questões económicas, como por exemplo a remodelação do sistema tributário⁸⁶ (supressão de impostos de consumo e redução dos direitos de importação de géneros de primeira necessidade). Segundo Bernardino Machado⁸⁷, os impostos de consumo (incluindo os da renda da casa e transmissão da propriedade) deviam ser substituídos pelo imposto progressivo de rendimento.

O discurso com conotações socializantes acentuou-se nos anos anteriores ao 5 de Outubro, numa óbvia tentativa dos republicanos conquistarem os trabalhadores para o seu campo e para a sua luta. Queriam trazer para o seu campo os trabalhadores e os desfavorecidos. No comício de Viseu de 8 de Março de 1908, Artur Leitão afirmou que só o regime da democracia podia assegurar o trabalho nacional e proteger os pobres⁸⁸. Neste mesmo comício, os republicanos trataram da remodelação do sistema tributário e propuseram a supressão dos impostos de consumo que encareciam as subsistências⁸⁹.

As convergências entre os republicanos e outros grupos com preocupações sociais tinham locais e tempo próprios para acontecerem. Em 1908, Boto Machado, republicano próximo do mundo do trabalho, proferiu uma conferência nos corticeiros em Almada. Explicou o conceito de liberdade, como direito e como dever. Não bastava a liberdade política e civil, era necessária a liberdade e a igualdade económica, a igualdade de meios e condições⁹⁰. Mais tarde, ainda no ano de 1908, Boto Machado explicaria que os princípios de socialização e de cooperação social só podiam tornar-se efectivos com o regime republicano. Na defesa que fez da necessidade de os republicanos tomarem a Câmara de Lisboa considerou que o município era a pedra angular da democracia e defendeu a acção municipalizadora das comunas como parte da solução para o problema económico⁹¹.

Bernardino Machado, no comício de Setúbal, local de significativa concentração operária, em Julho de 1908, afirmou: “Não esquece o partido republicano o proletariado português que tão aflitivamente vive, sem protecção para o seu trabalho e sem instrução para os seus filhos.”⁹²

⁸⁶ “Moção que foi votada pelo povo de Lisboa em comício de dia 10 de Dezembro de 1905”, *A Lucta*, n.º 193, 14 de Julho de 1906.

⁸⁷ *A Lucta*, n.º 571, 30 de Julho de 1907.

⁸⁸ *O Mundo*, n.º 2635, 9 de Março de 1908.

⁸⁹ RIBEIRO, Armando, *O começo de um reinado – seguido de A caminho da República (2.ª parte) e A revolução Portuguesa (3.ª parte)*, Lisboa, João Romano Torres & C.ª, s.d.

⁹⁰ *O Mundo*, n.º 2646, 20 de Março de 1908.

⁹¹ *O Mundo*, n.º 2774, 27 de Julho de 1908.

⁹² *O Mundo*, n.º 2760, 13 de Julho de 1908.

No segundo aniversário do Centro Bernardino Machado em 1909, em Alcântara, baluarte operário, os discursos foram pensados levando em conta a sensibilidade política da audiência. Alfredo Ladeira, socialista, explicou que os ideais dos seus ouvintes não se limitavam ao “ambiente escasso” da República, contudo, considerava-a como o primeiro passo para a realização das suas aspirações e que era na organização do operariado que residia a força do futuro⁹³. O discurso de Faustino de Figueiredo, sem surpresas, tratou também da questão do operariado, seus problemas e expectativas.

Em Maio de 1909, os republicanos foram ao Barreiro, local central na geografia da classe operária, para discursar para os corticeiros. Explicaram que havia quem quisesse desviar a classe operária da República, combatendo o partido republicano e afastando a classe operária. Ora, segundo o raciocínio dos republicanos, se estavam contra eles, estavam com a monarquia dos adiantamentos. Os republicanos, mesmo reconhecendo a importância da questão económica – o mesmo era dizer social –, consideravam que a prioridade era a política. Subalternizando a questão social, os republicanos forçavam os trabalhadores a escolher um dos lados da barricada: ou eles ou a monarquia.

Afonso Costa, em Dezembro de 1909, foi ao Porto, fazendo um importante discurso reproduzido nas páginas do jornal *O Mundo*, logo difundido muito para além do nível local. Ao fazer a análise da situação nacional, enumerando várias questões negativas, referiu o peso excessivo dos impostos, que penalizavam consumidores e pobres e chamou a atenção para a luta entre os que trabalham e os que devoram⁹⁴.

O congresso republicano de 1910, no dia do seu encerramento, não deixou de fazer uma saudação ao operariado português, numa manobra de convergência numa altura em que era necessária uma frente unida.

Em Julho de 1910, os republicanos reuniram-se em comício na avenida Morais Soares para protestar contra a conjuntura política. Neste, para além dos chefes do PRP, foram apresentados dois socialistas, Alfredo Ladeira e Sá Pereira. Estes oradores já não vinham explicar que a implantação da República era um meio para atingirem um fim mas, pelo contrário, cediam a sua posição à luta republicana. Alfredo Ladeira afirmou representar-se a si próprio e a um grupo de amigos que abriram uma dissidência no partido socialista porque este falseava a sua missão. Para Alfredo Ladeira, o “(...) verdadeiro socialista é o que acompanha o Partido Republicano.”⁹⁵ Os que combatiam

⁹³ *O Mundo*, n.º 3003, 15 de Março de 1909.

⁹⁴ Conferência de Afonso Costa no Porto, citada em *O Mundo*, n.º 3272, 10 de Dezembro de 1909.

⁹⁵ *O Mundo*, n.º 3475, 4 de Julho de 1910.

os republicanos eram pura e simplesmente traidores. Para Sá Pereira, só a República poderia dar as liberdades ao povo.

Os republicanos pareciam ganhar a partida. Neste caso não estavam a incorporar o discurso socialista ou socializante mas a relegá-lo para segundo plano, esvaziando a questão social. Os socialistas queriam-se republicanos e a prioridade era política, ainda que mascarada com tons socializantes.

Na Câmara dos Deputados do constitucionalismo monárquico, os republicanos não deixaram de marcar a sua posição no tocante à questão social, pela voz de Estêvão de Vasconcelos, deputado eleito por Setúbal, zona de significativa concentração operária, que apresentou um projecto relativo a acidentes de trabalho. Inspirava-se nas leis francesas 1898 e de 1905, posteriormente consolidadas no código de trabalho e previdência social. Estêvão de Vasconcelos apresentou a sua iniciativa, afirmando que:

“Esse projecto de lei refere-se à grave questão dos acidentes de trabalho, matéria que já se encontra legislada, por uma forma imediatamente exequível, em todos os países cultos e que apenas se compreende que ainda o não esteja entre nós por uma deplorável incúria ou talvez antes pelo propósito firme de não se resolverem assuntos, que são de grande interesse público, mas que podem levantar embaraços à política verdadeiramente nefasta de expedientes, paliativos e covardias com que a monarquia nos últimos anos se tem sustentado em Portugal.”⁹⁶

No fundo, propunha uma medida reformista, que já tinha, aliás, implementação nos países cultos e avançados. Mas há algo de muito interessante a reter das suas afirmações. Continua Estêvão de Vasconcelos:

“Em cerca de vinte anos de propaganda, sem nunca abandonar a questão política, porque sempre tenho entendido e continuo a entender, que ela está posta neste país por uma forma fundamental e iniludível, e sem me deixar arrastar pela corrente das grandes reformas sociais, por que as considero uma fórmula superior da civilização, que os povos apenas podem assimilar e resolver, quando primeiro tenham resolvido o problema da sua administração pelo seu equilíbrio

⁹⁶ Intervenção de Estêvão de Vasconcelos, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 6, 9 de Maio de 1908.

financeiro e pela moralização dos seus costumes políticos, nesses vinte anos de propaganda eu nunca deixei, Sr. Presidente, de insistir pela necessidade inadiável de se atender á situação precária das classes trabalhadoras.”⁹⁷

Tal como a maior parte dos republicanos, este deputado considerava que a prioridade era a questão política, ainda que não se pudesse abandonar os trabalhadores à sua sorte. “Ainda não”, parecia ser a palavra de ordem dos republicanos. Os trabalhadores deviam esperar que as condições ideais existissem antes que se pudesse passar à resolução da questão social, apesar da possibilidade de medidas que atenuassem a sua miséria.

Estêvão de Vasconcelos defendeu ainda que o PRP “(...) não tem deixado de tratar na imprensa, conferências e comícios os assuntos de maior oportunidade para a situação económica e para a vida social do novo português.”⁹⁸

Os jornais monárquicos criticavam as afirmações republicanas, procurando desmontar a eficácia da propaganda de cariz social. O *Correio da Noite*, utilizando um artigo do *Jornal do Comércio* permite-nos ver como as promessas republicanas eram ouvidas pelos seus opositores:

"É preciso dizer ao povo que a república não transforma pobres em ricos. É preciso dizer ao povo que na república, como na monarquia, se pagam impostos e se pagam dividas e tirar-lhe a ilusão de ideias como as que um orador republicano há dias apregoava aos eleitores dos arrabaldes, dando-lhes a entender que a crise vinícola, que a monarquia não resolve, o país a resolveria de pronto... proclamando a república.”⁹⁹

Para os republicanos, na fase de propaganda, a República era vista como a salvação da Pátria, o ideal, a possibilidade de atingir um estágio de maior perfeição. Afirmavam categoricamente “Com a República, Portugal pode ter a felicidade”.¹⁰⁰

Com um optimismo de base positivista, consideravam que a República seria uma realidade inelutável. O advento da República “(...) era sentido como uma consequência

⁹⁷ *Ibidem.*

⁹⁸ *Ibidem.*

⁹⁹ *Correio da Noite*, 1 de Abril de 1908.

¹⁰⁰ *O Século*, n.º 9438, 30 de Março de 1908.

inexorável de um destino inscrito na própria evolução cósmica (...)”¹⁰¹ "Segundo Teófilo, todos os problemas da nação, positivamente todos, teriam resolução definitiva e pronta com o advento da República."¹⁰²

Para além de uma campanha política, existiu um empenho numa campanha doutrinária, científica, pedagógica, cívica. Pretendia-se fazer uma “revolução cultural”¹⁰³, para que fosse possível levar a bom termo um processo evolutivo para um estágio civilizacional e societal superior. A “revolução cultural” passava pela educação e instrução formais, pela educação de adultos, pela defesa de causas consideradas modernas e progressistas e pela politização.

2.3. Os republicanos e o povo

Qualquer acção política tem a necessidade de reivindicar a capacidade, real ou suposta, de expressar os interesses de um grupo¹⁰⁴. Neste sentido, o republicanismo teria de expressar os interesses de alguém, de um conjunto de agentes ou de uma ou mais classes ou grupos sociais. Num sentido restrito, os republicanos podem representar as classes médias, as profissões liberais, comerciantes, mesmo alguns proprietários. Nas análises históricas feitas sobre este período os republicanos aparecem próximos da Lisboa não proletária das classes médias baixas e procuraram, paralelamente, tecer convergências com o mundo do trabalho. Embora o socialismo e o anarquismo existissem autonomamente, muitos dos seus elementos trabalharam lado a lado com os republicanos, constituindo uma frente de ataque ao regime monárquico. Os republicanos hegemonizaram o campo do protesto, conseguindo impor a necessidade de mudança do regime político, quer no sentido de um fim em si mesmo, para uns, quer como uma etapa necessária para uma diferente situação política, para outros. Há, por outro lado, indivíduos nas fronteiras entre estes grupos que se podem caracterizar por uma pertença simultânea e sobreposta aos mesmos, sendo a sua identificação e identidade política mais complexa e não redutível a apenas uma linha de pensamento e acção. Assim,

¹⁰¹ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).

¹⁰² Citado em MESQUITA, António Pedro, “O Pensamento Social e Político.” In CALAFATE, Pedro (dir.) e PIMENTEL, Manuel Cândido, (coord.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. IV, *O Século XIX*, tomo 2, Lisboa, Editorial Caminho, 2004.

¹⁰³ CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).

¹⁰⁴ BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

podemos falar de republicanos socializantes ou de socialistas que se aproximaram do republicanismo.

Se os republicanos surgem, como, aliás, a historiografia do período refere, associados a determinados grupos e agentes políticos e sociais, isso não significa que eles não se imaginassem de outra forma, reivindicando uma representação mais vasta e muito mais abrangente do que *apenas* esses grupos sociais. Sinal de um preconceito contra a ideia de facção e de uma vontade de credibilização política, os republicanos defendiam que não representavam uma parte mas o todo. No seu discurso, os republicanos ou representam o *povo*, ou pertenciam ao *povo*. A sua posição mais comum era a da consciência da alteridade, assumindo os republicanos a representação do povo, mas não estava ausente a ideia de identidade entre uns e o outro.

Os republicanos eram uma minoria no país, *lunáticos* em meados do século XIX, um conjunto de homens no início do terceiro quartel e um número muito significativo de homens e algumas mulheres no início do século XX. Ao pensarem a sua própria história associavam os momentos de crescimento à adesão popular resultante de um dos combates travados ou capitalizados pelo republicanismo.

Há uma primeira diferenciação no discurso republicano, tendo por base a conjuntura de 1891. O senador Constâncio de Oliveira, elogiando o velho combatente Teixeira Queiroz, considerou que “Em 1891 já os republicanos não constituíam o grupo dos lunáticos de 1868, que se reuniam no Pátio do Salema (...)”¹⁰⁵. Ou, dito de outra forma, os republicanos tinham consciência que tinham começado por ser um grupo muito reduzido mas, na sua perspectiva, tinham conseguido chegar à consciência nacional, daí esta associação constante com o movimento popular da conjuntura de 1891. É este o momento fundador da união entre republicanos e povo. Os republicanos tinham consciência que tinham começado por ser um grupo muito reduzido mas, na sua perspectiva, tinham conseguido chegar à consciência nacional, daí esta associação constante ao movimento popular da conjuntura de 1890-1891. A sua importância prende-se com dois aspectos: em primeiro lugar a ligação forjada ao protesto popular e a forma como o movimento a conduziu/dinamizou; em segundo lugar, a revolta republicana de 31 de Janeiro de 1891, a primeira tentativa deste género que se saldou numa derrota, produtiva, é certo, já que se constitui num momento central da gesta republicana.

¹⁰⁵ Intervenção de Constâncio de Oliveira, *Diário do Senado*, sessão n.º 19, 23 de Julho de 1919.

Se bem que estes momentos, nos quais o republicanismo capitalizava o descontentamento popular, o dinamismo do movimento fosse significativo, não podemos afirmar que o seu crescimento foi contínuo e linear. Uma coisa é certa, o republicanismo não era maioritário no campo político português. Os republicanos tinham, obviamente, consciência deste facto. Aliás, os monárquicos não deixavam que os republicanos esquecessem que eram uma minoria. Existe a dificuldade de determinar a questão da maioria e da minoria num país sem sufrágio universal nem outros indicadores que expressem as preferências políticas da maior parte da população, esmagadoramente analfabeta e pouco (para não dizer nada) politizada. Se olharmos para o parlamento, a maioria é monárquica, tal como no poder local, governos civis e nas várias instâncias do Estado. No entanto, com aquele sistema eleitoral, sobretudo depois das reformas de final do século XIX e com a “ignóbil porcaria” de 1901, dificilmente seria de outra forma.

Dos sentimentos e inclinações da maioria da nação que não votava ou não se interessava por política é difícil aferir. Podemos duvidar das profundas convicções monárquicas do povo, essa entidade tão poderosa como difícil de definir. Para muitos, a maioria era *neutra*, logo passível de ser conquistada. Os republicanos manifestavam essa convicção: “(...) o que o partido republicano consegue da população de Lisboa, facilmente conseguirá da população portuguesa no dia em que a República for proclamada. Só então obterá do país essa obediência voluntária que resulta da conciliação entre liberdade e ordem.”¹⁰⁶

O certo é que para os republicanos, esta definição era mais simples. Entendiam ser os representantes do povo, eram a consciência e a aspiração do país. Aliás, de acordo com uma leitura de inspiração positivista, à elite cultural, de entre as diferentes partes da sociedade, caberia a função de direcção e domínio do social. Os republicanos reivindicavam a capacidade de falar *pelo* povo. Fazem a ponte e a mediação entre essa entidade e utilizam-na como forma de legitimação do seu próprio discurso e combate. Povo aparece como a razão e o destinatário das preocupações republicanas. Esta figura doutrinária tem um papel central na militância política republicana a nível dos dirigentes e dos intelectuais, apesar de ser de difícil definição, aberta a várias configurações e reconfigurações.

¹⁰⁶ *O Mundo*, n.º 2747, 30 de Junho de 1908.

Os republicanos modificaram os termos da equação política, invertendo o sentido da minoria e da maioria: os republicanos, na qualidade de representantes do país, não eram a minoria. Os monárquicos, não tendo uma ligação com o povo, não sendo os seus deputados, passam a ser um grupo restrito e oligárquico, divorciado da nação. Os republicanos acentuavam uma divisão entre os governantes, pensados numa acepção pejorativa como o “polvo”, e os governados, a que se associava a ciência e o trabalho. Os monárquicos não deixavam de estar atentos e de contrariar esta visão do republicanismo. O *Diário Ilustrado*, por exemplo, perguntava, a propósito do que consideravam ser a exploração política do terramoto de Benavente, em 1909:

“O que existe de comum entre os republicanos e a nação? Já os viram francamente tomar parte nas nossas festas, quando, por exemplo, a Pátria aclama os seus heróis, e celebra os triunfos e as glórias que os homens d’armas, em distantes paragens, tem ininterruptamente alcançado para o nome português, continuando a escrever com o seu sangue o épico poema que é a parte mais bela e imorredoura da historia d’este povo? Já os viram nos transe amargurados da nossa vida nacional, atirar para o lado a sua república, as suas raivas, os seus rancores esverdinhados, as suas implacáveis ambições do mando e de tudo quanto o poder proporciona—e exclamarem, num espontâneo movimento de patriotismo e de humanidade: Aqui nos tendes, portugueses como vós e queremos padecer convosco, chorar convosco, e sentir como vós os males da Pátria?”¹⁰⁷

Para os realistas, o verdadeiro povo era o monárquico e católico, o *seu* povo. Neste excerto, é interessante constatar a associação entre a pátria e as glórias nas terras africanas, aqui tratadas como se exclusivamente ligadas à sensibilidade monárquica. No entanto, o movimento republicano utilizava esta mesma ideia da necessidade de defesa do património colonial para construir o seu discurso, mas excluindo a monarquia da gestão das políticas que pudessem manter e desenvolver o Portugal ultramarino. É, ainda, importante constatar que os monárquicos se esforçavam por demonstrar que os republicanos eram uma facção, aproveitando politicamente os “transe amargurados” do contexto político nacional.

¹⁰⁷ *Diário Ilustrado*, 29 de Abril de 1909.

Se o povo era um conceito plástico e utilizável por diferentes campos políticos, é importante perceber como é que os republicanos o imaginavam. João Chagas, ao descrever a actuação parlamentar de Afonso Costa na sessão da Câmara dos Deputados de 19 de Junho de 1900, atribuiu-lhe as seguintes palavras: “ – Deixem estar que nesta partida quem tem a última palavra é o povo, e eu garanto-lhes que ele dirá de sua justiça!”¹⁰⁸ Que povo é este, constantemente evocado pelos propagandistas? Que povo é este, em nome do qual lutam? O que imaginam que seja e o que esperam dele?

O povo era um objecto exótico, na medida em que os republicanos reconheciam a sua alteridade e se assumiam como os mediadores entre esta entidade e o poder e, a seu tempo, os que iriam exercer o poder em seu nome. Na qualidade de objecto exótico, este outro, motivou o interesse dos estudiosos que se debruçaram sobre a cultura popular. Não estamos a considerar apenas nomes republicanos já que esta procura etnográfica foi transversal a vários quadrantes do mundo cultural. “A primeira geração liberal e romântica tinha dado uma atenção especial às raízes culturais da nação, nomeadamente através do estudo do cancionero popular, e valorizara a terra e as suas gentes nas obras literárias da época.”¹⁰⁹ Se existia a vontade de tornar o país inteligível para os portugueses¹¹⁰, acentuando-se a tendência nacionalista, também existia a vontade de conhecer o povo.

Neste campo de trabalho é importante referir o nome de Teófilo Braga, um dos mais importantes republicanos da chamada geração doutrinária. Das suas recolhas etnográficas ou como ele próprio dizia, do “vasto inquérito”¹¹¹ das tradições portuguesas que fez podemos destacar os *Contos Tradicionais Portugueses* (entendidos como documentos étnicos).

O primeiro passo da entrada na cena política de um novo personagem foi o reconhecimento, não só mas também pelos republicanos, do interesse que podia revestir o estudo do povo e do popular, bem ao gosto do romantismo e do nacionalismo do século XIX. A ideia de povo conquistou o campo intelectual e cultural, enquanto objecto de estudo e de interesse, transbordando depois para o discurso político.

¹⁰⁸ Citado em MARQUES, A. H. de Oliveira, *Discursos Parlamentares de Afonso Costa*, vol. I, 1900-1910, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1973, pág. 19.

¹⁰⁹ JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pág. 73.

¹¹⁰ *Ibidem*, pág. 74.

¹¹¹ BRAGA, Teófilo, *Contos tradicionais do povo português*, Porto, Livraria Universal, s.d. [1883], pág. V.

Os republicanos utilizaram a ideia de povo no seu discurso político de várias formas. Em primeiro lugar pela interpelação directa visando a acção. No processo de construção e fixação desta ideia, este grupo político chamava o povo à liça e à luta política. Na conjuntura de grande efervescência política de 1890-91, o *povo* foi interpelado, já que se esperava que se revelasse e se levantasse. Alberto Osório de Castro pediu-lhe:

“Povo! rasga viril, colérico, a mortalha!
Ressurge ao mundo novo!
Toma o rubro baptismo da metralha!
Vamos-te ver transfigurado, Povo!
Clarins de glória, rútilos, audazes,
Os nossos corações candentes ao teu lado,
As almas dos rapazes,
Da bruma radiosa do passado
Vêm surgir o teu vulto legendário.”¹¹²

Alberto Osório de Castro mantém a distanciação face ao conceito de povo, utilizando a perspectiva do observador. Do passado ressurgiria essa entidade mítica, aqui naturalizada, como se tivesse existido sempre. Ignorado pelos governos monárquicos, caberia ao povo voltar a ter um papel, deste feita o que os republicanos determinassem na qualidade de intelectuais e intérpretes da história.

Em segundo lugar, os republicanos insistiam na ideia da representação. Os republicanos, ainda que minoritários, representavam uma nação inteira contra os usurpadores. Esta ideia tornou-se mais clara sobretudo depois da eleição de deputados republicanos no parlamento monárquico. Estes, a partir de 1906, eram descritos como os representantes do povo numa clara oposição aos outros deputados, representantes da elite, dos privilegiados e da igreja. Bernardino Machado afirmava em 1909 que na luta contra o povo, o poder roubava-lhe o voto e lutava contra os representantes do povo, os republicanos¹¹³.

Mas se a representação era fundamental, continuava a existir um receio associado a esta entrada do povo ou das massas na cidade política. Assim, os republicanos, para além de pretenderem representarem o povo também o desejavam controlar. João Chagas

¹¹² CASTRO, Alberto Osório de, “Ao Povo!”, *Almanaque das Senhoras para 1921*, 1921.

¹¹³ *O Mundo*, n.º 3010, 22 de Março de 1909.

explicou esta questão quando escreveu sobre *Anarquia e Revolução*,¹¹⁴ explicando que o PRP era o único partido que controlava o povo e foi por causa da ditadura franquista o ter privado dos seus meios de acção que se tinha dado o regicídio. E se este não tivesse tido lugar podia ter-se registado uma insurreição não dirigida, que a seus olhos se tornaria delirante. Assim, o povo aparece ainda com foros de menoridade, uma entidade poderosa mas que tem de ser dirigida. A organização republicana surgia como o dique que separava Portugal do caos e da insurreição anárquica e violenta. A questão era exactamente o receio da política feita na rua e controlada pela rua. Dependendo do ponto de vista ou do lugar no campo político, o povo podia transformar-se em canalha. Os republicanos esforçavam-se por distanciar as suas gentes da imagem de desordem, da possibilidade de poderem ser considerados malfeitores, desordeiros ou a escória social. A possível confusão entre povo e canalha, na leitura dos republicanos, só era feita quando os seus inimigos não queriam reconhecer a força do povo revoltado. No fundo, tratava-se de uma posição ambígua e ambivalente em relação à possibilidade da autonomia do povo, reconhecendo-se e, simultaneamente, temendo-se a sua força.

Era fundamental firmar a ideia de que o povo republicano não era *canalha*. João Chagas explicava-o de forma muito clara: “Em Lisboa não existe a canalha. A canalha é a escória social dos malfeitores, dos assassinos e dos ladrões e estes em Lisboa são contados.”¹¹⁵ Ou seja, o que Chagas defendia era que os inimigos do republicanismo chamavam ao povo canalha como forma de evitar reconhecer a força do povo revoltado. Existiu, aliás, para além de Chagas, uma forte reacção republicana sempre que os monárquicos falavam pejorativamente da canalha, cuja utilização neste sentido foi sempre duramente criticada.

Alguns políticos republicanos procuravam ultrapassar a ideia de que representavam o povo, para tentar explicar que *eram* também eles povo. António José de Almeida utilizou amiúde esta relação de proximidade – e por vezes identidade – entre ele e o povo, recorrendo frequentemente a argumentos ligados com o afecto. António José de Almeida “amava” o povo, do qual fazia parte. Falava-lhe de coração para coração. Fazia-se uma apologia do homem sentimental e do político como um romântico. O manifesto do Directório de Abril de 1911 considerou que, entre outras razões, o regime monárquico tinha de falir “(...) porque não soube amar o povo.”¹¹⁶ Numa conjuntura

¹¹⁴ *O Mundo*, n.º 2670, 13 de Abril de 1908.

¹¹⁵ *O Mundo*, n.º 2667, 10 de Abril de 1908.

¹¹⁶ *O Mundo*, n.º 3757, 16 de Abril de 1911.

diferente, em 1917-18, Sidónio Pais vai retomar esta retórica da afectividade para forjar uma suposta aliança com o povo.

Não se tratava contudo de um povo qualquer. Para alguns republicanos, já não se estava a falar de uma entidade que vinha da noite dos tempos. Ser povo implicava um conjunto de condições que exigia uma determinada postura, uma vontade e uma politização.

João Chagas, numa das suas cartas políticas, trata do “nascimento” do povo¹¹⁷. Defendeu que o povo não se improvisou, sendo antes obra de uma gestação lenta. O povo não existia até ao 4 de Maio de 1906: não ia à urna, não lia jornais que advogavam a sua causa, aceitava de braços cruzados a perseguição dos seus defensores e aceitava sem protesto todas as opressões. Com o 4 de Maio de 1906 (incidentes de grande violência no Rossio entre a multidão que esperava Bernardino Machado e a força pública), o povo de Lisboa ficou diferente, o povo nasceu. Assim sendo, o povo existe ou passa a existir quando tem as ferramentas críticas para se entender, e aqui a ajuda do jornal popular é central, e quando começa a agir em conformidade. Assim sendo, esta definição de povo excluía uma parte da nação, o povo rural que não dispunha das ferramentas críticas para ter consciência de si. A negligência dos republicanos face a esta massa indistinta que potencialmente podia ser povo pode ter criado um fosso intransponível entre o movimento (e depois a República no poder). Podemos, outrossim, encontrar uma clivagem entre os republicanos enquanto intelectuais e um povo analfabeto e que não se sabia verdadeiro detentor da soberania. Agora que existe porque é reconhecido, o povo é chamado a cumprir a sua missão. A consciência de si implicava necessariamente a acção. O país precisava do povo, sem ele era apenas um feudo de senhores e de reis. A decadência de Portugal era associada à ideia de que o povo estava a ser sufocado.

No republicanismo também existia a ideia da pureza e da superioridade do povo. Alfredo de Magalhães apresentou-se no Grupo Tomás Cabreira para proferir uma conferência intitulada *O Povo e as classes cultas*, em Julho de 1910. Para este republicano, “Todos os estímulos e todos os motivos no renascimento residem na alma e no espírito do povo, cuja mentalidade simples e pura vale mais na sua mediania do que a inteligência premeditada das classes consideradas cultas.”¹¹⁸ Alfredo de Magalhães não se coibiu até de criticar alguns corifeus da Universidade de Coimbra. A alma dos chefes deveria vibrar com a do povo. Só assim, encarnando as qualidades do

¹¹⁷ Citação das *Cartas Políticas* em *O Mundo*, n.º 3176, 5 de Setembro de 1909.

¹¹⁸ *O Mundo*, n.º 3489, 18 de Julho de 1910.

povo e as suas aspirações, se era verdadeiramente chefe. É curioso verificar que a propaganda sidonista recupera e reactualiza este tema.

O elogio da grandeza do povo podia aproximar-se de um paternalismo e conseqüente menorização. Brito Camacho considerou que o povo tinha um “(...) peito de criança onde só há ternura.”¹¹⁹

Apesar do proclamado amor da República pelo povo e da defesa de representava o repositório das virtudes como a pureza e a força, há momentos em que surgem dúvidas. Raul Brandão expressou-as quando descreveu os acontecimentos durante o golpe sidonista de Dezembro de 1917: “Pela primeira vez o povo de Lisboa, que defendeu os bancos em 5 de Outubro, aproveita a ocasião e assalta as lojas.”¹²⁰ Que povo foi o que assaltou a casa de Afonso Costa durante a revolução sidonista? Durante a vigência do regime, os republicanos vão ter uma relação complicada com o povo. À semelhança do movimento, também o povo republicano se dividiu em diferentes sensibilidades políticas, reflexo de uma conjuntura na qual a política, e conseqüentemente as divergências, estava na ordem do dia. No entanto, sempre que a República se encontrava ou se imaginava em perigo, o povo retomava uma maior centralidade no discurso político.

2.4. Ser republicano num país monárquico

Pensar o que é ser republicano num país monárquico é uma forma de analisar a questão da identidade social e política de diferentes indivíduos.

Ser republicano – e sê-lo significou em boa parte dos casos ser livre-pensador e/ou anticlerical e/ou maçom e/ou carbonário, para referir apenas algumas das associações possíveis – no Portugal pré-1910 não era uma posição fácil. Em certos meios, as fronteiras da identidade de grupo eram fluidas, nomeadamente entre carbonários e anarquistas, ou entre republicanos socializantes e socialistas. Para compreender a acção na esfera social não basta colocar as pessoas numa determinada categoria e identificar os seus putativos interesses, como adverte Margaret Somers: “A narrative identity assumes that social action can only be intelligible if we recognize that people are guided to act by the structural and cultural relationship in which they are embedded and by the

¹¹⁹ *A Lucta*, n.º 20, 20 de Janeiro de 1906.

¹²⁰ BRANDÃO, Raul, *Memórias*, vol. III, *Vale de Josafat*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d. (1933), pág. 65.

stories through which they constitute their identities – and less because of interests we impute to them.”¹²¹

A pertença a estes grupos – com a dificuldade inerente na análise de explicar a escolha – materializava-se na adesão formal a associações que, por seu turno, definiam as características e o putativo comportamento dos seus membros. No entanto, tal não nos deve levar à conclusão de que não existiam diferentes níveis de adesão e de sentimentos de pertença a esta(s) comunidade(s). Existia, por outro lado, uma tensão entre a identidade individual e os constrangimentos das estruturas sociais de um país conservador e católico.

O senador Constâncio de Oliveira lembrou, em 1919, lamentando a sua morte, um velho republicano, Teixeira de Queiroz, que “(...) trabalhou pela República, mesmo no tempo em que era perigoso ser republicano.”¹²² Dele disse que fora um amigo da República, expondo-se a inúmeros sacrifícios para realizar o seu ideal. Há uma ideia construída pelos republicanos, que em parte corresponde a dificuldades várias que encontraram na afirmação do seu percurso político, que pode ser resumida na construção de uma narrativa de entrega generosa destes homens a uma causa. Maria Veleda, nas suas memórias, fez referência às críticas de que foi alvo, depois de ter iniciado a sua actividade política: “Como era natural, a propaganda que então iniciei, atraiu sobre mim a reprovação dos contrários, salientando-se nas objugatórias que me eram dirigidas, *O Portugal* (...). Fui ridicularizada, infamada, rebaixada até ao cúmulo! Não houve apodo que para mim não escolhessem nem vilipêndio a que me poupassem.”¹²³

Da mesma maneira que se vai recriando e divulgando o que era a República, o movimento vai ter especial atenção com a apresentação dos republicanos. Que imagem ou que imagens é que os republicanos vão criando de si próprios? Para além das diferenças pessoais entre os republicanos percebe-se no seu discurso a existência de um denominador comum. Há uma espécie de cânone na descrição do que é um republicano e das suas virtudes e estas são essencialmente cívicas. No entanto, a virtude não é uma característica unicamente privada já que se relacionava directamente com a vida social e da comunidade, com a coisa pública.

¹²¹ SOMERS, Margaret, “The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach”, *Theory and Society*, vol. 23, n.º 5, 1994: 605-649.

¹²² Intervenção de Constâncio de Oliveira, *Diário do Senado*, Sessão n.º 19, 23 de Julho de 1919.

¹²³ VELEDA, Maria, “Memórias de Maria Veleda”, *República*, 7 de Março de 1950.

Antes de avançarmos para outras definições do que era ser republicano, é preciso equacionar a questão afectiva e muitas vezes quase religiosa: “Eu, meu senhor, explica ao Presidente do Tribunal, não sei o que é a República, mas não pode deixar de ser uma coisa santa. Nunca na Igreja senti um calafrio assim.”¹²⁴

O que se propunha aos que aderissem à causa republicana era muito mais do que a pertença política ou a militância partidária. Se ser republicano poderia ser difícil num mundo monárquico e conservador, o que se oferecia era a pertença a um grupo coeso, com laços políticos e afectivos. De uma forma concisa, era a entrada numa família política. A ideia de família comportava a ideia de entreatajuda e de protecção. Em 1908, Bernardino Machado explicou a uma assembleia o que era ser republicano e o que significava a República¹²⁵. Mais do que um partido, a República era uma família, permitindo um abraço fraternal.

A adesão e o combate pelo republicanismo, por muito que estivessem imbuídos na ideia de missão, não deixaram de ter motivos menos altruístas. Por muito que se colabore num movimento ou num partido como forma de alcançar bens colectivos, lutando por uma causa, há outras razões que explicam o contributo individual e que podem, também, passar pela possibilidade de ter acesso a benefícios privados, para além da satisfação pessoal de ter colaborado numa luta muito significativa.

Ainda antes da república se tornar poder, os republicanos olhavam pelos seus e fazê-lo significava também a subsistência económica. Emílio Costa explicou que nos últimos anos da monarquia se tinham multiplicado as organizações de defesa contra o que entendia serem as prepotências dos governantes:

“Entre elas como uma das mais em destaque, ainda que das mais modernas, contava-se o Vintém Preventivo, uma das mais inteligentes e por isso das que melhores resultados produziram. O Vintém Preventivo, viu muito bem que a maior defesa de um regime está na vida difícil daqueles que o combatem. Por isso o objectivo principal do Vintém Preventivo era auxiliar os seus contribuintes não com a esmola, mas procurando-lhe trabalho remunerado, que

¹²⁴ CHAGAS, João e ex-Tenente COELHO, *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Lisboa, Empresa Democrática de Portugal, 1901, pág. 407.

¹²⁵ *O Mundo*, n.º 2739, 22 de Junho de 1908.

por perseguição política ou outro motivo não desonroso, se achavam desempregados e portanto em péssimas condições para a luta.”¹²⁶

O Vintém Preventivo oferecia lugares de professores para fora de Lisboa e pedia a quem precisasse de empregados para o comércio e para a indústria que entrasse em contacto com esta organização¹²⁷. A mesma organização oferecia também tradutores. Em Abril de 1910, o Vintém Preventivo, contando sete meses de existência arranjava emprego a 157 correligionários e auxiliou financeiramente avultado número de republicanos¹²⁸.

A ideia do que era um republicano esteve sempre associada à ideia de cidadão. Este é um conceito fundamental para o liberalismo político, na sua acepção genérica, contendo a definição diferentes escolas e matizes político-filosóficas. O cidadão é uma entidade que pertence à *cidade*, entendida com o espaço político. Para os republicanos o cidadão é um animal político, no sentido aristotélico, e a sua natureza é a participação política. O cidadão existe na sociedade civil e é simultaneamente membro de um Estado. Tem interesses privados mas, fazendo parte de uma comunidade política, tem de levar em consideração o bem público e geral. A sociedade era entendida como um todo orgânico que exigia a solidariedade das partes que a compunham. Existia, no entanto, uma tensão entre o cidadão individual atomizado e a pertença a uma comunidade maior. Os liberais acentuam a ideia de tolerância e a importância dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de consciência. Estes evitam a opressão da maioria. Para os republicanos a virtude cívica é central e serve para contrabalançar o individualismo dos interesses privados.

A dedicação do cidadão à causa pública criava a oportunidade para a vida virtuosa, mas esta acção implicava a reciprocidade dos outros, que deveriam participar do mesmo modo na vida da comunidade. Assim, a acção republicana deveria ultrapassar os interesses individuais e fazer sentido numa comunidade de cidadãos independentes que interagiam de uma forma consciente¹²⁹.

¹²⁶ *Almanaque de A Lucta* para 1910-1911.

¹²⁷ Veja, por exemplo, *O Mundo*, Setembro de 1909.

¹²⁸ “Relatório do Directório do Partido Republicano apresentado no Congresso do Porto”, *O Mundo*, n.º 3410, 30 de Abril de 1910.

¹²⁹ GEISE, Jack P. “Republican ideals and contemporary realities”, *The Review of Politics*, vol. 46, n.º 1, 1984: 23-44.

Em 1878, cria-se que “Modernamente cidadão é todo o homem, mas aplica-se geralmente ao homem que de algum modo entra na acção legal do seu país.”¹³⁰ A esta primeira definição, os republicanos acrescentavam a ideia que cidadão é aquele que chegou à idade da razão, que tem responsabilidade própria e vive pelos seus meios, ou seja pelo trabalho. De certa forma, para a independência do republicano é importante que tenha um mínimo de segurança económica e material. A igualdade republicana não implicava que se estivesse a falar da igualdade de condições económicas e materiais privadas, relacionando-se antes com a ideia de que a lei deveria ser feita para todos e que cada cidadão tinha o dever de participar na vida pública.

Para além da definição genérica do que era um cidadão, enquanto indivíduo consciente dos seus direitos e deveres na cidade política, os republicanos utilizaram outra mais específica. Em rigor, a ideia de cidadão, na sua acepção mais lata podia englobar tanto monárquicos como republicanos. Era necessário especificar melhor o que se queria como cidadão e neste sentido surgiu uma clarificação ou uma especificação.

O republicano deveria ser o cidadão modelo. Em 1906, o Congresso do Porto definiu os cidadãos republicanos como todos os que professassem os princípios republicanos e conformassem os seus actos com os mesmos princípios¹³¹. Em 1908, no projecto de lei orgânica do PRP, retomou esta mesma definição¹³². No entanto, o cidadão republicano deveria também acatar a soberania do Congresso, promover a propaganda, inscrever-se no centro e na junta de paróquia, contribuir para o cofre do partido, observar a lei orgânica e inscrever-se nos recenseamentos¹³³.

Um republicano era um homem de carácter e esta característica não era exclusiva do foro privado mas também do público, na medida em que o cidadão agia de acordo com as linhas definidas pela ideia de virtude. O republicano era ainda aquele que era digno¹³⁴, que pautava a sua actuação pela delicadeza e pela elevação de sentimentos.

O republicano podia combinar a pertença a um centro ou a uma comissão do partido e, assim, ter de cumprir outros requisitos, somar deveres na composição do que era a sua imagem ideal e esta não deixava de ser uma forma de propaganda. Pelos estatutos da Associação do Registo Civil de 1912 ficamos a conhecer os deveres e direitos dos sócios. Assim, estes:

¹³⁰ COMISSÃO DE PROPAGANDA DO CENTRO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO DE LISBOA, *Os Direitos do Homem e do Cidadão*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1878.

¹³¹ *A Lucta*, n.º 179, 30 de Junho de 1906.

¹³² *O Mundo*, n.º 2682, 26 de Abril de 1908.

¹³³ *A Lucta*, n.º 179, 30 de Junho de 1906.

¹³⁴ *A Lucta*, n.º 24, 24 de Janeiro de 1906.

“(…) contraem o dever moral de não assistirem, sancionarem ou praticarem nenhum acto de culto religioso de qualquer espécie, assim como têm o dever de fazer em vida a sua declaração de que desejam ser sepultados sem nenhuma intervenção religiosa, diligenciando propagar a ideia da cremação de cadáveres, no intuito de fazer desaparecer a repugnância e o horror que a gente menos culta manifesta pela cremação.”¹³⁵

Um dos homens apresentado como um cidadão modelo foi Trindade Coelho. De facto, foi considerado como o perfeito cidadão¹³⁶. Foi considerado ainda como uma espécie de vítima da ditadura franquista e esta era, na óptica republicana, a chave de leitura que podia explicar o seu suicídio. Depois da sua morte, não foi esquecido. Podemos olhar para o ano de 1910. A 9 de Agosto realizou-se uma manifestação promovida pelo Grémio Solidariedade a que se juntaram outras organizações liberais, registando-se a presença de Miguel Bombarda, Simões Raposo, José de Castro e Maria Clara Correia Alves que evocaram a figura do escritor e do liberal¹³⁷.

2.4.1. Percursos

Interessa-nos procurar entender como é que se aprendia a ser republicano. Nas memórias referentes a este período do final da monarquia encontramos várias pistas que nos ajudam a compor percursos para o republicanismo, para o socialismo, para o anarquismo, para o livre-pensamento ou ainda para uma atitude auto denominada de progressista ou avançada. Ou dito de outra forma, procuramos perceber como é que se faz a politização do indivíduo, como é que se ganha consciência política.

A politização podia ter lugar bastante cedo na vida de um indivíduo. Em Junho de 1908 foi criado o Grupo Republicano França Borges. A iniciativa partira de um grupo de rapazes de 12 e 16 anos, empregados do comércio que se propunham fazer propaganda e fundar, logo que possível uma escola democrática¹³⁸.

¹³⁵ *Estatutos e Regulamento Interno da Associação do Registo Civil*, Lisboa, Tipografia Almeida & Machado, 1912.

¹³⁶ *O Mundo*, n.º 2788, 10 de Agosto de 1908.

¹³⁷ *Ilustração Portuguesa*, n.º 235, 22 de Agosto de 1910.

¹³⁸ *O Mundo*, n.º 2739, 22 de Junho de 1908.

Aprendia-se a ser republicano com os outros que já eram republicanos. Insistimos na ideia de que a sociabilidade política teve um peso determinante na expansão das ideias do republicanismo. Daí o peso e a responsabilidade que os republicanos punham em si mesmos, procurando encarnar, sempre que possível, as virtudes do cidadão.

Há um conjunto de autores e de obras que foram importantes para todo o movimento republicano e que são referidos como uma influência matricial. As colecções republicanas fizeram a divulgação destes títulos considerados fundamentais para a educação e ilustração do cidadão que se desejava esclarecido. Ou seja, existiu um *corpus* científico, cultural e político. Isto não equivale a dizer que todos os indivíduos que liam estes autores eram republicanos; mas a formação ideal de um republicano contemplava a leitura, ou pelo menos o conhecimento das ideias de um conjunto de autores. De entre eles, podemos referir os nomes de Augusto Comte, Zola ou Victor Hugo.

No entanto, as leituras e as aprendizagens não foram todas feitas, nem dependeram exclusivamente do contexto escolar. Em grande parte dos casos, há a registar uma educação com base no autodidactismo. A um alto nível, registe-se o caso de Sampaio Bruno. Podemos ainda olhar para o exemplo de Barros Queiroz. Este republicano não tinha diploma, aprendendo e estudando por si e no trabalho. Neste sentido, o percurso de Barros Queiroz aparece-nos como um verdadeiro protótipo do que era entendido como a democracia¹³⁹. Ainda recorrendo ao exemplo de Barros Queiroz é importante frisar a ideia de trabalho associada aos republicanos. Neste caso, trabalho intelectual que possibilita tanto o crescimento do indivíduo, como a possibilidade de mobilidade social ascendente. Associada a esta ideia de esforço e de trabalho está a de mérito. Os republicanos mereciam, porque trabalhavam para isso, um lugar de destaque na cidade política.

O percurso de um vulto republicano de primeira água como Brito Camacho traz-nos informações valiosas sobre a formação intelectual e sobre o percurso de um republicano¹⁴⁰. A influência da política francesa, da III República, da figura de Gambetta e do anticlericalismo foram determinantes na sua visão política. Intelectualmente a sua aprendizagem passou pelo positivismo de Augusto Comte e pelo

¹³⁹ QUEIROZ, Vasco de Barros, *Episódios da vida do político Thomé de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, 1985, pág. 74.

¹⁴⁰ MIRA, Ferreira e RIBEIRO, Aquilino, *Brito Camacho*, Lisboa, Bertrand, s.d. [prefácio de 1942]. De salientar o capítulo “O Homem Público”, escrito por Mira Ferreira.

evolucionismo de Spencer. De igual modo, os nomes de Darwin, Buchner, Huxley e Haeckel fazem parte da sua biografia intelectual.

Em vários casos, a conversão era descrita de uma forma simples. Aquilino Ribeiro diz do regicida Alfredo Costa: “Era um romântico, formado para a vida civil nos Mistérios do Povo, para a política, a ouvir a cantata de Convenção por toda a plêiade de idealistas impenitentes.”¹⁴¹ O texto *Os Mistérios do Povo* é uma obra do escritor francês Eugène Sue (Marie Joseph Sue) que foi deputado e socialista, tendo escrito romances sociais, de entre os quais, e para além do referido, podemos recordar *Os Mistérios de Paris* e *O Judeu Errante*. A obra *Os Mistérios do Povo* (1849) tem um esclarecedor subtítulo: *História de uma família operária através dos tempos*. Eugène Sue procurou fazer, não a história dos reis, mas a o que ele apelidou de *nossa* história, isto é, de proletários e burgueses¹⁴². Podemos encontrar três edições em português. Uma da Empresa Editora do Mestre Popular, sem data mas do século XIX; outra da Tipografia Franco-Portuguesa, datada de 1867; a terceira, sem data mas, em princípio, já do século XX, da Biblioteca Popular. Alfredo Costa, fazendo fé na sugestão de Aquilino Ribeiro, aprendeu a ser republicano através de um romance, acentuando a consciência das desigualdades sociais, através da história da Revolução Francesa, da Convenção, dos jacobinos e de Robespierre e ainda de toda a *plêiade de idealistas impenitentes*, ou seja através de exemplos de homens que lutaram pelos seus ideais.

Luz de Almeida relatou¹⁴³ o percurso de Constantino Mendes, o “Norte” um homem de “ideias avançadas” e que tomou parte activa nos movimentos revolucionários de 28 de Janeiro de 1908 e no 5 de Outubro de 1910. Foram os folhetos libertários, que lia e fazia circular, que o tornaram um “revoltado”. A rede de contactos pessoais foi determinante para a politização de Constantino, que conviveu com anarquistas do Grémio *Obreiros do Futuro*, com conspiradores do café *Gelo*, com operários e republicanos combativos. José de Carvalho deixou-nos nas suas *Memórias de um Revolucionário Civil*¹⁴⁴ o caminho percorrido para começar a amar a República. Foi no mundo da imprensa de finais do século XIX em Vila Real que começou a privar com republicanos, nomeadamente com Manuel Maria Coelho. Esta convivência com homens deste

¹⁴¹ RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se*, Lisboa, Bertrand, 2008 (1974), pág. 278.

¹⁴² Eugène Sue citado em RONCARI, Luiz, *Literatura brasileira. Dos primeiros cronistas aos últimos românticos*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

¹⁴³ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 246.

¹⁴⁴ CARVALHO, José de, *Antes e depois da República. Memórias de um Revolucionário Civil (oficialmente desconhecido) e empregado público pouco lembrado para recompensas*, Lisboa, edição do autor, 1923.

movimento foi fundamental para a sua republicanização. Das leituras, as suas referências são Victor Hugo e Eugène Sue. A imprensa republicana tem um lugar de destaque, sendo que José de Carvalho lia *O Século*, de Magalhães Lima, *A Vanguarda*, de Faustino da Fonseca, *Folha do Povo*, de J. Ferreira e ainda o jornal humorístico *O Berro*. Este exemplo ilustra a importância que os órgãos de imprensa tinham na formação da consciência política, perante as dificuldades sentidas na constituição de uma biblioteca particular, apesar de existirem edições baratas (e consequentemente de baixa qualidade).

As memórias de Maria Veleda¹⁴⁵ ajudam-nos a perceber a politização e o percurso de uma republicana. Colaborando em vários órgãos de imprensa, muitos deles regionais, foi tecendo uma rede de contactos, alguns dos quais fundamentais para a sua aprendizagem política, outros centrais para a seu trabalho de escrita. A colaboração com a revista folclórica *A Tradição*, permitiu que conhecesse Ladislau Piçarra e Manuel Dias Nunes, republicanos e livres-pensadores, de quem, segundo Maria Veleda, recebera as primeiras ideias emancipadoras que a guiaram vida fora. Foi através de um conhecimento pessoal, o comerciante J. D. Pires, que conseguiu a colocação como professora–regente no Centro Escolar Dr. Afonso Costa. Nesta fase da sua vida considerou importante conhecer o republicano Agostinho Fortes, que tinha um estabelecimento de ensino que acolhia o seu filho. Foi no Centro que conheceu vários republicanos, de entre os quais o patrono do mesmo, Afonso Costa, começando a ler jornais políticos como *O Século* e a *Vanguarda*, de Magalhães Lima. Maria Veleda começou a publicar artigos na *Sociedade Futura*, da qual eram directoras Ana de Castro Osório e Olga de Moraes Sarmiento, interessando-se pela questão feminista, colaborando também na *Vanguarda*, com artigos dedicados ao mesmo tema. Próxima de Ana de Castro Osório e de Paulino de Oliveira, adensava-se a sua rede de amizades com individualidades ligadas ao feminismo e ao republicanismo. A sua pertença ao Centro Afonso Costa abriu-lhe as portas para a ida a conferências políticas. Freqüentadora de sessões públicas e de conferências, Maria Veleda conheceu os “(...) homens mais notáveis da família republicana (...)”¹⁴⁶ e colaborou em acções de propaganda eleitoral. Pela mão de Boto Machado passou de assistente a oradora em sessões republicanas. Os seus caminhos cruzaram-se com o feminismo e com a pertença à LRMP bem como com

¹⁴⁵ *República*, vários números de Fevereiro a Abril de 1950.

¹⁴⁶ VELEDA, Maria, “Memórias de Maria Veleda”, *República*, 3 de Março de 1950.

o livre-pensamento. O seu percurso político não terminou com a implantação da República. Antes pelo contrário, o seu percurso foi marcado pela participação política. Para além da importância de se aprender a ser republicano, o movimento e o partido precisavam de adesões, tanto de desconhecidos como de figuras públicas. Para isso apelavam aos homens independentes, tentando cativar aqueles que, descontentes com o andar dos negócios públicos, não estivessem seguros da sua convicção monárquica. As adesões ao partido republicano significavam, a seus olhos, que cada vez mais pessoas reconheciam as suas razões e a validade da sua luta. Por isso, os jornais publicitam as listas de “conversões”. Sem dúvida que uma das mais importantes foi a de Bernardino Machado. E, por isso, este político foi bastante visado pela crítica da imprensa monárquica, sendo muitas vezes tratado de forma pejorativa como *El Presidente*, que procuraria encontrar todos os pecadilhos da sua actuação política na monarquia constitucional, acusando-o de ditador quando passou pela cadeira ministerial. Os jornais monárquicos não deixavam, ainda, de jogar com a ironia dizendo que viam nas listas de adesão aos republicanos tantos *capitalistas*¹⁴⁷, como se se estivesse perante uma contradição, por parte dos republicanos, que afirmavam defender o povo trabalhador. Para além de Bernardino Machado, existiram outras adesões importantes. Durante o período franquista, no final de 1907, os republicanos acolheram no seu campo político Augusto José da Cunha e Braamcamp Freire. A causa imediata ou a justificação para esta adesão prendeu-se com o comportamento do rei D. Carlos I. Foram as suas declarações ao redactor do *Temps*, consideradas ofensivas para os políticos, que explicaram esta mudança de campo. Em 1910, Miguel Bombarda fez a sua profissão de fé republicana. A 3 de Julho realizou-se um comício, presidido por Teófilo Braga, num recinto junto da avenida D. Amélia no qual falaram alguns dos mais destacados vultos do PRP, sendo apresentado Miguel Bombarda, apenas alguns dias depois da sua entrada no partido¹⁴⁸. Pouco depois da sua adesão, Miguel Bombarda foi um dos cérebros do 5 de Outubro e, depois da morte, como veremos, figura maior no panteão republicano.

2.5. Ser um político republicano: da voz à polifonia

Para além descrição do republicano, enquanto cidadão e militante, cumpre analisar a imagem do político republicano, uma ramificação que se relaciona directamente com a

¹⁴⁷ *Correio da Noite*, 11 de Abril de 1910.

¹⁴⁸ *Ilustração Portuguesa*, n.º 229, 11 de Julho de 1910.

primeira categoria. Deve ser pensada em várias vertentes. Em primeiro lugar, de uma forma genérica; em segundo lugar, procurando as diferenças entre os diversos líderes, apesar de partilharem uma identidade comum. É necessário fazer uma advertência fundamental para a compreensão desta matéria: o político republicano aparece, quase sempre, como o exacto oposto do político monárquico e frequentemente existe uma comparação implícita nos termos da descrição do mesmo.

Existiu, assim, um conjunto de características comuns na descrição do político republicano, entendido de forma genérica e não personalizada. Em primeiro lugar, é preciso referir a ideia do sacrifício. Os políticos republicanos, partilhando uma característica com os anónimos do movimento, eram aqueles que se sacrificavam pela causa e pelos seus ideais. Estava implícita a comparação com os políticos que, ao contrário de se sacrificarem, colhiam benefícios da sua pertença ao mundo da política. Frequentemente, quando se falava ou se fazia referência a um republicano ou a um revolucionário a quem a causa muito devia, acrescentava-se que estava, ou tinha morrido na miséria. É fácil perceber que se utilizava o argumento das necessidades materiais para mostrar que os republicanos e os políticos deste campo contavam com o seu trabalho e a sua inteligência para singrar, não com favores ou com base em redes de conhecimentos pessoais. Valiam, portanto, pela sua devoção.

Como já foi salientado por vários autores, o republicanismo não é um movimento a uma só voz, antes, pelo contrário, é plural e encerrava no seu seio diferentes discursos e nele são investidas várias e diferentes expectativas. No quadro geral, e necessariamente incompleto, do que significou a ideia republicana, o republicanismo tende a ser simplificado para efeitos descritivos. Mas nunca existia apenas uma sensibilidade ou facção republicana; estas variaram diacrónica e sincronicamente. O movimento republicano era uma rede de diversos agentes, associações e instituições. Sendo uma galáxia, o republicanismo foi uma *polifonia*. Assim, pode ser visto como emprego simultâneo de muitos instrumentos que não executam em unísono.

Uma das formas de enquadrar e explicar as diferentes vozes passou pela utilização do conceito de geração. Dos republicanos até à historiografia contemporânea, vários são os autores que têm chamado a atenção para esta questão, através da ideia de diferentes gerações e pela identificação de diferentes grupos político-ideológicos. Podemos referir alguns exemplos. Oliveira Marques nos seus *Ensaios*¹⁴⁹ propôs uma visão geracional do

¹⁴⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaios de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.

movimento republicano. Assim, estaria identificada uma “geração de 1870” composta por homens como Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Magalhães Lima e Bernardino Machado, e uma “geração do *Ultimatum*”, constituída por Machado Santos, Sá Cardoso, António Maria da Silva, António José de Almeida, Afonso Costa e Brito Camacho. Os próprios republicanos fazem referência a esta geração, forjada nos grandes combates de 1890-91, cuja característica comum seria uma ardente fé patriótica. Carlos Calixto, por exemplo, ao falar sobre João de Meneses considera-o um dos representantes da geração de 90, caracterizada pela energia, pelo patriotismo e pela intransigência¹⁵⁰. Afonso de Lemos é outro dos nomes associado a esta geração.

Dentro deste campo político são sugeridas, ainda, outras divisões como republicanos jacobinos (Teófilo Braga), radicais (Teixeira Bastos) e independentes (Basílio Teles). Os republicanos, eles próprios, ao analisarem a sua própria história, encontram diferentes vozes no seu seio. Uma das primeiras divergências no partido centrava-se em torno das correntes unitária e federal. Segundo Luz de Almeida¹⁵¹, os partidários da primeira eram conservadores e oportunistas, seguindo Elias Garcia. De entre eles, salienta os nomes de Gomes da Silva, Feio Terenas e Anselmo de Sousa. Quanto à corrente federal, considerada pelo fundador da carbonária como tendo tendências radicais, era composta por Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Magalhães Lima, Teixeira Bastos e Carrilho Videira. Existia ainda uma outra divisão, comum a ambas, entre moderados e revolucionários.

A ideia de geração pode ser uma forma de classificar as diferentes vozes. Tem o mérito de salientar uma característica importante: há de facto várias gerações de republicanos, desde os que não chegaram a ver a república, aos que chegaram já idosos, aos que tomaram as rédeas do poder na força da idade, embora maduros, aos jovens que iniciavam a sua vida política. No entanto, o conceito de geração ilude as diferenças que existiam entre sujeitos classificados numa mesma categoria. A “geração do *Ultimatum*” continha em si diferentes formas de pensar, de imaginar e de agir. O pensamento e a acção política não foram unicamente condicionados pelo factor geracional.

A esta primeira divisão, cumpre acrescentar outras, como as atrás referidas, acentuando diferenças de política, de tática e de estratégia.

¹⁵⁰ *Arquivo Democrático*, n.º 10, Março-Outubro de 1909.

¹⁵¹ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pag. 204.

A análise dos perfis dos diferentes líderes republicanos permite-nos perceber as diferenças nos discursos, nas linguagens utilizadas e nas orientações políticas, compondo assim um mosaico e não um campo político unanimista. O movimento republicano criou e reproduz, através dos seus canais de comunicação específicos, nomeadamente a imprensa, imagens dos diferentes líderes e principais caudilhos do partido. Os mais importantes vultos republicanos escreveram sobre si próprios, criando uma imagem geral do republicano e do político republicano e uma imagem específica de um determinado líder. Tal como no caso das mulheres, também se surpreende aqui a criação de uma comunidade política que se auto-referencia e se auto-legitima. Tome-se por exemplo o caso de Magalhães Lima e Teófilo Braga que escrevem um sobre o outro, de forma encomiástica, para a mesma publicação, o *Arquivo Democrático*¹⁵². O *Almanaque de O Mundo*, editado por França Borges, publicava o que se poderia chamar uma galeria de republicanos ilustres. Aí encontramos dezenas de retratos dos republicanos mais conhecidos como Bernardino Machado, Afonso Costa, José Relvas, a jornalistas, a homens da vereação republicana (depois de 1908), passando por republicanos do Porto, de Almeirim, de Coimbra, de Braga ou de Alcochete. Aí estavam Buiça e o abade Pais Pinto, um padre republicano. Das mulheres, contamos com Adelaide Cabete. É importante convocar ainda o *Álbum Republicano*, com a publicação de fotografuras dos principais vultos da democracia – a expressão é desta publicação – e as respectivas biografias.

Um vulto republicano, detentor do seu próprio carisma e credibilidade política, escrevia sobre outro, fazendo alusão às suas qualidades, pontos fortes e valores. Ao fazê-lo credibiliza essa figura em particular e o movimento que a acolhe no seu seio. O carisma do movimento alimenta-se das virtudes de uma determinada figura e vice-versa, numa dinâmica de enriquecimento mútuo. Determinada figura tinha as suas qualidades e destas era o facto de ser republicano. O movimento contava com uma plêiade de notáveis que o valorizam.

Regista-se, portanto, a fixação de um determinado grupo de vultos de referência na comunidade política que inclui o republicanismo como grupo dominante mas, que o extravasa, pretendendo chegar a outros grupos políticos. No entanto, esta estratégia de

¹⁵² Veja-se *Arquivo Democrático*, n.º 9, Fevereiro de 1909 e *Arquivo Republicano*, n.º 1, Janeiro de 1910.

credibilização de personalidades importantes não esteve isenta de críticas. Carrilho Videira, por exemplo, manifestou o seu desagrado pela criação de *ídolos*¹⁵³.

Através da referência às figuras centrais mais significativas do republicanismo e do campo que se entendia como progressista criou-se uma espécie de *perfis tipo*, surgindo-nos o amado do povo, o que entende o povo, o parlamentar, o jornalista, o competente, o “santo”, o que pugna pela instrução pública, o moderno, o livre-pensador, etc. Diferenças estas que não punham em causa, contudo, o essencial do que era ser republicano.

O movimento republicano, não tendo um líder único, investe na multiplicação de qualidades dos seus mais destacados membros, de forma a apresentar-se como plural e multifacetado, podendo assim responder a interesses e expectativas de diferentes facções existentes no mesmo. De uma falta – porque em vários discursos se percebe que a alguns republicanos parecia mais eficiente ter um líder – se fez uma virtude. A questão da necessidade de um líder era, de facto, sentida no movimento: “Mas o que o Partido Republicano não tem e o que ele deveria ter para um movimento decisivo, era um chefe que pudesse encarar, sem desfalecimento, esta ocasião trágica”¹⁵⁴, escreveu-se em Fevereiro de 1910.

Sempre que possível (tecnicamente possível, entenda-se) existiu a vontade de publicar o retrato, ou, à falta dele, uma imagem do caudilho republicano, de forma a torná-lo conhecido, próximo do público a quem fala e do povo que se diz representar. A propaganda republicana, nomeadamente o jornal *O Mundo*, para referir apenas um exemplo, procurou frequentemente dar um rosto a um discurso.

No início do século XX, o movimento republicano, muito embora pugnassem pela publicitação dos seus principais caudilhos, não deixava de lembrar os seus “históricos”. Fazia-o procurando limpar qualquer controvérsia em torno desses. Não se tratava de analisar diferenças, mas de celebrar a sempre almejada união e historicizar o movimento.

Uma dessas figuras históricas era Elias Garcia. Os republicanos fizeram do seu funeral, a 14 de Abril de 1891, uma enorme manifestação republicana. Em Abril de 1895 realizou-se um cortejo cívico em homenagem ao antigo chefe republicano. Existiu ainda uma comissão promotora do mausoléu de Elias Garcia. Este republicano surgiu

¹⁵³ Prefácio de Carrilho Videira in BASTOS, Teixeira, *Projecto de um Programa Federalista Radical para o Partido Republicano Português*, Lisboa, Livraria Internacional, 1886.

¹⁵⁴ *Arquivo Republicano*, n.º 2, Fevereiro de 1910.

associado a momentos importantes do PRP. Por exemplo, a sua fotografia, na qualidade de uma das figuras da democracia, esteve presente no congresso republicano de Coimbra, ao lado da de José Falcão¹⁵⁵, outras das figuras maiores do republicanismo, o último dos chefes republicanos, no entender de António José de Almeida¹⁵⁶.

Na sessão em memória de Elias Garcia no Centro de S. Carlos, António José de Almeida¹⁵⁷ diz que este político republicano foi um *cidadão* e um *carácter*, dois elogios maiores na língua republicana e, em certo sentido, praticamente sinónimos.

Henriques Nogueira era lembrado como uma das referências, para alguns o verdadeiro pai fundador do republicanismo¹⁵⁸. A sua morte era vista como uma fatalidade para a democracia portuguesa, atrasando a marcha do republicanismo.

Se era importante manter viva a memória dos mortos e dos ilustres iniciadores do movimento republicano, a credibilização do movimento e do partido passava, necessariamente, pela publicitação das virtudes dos seus mais destacados membros e dirigentes. Vejamos como surgem e quais as diferenças entre os principais nomes do republicanismo, sabendo que estas pretendiam tornar o movimento mais capaz de captar diferentes sensibilidades. As descrições da vida e das virtudes dos republicanos contêm frequentemente alusões à esfera religiosa, através de comparações, por exemplo. Estes homens, por definição quase todos anticlericais, utilizavam abundantemente conceitos e imagens da religião, distanciando a ideia de prática negativa e corrupta por parte do clero dos princípios fundadores da comunidade cristã.

Para além, do recurso às expressões próprias do campo semântico religioso, lembrando que a luta republicana era entendida como tendo uma missão salvífica, há um outro tema abundantemente utilizado que se prende com a cultura política da Revolução Francesa.

¹⁵⁵ *O Mundo*, n.º 2682, 26 de Abril de 1908.

¹⁵⁶ *A Lucta*, n.º 14, 14 de Janeiro de 1906.

¹⁵⁷ *O Mundo*, n.º 3350, 28 de Fevereiro de 1910.

¹⁵⁸ Veja-se o artigo de Magalhães Lima sobre Alves da Veiga no *Arquivo Democrático*, n.º 8, Janeiro de 1909.

2.5.1. Teófilo Braga

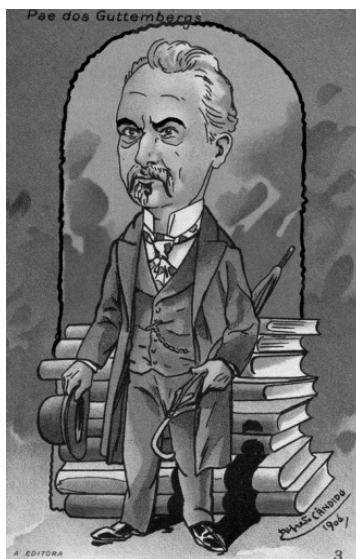


Imagem 3: Caricatura de Teófilo Braga, por Alfredo Cândido, 1906.

Teófilo Braga representava o mestre, a principal figura do movimento filosófico contemporâneo. Era o grande pensador. Surge-nos assim como uma figura de referência na construção teórica do movimento republicano. A sua palavra tinha influenciado todos os que pensavam. A sua obra era simultaneamente educadora e libertadora, contribuindo para o desgaste do regime monárquico.

Nesta caricatura de 1906, acima publicada, é fundamental olhar para os objectos que acompanham este elegante Teófilo, a saber, os livros. De uma forma simples, esta caricatura associa este homem à produção teórica, ao combate pela ideia.

Mais do que isso, disse Magalhães Lima, Teófilo Braga era o “(...) *São Paulo* da nossa igreja (...)”¹⁵⁹, alguém para quem a propaganda é um sacerdócio, um apostolado e uma evangelização. Teófilo Braga surge-nos como S. Paulo e não como S. Pedro, sendo que este último está ligado à construção da igreja, à sua base e ao seu fundamento. S. Pedro era, portanto, a pedra. S. Paulo pode ser associado à missionação, sendo de realçar as suas epístolas. Dele se conhecem as suas viagens militantes durante anos e o proselitismo face aos não judeus. S. Paulo pode ser associado a uma nova universalidade sem exclusivismo em relação à sua comunidade judaica de origem¹⁶⁰. Comparar Teófilo Braga a S. Paulo significava, entre outras possíveis interpretações, que este intelectual republicano espalhara a palavra, do positivismo ao republicanismo, reconhecendo o imenso trabalho de divulgação escrita feito por Teófilo.

¹⁵⁹ *Arquivo Republicano*, n.º 1, Janeiro de 1910.

¹⁶⁰ BADIOU, Alain, *Saint Paul. La Fondation de l'universalisme*, Paris, PUF, 2004, pág. 24.

Encontramos várias homenagens a Teófilo Braga, como forma de credibilizar o lado intelectual do movimento. Uma das mais significativas foi a homenagem feita nos seus cinquenta anos de actividade intelectual¹⁶¹. Para a fazer juntaram-se um conjunto de homens de intelectuais, publicistas e políticos. Homenagear Teófilo Braga era credibilizar não só o homem, mas também as bases filosóficas do movimento republicano. A ele se devia uma obra de renovação filosófica e a sua vida foi apresentada como um apostolado. Desde cedo que Teófilo Braga aparece como um homem que punha em causa as ideias antigas e menos modernas. “É conhecida a história da luta iniciada em 1865 por Antero de Quental e Teófilo Braga contra a literatura de que António Feliciano de Castilho foi o derradeiro representante discutível.”¹⁶² Com apenas 22 anos, Teófilo Braga afrontava o *status quo* cultural, num combate pela hegemonia do campo cultural. Este pensador soube criar um conjunto de discípulos, sendo, também por isso, valorizado o seu trabalho intelectual, que operara “(...) uma profunda transformação no pensar português”¹⁶³ e conseguia a revolução nos espíritos, tendo também uma posição internacional no mundo intelectual.

Sendo dito que tinha uma figura honrada e de grande rectidão moral, a sua biografia reflecte uma narrativa comum a várias histórias de vida de republicanos quando se diz que conheceu a fome e a miséria e que só não foi preterido no concurso público para o lugar de professor devido, em grande medida, aos “(...) calorosos aplausos de um auditório em grande parte composto pela mocidade das escolas superiores de Lisboa.”¹⁶⁴ Teófilo Braga era visto como um cérebro poderoso, um homem forte e dedicado ao trabalho intelectual, o poeta, mas sobretudo o erudito e o filósofo, para além de ser um propagandista republicano. Este homem que lutara contra uma imerecida adversidade caracterizava-se por uma virtude de carácter.

Sem ser questionada a posição cimeira de Teófilo Braga, são apresentados outros nomes de eminentes escritores e teóricos, como por exemplo, José Pereira de Sampaio (Bruno).

¹⁶¹ *Quinquagenário. 1858 a 1908. Cinquenta anos de actividade mental de Teófilo Braga julgados pela crítica contemporânea de três gerações literárias*, homenagem organizada por Marques Braga, Afonso Lopes Vieira, Magalhães Lima, Agostinho Fortes, Mayer Garção, Boto Machado, Álvaro Afonso Barbosa, Frederico Parreira, Urbano Rodrigues e Heliodoro Salgado, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos e C.^a, 1908.

¹⁶² *Ibidem*, pág. 590.

¹⁶³ *Ibidem*, pág. 606.

¹⁶⁴ *Ibidem*, pág. 592.



Imagem 4: Caricatura de Manuel de Arriaga, por Alfredo Cândido, 1906.

Manuel de Arriaga era o decano do movimento, o homem que aliava bondade inteligência e honestidade. Conferia credibilidade, sendo uma figura de referência. Não é de estranhar, por isso, que tivesse surgido como um dos nomes para a Presidência da República. Aparecia como um fidalgo de nascimento, mas um “democrata” de coração.

2.5.2. António José de Almeida



Imagem 5: Caricatura de António José de Almeida, por Alfredo Cândido, 1906.

Um dos mais populares políticos republicanos, antes da implantação do regime em 1910, era António José de Almeida. Na caricatura acima publicada, aparece como o *Danton na tribuna e nas fileiras*. Mais uma vez, encontramos o recurso às imagens e

heróis da Revolução Francesa como imagem explicativa das virtudes de um político republicano. Danton surge-nos associado, entre outras, a duas características que explicam a comparação com o político republicano: por um lado, o talento oratório; por outro, a ligação com as massas. Tendo um verbo quente e inflamado, António José de Almeida tinha uma importância central tanto como orador nos comícios republicanos, como no parlamento. A imagem de António José de Almeida estava, ainda, associada ao sentimento. Foi construída a ideia de uma ligação afectiva, entre António José de Almeida e o povo. O sentimento foi, nas suas mãos, uma poderosa arma política. António José de Almeida era o amado do povo e conseguia interpretar o sentimento popular, desígnio central para um republicano. Era o tribuno capaz de preparar os ânimos da multidão. Era o “(...) deus da Verdade, da Justiça e do Combate, que fulminava com o olhar e com o verbo, exuberante de imagens (...)”¹⁶⁵. De igual modo, era visto como o verbo da revolução, “(...) adorado por todos até à idolatria (...)”¹⁶⁶. Por isso, não é de estranhar que tenha surgido logo no primeiro número do *Arquivo Democrático*, em Agosto de 1907, num momento de grande dinamismo do partido. É descrito como um “revolucionário”, numa acepção muito particular da palavra. Sê-lo significava amar a liberdade e a justiça, querer a redenção da pátria, pondo o interesse de todos acima do interesse próprio. Há sempre um relativo cuidado na utilização desta categoria de modo a que não se possa associar directamente à violência política. António José de Almeida era um homem que defendia a inviolabilidade da lei e considerava que todo o direito moderno se apoiava na soberania nacional. Quando as leis cessassem de proteger os seus adversários, então deixariam de o proteger também. Proclamava a revolução como um direito, um dever e uma necessidade: um direito quando a lei deixa de ser expressão da soberania nacional, um dever quando não há outra solução para salvar o país e uma necessidade quando o povo se torna escravo por um golpe de estado.

Imediatamente após a implantação da República, a *Ilustração Portuguesa* fez a apresentação do ministro do Interior:

“A primeira vez que António José de Almeida falou publicamente em Lisboa, depois de uns anos de labuta na colónia de S. Tomé, foi no enterro de Rafael

¹⁶⁵ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 223.

¹⁶⁶ *Ibidem*, pág. 238.

Bordalo. A sua figura altiva, a facilidade da sua oratória romântica, prendiam o auditório naquela álea do cemitério, junto ao jazigo onde se recolhia o revolucionário satírico e à porta do qual ressurgia o audacioso revoltado.”¹⁶⁷

Dos seus tempos como médico no exílio colonial para onde fora levado pela sua “indómita vontade” e independência face ao regime ficara-lhe a fama de homem honesto, recusando pagamentos avultados e tratando os pobres. Eis a construção de um mito:

“Adivinhava-se instintivamente nele um amigo do povo confiante numa era de batalhas para que iria de cabeça erguida ao lado dos mais humildes, sentia-se nas suas menores palavras uma fé inquebrantável, surgia com a bondade de um apóstolo e com tenacidade de um crente, conquistava as simpatias de todos como se dele irradiasse toda a sinceridade do seu coração, toda a energia da sua vontade, toda a pertinência do seu querer. Foi assim que ele entrou na publicidade e na alma popular e foi assim também que ele se meteu em todas as conspirações para demolir o regímen, sem um abalo de maior ao chegar-se à acção, como se sentiria fadado para todos os sacrifícios.”¹⁶⁸

António José de Almeida era descrito como sendo um ídolo, capaz de congregar a simpatia de um povo.

2.5.3. Bernardino Machado

¹⁶⁷ *Ilustração Portuguesa*, n.º 244, 24 de Outubro de 1910.

¹⁶⁸ *Ibidem*.

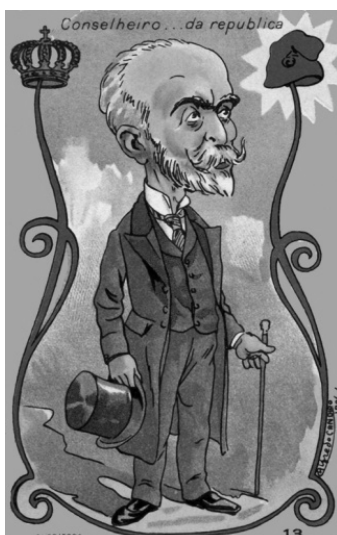


Imagem 6: Caricatura de Bernardino Machado, por Alfredo Cândido, 1906.

Bernardino Machado é uma das figuras centrais do republicanismo na fase de propaganda e de conquista do poder. Tal como nos aparece na caricatura de Alfredo Cândido, Bernardino Machado tinha como uma das características centrais da sua personalidade pública, a conversão ao republicanismo. Assim que assumiu o seu republicanismo, não foi muito frequente a alusão ao seu passado, por parte dos republicanos. Mas tratava-se de um não dito de grande importância. Bernardino Machado, que sempre alinhara com as correntes culturais, científicas e políticas progressistas, significava a esperança de que os homens *liberais* pudessem abraçar a causa republicana. Já os monárquicos, por seu turno, acentuavam esta característica do seu percurso pessoal, como atrás já foi referido.

Durante os primeiros anos do século XX surpreendemos a tentativa de transformar este político no líder, ainda que informal, do PRP. Como um dos homens do Directório, surgia com grande destaque nas actividades republicanas, tendo um papel central, por exemplo, nos comícios realizados (até 1909).



Imagem 7: “Exposição de Pintura”, *Ilustração Portuguesa*, n.º 178, 19 de Julho de 1909.

Bernardino surgia associado a uma imagem de bondade, mesmo de santidade, Mayer Garção definiu-o como tendo um “(...) coração de um santo palpitando no peito de um herói (...)”¹⁶⁹ Era o “césar pacífico”¹⁷⁰. Descreviam-no como o pai do movimento republicano, uma alta e nobre figura. Na inauguração do Centro Bernardino Machado, no Porto, em 1909, Cecília de Morais e Costa recitou uma poesia ao patrono do centro, retomando os tópicos habituais na descrição de Bernardino Machado, tratando-o como o “Apóstolo da Liberdade”, o “Evangelista da Luz”, o “coração sublime” que desconhecia o preconceito, tendo um terno coração, associando-o ao Bem¹⁷¹.

Bernardino Machado representava a possibilidade de inclusão de um vasto leque de sensibilidades, monárquicos e mesmo de alguns católicos. Nenhum outro líder poderia surgir a cumprimentar efusivamente Jesus Cristo, como no óleo acima. Este foi dado a conhecer ao público numa exposição organizada por Francisco Grandela, tendo a *Ilustração Portuguesa* fotografado e feito referência a este quadro. De entre os quadros da exposição Grandela que consideraram interessantes existia tela *Veni ad Lux* do pintor António Baeta. “A *Ilustração Portuguesa* procurou saber do autor do quadro a sua intenção simbólica, que é a seguinte: A Democracia personalizada pelo Sr. Dr. Bernardino Machado, como continuador actual da doutrina cristã de paz e amor.”¹⁷²

¹⁶⁹ *Arquivo Democrático*, n.º 2, Setembro de 1907.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ *O Mundo*, n.º 2996, 8 de Março de 1909.

¹⁷² *Ilustração Portuguesa*, n.º 178, 19 de Julho de 1909.

O que Bernardino Machado não significava, de todo, era a faceta revolucionária do movimento.

2.5.4. Afonso Costa



Imagem 8: Caricatura de Afonso Costa, por Alfredo Cândido, 1906.

Afonso Costa¹⁷³ foi ganhando – e fazendo por ganhar–o favor da opinião publicada republicana, do partido e de parte das bases. Não foi nunca, contudo, um homem consensual. Uma das suas características que começou a ser utilizada e trabalhada foi a sua sólida formação académica. Afonso Costa trazia consigo a reputação de Coimbra, o prestígio como lente. Por outro lado, era um advogado de sucesso. No entanto, a sua projecção acentua-se a partir de 1906, passando a ser visto como o primeiro parlamentar português, um parlamentar moderno, no que essa classificação tinha, ao tempo, de encomiástico. Reunia, aos olhos dos republicanos, as qualidades essenciais para um político, designadamente a energia e a perspicácia. A partir de 1906, Afonso Costa foi considerado como destemido e audacioso, começa a ser encarado como uma das esperanças do movimento.

¹⁷³ BARROS, Júlia Leitão de, *Afonso Costa*, col. Fotobiografias do Século XX, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

Depois de chegar ao parlamento monárquico, em 1906, a sua reputação teve uma imensa projecção. Afinal fora o homem capaz de proferir as duras afirmações da sessão de 20 de Novembro de 1906, trazendo para a Câmara os “crimes” de D. Carlos I.

2.5.5. Magalhães Lima

Magalhães Lima¹⁷⁴ era outra das figuras centrais do panteão republicano, entendido como um dos principais representantes do pensamento moderno em Portugal. Livre-pensador e maçom, a sua vida era lida como um “(...) ardente apostolado (...)”¹⁷⁵. Mais uma vez, encontramos aqui a comparação entre o apostolado e o trabalho republicano, no caso aplicado à figura do homem que foi o Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano. Magalhães Lima era visto como tendo um carácter intemerato, como sendo bondoso e o diplomata da democracia portuguesa¹⁷⁶, um homem com mundo, conhecedor do que no estrangeiro se passava. Tinha relações com vários nomes da cultura, da política e da imprensa europeia, o que fazia de Magalhães Lima o mais cosmopolita dos republicanos.

Era um dos homens das relações internacionais. E dizê-lo, em 1909, era considerar Magalhães Lima como o mais provável candidato à pasta dos Negócios Estrangeiros ou a chefe da legação portuguesa em Paris. Magalhães Lima representava a capacidade da futura República conseguir aliados no xadrez internacional pela mão de um homem que ainda antes do regime ser implantado já prestava relevantes serviços à causa republicana.

Depois do 5 de Outubro, também este caudilho republicano foi apresentado pela *Ilustração Portuguesa*, surgindo como um ilustre jornalista que lutou por “(...) impor no estrangeiro o nome português, em conferências, em folhetos, pelas suas relações com os homens dos partidos avançados de toda a Europa, com os campeões das ideias.”¹⁷⁷

2.5.6. Nomes maiores do republicanismo

¹⁷⁴ GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

¹⁷⁵ *Arquivo Democrático*, n.º 9, Fevereiro de 1909.

¹⁷⁶ *Ibidem*.

¹⁷⁷ *Ilustração Portuguesa*, n.º 244, 24 de Outubro de 1910.

Vale a pena analisar, ainda que brevemente, outros nomes maiores do republicanismo. Podemos, assim, surpreender o duplo processo de credibilização do indivíduo e simultaneamente do movimento republicano.

Manuel de Brito Camacho aparecia-nos como um homem culto, com precisão de raciocínio e justeza de critérios. Tal como os outros, era uma figura moral. Brito Camacho encarnava a figura de um jornalista enérgico, mas ponderado, mais próximo da intelectualidade republicana do que dos revolucionários. Numa palavra, era a ponderação.

João Chagas era o conspirador. Albino Forjaz de Sampaio descreveu-o utilizando esta categoria, como, ao contrário do revolucionário, uma “(...) criatura fria, calculada, metódica, catalogando adesões com o amor do agiota que reúne títulos de dívida ou parcelas de juro.”¹⁷⁸ Este era o conspirador elegante, um *dandy*, de gardénia rubra na lapela, que pensava um plano de ataque e comentava uma frase de um livro de Anatole France. João Chagas utilizava as frases como chicotes para com elas açoitar as instituições.

Fernão Boto Machado significava uma república progressista, de liberdade, justiça e educação, “(...) sem a torpeza do regimen de Propriedade, sem o espectro do Militarismo, sem a escravatura do Sacerdócio.”¹⁷⁹ Boto Machado fazia a ponte, sobretudo depois da morte de Heliodoro Salgado, entre o republicanismo e outras correntes progressistas como o socialismo e o anarquismo.

Para além dos vultos mais conhecidos, presenças assíduas nos comícios de propaganda, nas entrevistas e em artigos de jornal, alguns órgãos de imprensa trazem à luz figuras mais secundárias com objectivos específicos. Tomemos como exemplo o caso de Duarte Leite, que surge no *Arquivo Democrático*. Aparece para provar que o Partido Republicano tinha nas suas fileiras “(...) homens práticos, talentos administrativos (...)”¹⁸⁰. Ou seja, era um dos homens de governo disponível para servir o país. Este tipo de ideia era muito importante para o movimento republicano que se queria projectar como mais do que um partido de propagandistas. Tornava-se imperioso publicitar as suas “competências”, face à sua clamada ausência por parte dos monárquicos.

¹⁷⁸ *Ilustração Portuguesa*, n.º 247, 14 de Novembro de 1910.

¹⁷⁹ *Arquivo Republicano*, n.º 4, Abril de 1910.

¹⁸⁰ *Arquivo Democrático*, n.º 5, Setembro de 1908.

2.6. O Partido Republicano Português

Como vimos, o movimento republicano foi mais lato e mais vasto do que o partido. Esta foi só uma das partes de um corpo variado e multifacetado. Depois de inserido num contexto mais vasto, é preciso, no entanto, pensar o PRP enquanto *partido*, analisando a sua natureza, constituição, organização e formas de acção.

A primeira questão a ser tratada é a de saber de que se fala quando se fala do PRP, de que tipo de partido se está a tratar. Numa acepção genérica, o PRP foi uma rede política e social que criou e reproduziu um discurso variado, mas com uma plataforma comum, e que teve diversos e diferenciados agentes. O que foi chamado partido republicano pode ser pensado através de algumas questões centrais que nos ajudam a procurar definir o tipo de partido e a perceber se era – e de que maneira o era – diferente dos partidos do constitucionalismo monárquico. É fundamental definir a natureza desta organização partidária, a sua orientação política e programática e a sua relação com o sistema.

É, porventura, mais fácil começar por explicar o que o PRP não era. Não estamos em presença de um partido igual aos partidos da monarquia constitucional, designadamente o Regenerador e o Progressista, sobretudo quando analisamos o partido nos alvares do século XX. No entanto, os franquistas reivindicaram uma diferença fundamental em relação aos outros partidos da monarquia constitucional: subira ao poder um partido novo “(...) monárquico mas igualmente democrático (...)”¹⁸¹. O republicano Lopes de Oliveira escreveu que o Partido Regenerador Liberal fundara em Lisboa doze centros para contrapor a sua propaganda à dos republicanos¹⁸², consolidando esta ideia de que o franquismo tinha, de facto, algumas diferenças em relação aos partidos tradicionais da monarquia.

José Miguel Sardica, em relação às formações partidárias do liberalismo monárquico afirmou que reproduziam o clássico modelo weberiano de “partido de notáveis”, característico de uma sociedade censitária e oligárquica: “Entre as suas características mais genéricas conta-se a prioridade da acção centrada na luta eleitoral e parlamentar, e não na mediação entre o colectivo da sociedade e a esfera do governo, a organização interna geralmente «amadorística», rudimentar e informal, a fluidez dos conteúdos

¹⁸¹ *Diário Ilustrado*, 2 de Janeiro de 1907.

¹⁸² OLIVEIRA, Lopes de, *História da República Portuguesa. A propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947, pág. 223.

programáticos, a disciplina e a unidade internas ténues e a aposta numa lógica personalista e fechado de caciquismo, com o fito de autopreservar no restrito círculo do poder uma também restrita elite de notabilidades.”¹⁸³ Neste sentido, poderiam ser classificados como proto-partidos, essencialmente diferentes dos partidos de massa ou partidos ideológicos. Ernesto Castro Leal, analisando o campo político-partidário considera que “A convivência de *partidos de notáveis* (prioridade à integração social) com *partidos de massas* (prioridade ao antagonismo social) – mais correctamente *semi-partidos de massas* – caracterizou a situação partidária portuguesa no primeiro quartel do século XX, expressão inevitável de uma sociedade em lenta modernização burguesa mas com fortes persistências oligárquicas e clientelares da antiga sociedade senhorial, onde faltava a generalização da instrução pública e da cultura cívica imprescindíveis para criar um povo de cidadãos capacitados a intervir conscientemente na *res publica*.”¹⁸⁴

É ainda José Miguel Sardica que chama a atenção para uma questão central para a análise do campo partidário, a saber, a ideia de que o conceito de partido era visto de uma forma muito particular pelo imaginário político liberal que dificilmente sacudiu a repulsa pela ideia de partido. O conceito de partido estava muito próximo da ideia de fragmentação e de facção, logo tendo um sentido dissolvente.¹⁸⁵ “Só lenta e dificilmente o liberalismo clássico conseguiu emprestar à ideia do partido contornos mais positivos, através da constatação de que, à imagem da diversidade social, a diversidade partidária não era necessariamente incompatível com a ordem pública.”¹⁸⁶

Pelo contrário, os republicanos, sobretudo, no início do século XX, com a reorganização erigiam o *seu* partido como uma peça fundamental na vida política, uma máquina importante para agregar e organizar vontades, sem as subsumir na disciplina. Ainda existia um fundo de desconfiança anti-partido, sendo o PRP um caso excepcional. Já durante a vigência da República e perante as várias divisões no campo político-partidário republicano, esta suspeita tornou a emergir.

Este tipo de formações do constitucionalismo monárquico associava uma rede de influentes, que arrebanhava os votos e dependia da proximidade com o poder. Rui

¹⁸³ SARDICA, José Miguel, “Os Partidos Políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)”, *Análise Social*, vol. XXXII (3º), n.º 83, 1997, pp. 557-558.

¹⁸⁴ LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pág. 12.

¹⁸⁵ SARDICA, José Miguel, “Os Partidos Políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)”, *Análise Social*, vol. XXXII (3º), n.º 83, 1997, pág. 558.

¹⁸⁶ *Ibidem*, pág. 590.

Ramos, ao pensar sobre a questão dos partidos propôs uma linha interpretativa muito interessante ao associar a formação dos grandes partidos ao poder, a partir do poder.¹⁸⁷ Se esta ideia pode ser utilizada e aplicada ao Partido Democrático de Afonso Costa, depois de 1910, não pode ser utilizada para o velho PRP dos tempos de propaganda. O PRP, à semelhança do Partido Socialista, foi uma formação política que nasceu e se desenvolveu sem o acesso ao poder. Foi, nesta acepção, sinónimo do início da mudança política. O PRP não foi apenas uma “(...) equipa que procurava tomar o controle do dispositivo governativo através da chegada ao poder por eleições.”¹⁸⁸ Há mais a dizer para além desta perspectiva institucional.

Poderemos também introduzir nesta discussão a ideia de que o apoio ao PRP se baseou num sentimento e que o factor de identificação com o partido pesou para além do apoio ou votação em propostas de medidas concretas. O partido procurava cativar as massas e arregimentar as classes populares e, neste sentido, foi a formação política mais moderna do início do século XX português, aproximando-se da definição de partido de massas.

Podemos continuar com uma questão de cronologia: quando foi e como é que se pode definir o nascimento do Partido Republicano Português? A história republicana, escrita e publicitada pelos republicanos que foram protagonistas dos acontecimentos, datou a sua criação em 1876, um ano depois da fundação do Partido Socialista e sensivelmente na mesma conjuntura da criação do Partido Progressista. Hoje em dia esta data de criação é contestada¹⁸⁹. Ela foi uma ficção política utilizada num discurso que elide a complexidade associada a esta questão. A data de fundação serviu uma narrativa republicanista que nos levou a admitir que se tratava do mesmo partido que chegou às vésperas do 5 de Outubro de 1910. Há uma ideia essencial que é necessário introduzir: o *partido* de 1876 não é o *partido* de 4 de Outubro de 1910. De igual modo, o pós-5 de Outubro de 1910 viu nascer um outro sistema no campo partidário republicano.

A data de 1876 faz referência a um *jantar democrático* e ao primeiro embrião de uma organização que ainda não era o partido que se preparava para tomar o poder em Outubro. A ideia de fundação do PRP é, sobretudo, a manifestação de uma primeira ideia central para todo o processo de engenharia social que foi a criação do PRP: os vários republicanos deram o primeiro passo simbólico de uma desejável – e como

¹⁸⁷ *Cartas D’El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu último presidente do Conselho*, prefácio de Rui Ramos, Lisboa, Bertrand Editora, 2006.

¹⁸⁸ Utilizando uma definição de Anthony Downs, citada em SCHLESINGER, Joseph A., “On the theory of party organization”, *The Journal of Politics*, vol. 46, n.º 2, 1984: 369-400.

¹⁸⁹ CATROGA, Fernando, *O republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).

descobririam – difícil união das suas forças. A data de fundação do PRP foi um “acto de fé política”.

Foi central para a história do republicanismo a ideia da constituição do partido, a ideia de união e da criação de um corpo disciplinado – ou pelo menos organizado – que nunca existiu na prática política tal como imaginado. O que podemos chamar de *partido de massas* formou-se depois de 1876, como, aliás afirmaram muitos republicanos.

O primeiro grande momento constitutivo do PRP teve lugar na década de 80 do século XIX. Para Magalhães Lima¹⁹⁰, por exemplo, as forças republicanas afirmaram-se como partido político em 1881, na “patriótica” campanha contra o tratado de Lourenço Marques. As comemorações camonianas são de referência obrigatória, enquanto evento catalisador do crescimento do PRP. Este movimento, de fundo nacionalista e patriótico, ganhou espaço político e conseguiu começar a chegar às massas populares. Alguns observadores¹⁹¹ quiseram ver aqui o ponto de partida no processo de queda da monarquia, já que o movimento republicano, que capitalizara a sua presença na organização dos festejos, ao contrário do Estado e da monarquia, começara a ganhar raízes. Fernando Catroga¹⁹² matizou esta ideia, procurando outras causas para a génese do partido republicano, como a luta contra o tratado de Lourenço Marques e as Comemorações Pombalinas.

É importante pensar o comportamento do PRP nestas conjunturas de contestação, por si aproveitadas e amplificadas. O republicanismo sempre soube capitalizar – ou criar – as crises políticas, de modo a ciclicamente arrebatam os ânimos da opinião pública. Na história do movimento, feita de pequenas reportagens locais para o jornal *O Mundo*, encontramos uma tendência significativa: os núcleos republicanos espalhados pelo país tiveram origem ou “renasceram” aquando destas grandes movimentações políticas e cívicas. Podemos encontrar ciclos ou flutuações nas convergências sociais face a causas tratadas pelos republicanos. As grandes campanhas nacionais, como por exemplo contra o Tratado de Lourenço Marques, dinamizavam as comunidades e levavam à constituição de um centro. Muitas vezes, este caía na inactividade e só era redinamizado depois de um outra grande campanha de luta.

¹⁹⁰ Artigo sobre Alves da Veiga in *Arquivo Democrático*, n.º 8, Janeiro de 1909.

¹⁹¹ SANTOS, Francisco Reis, “O movimento republicano e a consciência nacional.” In Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932.

¹⁹² CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).

De 1880 até ao início do século XX, quando o partido se reorganizou, o PRP não teve uma linha contínua de crescimento; pelo contrário foi catalisando as vontades que depois caíram em desânimo para ressurgirem numa nova campanha.

No contexto da crise do *Ultimatum* (1890), com um ambiente político ao rubro depois do que foi considerado como uma humilhante imposição inglesa, frustrando os projectos africanistas do "mapa cor-de-rosa", o movimento republicano, inicialmente apanhado de surpresa, capitalizou o descontentamento, aproveitando a seu favor uma conjuntura política de crise, na qual se exacerbavam os sentimentos nacionalistas. Procurando capitalizar a onda de indignação, e provavelmente fazendo uma leitura demasiado optimista da contestação vivida, parte do movimento republicano lançou-se numa tentativa revolucionária para derrubar a monarquia: o 31 de Janeiro, em 1891. Os revoltosos chegaram a fazer içar a bandeira de um centro republicano, ao som de *A Portuguesa*, cuja letra e música nasceram precisamente no contexto da crise do *Ultimatum*, e que seria o hino oficial depois de 1910¹⁹³, e a proclamar a República, mas a defesa da monarquia levou a melhor nesta primeira partida.

2.6.1. Organização interna

Uma das mais difíceis batalhas travadas pelo republicanismo foi a da sua própria organização. António José de Almeida escreveu em 1906 que “O partido republicano é enorme, mas a sua coesão é pequena.”¹⁹⁴ Para este político ainda não existia o que denominava de “disciplina superior”, ou seja, se todos os correligionários estavam de acordo em fazer a República, não se entendiam no campo da acção. No entanto, acreditava que a organização do partido republicano estaria para breve.

Para analisar a organização do PRP no século XX começaremos por encontrar a coordenada temporal. O ano charneira para o novo partido foi 1903, começando uma nova etapa para o PRP:

“(…) essa vida nova se deve às organizações populares do partido. Foram, de facto, as comissões paroquiais de Lisboa, em 12 de Novembro e as do Porto, em 14 de Novembro de 1903, bem como as de Coimbra, em 20 de Dezembro do

¹⁹³ Veja-se a descrição em RÊGO, Raul, *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986-1987, pág. 191 e seguintes.

¹⁹⁴ *A Lucta*, n.º 7, 7 de Janeiro de 1906.

mesmo ano que, votando a unidade das forças populares do partido, impuseram o que todos reconhecem como indispensável, uma acção partidária constante e uma organização que tem de completar-se pela eleição em congresso dos delegados da soberania republicana.”¹⁹⁵

Se é relativamente fácil encontrar a data do início da reorganização do partido, surpreender os agentes responsáveis por esta nova dinâmica reveste-se de maior complexidade. Para além do movimento das bases, há ainda a considerar outros factores: o ano de 1903 foi a data de regresso de António José de Almeida de S. Tomé e da adesão de Bernardino Machado ao Partido Republicano. Escrevendo sobre a reorganização do PRP, Lopes de Oliveira considera que esta se deu sob a chefia de Bernardino Machado: “Na campanha realizada, de Outubro de 1903 a Junho de 1904, Bernardino Machado lançou as bases da nova orientação: – o Partido Republicano actuará como um partido de governo; o regime republicano dará continuidade à obra da monarquia liberal, traída pelas facções monárquicas e pelo próprio rei; a aliança inglesa, pela dignificação da Nação, deixando de actuar como protectorado, será a base da nossa política internacional.”¹⁹⁶ Lopes de Oliveira defendeu a ideia de que Bernardino era o líder do PRP, embora não tivesse existido nenhuma declaração oficial neste sentido. António José de Almeida, por seu turno, não deixou de explicar o seu papel na Comissão Reorganizadora, salientando a sua importância no processo¹⁹⁷.

Um dos pontos de viragem na organização republicana foi a constatação do estado caótico do partido, sendo determinante a reunião de 6 de Novembro de 1904, em Lisboa, da qual saiu a Comissão Reorganizadora, procurando dar coesão a opiniões dispersas e devendo organizar o próximo congresso¹⁹⁸. A Comissão Reorganizadora era formada por homens de Lisboa, Porto e Coimbra, reflectindo, aliás a dinâmica regionalista do Partido que se plasmava nas Juntas Directoras do Norte¹⁹⁹, Centro²⁰⁰ e Sul²⁰¹.

¹⁹⁵ *A Lucta*, n.º 64, 6 de Março de 1906.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, Lopes de, *História da República Portuguesa. A propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947, pág. 203.

¹⁹⁷ *A Lucta*, n.º 175, 26 de Julho de 1906.

¹⁹⁸ *A Lucta*, n.º 14, 14 de Janeiro de 1906.

¹⁹⁹ Encontramos apenas o nome de Antão Fernandes de Carvalho.

²⁰⁰ Alguns dos políticos que a compunham: Ângelo da Fonseca, Francisco Fernandes Costa, Manuel António da Costa e António Aurélio da Costa Ferreira.

²⁰¹ Alguns dos políticos que a compunham: Feio Terenas, José Maria Pereira, Constâncio de Oliveira, Agostinho Fortes e António dos Santos Pousada.

A propósito da realização do congresso do PRP em 1906, Brito Camacho explicitou a sua posição em relação à organização do PRP. Se bem que não defendesse um partido demasiado burocratizado, considerava que este devia ser um organismo bem constituído. Sobretudo, parecia-lhe desejável a existência de um regulador geral. Afirmou que, “É preciso que haja um directório, mas desejamos que ele fosse homogéneo como noutros tempos, e não como tem sido ultimamente, depois que as expressões geográficas do norte, sul e centro passaram a ter um significado político no campo republicano.”²⁰² Para este político deveria existir um órgão consultivo que consagrasse a representação regional.

O congresso do Porto teve a importante missão de definir os corpos dirigentes do partido. Ainda antes da reunião do Congresso já se tinham levantado duas hipóteses para a constituição do Directório: a primeira, sugerindo nove membros (três de Lisboa, três do Porto e três de Coimbra); a segunda, sugerindo que este órgão deveria ser constituído por 5 membros (um do Porto, um de Coimbra e um de Lisboa)²⁰³. A diferença fundamental entre estas duas propostas prende-se com a possibilidade de Lisboa se constituir como a cabeça política do movimento.

Reunido o Congresso no Grémio Comercial do Porto de 30 de Junho a 2 de Julho, definiu os seus corpos dirigentes. O Directório funcionava em Lisboa, tal como a Junta Consultiva, continuando a existir as três juntas directoras (que de 1906 até 1910 deixaram de ter peso na organização do PRP). Os concelhos tinham a comissão municipal e as freguesias organizavam-se em comissões paroquiais.

A direcção do Partido cabia ao Directório, que podia ouvir a Junta Consultiva. O seu mandato era trienal e os seus membros só podiam ser reconduzidos por dois períodos sucessivos. Este órgão era composto por 5 membros de uma lista apresentada ao congresso. Deliberava por maioria e não tinha presidente. As sessões tinham lugar em Lisboa, na sede oficial, contando com a colaboração de um arquivista e de um tesoureiro. Tinha como funções coordenar e dirigir a acção das juntas directoras e prover ao bem geral do partido; executar e fazer executar as deliberações do congresso; promover e dirigir congressos regionais; dirigir a política geral republicana; administrar a caixa do partido; coordenar o recenseamento geral da população republicana; resolver e fazer executar todas as providências que entender necessárias para o bem do partido;

²⁰² *A Lucta*, n.º 56, 25 de Fevereiro de 1906.

²⁰³ *A Lucta*, n.º 175, 26 de Junho de 1906.

apresentar às comissões locais os candidatos às eleições; “cuidar que maus passos de uns não afectem o movimento”; e nomear comissões municipais provisórias²⁰⁴.

O Directório era, assim, o órgão de cúpula do PRP, eleito pelo Congresso, que deveria reunir anualmente. No entanto, existiram outras formas e diferentes propostas para a direcção do movimento. Em 1908, por exemplo, aventou-se a hipótese (proposta de José Loureiro) de constituição de uma junta administrativa, nomeada pelo Directório, com três membros efectivos.

Existiram sempre divergências de opinião no seio do Directório. Composto por diferentes homens, continha sempre diferentes sensibilidades. Alguns republicanos fizeram desta situação uma virtude. Bernardino Machado, apresentando a sua renúncia como membro do Directório no Congresso de Coimbra de 1908, afirmou não ser desonroso num partido livre a existência de divergências de opinião²⁰⁵. António José de Almeida, na mesma situação apresentou-nos uma versão diferente, fazendo menção a uma possibilidade de dissidência.

O Directório era isto: um órgão colectivo logo plural, que nem sempre estava em consonância consigo próprio. Para muitos era fundamental que o Directório consubstanciasse todas as opiniões, abrindo assim a possibilidade de cisões e divergências.

O Directório deveria dirigir a política republicana. Existiu sempre, contudo, uma tensão entre a cúpula e as bases. Uma das formas de procurar contornar esta questão foi a de procurar que o Directório dirigisse a política de acordo com o Congresso, que representava as bases. Os republicanos, à medida que estruturavam a sua organização procuraram dar maior peso ao Directório, tornando-o a cabeça do movimento. No entanto, nunca foi fácil, nem um objectivo firmemente alcançado. A desejada disciplina partidária sempre encontrou como obstáculo as autonomias que caracterizavam o movimento. Ainda assim, o partido conseguiu aprofundar o seu nível de estruturação.

As bases do partido eram as comissões paroquiais, eleitas pelos eleitores republicanos da freguesia; as comissões municipais eram eleitas pelos eleitores republicanos do município e representavam os núcleos da sociabilidade política republicana. As comissões distritais eram eleitas pelas comissões municipais. Em Lisboa e no Porto também eram eleitas representações de bairros. Todos estes quadros, do directório à comissão paroquial eram trienais, tendo membros efectivos e substitutos.

²⁰⁴ *A Lucta*, n.º 179, 30 de Junho de 1906.

²⁰⁵ *O Mundo*, n.º 2683, 27 de Abril de 1908.

As comissões paroquiais, nomeadamente as de Lisboa, eram entendidas como as genuínas representantes do povo, sendo muitas vezes as responsáveis pela organização de centros eleitorais e escolares na freguesia onde estavam implantadas. Foram as comissões paroquiais, em estrita colaboração com a municipal, que escolheram a lista para a Câmara de Lisboa, de modo a proporcionar o efeito de proximidade entre eleitores e eleitos. Segundo *A Lucta*, nos bairros de Lisboa, as comissões republicanas disputavam as massas com outras forças, nomeadamente os priores e os seus acólitos²⁰⁶. As comissões republicanas, nomeadamente as municipais, tinham a importante função de ajudarem no recenseamento eleitoral, de modo a conseguirem incluir mais votantes (potencialmente republicanos) nos cadernos eleitorais. O recenseamento era facultativo e periodicamente actualizado. Os putativos eleitores deveriam requerer a inclusão dos seus nomes nos cadernos eleitorais. Deveriam ter 21 anos, saber ler e escrever ou pagar imposto superior a 500 réis (valores de 1909).

As comissões de recenseamento da monarquia liberal, formadas por parte de um restrito grupo de eleitores, tinham o imenso poder de elaborar a lista de eleitores. As organizações republicanas sentiram a necessidade de estar vigilantes em relação à definição do corpo eleitoral. Neste sentido eram fazedoras de eleitores e assumiam ter uma função educativa de carácter cívico e, a seus olhos, patriótico. Muitos republicanos queriam que as comissões municipais reforçassem os seus poderes políticos. No congresso republicano do Porto, em 1906, Barros Queiroz enviou para a mesa algumas emendas, de entre as quais, uma, bastante aplaudida, que propunha que a escolha dos candidatos a deputados fosse feita pelas comissões municipais e não pelo Directório²⁰⁷. Para José Barbosa, as comissões distritais, municipais e paroquiais, moldadas à organização administrativa do país, eram os sustentáculos do partido. Por ser ainda em 1909 um tema polémico, explica que a hierarquia era necessária para “(...) ligarem num bloco formidável todas as forças isoladas.”²⁰⁸ As comissões deviam preparar-se para o duplo trabalho de destruir a monarquia e construir o novo regime. Eram, assim, as bases da conspiração e os blocos de construção para o novo regime. Por serem tão importantes deveriam prescindir de parte da sua autonomia.

Financeiramente, o PRP dependia dos seus militantes e das iniciativas que levassem a cabo para conseguir angariar dinheiro. Aliás, toda a galáxia de organizações

²⁰⁶ *A Lucta*, n.º 9, 9 de Janeiro de 1906.

²⁰⁷ QUEIROZ, Vasco de Barros, *Episódios da vida do político Thomé de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, 1985, pág. 92.

²⁰⁸ BARBOSA, José, “Organização Partidária”, *O Mundo*, n.º 3174, 3 de Setembro de 1909.

republicanas contava com esse contributo. Bernardino Machado pôs esta questão de uma forma muito clara quando afirmou que “Quasi não há republicano que não contribua cumulativamente para o seu centro, comissões partidárias e Directório e para a sua escola, quando não é ainda para o Vintém Preventivo e para o Vintém das Escolas.”²⁰⁹ O cofre do Partido estava a cargo do directório, mas era gerido por uma comissão especial. Contava com os envios das comissões republicanas, com doações, com o dinheiro angariado em subscrições públicas, festas republicanas ou excursões.

Em 1908, no Almanaque Democrático os republicanos publicaram uma lista de 77 comissões municipais²¹⁰, bem como o nome dos seus respectivos presidentes, advertindo que não se tratava de uma lista “perfeita e completa”²¹¹.

No congresso do PRP no Porto em 1910, o PRP fez um balanço das suas forças, considerando que em termos de organização se verificara o aumento das comissões distritais, municipais e paroquiais. Registadas no Directório – e esta advertência significa que podemos estar a tratar de valores por defeito e não por excesso – existiam 12 comissões distritais, 130 comissões municipais e 258 comissões paroquiais. Estes números indicam uma significativa organização partidária. Mas não nos fornecem indicações quanto à sua distribuição geográfica, o que faz toda a diferença. O que podemos concluir é que a nível distrital a implantação do republicanismo era significativa. Existiam à data 17 distritos no Continente (Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu) e 4 nas ilhas adjacentes (Angra do Heroísmo, Horta, Ponta Delgada e Funchal). Assim sendo, os republicanos conseguiram estar presentes na quase totalidade dos distritos. O *ratio* é-lhes menos favorável no número de comissões municipais: existindo 262 concelhos no continente e 29 nas ilhas, tinham apenas 130 comissões municipais.

²⁰⁹ *O Mundo*, n.º 3343, 21 de Fevereiro de 1910.

²¹⁰ Lisboa, Porto, Abrantes, Águeda, Alcácer do Sal, Alcobaça, Alcochete, Aldeia Galega do Ribatejo, Alenquer, Aljustrel, Almeirim, Amarante, Anadia, Aveiro, Barcelos, Barquinha, Barreiro, Beja, Benavente, Borba, Bouças, Braga, Bragança, Caldas da Rainha, Cantanhede, Carrazeda de Anciães, Cartaxo, Castelo Branco, Castro Daire, Catumbela, Celorico de Basto, Sesimbra, Chamusca, Chaves, Constância, Coruche, Covilhã, Évora, Estremoz, Fafe, Felgueiras, Funchal, Gouveia, Grândola, Lagoa, Lagos, Lamego, Leiria, Lourinhã, Miranda do Corvo, Mondim de basto, Montemor-o-novo, Nazaré, Odemira, Oeiras, Ovar, Paços de ferreira, Paredes, Paredes de Coura, Penafiel, Ponte de Lima, Portalegre, Régua, Santarém, Seixal, Tomar, Viana do Castelo, Vidigeira, Vila Franca de Xira, Vila Nona de Famalicão, Vila Nova de Ourém, Vila Nova de Paiva, Vila Nova de Portimão e Viseu.

²¹¹ *Almanaque Democrático para 1908*, Editor-Proprietário Eurico Castelo Branco, Lisboa, Tipografia Lamas & Franklin, s.d.

Nos últimos anos da monarquia constitucional o partido republicano procurara estruturar-se, de modo a poder agilizar a sua resposta política às situações, sem nunca ter perdido a multiplicidade que o caracterizava. Procurava ser visto como democrático, ordeiro e disciplinado, queria-se eminentemente nacional, digno da confiança interna e externa, capaz de governar. Resumindo, queria-se um partido de governo.

2.6.2. O programa do Partido Republicano Português

O programa do PRP, tal como aparece na sua forma “clássica”²¹², data de 1891, no mesmo ano da revolta do Porto, e não teve alterações até à implantação da República. Repare-se que este documento surgiu 15 anos depois da fundação do partido. Este programa foi elaborado por Azevedo e Silva, Bernardino Pinheiro, Francisco Homem Cristo, Jacinto Nunes, Manuel de Arriaga e Teófilo Braga²¹³. O restrito *corpus* doutrinal do PRP teve, no entanto, alguns acrescentos, ou seja, foram adicionados textos políticos, já no século XX, que não alteraram substancialmente o essencial das suas premissas.

O programa é um texto sintético e tem essencialmente preocupações políticas, tratando da organização dos poderes do Estado e das garantias individuais (liberdades essenciais, políticas e civis)²¹⁴. Na relação entre o Estado e o indivíduo, os signatários deste documento propuseram a Igualdade perante a lei, na formação da lei e na sua execução. De entre um conjunto de propostas vale a pena fazer referência à defesa da liberdade de consciência e igualdade civil e política para os cultos, do registo civil, do ensino obrigatório, da secularização de cemitérios, da educação das mulheres, do sufrágio universal, da autonomia municipal, da descentralização e administração civil das províncias ultramarinas, da liberdade de associação, reunião e representação, da liberdade do trabalho e da indústria e da abolição de monopólios. Os republicanos pretendiam ver extintos os poderes hereditários e os privilégios. Afigurava-se-lhes importante o fim das últimas formas senhoriais de propriedade, o arroteamento de incultos, a reforma do regime hipotecário, a revisão de pautas, a diminuição do imposto

²¹² Trindade Coelho (COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1906) faz referência ao primeiro programa do Partido Republicano Português, obra de Latino Coelho e Elias Garcia.

²¹³ COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1906, pág. 639.

²¹⁴ *Programa do Partido Republicano*, Lisboa, A Liberal – Oficina Tipográfica, 1908.

de consumo nos géneros de primeira necessidade e o resgate da dívida pública externa, bem como a regularização da interna.

A moção que foi *votada* pelo povo de Lisboa em comício de 10 de Dezembro de 1905²¹⁵, ajuda-nos a perceber como foi feita a clarificação dos pontos programáticos, bem como a sua reactualização ao longo dos anos. A moção organizava-se em torno de três questões. Em primeiro lugar, era exigida a remodelação do sistema tributário, com a supressão dos impostos de consumo, real de água e todos os que agravassem o problema das subsistências. Dentro deste ponto os republicanos defendiam, ainda, a redução dos direitos de importação de géneros alimentares de primeira necessidade. Acrescentaram a esta reivindicação um tom antiplutocrático com a defesa de uma distribuição racional e uma arrecadação honesta. Em segundo lugar, defenderam a necessidade de uma reforma eleitoral, tendo por base o sufrágio universal e garantindo a autonomia política das cidades e a proporcionalidade de representação de todos os partidos e opiniões. Esta mesma ideia vai constar da petição apresentada em Janeiro de 1906 e para a qual os republicanos organizaram uma campanha de assinaturas²¹⁶. Em terceiro lugar, os republicanos reivindicaram a revogação de todas as leis de excepção.

Em 1908, levantaram-se vozes que defendiam a revisão do programa do partido. Bernardino Machado considerou que, para além da questão política, se deveria pensar a económica e a religiosa. Na sua leitura, os republicanos eram anti-plutocratas, não fazendo, contudo, guerra ao capital, e anticlericais, sem fazerem guerra à Igreja Católica²¹⁷. Bernardino defendia uma posição que se queria de convergência, agradando a vários sectores, o que configura uma tarefa quase impossível.

O congresso de Setúbal de Abril de 1909, pela voz de Teófilo Braga, discutiu a possibilidade de rectificação do programa partidário. Deveria passar a utilizar-se os textos de Afonso Costa e Bernardino Machado sobre o engrandecimento do poder real, pedra de toque da propaganda republicana contra a monarquia de Bragança. Por outro lado, Teófilo Braga defendia a necessidade de se incluir a questão das universidades populares e a educação, o registo civil e a municipalização dos serviços públicos.

A Assembleia Republicana de 30 de Janeiro de 1910, que contou com os mais importantes dirigentes e políticos republicanos, teve como programa de trabalhos a definição da tática política, num ambiente em que se alardeava – um pouco demais,

²¹⁵ *A Lucta*, n.º 193, 14 de Julho de 1906.

²¹⁶ *A Lucta*, n.º 3, 3 de Janeiro de 1906.

²¹⁷ *O Mundo*, n.º 2677, 21 de Abril de 1908.

percebendo-se que era um problema – a ausência de dissensões internas²¹⁸. Esta ordem de trabalhos, por muito importante que fosse, mascarava a discussão acerca da revolução que se iria ou não pôr em marcha. De qualquer das maneiras, nesta análise da situação política a assembleia apresentou as suas críticas ao regime monárquico e elencou sistematicamente um conjunto de questões que queria ver resolvidas e de prioridades políticas. Era o programa de acção do PRP. A ideia central da argumentação é-nos familiar: existe um conflito entre a nação e o regime, estando a monarquia em luta contra o povo. A legislação reaccionária e o engrandecimento do poder real configuram uma ditadura que se iniciou em 1890. Dez eram as questões que tinham de ter urgente resolução. Era necessário fazer a reforma eleitoral e revogar as leis de excepção. A questão constitucional, que se prendia com as liberdades e garantias, era prioritária para o Directório, bem como a reorganização administrativa. A luta anticlerical, marca genética do republicanismo, era uma das preocupações. A seguir, apresentava-se a questão dos impostos, sendo criticado o excessivo peso das subsistências, a questão financeira, com o incontornável equilíbrio orçamental e a crítica ao exagero da dívida pública, a questão económica, associada à defesa do trabalho nacional e, para finalizar, a reorganização do ensino e a defesa nacional, sendo necessário um plano que articulasse Portugal e colónias. Para o Directório, o país assistia à depauperação das suas maiores energias, sendo necessário fazer um inquérito às suas forças industriais e agrícolas que servisse de base a uma política económica. Desta discussão não esteve ausente o tema do sindicalismo, sendo que os republicanos defendiam que os obstáculos ao mesmo deviam desaparecer. Estes políticos pronunciaram-se igualmente sobre a legislação operária, considerada como não obedecendo à ideia de interesse da classe trabalhadora.

Concomitantemente à questão do programa partidário, surgiu a questão do programa de governo. Eram dois conceitos diferentes, mas que foram usados simultaneamente na discussão política coeva.

Os monárquicos acusavam os republicanos de não terem um programa de governo, ou seja, de serem apenas uma voz crítica sem capacidade para actuar e governar. A voz do deputado Estêvão de Vasconcelos resumiu este problema:

²¹⁸ Para a descrição desta assembleia segui a descrição no jornal *O Mundo*, n.º 3323, 31 de Janeiro de 1910.

“O meu partido, que de tudo tem sido acusado pelos monárquicos, até das coisas mais absurdas e inverosímeis, também o tem sido de não possuir, segundo dizem, um programa de governo e de não ter ainda manifestado ideias definidas e soluções concretas acerca dos assuntos que mais preocupam e interessam o país. Sr. Presidente: Esta acusação é capciosa, é desleal, é falsíssima!

O partido republicano tem um programa que foi elaborado pelo seu Directório de 1891, ao qual pertencia a poderosa mentalidade de Teófilo Braga (Apoiados), e esse programa é uma exposição concisa, é uma súpula perfeita de exposições, princípios e doutrinas, devidamente concretizadas e detalhadas, que se amoldam às condições do nosso país.”²¹⁹

Para além de analisarmos a organização do PRP é importante percebermos como é que os republicanos falavam do partido, de modo a surpreendermos, por um lado a sua forma de o olhar e, por outro, o que queriam que esta organização fosse.

João Chagas, em 1908, escreveu que o PRP tinha um estado-maior de filósofos, pensadores, parlamentares, jornalistas e polemistas e um exército, com a sua organização e disciplina²²⁰. Utilizando uma metáfora militar, João Chagas, imaginava um PRP com intelectuais e com as massas, numa estrutura que se cria disciplinada e pronta para o combate.

2.7. A Carbonária, ou a arregimentação das classes populares

O movimento republicano tinha, a partir de inícios do século XX, um dos seus elementos em processo de organização, a saber, o PRP. Em estreita ligação com o partido, o republicanismo tinha uma forma *organizada* de arregimentar as classes populares e enquadrá-las na luta pelo poder.

Para além do partido, existia então esta organização que cumpre analisar, para perceber o que o republicanismo tinha de inovador. É através da Carbonária²²¹, e do seu processo de mudança, que temos acesso a uma das formas de recrutamento do movimento

²¹⁹ Intervenção de Estêvão de Vasconcelos, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 6, 9 de Maio de 1908.

²²⁰ *O Mundo*, n.º 2712, 26 de Maio de 1908.

²²¹ A carbonária, sendo uma sociedade secreta, é um objecto de estudo difícil, mas, pese embora as dificuldades inerentes a esta situação, existe já um trabalho científico que lança luz sobre este assunto da autoria de António Ventura: *A Carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.

republicano nas classes populares. Esta associação secreta, indo buscar simbologias e uma genealogia às tradições italiana e liberais, significou um factor de inovação no campo político através do enquadramento das classes populares numa estrutura que se desejava articulada e em consonância com os objectivos políticos gerais do PRP. A Carbonária abria a possibilidade de decisão e alguma margem de manobra a “pequenos” agentes políticos.

Para além de distinções doutrinárias, havia no republicanismo uma facção que se queria activa e determinada. Como afirmou Luz de Almeida, referindo-se a unitários e federais: “Para mim, eram todos bons republicanos, contanto que fizessem a revolução, e depressa.”²²² A Carbonária era isto mesmo: uma forma de fazer a revolução, de fazer a república, fora dos padrões e das lógicas dos partidos. Esta organização secreta não pretendia dividir-se com questões doutrinárias. Parte dos homens do PRP não tinham na sua matriz política teórico-prática a possibilidade de se lançarem na *luta armada*. A Carbonária era uma organização autónoma face ao PRP, ou seja, tinha a sua própria direcção. No entanto, na preparação para a revolução de Outubro foi quase a milícia do partido. Mas, apesar de ter os seus chefes aceitava a autoridade e o prestígio de alguns líderes republicanos que assim faziam a ponte entre a carbonária e o partido. A Carbonária tinha os seus chefes mas precisava da credibilidade política e do carisma de líderes republicanos como António José de Almeida.

A criação da Carbonária, pela mão de Luz de Almeida, foi a institucionalização de um grupo dentro do movimento republicano, diferente do partido. Representou uma novidade absoluta, uma transformação de significativa importância, passando a admitir no seu seio indivíduos de todas as classes:

“(…) médicos, engenheiros, advogados, professores de todos os ramos de ensino, estudantes, oficiais superiores do Exército e da Armada, sargentos, alguns administradores de concelho, funcionários públicos de todas as categorias e de todos os ministérios, proprietários, lavradores, comerciantes, lojistas, empregados no comércio, actores, operários, cocheiros, condutores e guarda-freios dos eléctricos, empregados dos caminhos de ferro, alguns agentes e guardas da polícia, etc.”²²³

²²² ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 206.

²²³ *Ibidem*, pág. 241.

Tal como posto por Luz de Almeida, era uma associação secreta inter-classista.

Luz de Almeida²²⁴ fez referência à primeira Carbonária portuguesa, o Sinédrio, constituída em 1818. Relembra ainda a Sociedade dos Divodignos, de feição carbonária, organizada por académicos, em 1828. Em 1848, Coimbra teria visto nascer a Carbonária Lusitana, alegadamente organizada pelo padre António de Jesus Maria da Costa e com a participação de académicos. Acabou em 1850, reapareceu em 1853, foi organizada pelo Partido Regenerador em 1862 e tornou a aparecer em 1864, de forma bastante efêmera. Em Lisboa teria existido também em 1850-51 uma outra Carbonária, com o título de Portuguesa.

Independentemente da veracidade desta genealogia, que vai buscar a legitimidade desta organização ao período liberal, a constituição da Carbonária que fez a sua parte na revolução do 5 de Outubro de 1910 era radicalmente diferente das anteriores. O que as outras organizações tinham em comum era o facto de serem compostas por indivíduos que não pertenciam aos estratos populares. Por muito que procurasse a filiação em tradições anteriores, a Carbonária de Luz de Almeida transformou-se numa organização secreta diferente.

A transformação da Maçonaria Académica em Carbonária representou uma nova forma de pensar a política, trazendo para o seu seio elementos populares. Esta alteração não foi pacífica. “A discussão dessa proposta foi bastante agitada, originando a sua aprovação a saída de vários académicos.”²²⁵. Apesar de se ter aberto a dissidência, pouco depois surgiu a primeira *choça* popular (célula base da pirâmide organizativa da Carbonária), significativamente intitulada *República*, logo seguida de a *Marselhesa*. Os nomes dados são auto-evidentes da filiação política e das aspirações destas choças. Aí estava o sonho e a aspiração política: o novo regime e a genealogia do movimento em estreita associação com a experiência revolucionária francesa.

A partir deste momento os “bons primos” – era assim, e democraticamente por “tu”, que se tratavam os carbonários – podiam ser empregados de escritório, jornalistas, operários, estudantes ou “doutores”. Davam-se a conhecer por sinais, senhas e contra-senhas, apertos de mão e cumprimentos especiais com o chapéu, enquanto circulavam por Lisboa, ou davam dois dedos de prosa nos cafés, o *Gelo*, o *Martinho*, *A Brasileira* do Chiado, e nas tabernas.

²²⁴ *Ibidem*, pág. 214.

²²⁵ *Ibidem*, pág. 216.

Esta mudança significou, e aí reside o cerne da questão, a abertura às classes populares. O operariado avançado, visto como intransigente e revolucionário, chegou mesmo à cúpula dirigente desta organização, nomeadamente com Paulo Tavares, contramestre de uma oficina metalúrgica, que pertenceu à Quarta Alta Venda²²⁶. Para além dos populares, a Carbonária contava também com estudantes e mais tarde até com elementos considerados de “elevada posição social”. Depois de 1908, e num crescendo de luta contra a monarquia, tornaram-se fundamentais as aliciações no corpo castrense, sobretudo na marinha. Em 1909, foram iniciados estudantes militares, soldados e sargentos e alunos da Escola de Guerra, ficando sob a alçada de Machado Santos. Esta orientação foi, contudo, questionada no ano lectivo de 1909-1910, existindo divergências em torno da mecânica revolucionária, tendo esta facção revolucionária de estudantes procurado a autonomia face à organização.

No final do período de propaganda, a aliciação militar, sobretudo de baixas patentes, constituiu um importante esteio para a ideia de sucesso da empresa a levar a cabo. Nos quartéis, os carbonários poderiam quebrar as linhas de comando, procurando amotinar os soldados. Neste caso torna-se muito claro que, apesar da Carbonária trabalhar pela implantação da República, o movimento continuava a não prescindir do apoio militar.

2.7.1. Rituais e símbolos

António Maria da Silva, importante carbonário aquando da tomada do poder, explicou a organização desta associação secreta²²⁷. Cada canteiro, a unidade básica, era formado por 5 membros, os rachadores; quatro canteiros faziam uma choça e cinco choças uma barraca. Por seu turno, cinco barracas faziam uma Venda, o que correspondia a 500 homens. O chefe do canteiro era membro da choça; o chefe da choça pertencia à barraca, o da barraca pertencia à venda e, finalmente o chefe da venda pertencia à alta venda, que não tinha um número fixo de membros. António Maria da Silva conhecia quatro vendas, assegurando assim a existência de 2.000 homens arregimentados. A Alta Venda conhecia todos os carbonários, já que os rachadores, vistos como a arraia-miúda, assinavam um documento quando entravam no “grémio”. Para garantir a lealdade e a

²²⁶ *Ibidem*, pág. 223.

²²⁷ Entrevista de António Maria da Silva, *A Capital*, citada em *História da Implantação da República Portuguesa. Da Monarquia para a República. Relato do Movimento que originou a implantação da República em Portugal*, prefácio de Magalhães Lima, Lisboa, Empresa de Publicações Populares, s.d.

fidelidade exigiam um juramento, a assinatura num papel em branco e ameaçavam de morte os traidores. Fazia parte do “romantismo” em que se envolvia uma organização como esta, mas a ameaça tinha um papel dissuasor central para uma associação que se queria envolta no maior dos secretismos possível.

José Gomes Ferreira deixou-nos uma visão sarcástica das iniciações carbonárias: “Na Carbonária, onde se admitem principalmente homens de acção, a escolha dos iniciados tomava por vezes aspectos de farsa, com cerimónias à meia noite nas proximidades de cemitérios, juramentos sinistros, farricocos, punhais trémulos nos braços estendidos à laia de ópera de Verdi.”²²⁸ Este lado “negro e obscuro”, ou mesmo “folclórico”, da carbonária foi a associação de um ritual à manutenção da disciplina e do segredo. A estrutura da carbonária revelava este lado afectivo, exagerado e ritualístico, de modo a fomentar as ligações entre os bons primos e criar um ambiente e uma mística especiais. O espaço republicano, na organização partidária, era aberto e público. Era um espaço de discussão. A Carbonária era mais excitante, secreta e perigosa. Era um espaço para a acção. E não é demais frisar: popular. Não existiam divergências teóricas, apenas romantismo revolucionário.

No entanto, segundo Jorge de Abreu, as iniciações podiam ter diferentes cerimoniais, umas mais rigorosas e outras consideradas mais pró-forma, quando se conhecia e se tinha confiança no candidato.

“Em qualquer dos casos, porém, o iniciado é sujeito a um interrogatório sobre as suas ideias políticas e aquilo de que se julga capaz de executar no momento propício. Muitos deles afirmam desde logo as suas disposições para uma acção directa e individual; outros limitam-se a prometer concurso eficaz numa acção colectiva. A Carbonária não repele os que se declaram francamente incapazes de um acto isolado, mas que juram – o juramento é obrigatório para todos – auxiliar a comunidade uma vez chegado o ensejo de lutar contra a monarquia ou a tirania.”²²⁹

Jorge de Abreu acentuou nesta descrição uma questão importante, a saber, o que é que um indivíduo era capaz de fazer pela república. Se uns temiam acções mais ousadas –

²²⁸ FERREIRA, José Gomes, “Uma inútil nota preambular.” In RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se. Memórias*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974.

²²⁹ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

que seriam a maioria – outros, como veremos, podiam levar a cabo actos individuais que se revelaram perigosos para a monarquia constitucional. Adiante trataremos o caso de Costa e Buíça.

Ainda segundo a descrição de António Maria da Silva, a Carbonária era uma estrutura piramidal, apenas permitindo aos homens da Alta Venda conhecer com rigor toda a organização. As chefias intermédias conheciam apenas uma parte da organização e as bases, os rachadores, tinham ainda menos domínio sobre a estrutura da mesma. Isto pressupunha uma estrutura com uma cadeia de comando inquestionável e segura, uma máquina quase militar. E parte do princípio que todos guardavam segredo. As memórias de Aquilino Ribeiro traíram esta imagem, quando relatou o ambiente de grande crispação anti-monárquica, na conjuntura da questão dos adiantamentos à Casa Real.

“No Café encontrei este mesmo espírito, mas em tom cominativo. Os meus amigos saudaram-me, certos de que guardara o diapasão antigo. E logo mais um esturrado me solicitou para ingressar na Carbonária. A Carbonária era a estruturação secreta da revolução, afinal tão secreta, que eu nessa noite fiquei a saber quem constituía a Alta Venda: Machado Santos, Luz de Almeida e António Maria da Silva, e o principal aliciador o segundo destes. Acima, como supremo arquitecto, António José de Almeida.”²³⁰

A acreditar na memória de Aquilino Ribeiro, num determinado meio ou círculo de sociabilidade política era relativamente fácil não só ser convidado para ingressar na Carbonária como conhecer a Alta Venda e as suas ligações à Maçonaria através de António José de Almeida e da Loja Montanha. A Lisboa política era relativamente pequena e torna a versão de Aquilino perfeitamente verosímil. Numa conversa surgiu exposta a estrutura da organização. Assim sendo, todo o *folclore* romântico e a ideia de segredo servem para procurar criar a realidade que descrevem. Ou dito de outra forma, acentuar os aspectos românticos procurava criar, mais do que descrever, a cultura de segredo.

A estrutura queria-se, sem dúvida, hierarquizada, mas não deixava de ter alguma fluidez. Não é inadequado considerar que poderia existir um grau de autonomia relativo nestas “células” conspirativas. Ou seja, apesar do discurso de verticalidade na

²³⁰ RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se*, Lisboa, Bertrand, 2008, pág. 165.

organização e de disciplina nas linhas de comando, pensamos, como adiante se tratará, que estes homens acabavam por ter a possibilidade de acções decididas por si ou sem o conhecimento dos seus chefes hierárquicos de topo.

Pelo que nos é dado a conhecer da imagética carbonária, podemos surpreender as suas influências italianas e maçónicas, bem como a ligação a um mundo do trabalho e da natureza, entendidos, contudo, de uma forma idealizada. Os símbolos da Carbonária incluíam a estrela de cinco pontas em cima do globo terrestre, a figura de um “ másculo” Bom Primo, de pé, com as pernas afastadas e a cabeça erguida. O globo é um símbolo de há muito associado ao poder. “ Nas evocações do poder, de reis, de imperadores, de pontífices, de deuses, o globo levado numa das mãos representa o domínio ou o território sobre o qual se estende a autoridade do soberano e o carácter totalitário dessa autoridade. A sua forma esférica pode revestir, com efeito, um duplo significado. A totalidade geográfica do universo e a totalidade jurídica de um poder absoluto.”²³¹ A estrela de cinco pontas é um dos mais utilizados símbolos esotéricos. É, em primeiro lugar, associada a uma fonte de luz, sendo por isso também associada a questões do espírito. Leonardo da Vinci utilizou a estrela colocando no seu centro o homem e a mesma não deixava de estar presente na iconografia maçónica. “ A estrela flamejante da maçonaria procede do pentagrama pitagórico (...). A estrela flamejante de cinco pontas é o símbolo da manifestação central da luz, do centro místico, do foco de um universo em expansão. Traçada entre o esquadro e o compasso, isto é entre a Terra e o Céu, representa o homem regenerado, radioso como a luz, no meio das trevas do mundo profano. A estrela é, tal como o número cinco, um símbolo de perfeição. No quadro do grau de companheiro, a estrela flamejante tem como centro a letra G: é o equivalente do **iod**. O princípio divino no coração do iniciado (BOUM, GUET).”²³² A utilização da estrela de cinco pontas pela Carbonária não deixa de ser uma forma de filiação no universo maçónico, um sinal identificativo.

Os carbonários recorriam a imagens que resgataram da tradição italiana de encontros em choças de carvoeiros nas florestas, utilizando os três pontinhos em forma triangular, as barracas, as vendas, o cepo, a lenha, as raízes, o ramo florestal, a corda, o carvão, a coroa de espinhos, o machado, o punhal, a cadeia de ferro, estrelas, constelações e o sol. Neste mundo simbólico carbonário há a considerar, para além das referências a

²³¹ CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Lisboa, Teorema, 1994.

²³² *Ibidem*.

elementos florestais e astronómicos, a associação a um mundo do trabalho, através de locais e de ferramentas, e à masculinidade. Esta imagem do carbonário está associada aos trabalhadores, à força e às classe populares. Sendo um movimento essencialmente urbano, remete para uma imagem romântica da natureza, enquanto lugar da origem, seguro e inspirador. O carbonário, através desta simbologia, estava ligado ao mundo do trabalho mas transcendia a sua condição através da iluminação pelo conhecimento.

2.7.2. A relação com o Partido Republicano Português

A Carbonária tinha a sua dinâmica interna própria, sendo absolutamente necessário imprimir-lhe movimento, manter os bons primos activos e leais. Como o próprio Luz de Almeida reconheceu não era suficiente incitá-los ao cumprimento do dever e apontar-lhes os perigos, era necessário “(...) conter-lhes as impaciências, infundir-lhes o espírito de sacrifício e alimentar-lhes o fogo crepitante do entusiasmo (...)”²³³. Ou seja, era preciso alimentar este movimento, através de trabalho, preparando não só iniciativas revolucionárias, como de propaganda. Estes homens não discutiam em centros, estavam menos interessados nas subtilezas doutrinárias. Eram homens de acção e não do voto e da luta parlamentar. Jorge de Abreu escreveu que “Mais tarde, Lisboa vê despontar oficialmente a Carbonária para as lutas políticas, embalada pela fé ardente, a tenaz propaganda de Luz de Almeida. É o momento em que a ideia inicial de um núcleo forte, aguerrido, de acção imediata e directa contra as instituições monárquicas, aparece tomando corpo, adquirindo um relevo fora do comum.”²³⁴ O que aqui nos interessa é a ideia de acção imediata e directa, essa tal nova forma de fazer política, para o republicanismo, no Portugal de início do século XX.

A Carbonária representava uma facção importante dentro do movimento republicano, menos pelos números de membros que foram apresentados e mais pela maneira como enquadrava e dava sentido político à rua radical. Luz de Almeida gabou-se de ter milhares de homens sob o seu comando²³⁵. Não apareceram tantos em Lisboa, quando foi necessário no 5 de Outubro de 1910. No entanto, a Carbonária, que estendia a sua

²³³ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In Montalvor, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 220.

²³⁴ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

²³⁵ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932.

organização fora dos limites da capital, foi essencial para a proclamação da república nos concelhos limítrofes. Podem não ter sido milhares, mas foram os suficientes.

Os revolucionários civis aparecem, desde cedo, em oposição aos dirigentes partidários e outras facções do republicanismo. Os primeiros queriam acção e os segundos pediam-lhes “(...) calma e muita fé (...)”²³⁶. Ou seja, estavam em relativo antagonismo com os militares e os chefes mais prestigiados. Embora existissem clivagens, precisavam uns dos outros. A sua relação com os diferentes directórios do Partido Republicano Português não foi fácil. Os directórios precisavam da Carbonária mas temiam-na. A carbonária precisava do directório mas defendia outra maneira de fazer a república.

Era, assim, necessário manter viva uma relação que facilmente poderia resultar em má vontade e críticas de parte a parte. As diferentes expectativas necessitavam de ser equilibradas para contrabalançar ardor revolucionário e acção directa com uma vertente mais ordeira e legalista do movimento republicano.

Segundo Luz de Almeida, quando os directórios sentiam o desânimo nas fileiras, “(...) aproveitavam qualquer escândalo político para movimentar as forças no sentido revolucionário.”²³⁷ Assim que se aproximavam novas eleições, os trabalhos revolucionários deixavam de ter lugar.

“Então, os directórios soltavam um suspiro de alívio e, para contra-minar a propaganda obstrucionista, que os mais exaltados iam fazendo a dentro do partido, proclamavam nos comícios, pela boca dos mais fluentes oradores, «que os trabalhos eleitorais e revolucionários não eram incompatíveis, podendo-se votar ao meio-dia e descer à barricada às duas horas da tarde.»”²³⁸

No fundo, o que aqui se tratava era do irrequietismo das facções radicais, defensoras da absoluta necessidade de fazer a revolução face a outros grupos dentro do partido e do movimento que a temem ou questionam.

Tratava-se de um exercício complicado, o de equilibrar e manter acesas as expectativas revolucionárias: não as perder nem as intensificar a um ponto em que saíssem sem controlo. Os directórios entregavam os arroubos revolucionários à inércia das estruturas,

²³⁶ *Ibidem*, pág. 207.

²³⁷ *Ibidem*, pág. 220.

²³⁸ *Ibidem*, pág. 221.

nunca negando peremptoriamente mas inviabilizando as tentativas de por de pé a revolução, à maneira da Carbonária e liderada por esta associação secreta.

Os “irrequietos republicanos” não eram espectadores passivos mas uma das mais poderosas forças de pressão dentro do movimento. Protestavam e eram impacientes. Muitas vezes, o desalento ameaça as suas hostes e era necessário encontrar causas aglutinadoras que os dinamizassem.

Os revolucionários eram, em grande medida, abstencionistas, não pondo grande empenho na luta eleitoral, querendo, pelo contrário embarcar para a luta armada. Com ou sem o beneplácito dos directórios, a Carbonária conspirava e preparava-se. Tanto que o próprio Luz de Almeida contou que, sendo preciso atiradores, os carbonários começaram a frequentar a carreira de tiro de Pedrouços²³⁹. No entanto, muito embora procurassem forçar a chegada do dia revolucionário, precisavam da credibilidade política dos chefes e dos homens do directório. Por isso desfilam perante conceituados caudilhos.

Depois do regicídio, em Fevereiro de 1908, iniciou-se um período de crescimento da Carbonária (em Lisboa e na “província”), cujo nome ainda causava estranheza a homens como António José de Almeida, que considerava “antiquadas” as organizações deste género e temia o efeito que esta podia ter no espírito público.²⁴⁰ Na verdade, esta Carbonária tinha tanto de antigo, como de moderno, sendo uma organização capaz de, à maneira e à escala da Lisboa política de então, enquadrar as massas. O que António José de Almeida temia era que a ideia desta Carbonária assustasse uma facção mais ordeira do partido.

A caminho do 5 de Outubro, reuniu-se o trio revolucionário que teria um peso decisivo na Carbonária, com a iniciação de António Maria da Silva e Machado Santos.

Esta organização secreta foi, também, uma eficaz ponte de ligação com outros grupos políticos. Os anarquistas intervencionistas criaram a *sua* carbonária, sendo constituída quase maioritariamente por operários dos chamados meios avançados. Isto significava que eram activos e politizados. Existiu um núcleo secreto chamado *Bonfim*, descoberto pela polícia e depois dissolvido. Os seus membros fundaram depois a Carbonária Lusitana ou Carbonária dos Anarquistas. O republicano Heliodoro Salgado era uma das figuras de proa desta organização. Este republicano ilustrou a possibilidade de convergência e de união na luta contra a monarquia.

²³⁹ *Ibidem*, pág. 222.

²⁴⁰ *Ibidem*, pág. 239.

Jorge de Abreu deixou-nos informações sobre esta organização de *democratas*, explicando que:

“(…) a de Lisboa soltou os primeiros vagidos em 1897, fundada por Heliodoro Salgado, Benjamim José Rebelo, Júlio Dias, Sebastião Eugénio, José do Valle e vários democratas de Alcântara, que constituíam o núcleo de resistência da chamada Aliança Revolucionária. Pouco depois, a Aliança cedia o passo á loja irregular Obreiros do Futuro, instalada na Rocha do Conde d'Óbidos numa casa pertencente ao Credito Predial e que foi alugada a um dos carbonários — a José do Valle se não estamos em erro — pelo Sr. José Bello, ao tempo administrador das propriedades daquela companhia.”²⁴¹

Os *Obreiros do Futuro*, anarquistas, eram “(…) homens de acção e de rija tèmpera revolucionária (...)”²⁴². Para mais estes carbonários intervencionistas tinham uma função importante já que fabricavam munições para a denominada artilharia civil.

Os *Obreiros do Futuro* criaram ligações com a Carbonária de Luz de Almeida. Por sua vez esta organização infiltrava-se na maçonaria, através da Loja Montanha. Esta Loja, aliás, depois do 5 de Outubro de 1910, a 13 de Fevereiro de 1911, fez um banquete de homenagem a Luz de Almeida²⁴³.

Estava assim tecida uma rede que ligava diferentes associações secretas e unia diferentes sensibilidades políticas. No limite, a mesma rede podia reunir um próspero comerciante maçónico e um operário radical, o capitalista e o proletário. O jornal *O Mundo*, em 1910, noticiava várias vezes os presos por associações secretas enviados para juízo. A título indicativo podemos olhar para uma das listas de presos publicadas²⁴⁴. As ocupações que mais encontramos num universo de sessenta casos são as seguintes: 4 empregados de comércio (a que se poderia somar o caixeiro de mercearia), 4 pedreiros (mas também um mestre de obras), 3 sapateiros, 3 comerciantes, 3 marceneiros, 2 barbeiros, 2 carpinteiros e 2 serralheiros. Encontramos apenas um industrial. De entre os presos há um taberneiro e cumpre lembrar que os encontros

²⁴¹ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

²⁴² ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 219.

²⁴³ As imagens deste banquete podem ser vistas na *Ilustração Portuguesa*, n.º 262, de 27 de Fevereiro de 1911.

²⁴⁴ *O Mundo*, Abril de 1910.

conspirativos tinham lugar nestes estabelecimentos. A lista, olhada desta forma, parece demonstrar que as associações secretas eram formadas pelo que já foi chamado de plebe urbana.

2.8. O republicanismo popular, acção directa e a “propaganda pelo facto”

Temos vindo a argumentar que há diferentes sensibilidades no partido e no movimento republicanos. Uma forma de surpreender o republicanismo popular – e as estratégias comunicacionais para o trabalhar – é analisar a conjuntura do regicídio de 1 de Fevereiro de 1908. Se bem que os homens que mataram o rei no Terreiro do Paço fossem seguramente da Carbonária, interessa-nos procurar uma sensibilidade ou opinião pública que pode não estar necessariamente arregimentada nessa organização secreta. Por outro lado, o estudo deste acontecimento – o regicídio – permite encontrar uma forma particular de luta política, a acção directa.

Pouco depois das 5 da tarde de dia 1 de Fevereiro de 1908, o rei D. Carlos I e o príncipe Luís Filipe eram mortos no Terreiro do Paço, em Lisboa. Os regicidas, Alfredo Costa e Manuel Buiça, foram mortos no local, na imensa confusão que o momento suscitou, ao ponto de ser também morto Sabino da Costa, que se veio a perceber, ser apenas um inocente transeunte.

A Praça do Comércio, que a memória lisiponense continua a tratar por Terreiro do Paço, um dos locais simbólicos do poder, foi o cenário para a morte do rei e do príncipe. Jogou-se sempre mais do que a eliminação física de D. Carlos. Este foi o local da afronta e do desafio. Aí morreu D. Carlos I e se procurou ferir de morte a dinastia reinante, os Braganças. Aí morreu o príncipe D. Luís Filipe, que para alguns sectores monárquicos e liberais era visto como uma promessa de renovação.

O atentado visava os *dois corpos do rei*²⁴⁵, o natural e o político. Neste sentido, Costa e Buiça, os regicidas, mataram o rei D. Carlos e procuravam matar a ideia de rei, atacando a instituição monárquica. O rei foi morto à luz do dia, com público, transformando o atentado num acto simbólico de grande alcance, sendo notícia não só em Portugal como

²⁴⁵ Utilizo, com adaptações, a ideia de Ernst H. Kantorowicz, *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*, Princeton, Princeton University Press, 1957.

um pouco por todo o mundo²⁴⁶. Um acto como este é feito para ser lido, para ser entendido, para causar um efeito. É, neste sentido, um acto político.

A questão que se pôs foi a da leitura do atentado. Como se pensa e como se classifica este acto? Neste caso, como em muitas outras situações, as palavras contam, definem, explicam. Assim sendo, há neste aspecto uma primeira clivagem entre os que consideram o regicídio como um crime, perpetrado por criminosos “vulgares” e mesmo “loucos”, e os que não vêem aqui um evento de crónica policial, mas sim um acto violento de uma outra natureza. Para os monárquicos, o regicídio era o martírio de um rei e de um príncipe; para os republicanos, era o desforço colectivo da nação contra aquele reinado e contra a monarquia.

Os republicanos de *O Mundo* afirmavam que os monárquicos não perceberam a lição política e social do atentado²⁴⁷. O que equivalia a dizer que não se tratara de um acto violento gratuito. Para os monárquicos, a leitura do acontecimento não podia ter a conclusão que os republicanos queriam que se tirasse. Não era, a seus olhos, a nação que se rebelara, mas a emergência da indisciplina, do caos, da desordem e da violência na arena política. Até ao fatídico dia 1 de Fevereiro, o rei vivera dias razoavelmente tranquilos. É certo que matar reis e chefes de Estado não era um caso raro. Longa era a lista de atentados que antecederam o caso português e, para além dele, outros há a registar. Dez anos depois da morte de D. Carlos, Sidónio Pais, Presidente da República, era morto e, em 1921, António Granjo, presidente do Ministério, tombava no Arsenal da Marinha, na mesma “noite sangrenta” em que foram mortos o “fundador” da República, Machado Santos, e Carlos da Maia²⁴⁸.

Depois de 1 de Fevereiro de 1908, a relação entre o monarca e o seu povo mudou. Não era uma notícia de um acto violento que se passara lá longe. Tivera lugar em Portugal, no Terreiro do Paço. O Conde de Carnide afirmara que “Com El-Rei tinha morrido a monarquia.”²⁴⁹ De certa maneira, há uma monarquia que morreu aqui. Agora a “má vontade” das “classes baixas” era um perigo real. Durante o reinado de D. Manuel II foi preciso pensar a segurança do monarca nos actos públicos, sendo relativamente

²⁴⁶ VIEIRA, Joaquim e MONICO, Reto, *Mataram o Rei! O Regicídio na Imprensa Internacional*, Almoçageme, Pedra da Lua, 2007.

²⁴⁷ *O Mundo*, n.º 2769, 22 de Julho de 1908.

²⁴⁸ SAMARA, Maria Alice, “A «Noite Sangrenta»”, *Sigila: Revista transdisciplinar luso-francesa sobre o segredo*, n.º 23, 2009: 127-136.

²⁴⁹ CARNIDE, Conde, *Notas Pessoais. Na Intimidade de João Franco. O Homem e o Político*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, s.d. [prefácio de 1954].

frequentes as denúncias anónimas de atentados a serem planeados.²⁵⁰ A diferença era que, naquela conjuntura, qualquer ameaça tinha de ser levada a sério.

Brito Camacho fez uma das mais interessantes leituras deste acontecimento. Para este político republicano, dos homens mortos naquela tarde, dois eram os mais altos representantes da aristocracia e os outros dois os mais obscuros representantes da plebe, como se se jogasse naquele cenário uma partida de grande violência entre o alto e o baixo, entre pobres e ricos, entre opressores e oprimidos, ou ainda, na leitura republicanista, entre a monarquia e o povo²⁵¹.

O que Brito Camacho percebeu foi que a violência irrompera na política. E fizera a sua entrada no palco principal da política portuguesa, sendo assassinados os personagens centrais para a monarquia: o rei e o príncipe herdeiro. Raul Brandão registou nas suas *Memórias* um comentário que, para aqui, se reveste de grande interesse. No dia do enterro, a 8 de Fevereiro de 1908, Raúl Brandão registou o medo das pessoas que assistiam e contou que se dizia que era “(...) a primeira vez que um rei português morre às mãos do seu povo. Até agora acabavam às mãos das camarilhas.”²⁵² Aqui reside uma das questões centrais. A morte violenta de um rei é sempre um acontecimento trágico para a monarquia; no entanto, interessa saber quem o matou. No caso de D. Carlos foi morto pelo “povo”, à luz do dia. Um povo que já não era o seu povo, este que se propõe a matar o monarca, atingir a monarquia e enfraquecer o trono em nome da promessa redentora da república. O acto em si significa que a violência era vista como um recurso, talvez o último, mas um expediente legítimo. A luta *política* ganhara conotações diferentes do habitual, saltara do parlamento e das casas dos chefes partidários para a rua, para o acto individual, isolado e violento.

Costa e Buiça, no seu cálculo simbólico, levaram a cabo uma jogada mínima com um resultado máximo²⁵³. Num acto aparentemente simples, os regicidas conseguiram fazer tremer a monarquia. “A violência em si pode ser perfeitamente banal e inofensiva. Só a violência simbólica é geradora de singularidade.”²⁵⁴ Neste sentido, o acto de Costa e Buiça foi um acto singular que dividiu as opiniões na sociedade portuguesa, em geral, e

²⁵⁰ PROENÇA, Maria Cândida, *D. Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

²⁵¹ CAMACHO, Brito, “Os acontecimentos”, *A Lucta*, n.º 758, 3 de Fevereiro de 1908.

²⁵² BRANDÃO, Raul, *Memórias*, edição literária de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Relógio d’Água, 1998 (1919-1933), tomo 1, pág. 162.

²⁵³ BAUDRILLARD, Jean, *O Espírito do Terrorismo*, Porto, Campo das Letras, 2002, pág. 28. As reflexões de Jean Baudrillard são muito distantes deste quadro cujas linhas gerais estamos a traçar, analisando outro tempo e outro espaço, centrando-se na questão do *World Trade Center*. Mas à distância de quase um século, há reflexões que se mostram úteis para pensar os acontecimentos de 1908.

²⁵⁴ *Ibidem*, pág. 36.

no campo republicano, em particular. Foi um acto singular e poderoso que, a seu modo, matou a monarquia.

2.8.1. Os republicanos perante o regicídio

Com o rei morto, o que se seguia? Como se percebeu pela quase total inacção republicana (excepto algumas movimentações inconsequentes do radicalismo), os chefes do partido não podiam e não queriam fazer a revolução e instaurar a república. Não podiam, porque os principais chefes (António José de Almeida, Afonso Costa e João Chagas) e alguns membros do Directório estavam presos. Os dirigentes que não estavam presos, nomeadamente Bernardino Machado, não eram homens para lançar uma revolução. Não existia, portanto, nem capacidade, nem vontade para lançar uma revolução após o regicídio. Os chefes republicanos que não estavam presos e que tinham uma posição de força no Directório e a nível nacional, apanhados de surpresa e ultrapassados pelo acontecimento, não queriam que a República se implantasse sobre a morte do rei e do príncipe. Em rigor, mesmo para os chefes que estavam presos, como João Chagas, não fazia sentido a implantação depois dos acontecimentos do Terreiro do Paço. Isto não quer dizer que todo o movimento republicano estivesse de acordo ou tivesse uma única posição acerca deste assunto, mas o certo é que não avançou no que era, indiscutivelmente, um momento de fraqueza da monarquia e da instituição monárquica. No Paço das Necessidades, a ausência de políticos e homens da corte podia ser lida como uma tomada de precaução motivada pela ideia de que a revolução podia estar a estalar. Teixeira de Sousa, o último presidente do Conselho da Monarquia, não se coibiu de criticar os que deixaram o paço deserto e afirmou que muitos só usaram luto quando perceberam que não se ia implantar a República²⁵⁵.

A preocupação imediata das diferentes vozes do movimento republicano foi a clarificação da sua posição, fazendo-o quer a título pessoal, quer como dirigentes do PRP. A conjuntura obrigava a uma reacção rápida quer a nível interno, quer a nível externo, de modo a evitar que se difundisse a ideia de responsabilidade ou de cumplicidade do PRP e da sua cúpula dirigente no regicídio. Os republicanos estavam atentos e preocupados com a sua imagem no exterior e procuravam o reconhecimento

²⁵⁵ SOUSA, Teixeira de, *Para a história da revolução*, vol I, Coimbra, Livraria Editora Moura Marques & Paraísos, s.d.

da importância e necessidade da sua luta, objectivo este que não era fácil de concretizar numa Europa monárquica e conservadora. Os republicanos não queriam ser comparados a anarquistas ou a desordeiros. Representavam a possibilidade de regeneração da pátria, mas o seu lema era ordem e progresso e, de modo nenhum, queriam ser vistos como sanguinários. Bernardino Machado falou com Jules Hedeman do *Le Matin* e com Luis Morote do *Heraldo de Madrid* e deu uma entrevista ao *Le Petit Marseillais*. Segundo o *New York Times*²⁵⁶, este político negara quaisquer relações do PRP com o crime. Sebastião de Magalhães Lima procurou utilizar os seus contactos internacionais para fazer passar a mesma mensagem e foi citado no *The Times*²⁵⁷. Teófilo Braga foi entrevistado para o *Imparcial* de Madrid. O mesmo aconteceu com os jornais da galáxia republicana, que respondiam às acusações que eram formuladas no campo monárquico, que viam os republicanos como os mandantes, os instigadores e, em última análise, os responsáveis pelo crime de 1 de Fevereiro. Os dissidentes de José de Alpoim partilhavam com os republicanos a imputação da culpa e chegaram a ser pejorativamente conhecidos como *buissidentes*. As acusações dos monárquicos eram respondidas com outras acusações por parte dos republicanos, que os tomavam por responsáveis na criação da crise política que teria tido como epílogo o regicídio. E mais, não sendo os únicos a criticar João Franco, o seu governo e o rei, consideraram que as mais duras críticas a D. Carlos tinham vindo do campo realista.

Recusando a responsabilidade no regicídio, os chefes republicanos não alinharam em qualquer tipo de discurso encomiástico acerca do rei e do príncipe mortos. Guerra Junqueiro resumiu esta posição de forma exemplar, escrevendo que os republicanos lamentavam, de olhos enxutos, o sucedido²⁵⁸. Teófilo Braga encontrou uma forma elegante e sóbria de afirmar que não foram cúmplices, mas que também não choravam D. Carlos, afirmando que “A morte do rei (...) foi uma surpresa para todos, conquanto não tenha sido um pesar.”²⁵⁹ Os dirigentes republicanos, recusando a cumplicidade com o regicídio, compreendem as razões de tal acto. Mas compreensão não foi, nem é, sinal de aceitação. Para muitos republicanos, o caminho para a República não era o da violência e dos atentados pessoais. Esta forma de luta violenta e extremada não fazia parte do património ideológico de uma sensibilidade ordeira e legalista.

²⁵⁶ *The New York Times*, 5 de Fevereiro de 1908.

²⁵⁷ *The Times*, 4 de Fevereiro de 1908, pág. 5

²⁵⁸ Carta de Guerra Junqueiro publicada em vários órgãos de imprensa republicanos, em Fevereiro de 1908.

²⁵⁹ Entrevista ao *Imparcial* (Madrid), citada em *O Mundo*, n.º 2618, 20 de Fevereiro de 1908.

João Chagas considerou que “(...) os regicidas se eram republicanos, não serviram a República.”²⁶⁰ Em Junho de 1909, o jornal *O Mundo* seguiu esta análise, mas de uma forma muito bem humorada apresentou outro argumento “(...) sabemos que nunca foi ideia dos revolucionários eliminar D. Carlos, e que antes era sua preocupação mandá-lo ileso, para o estrangeiro, onde ele só poderia ser uma justificação viva do movimento que o tinha destronado.”²⁶¹

António José de Almeida defendeu o PRP na Câmara dos Deputados. Explicou que não era verdade que o Directório não protestara contra a tragédia do Terreiro do Paço, já que o “(...) Directório não tinha de protestar postumamente porque o tinha feito com antecipação. No seu manifesto ao país, com data de 26 de Janeiro [de 1908], na perspectiva, que todo o mundo julgava possível, de retaliações pessoais, o Directório declarava-se terminantemente contra a supressão de pessoas. Falou claro e a tempo.”²⁶² No congresso do PRP de Abril de 1908 em Coimbra, os republicanos continuaram a rejeitar o que entendiam ser a desleal especulação feita sobre o regicídio.

2.8.2. Os radicais

Se a cúpula dirigente do PRP e os mais importantes e respeitáveis políticos republicanos condenaram o atentado, outras vozes tiveram outra opinião. A actuação de Costa e Buiça teve a aprovação de, pelo menos, um sector mais radical do movimento popular. E, provavelmente, cumplicidades inconfessadas e inconfessáveis por parte de alguns. Maria Veleda escreveu um artigo muito interessante sobre esta questão. Na sua forma, tinha como destinatárias as mulheres, mais concretamente as senhoras liberais. É um escrito raro, porque foi escrito por uma mulher e dirigido a mulheres, num mundo ainda masculino. Maria Veleda dispôs-se a pensar a política e o regicídio. Começou por diagnosticar um clima asfíxiante que se vivia e que se fazia sentir sobre o homem. A mulher parecia ter o papel secundário de se preocupar com a sorte do homem. A sua visão de D. Carlos era extremamente crítica, escrevendo: “O rei ia chegar: – impudente e provocante, rindo com desprezo de todo esse mar de lágrimas que em volta do seu

²⁶⁰ *O Mundo*, n.º 2625, 27 de Fevereiro de 1908.

²⁶¹ *O Mundo*, n.º 3091, 12 de Junho de 1909.

²⁶² Intervenção de António José de Almeida, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 22, 3 de Junho de 1908, p. 27.

nome execrado se encapelava em ondas de maldição – o rei ia chegar.”²⁶³ Mas continuou, explicando que se o olhar feminino pudesse ferir, muitas mulheres teriam morto o rei, já que esta morte salvava muitas vidas.

As visitas à morgue onde estavam os corpos dos regicidas (e do rapaz morto por engano no Terreiro do Paço) não se limitaram a satisfazer a curiosidade da população, muito embora fossem um espectáculo relativamente usual e não exclusivo de Lisboa. Estas significavam também uma homenagem aos regicidas, patente na necessidade fetichista de recolher um pedaço da roupa, botões ou cabelo dos mortos. Houve mesmo quem não se coibisse de os cumprimentar de forma bastante expressiva. Conta Raúl Brandão que João de Deus Guimarães, indo à morgue, embora sendo proibido tocar nos cadáveres, arranjou uma forma de dar “(...) um formidável aperto de mão (...)”²⁶⁴ a Buiça, fazendo de conta que ia averiguar da rigidez do cadáver.

As homenagens não se limitaram a visitas à morgue. Testemunhas coevas, de monárquicos a republicanos, deixaram registado, uns condenando, outros com satisfação, os milhares que foram às campas de Costa e Buiça, cujo percurso para a sua última morada foi cautelosamente organizado pelas primeiras horas da madrugada, procurando evitar que se fizesse do enterro uma homenagem. As precauções não serviram de muito. Parte do republicanismo encontrou uma forma de prestar a sua homenagem aos regicidas.

A Associação do Registo Civil, reunida no dia 14 de Fevereiro de 1908, decidiu ir ao Alto de S. João depor flores sobre as campas dos seus falecidos consócios Alfredo Costa e Manuel Buiça. A *Vanguarda* noticiou a realização de uma “Grande manifestação de dor”²⁶⁵. Vários milhares de pessoas estiveram junto às campas dos regicidas. As campas dos regicidas transformaram-se num local de culto para algumas sensibilidades da galáxia republicana e dos campos políticos de esquerda. Em 1909, no primeiro aniversário do atentado do Terreiro do Paço, a polícia, às primeiras horas do amanhecer, já enxameava ao redor do cemitério do Alto de São João. O governo pretendia evitar que se realizassem romagens às campas de Costa e Buiça, tal como tinha acontecido no ano anterior. O jornal *O Mundo* noticiou a fúria reaccionária e a proibição de entrada dos visitantes²⁶⁶. Este órgão de imprensa, voz de um

²⁶³ A *Vanguarda*, n.º 4332, 1 de Fevereiro de 1909.

²⁶⁴ BRANDÃO, Raul, *Memórias*, edição literária de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Relógio d’Água, 1998 (1919-1933), tomo 1, p. 160.

²⁶⁵ A *Vanguarda*, n.º 3985, 17 de Fevereiro de 1908.

²⁶⁶ *O Mundo*, n.º 2963, 2 de Fevereiro de 1909.

republicanismo popular e jacobino, explicava que a mãe e a irmã de Alfredo Costa, bem como a sogra e os filhos de Buiça, chegando por volta do meio-dia, foram abordados pelo capitão Craveiro Lopes que lhes pediu explicações. *O Mundo* conseguiu, esbatendo as fronteiras entre o público e o privado, transformar uma questão pessoal numa questão política, argumentando que os familiares não podiam chorar pelos seus mortos. Não podiam os familiares nem todos os outros que também queriam prestar a sua homenagem.

Em Fevereiro de 1911, a Associação do Registo Civil promoveu uma romaria às sepulturas de Costa e Buiça. Segundo *A Vanguarda*, alguns grupos revolucionários e ligados ao livre-pensamento, convidados pelo Grémio Excursionista José do Vale, promoveram a visita às sepulturas dos “(...) livres-pensadores e revolucionários Alfredo Costa e Buiça, assassinados no dia 1 de Fevereiro de 1908 no holocausto à causa da liberdade.”²⁶⁷ As homenagens a estes dois homens correram paralelas a outras, ou seja, promoveram uma romagem a campos de outros consócios, designadamente Cândido dos Reis, Miguel Bombarda e Heliodoro Salgado. A imprensa republicana noticiou a realização de uma manifestação que contou com milhares de participantes. Segundo *O Mundo*²⁶⁸, estariam no Alto de S. João cerca de 100 mil pessoas. Para *A Vanguarda*²⁶⁹, o povo democrático de Lisboa tinha dado um exemplo de veneração pelos seus mortos gloriosos. A reportagem não citou os nomes das pessoas, alegando que se tratavam de vários milhares. Numa altura em que o reconhecimento internacional da República era uma preocupação e uma prioridade, não convinha que surgissem associados a estas homenagens nomes fortes da política do regime. Muito embora a data remetesse para o regicídio, os organizadores, ao homenagearem também Heliodoro Salgado, recordavam os tempos de propaganda e ao lembrarem Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, homenageavam a revolução. De uma forma simples, aqui estava a história do republicanismo, olhado pela perspectiva popular. O acto de Costa e Buiça surgia numa conjuntura mais lata e a homenagem inseria-os numa linhagem de heróis. Esta evocação sugere a existência de um fio condutor e um denominador comum entre estes homens. Exceptuando o caso de Heliodoro Salgado, os outros tinham morrido de forma violenta: Miguel Bombarda assassinado por um doente imediatamente antes da revolução, Cândido dos Reis, suicidara-se, crendo que a revolução estava perdida, e os dois

²⁶⁷ *A Vanguarda*, n.º 48, 5 de Fevereiro de 1911.

²⁶⁸ *O Mundo*, n.º 3688, 6 de Fevereiro de 1911.

²⁶⁹ *A Vanguarda*, n.º 49, 12 de Fevereiro de 1911.

regicidas tomaram no Terreiro do Paço. Estes homens (exceptuando Bombarda) tinham morrido por uma causa.

Apesar desta precaução, podemos saber que colectividades estiveram presentes. Assim, encontramos o Grémio Excursionista José do Vale, Juntas Locais do Livre Pensamento, centros republicanos (Centro António José de Almeida, Centro Miguel Bombarda, Centro Rodrigues de Freitas, Centro da Pena, Centro 5 de Outubro e Centro Henriques Nogueira), Batalhões de Voluntários e duas lojas maçónicas, a *Montanha* e os *Obreiros do Trabalho*. Estavam também presentes associações de operários, marinheiros do cruzador Vasco da Gama e a Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Exceptuando a associação feminina, temos aqui um retrato interessante do republicanismo popular e radical e das suas convergências com o mundo do trabalho.

O interesse nestes dois homens manteve-se, para lá das idas ao cemitério. Os retratos, os postais e a venda de objectos afins permite-nos surpreender a curiosidade mórbida e o *fetichismo* que rodeavam Costa e Buiça. Mas, mais uma vez, não se tratava só de um interesse vago, mas de uma forma de manifestar o apoio à sua acção, de os transformar em de heróis populares.

O republicanismo, sobretudo o jornal *O Mundo*, acompanhou de perto todas as questões que se relacionavam com o regicídio, de 1908 a 1910. Foram sendo publicadas investigações sobre este assunto e documentos sobre os regicidas. Assim o queriam os seus leitores, numa relação dinâmica na qual o próprio jornal criava esse apetite no público. O jornal não deixava este assunto cair no esquecimento, lembrando o seu significado para a opinião mais radical. De certo modo, funcionou como um exemplo e um estímulo. A imprensa republicana considerava importante tratar o assunto, desde que definissem a maneira como este era tratado, já que os pedidos de investigação até às últimas consequências, feitos pelo Conde de Arnoso, lhe pareciam já exagerados.

Dos dois regicidas, Buiça foi o que mais captou a atenção, a curiosidade e o apreço do radicalismo, não sendo alheia a este facto a ideia de que foram os seus tiros que mataram tanto o rei como o príncipe. Assentava-lhe bem a imagem de revolucionário, de mártir, de abnegado, de alguém que deu a vida por uma causa. Esta imagem, como veremos, foi sendo trabalhada pela imprensa republicana.

Manuel de Laranjeira, escrevendo a Miguel de Unamuno, pronunciou-se sobre esta questão:

“Em Portugal, sobre o carácter de Buiça, havia duas correntes de opinião. Uma que reputava o regicida como um assassino vulgar, alugado para realizar a tragédia de 1 de Fevereiro; outra que o encarava como um místico político, uma espécie de Brutus à moderna, como um Poeta de Acção (foi assim mesmo que lhe chamaram).”²⁷⁰

Manuel de Laranjeira acrescentou ainda que se estava a formar à sua volta uma lenda de heroísmo e que as massas populares divinizavam Buiça. Não é de todo inédito ou estranho a importância de um mártir numa subcultura específica. Aliás, em quase todas as mitologias ou histórias de grupos se constata a existência de alguém que se sacrifica por uma causa comum, seja pela nação ou pela ideia.

A 4 de Fevereiro de 1908, *O Mundo* publicou as fotografias dos regicidas e um dos seus repórteres foi a casa de Buiça para conhecer mais pormenores sobre a sua vida. Ficámos a conhecer a sua sogra e a filha, vestida de luto rigoroso. A 5 de Fevereiro, o mesmo jornal publicou a fotos dos “filhinhos” do professor Buiça – note-se o tratamento respeitoso – “morto pela polícia” a 1 de Fevereiro. Não surgiu nada acerca do seu acto, nem uma palavra acerca da morte do rei; pelo contrário, Buiça aparecia como uma vítima da violência policial. Os seus filhos eram tratados como pobres crianças que ficaram órfãos. Costa e Buiça eram, para a maioria dos críticos dos seus actos, uma espécie de feras. Para contrariar esta imagem, o jornal apresentava a família de Buiça, humanizando-o. No dia 6 de Fevereiro, o mesmo órgão de imprensa retomou o assunto. Os leitores ficaram a saber que a mulher de Buiça, que se chamara Ermelinda, falecera há pouco e a avó agora tomava conta de Elvira, de 7 anos, e do pequeno Manuel de 5 meses. Por esta altura o jornal já começara a receber donativos para esta família. Os donativos eram uma inequívoca prova de apoio à família de Buiça mas significam também que parte das pessoas que se dispunham a dar dinheiro, apoiavam o gesto dos regicidas.

A 7 de Fevereiro, o repórter de *O Mundo* noticiou que transmitira à sogra de Buiça, Maria de Jesus Costa, que um leitor lhe oferecia casa e colégio para as crianças. A subscrição aumentava de dia para dia e o jornal continuava a acrescentar donativos, até perto do final desse ano.

²⁷⁰ MARTOCQ, Bernard, “Duas cartas inéditas de Manuel de Laranjeira a Miguel de Unamuno”, *Revista Colóquio/Letras*, n.º 22, 1974: 59-67.

Há uma comparação que perpassava subterraneamente: de um lado, os filhos de Buiça, órfãos de pai e mãe, pobres e desamparados, e de outro um jovem que perdeu o pai e se tornou rei. Perderam-se dois pais: um rei e um regicida. O republicanismo popular apenas se vai comover, sintomaticamente, com as dores das crianças.

Em 28 de Outubro de 1908 foi publicada uma reprodução em zincogravura das disposições deixadas por Manuel Buiça e datada de 28 de Janeiro de 1908 (o dia da malograda revolta do elevador da Biblioteca). A prosa não podia deixar de encontrar eco no republicanismo popular:

“Meus filhos ficam pobríssimos; não tenho nada que lhes legar senão o meu nome e o respeito e compaixão pelos que sofrem. Peço que os eduquem nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade em que eu comungo e por causa dos quais ficarão em breve, órfãos.”²⁷¹

Palavras simples, de fundo heróico e romântico, cheias de abnegação. Palavras que chegavam a muita gente e que eram de fácil entendimento. Palavras que provavam, para o radicalismo popular, a nobreza de carácter de Buiça.

As diferentes posições face ao regicídio e aos seus autores demonstram a pluralidade de vozes do campo do republicano. São como duas cidades políticas que coexistem no mesmo campo, mas que não são totalmente coincidentes. Uma das linhas de clivagem que esta questão tornou visível foi a diferença entre os chamados “doutores” do partido e as bases mais radicais, para as quais confluíam elementos de diferentes campos políticos não exclusivamente republicanos, local de cruzamentos com o socialismo e o anarquismo.

Para os que apoiavam a acção de Costa e Buiça, esta fora exemplar, uma espécie de propaganda pelo feito ou propaganda pelo acto. É preciso precisar que a propaganda pelo acto não pode ser limitada nem confundida com uma, já de si complexa e difícil definição, ideia de terrorismo. Tratava-se de dar o exemplo, ou de liderar pelo exemplo, o que não significava que envolva necessariamente qualquer espécie de violência ou de atentado pessoal.

O regicídio não foi planeado pela cúpula do movimento, nem correspondia ao tipo de acção política entendida ou que fizesse parte do património ideológico de muitos dos

²⁷¹ *O Mundo*, n.º 2867, 28 de Outubro de 1908.

chefes do movimentos mas é inegável que teve um efeito dinamizador nas bases do movimento e no radicalismo republicano. A monarquia não enveredou por um caminho de legítima defesa, retirando e dando, por isso, espaço ao PRP²⁷².

2.9. Os Congressos Republicanos

Os congressos eram um acontecimento importante na vida do PRP, tal como o eram, por exemplo, para os socialistas. Fazia parte da cultura política republicana a ideia da necessidade destas reuniões, que se criam eminentemente democráticas, uma partilha de ideias e, também, uma demonstração de força e vitalidade.

Um partido que se imaginava como diferente dos velhos partidos da monarquia, de notáveis e caciques, que, de facto, estava mais perto do que poderíamos chamar de um partido de massas, não poderia funcionar sem este ritual político dotado de uma tão importante carga simbólica. Se as reuniões nas comissões e nos centros eram uma experiência política democratizadora, o congresso, pela sua dimensão e importância era a experiência por excelência de abertura da cidade política.

As bases elegiam os seus representantes à assembleia onde as orientações do partido eram discutidas e onde os seus líderes e o Directório eram eleitos. Ao contrário dos partidos monárquicos, queria-se um movimento de baixo para cima, com uma dinâmica democrática. Os partidos do constitucionalismo monárquico não tinham este movimento das bases para o topo.

A reunião de um congresso é um acto político. Podemos começar por pensar a questão da localização geográfica. A escolha de diferentes localidades era fundamental, pretendendo, por um lado, demonstrar que o republicanismo não se resumia a Lisboa e, por outro, cumprir um objectivo de difusão e propaganda procurando dinamizar outras estruturas para além das da capital.

Estes eventos políticos eram testes à capacidade de organização e dinamização do partido e pretendiam demonstrar a força e o crescimento do mesmo. No entanto, não estavam isentos de riscos: tornavam-se visíveis fragilidades, consagravam-se divisões e corria-se o risco de se materializar uma cisão. Os congressos não eram uma assembleia monolítica, reflectindo, pelo contrário, as diferentes maneiras de entender a política republicana. Estas reuniões eram escrutinadas por amigos e inimigos políticos, e, por

²⁷² VALENTE, Vasco Pulido, “As duas tácticas da monarquia”, *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e de Acção*, n.º 54/55, 1967, pág. 752.

isso, não podiam deixar de ser uma demonstração de força e unidade. No entanto, nos congressos desfaz-se a ideia de unidade e disciplina partidária que os republicanos, mais tarde, já no poder, quiseram impor àquela época histórica.

Estas assembleias, que reuniam anualmente, eram preparadas com relativa antecedência, tendo os jornais e os jornalistas republicanos um papel central. A imprensa iniciava a sua campanha para a realização de um determinado congresso, noticiando-o com grande antecipação, explicando os processos de escolha de delegados, entrevistando figuras que eram entendidas como relevantes e publicando artigos de opinião sobre o tema. Em certas conjunturas, a preparação dos temas a abordar era, de facto, o princípio das tomadas de posição e as negociações para a resolução das questões mais quentes cuja solução surgiria consagrada no congresso.

Para além destas movimentações visíveis, outras tinham lugar, de uma forma mais privada, tendo por base pequenos grupos e contactos pessoais. Antes de um determinado congresso já se tinham realizado negociações, conversas e entendimentos.

Os congressos tinham como objectivo oficial a discussão de uma determinada ordem de trabalhos, que poderia ou não ser cumprida. Em muitos casos, determinadas questões ficam pendentes de um ano para o outro, provavelmente porque, por muito importantes que fossem, não reuniam consenso e não eram, apesar da enunciação o parecer indicar, o objectivo principal do congresso.

O congresso do PRP elegia o directório, podia modificar o regime interno do partido ou formular e/ou alterar o programa do mesmo. Devia apreciar o relatório económico e político apresentado pelo Directório. No caso de existirem deputados no parlamento, estes deviam fazer o relatório da sua actividade e apresentá-lo aos congressistas. A magna reunião de republicanos apreciava e votava as questões que lhe fossem apresentadas e discutia assuntos de interesse público.

Os congressistas eram delegados eleitos por sufrágio directo, um por cada comissão paroquial. Não existindo organização republicana, seriam eleitos cidadãos republicanos da freguesia. Para o congresso era ainda considerados congressistas os presidentes das comissões municipais e distritais, os representantes de associações, centro ou escola democrática, os vereadores e membros das juntas de paróquia, os deputados e ex-deputados, o Directório e os antigos membros deste órgão e dois representantes dos jornais republicanos²⁷³.

²⁷³ Veja-se as determinações da Comissão Reorganizadora do Partido Republicano in *A Lucta*, n.º 153, 4 de Junho de 1906.

Os delegados provinham de diferentes organizações e agremiações que se pensavam como plurais e essa diferença não era em si um problema, excepto quando não se conseguia encontrar uma plataforma de entendimento. Um delegado, por questões de logística ou de dificuldades económicas podia representar duas organizações distintas, que não tivessem sequer proximidade geográfica.

Sem esgotar a riqueza do conjunto dos congressos republicanos, olharemos para alguns deles com redobrada atenção, sobretudo para os que tiveram lugar no século XX.

2.9.1. Os congressos de Setúbal e do Porto

Analisar os congressos republicanos é uma forma de perceber a dinâmica interna do partido, num determinado momento da sua história, bem como as principais questões políticas que estavam a ser discutidas ou em maturação.

No congresso republicano de 1907 foi apresentada uma moção, cujo primeiro signatário era Faustino de Figueiredo (por Angra do Heroísmo), defendendo-se que ao Partido Republicano incumbia a defesa do povo. Começou a tomar forma em 1907 a ideia de que Lisboa deveria ser tomada pelos republicanos e tornar-se um município modelo.

Em 1909, o Partido Republicano realizou o seu congresso em Setúbal, no teatro D. Amélia situado na Avenida Todi. Vale a pena olhar mais de perto para este congresso para surpreender várias questões centrais da dinâmica do PRP.

O congresso começou a ser preparado, como todos, com alguma antecedência. A primeira questão levantada prendia-se com a possibilidade ou não de reeleger o directório, problema estatutário que escondia a luta pelo poder dentro do partido. O mandato do directório era trienal e segundo a Lei Orgânica do partido (2.º do artigo 12.º). Algumas comissões paroquiais pretendiam apresentar um projecto de reforma que permitisse a reeleição. Afonso Costa, António José de Almeida, João Chagas e Augusto Vasconcelos são contra a reeleição do directório. Bernardino Machado, pelo contrário, defendeu esta posição, considerando que o congresso deveria eleger quem entendesse.

Para os republicanos, a investida final estava para breve e urgia a necessária preparação para a levar a cabo. Afonso Costa, quando questionado sobre os trabalhos do congresso, respondeu que “O primeiro e mais importante é o da concentração e coesão de todas as forças partidárias para a preparação, tão próxima quanto possível, e tão reflectida e segura, que não consinta surpresas, do inevitável movimento revolucionário, que há-de

criar a república.”²⁷⁴ O congresso, ainda segundo este político, deveria rever o programa do partido com base nos trabalhos preparatórios de Teófilo Braga e eleger um directório que desse as garantias de eficácia na organização do partido e de reflexão e intensidade da acção política e social que deveria ser exercida. Afonso Costa expôs a fragilidade de um partido que tinha ainda muito trabalho de definição e, sobretudo, de acção a fazer. Mas a sua postura, com uma tomada de posição forte dentro do PRP, também fez parte da sua estratégia individual de poder, para além da estratégia revolucionária que estava em marcha. Afonso Costa queria tornar o partido mais eficiente, defendendo a solução das juntas directoras com uma divisão de base regional e a redução do número de membros das comissões locais de modo a conseguir maior unidade – que o partido não tinha e nunca viria a ter – e rapidez, ou seja, uma cadeia de comando mais leve e fácil de manejar. Defendia a criação de novos corpos políticos nas cidades do país para agilizar a acção política, com o directo conhecimento do directório. Queria, portanto, clarificar as posições políticas e modernizar a máquina do PRP. E se o directório criasse os corpos especiais de acção política – e revolucionária, acrescentamos – este órgão podia ser composto por homens de Lisboa, muito embora não abdicasse de deixar a recomendação de incorporação de homens do Porto. Augusto de Vasconcelos considerou que deveriam existir comissões permanentes, por exemplo para a propaganda política, o que significava, mais uma vez, o desejo de agilizar as decisões. Quatrocentos delegados republicanos reuniram-se em Setúbal, num ambiente algo tenso, para a realização do X Congresso do PRP. Para *O Mundo* tratava-se de um congresso nacional, um verdadeiro parlamento²⁷⁵, ou seja, este jornal transformava um congresso de um partido no verdadeiro congresso nacional, já que aqui é que estavam os verdadeiros representantes do povo. Foi neste congresso que, pela primeira vez, uma mulher, neste caso Ana de Castro Osório, discursou.

A ordem dos trabalhos do congresso era a seguinte: relatório e contas do Directório, relatório dos deputados, as alterações da lei orgânica, o programa partidário, a apreciação de teses e a tão esperada eleição do novo Directório. Ainda que a política interna fosse uma questão central, os congressistas estavam atentos e queriam iniciar um movimento nacional contra o tratado luso-transvalino.

António José de Almeida, na qualidade de secretário do directório, apresentou o relatório das actividades ao congresso. Deste é importante salientar dois aspectos. Em

²⁷⁴ *O Mundo*, n.º 3033, 15 de Março de 1909.

²⁷⁵ *O Mundo*, n.º 3041, 23 de Abril de 1909.

primeiro lugar, foi explicado que o Directório acompanhou o trabalho dos deputados, combinando com eles a orientação seguida, o que nos elucida sobre a forma de fazer política dos republicanos, nesta estratégia pensada entre vários homens e não de forma individual pelos deputados. Em segundo lugar, António José de Almeida explicou que o directório iniciara os trabalhos de cadastro partidário. A um ano da República, o partido ainda estava a organizar-se e precisava de dinheiro. O directório anunciou que tinha uma dívida e para tal foi proposta uma subscrição.

De entre o movimento republicano, a Carbonária e a facção revolucionária estavam particularmente interessadas em tomar uma posição dentro da estrutura organizativa do partido, que sempre pareceu essencial mesmo àqueles que queriam ultrapassar a legalidade da actuação do partido. Luz de Almeida, na qualidade de chefe carbonário, desenhou, com a ajuda de António Maria da Silva, um plano de confecção de uma lista de republicanos de confiança, “(...) que não opusessem impedimentos à marcha da revolução.”²⁷⁶ Ou seja, a Carbonária queria o apoio do partido, mas, mais do que isto, queria que não se fossem postos entraves, de modo a poder fazer a revolução sem a interferência de outros sectores. Os revolucionários desejavam ter algum apoio e credibilização do partido, mas, simultaneamente, mãos livres para actuar.

Para levar a bom porto o projecto da confecção da lista, era necessário utilizar toda a autoridade e todo o prestígio da Carbonária, já que, num processo relativamente normal nestes casos, muitos congressistas já tinham dado o seu apoio a um determinado candidato. Assim, foi ordenado o voto na lista carbonária e os congressistas que pertenciam a esta organização cumpriram o indicado, ainda que lhes tenha causado algum desagrado. Quem o afirmou foi o próprio Luz de Almeida²⁷⁷. Resta-nos calcular as razões desse descontentamento: em princípio, deve ter-se prendido com a existência de outras lealdades ou compromissos assumidos por membros desta organização. Ou então Luz de Almeida acentuou esta ideia para criar a imagem da existência de um corpo coeso, disciplinado, sempre pronto a acatar as ordens do seu chefe: tudo o que a Carbonária, aos olhos de um revolucionário deveria ser.

O certo é que, para Luz de Almeida, a Carbonária venceu, elegendo a “sua” lista. Neste congresso, a Carbonária procurou fazer uma espécie de golpe de estado dentro do

²⁷⁶ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 244.

²⁷⁷ *Ibidem*, pág. 244.

partido republicano, sendo que, à primeira vista, se poderia dizer que fora bem sucedido.

Bernardino Machado acabou por ser derrotado. No seu discurso, continuando a defender a reeleição, afirmou que sempre cumprira a missão de unir e harmonizar os homens do partido e que, às vezes, esses mesmos homens que ele procurava unir, viravam-se contra ele. Considerou que estavam, provavelmente, na véspera de grandes acontecimentos e que a escolha do directório não poderia deixar de contemplar uma figura com autoridade moral e “(...) dotes representativos de ideais.”²⁷⁸ Depois da discussão, na votação nominal que lhe seguiu, vemos que pela não reeleição votaram Brito Camacho, Aresta Branco, Malva do Vale, António José de Almeida, França Borges, Luís Derouet, João Chagas, José Relvas, Afonso Costa, entre outros, impossibilitando que Bernardino continuasse à frente do partido.

Albano Coutinho apresentou uma moção ao congresso esperando que o próximo congresso republicano tivesse o nome de Assembleia Nacional e que se estivesse a discutir, não a lei orgânica do partido mas a Constituição da República. Num congresso como o de Setúbal esta afirmação significava uma tomada de posição a nível interno, para aqueles que temiam a linha revolucionária e um sério aviso para os monárquicos.

O novo directório do PRP era constituído por Teófilo Braga, Basílio Teles, José Relvas, José Cupertino Ribeiro e Eusébio Leão.

É importante analisar o último congresso republicano antes da implantação da República, que se realizou no Porto entre o final de Abril e o início de Maio de 1910, no edifício da Assembleia Comercial Portuense (antigo Grémio Serpa Pinto). Este congresso reuniu o que os republicanos imaginavam ser os “valentes soldados da democracia”. Repare-se a mudança das comparações e metáforas mais ligadas ao apostolado e a utilização de termos de raiz militar.

Ao contrário do que prescrevia a Lei Orgânica, estavam na sala antigos deputados que pediram um *bill de indemnidade* considerando que era preciso reunir todos os valores do Partido. Os republicanos preparavam-se para apresentarem uma frente unida para a tomada do poder e fizeram um balanço das suas forças.

Eusébio Leão fez a leitura do relatório do Directório²⁷⁹, explicando que se empenharam na luta contra o tratado luso-transvaliano, uma forma de luta comum na republicanismo associando nacionalismo e colonialismo, na luta contra as perseguições do Juízo de

²⁷⁸ *O Mundo*, n.º 3043, 25 de Abril de 1909.

²⁷⁹ Veja-se *O Mundo*, n.º 3410, 30 de Abril de 1910.

Instrução Criminal e na luta anticlerical, velho argumento da propaganda. No combate ao clericalismo salientaram a reorganização da Junta Liberal. Esta tinha uma importância especial e a maneira como o explicaram desmonta os mecanismos de funcionamento do PRP no que tocava ao aglutinar de forças na constituição de uma frente comum. O directório facilitou os trabalhos da Junta Liberal porque assim aproveitavam as energias de quem era anticlerical mas não – ainda não desejavam – republicano. Na mesma ordem de ideias esperavam conquistar a grande massa neutra da sociedade portuguesa que não era contra os republicanos, não sendo ainda pelos republicanos. Na verdade, contra o que alguns pensavam dentro do partido, a proclamação da república era apenas uma parte da missão que se propunha levar a cabo, pois um governo republicano verdadeiramente democrático só se pode fazer com uma consciência colectiva esclarecida. À beira da tomada do poder o Directório preocupava-se com a continuação da luta para além da revolução e para além de uma putativa implantação da República. Para aquele momento impunha-se o estudo dos problemas da nação, actividade que não era um obstáculo para os trabalhos revolucionários, antes, pelo contrário, condição para o seu sucesso, bem como os trabalhos eleitorais, de modo a não demonstrar fraqueza a nível interno e para o estrangeiro.

No final do Congresso de 1910, João Chagas apresentou uma moção: “O Congresso Republicano reunido no Porto, reconhecendo que as associações secretas, na sua forma espontânea e popular, são meios de combate sancionados pela história, exprime a sua inteira solidariedade com todos aqueles que cooperem na obra da Revolução.”²⁸⁰

Afonso Costa arrebatou a assembleia, tratando da oportunidade de acção – a expressão é esta e não revolução. Alegadamente a opção pela via revolucionária fora tomada em Setúbal, em 1909, mas mesmo a magna assembleia dos republicanos tem dificuldade em impor a sua vontade, voltando-se em 1910 a reafirmar uma via mais vigorosa para a implantação da República.

²⁸⁰ *O Mundo*, n.º 3410, 30 de Abril de 1910.

CAPÍTULO 3

SOCIABILIDADE POLÍTICA

3.1. Os centros republicanos: lugares privilegiados de sociabilidade política

Eça de Queiroz deixou-nos uma imagem romanceada de *A Capital*, da Lisboa do final do século XIX, conhecida através das peripécias e desventuras de Artur Corvelo. De entre as personagens com quem Artur se cruzou, cumpre fazer referência a Jácome Nazareno, o republicano. Foi com ele que Artur foi introduzido no Clube, na Rua do Príncipe, para assistir a uma reunião na qual estariam “catorze ou quinze pessoas”²⁸¹.

“A sala era vasta, de um aspecto regelado, forrada com um papel pardo semeado de florzinhas azuis; do tecto caiado de fresco descia um candeeiro de gás de dois bicos, sem globos, dando uma luz crua de botequim; cadeiras de palhinha, como as dos asilos, perfilavam-se contra a parede; o soalho velho tinha remendos de tábuas novas, ao fundo, diante de uma janela que dava para o pátio de uma cervejaria vizinha, disfarçada por uma longa cortina verde, era o estrado da Presidência, com a sua mesa coberta de oleado, e de um guarda-pé de baeta vermelha; ao lado, a uma mesinha de pé-de-galo onde ardia uma vela, um sujeito com feridas na testa escrevinhava, muito míope, com o nariz sobre o papel.”²⁸²

Os clubes ou centros republicanos começaram por ser estas *salas*: um pequeno grupo de pessoas que se juntava, à boa tradição da revolução francesa, para discutir política. Salas pequenas de um movimento ainda com poucos e poucos recursos. Podemos olhar para o inventário de móveis e utensílios do Centro Republicano Unionista de Tavira em 1912²⁸³. De entre eles, cumpre referir a existência de bandeiras com emblemas, cadeiras, copos, cinzeiros, campainhas, objectos que compõem um espaço de

²⁸¹ QUEIROZ, Eça de, *A Capital*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001 (1925).

²⁸² *Ibidem*.

²⁸³ Arquivo Histórico Municipal de Tavira, *Inventário de móveis e utensílios do Centro Republicano Unionista de Tavira*, 1912.

sociabilidade e um espaço de política. Grupos de pessoas em clubes com grande autonomia, que, todos juntos, eram uma constelação de esforços, mas não uma máquina partidária.

Voltando a obra *A Capital* de Eça e ao clube, foi aí que Artur conheceu outros republicanos como Abílio Pimenta, lojista de panos, capaz de conferir “respeitabilidade” ao clube, o socialista Vicente Falcão, e, de entre a assistência, dois padres e homens de faces e corpos magros, sentindo-se neles o “tédio” do trabalho em escritórios ou secretarias. Artur assistiu a uma discussão política em torno da questão levantada pela presença do socialista e ao longo discurso que culminou com uma proposta de colocação nas paredes de retratos dos mártires da liberdade, culto aos ilustres mortos caídos, tão típico da vontade comemorativista nascida da revolução francesa²⁸⁴.

A descrição de Eça de Queiroz tanto da reunião – que ele chega a chamar de “ficção parlamentar” – como das conversas é bastante interessante e merece ser discutida. Em primeiro lugar, Eça descreveu um clube republicano, que deve ser entendido como a célula da constituição de um corpo mais lato. Os clubes e centros republicanos nasceram com o movimento republicano, cresceram nos tempos de propaganda e sobreviveram muito para além da queda do regime em 1926. Ainda hoje, na primeira década do século XXI existem centros republicanos que, apesar das diferenças seculares, mantêm valores iguais ou muito semelhantes.

O republicanismo pode ser entendido como a federação destes núcleos, locais de discussão, de debate de ideias e de sociabilidade política. E neste aspecto a descrição de Eça contém um outro elemento de grande importância, a saber, a ideia de “ficção parlamentar”. Posto desta forma, tem um conteúdo irónico. Mas se o deixarmos de lado, podemos reconhecer outro dos aspectos importantes em relação aos clubes ou mais tarde os centros republicanos, designadamente a ideia de que constituíram um espaço de debate de ideias e de politização. Numa sociedade em que parte destes homens estava arredada da arena política, os centros constituíram um espaço de aprendizagem política. Em certo sentido tratava-se de uma “ficção parlamentar”, mas no que ela podia ter de produtivo e de treino para estes homens que não dispunham do livre acesso à cidade política. Os centros eram a possibilidade de aprendizagem de mecanismos políticos. Reunia-se a assembleia, estudava-se a forma e os procedimentos de intervenção,

²⁸⁴ Le GOFF, “Memória.” In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, *Memória/História*, Lisboa, INCM, 1984.

discutiam-se ideias, escreviam-se moções. Neste sentido, os centros eram uma escola política e cívica. Eça não deixou de ter uma intuição certa ao colocar um socialista entre os republicanos no clube, fazendo eco dos começos paralelos e mesmo convergentes entre os dois movimentos. “Assim, até 1871, a par dos republicanos históricos ligados à memória de 48, é possível encontrar um núcleo de ideólogos e activistas que se consideravam, simultaneamente, defensores da República e do socialismo.”²⁸⁵

O centro, base matricial do republicanismo, deveria ser constituído por cidadãos republicanos, que orientassem a sua conduta de acordo com os princípios fundamentais do PRP. Os diferentes estatutos dos centros republicanos indicam-nos a definição do que era, idealmente, um republicano.

Normalmente, os fundadores escolhiam o nome de um republicano para a designação da sua organização. Isto indica a influência de um determinado líder e a “facção” a que o centro pertencia ou, se se quizer, a sua orientação no espectro republicano.

Tal como Artur Corvelo, o personagem de Eça levado pela mão de um amigo, também os centros republicanos eram tecidos com base em relações pessoais. Podemos socorrer-nos do exemplo de Braga. Sousa Brandão escreveu a João Penha em 1879, advogado republicano de Braga, referindo que a proposta que lhe tinha feito de constituição de um centro nessa cidade tinha tido bom acolhimento entre “membros eminentes” do partido²⁸⁶. Ou seja, a criação de um centro também se tecia através do encontro de vontades dos indivíduos que já tinham uma relação pessoal anterior.

²⁸⁵ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).

²⁸⁶ CASTELO BRANCO, Fernando, *Os Primórdios do Partido Republicano em Braga*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972 (separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V).



**Imagem 9: Associação de Socorros Mútuos Rodrigues de Freitas,
Centro Republicano e Associação de Classe dos Compositores Tipográficos.
Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico, fotógrafo não identificado, [entre 1898 e 1908].**

Esta fotografia de autor não identificado mostra uma realidade importante e que é fundamental reter que se prende com a existência no mesmo espaço de diferentes lugares políticos. A simultaneidade de ocupação do espaço indica-nos a proximidade política entre uma associação de socorros mútuos e o centro republicano, bem como a convergência com uma associação de classe. Os centros republicanos são uma expressão, um dos vectores de um movimento associativista mais vasto que atravessou a sociedade portuguesa na segunda metade do século XIX e no século XX. De entre essas associações, encontramos aquelas que defendem os interesses de classes, tanto de pescadores, de tipógrafos, de lojistas ou mesmo de grupos mais favorecidos como a associação comercial. Entendiam-se como uma espécie de classe para si, com consciência de si própria e que lutava pelos seus direitos. Encontramos as associações de socorros mútuos (em número muito significativo), as cooperativas de consumo, e de consumo e crédito, as concentrações musicais, as sociedades filarmónicas, os grémios (do *Literário* ao *Popular*, passando pelos recreativos), os montepios e sociedades. No Anuário Comercial de Portugal de 1902²⁸⁷ encontramos referência a várias associações excursionistas (círios civis), nomeadamente a Federação dos Círios Civis, na Rua de S. Lázaro em Lisboa. Alguns dos nomes escolhidos dão-nos uma indicação da sua orientação política: Antero de Quental, Karl Marx e Grémio Excursionista Progresso e Futuro. Os círios civis fazem parte do activismo laico e congregam trabalhadores. De

²⁸⁷ *Anuário Comercial de Portugal*, 1902.

entre todo este mundo vale a pena fazer referência ao Grémio Pátria, de propaganda de tiro de guerra na classe civil na carreira de tiro na rua de Pedrouços²⁸⁸, no mesmo local onde se dizia que os regicidas tinham aperfeiçoado a sua pontaria.

No início do século XX, os socialistas tinham, igualmente, a sua rede de associações políticas. Tome-se como exemplo a cidade de Lisboa em 1902: existem centros socialistas nos 4 bairros, outro em Alcântara, o denominado de Lisboa e o Centro Socialista A Lucta²⁸⁹.

Os monárquicos não deixavam de ter os seus centros. Existiam, por exemplo, em Lisboa, o Centro Progressista na Rua Ivens e o Regenerador, na Rua do Norte.

As associações republicanas foram uma espécie de cavalos de Tróia, já que foram crescendo numa sociedade que ainda temia a participação dos deserdados e afastados da cidade política e, paulatinamente, foram ganhando espaço como base para um partido e para a politização de outros sectores sociais.

O centro republicano foi a grande máquina de politização, tanto de homens como das – poucas – mulheres. Maria Veleda fez referência à movimentação do Centro Escolar Afonso Costa: “Frequentavam o Centro à noite para as reuniões da Direcção ou simples cavaco vários sócios ali filiados;”²⁹⁰

O Relatório do Directório apresentado no Congresso Republicano de 1910²⁹¹, no Porto, fornece-nos o número de centros republicanos registados: 165 no continente, 5 no Brasil, 1 em Lourenço Marques e 1 na Horta. Estas agremiações eram consideradas como escolas cívicas. Em 1910 existiam vozes que consideravam excessivo o número de centros republicanos, por consumirem importantes recursos e verbas que prejudicavam a disciplina partidária. Esta consideração impõe que analisemos com maior acuidade a galáxia republicana. Existe uma rede partidária, ou seja, as diferentes comissões distritais, municipais e paroquiais. Para além desta rede, havia os centros que constituíam uma rede paralela, parte do republicanismo mas não da rede organizativa do PRP. Estes tinham autonomia relativa e por isso se punha a questão da disciplina partidária.

No Relatório da Gerência da Câmara Municipal de Lisboa, nas palavras de Braamcamp Freire, percebemos a importância dos centros eleitorais e escolares para os republicanos:

²⁸⁸ *Anuário Comercial de Portugal*, 1908.

²⁸⁹ *Anuário Comercial de Portugal*, 1902.

²⁹⁰ VELEDA, Maria, “Memórias de Maria Veleda”, *República*, 27 de Fevereiro de 1950.

²⁹¹ “Relatório do Directório apresentado no Congresso Republicano de 1910”, *O Mundo*, n.º 3410, 30 de Abril de 1910.

“Nos primeiros [centros eleitorais] trata-se de inculcar nos homens do povo noções exactas dos seus deveres e direitos civis, de chamar a sua atenção para os negócios públicos de que tão afastada tem andado; de lhes fortalecer a natural e justa aspiração de intervir directa e energicamente na administração do Estado. Nos segundos formam-se as gerações futuras; ataca-se denodadamente o maior mal da sociedade portuguesa, combatendo insistentemente o analfabetismo, causa principal do descalabro a que chegamos. Uns organizam o presente, outros preparam o porvir.”²⁹²

Retomando o fio destes argumentos, verificamos que os centros eram a espinha dorsal do movimento e que eram pensados a dois tempos: para o presente e para o futuro.

Depois da implantação da República, os centros não deixaram de ter actividade, nem de trabalhar. Há, contudo, uma distinção que deve ser feita. Antes da implantação da república, os centros estavam todos ligados ao partido republicano, apesar de serem associações com relativa independência. Depois de 1910 e com a divisão do PRP, os centros, que se continuaram a fundar, reflectiram a existências das novas famílias políticas dentro do campo republicano.

3.1.1. A escola no centro republicano

Os centros republicanos eram instituições multifacetadas e uma das suas valências mais importantes era a escola. Partilhavam esta preocupação educacional e culturalista com outras correntes políticas e sensibilidades. Portugal estava em processo de transformação. Ou seja, estava a tornar-se, a um ritmo lento, é certo, uma sociedade moderna. “(...) a modern society requires people who can communicate in a shared medium at a fairly high level including literacy and a modicum of technical competence. This excludes two categories from full citizenship: 1) those not using that particular medium, and 2) those not using it at high level.”²⁹³ Nesta ordem de ideias, o voto capacitário associava a cidadania, no universo político liberal, a literacia. Os analfabetos eram incorporados como cidadãos de segunda, logo a luta pela instrução

²⁹² Anselmo Braamcamp Freire citado em QUEIROZ, Vasco de Barros, *Episódios da vida do político Thomé de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, 1985, pág. 97.

²⁹³ GELLNER, Ernest, “Nationalism”, *Theory and Society*, vol. 10, n.º 6, 1981, pág. 765.

correspondia a uma vontade de inclusão e de politização por parte dos republicanos. O primeiro dever de um cidadão era ter consciência de si próprio, devendo julgar-se igual aos outros. Privilegiava-se a igualdade – pensamento, expressão e associação. Para que existisse igualdade perfeita era preciso que o homem soubesse ler e escrever. “Depois da alimentação, do vestir e da casa, a primeira condição essencial é dignidade do homem é o conhecimento da leitura e da escrita (...)”²⁹⁴.

Era essencial instruir o súbdito para que se pudesse tornar num cidadão. Um cidadão letrado poderia ser um eleitor. E este, desejavelmente, seria um eleitor republicano.

Numa sociedade moderna, ao contrário de uma tradicional, com uma hierarquia piramidal, muitas vezes sancionada e sacralizada pela religião, esperava-se, pelo menos, alguma igualdade e a possibilidade de mobilidade social ascendente. Para que esta possibilidade de ser cidadão de corpo inteiro e de poder melhorar a vida tivesse efectividade, a educação e a instrução eram condição *sine qua non*.

A alfabetização e a escolarização faziam parte da luta pela modernidade. O professor primário era o opositor do padre, num antagonismo cultural. Os monárquicos perceberam o perigo destes professores republicanos, mesmo no ensino oficial. Escreveu-se no jornal monárquico *Correio da Noite* uma descrição dos professores e da escola republicana:

“Outro tanto, não se deverá, porém, dizer acerca dos institutos de ensino médio e, por maioria de razão, acerca das escolas de instrução primaria, onde não há que debater problemas de sociologia, nem de administração ou de politica, e onde, por isso, todas as pregações, mais ou menos republicanas e jacobinas, que uns patetinhas das luminárias, investidos do ministério lá debitam, antes de serem um atestado contra o bom senso, o são contra as mais rudimentares obrigações do officio desses estipendiados do Estado. Bem basta o que se passa nalgumas escolas particulares, onde liberrimamente se exerce o ensino republicano, incutindo-se nas pobres crianças, que o recebem, um estreito e venenoso espírito de seita, e duma seita feroz, sanguinária e facinorosa, educando-se essas pequenas almas na admiração dogmática, na adoração fetichista de uns sujeitos, que são aqueles caudilhos revolucionários, cuja envergadura política, intelectual e moral, o leitor conhece de ginjeira, e nós,

²⁹⁴ COMISSÃO DE PROPAGANDA DO CENTRO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO DE LISBOA, *Os Direitos do Homem e do Cidadão*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1878.

também. Ainda há dois dias, lemos, com um calafrio, numa folha jacobinoria, que está aí funcionando certa escola, onde o ensino das primeiras letras se faz, não pelos livros, mas pela leitura de jornais. Dado que a referida escola é de fundação republicana, está o leitor vendo de que espécie são os jornais, cuja leitura ali é propinada às crianças, como primeiro alimento espiritual á sua entrada na vida! Custa a conceber uma tamanha aberração; faz horror pensar, que há aí algumas dezenas de tristes entesinhos, a quem as maravilhas da leitura são reveladas e as coisas do universo, da terra e do céu, de Deus e dos homens, entremostradas numa primeira visão, ao desabrochar do seu ser moral... por intermédio das infâmias do "Diz se", no Mundo, e das restantes degradações, que é de uso depararem-se nesse e em certos papeluchos da mesma repugnante qualidade.

Bem basta ainda, por um lado, o que se passa na questão dos livros, vulgarmente adoptados para o ensino nas nossas escolas, sobretudo nas do grau secundário. Os livros de história, por exemplo—mais ou menos arremendados com farrapos de páginas de Oliveira Martins, que foi menos um historiador do que um filósofo pessimista, e cujo génio, em todo o caso, fazia perdoar as suas frequentes escapadas da boa lógica, da serena razão e até da verdade apurada — resultam quase todos, depois de vertidos à linguagem dos cronistas de meia-tijela e transitados pelo crisol do seu critério, uma serie de invenções e de calúnias, contra a pátria portuguesa, contra a Monarquia, contra os Reis, contra os nobres, contra muitas das maiores figuras do passado, contra todos, enfim, os que mais alto concorreram, com o seu braço e a sua mente, a fazer de Portugal o primeiro reino da terra, antes que existissem cá Bernardino Machado, António José de Almeida, Ribas de Avelar, Ricardo Covões e outros portugueses grandes desta hora. Que além de tudo isto e sobre tudo isto..., ainda alguns ilustres pedagogos incompreendidos, mas em todo o caso bem renumerados pelo Estado, andem para aí a fazer ciência republicana de sua lavra, a fazer história portuguesa por sua conta mas sem risco, e mais ainda, como já se tem visto, a soltar vivas a este e aquele figurão em plena classe, a ostentar nas paredes da escola, em lugar dos quadros morais que os bons preceitos aconselham, caricatas efigies de cavalheiros da revolução, e a cometer outras que tais infracções dos seus deveres legais e da sua probidade profissional — isso é que não pôde mais ser consentido,

sem um muito veemente protesto dos que querem ver assegurados a proficuidade, e, também, a dignidade do ensino.”²⁹⁵

Para os republicanos, o monopólio do saber – para além de outros – não podia ficar nas mãos da Igreja católica e da escola do estado monárquico. Neste sentido, poderíamos retomar uma ideia de Althusser²⁹⁶ e dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), neste caso o escolar. A escola, tal como existia e era criticada pelos republicanos, representava e reproduzia a ideologia dominante ou uma forma muito particular de mundividência. Para lutar contra a Igreja católica e contra a escola monárquica era necessária a existência de uma outra escola (neutra ou abertamente laica).

Para além dos centros, entendidos como agremiações políticas, outras organizações da galáxia republicana ou relativamente próximas também tiveram escolas. Numa pesquisa no Anuário Comercial de Portugal de 1902²⁹⁷ encontramos associações em Lisboa agrupadas sob a denominação genérica de instrução: Academia de Instrução Operária, Academia de Estudos Livres (fundada, aliás, por republicanos), Academia de Instrução Popular, Academia Instrutiva do Pessoal dos Caminhos-de-ferro, Academia Literária, Associação Escolar de Ensino Liberal, Associação Propagadora da Instrução José Elias Garcia, Sociedade de Instrução e Beneficência a Voz do Operário, Centro Escolar Afonso Costa, *Club* Republicano José Falcão, Escola de Ensino Liberal 1.º de Maio, Escolas Móveis e Grémio Popular. Um ano mais tarde encontramos referência ao Vintém das Escolas e à Sociedade dos Amigos da Instrução.

Boto Machado reconheceu o valor da Voz do Operário para a causa republicana:

“(…) depois de ter praticado a solidariedade e o bem, e derramado a luz pela instrução em milhares de cérebros de gerações sucessivas, havendo sido, por isso mesmo, se bem que indirectamente, talvez o mais poderoso fautor da Revolução de 5 de Outubro, pois que fez a revolução das almas actuando nos espíritos (…)”²⁹⁸

²⁹⁵ *Correio da Noite*, 23 de Fevereiro de 1910.

²⁹⁶ ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (Notas para uma investigação)*, Lisboa, Editorial Presença, 1980 (1970).

²⁹⁷ *Anuário Comercial de Portugal*, 1902.

²⁹⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 12, 20 de Novembro de 1911.

Esta afirmação ilustra, mais uma vez, a convergência de interesses entre os interesses republicanos e outras instituições.

A Associação do Registo Civil (inicialmente Associação Propagadora da lei do Registo Civil) teve uma escola (que sabemos ter funcionado em 1909). Pelos estatutos de 1912, que reformavam os aprovados em assembleia geral de 23 de Maio de 1907, ficamos a saber que um dos fins desta era o de “Estabelecer escolas diurnas e nocturnas, pelo método mais racional, para os sócios e seus filhos ou pupilos (...)”²⁹⁹. O ensino deveria ser absolutamente laico, sem Deus nem religião, e o mais racional possível.

A Sociedade Promotora da Educação Popular, fazendo jus ao seu nome, mantinha uma aula infantil e cursos para ambos os sexos. Leccionavam várias disciplinas. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas anunciava em 1909³⁰⁰ a ideia de criação de cursos gratuitos de leitura, de escrita, de português, de francês, história e de ciências naturais. Pretendia, também, iniciar um curso elementar de comércio. A Academia de Estudos Livres, para além da instrução primária, oferecia aulas de francês, inglês, desenho, escrituração comercial, matemática, música, um curso de taquigrafia, um curso livre de comércio e lições de História Universal pelo professor republicano Agostinho Fortes.

A Associação das Escolas Móveis pelo método João de Deus, fundada em Maio de 1882 fazia um trabalho importante em prol da educação. A iniciativa partira de Casimiro Freire, apoiado por personalidades como Bernardino Machado ou Jaime de Magalhães Lima. Esta organização visava ensinar a ler, escrever e contar pelo método de João de Deus. Assumia a defesa do professorado, geralmente com difíceis condições de trabalho, a escola infantil ou o jardim-escola. Os professores que se abalçavam a missões (vários meses), sendo por isso ambulantes, eram um esforço importante para a grande causa da educação do país, em geral, e da educação popular em particular. De notar que no anúncio no anuário comercial de 1908³⁰¹ afirmavam que a associação não se envolvia em assuntos políticos nem outros que sejam alheios ao seu fim, advertindo os professores da obrigatoriedade de se absterem, nas horas de ensino, de tratar matérias políticas ou religiosas. Em 1909, segundo uma circular da associação de Escola Móveis³⁰², existiam cerca de 2000 professores “ambulantes”, realizando duas missões

²⁹⁹ *Estatutos e Regulamento Interno da Associação do Registo Civil*, Lisboa, Tipografia Almeida & Machado, 1912.

³⁰⁰ *O Mundo*, n.º 3221, 20 de Outubro de 1909.

³⁰¹ *Anuário Comercial*, 1908.

³⁰² *O Norte*, n.º 2589, 30 de Outubro de 1909.

de 5 meses por ano, em duas freguesias de um concelho. O objectivo então anunciado era o de conseguir colocar um professor e uma biblioteca popular em cada concelho do país. As bibliotecas seriam móveis e circulariam com os professores. Para além da instrução primária, outra das suas preocupações era a criação de jardins-escola, o primeiro dos quais inaugurado em Coimbra, em 1911.

A Associação Nacional Propagadora do Ensino, criada em 1901 e com sede em Lisboa, tinha por fim a difusão, por todos os meios ao seu alcance, da instrução popular³⁰³. A administração tinha como competência, entre outras, a nomeação do corpo docente, legalmente habilitado. De entre os fundadores, encontramos Miguel Bombarda – ainda não republicano nem conspirador – Higinio de Sousa, José de Sousa Larcher, Luís Filipe da Mata, José de Cupertino Ribeiro Júnior e António Portela.

A Associação Nacional Propagadora do Ensino preconizava o ensino popular e abriu o ensino às alunas do sexo feminino.

O Vintém das Escolas, associação de beneficência, instrução e educação cívica, mantinha estabelecimentos de ensino gratuito em Lisboa (7 escolas em 1909), Porto, Figueira da Foz, Ilha de S. Miguel, Lourenço Marques. Vale a pena referir que inaugurou uma classe feminina em 1906³⁰⁴. O Vintém tinha por fim difundir a instrução pelos “filhos do povo”; promover o desenvolvimento e progresso moral e intelectual das classes trabalhadoras; auxiliar e socorrer a criança extrema e provavelmente pobre; promover a federação das escolas seculares de ensino livre; estabelecer prémios aos professores e alunos que deles se tornem dignos³⁰⁵. A sua preocupação misturava os objectivos da instrução, com uma escola secular, e a filantropia. Tinha também como objectivo a promoção, perante os poderes públicos, das necessárias reformas da instrução primária, (...) sempre conforme com os progressos sociais, com os progressos da pedagogia, e com o fim de formar bons cidadãos liberais, vigorosos de corpo e de espírito.”³⁰⁶ Este cidadão correspondia, em parte, à imagem do que deveria ser o republicano. Para que a sua obra, entendida como patriótica e civilizadora, pudesse ser levada a cabo, propunham-se estabelecer missões (sessões) que, idealmente, teriam meios como bolsas escolares, escolas, bibliotecas populares e a possibilidade de realização de conferências e prelecções literárias e científicas. Cada missão deveria ter

³⁰³ *Estatutos da Associação Nacional Propagadora do Ensino*, Lisboa, Tipografia da Papelaria Palhares, 1901.

³⁰⁴ *A Lucta*, n.º 7, 7 de Janeiro de 1906.

³⁰⁵ Artigo 2.º, *Estatutos de O Vintém das Escolas*, Lisboa, Tipografia e Papelaria Rua da Escola Politécnica, 1901.

³⁰⁶ Artigo 3.º, *ibidem*.

uma ou mais escolas, maternais (dirigidas por pessoal do sexo feminino) e primárias, que teriam por título o nome de um vulto nacional, notável por “(...) serviços prestados à humanidade ou à pátria (...)”³⁰⁷ ou de um benemérito.

“As escolas têm por fim ministrar a educação moral, física, intelectual e cívica, por meio do ensino de desenho; caligrafia; leitura; ortografia; gramática; análise; redacção; contabilidade; escrituração; geografia geral e história pátria; elementos de anatomia descritiva; princípios gerais de botânica e zoologia; rudimentos de agricultura; princípios de economia e administração; conhecimentos gerais de física e químicas industriais; princípios elementares de higiene; moral; música; ginástica.”³⁰⁸

Desejava-se uma educação integral do indivíduo, capacitando-o para a cidadania. As disciplinas enumeradas deviam ter, para além da componente teórica, uma componente prática. Anexa à escola estava a biblioteca popular com todas as obras que pudessem fornecer conhecimentos úteis aos operários. A comissão de beneficência era a responsável pela filantropia e pelos cuidados com os alunos, desde a aquisição do vestuário aos alunos pobres, à inspecção das comidas fornecidas nas cantinas, passando pela visita a alunos enfermos e a tentativa de colocação dos melhores no mercado de trabalho.

Podemos encontrar um balanço da sua actuação feito em 1913. Em primeiro lugar, a implantação do novo regime desmotivou um combate mais aguerrido:

“(...) um grande número de sócios entenderam que, pelo advento da república, cessavam para eles os deveres cívicos de cooperarem na grande obra de civilização, fazendo diminuir o analfabetismo, e levantando uma barreira segura contra a vaga ameaçadora do clericalismo, barreira laica que nos asseguraria a libertação das consciências pejudicadas pelos dogmas e enfermadas pelo micróbio negro depauperador da vitalidade intelectual tão necessária ao desenvolvimento e avigoramento da raça portuguesa.”³⁰⁹

³⁰⁷ Capítulo VII, “Escolas e bibliotecas”, *ibidem*.

³⁰⁸ *Ibidem*.

³⁰⁹ O VINTÉM DAS ESCOLAS. MISSÃO ELIAS GARCIA, *Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao ano de 1913*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1913.

No entanto, o Vintém das Escolas considerava que continuava a ser necessário travar este combate, independentemente da implantação do novo regime, apelando para a dinamização da energia cívica. Fazia-se de seguida o balanço de dez anos de actividade (de 1903 a 1913). Quando iniciara a sua actividade tinha sete escolas e pouco dinheiro em caixa e pagamentos em atraso, vendo-se obrigado a fechar escolas. Responderam ao seu apelo de ajuda, o Grémio Lusitano, as secções Elias Garcia, Pureza, Comércio e Indústria, Pátria e Liberdade, Paz e Concórdia, Futuro, Madrugada, José Estêvão, Acácia, Cândido dos Reis, Alexandre Herculano e a Câmara Municipal. Do mapa das despesas ficamos a conhecer a sua pequena rede escolar: Escolas 1 e 2 mistas de Benfica, Escola n.º 3 da Calçada de Penafiel, Escola n.º 3 da Madalena, Escola n.º 4 de Alcântara, Escola n.º 5, Alto do Pina e Escola n.º 7 de Sassoeiros. Pelo mapa estatístico de frequência de alunos, de entre entradas e saídas, ficamos a saber que existiam 228 alunos.

A educação e a instrução eram, assim, dois dos vectores matriciais do republicanismo, ponto de convergência com outras doutrinas e filosofias políticas. A urgente necessidade de educar o povo era uma das preocupações centrais do ideário progressista e republicano. A associação entre centro político e escola mostra como coexistiam a preocupação cultural e a política. E mais do que isso, se o cidadão devia ser instruído, também tinha o dever de se empenhar na difusão do saber. Isto era entendido como uma nova forma de filantropia³¹⁰.

A escola no centro republicano cumpria outro desígnio relacionado com a preocupação com a infância, partilhada, aliás, com as mulheres republicanas. Só através do ensino se preparava um futuro e putativo *homem novo*. Só assim se fazia uma fecunda “sementeira” – era este o título do hino escolar de inspiração maçónica – de cidadãos republicanos. O professor ou a professora eram os sacerdotes laicos de uma nova era que se sonhava e o professorado, emancipando-se, preparava-se para emancipar a nação. Nestas escolas a moral católica era substituída por uma outra educação moral e cívica de cariz patriótica e republicana.

Sobretudo a partir da conjuntura de 1906-1907 a escola foi um dos vectores centrais do esforço republicano e de republicanização. O ano de 1907 foi a data de fundação da Liga Nacional de Instrução, que organizou em Lisboa quatro congressos entre 1908 (primeiro Congresso Pedagógico de Instrução Primária e Popular) e 1914.

³¹⁰ Veja-se COMISSÃO DE PROPAGANDA DO CENTRO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO DE LISBOA, *Os Direitos do Homem e do Cidadão*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1878.

No entanto, apesar do grande crescimento da vertente escolar que se iniciou na conjuntura do franquismo, há exemplos mais precoces de criação e funcionamento de escolas. A Escola Liberal de Setúbal, possivelmente ligada à Maçonaria, através da loja José Falcão, foi fundada em 1901³¹¹.

A escola nos centros republicanos tinha como destinatários tanto as crianças como os adultos. De dia, eram ensinadas as crianças; os adultos frequentavam a escola nocturna. Em 1909, o Centro Escolar Afonso Costa, um dos centros escolares mais antigos de Lisboa, para além das aulas para crianças tinha aulas nocturnas: um curso para homens, pelo método João de Deus e um para mulheres (das 19 às 21 horas), cuja matrícula era gratuita. Com horário pós-laboral e sem ser pago, o centro proporcionava a possibilidade de adultos de classes mais desfavorecidas terem acesso à instrução.

Muitas vezes, as escolas republicanas ofereciam outras disciplinas, para além dos cursos básicos. Em 1908, a escola da Ajuda tinha a disciplina de desenho geométrico. Em 1909 o Centro Escolar Eleitoral Rodrigues de Freitas oferecia uma aula de desenho. O Grupo Republicano Tomás Cabreira tinha a costumeira escola diurna para crianças, a escola nocturna e uma aula de esgrima.

Alguns destes centros escolares republicanos tinham uma biblioteca, o que constituía uma mais-valia fundamental para o projecto de instrução quer de adultos quer de crianças, e para a politização através da leitura de obras fundamentais. Podemos dar como exemplo a escola e a biblioteca de Foz do Arelho, criadas em Janeiro de 1910 e financiadas por Grandela que já mandara fazer três outras escolas em S. Domingos de Rana, Aveiras e Alcoentre ou ainda a Escola Liberal de Santiago do Cacém, fundada por republicanos em 1909³¹². Tinha cerca de 60 crianças e procurara organizar uma biblioteca e um museu.

Os professores das escolas republicanas queriam-se de qualidade, com a necessária qualificação. Deveriam ter diplomas da Escola Normal ou a inscrição na Inspeção Escolar. Deveriam ter certificado conferido pela viúva de João de Deus, atestando a sua fidelidade a um método de ensino. Muito embora esta fosse a situação ideal, existiam casos de professores não diplomados a leccionarem. Esta questão tornou-se problemática quando se pôs a questão da preferência dos professores dos centros

³¹¹ *O Mundo*, n.º 3724, 14 de Março de 1911.

³¹² *O Mundo*, n.º 3714, 4 de Março de 1911.

republicanos para serem providos nos lugares do magistério primário³¹³. A discussão feita em torno desta lei permite-nos conhecer parte da situação. João José de Freitas fez uma observação muito pertinente acerca deste problema:

“Os professores dos centros republicanos deram efectivamente muito boas provas de amor aos princípios republicanos e à causa do regime; mas o que se não pode admitir que por esse único facto nós os consideremos com competência ou com capacidade para a regência duma escola normal.

A Câmara dos Deputados entende que nós devemos dar preferência a esses professores para regência das escolas; mas, Sr. Presidente, que havemos nós de fazer em relação a outros professores, com direitos adquiridos, e que não menos intensamente se mostraram afectos ao regime, e que por amor aos seus ideais sofreram bastantes agruras?

Portanto, Sr. Presidente, não é justo nem razoável o que se pretende.

Como é possível que um professor dos centros republicanos, tendo estado na regência duma aula durante um ano, ou 15 meses, pode ser assim considerado competente para a regência duma escola oficial? Qual é a autoridade pedagógica que garante e assegura essa competência?

Sr. Presidente: os professores oficiais têm, na sua maioria, 19 e 20 valores de classificação e agora vêm-se preteridos por professores que tem na sua classificação 9, 10 e 12 valores.

Esses indivíduos dizem ter prestado muito bom serviço nos centros republicanos; mas quem é que o atesta? São os corpos gerentes desses centros que não tem competência pedagógica para conhecer do valor profissional dos professores. (Apoiados).”³¹⁴

No entanto e apesar das críticas, muitos destes docentes seguiam as novas teoria educativas, designadamente as de Ferrer. Eram, assim, docentes preocupados, modernos e atentos a novas formas de ensinar, proporcionando e experimentando uma escola

³¹³ Proposta de lei 156-A: “Artigo 1.º Aos professores de ensino primário, com diploma nos termos da lei que, à data da proclamação da República, se encontravam regendo cursos de instrução primária nos centros republicanos do país, será contado, com a qualificação de «bom», para efeito do concurso, provimento definitivo, promoção de classe, regência de escolas centrais, interinidades de ensino normal e aposentação, o tempo de efectivo serviço na regência dessas escolas, comprovado por atestado requerido à junta de paróquia da freguesia em que existiam tais centros e passado mediante deliberação tomada em sessão.”

³¹⁴ *Diário do Congresso da República*, sessão n.º 3, 29 de Maio de 1915.

nova. Os centros políticos e escolares estavam a fazer um esforço importante, mas, perante as necessidades, ainda insuficiente.

Em 1909, Maria Veleda confessou à sua audiência do Grémio Excursionista Civil do Monte, na conferência *A Mulher e a Igreja*, que “Os centros republicanos, conquanto estejam prestando serviços relevantíssimos à causa dos oprimidos, são poucos ainda, e o seu meio de acção é ainda muito restrito.”³¹⁵ Defendia esta livre pensadora que estes centros se deviam ampliar de forma a reunirem, em cada um deles, a cátedra, o laboratório e a oficina.

Para além da exigência qualitativa a nível da profissão de docente, para muitos destes centros republicanos escolares era fundamental a contratação de professores que fossem de confiança política, ou seja, era importante que a nomeação recaísse sobre um indivíduo “democrata”.

Parte significativa do corpo docente destes centros republicanos era feminino (verificando-se mesmo no ensino primário oficial uma elevada taxa de feminização), abrindo assim à mulheres uma possibilidade tanto de inserção no mercado de trabalho como de politização, fortemente estimulada pelos republicanos nestes casos de mulheres de confiança.

O relatório da Escola 31 de Janeiro³¹⁶, feito no seu décimo aniversário, em 1910, afirmou que nos últimos dez anos muitas escolas tinham nascido, mas poucas prosperado. A maioria dos inscritos apenas queria o certificado do exame do segundo grau de instrução, faltando a educação cívica. Afonso Costa, na sessão solene do aniversário da mesma escola, defendeu, na linha do citado relatório, que o partido deveria criar escolas onde, a par da instrução, fosse ministrada a educação cívica, deixando antever o grande objectivo de formação de cidadãos.

Sabendo que os centros republicanos tomaram uma importante feição escolar, é preciso perguntar quantos alunos eram abrangidos. Segundo números de 1910 apresentados pelo Directório (levando apenas em linha de conta as escolas que fizeram uma participação oficial ao Directório) estamos a falar de 4.120 alunos (2.500 em Lisboa, 750 no Porto e 870 no resto do país)³¹⁷

Podemos olhar para alguns exemplos, de modo a surpreender a dinâmica destas instituições, escolas pequenas, sem dúvida, mas que faziam um importante trabalho

³¹⁵ VELEDA, Maria, *A Conquista. Discursos e Conferências*, Lisboa, Livraria Central, 1909.

³¹⁶ *O Mundo*, n.º 3343, 21 de Fevereiro de 1910.

³¹⁷ “Relatório do Directório apresentado no Congresso Republicano de 1910”, *O Mundo*, n.º 3410, 30 de Abril de 1910.

num país ainda profundamente analfabeto O Centro Republicano Tabuense tinha uma turma da noite com 24 alunos. A associação auxiliadora da Instrução de Carnide tinha uma escola nocturna, em edifício próprio, com 45 alunos do sexo masculino. No frontão do edifício as palavras luz, ordem e progresso são as evidências de uma sensibilidade maçónica e republicana.

O financiamento destas escolas era um assunto complicado. A Escola Heliodoro Salgado, no Beato em Lisboa adaptou o antigo Teatro Popular e leccionava a cerca de 100 alunos, com dois professores do ensino livre. A escola deveria ser mantida com o produtos dos espectáculos que se realizariam no mesmo edifício, “(...) quando possível de propaganda democrática.”³¹⁸

Alfredo de Magalhães, no Congresso de 1910³¹⁹, defendeu a necessidade de estender este esforço de escolarização à criação de colégios com ensino secundário, aberto para ambos os sexos.

O movimento republicano procurou, dentro das suas possibilidades, investir num projecto educativo alternativo ao ensino oficial. A escola no centro republicano, tal como se tinha defendido no Congresso Republicano de 1906³²⁰, deveria ser constituída por cidadãos republicanos que orientassem a sua propaganda e conduta pelas doutrinas fundamentais do partido republicano. Era, portanto, um projecto político de capital importância para a expansão do movimento.

3.1.2. Os centros republicanos na “Grande Lisboa”

A capital era entendida como a “cabeça e coração do país”³²¹. Esta metáfora orgânica ilumina o sentido da importância política, social e cultural atribuído e atribuível a Lisboa.

Ser um país macrocéfalo é, aliás, uma definição corrente – e correcta – de Portugal. Em 1864, Lisboa tinha cerca de 163 mil habitantes e o Porto quase 87 mil³²². Se olharmos para os números de 1900, Lisboa tinha cerca de 356 mil habitantes, o Porto quase 168

³¹⁸ *O Mundo*, n.º 2622, 24 de Fevereiro de 1908.

³¹⁹ *O Mundo*, n.º 3410, 30 de Abril de 1910.

³²⁰ *A Lucta*, n.º 179, 30 de Junho de 1906.

³²¹ *Programa para a Comemoração da Guerra Peninsular e Respectivo Relatório Elaborados pela Comissão nomeada por portaria de 2 de Maio de 1908*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.

³²² *Anuário Estatístico de Portugal*, 1900, disponível em linha: URL: <<http://www.ine.pt>>.

mil e Coimbra cerca de 18 mil³²³. A diferença entre a capital e outras cidades era abismal. Da listagem de 30 cidades apenas duas chegam às centenas de milhar, Braga e Setúbal estavam as duas na casa dos vinte e poucos mil habitantes e mais de metade das cidades referenciadas não chega aos dez mil habitantes. No entanto, ao seu ritmo próprio, todas elas cresceram na segunda metade do século XIX.

Lisboa era, contudo, mais do que a cidade, estrito senso, mais do que os limites do concelho. Para a história do republicanismo – ou para a do socialismo ou mesmo do anarquismo – é fundamental levar em linha de conta o peso político da *Grande Lisboa* (as localidades da zona norte e a Margem Sul) que constituía uma das zonas mais densas da malha republicana. Assim sendo, olharemos para a organização republicana na cidade de Lisboa, num primeiro momento, e, num segundo momento, nos concelhos limítrofes. Neste caso, entendemos por organização republicana duas formas distintas, por um lado, os centros republicanos, células base do republicanismo e, por outro, a organização partidária.

Encontramos em Lisboa, a malha mais densa das agremiações escolares, eleitorais e recreativos do republicanismo: Centro Eleitoral Democrático de Lisboa (Centro Republicano Português); Centro Escolar Dr. Afonso Costa (fundado em Dezembro de 1900); Centro Escolar Democrático da freguesia de Santa Isabel; Centro Escolar Republicano Dr. António José de Almeida (instalado em Agosto de 1906); Grémio Federal Republicano Português (Fundado em 1904); Centro Eleitoral Republicano da freguesia das Mercês (fundado em 1906); Centro Escolar Eleitoral Rodrigues de Freitas; Centro Eleitoral Republicano da freguesia de Belém (inaugurado em Março de 1907); Centro Eleitoral Democrático Dr. Castelo Branco Saraiva (inaugurado em Fevereiro de 1907); Centro Escolar Eleitoral Republicano da freguesia da Pena; Centro Eleitoral Republicano da Ajuda; Centro Escolar Democrático (fundado em Julho de 1906); Centro Eleitoral Republicano Heliodoro Salgado; Centro Escolar Fernão Boto Machado; Centro Eleitoral Republicano Dr. Bernardino Machado; Centro Eleitoral Republicano Dr. Alexandre Braga (a comissão organizadora deste centro, inaugurado em 1906, reunia na sede do Grupo União e Alegria, em Alfama); Grémio Comercial Democrático (fundado em 1902); Centro Concentração Democrático; Centro Republicano Latino Coelho; e Centro Escolar Musical Democrático da freguesia do

³²³ *Ibidem.*

Socorro³²⁴. Podemos ainda fazer referência a outros centros lisboetas, tais como: Centro Eleitoral Republicano Pátria Nova de Algés (tem uma escola); Centro João Chagas (Localizado no Braço de Prata e inaugurado em 1907); Grupo Democrático A Juventude Republicana (Socorro); Centro Amaral Leitão (Santo Estêvão); Centro Democrático José Estêvão; Centro Escolar Republicano Dr. Alberto Costa; Centro Escolar Republicano de Santos; Centro Republicano Alferes Malheiro (Campo Grande); Centro de Propaganda Democrática Justiça e Liberdade (fundado em 1909); e Centro Republicano Latino Coelho (criado em 1908)³²⁵.

Os centros republicanos mostram-nos uma Lisboa republicana que estava presente nos bairros e zonas populares como Belém, Alfama, Alcântara ou a Ajuda, muito embora o Centro Eleitoral Democrático de Lisboa, o mais importante da cidade, esteja localizado no coração do Chiado, no Largo de São Carlos (que depois de 1910 se passou a chamar Largo do Directório).

Os centros republicanos ocupam o coração político e cosmopolita da cidade, mas difundem-se acompanhando as linhas de crescimento da cidade. Geograficamente, o republicanismo democratizou a vida política lisboeta.

Muitos dos centros referidos foram fundados já no século XX, depois da reorganização do partido a partir de 1903, atestando a vitalidade do movimento nos anos imediatamente anteriores à implantação da República.

O Centro Escolar Musical Democrático da freguesia do Socorro, apenas através do seu nome, mostra-nos a riqueza destes locais, atestando a ligação entre o lazer, a sociabilidade e a política, marca essencial, aliás, desta época.

3.2. Espaços de sociabilidade política para além do centro republicano

Para além da rede de centros e escolas republicanas, importa pois mapear a Lisboa republicana que tantas vezes convivia com as outras *Lisboas*. Procurámos encontrar alguns dos espaços de sociabilidade política desde finais do século XIX até ao período republicano nos anos 20 do século XX. Para além do clube ou do centro existiam outros locais nos quais se discutiam ideias, se fazia política, se reuniam tertúlias, lugares onde

³²⁴ *Almanaque Democrático para 1908*, Editor-Proprietário Eurico Castelo Branco, Lisboa, Tipografia Lamas & Franklin, s.d.

³²⁵ Veja-se *O Mundo e A Lucta* (1906-1910) e *Alma Nacional* (1910).

se estava, se ficava, se passava e que marcavam o percurso pessoal e político de vários agentes.

A capital era, apesar do seu crescimento, uma cidade *pequena* e complexa. Por vezes, a revolução e a reacção moravam no mesmo prédio. Veja-se a título de exemplo o processo de arrendamento do espaço para a Loja *Obreiros do Futuro*. O carbonário José do Vale trata de arrendar o espaço a João Belo, administrador das propriedades do Crédito Predial, para onde iam os rotativos “em pousio” quando não estavam no governo³²⁶.

Como podemos olhar para Lisboa, de forma a identificarmos os locais de poder e de sociabilidade política? Gostaria de recuperar, antes de falar da Lisboa de início do século XX, a Lisboa liberal ou “A cidade como casa”³²⁷. “Há duas cidades do século XIX português: a cidade romântica e a cidade industrial, na acepção que L. Benevolo (1960) empresta a esta última. A primeira corresponde à apropriação da cidade do Absolutismo pelas elites liberais, ao seu agenciamento e equipamento para fruição de ex-súbditos, tornados cidadãos com a Revolução de 1820. A segunda refere-se aos efeitos que a industrialização induz na cidade, desde logo a radical mudança de escala do urbano (e das suas arquitecturas), que passa a ser entendido como um sistema racionalizável e regulável, com recurso ao manancial de dispositivos técnicos aplicáveis à cidade que as «novas tecnologias» da época irão prodigalizar. Vão desde as redes de distribuição de água e luz ao saneamento, às linhas de «carros eléctricos», ou ao elevador hidráulico que permitirá, por fim, libertar totalmente a habitação do seu vínculo ancestral ao solo.”³²⁸ Nesta linha argumentativa, é importante a leitura feita pelas gerações liberais da cidade como *res publica* e como coisa sua.³²⁹ Podemos fazer referência aos jardins públicos e ao investimento na estatuária pública urbana (nomeadamente a estátua a Camões e a D. Pedro IV).

A Lisboa do poder situava-se no Terreiro do Paço. Era um dos principais centros políticos, do ponto de vista simbólico, o mais importante. Nas “arcadas” encontramos os principais ministérios, alguns tribunais e serviços. O poder executivo e parte do judicial localizavam-se naquela praça histórica aberta para o rio Tejo. Ali se concentravam as

³²⁶ Veja-se ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

³²⁷ BARREIROS, Maria Helena, “Arquitecturas do século XIX português. Entre o fim do absolutismo e a abertura da Avenida da Liberdade.” In RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa. Da pré-história ao século XX*, vol. 15, *Da estética romântica à estética naturalista*, Lisboa, Fubu Editores, 2009.

³²⁸ *Ibidem*, pág. 109.

³²⁹ *Ibidem*, pág. 109.

expectativas de quem esperava do governo favores, empregos, promoções e a escolha das melhores políticas para responder aos seus problemas e interesses. Mas era, igualmente, o lugar de todas as críticas. Por aqui se circulava em busca de novidades e de boatos dos ministérios e as informações fluíam das esferas oficiais para os jornais e para as conversas.

Para a monarquia constitucional, os locais do poder incluíam necessariamente a assembleia, espaço próprio de deputados e pares do Reino e a residência do rei.

As casas dos chefes partidários e dos ministros da monarquia constitucional tinham, obviamente, a função de locais de reunião política. Não é difícil encontrar nas fontes, por exemplo, a Rua dos Navegantes de José Luciano de Castro. José de Alpoim foi um caso particular dentro do constitucionalismo monárquico, já que os dissidentes se aliaram aos republicanos em Janeiro de 1908. A sua casa, tal como a do visconde da Ribeira Brava, que alegadamente ali guardou armas, serviu de ponto de encontro a conspiradores anti-franquistas³³⁰.

3.2.1. A geografia política de Lisboa

No princípio do século XX, é na Baixa que se situa a confluência, segundo Malheiro Dias³³¹, da Lisboa comercial, da Lisboa marítima, da Lisboa do trabalho e do prazer. “Tal como a maioria das suas congéneres europeia, é no final do século XIX e na primeira metade do século XX que a baixa revela as suas mais fortes dinâmicas, assumindo plenamente o seu lugar de centro identitário, económico e cultural – afirmação que se materializa sobre múltiplas formas, desde a presença dos níveis mais elevados da administração pública e do empreendedorismo privado, até às mais íntimas deambulações dos heterónimos pessoanos.”³³²

Era ali, na Baixa, a zona elegante, cosmopolita, mas também política, com os intelectuais, os artistas e conspiradores nos cafés, com as senhoras que paulatinamente procuram ter direito ao espaço na cidade. Pelas cinco, bebia-se o chá. Podia fazer-se compras nos grandes estabelecimentos como o Grandella e os Armazéns do Chiado, ia-

³³⁰ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

³³¹ DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa. Terceira série (1905-1908)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de M. Teixeira e C.ª, 1907.

³³² SEIXAS, João, “A Baixa Pombalina: Análise sócio-económica de um centro mercantil europeu no início do século XXI.” In MATEUS, João Mascarenhas, *Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2005.

se ao cinema e ao teatro. Mas este lado civilizado e moderno, coexistia com outro lado diferente, mais político e potencialmente violento. Jorge de Abreu deixou-nos o relato da existência de um depósito de bombas na Baixa.³³³

O Chiado era o local por excelência da Lisboa cosmopolita, da Lisboa letrada e da Lisboa artística. Não por acaso, foi na *Brasileira* que os modernos encontraram espaço para exporem os seus trabalhos que divergiam do gosto oficial (e republicano) do tardo-naturalismo³³⁴.

O Rossio era a “(...) sala revolucionária (...)”³³⁵, a transição entre o poder das arcadas e aqueles que criticavam a situação e/ou o regime. Aí se encontrava o que era chamado de quiosque dos libertários³³⁶.



**Imagem 10: “Quiosque dos libertários no Rossio”.
Ilustração Portuguesa, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.**

Dizia-se que Lisboa era uma cidade republicana. Escrevia-se sobre isso, falava-se nisso nos comícios e a conquista da Câmara Municipal pelos republicanos em 1908 parecia demonstrá-lo. De facto, a votação republicana em Lisboa, num crescendo desde o início do século XX, não desmente o peso político do republicanismo na capital. Este foi um argumento comum no discurso e na propaganda republicana, utilizado também na generalidade da historiografia que tratou este período. António José de Almeida, a meses do 5 de Outubro, disse que Lisboa era a capital mais republicana do mundo e o seu povo o mais revolucionário, embora sem as violências sanguinárias³³⁷. Podemos

³³³ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912, pág. 69.

³³⁴ FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009.

³³⁵ RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se*, Lisboa, Bertrand, 2008, pág. 268.

³³⁶ *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.

³³⁷ “Conferência de António José de Almeida no Centro Heliodoro Salgado”, *O Mundo*, n.º 3478, 7 de Julho de 1910.

convocar dois homens de sectores políticos opostos que nos deixaram a sua visão sobre esta questão. O chefe da Carbonária, Luz de Almeida, escreveu que depois de 28 de Janeiro de 1908, “Lisboa tornara-se um grande laboratório revolucionário”³³⁸, acrescentando, e aí com muito optimismo, que a província lhe seguia o exemplo. O comandante da Guarda Municipal, Malaquias de Lemos, afirmou, num desabafo epistolar, “Tu não calculas o que vai aqui por Lx. de republicanagem.”³³⁹ Escrevendo em 1908, Malheiro Dias reflectiu sobre a cidade revolucionária: “Lisboa é tanto mais na hora presente um mistério fascinador e emocionante quanto é certo estar no seu seio recôndito uma revolução...”³⁴⁰ Foi o mesmo autor, monárquico liberal, que escreveu sobre a agitação nas estranhas de Lisboa, sob uma aparente imobilidade, ou ainda de uma paz armada. Malheiro Dias fez uma especial referência à explosão da rua do Carrião. Dela disse ser a voz da revolução à responder a voz do rei, o formidável desmentido de que o reino vivia em tranquilidade. De facto, para além de uma Lisboa que queria viver sossegada, fervilhava e agitava-se uma outra cidade que, nestes anos imediatamente antes do 5 de Outubro, se fazia ouvir também pelo estampido de bombas a rebentarem por imprevidência dos seus manuseadores.

Alcântara³⁴¹ surge-nos nas fontes como um dos locais mais politizados da cidade de Lisboa, o sítio de encontro e de cruzamento da sensibilidade republicana com outras tendências políticas. “A oeste do eixo solene da cidade pombalina entre o Terreiro do Paço e o Rossio, a partir das docas e pelo vale da ribeira que irá ser soterrada, expande-se desde finais do século XIX a zona industrial e de grande concentração de habitação operária que é Alcântara, «cidade à parte», bem delimitada, social, económica e urbanisticamente.”³⁴² Alcântara era conhecida como um local operário, revolucionário e republicano onde o movimento tinha uma boa implantação política. “Alcântara, bairro que sempre se evidenciou pelo grande amor á causa, bairro revolucionário por excelência.”³⁴³ Foi nesta parte da cidade que se diz³⁴⁴ ter sido iniciada a Carbonária de

³³⁸ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 240.

³³⁹ “Prisão do Dr. António José de Almeida.” In DIAS, José Lopes, *O Coronel Malaquias de Lemos e a Revolução de 5 de Outubro (Novos Documentos)*, Lisboa, s.n., 1960 (separata de *Estudos sobre Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, n.º 14), pág. 64.

³⁴⁰ DIAS, Carlos Malheiro, *Em redor de um grande drama*, Lisboa, Vega, 1985, pág. 33.

³⁴¹ Utilizamos aqui a ideia de grande Alcântara, mais lata que as actuais delimitações da freguesia.

³⁴² ROSAS, Fernando, *Lisboa revolucionária*, Lisboa, Tinta-da-china, 2007.

³⁴³ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

³⁴⁴ *Ibidem*, pag. 67.

Lisboa em 1897, por Heliodoro Salgado, juntamente com outros “(...) democratas de Alcântara (...)”³⁴⁵, nomeadamente Benjamim José Rebelo, Júlio Dias, Sebastião Eugénio e José do Vale, o núcleo da Aliança Revolucionária, que daria origem à loja irregular, *Obreiros do Futuro*, sita na Rocha do Conde de Óbidos. Através da propaganda a Carbonária Portuguesa conseguiu uma significativa adesão no bairro de Alcântara. Era, assim, considerada um “(...) baluarte inexpugnável (...)”³⁴⁶ da Carbonária e do revolucionarismo, nos inícios do século XX. Em 1908, Luz de Almeida considera que este bairro, baluarte republicano, ainda necessitava de mais trabalho carbonário, para o conquistar por completo³⁴⁷.

Afonso Pala fez um enorme elogio a este bairro:

“(...) o bairro que maiores serviços prestou à revolução republicana foi Alcântara. Os revolucionários civis desse bairro entraram no corpo de marinheiros, e um outro grupo foi destinado a infantaria n.º 2.

Ora este bairro pobre, na sua maioria de operários, cooperou, brilhantemente, no movimento revolucionário. Esses operários, misturando se com os marinheiros, embarcaram, corajosamente, para os navios, tomando parte na abordagem ao *D. Carlos*.”³⁴⁸

3.2.2. Os jornais

O Bairro Alto era a parte da cidade onde se encontravam vários jornais. Perto das arcadas e dos boatos políticos, a um pulinho de S. Bento e dos principais cafés que, como veremos, eram um centro nevrálgico da sociabilidade política. Segundo Jorge de Abreu, nos anos imediatamente antes da revolução do 5 de Outubro este bairro estava minado de explosivos, como aliás, Alcântara³⁴⁹.

³⁴⁵ *Ibidem*, pág.67.

³⁴⁶ *Ibidem*, pág. 76.

³⁴⁷ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 223.

³⁴⁸ Intervenção de Afonso Pala, *Diário do Senado*, sessão n.º 32, 24 de Janeiro de 1913.

³⁴⁹ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912

Para que um órgão de imprensa fosse considerado republicano, o director tinha de ser membro do partido e ter participado ao Directório a constituição do jornal³⁵⁰.

As redacções dos jornais eram um dos locais onde se escrevia sobre política, se discutiam os assuntos do dia e se preparavam estratégias. Poiso certo de jornalistas e de políticos, funcionavam parte como tertúlias e parte como centros republicanos. Podemos recuperar como exemplo a sede do jornal *A Lucta*, de Brito Camacho. O Palácio do Calhariz era também a sede do Centro da União Republicana. Tinha botequim, bilhar e salas de jogo e os correligionários apareciam para discutir as novidades³⁵¹.

Quando os acontecimentos o justificavam, as sedes dos jornais republicanos eram um dos pólos aglutinadores das multidões. O comandante da Guarda Municipal, Malaquias de Lemos, descreveu, em carta de Fevereiro de 1908, os acontecimentos políticos na capital:

“Pela m.^a c. anterior sabes da carta anónima anunciando a revolta. Tudo deu em revolta – um susto enorme por toda a cidade, nós receando a revolução, eles receando ser atacados nas redacções pelo imaginário complot – Pela meia noite começou a afluir gente ao *Mundo* e *Vanguarda* – ocorrendo-nos perguntar, será p.^a defesa? Será p.^a ataque?”³⁵²

Para além de local de trabalho e de tertúlia poderia servir para outros usos: foi, por exemplo, na redacção da *Vanguarda* que António José de Almeida foi iniciado na maçonaria, antes da sessão magna no Palácio Maçónico. A administração do jornal *O Dia* foi também o local escolhido para várias iniciações³⁵³. A comissão de resistência formado pela Maçonaria, que preparava o 5 de Outubro, reuniu amiúde na redacção das *Cartas Politicas* no Arco do Bandeira, em Lisboa.

³⁵⁰ *A Lucta*, n.º 179, 30 de Junho de 1906.

³⁵¹ MIRA, Ferreira e RIBEIRO, Aquilino, *Brito Camacho*, Lisboa, Bertrand, s.d. [prefácio de 1942].

³⁵² DIAS, José Lopes, “Comentários.” In DIAS, José Lopes, *O Coronel Malaquias de Lemos e a Revolução de 5 de Outubro (Novos Documentos)*, Lisboa, s.n., 1960 (separata de *Estudos sobre Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, n.º 14), pág. 48.

³⁵³ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 245.

3.2.3. Os cafés

Outro dos principais locais onde se discutia política era o café. Segundo Jürgen Habermas, a esfera pública, entendida como um espaço de debate sobre questões de interesse geral, desenvolveu-se nos salões e nos cafés das grandes cidades europeias, nomeadamente Paris e Londres. “As pessoas costumavam encontrar-se nesses salões para discutir questões do momento, usando, como meio para esse debate, folhas de notícias e os jornais que estavam a começar a surgir. O debate político tornou-se um assunto de particular importância. Embora, apenas, uma pequena parte da população estivesse envolvida, Habermas, afirma que os salões foram vitais para o início do desenvolvimento da democracia. Foram eles que introduziram a ideia de ser possível a resolução de problemas políticos através da discussão pública. A esfera pública – pelo menos em princípio – envolve indivíduos que se encontram de igual para igual num fórum de debate público.”³⁵⁴

Aquilino Ribeiro relembra a importância do café nas suas memórias da Lisboa de inícios do século XX, confirmando a ideia da importância do café para a sociabilidade política, para a aprendizagem e para a discussão dos temas que se tornaram públicos:

“O Café era a Universidade e a antecâmara permanente da revolução. Cada um tinha os seus clientes, agrupados pela cor das ideias e da gravata: republicanos, aficionados, poetas, batoteiros, e seria milagre se acampasse por ali um só que não acusasse estigma. Desconhecido que aparecesse era tal um moiro na costa. De mesa para mesa voava a palavra de passe: Cuidado que pode ser bufo!”³⁵⁵.

Local de politização, a tal *universidade*, e local de discussão, o café interligava o lazer e a política, no mesmo espaço de sociabilidade, ao tempo masculina. Existia, contudo, uma outra opinião sobre estes locais. “E, ao longo do século XIX, os botequins e cafés causaram muitas preocupações. Em torno destes locais foi-se construindo uma imagem negativa devido ao desregramento social a que, aparentemente, davam lugar. O barulho, as cenas de violência, o consumo do álcool, os horários tardios, a mistura de gentes, as conversas segredadas e os receios de conspiração, tudo aí parecia justificar a

³⁵⁴ GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pág. 466.

³⁵⁵ RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se*, Lisboa, Bertrand, 2008, pág. 144.

suspeição.”³⁵⁶ Assim, o café, num entendimento mais puritano, poderia estar associado à transgressão, a um mundo boémio, podendo ficar a dois passos do prostíbulo³⁵⁷.

Existiram cafés que ficaram na história. O primeiro deles é o famoso *Gelo*, com “(...) uma parte demagógica que dava para a Rua do Príncipe.”³⁵⁸, poiso certo de opositores da monarquia e do franquismo, o local de eleição dos regicidas Manuel Buiça e Alfredo Costa e antes deles da Maçonaria Académica. Luz de Almeida, o chefe da Carbonária também aí podia ser encontrado, nesse local onde os “rapazes” “(...) trabalhavam para o advento da República.”³⁵⁹. Era aí que o carbonário Ferreira Manso se demorava todas as noites em “(...) propaganda discreta, mas infatigável”³⁶⁰. O *Gelo* era o lugar radical, carbonário, onde se fazia a politização dos indivíduos. Entrava-se para beber e para conversar, misturando o lazer e a aprendizagem e a discussão.

André Brun, ao falar sobre a Baixa em 1910, não podia deixar de fazer referência a este café:

“Quase ao voltar a esquina, o Café Gelo; mas temos que ir pelo meio da rua ou então levar um esquadrão de lanceiros adiante para abrir caminho. Muito estudante, civil e militar, a combinar paredes e greves e a impedir que entre alguém no café onde desde 1830 para cá entraram sete pessoas.”³⁶¹

O café *Martinho* era outros dos locais “históricos” de encontro regular, na cidade de Lisboa. Para André Brun, o *Martinho* fora mais do que um café, fora o centro de agitação. Escrevendo em 1910, afirmava que há 15 anos este café formava opinião e que um ministro, mais do que se preocupar com a apresentação de um projecto no parlamento, pensava: “- O que dirá o Martinho?”

“O Martinho era arruaceiro e irreverente com aquele ar pacato e sensaborão que todos nós lhe conhecemos ainda. Ali se despendeu o melhor da inteligência

³⁵⁶ GARNEL, Maria Rita, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, pág. 237.

³⁵⁷ *Ibidem*, pág. 237.

³⁵⁸ RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se*, Lisboa, Bertrand, 2008, pág. 162.

³⁵⁹ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 231.

³⁶⁰ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

³⁶¹ BRUN, André, *A Baixa às quatro da tarde*, conferência proferida no Salão da Trindade no dia 8 de Dezembro de 1910, Lisboa, Grifo, s.d. [1999], pág. 56.

portuguesa, pelo menos a espuma dela. Nos ranchos literários, Fialho, Marcelino, Gualdino e tantos outros já mortos expenderam ali primores de espírito. Se essas migalhas se pudessem ter recolhido não teria havido dinheiro que pagasse o trespasse.

A ala dos políticos que chegava à noite e se dividia em grupos era mais agitada e mais vibrante. O Martinho era uma sucursal de São Bento e o Parlamento dos intelectuais que nunca tinham sido nem queriam ser deputados.

Nos dias de motim, o Martinho era quartel-general dos arruaceiros de gravata. As mesas voavam em estilhaços. Sobre os bancos surgiam improvisados tribunais, enquanto os criados iam calculando o prejuízo. No dia da chegada de João Franco a Lisboa, partiram-me lá a cabeça.”³⁶²

Aqui se encontravam também pequenos “revolucionários civis” como José de Carvalho³⁶³. Utilizando a descrição de Brun, este café era um espaço público, essencial na geografia política de Lisboa. Associava dois tipos de ocupação, a dos intelectuais e a dos políticos, podendo, contudo, estas duas classificações sobrepor-se num mesmo indivíduo.

O *Guia de Portugal*³⁶⁴ de 1924 não deixou de fazer menção aos principais cafés de Lisboa, não sem indicar a sua cor política. Assim, temos o *Chave de Ouro* dos antigos sidonistas, *A Brasileira* dos democráticos, *O Martinho* de políticos, jornalistas e escritores e o *Gelo* dos estudantes.

O *Café Bom*, na Rua da Betesga, fora o local de reunião dos primeiros anarquistas. Eram estes homens os frequentadores do café na Travessa da Trindade. O *café Colon*, na travessa da Palha, era, por seu turno, o ponto de encontro de diversos revolucionários.

Para além dos cafés, outros estabelecimentos similares serviam para as reuniões dos conspiradores. João Chagas, por exemplo, tinha uma predilecção pelo *Leão de Ouro*, que ficou imortalizado para a história com um outro conjunto de pessoas, precisamente, o *Grupo do Leão*, retratado no óleo de Columbano.

³⁶² *Ibidem*, pp. 60 e 61.

³⁶³ CARVALHO, José de, *Antes e depois da República. Memórias de um Revolucionário Civil (oficialmente desconhecido) e empregado público pouco lembrado para recompensas*, Lisboa, edição do autor, 1923.

³⁶⁴ PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal*, vol. I, *Generalidades. Lisboa e Arredores*, apresentação e notas de Sant’Anna Dionísio, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 (1924).

Os dissidentes de Alpoim encontravam-se na pastelaria da Avenida, tida como um baluarte dos monárquicos revoltados³⁶⁵. O *comité* de resistência formado pela Maçonaria reunia nos Makavencos e no Grémio Lusitano. Os Makavenkos, de onde podemos destacar a figura do fundador e republicano Francisco Grandela, era um famoso clube, uma tertúlia composta por bons garfos. Esta sociedade gastronómica, fundada em 1884, tinha também objectivos ligados à beneficência.

Raul Brandão, a propósito da sua experiência no jornal *Universal*, contou o seu encontro com antigos anarquistas do Pátio do Salema, que lhe desvendaram a miséria de Lisboa. “Eram estes românticos que se reuniam num botequim da Rua do Príncipe Real e que publicavam um jornalzinho que prodigiosamente me interessava por preconizar uma nova vida.”³⁶⁶ Mais uma vez constatamos uma fórmula conhecida: um determinado grupo político tem um ponto de encontro, o seu lugar de sociabilidade. Neste caso, e isto também é muito comum, um pequeno grupo tinha um “jornalzinho” para publicar e publicitar o seu credo político e as suas opiniões.

O café não era apenas um local de discussão para as questões políticas. Podemos encontrar grupos de artistas ou tertúlias como o Grupo do Leão. No entanto, seria redutor separar arte e política, já que no início do século XX, sobretudo com as vanguardas artísticas, há uma vontade de ruptura e uma crítica por vezes bastante feroz à sociedade, aos seus valores e ao seu gosto.

A propósito de Almada e do Manifesto contra Júlio Dantas, José-Augusto França escreveu: “Foi mais uma pedra de escândalo por conta do Orpheu e desse futurismo de que toda a gente falava em Lisboa, no pequeno mundo dos cafés «A brasileira do Chiado» e «Martinho da Arcada» e dos restaurantes «Tavares», «Irmãos Unidos» e «Vigia», onde se reuniam heróis e comparsas da aventura modernista.”³⁶⁷ Nos anos vinte *A Brasileira do Chiado* era o ponto de encontro de artistas e intelectuais. Em 1924 Pacheco, seguindo uma ideia lançada por Norberto de Araújo, dinamizou a decoração de *A Brasileira do Chiado*. De entre os artistas escolhidos, estavam Viana, Soares, Almada, Stuart, Pacheco e Bernardo Marques. “Soares compôs duas cenas de interior, uma com mulheres conversando, mundanamente, com os seus chapéus de último figurino e pormenores excelentes de natureza morta, outra com uma reunião de café só

³⁶⁵ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

³⁶⁶ BRANDÃO, Raul, *Memórias*, vol. III, *Vale de Josafat*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d. (1933), pág. 164.

³⁶⁷ FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009, pág. 47.

de homens, entre os quais se reconhecem o popular anarquista Norte e o escritor Augusto Ferreira Gomes, amigo de Pessoa, num tratamento de tonalidades surdas que sublinham discretamente a elegância do desenho e caracterizam a sua arte.”³⁶⁸ Desta descrição, é importante salientar o encontro no café entre o anarquista e o escritor, num entretecer de ligações entre a política e a cultura, que se verificavam nestes espaços de sociabilidade.

“Almada como que replicou às composições de Soares, pintando duas mulheres numa praia, num à-vontade de banhistas em maillot, e um grupo de dois homens e duas mulheres a uma mesa de café que é a própria Brasileira.”³⁶⁹ De Almada é importante salientar a presença feminina que nos anos vinte franqueou a entrada – em pequeno número e durante pouco tempo – num universo maioritariamente masculino.

Estes locais de sociabilidade eram um mundo de oportunidades para as múltiplas vozes que os frequentavam. José-Augusto França explicou que *A Brasileira* em 1925 era “(...) o museu de pintura moderna que Lisboa não tinha – e a dois passos daquele onde Columbano defendia a tradição naturalista, oficialmente considerada contemporânea ...”³⁷⁰ O mesmo se poderia dizer do *Bristol Club*, considerando-o também uma espécie de museu.

3.2.4. Outros espaços

Dos mais sofisticados às casas de vinhos ou pequenas tascas, podemos encontrar diversos exemplos destes locais de sociabilidade política. Alguns ligados ao lazer, outros de feição mais comercial, mas que não deixavam de ser pontos de encontro e de discussão, como por exemplo uma barbearia. As casas comerciais podiam ter outras funções. Os armazéns Leal, da Rua de Santo Antão, foram transformados em arsenal, em 1908, durante a fase dos preparativos revolucionários. Tinham, aliás, já ao tempo “(...) uma fama revolucionária, porque desde muito eram o rendez-vous dos insubmissos. Os conspiradores conheciam as suas salas pelas salas dos passos perdidos...”³⁷¹

³⁶⁸ *Ibidem*, pág. 83.

³⁶⁹ *Ibidem*, pág. 83.

³⁷⁰ *Ibidem*, pág. 83.

³⁷¹ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912,

Vale a pena ter em atenção um outro lugar de significativa relevância na topografia política, a saber, a farmácia. Conhecemos, por exemplo, a farmácia Durão da conspiração sidonista em 1917 ou ainda o farmacêutico republicano estabelecido na Rua da Cancela Velha, no Porto³⁷². Na literatura encontramos o texto *Na farmácia do Evaristo*³⁷³, de Fernando Pessoa. Passa-se numa tarde de Domingo, no dia a seguir ao movimento militar de 18 de Abril de 1925. A farmácia, que se mantivera aberta, começava a receber os seus frequentadores habituais. De entre eles, estabeleceu-se uma discussão entre o Mendes, republicano democrático e José Gomes, monárquico, sobre o regime político. Sem querer entrar na descrição dos argumentos de parte a parte, é importante recuperar o espaço que serve de cenário a esta história.

Os jardins públicos eram espaços de conspiração e de aliciamento político. Registemos alguns exemplos: o jardim do Carmo de Santa Ana e o jardim do Matadouro foram os locais das entrevistas dos carbonários com chefes revolucionários³⁷⁴. Reuniões deste género também tiveram lugar no Jardim Botânico³⁷⁵. Os primeiros encontros entre Machado Santos e António Maria da Silva tiveram lugar no jardim de S. Pedro de Alcântara e foi aí que combinaram questões relacionadas com a organização da Carbonária³⁷⁶.

As livrarias e/ou editoras eram os locais ideais para a reunião de tertúlias, sendo a mais famosa de todas a livraria de Carrilho Videira, na Rua do Arsenal, em Lisboa, um dos mais importantes centros de propaganda e discussão de finais do século XIX.

Lisboa era uma cidade que respirava política. Fazia-o em diferentes níveis e em diferentes circuitos, havendo, por isso, diferentes espaços de sociabilidade política. Através dos exemplos acima tratados podemos, pensar alinhar uma incipiente tipologia. Em primeiro lugar, olhamos para os locais de lazer, que associavam essa função a outra de local de politização. Neste caso temos os cafés e afins, que se dividiam entre os mais centrais e os fora de portas e entre os mais elitistas e os menos sofisticados. Assim, estes locais dividiam-se geograficamente e socioeconomicamente, desde os mais ecléticos aos mais radicais, frequentados apenas por elementos populares.

³⁷² ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 239.

³⁷³ PESSOA, Fernando, *Da República (1910-1935)*, recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, introdução e organização de Joel Serrão, Lisboa, Ática, 1979, pp. 271 e seguintes.

³⁷⁴ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912, pág. 72.

³⁷⁵ *Ibidem*, pág. 74.

³⁷⁶ *Ibidem*.

Em segundo lugar, podemos constatar a existência de espaços públicos, como jardins que eram lugar de descanso e de fruição, não deixando de ser uma zona de encontros políticos. Por natureza, abertos, cruzavam no mesmo espaço diferentes grupos sociais, políticos e etários.

Em terceiro lugar encontramos os locais de acesso restrito, fechados ou semicerrados, começando, obviamente pelas casas particulares, onde só se entrava depois de estruturada a rede de sociabilidade. Nestes locais a cooptação era essencial para o acesso. As casas particulares e escritórios eram pontos de encontro obrigatórios da sociabilidade política republicana, encontrando-se aí pequenos grupos que pretendiam ser mais ou menos discretos. Machado Santos reuniu com António Maria da Silva na sua casa da rua José Estêvão³⁷⁷. A casa e o escritório de José de Castro³⁷⁸, bem como a casa de Francisco Grandela, foram locais de encontro da comissão de resistência formada pela maçonaria para coadjuvar no lançamento da revolução. A destacar ainda, na geografia da preparação revolucionária o consultório de Eusébio Leão e o consultório do Dr. Gonçalves Lopes.

Podemos olhar para o périplo do chefe da Carbonária, de forma a surpreendermos as suas movimentações por Lisboa. Luz de Almeida, ao descrever a formação das associações secretas, também nos deixou um roteiro da geografia conspirativa da cidade, indicando-nos os locais de reunião e os respectivos bairros. Assim, moviam-se por Sete Rios, por Campo de Ourique (numa pedreira), pela Rua dos Bacalhoeiros (num armazém), na Rua do Salitre (casa particular), no Bairro Andrade (casa desabitada), no Largo de Silva e Albuquerque (andar desabitado), na Rua do Arco da Graça (num subterrâneo), em Alcântara, em São Bento (escola liberal), Estrela, Largo do Carmo (oficina), Rua do Vale de Santo António, Rua Cruz de Poiais (subterrâneo de loja de trapeiro), Pátio do Tejolo (carvoaria), Rua Maria Pia (casa particular), Rua do Alecrim (choça carbonária), Rua da Rosa (choça carbonária) e um consultório na Rua do Loreto. Por seu turno, os carbonários anarquistas-intervencionistas escolhiam para locais de iniciação sítios ao ar livre, solitários, ermos e ruínas e mesmo no Cemitério dos Prazeres. A geografia dos grupos carbonários diz-nos da sua composição e da vida da cidade. Há grupos em Alcântara, S. Vicente, Escolas Gerais, Campo dos Mártires da Pátria, Arroios, Belém, Ajuda, Xabregas, Beato, Poço do Bispo e Cabo Ruivo.

³⁷⁷ *Ibidem.*

³⁷⁸ Vice-Grão Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido (GOLU).

3.3. Os centros republicanos e a luta para além de Lisboa

Lisboa era, sem dúvida, o principal palco político do Portugal de inícios do século XX. Pese embora esta centralidade, tal não implica que se deva obliterar a dinâmica do resto do país, nem esquecer que o republicanismo e o revolucionarismo foram uma rede mais vasta de contactos e encontros que não se resumiam à capital. Para além de Lisboa, existiam centros políticos de grande importância para o movimento republicano. O PRP não tinha uma implantação nacional uniforme mas tinha uma rede a nível nacional. A sua implantação variava, contudo, geográfica, social e sociologicamente.

Podemos analisar, antes de mais, as grandes linhas de difusão do republicanismo a nível nacional. Assim sendo, podemos dizer que, simplificando, o republicanismo foi um fenómeno maioritariamente urbano. Pela geografia eleitoral dos anos anteriores a 1910 podemos constatar uma maior implantação do republicanismo no sul de Portugal. Isto não quer dizer, claro está, que não tenham existido republicanos a norte e em zonas rurais. Significa, contudo, que não era o seu território de eleição.

Para além de Lisboa, o Porto, segunda cidade do país, foi um dos campos abertos pela penetração do republicanismo. Fora nesta cidade que se dera a primeira insurreição republicana em 1891, mas no século XX o maior dinamismo do movimento já não lhe pertencia. Apesar disso, existiu sempre uma rivalidade entre Lisboa e Porto, presente na necessidade de equilibrar as origens dos chefes nos órgãos de direcção do PRP. Podemos encontrar na *Invicta*, pouco antes da implantação da República, o Centro Rodrigues de Freitas, Centro Republicano Afonso Costa, o Centro Republicano Guerra Junqueiro, o Centro Democrático de Instrução Dr. Pereira Osório, Centro Republicano Dr. Bernardino Machado (existindo também uma Juventude Democrática Bernardino Machado) ou ainda o Centro Democrático Duarte Leite³⁷⁹.

Através do jornal republicano *O Norte*, conseguimos recuperar mais informações sobre a dinâmica do republicanismo no Porto (e de outras localidades no norte do país), um ano antes da implantação da República. Tal como no resto do país encontramos diferentes formas organizativas. Por um lado, as comissões partidárias, e por outro, os centros republicanos e as escolas. Vale a pena enumerar as diferentes organizações referidas. Encontramos vários centros republicanos (para além dos já acima referidos), um Grémio e ainda diferentes comissões paroquiais: Grémio Mocidade Democrática

³⁷⁹ Veja-se *O Mundo*, 1908-1910.

Portuense, Comité pró-Humanidade, Comissão Paroquial de Cedofeita, Comissão Paroquial Rua de São Nicolau, Comissão Paroquial de Santo Ildefonso Centro Democrático de Instrução Dr. Alves da Veiga, Centro Democrático de Instrução Valente Perfeito, Centro Escolar Democrático de Lordelo do Ouro, Centro e Biblioteca de Instrução Livre e Social, Escola Racionalista Francisco Ferrer, Centro Democrático dr. António José de Almeida, Centro Basílio Teles, Centro Latino Coelho, Centro Democrático Alfredo de Magalhães e Centro Republicano Dr. José Falcão. A Comissão Municipal do Porto tinha sede na Rua da Alegria, 171. Esta enumeração não pretende ser exaustiva, mas surpreender a dinâmica republicana no Porto. No início de 1910³⁸⁰, os republicanos consideravam que era fundamental intensificar a propaganda no Porto, nas cidades e localidades vizinhas e, sobretudo, voltar a olhar para a “província”. Os republicanos lutavam contra a possibilidade de o Porto poder ser visto como um feudo da monarquia.

Coimbra foi um dos locais mais importantes do movimento republicano, sobretudo se pensarmos em termos de gerações. Há uma primeira geração, dita doutrinária, que se formou na Universidade de Coimbra e nas lutas no seio da academia, ao tempo, única universidade do país. Vale a pena fazer referência ao Centro Académico Republicano de Coimbra. *A Lucta*, ao noticiar a inauguração deste Centro, em 1906, esperava que fosse o início de um movimento que honrasse as tradições de 1890³⁸¹. Bernardino Machado esperava que a Academia deixasse de ser apagada e indiferente. Coimbra teve um grupo de alunos bastante radicais, a falange demagógica, responsável pelos distúrbios depois da revolução republicana. Depois do 5 de Outubro, perseguiram os lentes monárquicos e franquistas, exigindo reformas na Universidade³⁸².

Nos anos imediatamente antes da implantação da República, no ciclo de dinamismo e crescimento do movimento e do partido republicano, encontramos centros republicanos em várias localidades do país, para além de Lisboa, do Porto e de Coimbra, como por exemplo: Abrantes, Aldeia Galega, Alcochete, Almada, Amadora, Arrentela, Aveiro, Barreiro, Beja, Bragança, Borba, Caldas da Rainha, Cartaxo, Chaves, Coimbra, Cova da Piedade, Espinho, Estremoz, Évora, Fânzeres, Figueira da Foz, Foz do Douro, Gouveia, Guimarães, Lourinhã, Mação, Marinha Grande, Marmeleira, Massarelos, Moita do Ribatejo, Montemor-o-Novo, Oeiras, Paio Pires, Pedrógão Grande, Queluz, Sacavém,

³⁸⁰ “Acção republicana no Norte”, *O Norte*, n.º 2648, 8 de Janeiro de 1910.

³⁸¹ *A Lucta*, n.º 29, 29 de Janeiro de 1906.

³⁸² SAMARA, Maria Alice, *Sidónio Pais*, col. Fotobiografias do Século XX, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

Santarém, Santiago do Cacém, Santiago do Escoural, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sines, Sintra, Tábua, Tavira, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras, Vieira (Leiria), Vila Franca de Xira, Vila Nova de Gaia, Vila Nova de Ourém, Vila Real e Viseu³⁸³. Através do jornal *O Norte* (1909) podemos ainda fazer referência a centros e comissões municipais republicanos em Matosinhos, Braga, Póvoa do Varzim, Barcelos, Valongo, Rio Tinto, Famalicão, Gondomar (Valbom) e Anadia. Cumpre registar a vitalidade organizativa republicana de Vila Nova de Gaia.

É, contudo, o inquérito feito por Gregório Fernandes para o jornal *O Mundo*³⁸⁴, que nos traz informações mais valiosas sobre a rede republicana, não só de uma forma quantitativa mas, sobretudo, explicando os diferentes ciclos de dinamismo e de desistência e os conflitos a nível local, para além dos objectivos maiores antimonárquico e anticlerical. É preciso pensar o republicanismo nas suas diferentes escalas. Podemos analisar o republicanismo dando atenção à arena política de Lisboa ou estudar o contexto local ou regional. Para entender o fenómeno do republicanismo e de republicanização é importante jogar com estas diferentes escalas de análise. O republicanismo jogou-se sempre entre a capital e as principais cidades, entre estas e outras cidades, procurando ligá-las a outras localidades.

Se, na chefia do partido, encontramos um conjunto de vultos de grande importância nacional, numa análise mais fina encontramos vários líderes locais e regionais que têm uma importância central para o desenvolvimento do partido numa determinada localidade ou região. Estes republicanos locais, que deveriam ser exemplos de um cidadão politicamente consciente, fizeram um trabalho de grande importância, pouco referido pela historiografia, mas essencial para o fortalecimento da ideia republicana. Criaram uma rede de sociabilidades políticas que ultrapassou os limites geográficos da capital, permitindo uma difusão no território nacional do ideário republicano.

De igual modo, em muitos casos, a organização local foi impulsionada por um republicano com um papel activo no palco da política nacional, que visitava o local, procurando semear a ideia. As viagens de propaganda das personalidades republicanas de maior destaque foram centrais para a criação e o dinamismo da organização republicana. Magalhães Lima, Boto Machado, Feio Terenas ou Heliodoro Salgado foram alguns dos nomes que se distinguiram na propaganda fora de Lisboa e na zona sul do país. O médico e republicano Celestino de Almeida, conhecido por ser amigo das

³⁸³ Com base em *A Lucta* (1906-1908), *Alma Nacional* (1910), *O Mundo* (1908-1911).

³⁸⁴ Vários números em 1910 e 1911.

classes pobres, tinha grande influência na margem sul, nomeadamente Alcochete e Aldeia Galega.

Gregório Fernandes deslocou-se a várias localidades, de modo a poder construir uma espécie de história do republicanismo. Ao tempo, este trabalho era fundamental, de modo a distinguir os republicanos históricos dos adesivos, ou seja, daqueles que tinham entrado nas fileiras do republicanismo, depois da implantação do regime. Contar a história do republicanismo era uma forma de conferir importância política àqueles que tinham combatido durante a monarquia.

Com base nas diferentes descrições podemos encontrar algumas constantes ou linhas de força. A organização do PRP foi montada, na maioria dos casos nos primeiros anos do século XX. Encontramos casos em a organização data de 1901 (por exemplo, Vila Franca), outros em que é mais tardia, designadamente 1905, 1906 (Merceana, perto de Alenquer, Oeiras), 1907 (por exemplo, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras) e em muitos casos em 1908 (por exemplo, Sesimbra, Santiago do Cacém). No entanto, existiram localidades onde os republicanos se apresentavam a votos – crescendo exponencialmente entre 1905 e 1910 – que não tinham, à data da proclamação da República, a organização partidária totalmente montada. Um destes casos era Alenquer. A comissão republicana funcionou no triénio de 1906-1909, mas os desentendimentos minaram a comissão seguinte. Depois do 5 de Outubro de 1910, os republicanos queixam-se dos adesivos que pretendem formar um centro republicano independente.³⁸⁵ Na maioria das localidades visitadas por Gregório Fernandes, ainda antes da existência de um organização formal do partido, encontramos a referência a um grupo de republicanos. Evidentemente, o número de republicanos começou por ser bastante reduzido, mas cresceu substancialmente em poucos anos. Vejamos o exemplo de Sobral de Monte Agraço: em 1906, os republicanos tiveram 13 votos; em 1907, tiveram 245 votos, vencendo as eleições paroquiais; no ano seguinte as eleições municipais foram renhidas e ficaram com minoria.³⁸⁶ Em Montemor-o-Novo, os republicanos começaram com 52 votos e chegaram a ter 600³⁸⁷. Há localidades onde os republicanos conseguiram obter expressivas votações, sobretudo quando os resultados são confrontados com os dos monárquicos: em Sines, considerado um baluarte republicano,

³⁸⁵ *O Mundo*, n.º 3646, 23 de Dezembro de 1910.

³⁸⁶ *O Mundo*, n.º 3641, 18 de Dezembro de 1910.

³⁸⁷ *O Mundo*, n.º 3745, 4 de Abril de 1911.

nas eleições de Abril de 1908 o mais votado dos monárquicos teve 30 votos, obtendo os republicanos 182³⁸⁸.

O dinamismo local nascera, no geral, depois de 1876, data oficial de fundação do partido, e ocorreu em conjunturas especiais como o centenário de Camões de 1880 ou por altura dos combates contra o tratado de Lourenço Marques, em 1881. Mas se existiram ciclos de crescimento, é possível também surpreender o desânimo nas fileiras do republicanismo, especialmente depois do 31 de Janeiro de 1891 e no período de abstenção eleitoral. A abstenção fez decrescer a propaganda que muitas vezes se limitava a aniversários e comemorações, sem um trabalho consistente e organizado.

Em algumas localidades há uma interrupção entre a primeira geração republicana e uma segunda que trabalhou para ou assistiu à implantação do regime. O caso de Alcácer do Sal é paradigmático: encontramos duas gerações de republicanos, a primeira das quais, 20 anos antes do relato de Gregório Fernandes, organizou uma comissão municipal. A abstenção que se seguiu à revolta do Porto fragmentou os republicanos que só se reorganizariam em 1907, com uma nova comissão municipal³⁸⁹. Podemos ainda dar como exemplo a descrição relativa a Mafra e Ericeira. Gregório Fernandes relatou que o primeiro propagandista republicano morrera havia mais de dez anos e que esta primeira sementeira não fora fecunda³⁹⁰. Sacavém era outro dos exemplos, já que se fundara um primeiro centro em 1885, a Associação Escolar Eleitoral 24 de Agosto de 1820, com 200 cidadãos, que só conseguiu resistir dois anos³⁹¹. O mesmo processo foi relatado para o caso de Almada³⁹². Desde 1881 que se registara a existência de republicanos no concelho. Ao longo dos anos seguintes encontraram-se em vários jantares democráticos (um deles em casa de um antigo combatente da Patuleia) e nasceu o Centro Escolar Eleitoral Democrático de Cacilhas. No entanto, registou-se uma segunda vaga de dinamismo organizativo, com a fundação do Centro Elias Garcia em 1906 e com a inauguração do Centro Capitão Leitão em 1907. No caso de Aldeia Galega, Gregório Fernandes escreveu que em 5 de Outubro a República foi ratificada e não implantada. No entanto, a organização do movimento republicano em Aldeia Galega segue de perto o modelo de dinamização em dois ciclos de crescimento entrecortados por um período de decréscimo de actividade. A ideia republicana teria germinado a partir de 1881,

³⁸⁸ *O Mundo*, n.º 3716, 6 de Março de 1911.

³⁸⁹ *O Mundo*, n.º 3707, 25 de Fevereiro de 1911.

³⁹⁰ *O Mundo*, n.º 3660, 8 de Janeiro de 1911.

³⁹¹ *O Mundo*, n.º 3680, 28 de Janeiro de 1911.

³⁹² *O Mundo*, n.º 3685, 9 de Fevereiro de 1911.

dando origem à fundação de um centro. Em 1906, renasceu um novo movimento para ir às urnas, com uma “comissão iniciadora” da organização do partido. Paralelamente, existia o Centro Escolar Dr. Celestino de Almeida e o jornal republicano *O Domingo*³⁹³. Estes exemplos mostram-nos que, independentemente da existência de republicanos e/ou de organizações republicanas, o movimento cresceu exponencialmente, em todo o lado na conjuntura de 1906-1910.

Os principais jornais republicanos, como *O Mundo* e *A Vanguarda* circulavam por todo o país e foram determinantes na politização e na expansão do ideário republicano, sendo, frequentemente referidos nas descrições da dinâmica republicana local³⁹⁴. Mas revestiram-se de grande importância os títulos republicanos da imprensa local. Em primeiro lugar, significavam o empenhamento de republicanos nos trabalhos de escrita e de feitura de um jornal e, em segundo lugar, associavam as questões nacionais às questões locais, interessando os seus leitores em ambos os problemas, fazendo um trabalho de politização, na medida em que iam criando mais cidadãos, entendidos como aqueles que queriam discutir – e fazer – política, para além da arena central que era Lisboa. No caso de Setúbal, Gregório Fernandes fez o historial dos órgãos de imprensa locais afectos ao republicanismo. Refere a *Opinião* de Paulino de Oliveira, *O Elmano* (que teria tido oscilações na sua orientação política), a *Folha de Setúbal* (inicialmente independente e depois republicano, teria tido um papel de relevo na campanha eleitoral de 1900) e *O Sul*³⁹⁵. Através do caso de Setúbal, podemos perceber o extraordinário dinamismo da imprensa local, veículo essencial da republicanização.

A nível local, os republicanos procuraram tomar posições nos órgãos de poder, muitas vezes ainda antes da organização do partido estar consolidada. Nas eleições municipais, concorriam sozinhos ou em coligação (ou com independentes). Imediatamente após a revolução do 5 de Outubro de 1910, estes republicanos assumiram o poder local organizando comissões para a gestão das Câmaras Municipais respectivas.

Para além dos combates de grande visibilidade, na arena principal que era a macrocéfala Lisboa, travavam-se outros de significativa importância local, ocupando boa parte da

³⁹³ *O Mundo*, n.º 3694, 12 de Fevereiro de 1911.

³⁹⁴ Lopes de Oliveira destacou, de entre os propagandistas, homens que redigiram jornais da “província”: Carlos de Lemos, Pereira Vitorino, Evaristo de Carvalho, Sanches Barreto, José Augusto de Castro, Manuel Jorge Cruz, Evaristo Cutileiro, Júlio Augusto Martins, Neves de Carvalho, Adelino Samardã, José Augusto Pereira, Baltasar Teixeira, António Maria Pereira Júnior, Silva Barreto, Bernardo Ribeiro de Sousa, Francisco Pereira, Santos Pousada, Gaudêncio de Campos, Afonso Ferreira e Fazenda Júnior. OLIVEIRA, Lopes de, *História da República Portuguesa. A propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947, pág. 213.

³⁹⁵ *O Mundo*, n.º 3723, 14 de Março de 1911.

energia dos republicanos. Nas descrições dos republicanos era a luta contra os caciques, contra os senhores locais ou como se dizia, contra a *talassaria*, que assumia a centralidade, coexistindo com a vontade de se fazerem eleger para as instâncias locais do poder. Há um combate contra o mundo antigo, dos grandes senhores. Assim se explica que no 5 de Outubro de 1910 se tenha destruído o pelourinho em Sobral de Monte Agraço.³⁹⁶ No caso de Cascais, Gregório Fernandes escreveu sobre a luta dos republicanos contra o Paço, caciques e fidalgotes³⁹⁷.

Os republicanos combateram os senhores locais mas também, de acordo com o seu ideário, a Igreja Católica e o que representava a nível de dominação social. A luta dos republicanos, a nível simbólico e cultural, passou por pequenos gestos de grande significado a nível local: o registo civil de um filho, o casamento ou o enterro civil. Trata-se de gestos isolados, que implicavam coragem para afrontar a sociedade. Gregório Fernandes deixou-nos o relato do que se passou no Seixal. O primeiro registo civil foi o de Leonor Figueiredo (1884 ou 1885) e teve foros de escândalo e verificou-se a existência de uma manifestação contra o primeiro casamento civil³⁹⁸.

Os republicanos não estavam, contudo, sozinhos nos combates que levavam a cabo. A nível local existiram as mesmas alianças e convergências com outras forças políticas. Os republicanos associavam-se a operários e ao mundo do trabalho, criando assim uma frente mais numerosa e com uma influência significativa. Referindo-se ao Barreiro, Gregório Fernandes salientou a importância do elemento operário, “(...) apóstolos devotados e combatentes vigorosos das modernas ideias”³⁹⁹, multiplicando, assim, o número dos que combatiam numa frente comum, sem excluir os que tinham ideias socialistas e libertárias. Aliás, as primeiras lutas republicanas foram as da associação de corticeiros, dos operários ferroviários e do grupo “Esperança no Porvir”. Esta colaboração podia ser potencialmente complicada para os trabalhadores, menos protegidos contra a arbitrariedade dos poderes locais. Os trabalhadores e os operários foram ameaçados para que não votassem nos republicanos, tal como aconteceu no Seixal⁴⁰⁰.

Os republicanos procuravam aliar a sua militância política ao associativismo estando presentes, tomando ou fundando associações como sociedades musicais ou

³⁹⁶ *O Mundo*, n.º 3641, 18 de Dezembro de 1910.

³⁹⁷ *O Mundo*, n.º 3671, 19 de Janeiro de 1911.

³⁹⁸ *O Mundo*, n.º 3691, 9 de Fevereiro de 1911.

³⁹⁹ *O Mundo*, n.º 3701, 19 de Fevereiro de 1911.

⁴⁰⁰ *O Mundo*, n.º 3691, 9 de Fevereiro de 1911.

cooperativas. O caso de Santiago do Escoural é muito significativo: a antiga sociedade filarmónica foi transformada em agremiação de propaganda democrática. A sala começou a ficar cheia de retratos de republicanos e os monárquicos acabaram por abandonar a associação⁴⁰¹.

Em muitos dos relatos compilados por Gregório Fernandes está presente a ideia das perseguições feitas a estes republicanos pelos poderes da terra, pelos senhores locais. Na Azambuja, o repórter de *O Mundo* contou que o cacique local procurou arruinar o farmacêutico republicano e iniciado na Carbonária⁴⁰². Outros relatos contam-nos de agressões físicas a republicanos ou as dificuldades que os republicanos mais conhecidos da capital enfrentaram para visitarem estas locais. Frequentemente, os republicanos das terras visitadas por Gregório Fernandes relataram histórias de prisões de correligionários.

A leitura de todas as reportagens de Gregório Fernandes dá-nos a possibilidade de construção de um mapa do republicanismo e da rede de ligações tecidas. Tão importante quanto isto é a possibilidade de conhecermos uma outra realidade política e social. A república foi implantada, é certo, mas a cronologia dos acontecimentos na arena principal não é igual à do resto do país. Em determinados locais a república antecipou-se à tradicional cronologia política, noutros a fase de propaganda continuou. Em Alfirim os retratos da família real só foram abatidos em 1911, enquanto em Grândola se vivera, antes do 5 de Outubro, numa espécie de república. Este é um caso muito significativo que vale a pena analisar. Grândola era considerada a Andorra Portuguesa⁴⁰³. Os nomes republicanos ligados a esta localidade eram Jacinto e Jorge Nunes, o primeiro dos quais tinha trabalhado para a emancipação de Grândola desde 1870, antes mesmo, portanto, da criação do PRP. Os momentos de grande dinamismo no último quartel do século XIX foram a grande festa cívica no tricentenário de Camões e a comemoração pombalina, a que se podem acrescentar as festas de âmbito escolar.

A primeira comissão política foi instalada em 1897-1898. Mais do que um município republicano, o repórter de *O Mundo* afirmou que “Há muitos anos também que se exercia aqui democracia pura. O povo, muitas vezes era chamado ao fórum, a deliberar, e em algumas ocasiões, os seus votos. De encontro aos edis grandolenses, foi absolutamente respeitado.” Assim, Grândola era entendida como um estado republicano

⁴⁰¹ *O Mundo*, n.º 3747, 6 de Abril de 1911.

⁴⁰² *O Mundo*, n.º 3649, 27 de Dezembro de 1910.

⁴⁰³ *O Mundo*, n.º 3771, 1 de Março de 1911.

num oceano monárquico. Jacinto Nunes afirmara que Grândola tinha proclamado a sua independência em 1870, num comício realizado nos paços do concelho, defendendo a causa da descentralização, juntamente com os proprietários e industriais do concelho e sem excluir as classes trabalhadoras que se agrupavam por exemplo, no comité dos corticeiros ou no núcleo dos empregados do comércio. A vida associativa grandolense contava ainda uma sociedade artística e um montepio.

As reivindicações de Grândola prendiam-se com as seguintes questões:

- 1.º A supressão do exército e a sua substituição em tempo de paz pela polícia civil e em tempo de guerra pela nação em armas;
- 2.º A supressão dos privilégios e carácter oficial da Igreja católica;
- 3.º A supressão do ensino oficial superior e secundário, conferindo os foros de cidade a todas as ideias, a todas as opiniões, a todos os sistemas que a razão justifique;
- 4.º A supressão do ministério das obras públicas e de todas as suas dependências, declinando os respectivos encargos sobre o distrito, sobre o município e sobre a paróquia;
- 5.º A supressão dos terços, das aposentações, das jubilações e das pensões.
- 6.º A supressão da Câmara Alta, esse anacronismo administrativo ultrajante para os sentimentos democráticos das sociedades modernas.
- 7.º A supressão do contencioso administrativo, passando todas as questões sobre a sua alçada para tribunais ordinários;
- 8.º A satisfação de todas as liberdades locais e individuais, abolindo a funestíssima tutela administrativa e reduzindo os representantes do governo nas localidades a meros agentes fiscais.”⁴⁰⁴

As reivindicações apresentadas em Grândola tocam pontos essenciais do programa e do ideário republicano, com destaque para as questões ligadas ao municipalismo, interessantes para uma localidade que se afirmara como republicana e que desejava um maior grau de autonomia. Os republicanos grandolenses defendiam ainda a eliminação do orçamento da dotação de todos os membros da família real que não exercessem funções públicas. O ordenado do monarca deveria ser atribuído de acordo com as

⁴⁰⁴ *O Mundo*, n.º 3771, 1 de Março de 1911.

circunstâncias económicas e financeiras do país. Estes republicanos insistiam na responsabilização dos agentes do poder, na simplificação da diplomacia, no fim das excepções em matéria de impostos (como por exemplo as instituições de crédito). O sufrágio universal era entendido como o princípio e a condição do moderno movimento democrático.

3.4. A Carbonária para além de Lisboa

É importante olhar para a rede carbonária fora de Lisboa, de modo a surpreender um dinamismo que, de facto, não se limitou à capital. Os elementos radicais procuraram estabelecer contactos e lançar sementes organizativas em vários pontos do país. Estes relatos podem primar pelo excesso, é certo, mas tem a virtude de nos mostrar a difusão da tentativa de organização das classes populares, muitas vezes em estreita articulação com as baixas patentes militares.

Luz de Almeida escreveu⁴⁰⁵ sobre as tentativas de expandir a Carbonária para fora de Lisboa, depois de Fevereiro de 1908, com a sua saída da prisão. O mapa da Carbonária não esgota, mas coincide com o do republicanismo e é, seguramente, uma forma de conhecer os elementos do movimento que se entendiam como mais radicais.

Retomemos o itinerário de Luz de Almeida para procurar recuperar focos conspirativos fora de Lisboa. No Porto iniciou vários estudantes; na Régua procurou tecer ligações com diversos pontos no Norte; em Chaves, iniciou António Granjo e conseguiu a constituição de um Canteiro Central. As suas tentativas em Vila Real começaram por não ser bem sucedidas, acabando, contudo por iniciar alguns sargentos. Desta cidade a Bragança, Luz de Almeida procurou criar algumas ligações. Em Bragança relatou a constituição de uma choça. Considerando esta última cidade, Vila Real, Chaves e as respectivas ramificações, pensava ter a província de Trás-os-Montes. Esta região tinha de facto uma razoável penetração republicana, a base para a reacção contra as incursões monárquicas de 1911 e 1912.

Em Coimbra, a situação apresentou-se mais risonha, com o concurso de Malva do Vale, Ramada Curto e Floro Henriques, trazendo para a Carbonária parte da Academia.

⁴⁰⁵ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 240.

Nas Beiras, encontrou dificuldades, ao contrário da Estremadura. No Entroncamento, em Torres Novas, na Barquinha, em Vendas Novas e na Golegã a Carbonária regista uma adesão significativa, tal como em Setúbal.

Existiam núcleos em plena actividade na margem Sul do Tejo, nomeadamente em Palmela, na Moita, no Barreiro, em Almada (e Cacilhas), Aldeia Galega e Alcochete.

O Alentejo era, igualmente, uma província promissora e esperava-se uma abundante “colheita revolucionária”.

Temos assim um primeiro mapa que cobre algumas cidades importantes e, sobretudo, é importante constatar que não se limitava ao sul do território nacional.

Já em 1910, Luz de Almeida, fez novas viagens de propaganda ao centro e ao norte do país promovendo a revista *Alma Nacional*, distribuindo folhetos revolucionários e procurando fortalecer a organização carbonária (na Lourinhã, localidades na linha Caldas-Figueira, em Braga). Os propagandistas operários utilizaram também este método, usando como justificação para a viagem a publicitação de um órgão de imprensa. Estas viagens parecem périplos em busca de fiéis, difundindo a palavra através dos jornais.

António Maria da Silva, revolucionário e carbonário, pouco depois do 5 de Outubro relembra a organização geográfica da carbonária⁴⁰⁶. Começou por referir a Junta Carbonária da Região Central, com Malva do Vale, Carlos Amaro, Carlos Olavo, Pires de Carvalho, Manuel Alegre e Mário Malheiros, que abrangia Aveiro, Coimbra e Viseu. Existiam importantes núcleos em Viana do Castelo, Braga e Vila Real (com a participação de Adelino Samardã e António Granjo). Na região sul distinguiu os núcleos de Évora (com a presença de Estêvão Pimentel, Feliciano Cairo e o sargento Andrade), de Beja (com o Dr. Pereira Coelho e Pacheco), de Faro (com o tenente Stockler, o tenente Cerqueira e o Dr. Gil). Em Santarém existia um núcleo carbonário que contava com a participação de um capitão de artilharia 3, de nome Figueiredo, com o agrónomo Veiga e o Dr. Queiroz. Em Estremoz, os trabalhos de iniciação levados a cabo por Estêvão Pimentel não foram bem sucedidos, ficando comprometida a organização.

Jorge de Abreu⁴⁰⁷ também nos apresentou uma Carbonária que se estendia muito para além da capital, confirmando as afirmações de António Maria da Silva. Mas nem só de

⁴⁰⁶ Entrevista de António Maria da Silva em *A Capital*, citada em *História da Implantação da República Portuguesa. Da Monarquia para a República. Relato do Movimento que originou a implantação da República em Portugal*, prefácio de Magalhães Lima, Lisboa, Empresa de Publicações Populares, s.d.

⁴⁰⁷ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

vultos ilustres se fez a propaganda e a organização carbonária. O caixeiro Álvaro Mendes⁴⁰⁸ teria aproveitado as suas viagens para, quase como um apóstolo do republicanismo, estabelecer vinte choças carbonárias, destacando-se a do Entrocamento por conter elementos da Escola Prática de Cavalaria.

⁴⁰⁸ *Ibidem.*

CAPÍTULO 4

FAZER PASSAR A MENSAGEM: A PROPAGANDA REPUBLICANA

4.1. O mundo da escrita

Os republicanos, na segunda metade do século XIX, eram claramente minoritários na sociedade portuguesa. No entanto, o seu peso relativo na *cidade política* era maior dado a exiguidade deste espaço e tendo os republicanos as ferramentas críticas para se fazerem ler e ouvir. Por ferramentas críticas entende-se aqui a instrução, a possibilidade de acesso ao espaço público e a capacidade para levar o debate dos “salões” e dos *passos perdidos* da assembleia para os cafés e mesmo para as tabernas.

Na sua posição minoritária, mas claramente mais dinâmica, desenvolveram estratégias de publicitação do seu ideário e, simultaneamente, de abertura do espaço público a outros agentes e interlocutores. Os republicanos recorreram a um conjunto de actos que tinham por fim propagar a ideia, a doutrina e a opinião. Ou dito de outra forma, fizeram propaganda. Com base numa leitura de base positivista era imperioso trabalhar para a educação e para a evolução da opinião pública, o que permitiria uma mudança gradual tão cara aos positivistas portugueses. Teófilo Braga defendeu a necessidade da eficácia da transmissão das novas ideias, feita quer pela síntese activa das exposições, quer pela síntese afectiva, ou ainda pela especulativa.

Essencial para a sua causa, a propaganda republicana chegou a vários grupos sociais e a diferentes locais do país. Não se resumiu a Lisboa nem à chamada plebe urbana. No entanto, apesar de todo o esforço, uma parte do país não escutou os republicanos. Mobilizaram todos os recursos possíveis, do comício ao jornal, passando pela cartilha e pelas viagens de propaganda, mas não se pode afirmar que tenham chegado a todo o lado e a todos. No entanto, tentaram, apesar das dificuldades de um movimento muitas vezes dividido e sem recursos financeiros excepcionais. Ao contrário dos partidos do constitucionalismo monárquico, com a possível excepção do partido regenerador liberal de João Franco, existiu a vontade de fazer chegar a mensagem a mais pessoas, a pessoas

diferentes e a mais lugares. João Franco, aliás, nos alvares do século XX, procurara construir uma imagem um pouco diferente do político monárquico e percebeu a necessidade de utilização de um discurso onde se tentava a aproximação entre o político e a *opinião pública*. Franco queria mesmo “caçar” no terreno dos republicanos: “Até 1906, os franquistas fundaram 40 centros políticos (...) Os centros recensearam potenciais eleitores e organizaram conferências, banquetes e outras funções sociais. Em Lisboa e no Porto dispensavam mesmo serviços gratuitos aos sócios, como assistência médica.”⁴⁰⁹

Os republicanos não se limitaram a Lisboa e as grandes cidades, facto notado, aliás, por alguns monárquicos que fizeram referência à “(...) propaganda constante e disciplinada do partido republicano que, longe de se restringir aos grandes centros de população, como até há poucos anos ainda, alastra por todo o país, em obediência a um rigoroso plano de ataque.”⁴¹⁰

A urgência era difundir e divulgar. Só com o crescimento do mundo político – e cultural –, o republicanismo podia triunfar. Para criar cidadãos, homens e mulheres conscientes, era absolutamente necessário instruí-los, fazer passar a mensagem e garantir que eles a ouviam, ou liam, ou viam. Alguns sectores monárquicos reconheceram que era importante opor a propaganda monárquica à republicana, parecendo-lhes importante defender e amparar a monarquia, “(...) discutindo com isenção e nobreza, opondo ideia a ideia, facto a facto, programa a programa.”⁴¹¹

António José de Almeida afirmou em 1909, muito perto da tomada do poder, que a propaganda era o semear do verbo revolucionário⁴¹². Se excluirmos a ideia revolucionária, muito própria do republicanismo pós-congresso de Setúbal, esta expressão é adequada, quase perfeita. Os republicanos queriam semear o verbo, havendo nesta expressão uma óbvia musicalidade maçónica e, simultaneamente, uma óbvia conotação missionária e cristã. Semear, como sinónimo de deixar uma ideia nos espíritos e nos corações (porque o republicanismo não excluía a ordem afectiva) para que se pudesse colher cidadãos.

Os republicanos encararam esta actividade como nobre, ao contrário de outras formas de fazer passar a mensagem. O livre-pensador Tomás da Fonseca afirmou, em 1917, a

⁴⁰⁹ RAMOS, Rui, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.

⁴¹⁰ *O Novidades*, 23 de Julho de 1909.

⁴¹¹ *O Novidades*, 28 de Abril de 1908.

⁴¹² “Conferência de António José de Almeida no Centro de Belém”, *O Mundo*, n.º 3282, 20 de Dezembro de 1909.

oposição fundamental entre os republicanos e a Igreja, no tocante à forma de se fazerem ouvir:

“Desses confessionários partem os boatos que tanto alarme causam, às vezes no público, ficando assim os seus autores acobertados pelo sigilo da confissão. É a propaganda feita na treva e contra a qual não temos armas, nós que lutamos à luz do sol, nas escolas, nos comícios públicos ou na tribuna parlamentar, onde eles não têm coragem de levar as infâmias e torpezas que no confessionário segredam às suas inconscientes ou mal intencionadas devotas...”⁴¹³

O argumento utilizado e tantas vezes repetido era o da luta pela luz, contra as trevas da religião e do obscurantismo.

4.1.1. O jornal, o folheto e a folha avulsa

Uma das principais formas de publicitação do ideal republicano foi através do mundo da escrita. E este era vasto, incluindo o jornalismo, pedra de toque do combate republicano, e o mundo da edição.

Uma das ideias correntes veiculada na historiografia sobre o *republicano* é a sua associação ao *jornalista*. E esta tem razão de ser. Os republicanos, numa tradição própria do século XIX, utilizaram a imprensa como espaço de discussão e de propaganda política e como meio de divulgação cultural, mas souberam adaptar-se às mudanças no e do campo jornalístico, mantendo a sua ligação a este meio de comunicação de massas.

Tal como anteriormente analisado, também no mundo da imprensa se verificava a entrada em cena de novos actores políticos e culturais. Tomemos como exemplo a imprensa operária. Esta multiplicou-se consideravelmente, num crescendo que se iniciara nos finais do século XIX, atingindo o seu ponto alto no período de 1910/19. É um período de grande vitalidade, com a criação de muitas dezenas de jornais, sobretudo em Lisboa mas também no Porto, Coimbra, Évora e Setúbal. A difusão da imprensa operária não se limita aos anteriores exemplos, muito embora o seu alastramento a

⁴¹³ Intervenção de Tomás da Fonseca, *Diário do Senado*, sessão n.º 106, 23 de Agosto de 1917.

outras zonas seja menos expressivo⁴¹⁴. Os jornais operários e sindicais sobrevivem, na maior parte dos casos, com inúmeras dificuldades financeiras, recorrendo muitas vezes a contribuições para poderem manter a publicação. Não era raro os tipógrafos trabalharem sem remuneração, depois das suas horas de serviço, sendo a venda e a distribuição do jornal feita por outros camaradas, militantemente.

Tal como os republicanos, também a imprensa operária respondia às solicitações de uma sociedade em mudança e, simultaneamente, abria o espaço para que essas mudanças acontecessem. Se estes jornais respondem àqueles que acreditavam ter o direito a uma voz pública, ao se constituírem como órgãos de imprensa de um grupo, difundiam a ideia de modo a criar mais agentes que se reviam na necessidade de terem uma voz. Respondem à solicitação de mudança, mas vão criando o seu público. E para as outras sensibilidades políticas demonstram que existe mais alguém em campo, tornam-se visíveis. A imprensa republicana e operária respondeu a um público e, simultaneamente, criou novos leitores e alargou esse público.

João Chagas, pensando o “nascimento” do povo, no sentido de entidade política, considerou que “(...) se há um facto prodigioso que tenha assinalado o seu nascimento, esse facto foi o advento do jornal popular – *O Mundo*.”⁴¹⁵ Continua Chagas, afirmando que antes dos acontecimentos do 4 de Maio de 1906, que fizeram nascer o povo, *O Mundo* era uma folha com cerca de 3 mil leitores, passando depois a dezenas de milhares de exemplares, com trinta, quarenta e cinquenta mil. A ideia central é a de um novo jornal para um novo tipo de povo.

O número – e a variedade – dos títulos de imprensa escrita cresceram, desde os finais do século XIX até às primeiras décadas do século XX. Foi a Ditadura Militar, primeiro, e o Estado Novo, depois, que quebraram a vitalidade deste mundo. Segundo Oliveira Marques, “À data da proclamação da República existiam, no Portugal Continental e Insular, 35 jornais diários, sem contar os órgãos da administração e do parlamento. Destes, dezoito, publicavam-se em Lisboa, oito no Porto e os restantes nove na Província e nas Ilhas.”⁴¹⁶ Para utilizarmos um outro indicador, sabemos que “Em 1917, havia em Portugal (Continente e Ilhas) 414 periódicos, ou seja, um por 14396 pessoas.”⁴¹⁷ Em 1910, os republicanos afirmavam que “(...) para além dos órgãos de

⁴¹⁴ SÁ, Victor de, *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical, 1836-1986*, Lisboa, Caminho, 1991.

⁴¹⁵ “Cartas Políticas”, *O Mundo*, n.º 3176, 5 de Setembro de 1909.

⁴¹⁶ MARQUES, A.H. de Oliveira, *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, pág. 24.

⁴¹⁷ OLIVEIRA MARQUES, A. H., *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editora, 1986, pág. 350.

grande publicidade, conta o partido com mais de 100 jornais e panfletos (...)”⁴¹⁸ na capital, províncias, colónias e Brasil. Como termo de comparação refira-se que o número total de jornais e publicações periódicas em 1960 era de 468; na década de 70, 1214; nos anos 80, 1041 e na década de 90, 1080.⁴¹⁹

Dizer genericamente que a imprensa era um campo de comunicação activo e dinâmico não implica dizer que não existiram períodos mais difíceis ou leis de imprensa restritivas e/ou repressivas. Durante o governo de João Franco foi publicada uma Lei de Imprensa, que proibia a “(...) circulação, exposição ou qualquer outra forma de publicidade de escritos, desenhos ou impressos atentatórios da ordem ou da segurança pública.”⁴²⁰ E esta ordem não se compadecia com os ataques republicanos. No Congresso do PRP de 25 e 26 de Abril de 1908 em Coimbra, o *Relatório Anual do Directório*⁴²¹, trouxe para a discussão a questão das perseguições à imprensa, que tinha sido um dos cavalos de batalha da luta contra o franquismo.

O mundo dos periódicos não crescia apenas, também se modificava. Luís Trindade escreveu que “Quando o Diário de Notícias foi publicado pela primeira vez em 1864, o jornalismo em Portugal estava longe de ser uma actividade autónoma. Jornalistas eram os políticos e os escritores, e os jornais eram mais uma forma de fazer política ou literatura. Um meio que servia, sobretudo, para tomar posição.”⁴²² Luís Trindade argumentou que o *Diário de Notícias* significou uma ruptura no jornalismo português, quase exclusivamente de opinião. Surgia, com este órgão de imprensa, o princípio do jornalismo informativo. Em 1880, iniciou-se a publicação de *O Século* que, de igual modo, traria alterações ao mundo da imprensa. Este processo no campo jornalístico pressupunha a existência de dois componentes, a notícia e o público. É ainda Trindade que relaciona estas modificações estruturais com as alterações na sociedade, vendo o jornal como um “(...) sintoma e um sujeito participativo no desenvolvimento do capitalismo, da democracia representativa e da alfabetização. Sintoma porque respondeu à procura de um público leitor em crescimento, público que era também eleitorado e

⁴¹⁸ “Relatório do Directório apresentado no Congresso Republicano de 1910”, *O Mundo*, n.º 3410, 30 de Abril de 1910.

⁴¹⁹ Dados retirados de BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1996.

⁴²⁰ *Lei de imprensa*, 21 de Junho de 1907, disponível em linha: URL: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/LeisdeImprensa.htm>>.

⁴²¹ *O Mundo*, n.º 2682, 26 de Abril de 1908.

⁴²² TRINDADE, Luís, *Primeiras Páginas. O século XX nos jornais portugueses*, Lisboa, Tinta-da-china, 2007, pág. 11.

procurava formar opinião. Sujeito porque deu um importante contributo ao alargamento do mercado como poderosa forma de perceber os produtos.”⁴²³

Nesta conjuntura de transformação do campo da imprensa, interessa aqui resgatar o que a imprensa republicana tem de político, a par das inovações introduzidas no jornalismo, e que relação mantinha com o seu público. Ou seja, é importante ver como os jornais republicanos tomavam posição e eram escritos por políticos, sempre com a consciência de que as rupturas no campo da imprensa estavam em curso. Os jornais republicanos – uns mais do que outros – utilizavam as inovações “tecnológicas” do campo. É interessante constatar que *O Mundo* utilizava muito mais a imagem do que *A Lucta*, claramente menos popular e que se entendia mais como a voz dos intelectuais. Filhos ainda de um mundo da palavra – escrita e oral – os republicanos não deixaram de utilizar a imagem que pelo século XX afora se tornaria central no processo comunicacional. Hoje, ao contrário do início do século passado podemos dizer que vivemos na “civilização das imagens”. Os republicanos estavam na charneira, na passagem de um mundo a outro.

Primeiro começaram a surgir as ilustrações e, no início do século XX, a fotografia. As primeiras páginas foram alterando a sua formatação, deixando de ser apenas texto para começarem a ter imagens, quer ilustrações quer fotografias, habituando o olhar a outras leituras. “Além disso, a capacidade que o poder de evidência dava às imagens de se imporem sobre o texto foi fazendo com que, progressivamente, toda a primeira página, e portanto o próprio texto, se organizasse em torno delas.”⁴²⁴ A esta se podem somar outras inovações formais como o uso de manchetes. Se *o meio é a mensagem*, para usar o conceito de Marshall McLuhan⁴²⁵, estas modificações permitiram uma maior legibilidade das primeiras páginas, permitiram que fossem lidas por quem tinha mais dificuldades em ler uma página cheia e unicamente preenchida por texto. Para além disto, a fotografia criava um efeito de realidade, tornava o acontecimento real porque era visto.

O fotojornalismo constituiu-se como uma das mais importantes áreas deste campo, ilustrando um determinado olhar sobre a realidade. Aqui cumpre referir o papel do fotógrafo Joshua Benoliel que, quase sozinho, criou as imagens de uma época. A

⁴²³ *Ibidem*, pág. 21.

⁴²⁴ *Ibidem*, pág. 26-27.

⁴²⁵ MCLUHAN, Marshall, *The Medium is the Message: An Inventory of Effects*, Harmondsworth, Penguin, 1967.

Ilustração Portuguesa, para onde trabalhou, é um dos mais ricos arquivos de fotografias da época.

A utilização da imagem, designadamente da fotografia, servia, obviamente propósitos políticos. Os políticos republicanos queriam ser conhecidos e pretendiam chegar a um público mais vasto do que, inicialmente, queriam os políticos monárquicos. Estes políticos investiam no contacto com o povo, as massas, e para isso, para além da sua presença e do seu verbo, precisavam de ser vistos. Políticos que fazem o seu jogo essencialmente numa arena mais restrita e elitista não precisavam – tanto – da publicitação da sua imagem. Um dos políticos republicanos que, já depois da implantação da República, soube criar e veicular a sua imagem de uma forma muito eficaz foi Sidónio Pais, que procurava criar um efeito de proximidade com os cidadãos. Para tal, fazia múltiplas aparições públicas, sendo fotografado, ou mesmo filmado. Estas imagens circulavam na imprensa, ajudando a construir o mito em torno de Sidónio Pais. Uma das imagens (fotografia preferencialmente, mas também podia ser uma ilustração), mais importantes para o republicanismo era a que mostrava a sua própria força: a do comício. Não bastava dizer que tinham estado centenas de pessoas; ver mostrava a força do número, a força que era essencial para o republicanismo. Mostrar o povo unido, junto, como se de uma única entidade se tratasse, com os caudilhos republicanos a falarem em nome dessa força, constituía uma imagem capaz de gerar uma dinâmica assinalável. Por isso, quanto mais se via, mais se cria.

A caricatura, por seu lado, simplificava a mensagem. Numa primeira página do jornal permite que apenas num relance se faça uma leitura *política* da realidade.

Os mais importantes jornais republicanos de Lisboa – *O Mundo*, *A Lucta* ou *A Vanguarda* – eram fazedores de opinião, na medida em que eram uma das principais tribunas do republicanismo. Barros Queiroz apresentou uma moção ao congresso republicano do Porto de 1906 (28 a 30 de Junho) precisamente sobre esta questão:

“Considerando que a imprensa é o mais forte e poderoso veículo de ideias dos tempos modernos;

Considerando que a imprensa republicana tem arrostado generosa e corajosamente contra todas as campanhas e ciladas que os inimigos da causa republicana têm aprazido fomentar;

Considerando que a imprensa republicana tem honradamente, em todas as conjunturas, cumprido o seu dever de dedicados cooperadores da regeneração da pátria, identificada hoje com a implantação da República.

O Congresso Republicano, reunido no Porto, proclama solenemente:

O seu apoio à imprensa republicana,

O seu aplauso moral a todas as campanhas que essa mesma imprensa inspirada nos interesses, hoje identificados, da Pátria e da República promova,

O voto de apoio material a todos os republicanos, no intuito de fortalecer essa mesma imprensa.”⁴²⁶

Os congressistas republicanos reconheciam a importância da imprensa e, numa fase de reorganização do partido e do próprio combate, pretendiam utilizar eficazmente este meio de comunicação.

Este poder de influenciar a opinião republicana não pode ser desvalorizado. Tomemos como exemplo o relato de Malaquias de Lemos, sobre o dia do enterro de D. Carlos e de D. Luís Filipe: “Passou o ofício fúnebre sem novidade – *O Mundo* deu ordem p. ninguém aparecer nas ruas e ninguém apareceu.”⁴²⁷

Na lei de imprensa de 21 de Junho de 1907, sendo presidente do Conselho de Ministros João Franco, encontramos um exemplo do poder atribuído aos jornais, mesmo sabendo que se exagerava de modo a justificar a lei restritiva da liberdade de imprensa.

“Abusando da liberdade, que lhe era assim garantida, grande parte da imprensa não se limitou a uma extrema violência de linguagem, e lançou mão de toda a espécie de meios que pudessem embaraçar a acção governativa e perturbar a ordem e a tranquilidade pública.

A essa atitude, às falsas notícias propositadamente espalhadas e à malévola sugestão por tantos modos exercida se deveu em grande parte a acuidade e a extensão que a chamada questão académica chegou a assumir.”⁴²⁸

⁴²⁶ QUEIROZ, Vasco de Barros, *Episódios da vida do político Thomé de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, 1985, pág. 91.

⁴²⁷ “Enterro do Rei e do Príncipe Real.” In DIAS, José Lopes, *O Coronel Malaquias de Lemos e a Revolução de 5 de Outubro (Novos Documentos)*, Lisboa, s.n., 1960 (separata de *Estudos sobre Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, n.º 14), pág. 51.

⁴²⁸ *Lei de imprensa*, 21 de Junho de 1907, disponível em linha: URL: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/LeisdeImprensa.htm>>.

Encontramos nesta lei vários aspectos interessantes. Em primeiro lugar, o executivo faz referência à violência da linguagem e à utilização de todos os meios para embaraçar a acção governativa. As campanhas dos jornais republicanos contra João Franco foram duras e incessantes, tendo começado logo nos primeiros tempos da governação franquista. A acreditar no texto do decreto, foram influentes. Através da imprensa, dos seus jornais e jornalistas, os republicanos conseguiam influenciar a opinião pública nacional. Em segundo lugar, notamos a postura defensiva do governo face a este meio de comunicação e à dinâmica que consegue imprimir.

O poder franquista, na sequência do que já tinha acontecido na monarquia constitucional, julgou os crimes de liberdade de imprensa. Estes julgamentos acabaram por ser uma tribuna para os republicanos, um acontecimento político capaz de continuar a mobilizar a opinião republicana e liberal contra o franquismo, entendido como um regime ditatorial, contra a liberdade de expressão. Lopes de Oliveira considerou que “Nos tribunais os julgamentos jornalísticos tornam-se verdadeiros comícios (...)”⁴²⁹

Estes jornais não limitavam o seu raio de acção à capital. Queriam-se nacionais e com capacidade de chegar, se não a todo o país, pelo menos ao país republicano. Tomemos o exemplo de *A Lucta*, em Julho de 1906: o órgão de imprensa de Brito Camacho gabava-se de chegar à “província”, designadamente a Abrantes, Portalegre, Amarante, Faro, Cartaxo, Coimbra, Porto, S. Tiago do Cacém, Sines, Aljustrel, Alcobaça, Évora, Mourão, Arrentela, Montemor-o-Novo, S. Tiago do Escoural, Fuzeta, Alcácer do Sal, Setúbal, Torres Novas, Santarém, Covilhã, Redondo, Serpa, Fundão, Ponte de Lima, Casa Branca, Caldas da Rainha, Mafra, Guarda, Grândola, Figueira da Foz, Viseu, Alcochete e Beja. Por entre este emaranhado de localidades, podemos distinguir algumas das maiores cidades, muitas terras a sul, mas existindo uma penetração no norte do país.

De tal maneira os jornalistas republicanos eram importantes para o sucesso da causa que tinham um lugar especial nos congressos partidários, muitas vezes na qualidade de congressistas. No congresso do PRP que teve lugar a 25 e 26 de Abril de 1908 em Coimbra, encontramos referência a vários órgãos de imprensa presentes: *Combate*, *Benaventense*, *Resistência*, *Voz da Justiça*, *O Abrantes*, *Leiria Ilustrada*, *Paiz*, *República*, *Norte*, *Gazeta de Espinho*, *Povo do Norte*, *Verdade*, *Voz Pública*,

⁴²⁹ OLIVEIRA, Lopes de, *História da República Portuguesa. A propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947.

*Intransigente, Vanguarda, Jornal de Penacova, Jornal de Abrantes e Álbum Republicano*⁴³⁰.

Quando pensamos nos jornais, pensamos no leitor e no público. Mas poderíamos pensar também no *ouvinte*. “Em pequenas vilas e aldeias, era frequente ler-se o jornal em voz alta perante uma assistência heterogénea, que ouvia e comentava.”⁴³¹ Esta forma de leitura pública não estava, certamente, restrita ao espaço rural. Na cidade, nas ruas e nas oficinas também se *lia* assim. O jornal constituía o objecto central de uma forma de sociabilidade política, uma forma de educação e de instrução, designadamente através dos artigos de cariz político, científico ou cultural.

Alves Redol escreveu *Os Reinegros*, onde podemos encontrar, na forma romanceada, uma possível ligação afectiva de um leitor ao seu jornal.

“Meteu a mão no bolso do casaco para sentir de novo o contacto do jornal. Não se conteve sem o tirar, acendendo um fósforo, para mais uma vez olhar as letras negras de *O Mundo*, em que se dava conta dos acontecimentos das últimas horas. Não sabia ler, mas só revê-las lhe transmitiu a certeza do destino que se jogava na cidade.”⁴³²

4.1.2. As editoras

Para além das publicações periódicas, o mundo da escrita contava ainda com outros instrumentos, nomeadamente as editoras. Estas produziam diversos objectos desde o livro de capa dura e estampas até ao panfleto de seis ou oito páginas. Encontramos, assim, obras mais dispendiosas e edições de luxo até outras mais baratas e acessíveis a camadas da população com menos posses, permitindo assim a constituição de bibliotecas. Estas pertenciam a indivíduos de diferentes extracções sociais e a instituições como os centros republicanos. Tomemos em linha de conta os seguintes exemplos: em 1871 foi inaugurada a Biblioteca Popular do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas; em 1880, foi inaugurada a Biblioteca Popular de Estremoz; no início do século XX, a Biblioteca de Instrução Popular de Vieira de Leiria.

⁴³⁰ *O Mundo*, n.º 2682, 26 de Abril de 1908.

⁴³¹ OLIVEIRA MARQUES, A. H., *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editora, 1986, pág. 351.

⁴³² REDOL, Alves, *Os Reinegros*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1986 (1974), pág. 170.

O mundo das edições compunha-se de uma miríade de editoras, desde as pequenas empresas de livraria como a de Alfredo Costa⁴³³, até outras mais consistentes. Publicavam obras de autores portugueses e republicanos e, através de traduções, textos considerados fundamentais. Publicavam-se ainda textos de grandes mestres políticos e ou textos de homens de grande prestígio intelectual. O que é válido afirmar para os republicanos é semelhante ao que se pode dizer para socialistas e anarquistas. Assim, no mundo editorial cruzavam-se frequentemente as sensibilidades republicanas, socialistas, anarquistas, livre-pensadoras, feministas e progressistas. Interessa-nos, sobretudo, a literatura política, num sentido lato da expressão. Parte deste *corpus* poderia ser, aliás, catalogado como panfletário. Para além da literatura eminentemente política existiu a vontade de educar, sendo publicado um *corpus* de divulgação científica e filosófica que serviu de base e de fortalecimento a uma forma republicana de ver o mundo e imaginar o futuro. A teoria, a cultura e a ciência foram uma parte significativa do substrato cultural do republicanismo. Havia que contrariar o monopólio do saber e positivista português que se prezasse não deixaria de perceber a necessidade de divulgar a ciência e fazê-la chegar aos deserdados.

Os mais destacados vultos do republicanismo tinham acesso a um variado conjunto de recursos para potenciar a desejada acção transformativa. Há uma literatura republicana de propaganda e de combate que se reveste de múltiplas formas.

É possível encontrar um *corpus* central deste republicanismo militante. A *História do Regime Republicano em Portugal*⁴³⁴ ajuda a estabelecer o cânone publicando os “principais folhetos publicados durante a campanha doutrinária das ideias liberais”, com obras publicadas desde 1872 até 1908. As publicações de divulgação e populares não foram exclusivas do movimento republicano, sendo, pelo contrário, uma tendência mais lata. Podemos referir a Biblioteca Popular Católica, a Biblioteca Dramática Popular ou a Biblioteca Popular e Recreativa (também aparece com o acrescento Familiar). A Biblioteca do Povo e das Escolas (“propaganda de instrução para portugueses e brasileiros”), tendo como editor David Corazzi, em Lisboa, editou, nos anos oitenta e noventa do século XIX, um número muito significativo de títulos com um claro objectivo educativo. As séries continuaram mesmo depois de deixar de aparecer o nome de Corazzi como editor, sendo substituído pela Companhia Nacional Editora e A Editora. De entre os temas e títulos, cumpre dar alguns exemplos: álgebra elementar,

⁴³³ A Social Editora, de Alfredo Costa, um dos regicidas.

⁴³⁴ MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regime Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932.

introdução às ciências físico-naturais, anatomia humana, economia política, agricultura, gramática, química, noções de música, biologia, história universal, higiene da habitação, medicina doméstica, as colónias portuguesas, psicologia, centúria das celebridades femininas, botânica, arquitectura, gramática francesa e inglesa, etc.

Ao tratarmos da propaganda e difusão de ideias consideradas modernas, progressistas e republicanas temos que fazer referência à editora de Carrilho Videira e às suas séries e colecções de títulos. A partir de meados da década de setenta e sobretudo na década de oitenta do século XIX, a editora *Nova Livraria Internacional* foi na altura um significativo pólo de divulgação cultural e científica. Esta editora, na Rua do Arsenal em Lisboa, era propriedade de Carrilho Videira, cujas orientações teóricas e políticas o aproximavam do socialismo, do federalismo e do republicanismo.

Das suas edições cabe, em primeiro lugar, falar da Biblioteca histórico-científica. A colecção foi aberta pela *História da Revolução Francesa*, de E. Hamel, publicada em 1877, prefaciada, traduzida e anotada em parte por Carrilho Videira. Baseada nos trabalhos históricos de Michelet, Blanc, Quinet, Thiers, Carlyle e Sybel, pretendia dar “(...) a mais completa ideia deste período brilhante da história e forma um volume de 700 páginas com os retratos dos principais heróis e mártires da grandiosa Revolução.”⁴³⁵ O título seguinte *Traços Gerais de Filosofia Positiva comprovados pelas descobertas científicas modernas* foi escrito por Teófilo Braga, um dos intelectuais que mais colaborou com esta editora. Anunciava-se que no prelo estava mais um conjunto de obras de Teófilo Braga (dois volumes da *História Universal* e a *História do Romantismo em Portugal*). As obras de Teófilo Braga eram consideradas pelos republicanos como fundamentais para a formação de todos os indivíduos, surgindo, por isso, em 1906, a ideia da constituição do Círculo Promotor da Obra de Teófilo Braga, de modo a poder difundi-la para as massas populares⁴³⁶.

Destas obras essenciais para o movimento republicano e progressista que estavam ligadas a esta editora cumpre ainda referir o *Almanaque Republicano*, a *Biblioteca das Ideias Modernas* e a *Biblioteca Republicana Democrática*.

O *Almanaque Republicano* inseria informações importantes para este campo político. Vejamos a publicação para o ano de 1885. Nas suas duzentas páginas trazia biografias e retratos de Darwin, Quinet, Garibaldi, Michelet, Claudio Bernard, numa mistura curiosa

⁴³⁵ Informações retiradas da capa de um dos livros editados pela Nova Livraria Internacional (LITTRÉ, E. *As evoluções da História*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1885.)

⁴³⁶ *A Lucta*, n.º 56, 25 de Fevereiro de 1906.

entre vários tipos de homens ilustres do revolucionário ao cientista. Incluía, outrossim, a Constituição da Suíça e os programas dos partidos republicano federal espanhol e italiano.

Na *Biblioteca das Ideias Modernas* (década de oitenta do século XIX) foram publicados vários títulos, traduzidos por Carrilho Videira, Correia Barreto ou Teixeira Bastos. Cada volume custava 50 réis e a série de 10 podia vir em “elegante” cartanagem. É importante percebermos que autores eram publicados para sabermos a que ideias modernas se referia a colecção. Na primeira série foram publicados os seguintes títulos: *A controvérsia da idade da terra*, por Drapper, *As origens da Família*, por Lobbock; *A teoria atómica na concepção geral do mundo*, por Wurtz; *Natureza dos elementos químicos*, por Bertholot; *Reguladores da vida humana*, por Moleschott; *Os velhos continentes*, de Ramsay; *O que é a força*, por Saint-Robert; *A evolução dos seres vivos*, de Schmidt; *A sociedade primitiva*, por Taylor; *As evoluções da História*, de Littré.

Na segunda série encontramos os seguintes títulos: *A força e o movimento*, por Beaunis; *Física Cósmica*, por Balfour Stuart; *A força vital*, por Omalius d’Halloy; *A classificação genealógica dos seres vivos*, por Schmidt; *Faculdades mentais dos animais inferiores*, por Darwin; *O transformismo na ciência da linguagem*, de Riale; *A civilização primitiva*, por Taylor; *O desenvolvimento do homem*, por Schaffausen; *A lógica das ciências*, por Bain; *A luta pela existência na vida dos povos*, por Seckner.

Da *Biblioteca Republicana Democrática* podemos fazer referência a títulos como: *A comuna de Malempis*, por Léo; *O sufrágio universal*, por C.P.; *Michelet*, por Teófilo Braga; *Teófilo Braga*, por Ramalho Ortigão, os três volumes das *Soluções positivas da política portuguesa*, por Teófilo Braga; *Catecismo republicano para o uso do povo*, por Carrilho Videira e Teixeira Bastos; *Luís de Camões e a nacionalidade portuguesa*, por Teixeira Bastos; *Camões e o século XIX*, por Hugo Leal; *Comte e o positivismo*, por Teófilo Braga, *Gambetta*, por E. Zola; *Portugal em 1881*, por Carrilho Videira; *Pobres jesuítas!*, por Fernando Garrido; e *Dissolução do sistema monárquico constitucional*, por Teófilo Braga.

Nos anos 80 do século XIX foi publicada a *Enciclopédia Republicana Revista de Ciências e Literatura*. É evidente a genealogia iluminista e a referência à *Enciclopédia*, recuperando a ideia de criação de uma ferramenta que possibilitasse a emergência de um pensamento crítico, próprio do cidadão esclarecido.

Para caracterizar o panorama editorial, podemos ainda analisar o “catálogo” de várias editoras. Vejamos alguns exemplos. O Kiosque do Cais Sodré, que em 1885, publicou a

Cartilha do Zé Povinho, anunciava um conjunto de outros títulos: *Galeria Republicana*, *Fado da Padralhada*, *A Revolução em Espanha*, *O Filho da República*, *O Legado de um Rei*, *Catecismo de um Povo*, *O Passado e o Futuro*, *Fado Revolucionário*, *Fadinho da Seita Negra*. Tratava-se de escolhas editoriais de base política, algumas panfletárias, apresentadas de uma forma simples e com base em dois combates centrais: a questão política e a religiosa, que formavam, afinal, a ossatura do republicanismo.

4.1.3. Os publicistas e as cartilhas

No republicanismo, podemos falar em vários indivíduos que se dedicaram à propagação do seu ideário político. Os publicistas que fazem parte do cânone do movimento republicano e progressista, lembrados na *História do Regime Republicano em Portugal* eram Simão Veloso, Teixeira Bastos, Alfredo Ansus, Sampaio e Brito, Carilho Videira, Magalhães Lima, António José de Almeida, Bernardino Machado, Consiglieri Pedroso, Fernando Reis e Mayer Garção, França Borges, Raul Brandão, Luís Derouet, Campos Lima e João Chagas.

Os textos escritos por estas personalidades republicanas tiveram diferentes formas de acordo com os diferentes públicos que pretendiam alcançar. Algumas obras eram pensadas de forma a serem adequadas para um público letrado e outras eram mais simples de forma a poderem ser compreendidas.

O Manual Político do Cidadão Português, de Trindade Coelho, foi escrito para um público letrado e instruído e com objectivos diferentes de outro tipo de textos como as cartilhas. Este texto foi escrito para o “mundo da cidade”, para letrados, que dominavam à partida os conceitos nele expostos. Este é um trabalho de e para o cidadão.

Até à página 196⁴³⁷, Trindade Coelho, adaptou uma obra de Numa Droz⁴³⁸, *Instruction Civique*, visto como o “evangelho” da educação cívica da Suíça. Este político helvético era um exemplo para os republicanos, já que tinha começado como mestre-escola e conseguira ascender à Presidência daquela República, entendida como uma das mais “felizes” e “educadas” do mundo. No fundo, o que Trindade Coelho pretendia ao adaptar aquela obra era escrever um manual político, partindo da premissa que sem a

⁴³⁷ Edição de 1906.

⁴³⁸ Numa Droz (1844-1899) foi um político suíço, eleito para o Conselho Federal Suíço e Presidente daquele país em 1881 e 1887.

existência de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres não podia existir uma nação soberana.

Na parte IV desta obra, Trindade Coelho trabalhou, com bastante rigor e pormenor, o sistema político português, nas várias vertentes, nomeadamente, a história das leis constitucionais, a questão da soberania, a dos direitos individuais e colectivos, a dos poderes políticos, a da administração central e ainda a dos partidos políticos. Não descuro, outrossim, a situação internacional de Portugal. Ou seja, este autor dispôs-se a escrever uma obra entendida como de referência, de cunho científico, investido na sua autoridade de magistrado.

Esta obra de Trindade Coelho, pela sua complexidade, não podia fazer chegar a mensagem a diferentes locais e classes sociais. Era necessária a produção e difusão de um outro tipo de texto. A solução encontrada não foi apenas encontrada pelos republicanos: outras sensibilidades políticas, que se entendiam como avançadas, publicavam vulgatas e textos de divulgação. Uma das formas utilizadas para publicitar a mensagem de uma forma simples e acessível, foi a cartilha. Tal como o nome indica, aquelas eram manuais políticos mais ou menos rudimentares, com um argumentário simples e directo. Nestes textos, tendo por base um diálogo, de reminiscências quase socráticas, um dos interlocutores mais instruído ia explicitando ao outro as principais questões políticas com uma linguagem pouco complicada, investindo no ritmo e na vivacidade. A forma do texto manifesta uma ligação muito estreita com a oralidade que, aliás, reproduz, de modo a permitir uma leitura para um público de ouvintes e a utilização dos argumentos expostos numa putativa futura discussão.

Os interlocutores nas cartilhas são esboços a traços muito largos, caricatura de grupos, classes ou agentes políticos. As personagens representam a forma como o homem do campo era visto. O republicanismo, fenómeno da *cidade* política, olhava para o *campo* como o grande e imenso Oeste selvagem a desbravar.

O texto que se tornou um clássico foi a *Cartilha do Povo*, de José Falcão. No entanto, existem obras semelhantes no mesmo período. Tomemos como exemplo o texto *Zé Povinho ou a vítima do regimen parlamentar*⁴³⁹. Aí se contavam os “martírios” da “turba anónima”, da “multidão de escravos”, dos que “não têm história”. Encontramos neste tipo de discurso a ideia de que se estava a assistir a um processo de transformação

⁴³⁹ *Zé Povinho ou a vítima do regimen parlamentar por um veterano da Liberdade*, Lisboa, Tipografia Guedes, 1881.

da tal turba anónima em *sujeito* da história. Seria a consciencialização destes indivíduos que os transformaria, tornando-os numa força capaz de exigir e lutar pelos seus direitos. Este texto era, claramente, um panfleto anti-monárquico. Defendia a necessidade de instrução, o pacifismo, as liberdades de pensamento, associação e reunião, a inviolabilidade do domicílio, a abolição de monopólios e privilégios, a extinção dos exércitos permanentes, o alistamento voluntário e a abolição do recrutamento, a abolição do orçamento dos cultos e o direito dos enfermos ao socorro público. Eram as reivindicações políticas por excelência do republicanismo. A grande ausente é, claramente, a questão social, excepção feita para o socorro público que não deve ser confundido coma a defesa de um estado assistencial.

Retomando o texto “clássico”. Em 1884 é publicada anonimamente a *Cartilha do Povo*, considerada pelo jornal republicano *A Lucta* como o “Novo Testamento da Redenção pela República”⁴⁴⁰. Esta expressão é digna de registo, devendo notar-se a utilização de termos religiosos, sendo a República entendida como um regime salvífico, capaz de responder ao desígnio da almejada redenção. Comparada ao Evangelho, a cartilha era entendida como a base matricial do movimento republicano e, tal como o Evangelho, deveria ser propagada.

Este texto de José Falcão conheceria várias reedições. Nota-se uma preocupação pedagógica, que não deixa de trazer à mente o exemplo de João de Deus e a sua *Cartilha Maternal*.

⁴⁴⁰ *A Lucta*, n.º 14, 14 de Janeiro de 1906.



Imagem 11: Cartilha do Povo.

A *Cartilha do Povo. Parte I Para as Gentes do Campo*, procura fazer passar a mensagem do movimento republicano de uma forma simples, por vezes simplista. Foi concebida em forma de diálogo, o que permitiria a sua fácil leitura em voz alta. João Portugal e José Povinho vão conversar sobre assuntos políticos. Esta constatação, de uma aparente simplicidade, esconde uma inovação significativa, já que traz a discussão da coisa pública para o meio do *povo*.

João Portugal é o homem da cidade, mais ilustrado e politizado, o republicano que falava directamente com o povo. O seu nome evoca, sem sombra para dúvidas, a desejada e propagandeada ligação do republicanismo com a nação.

José Povinho é a “gente do campo” que os republicanos visavam instruir. O seu nome tem uma importância central já que evoca o Zé Povinho de Bordalo Pinheiro, que nasceu na *Lanterna Mágica* em 1875, tornando-se rapidamente uma figura do imaginário nacional. O José Povinho surge-nos como a caricatura do homem do campo. Era rude mas honesto, pouco ou nada instruído, mas puro. É muito clara a distinção que os republicanos faziam entre a cidade e o campo, sendo a primeira o local do cidadão e o campo o local onde imperava a ignorância. Mas, apesar disto, o campo era visto como um reservatório de gente simples e não corrompida, que podia ser trazida, através da instrução, para o campo dos republicanos.

João Portugal começou por fazer uma importante advertência a José Povinho: “Lembra-te que és filho do Povo, e vê se escutas uma grande voz, que já se ouve ao longe, e que promete dias felizes. Um homem não deve amor só à sua família.”⁴⁴¹ Pertencia a outra entidade que se desejava antiga e poderosa. Ou seja, João Portugal explicou o que é a Pátria e que a ela se deve amor. O José Povinho deveria perceber que não se tinha deveres apenas para com a família. Havia o dever de dar a vida pela Pátria.

O autor da *Cartilha* vai conduzindo o leitor ou o ouvinte pelo rosário de queixas de José Povinho, que conta com a mediação de João Portugal. Neste caso, o recorte socrático é muito evidente. Este personagem vai ajudando José Povinho a ter consciência da situação política, económica e social, entendida como de crise. Tal como já foi analisado, esta situação implicava necessariamente um trabalho para a inverter. Os republicanos surgem como os agentes capazes de operar tal transformação. Para o fazer, o concurso do povo era essencial. José Portugal identificou-se e explicou a sua ligação ao José Povinho: “(...) Mas eu sou Povo e hei de ir pregar aos filhos do Povo o Evangelho do seu livramento.”⁴⁴²

Para esta personagem republicana, o Estado monárquico só dava ao povo cadeia, quartel e hospital. Ou dito de outra forma, a monarquia reprimia, disciplinava e exauria o próprio corpo do povo. Esta situação era sentida como tanto mais dura quanto parecia existir um enorme fosso entre privilegiados e os outros. José Povinho, de uma forma simples, queixava-se das desigualdades: pesavam-lhe os múltiplos impostos, que traziam lucro aos “ladrões”; apenas o pobre ia para o exército pois, embora existisse falta de recrutas, os “ricos” fugiam a essa obrigação, deixando a Pátria depauperada em homens para a defender. A cadeia também só servia para prender os pobres e não os ricos.

João Portugal explicava que o governo monárquico não defendia a Pátria, apenas o regime. Os monárquicos, por seu turno, apenas defendiam o rei. Apenas os republicanos estavam com a Pátria e o com o Povo.

José Povinho vê-se conduzido a afirmar que era bom se todos tivessem o mesmo trabalho e o mesmo ganho, bem como as mesmas horas de descanso. Encontramos aqui as reminiscências de um socialismo algo ingénuo. Perplexo, pergunta como é que a maioria se deixa subjugar. Temos aqui uma espécie de maiêutica, de parto intelectual, já que João Portugal conseguiu levar o seu interlocutor a formular esta perplexidade.

⁴⁴¹ FALCÃO, José, *Cartilha do Povo*, Lisboa, Livraria Central, 1909.

⁴⁴² *Ibidem*.

João Portugal falou-lhe das manhas, enganos e crimes de que “eles” se servem para governar o povo: “eles”, os monárquicos; “eles”, os privilegiados. Esta clivagem é essencial para se perceber, de uma forma clara o republicanismo já que transforma o regime monárquico no regime ilegítimo. Portugal afirmou, por exemplo, que os deputados são “homens sem consciência”, que se vendem, mesmo sendo “figurões”. Os votos são “comprados”, logo os deputados monárquicos não representam o povo. Desta forma simples, os argumentos de intelectuais como Teófilo Braga, escarpelizando a degenerescência do sistema monárquico, foram traduzidos num outro tipo de discurso, eminentemente assimilável por indivíduos pouco letrados ou mesmo iletrados.

João Portugal formulou, então, uma aspiração de teor socialista, ao descrever as possibilidades de futuro: “Fundaremos uma sociedade em que só haja trabalhadores livres, iguais e irmãos.”⁴⁴³ Aqui encontramos, de forma muito clara, a ideia de uma *Nova Aurora*.

Para que esse amanhã chegasse, era necessário que nas eleições o voto fosse para a República. Ou seja, é proposta uma via legalista, eleitoralista e ordeira. Neste texto, a República não chegaria por via revolucionária.

Quem eram os republicanos em quem se devia votar? Eram, de uma forma muito simples, os “amigos”. José Povinho foi elucidado e afirmou: “Eu pensava que os republicanos eram uns homens da cidade que nos vinham pedir o voto para a República, e que trajados como os outros, e queriam tirar uns dos empregos para irem para os lugares deles.” Os republicanos vestiam-se como os outros, os políticos da cidade, mas não eram os outros. João Portugal explicou que se os republicanos quisessem os tais empregos seriam monárquicos. Pelo contrário, sacrificam-se para ensinar o Povo. Ou seja, são os “mestres” que pregam a nova mensagem. São os “amigos” que trabalham por amor. E estes “amigos do povo”, já os havia aos milhares.

Depois de explicado a crise que assolava o país, era necessário propor soluções. A resposta era votar pela República, era fazer ouvir a voz da urna. Porque, como explicava João Portugal, todos os reis eram maus para o povo, ou dito de outra forma “Quanto maior é a festa no paço, maior é a miséria do Povo”⁴⁴⁴. A monarquia, perdulária, via-se obrigada a pedir empréstimos aos ingleses, pondo assim em risco o que era considerado o legítimo património colonial português. De uma forma concisa, a monarquia aparecia aos olhos do José Povinho como a responsável pela pobreza e pela *sua* pobreza. E mais

⁴⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴⁴ *Ibidem*.

do que isso, punha em risco as colónias, os novos Brasis em África, o sonho dourado de acesso a fabulosas riquezas. Pelo contrário, a República sairia mais “barata” ao Povo, poupando no Rei, na corte, nos “figurões”, nos embaixadores, nos “empregados vadios” nas repartições.

Os deputados republicanos tinham o dever de levantar a sua voz, ainda que isso pudesse causar transtornos no regular funcionamento da instituição parlamentar. Se o rei fechasse as cortes por causa dos deputados republicanos, nada havia a temer. O republicano sugeriu uma eficaz forma de luta ao José Povinho: bastaria que o Povo não pagasse as décimas e os “comilões” passariam a ter fome.

Depois de João Portugal explicar de forma racional porque se deve apoiar a República, finalizou a sua argumentação com uma explicação de outro teor: “A terra já deu um sinal, que até já se afundaram umas poucas de ilhas nos mares do Oriente. Não tens visto à hora da madrugada e à hora do anoitecer, alumiar-se o céu com uma luz vermelha como as labaredas de um forno? É a cor da nossa bandeira, meu irmão, é um sinal também.” A República estava escrita e iria realizar-se. Uma obra explicativa e didáctica como esta acabava de uma forma que apelava para uma esperança messiânica. Aqui encontramos parte da explicação do apelo da ideia de República: a par da argumentação racional, existiu um fundo afectivo, que mobilizava as esperanças de tantos por dias melhores. A República não era *apenas* uma teoria política, era um modo de vida, uma forma de acreditar e de manter a esperança, a ideia de que um dia, certo como o amanhecer, surgiria essa luz, essa nova aurora.



Imagem 12: *Cartilha do Zé Povinho*.

Um ano depois da primeira edição da *Cartilha*, e dentro da mesma linha, podemos ainda referir a *Cartilha do Zé Povinho*⁴⁴⁵, escrita por Casimiro Baptista. Mais uma vez se consagra a identificação do elemento popular com a caricatura de Bordalo Pinheiro. Encontramos, mais uma vez, expressa a dualidade entre o campo e a cidade, através dos personagens em diálogo, os dois zés: o Zé da Cidade – instruído e conhecedor – e o Zé da Aldeia. O Zé da Cidade tem o aspecto típico do *Zé Povinho* de Bordalo Pinheiro, como se constata pela imagem acima. Neste texto existe uma equivalência, apesar do grau de instrução, entre os dois personagens, ao contrário do exemplo anterior onde João Portugal assumia uma posição dominante. Aqui trata-se de uma conversa do Zé *para o Zé*, sendo que o menos instruído olha para o outro como a sua possibilidade de futuro.

Sem surpresa, é o personagem da cidade, que vai explicando a conjuntura política ao seu interlocutor. O Zé da Aldeia, depois de receber este ensinamento, deveria, por seu turno, falar com os seus companheiros de trabalho. Este era um método que interessava aos republicanos. A propaganda da ideia deveria e poderia ser feita através destes contactos pessoais, quase uma espécie de *boca a orelha*.

⁴⁴⁵ BAPTISTA, Casimiro A., *Cartilha do Zé Povinho. Diálogo entre o Zé da Aldeia e o Zé da Cidade em que pela terceira vez se encontram e conversam largamente sobre outros escândalos da monarquia*, Lisboa, Kiosque do Cais do Sodré, 1885.

A necessidade de instrução era defendida pelo Zé da Cidade: “Não sabes que a luz é inimiga das trevas e, por conseguinte, contra a realeza e a padralhada?”⁴⁴⁶. Não é de estranhar, pois, que tenha feito a apologia das escolas móveis. Foram aqui retomadas as causas centrais do republicanismo: o combate cultural, político e religioso.

O autor procurou, como já foi referido, encontrar uma afinidade essencial entre estes dois personagens. Assim, ambos foram apresentados como “irmãos”, “filhos do trabalho”, da classe mais laboriosa, mais “atribulada” e com uma “pior remuneração”. Esta caracterização visava, também, acentuar a clivagem entre o povo e os “ricos” e a monarquia, e ainda entre os que nada ou pouco tinham e os que enriqueciam à custa dos primeiros. Para alimentar as “camarilhas”, o governo monárquico tirava a riqueza do povo através dos impostos. Insistia-se no tema da desigualdade económica e social, num país de clivagens e assimetrias.

Em forma de diálogo, o Zé da Cidade, o “mestre”, e o Zé da Aldeia vão criticando a monarquia e os monárquicos, e, simultaneamente, elogiando os governos republicanos como o francês, o suíço ou o dos Estados Unidos. A monarquia foi descrita como um regime onde imperava a “corrupção”, os “esbanjamentos escandalosos”, os “arranjos”, os “tratados ruinosos” e as “jubilações e promoções ilegais”. De uma forma simples, o regime é acusado de ser responsável pelo “definhamento” económico geral. A crítica feita revelava, também, uma preocupação com a falta de protecção com a indústria nacional, a que se soma um tom “proteccionista” contra os produtos estrangeiros que entravam para o mercado nacional. A questão económica não foi negligenciada, sendo que os republicanos defendiam a necessidade de fomento, neste texto, de forma genérica e algo simplista, bem como a protecção dos produtos nacionais.

O crescendo de indignação que foi construído levou a uma reacção por parte do Zé da Aldeia. Perante o ímpeto revolucionário, o Zé da Cidade recomendava paciência. Era preciso vencer por meios legais, recorrendo à urna. Para as Câmaras deveriam ser eleitos os “verdadeiros representantes do Povo”, os republicanos. Assim, a luta era contra a abstenção e contra os recenseamentos adulterados.

A conclusão final aparecia como óbvia e clara. O Zé da Aldeia, com a mão no peito exclamava: “A Pátria chora, Zé da Cidade, e aqui neste peito, rude e queimado do sol,

⁴⁴⁶ *Ibidem*.

existe um coração de verdadeiro português que não pode ser insensível ao pranto da mãe carinhosa a Pátria! Guerra, guerra à monarquia! Viva a República!”⁴⁴⁷

Estes dois textos, entendidos como exemplares de uma forma de propaganda e de difusão das ideias republicanas, não defendem a luta através da revolução. Caracterizam os vícios do sistema monárquico e manifestam uma grande sensibilidade em relação à questão social.

No período imediatamente antes da implantação da república, os trabalhos revolucionários também não dispensaram a propaganda escrita, muito embora os radicais tivessem outras formas de organização e enquadramento, nomeadamente a Carbonária. Foram distribuídos nos regimentos exemplares da *Cartilha do Cidadão* e *Dialogo entre um médico militar e um «magala»*, de Luz de Almeida, que pretendia convencer os ouvintes/leitores das virtualidades do combate republicano.

Depois de feita a República, não cessou a necessidade de utilizar esta forma de divulgação. O regime fora implantado a 5 de Outubro de 1910, mas não cessara a necessidade de continuar a difundir a ideia e os valores republicanos, sobretudo nas zonas rurais. Em 1911, Tomás da Fonseca deu à estampa a *Cartilha Nova*, distribuída aos milhares pelo país. O texto relatava o encontro entre o João da Quinta, pequeno lavrador, com Manuel Martins, professor primário. Mais uma vez encontramos a dicotomia entre o campo, que precisava de ser elucidado, e a cidade, já no novo regime, na acepção de conhecimento e ilustração. Percebemos, através deste texto, que os republicanos precisavam de investir no campo, contra os poderes locais e influentes do conde e do padre. Este texto segue o padrão já referido nas anteriores cartilhas. O personagem da cidade foi revestido de uma credibilidade adicional já que era um professor primário, essa espécie de sacerdote laico do movimento republicano.

Neste caso, a cartilha visava, além da elucidação dos princípios republicanos, fornecer explicações sobre a conjuntura política que se vivia, isto é, sobre um período no qual a república já se tinha implantado mas, cercada pelos velhos poderes, ainda precisava de clarificar os seus objectivos e valores. Tomás da Fonseca descreveu a figura de um conde, “talassa”, conspirador e “amigo da santa religião”, uma imagem simples do inimigo monárquico. O professor primário advertiu o seu interlocutor contra um regresso ao passado, à monarquia, que serviria apenas para o conde recuperar o seu

⁴⁴⁷ *Ibidem.*

poder. Posto de outra forma: os que queriam regressar ao passado pretendiam apenas reaver os seus privilégios, não lutando pelo bem comum.

O professor não deixou de avisar João da Quinta sobre outro perigo, que se associava ao conde: o padre. Ambos diziam que os republicanos eram inimigos da Pátria, quando na verdade, segundo o professor, eles é que eram os verdadeiros inimigos. Os republicanos tinham tomado o Estado mas sabiam que contra eles se levantavam vozes, nomeadamente da parte de monárquicos e da igreja católica.

Tratava-se da reedição dos argumentos anti-clericais utilizados no tempo de propaganda: existia uma combinação secreta, “do alto”, dos padres, bispos e jesuítas, inimigos da República, logo da Pátria, que no confessionário procuravam moldar a cabeça dos paroquianos. Se tudo voltasse ao passado, poderiam manter as suas riquezas e privilégios.

A cartilha pretendia ainda responder ao que era uma acusação corrente na época, a de que os republicanos estavam em guerra uns contra aos outros e que a República estava perdida, à beira da guerra civil. Era importante contrariar a ideia de que não existia unidade no campo republicano. Neste sentido este é um texto dos novos tempos, depois da implantação do regime, sendo clara a necessidade de não passar a ideia de divisão dentro do movimento.

4.1.4. Romances e folhetins

Os republicanos não procuraram fazer passar a sua mensagem apenas através da informação. Utilizavam também o *entretenimento*, entendido aqui como obras de ficção, novelas ou folhetins. O romance foi uma forma de combate utilizada, não só mas também, pelos republicanos que provou ser bastante eficaz. Para o demonstrar, refira-se a obra *O Marquês da Bacalhoa*, escrito por António de Albuquerque, dado à estampa pouco antes do atentado do Terreiro do Paço, em Janeiro de 1908. Não foi apenas um romance, nem visava exclusivamente a criação de um escândalo. Foi uma arma eficaz, como qualquer obra de ficção e/ou entretenimento o pode ser.

No retrato crítico e escandaloso, reconheciam-se as pessoas reais ocultadas por detrás de personagens fictícias, nomeadamente o rei (o Marquês), a rainha (a marquesa), bem como outros homens e mulheres da corte, e João Franco (Conselheiro João Nunes dos Santos). Logo nas primeiras páginas encontramos uma “descrição” da corte como “(...)

decadente e sem prestígio, aviltada por mil baixeiras, pocilga repugnante de intrigas e pequeninas infâmias, charco onde o são morria asfiziado, e apenas o leproso, o aleijão, boiavam à superfície.”⁴⁴⁸ As intenções políticas são absolutamente evidentes neste pequeno trecho desta prosa que em nome do entretenimento tinha um claro objectivo político. A ideia era tornar a corte um objecto de escárnio e de maldizer, o oposto do povo republicano virtuoso. De um lado, homens e mulheres depravados, perdulários e pecadores; do outro, os portugueses mais desfavorecidos, mas honestos e trabalhadores. A nobreza, através dos olhos de um dos personagens do livro, Fabrício de Matos, médico e libertário, foi descrita de forma dura, sendo composta por “(...) meia dúzia de marialvas degenerados, babados ou chulos, toureiros ou cretinos, a par de uns elegantes modernos, burguesinhos de corpo e alma (...)”⁴⁴⁹. Nada havia a esperar desta nobreza corrompida e incapaz, percebia-se na sua “caracterização”.

A marquesa (D. Amélia) não foi poupada. O autor, simulando falar de boatos que corriam a seu respeito, levanta a suspeita dos seus amores sáfcicos, chamando-lhes uma “(...) predilecção criminosa (...)”⁴⁵⁰. Ia mesmo um pouco mais longe: “A sua educação num meio beato e dissoluto, viciada desde criança pelas amigas, ávidas amantes do seu corpo alvo e arredondado: o misticismo característico de todas as grandes invertidas.”⁴⁵¹. A imagem de uma rainha lésbica corrompia a imagem de uma rainha caridosa e preocupada com o seu povo. Até a sua religiosidade aparece como misticismo e própria de uma invertida. Era posto um tão grave pecado pesando sobre a rainha D. Amélia que deveria ser a primeira das mulheres do reino.

O Marquês da Bacalhoa visava claramente criar ou acentuar uma imagem negativa do rei, da rainha e da corte, atribuindo-lhe costumes nada recomendáveis e lançando bizarras justificações para a morte de Mouzinho de Albuquerque (Álvaro de Luna, no romance).

Pela boca de personagens próximos do anarquismo, surgia-nos uma crítica aos chefes republicanos. Muito embora se registre que de dia para dia o Partido Republicano Português aumentava o número das suas fileiras, os chefes deitavam tudo a perder, lutando entre si, cheios de inveja e vaidade.

⁴⁴⁸ ALBUQUERQUE, António de, *O Marquês da Bacalhoa seguido de A execução do Rei Carlos. Monárquicos e Republicanos*, Lisboa, Frenesi, 2008 (1909), pág. 20.

⁴⁴⁹ *Ibidem*, pág. 100.

⁴⁵⁰ *Ibidem*, pág. 74.

⁴⁵¹ *Ibidem*, pág. 74.

A obra *O Marquês da Bacalhoa* foi um dos mais importantes romances-panfletos, mas não é o único exemplo de como escritos deste género tiveram importância e influência políticas. No período franquista, de 1906 a 1908, dois folhetins tiveram uma importância política nada despreciada: *A Filha do Jardineiro* e ainda *Os Bandidos da Serra da Gardunha*.

O primeiro foi um empreendimento a várias mãos. A ideia partiu de Alfredo Costa, que a partilhou com Aquilino Ribeiro. Tratava-se de um folhetim que teria entrega ao domicílio e que tinha um claro objectivo político, ou, como o pôs Costa, “(...) quer-se prosa de enredo ameno e de escacha-pessegueiro”⁴⁵², ou seja, propaganda republicana contra a monarquia. A autoria deste folhetim é atribuída a Aquilino Ribeiro e a José Ferreira da Silva, que escreveu o segundo capítulo.

Procuravam um tema “(...) próximo, patusco, de todo popular (...)”⁴⁵³. A ideia era ser acessível a largas camadas da população urbana, lido e ouvido. E, de uma forma “leve”, pretendiam fazer passar a mensagem política em forma de entretenimento. Assim sendo utilizaram uma história que corria, cantada, aliás, pelos cegos das romarias, sobre a filha do jardineiro da Tapada das Necessidades que, dizia-se, fora seduzida por D. Carlos I. Na verdade, não interessava a Alfredo Costa se a história era verdadeira ou não. Importava que, como era conhecida entre o povo, este lembrar-se-ia dela quando ouvisse/lesse o título dos folhetos. O editor tinha intentos políticos, não de veracidade histórica, nem sequer de enriquecimento pessoal: “- *Estou em crer que à volta do pequeno episódio de amor se pode bordar uma crítica implacável da Corte, da política tirânica de hoje, do estado lastimoso de Portugal.*”⁴⁵⁴ Sendo dado à estampa com a autoria creditada a Myriel Myrra, foi distribuído por Lisboa, saiu no Porto e procurou-se a sua colocação noutras cidades como Évora e Coimbra, fazendo circular esta estória nas grandes cidades, tendo como público-alvo a denominada plebe urbana. O enredo divertia e emocionava e, pelo menos, adensava a suspeita sobre o comportamento e a moral do rei.

Aquilino Ribeiro contou-nos os meandros da produção de um outro folhetim. Quando Arnaldo Pereira foi preso, o jornal *O Paiz* precisava de quem continuasse o folhetim *Os Bandidos da Serra da Gardunha*. “O autor ia-o escrevendo ao fio dos dias, e deixou-nos descalços. Não sei se sabe que este folhetim é a história romanceada ou fantasista dos

⁴⁵² RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se*, Lisboa, Bertrand, 2008, pág. 176.

⁴⁵³ *Ibidem*, pág. 184.

⁴⁵⁴ *Ibidem*, pág. 186.

ascendentes de João Franco, bandoleiros dos quatro costados segundo a tradição local. Passam por ser eles que assaltaram a Quinta do Ferro. Se nos escrevesse o folhetim?”⁴⁵⁵, perguntaram a Aquilino Ribeiro, que lançou mãos à obra⁴⁵⁶. Mais uma vez, a ficção serviu intuítos políticos, neste caso numa tentativa de denegrir a família de João Franco.

Não só de prosa viveu esta literatura política e de combate. Podemos fazer referência aos poetas e à poesia revolucionária, na qual se nota um recurso à figura de Cristo, que surge ao lado da emancipação e da igualdade. Fernando Catroga⁴⁵⁷ fez referência a esse militantismo poético, onde se destacam nomes como Ernesto Pires ou Xavier de Paiva.

4.2. A luta pela palavra

O movimento republicano não descurou a propaganda através do mundo da escrita, como vimos. Os republicanos não limitaram a difusão da sua mensagem política a este meio. Diversificaram as suas formas de comunicação e adaptaram-nas aos diferentes públicos. Tiveram diferentes estratégias comunicacionais, tão variadas como as diferentes audiências que queriam cativar. Neste vasto mundo da oralidade, faziam passar as suas mensagens, quer popularizando formas mais eruditas como a palestra, quer recorrendo à tribuna, quer ainda ao boato. No campo desta luta pela palavra, ou dito de outra forma, no mundo da oralidade, há ainda uma forma a considerar, a saber, o contacto interpessoal. Como já foi referido, existiam espaços de sociabilidade cultural e política onde o contacto pessoal era a forma privilegiada de consciencialização política. A luta através da palavra era fundamental numa sociedade com elevados níveis de analfabetismo. Na análise que faziam da sociedade portuguesa, os republicanos diagnosticavam como central o problema do analfabetismo e da conseqüente necessidade de instrução. Era esta, aliás, uma das suas principais bandeiras. Segundo os números de 1900, a população do reino contava um pouco menos que 5 milhões e meio de habitantes; destes, apenas sabiam ler cerca de 736 mil “varões” e cerca de 425 mil mulheres⁴⁵⁸. O analfabeto não podia ser, por várias razões, um cidadão de corpo inteiro.

⁴⁵⁵ *Ibidem*, pág. 254.

⁴⁵⁶ RÊGO, Manuela e CASTELO-BRANCO, Miguel, (coord. e pesquisa), *Antes das Playstations. 200 anos do romance de aventuras em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.

⁴⁵⁷ CATROGA, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1911*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

⁴⁵⁸ *Anuário Estatístico de Portugal*, 1900, disponível em linha: URL: <<http://www.ine.pt>>.

Nesta sociedade de finais do século XIX, inícios do século XX, querer chegar ao povo, implicava necessariamente investir na oralidade. De facto, os republicanos, em geral e algumas figuras em particular, ficaram nos anais da história como ilustres oradores, de verbo “inflamado” e “quente”. Brito Camacho, escrevendo em 1937, recordava os tempos de propaganda e as suas necessidades específicas:

“O contacto com as pessoas que sabem ler estabelece-se por meio do livro, do jornal, da revista, o panfleto, a folha avulsa, conforme a instrução de cada um; mas o contacto com os analfabetos só pode estabelecer-se de forma directa, pela palavra oral, em conferências, palestras ou lições, por qualquer forma de reuniões públicas. Para fins de propaganda política é de efeitos mais seguros e mais rápidos a propaganda pela palavra oral que pela palavra escrita, sobretudo quando às multidões, muito emotivas e pouco racionadoras, falam oradores de palavra quente e gesto largo, leve e sonora, vibrátil como as lâminas delgadas e compridas...”⁴⁵⁹

Os republicanos não deixaram de utilizar a então moderna forma de comunicação política que eram os comícios, capazes de, de facto, chegar ao “povo”. Investiram também muito do seu tempo e energia em palestras, lições e conferências que não se destinavam exclusivamente a um público erudito. Tanto os republicanos, como socialistas e anarquistas, investiram na divulgação científica, para além de difundirem a respectiva ideologia.

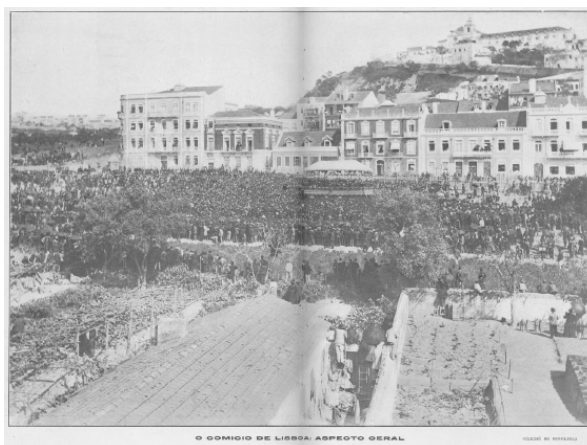
Não podiam fazer de outra forma se queriam incluir as massas no seu projecto político.

4.2.1. Os comícios: a cidadela, a fortaleza e o castelo

Desde os finais do século XIX que os republicanos não tiveram dúvidas que tinham de investir na comunicação directa através de comícios. Eram, ao tempo, uma forma moderna e inovadora, num mundo em que a palavra e a oralidade tinham um papel central num jogo político que visava incluir as massas. As imagens que se seguem servem para atestar esta afirmação, mostrando que, pelo menos nos anos de grande

⁴⁵⁹ CAMACHO, Manuel de Brito, *A Educação Nacional*, organização e prefácio de António Aresta, Dafundo, Editorial Tágide, 2007, pág. 16.

dinamismo e crescimento do PRP e do movimento republicano, encontrávamos uma imensa mole humana nestas reuniões.





**Imagem 13: Comícios em Lisboa, Porto, Seixal, Sacavém e Barcarena.
Ilustração Portuguesa, n.º 111, 6 de Abril de 1908.**

Apesar de as fotografias nos apresentarem um mar de gente nos comícios de Lisboa, os monárquicos consideravam que os republicanos exageravam os números e a importância destas reuniões políticas. O *Diário Ilustrado* teceu considerações sobre um comício republicano em Viana:

“Realizou-se, domingo, no teatro Sá de Miranda, o anunciado e espaventosamente reclamado comício republicano. Deixaríamos de falar dessa manifestação do partido, se as notícias publicadas em vários jornais (...) fossem a expressão da verdade e se aqueles que pedem moralidade nos costumes e proclamam a verdade e a justiça, não fossem os primeiros a desvirtua-las. O comício republicano, realizado no centro de uma das regiões mais populosas do país (...) pode dizer-se que foi um verdadeiro fiasco, não o confessam os seus jornais, mas di-lo a verdade dos factos, di-lo uma população que conta cerca de

12.000 almas, e para quem esse espectacular comício, com oradores de nome (...), passou despercebidamente (...). O teatro apenas continha cerca de 1.000 pessoas, no número das quais estavam 500 monárquicos ou indiferentes que ali foram como simples curiosos (...) após o discurso do Sr. Dr. Alexandre Braga – o *great attraction* do comício um grande número saiu do teatro, porque apenas ali fora atraído pela fama do fogoso tribuno, ainda não conhecido entre nós. Esta é que é a verdade bem significativa, do valor que os republicanos gozam nesta parte do país”. Sempre nos quis parecer que o comício republicano em Viana do Castelo fora visto em Lisboa pelos jornais republicanos com óculos de aumentar.”⁴⁶⁰

Para justificar esta sua opção de reunião em comício, os republicanos esgrimiram uma série de argumentos que levavam em linha de conta a importância da luta eleitoral como um dos caminhos para a mudança de regime e para se alcançar o bom governo. Considerando, assim, fundamentais o direito de voto e o direito de eleição, o comício servia “Para dar luz sobre os fins e os meios de obter um bom governo, emanado dos votos dos cidadãos (...)”⁴⁶¹. O comício era entendido como a reunião anterior ao acto eleitoral, logo uma assembleia preparatória, na qual se podem apreciar as qualidades e os méritos dos candidatos. Ou seja, ver e ouvir os candidatos afigurava-se como a maneira correcta de os entender e de os conhecer e de ser informado das suas posições. Sendo uma reunião de eleitores, convocada pelos homens mais eminentes do partido, tinha como objectivo possibilitar a transmissão das declarações de fé políticas, os programas e os valores. Era o acto público que tecia o contrato entre o eleitor e o eleito. Manuel de Arriaga utilizara já a figura do mandato imperativo. A ida de um candidato ao comício era uma forma de se comprometer perante os putativos eleitores. Nos comícios eram *votadas* moções que ajudavam a clarificar as linhas programáticas e a actuação política do PRP⁴⁶².

O comício era uma das maneiras de depurar a opinião e formar um juízo mais seguro, expurgar os erros e desfazer as maquinações dos políticos mais astutos. Surge uma diferença entre os políticos de bastidores, que longe da sua audiência se dedicavam a jogos políticos e aqueles que se apresentavam a terreiro fazendo uma política mais clara

⁴⁶⁰ *Diário Ilustrado*, 10 de Abril de 1909.

⁴⁶¹ COMISSÃO DE PROPAGANDA DO CENTRO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO DE LISBOA, *Os Direitos do Homem e do Cidadão*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1878.

⁴⁶² *A Lucta*, n.º 193, 14 de Julho de 1906.

e sem artificios. Entendia-se que esta forma de fazer política os diferenciava dos políticos monárquicos.

Esta forma de acção política servia para unificar o pensamento e harmonizar as dissidências. Os republicanos viam estas reuniões como um meio eficaz de dar vigor ao partido, “(...) de acender o fogo sagrado das convicções (...)”⁴⁶³, ou seja, percebiam a importância que um grupo de pessoas juntas com o mesmo objectivo, numa espécie de comunhão política podia ter para fortalecer as convicções individuais. Afirmavam mesmo que “O aspecto da grande massa do povo (...) é majestoso.”⁴⁶⁴

A reunião fazia o homem mais forte, assustando, por seu turno as autoridades. “Concernente ao cidadão é o comício a sua cidadela, a sua fortaleza, o seu castelo.”⁴⁶⁵

Para os republicanos a imagem contava. Nos comícios via-se a força do movimento, fazendo da própria aglomeração de gente um animal político, uma arma para assustar a monarquia. O comício era uma experiência política que capaz de afeiçoar “(...) o homem a mover-se no meio da multidão.”⁴⁶⁶ Os republicanos entendiam que a política se passara a fazer com as “massas” e não apenas com um restrito número de cidadãos.

Se bem que os comícios juntassem por vezes, e segundo os republicanos, vários milhares de pessoas, existiu sempre a preocupação de os apresentar como reuniões ordeiras. O comício como manifestação dos cidadãos tinha de ser uma assembleia pautada pelo civismo.



Imagem 14: Comícios. *Ilustração Portuguesa*, n.º 124, 6 de Julho de 1908.

⁴⁶³ COMISSÃO DE PROPAGANDA DO CENTRO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO DE LISBOA, *Os Direitos do Homem e do Cidadão*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1878.

⁴⁶⁴ *O Mundo*, n.º 2753, 6 de Julho de 1908.

⁴⁶⁵ COMISSÃO DE PROPAGANDA DO CENTRO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO DE LISBOA, *Os Direitos do Homem e do Cidadão*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1878.

⁴⁶⁶ *Ibidem*.

O comício tinha uma estrutura organizada e coreografada. Regra geral, tinham lugar ao Domingo e com mais de um orador. A abrir e a fechar os comícios estavam os oradores mais categorizados e/ou mais importantes do PRP, de modo a manter a dinâmica do evento. Durante muito tempo, entre 1906 e 1908, Bernardino Machado tinha um papel de grande destaque nos comícios republicanos, quase que parecendo o líder informal do partido.

Se alguns republicanos eram considerados oradores excepcionais, outros teriam posturas menos exuberantes. Teófilo Braga pronunciava discursos “(...) numa voz velada e igual, desacompanhada de gestos (...)”⁴⁶⁷. Caracterizando o estilo de Teófilo Braga, esta afirmação também faz luz sobre o que eram as outras formas de falar em público, com as modulações de voz e os gestos teatrais a acompanharem as palavras. A gestualidade, arma segura para os desejados efeitos retóricos, era característica de vários oradores republicanos e fundamental nesta coreografia dos comícios.

Maria Veleda descreveu uma intervenção de Magalhães Lima na Caixa Económica Operária: “Nunca poderei esquecer a impressão que produziu no meu espírito de modesta provinciana, ainda não afeita a declamação altissonante, aos grandes rasgos de eloquência, o discurso do célebre orador. Escutei-o suspensa dos seus lábios, verdadeiramente maravilhada”⁴⁶⁸

Segundo as críticas monárquicas, a palavra não escrita dava aos republicanos maior liberdade nas suas intervenções, feitas a pensar em tocar as massas:

“A doutrina da evolução que alguns propagandistas republicanos dizem defender, desaparece, por completo, no tablado dos comícios, onde apenas se aconselha e pede a revolução sanguinária, onde não só se apela para o povo, mas até se aconselha o exército a desembainhar os sabres contra as Instituições e contra a Constituição, que o mesmo exército jurou defender.”⁴⁶⁹

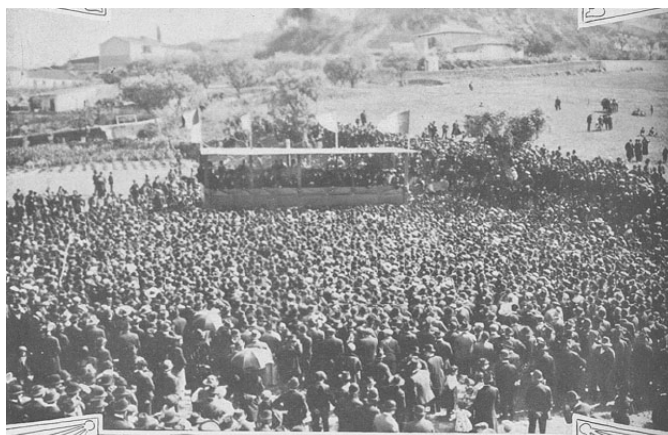
⁴⁶⁷ *Quinquagenário. 1858 a 1908. Cinquenta anos de actividade mental de Teófilo Braga julgados pela crítica contemporânea de três gerações literárias*, homenagem organizada por Marques Braga, Afonso Lopes Vieira, Magalhães Lima, Agostinho Fortes, Mayer Garção, Boto Machado, Álvaro Afonso Barbosa, Frederico Parreira, Urbano Rodrigues e Heliodoro Salgado, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos e C.ª, 1908, pág. 597.

⁴⁶⁸ VELEDA, Maria, “Memórias de Maria Veleda”, *República*, 3 de Março de 1950.

⁴⁶⁹ *Correio da Noite*, 4 de Abril de 1908.

No comício, existia uma clara diferença entre o palanque e a audiência. Falava-se de um lado, ouvia-se do outro. Eram uma forma de doutrinação não deixando de ser, apesar de tudo, um evento participativo. Basta olhar para o palanque para se perceber a distância simbólica entre os que proferem um discurso e os que o ouvem, cuja participação se pautava essencialmente pela concordância, mais ou menos expressiva, com o orador. No entanto, encontramos frequentemente referências a interrupções e o estabelecimento de diálogo com o orador, normalmente para fazer uma observação que vinha confirmar a linha argumentativa que estava a ser seguida. Porém, alguns opositores presentes, por vezes, manifestavam o seu desacordo.

Esperava-se que o povo ouvisse, concordasse, aplaudisse e que gritasse os vivas à República, tudo dentro da boa ordem para não dar razões aos monárquicos para dizerem que estes republicanos eram os fautores da desordem. Mas os defensores da monarquia relatavam uma outra história, afirmando que “Depois dos comícios, por estas terras dão-se a toda a hora e a cada passo vivas á República, toca-se a marselhesa nos comícios e na espera dos caudilhos republicanos caluniam-se todos aqueles que trabalham em eleições monárquicas.”⁴⁷⁰ O jornal católico *O Portugal* inseriu uma descrição dos homens que estiveram presentes numa reunião na Rua Barão do Corvo, em Lisboa. Tirando o jornalista, alguns homens e os oradores, todos os outros eram “(...) a escumalha da sociedade (...) que não vota porque não lê nem escreve, que não tem política porque rasteja servilmente aos pés dos donos de armazéns e chefes de fábricas. E essas centenas de homens que ali estavam, sem gravata ao pescoço, ainda com as mãos enebadas do sarro das pipas e o corpo esfalfado do lidar das caldeiras (...)”⁴⁷¹



⁴⁷⁰ *Portugal*, 4 de Abril de 1908.

⁴⁷¹ *Portugal*, 3 de Abril de 1908.

Imagem 15: Comício em Lisboa contra o juízo de instrução criminal, visto das traseiras das casas da Avenida Morais Soares. *Ilustração Portuguesa*, n.º 215, 4 de Abril de 1910.

Os republicanos organizavam frequentemente uma espécie de ciclos de comícios onde diferentes oradores tratavam o mesmo tema em várias localidades do país, como por exemplo contra um tratado, insurgindo-se contra injustiças praticadas por republicanos, etc. Os comícios eleitorais tinham, por maioria de razão, um tema comum, apesar de, em cada uma das localidades, serem levantados problemas a elas referentes. Por vezes tinham de ser improvisados. O jornal católico *O Portugal* fez referência aos comícios eleitorais republicanos na zona de Gaia, afirmando que os republicanos promoviam comícios em qualquer canto, nas feiras de gado e em casas particulares⁴⁷².

Os comícios estavam, muitas vezes, associados a outros eventos de sociabilidade política ou de filantropia republicana. Tomemos como exemplo o comício de Tábua de Maio de 1909, onde depois da intervenção dos oradores se realizou um budo aos pobres servido por mulheres republicanas.

Para além dos comícios, os republicanos dinamizam todo o tipo de reuniões como conferências, palestras ou cursos livres. Estavam a utilizar uma fórmula já testada, os sermões leigos ou as conferências populares, inauguradas por Spuller e por outros republicanos franceses⁴⁷³. Estas eram uma forma de *dirigir* as opiniões e de ensinar as audiências a perceber questões importantes.

Maria Veleda deixou-nos o seu ponto de vista sobre as conferências e sessões a que assistiu⁴⁷⁴. Convoquemos, num primeiro momento, a sua estreia nesse mundo, com a ida ao Centro Republicano Cândido dos Reis, com as credenciais do Centro Afonso Costa. A esmagadora maioria da audiência era masculina (excepção feita para Maria Veleda e a amiga que a acompanhava). A sala estava cheia, com muitos homens modestamente trajados, com ar de operários. A sessão seguinte a que foi realizou-se na Caixa Económica Operária, de homenagem aos sinistrados de Carrières e a propósito do soterramento de uma mina. A presidência dessa sessão coube a Magalhães Lima, tendo como outros oradores Angelina Vidal, Boto Machado, Feio Terenas e Gregório Fernandes. Fizeram-se discursos e leram-se poemas.

⁴⁷² *Portugal*, 14 de Abril de 1908.

⁴⁷³ BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983 (1880), pág. 109.

⁴⁷⁴ VELEDA, Maria, “Memórias de Maria Veleda”, *República*, 3 de Março de 1950.

A propaganda republicana não cessou depois da implantação da República em 1910. É ainda através de Maria Veleda que evocaremos o esforço de defesa do novo regime feito por ocasião da primeira incursão monárquica:

“Organizara-se uma jornada de propaganda a Chaves, onde os soldados de Couceiro tinham sido rechaçados. Convidaram-me para fazer parte do grupo de oradores que constituíam a missão. Aceitei. Foi uma jornada gloriosa – essa – a que se associaram centenas de republicanos. Em muitas sessões éramos esperados por grande multidão de patriotas que nos saudavam com entusiasmo e nos ofereciam flores. Lenços agitavam-se; palmas estrejavam; vivas à República erguiam-se num coro de vitória!”⁴⁷⁵

Os republicanos improvisaram comícios e em Chaves foi reencenada uma espécie de implantação da República, com a ida à Câmara Municipal, de bandeira verde e rubra, com discursos a serem pronunciados da janela da edilidade. Este jornada contemplou a visita a várias cidades do norte de Portugal, fazendo comícios de propaganda.

4.3. A propaganda para lá da política: o lazer e o consumo

Os eventos promovidos pelo PRP não eram só acontecimentos políticos, e por isso, a sua capacidade de atrair a adesão de homens, e também de mulheres, foi potenciada. A sociabilidade política cruzava-se com a festa e com a filantropia republicana. Assim, ser republicano e participar dos eventos incluía tanto uma vertente política como um lado afectivo, de convívio com correligionários e amigos, e o lazer. Da história do republicanismo consta como momento de fundação um jantar democrático. Como vimos, podemos contestar este momento de criação, mas aqui podemos reter uma outra questão, a saber, a ideia de que a política também se fazia de encontros à mesa.

4.3.1. A filantropia e os grémios excursionistas

⁴⁷⁵ VELEDA, Maria, “Memórias de Maria Veleda”, *República*, 31 de Março de 1950.

A sociedade portuguesa de finais de oitocentos e de inícios de novecentos não oferecia sistemas de protecção social aos indivíduos⁴⁷⁶. Os trabalhadores estavam praticamente desprotegidos, apesar de o Estado ter começado a manifestar alguma preocupação com estas questões e da tradicional, mas claramente insuficiente, acção da Igreja católica em termos assistenciais. A monarquia, sobretudo na última década do século XIX e no início do século XX legislou timidamente sobre estas matérias. Mas, apesar de a monarquia perceber a pertinência da questão social fazia-o nos seus termos e preocupou-se com a defesa do regime contra o que começava a ser entendido como uma ameaça, a saber, a força dos mais desfavorecidos. A lei de 13 de Fevereiro de 1896 estabelecia penas e determinava o processo de julgamento para os que defendessem ou aplaudissem “actos subversivos”, visando muito especialmente os anarquistas.

Em mais de um sentido, muita gente se sentia desprotegida e começaram a pensar colmatar as dificuldades inerentes a esta situação. Os trabalhadores procuravam estabelecer e consolidar redes de entreajuda, com diferentes modelos organizativos, de irmandades a confrarias até associações de socorros mútuos, cujo crescimento se regista de finais do século XIX até à República. Segundo Miriam Halpern Pereira, o mutualismo tinha um carácter voluntário e privado e “(...) tinha objectivos amplos, similares ao do futuro Estado Providência. Mediante um sistema de socorros mútuos visava criar condições de acesso à educação e à saúde e assegurar recursos financeiros em caso de necessidade, por doença, invalidez, velhice e desemprego.”⁴⁷⁷ No entanto, nem todos os trabalhadores tinham condições económicas para pertencer a uma destas associações. Apesar da beneficência, da filantropia, da caridade e da organização das classes trabalhadoras, as medidas, algumas meros paliativos, não resolviam a questão que se agudizava. A par das dificuldades sentidas, registamos uma crescente tomada de consciência por parte de vários agentes do mundo do trabalho, nomeadamente o que já foi apelidado de aristocracia operária, que ganhava e utilizava as ferramentas críticas para se lançar num trabalho de propaganda e de divulgação quer de ideias políticas quer de ideias mais simples mas eficazes como a de uma *Nova Aurora* ou o prosaico *bacalhau a pataco*. Os republicanos cientes e expostos a estas mesmas preocupações participaram deste movimento mais lato que nasceu na sociedade como reflexo de

⁴⁷⁶ PEREIRA, Miriam Halpern, “As origens do Estado-Providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado.” In PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severiano (ed.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea, 2000.

⁴⁷⁷ *Ibidem*.

autoprotecção, designadamente o associativismo e o mutualismo. Para além de participarem nesse movimento mais lato, os republicanos escolheram um papel activo no movimento de entreajuda e no auxílio a outros. A filantropia republicana, entendida a seus olhos como diferente da caridade, servia vários propósitos. Há uma clara vertente de propaganda pela virtude patente na organização de bodos, de lotarias, de bandos precatórios, na oferta de roupa a crianças, etc. A tradição de bodos e esmolos a pobres é muito anterior a esta experiência republicana. “Esta prática remonta, por certo, a costumes ancestrais que associavam a festa a ritos de redistribuição de riqueza e continuou na festa política do Antigo Regime como uma forma de demonstrar o carácter magnânimo dos reis e senhores. Os valores da caridade cristã também estavam na base deste comportamento. A realeza e as elites oitocentistas mantiveram esta preocupação, assim como as múltiplas associações de carácter socioprofissional que desempenhavam uma função de segurança social para os seus membros.”⁴⁷⁸ No caso republicano é importante a ideia de redistribuição de riqueza, perdendo-se contudo a ideia de caridade cristã, sendo substituída pela de filantropia.

O cidadão republicano deveria ter um papel exemplar na tentativa de minorar os problemas que afligiam as classes mais desfavorecidas. Ao fazê-lo não só ganhava credibilidade para si próprio e para o movimento ao qual pertencia como procurava contestar a hegemonia da igreja e das associações a ela ligadas que se dedicavam à caridade.

De entre a filantropia republicana – com uma acentuada influência maçónica – ressalta um interesse central nas questões relacionadas com as crianças, factor de aproximação e de convergência com o movimento feminista de inícios do século. A educação e a ajuda material às crianças é uma das suas características. Foi no Bairro Grandela, em Benfica, no ano de 1908, que foi inaugurada a Gota de Leite da Ajuda maternal, para dar um exemplo.

Os grémios excursionistas são um exemplo de como se pode fazer política passeando. Tomemos alguns exemplos. O Grémio Excursionista Teófilo Braga promoveu uma viagem à Trafaria e ao Seixal, aproveitando para fazer propaganda anticlerical, acompanhado por uma banda de música. O Centro Eleitoral Democrático promoveu uma viagem a Abrantes com uma sessão de propaganda no teatro Taborda. Vemos

⁴⁷⁸ JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pág. 36.

claramente a associação entre o passeio e o lazer e a necessidade de difundir o republicanismo.

Tomemos como exemplo o 11.º aniversário do Grémio Excursionista Civil do Monte, em 1909⁴⁷⁹. Para esta comemoração organizaram um jantar para crianças, com oferta de vestuário. Este acto de filantropia estava relacionado com uma questão política já que as ditas crianças foram registadas civilmente. Este desiderato de libertação das rotinas ligadas à Igreja católica associava o Grémio e o Grupo 19 de Julho, formado por operários, que custeava o registo civil, ofereciam vestuário e subsídio de lactação.

Muitas vezes os centros republicanos, em contextos comemorativos, faziam o bodo a pobres e, aparece frequentemente associado a este gesto, a oferta de fatos novos a alunos.

4.3.2. O teatro

As artes podiam propiciar encontros, promover sociabilidades e constituir uma fonte de lazer.

O teatro e a ida ao teatro faziam parte da sociabilidade cultural do período e não se limitavam às classes altas da sociedade. Os diferentes grupos sociais frequentavam, geralmente, espaços diferentes, o que significava muitas vezes verem peças de géneros diferentes. As classes mais abastadas frequentavam, preferencialmente o S. Carlos e o D. Maria II. O teatro República, por exemplo, foi um dos mais elegantes da capital: “À roda do charuto do Visconde [Visconde S. Luiz Braga] reuniam-se, numa das zonas de convívio do teatro, o “Jardim de Inverno”, ilustres da política, das artes e da literatura, sobretudo dramática.”⁴⁸⁰

Para além das companhias profissionais, é fundamental fazer referência ao teatro amador que tinha lugar em associações, colectividades e mesmo em centros republicanos. Este era um mundo bastante dinâmico e intenso, com um elevado número de amadores, de todas as classes sociais. Existiam ainda os “teatros populares de bairro”, “(...) explorados por pequenos empresários, que contam com elencos semi-profissionais. Com espectáculos sistematicamente anunciados na imprensa encontramos o “Rocio Palace”, o “Salão dos Anjos”, o “Teatro do Povo”, o “Salão Fantástico”, o

⁴⁷⁹ Veja-se *O Mundo*, n.º 3271, 9 de Dezembro de 1909.

⁴⁸⁰ BASTOS, Glória, VASCONCELOS, Ana Isabel P. Teixeira de, *O Teatro em Lisboa no Tempo da Primeira República*, Lisboa, IPM/Museu Nacional do Teatro, 2004.

“Estefânia Palace”, o “Étoile”, o “Salão Foz” e o “Edison Teatro”. Nestes espaços alternam-se ou complementam-se espectáculos de revista, números de variedades e exhibições de fitas animatográficas.”⁴⁸¹

Muitos dos homens do movimento republicano e simultaneamente do movimento associativo estiveram ligados ao teatro amador: Barros Queirós foi um dos fundadores da Academia Recreativa de Lisboa, com sede na Rua do Socorro em Lisboa, onde foi construído um teatro amador. A peça *5 de Outubro*⁴⁸², por exemplo, foi representada no teatro do Centro Republicano de Belém. Maria Veleda procurou associar teatro e difusão do ideário progressista: “Foi em 15 de Fevereiro de 1910, que de mãos dadas com algumas amigas, intentei a propaganda no teatro, certa de que, por este meio, muito ela teria a lucrar.”⁴⁸³ Traduziu um episódio dramático, original de Nelly Russel, ao qual deu o título de *Escrava*. Associou as suas preocupações feministas ao seu lado republicano. Na peça, a entrada da *revolta*, de túnica vermelha e barrete frígio, era precedida por *A Marselhesa*. Mesmo depois do 5 de Outubro, continuou a apresentar peças com temas polémicos (nomeadamente a que tratava da questão do divórcio), ou fazendo o que ela chamou de propaganda dramática⁴⁸⁴.

Encontramos várias peças depois do 5 de Outubro que cantam a gesta heróica dos carbonários ou que defendem a intervenção na guerra, atestando a vitalidade deste teatro político e de difusão de propaganda.

4.3.3. A festa e a música

*O Mundo*⁴⁸⁵ de 24 de Fevereiro descreveu o que chamou de “Uma festa republicana”. Tratava-se da inauguração da Escola Heliodoro Salgado, no Beato. Com uma sala cheia, os republicanos ouviam discursos, a tuna do Centro António José de Almeida e um quarteto que tocava *A Portuguesa*.

As festas republicanas tinham algumas características comuns que vale a pena surpreender para encontrar um modo de fazer desta cultura política. Era frequente encontrarmos referência às bandeiras e estandartes. Uma das características das bandeiras republicanas era a da predominância das cores verde e vermelho, que seriam

⁴⁸¹ *Ibidem*.

⁴⁸² GONÇALVES, Manuel, *5 de Outubro. Episódio da Revolução em 2 actos*, Lisboa, Bordalo, 1912.

⁴⁸³ VELEDA, Maria, “Memórias de Maria Veleda”, *República*, 11 de Março de 1950.

⁴⁸⁴ *Ibidem*.

⁴⁸⁵ *O Mundo*, n.º 2622, 24 de Fevereiro de 1908.

aliás as cores da bandeira nacional depois do 5 de Outubro. Estas cores eram geneticamente constitutivas do republicanismo, surgindo já, por exemplo, no centenário camoniano. A interpretação do seu significado podia ter algumas variações. O verde surgia associado à esperança ou ao positivismo. O vermelho, por seu turno, aparecia associado à Igualdade e à Emancipação.

A música pode ser, para além de tudo o resto, uma forma de passar uma mensagem, de fazer ouvir uma voz. Aqui interessa-nos o que esta manifestação artística pode ter de político e, especialmente, a sua vertente mais popular.

A música era uma expressão artística presente na sociedade através, por exemplo, do movimento das bandas filarmónicas, algumas das quais fortemente conotadas com o movimento republicano. Tocavam nas festas, nos bailes, nos coretos – típicos da sociabilidade burguesa do século XIX. Muitas das associações republicanas ou afins tinham a sua tuna. Podemos registar exemplos destes encontros: a Sociedade Promotora da Educação Popular tinha a sua tuna.

No mundo popular, o fado tinha um papel importante, tanto como entretenimento, tanto, e é isso que aqui nos interessa, como forma de produção e vulgarização de um discurso político. A possibilidade de reprodução da mensagem política no quotidiano é virtualmente infinita, trabalhando a favor de um determinado ideário político ou levantando importantes questões políticas, económicas e sociais. No entanto, no mesmo formato podemos encontrar o *Juízo do Ano*, *A Igualdade*, *O Operário e o Patrão*, bem como *Os Teus Olhos e Ciumenta*⁴⁸⁶.

Na sua história do Fado, Rui Vieira Nery analisou fados que tinham um importante conteúdo político, nomeadamente de crítica ao sistema político vigente:

“Destruir a monarquia
Haver no mundo igualdade,
São dois pontos sublimes
Por que pugna a sociedade.

De que serve à pátria o rei,
Toda a imbecil nobreza,
Que p’la força da riqueza

⁴⁸⁶ *Almanaque do Cantador de Fados para 1914*, [1913].

E p'la posição são a lei?
O poder que ao vil darei
À desordem e à anarquia,
A vileza e a tirania.
Tudo isso deve acabar,
Cumpre ao povo sem esperar,
Destruir a monarquia.

Destruída, tereis então
De cumprir sérios preceitos,
Gozareis de os direitos
De um povo livre em acção;
Quem ama a sua nação
Odeia a cruel majestade,
Realeza – nulidade,
A dizer há quem se atreve,
P'ra nossa ventura deve
Haver no mundo igualdade.”

Reis, príncipes e rainhas,
Duques, marqueses, barões,
Medalhas, comendas, brasões,
D'estado régias gracinhas;
Oh Povo, que isto tinhas,
Eras um réu de vis crimes,
Domas-te como os vimes,
A tal caterva singular,
Porque o roubar e o matar
São dois pontos sublimes.

O rei vive ocioso,
C'roado de louro e carvalho.
À sombra só do Trabalho,
Do pobre laborioso;

Descei do trono ditoso,
Ó gérmen da ociosidade!
O povo é rei, e há-de
Não cessar contra a súplica,
Dando vivas à república
Por que pugna a sociedade.”⁴⁸⁷

Uma boa parte dos argumentos republicanos estão aqui traduzidos de uma forma simples e eficaz. A destruição da monarquia era o único caminho possível para a igualdade, para que Portugal se tornasse uma sociedade democrática. “Quem ama a sua nação/odeia a cruel majestade” explicava a ideia republicana de que a regeneração só era possível se fosse afastado o regime monárquico. A inutilidade do rei e a crítica à nobreza responde à mesma linha orientadora da propaganda republicana que questionava a monarquia e aqueles reis em particular. “Note-se, no entanto, que esta contestação à monarquia traduz sobretudo um ideal subjacente de justiça social e de igualdade que transcende a mera questão da natureza do regime político ou da chefia do Estado e que pressupõe antes de mais um projecto mais amplo de reforma radical da sociedade.”⁴⁸⁸ Ainda segundo o mesmo autor, vários movimentos políticos encontraram uma expressão privilegiada no seio do fado, podendo falar-se de “fadados operários” ou “socialistas”.

O regime republicano não escapou a esta forma de crítica:

“Veio a República, um dia,
E julguei mudar de vida
Mas estás cá a ver «ó viroscas»
Cá sigo na mesma lida,
De escravo muito prudente,
Neste regime presente,
Baptizado civilmente
Na Rotunda da Avenida.”⁴⁸⁹

⁴⁸⁷ NERY, Rui Vieira, *Para uma História do Fado*, Lisboa, Público, 2004, pág. 131.

⁴⁸⁸ *Ibidem*, pág. 131.

⁴⁸⁹ INTENDENTE, Artur do e BARATA, *Disparates em verso. Canções humorísticas ao Fado*, Lisboa, Livraria Barateira, 1930.

Não sendo um meio de difusão da mensagem controlado pelos republicanos, a música popular foi uma das formas de levar a política até ao quotidiano e uma das formas de procurar encontrar as vozes que são menos conhecidas e tratadas nos trabalhos historiográficos. Rui Vieira Nery chamou ao capítulo dedicado ao período de 1890 a 1926 “A Radicalização Revolucionária”⁴⁹⁰, permitindo-nos perceber que também ao olhar para a história do fado se pode encontrar a entrada das massas na política e a entrada do pensar sobre a sociedade em todos os aspectos da vida quotidiana.

4.3.4. O consumo e o quotidiano na difusão da mensagem

Se em 1908 um republicano se dirigisse à Chapelaria A Social (uma cooperativa de chapeleiros), na Rua Fernandes da Fonseca em Lisboa poderia comprar um chapéu formato Dr. António José de Almeida, Dr. Afonso Costa, José Relvas, João Chagas, Alexandre Braga ou João de Menezes. Com 1\$000 réis, o consumidor saía com um chapéu que o identificava politicamente com os republicanos, em geral, e com um dos seus políticos preferidos, em particular.

A mensagem do republicanismo não passava apenas pelos canais que tradicionalmente associamos à mensagem política e à propaganda. A ideia era transmitida de uma forma mais difusa, associada ao consumo e, no caso da Chapelaria A Social a anúncios publicitários. Se folhearmos alguns órgãos de imprensa republicana, nomeadamente *O Mundo*, podemos encontrar o anúncio aos chapéus Afonso Costa. O que aparecia na imagem não era o chapéu mas o político republicano. Vendia-se um chapéu com base no carisma de uma personalidade e, através desta forma de consumo, diferenciavam-se as opções políticas. Misturavam-se os objectivos comerciais e políticos.

O mesmo se poderia dizer do sabonete França Borges. Ou, para dar um outro exemplo, os republicanos poderiam dirigir-se aos Grandes Armazéns Franqueira, na Calçada do Marquês de Abrantes em Lisboa, e comprar um lenço republicano, uma homenagem aos deputados do povo.

Há uma utilização comercial da figura dos republicanos. Para esta opção ter racionalidade económica significa que estas figuras eram bastante populares, caso contrário não se justificaria a utilização da sua imagem para fins comerciais. Mas, simultaneamente, a publicidade que era feita a estes políticos e ao objecto que lhe estava

⁴⁹⁰ NERY, Rui Vieira, *Para uma História do Fado*, Lisboa, Público, 2004.

associado vai amplificar a sua popularidade, numa relação dinâmica de crescimento mútuo.

As imagens dos republicanos circulavam, outrossim, através de postais. Segundo António Ventura “Um dos temas presentes no mundo do postal ilustrado português desde o início do século XX é a política, com numerosos postais sobre a família real, os partidos, os dirigentes partidários – Hintze Ribeiro, José Luciano, João Franco –, governantes e situações polémicas, como as que aparecem nos trabalhos de Rafael Bordalo Pinheiro em 1902, com desenhos publicados em *A Paródia*, de A. Calado, Celso Hermínio e Francisco Teixeira, entre muitos outros. O rotativismo, o caciquismo, a influência da igreja...A par de excelentes colecções sobre visitas da realeza europeia a Portugal (...)”⁴⁹¹ Encontramos imagens da família real, mas também dos republicanos ou dos regicidas. Neste último caso, encontramos tanto as imagens dos seus cadáveres na morgue como outras nas quais aparecem como heróis, para além das que reproduzem uma ilustração sobre o regicídio⁴⁹².

António Ventura, na mesma obra, explica que os postais com temática política se multiplicaram depois da implantação da República, bem como, aliás, os postais anti-republicanos. Ambos os lados da barricada estavam presentes nesta circulação de imagens, forma de dar a conhecer acontecimentos, personagens, o Directório e imprensa republicana. Alguns dos primeiros postais republicanos foram dados à estampa em 1901 pelo jornal *O Norte*, neles figurando os primeiros três deputados republicanos eleitos pelo Porto, surgindo a partir de então, “(...) postais fotográficos com os retratos dos deputados ou candidatos a tal cargo, dos dirigentes partidários, das figuras gradadas do partido.”⁴⁹³ Para além das fotografias, há desenhos e caricaturas, tal como a inevitável crítica aos monárquicos. De destacar a série das caricaturas de figuras políticas, feitas por Alfredo Cândido e dadas à estampa em 1906.

A propaganda republicana não se fazia apenas através dos grandes momentos quentes, mas também através destes pequenos objectos de uso quotidiano que lhe davam uma continuidade que os grandes eventos não podiam ter. As imagens associadas com a política penetravam no dia-a-dia, tal como os objectos de consumo corrente, como um sabonete ou um chapéu.

⁴⁹¹ VENTURA, António, *Os postais da Primeira República*, Lisboa, Tinta-da-china, 2010, pp. 10-11.

⁴⁹² *Ibidem*.

⁴⁹³ *Ibidem*, pág.12.

Esta era mais uma frente de combate dos republicanos: levar a ideia, de uma forma leve, até ao quotidiano.

CAPÍTULO 5

OS INIMIGOS DO REPUBLICANISMO:

CONTRA O QUÊ E CONTRA QUEM SE LUTAVA

Utilizando uma metáfora médica e organicista de compreensão do real, escreveu-se que “A monarquia é um cancro, e como tal vai minando e corroendo o organismo social português. Esse cancro precisa ser extirpado – tal como ensina a cirurgia.”⁴⁹⁴.

O regime monárquico, comparado com um cancro, deixava de poder ser discutido. Não se argumenta com uma doença, curava-se essa maleita.

O olhar do médico tinha, à época, um escopo mais vasto do que apenas o corpo individual e a medicina tinha um papel social⁴⁹⁵. Por isso, era relevante fazer estas comparações.

O discurso republicano acerca do regime monárquico-constitucional constitui-o, mais do que o define. A maneira como os republicanos descrevem a sua época diz tanto sobre eles como sobre o final da monarquia. Este final foi mais denso e complexo do que a análise republicana fazia crer—por mais que tenha sido em alguns aspectos certa e assertiva.

A monarquia constitucional vivia dias difíceis, sobretudo nos finais do século XIX, inícios do século XX. Já fizemos, aliás, referência à crise económica, às dificuldades a nível social, com o aumento da conflitualidade decorrente da deterioração das condições de vida. Faremos agora referência a alguns aspectos centrais da questão política da monarquia constitucional que foram utilizados na propaganda republicana, ou agudizados com a acção política deste movimento. Em primeiro lugar, podemos levantar a questão da governabilidade, ou a forma como os governos se tornaram progressivamente ineficientes. Em segundo lugar, a divisão dentro do campo monárquico, facilitou o estabelecimento de um argumentário da propaganda republicana e não permitiu que se constituísse uma frente unida de apoio à monarquia. Muitas vezes,

⁴⁹⁴ Gonçalves Neves in *Arquivo Democrático*, n.º 8, Janeiro de 1909.

⁴⁹⁵ GARNEL, Maria Rita, *Vítimas e Violência na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

a dureza da própria crítica monárquica pôs o rei, designadamente D. Carlos I, numa posição de grande fragilidade. Por último, é importante mencionar a instabilidade no parlamento que se tornou, com a entrada dos combativos deputados republicanos, um lugar de ferozes críticas, do qual chegou a ser expulso um deputado republicano (Afonso Costa).

5.1. Os reis e a dinastia de Bragança

Para os republicanos, o tempo dos reis estava a acabar e, para acelerar o fim desse tempo, estavam dispostos a mobilizar as suas forças. Segundo Fernando Catroga⁴⁹⁶, na década de 70 do século XIX existiam três grupos republicanos em Lisboa: o democrata, o grupo republicano moderado e o federalista. O grupo democrata pensava lançar um programa democrático para conseguir a união de grupos de esquerda, não colocando de imediato a questão do regime⁴⁹⁷. No entanto, esta posição deixou de ter peso no movimento e no partido, já que a partir de finais do século XIX era claro que o republicano se posicionava contra a monarquia.

Em relação à monarquia, a questão central que se punha era a da legitimidade do poder. Não era um problema novo, é certo. O vintismo e o liberalismo já a tinham levantado. Maria de Fátima Bonifácio, propõe uma interpretação do século XIX, numa perspectiva política, “(...) como um processo turbulento de transição entre duas legitimidades: a legitimidade monárquica, herdada do antigo regime, e a legitimidade democrática, consumada na república.”⁴⁹⁸ Continua a mesma autora: “Desde o início, a monarquia constitucional viveu atravessada pela tensão insolúvel entre os dois princípios de legitimidade em que se firmava: a do rei e a do povo, a monarquia e a república.”⁴⁹⁹

Se a autoridade precisa, absolutamente, do seu reconhecimento pelos indivíduos sobre a qual se exerce, os republicanos trabalharam para a desconstrução desta aceitação, demolindo a autoridade do rei e a fonte de legitimidade do seu poder.

A fórmula que os republicanos aceitavam, concisa e simples, significava olhar para o poder de uma outra forma: a soberania residia em a nação. Não no monarca, não no rei

⁴⁹⁶ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).

⁴⁹⁷ *Ibidem*.

⁴⁹⁸ BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999, pp. 11-12.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, pág. 13.

por graça de Deus, não numa realeza por direito divino ou absolutista. A soberania de um sobre todos, fundada no *absurdo* da hereditariedade era inaceitável para os republicanos. A transformação social entendida como moderna implicava a igualdade perante a lei (o que acarretaria o livre acesso ao sufrágio). É isto mesmo que Teófilo Braga afirmou na sua mensagem ao Congresso da República aquando da sua eleição como Presidente da República em 1915:

“Quando há quatro anos, nesta mesma sala, foi lida a proclamação da República Portuguesa, ficou formulado o princípio fundamental de onde derivam todos os poderes do Estado—a soberania nacional, postergada sempre pela frase "da graça de Deus", com que as dinastias mascararam o seu poder pessoal absoluto. Reivindicaram esse princípio as revoluções de 1640, 1820, 1836, sempre desvirtuadas pelos seus mandatários.”⁵⁰⁰

A monarquia não representava a vontade nacional, pelo contrário impunha-se a ela. As políticas governativas fundavam-se numa família privilegiada e não na consciência da mútua solidariedade, própria de um corpo político, no sentido moderno.

O Estado explorava o indivíduo. Esta ideia passou com muita facilidade para a vulgata do republicanismo. A monarquia, poder ilegítimo, tirava dos seus súbditos mais do que devia e mais o que estes podiam dar. O regime ia ao ponto de dispor do corpo do súbdito⁵⁰¹, através do recrutamento militar. O liberalismo monárquico teria, assim, poder sobre a vida do cidadão.

Para os republicanos, a vontade nacional era a base da soberania e essa vontade exprimia-se pelo sufrágio. A monarquia constitucional legalizava como vontade nacional um sufrágio que não representava realmente a vontade nacional. Os republicanos consideravam que as eleições eram falseadas, as conhecidas chapeladas eleitorais, e os recenseamentos falsificados, bem como os cadernos e as urnas.

Era portanto necessário, para os republicanos, abrir o livre acesso ao sufrágio. E abrir para os *seus* potenciais eleitores. No entanto, a questão do voto era, para os republicanos, delicada e complexa. Nem sempre surgiu explicitamente como *sufrágio universal*. A vontade nacional expressa pelo sufrágio delegava o poder a indivíduos

⁵⁰⁰ Intervenção de Teófilo Braga, *Diário do Congresso da República*, sessão n.º 15, 29 de Maio de 1915.

⁵⁰¹ BRAGA, Teófilo, *Dissolução do Sistema Monárquico Constitucional*, col. Biblioteca Republicana Democrática, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1881, pág. 65.

competentes. Está aqui presente uma teoria jurídica de recorte tradicional, sendo o poder um direito passível de ser transferido contratualmente.

5.2. A monarquia como fonte da crise

Não sendo nova, a questão da legitimidade do poder do rei foi habilmente explorada pelos republicanos. Uma das premissas centrais era o divórcio entre o rei e a nação. O monarca não simbolizava nem representava o povo e a nação, antes pelo contrário, não tinha outra relação que não a de dominação sobre ela. Assim, a afirmação da soberania nacional passaria necessariamente pela república.

Para além da questão da legitimidade, os republicanos levantaram ainda a questão da inutilidade do rei enquanto servidor do Estado: “O rei é, pela sua parte, um funcionário da nação diferenciando-se dos outros em não lhe prestar nenhum serviço útil, em ser o que recebe maior salário, em ter palácios, quintas e navios para o seu recreio, em receber pela mulher com que casa, e pelos filhos que nascem.”⁵⁰²

Para os republicanos existia uma causa simples para explicar todos os problemas de Portugal: a monarquia. Era a responsável pelo estado de anarquia política, intelectual e moral. No campo das relações internacionais, a monarquia tinha transformado Portugal numa feitoria inglesa.

No campo económico, o regime, num constante aumento da dívida pública, levava o país praticamente à bancarrota. Os impostos eram apenas lançados para produzir receita não sendo reinvestidos, asfixiando a indústria nacional. As despesas da sumptuosidade governativa, a saber, a lista civil, o exército, as embaixadas e a “invasão da esfera industrial”⁵⁰³ resultavam no descalabro financeiro. O expediente utilizado, o constante recurso a empréstimos, era demasiado oneroso para a saúde financeira do país, uma espécie de escravidão financeira, uma entrega a banqueiros estrangeiros, o que significava, em última análise, um ataque à autonomia nacional. Para fazer face ao juro, os governos recorriam aos impostos que deixavam exangues os portugueses.

Segundo os republicanos, as colónias também não estavam seguras na gestão monárquica. O *Ultimatum* inglês era, para os republicanos, a prova tangível e cabal do perigo para as colónias e representava a incapacidade do rei e dos governos

⁵⁰² *Ibidem*.

⁵⁰³ *Ibidem*.

monárquicos. O que podia ser a nova riqueza nacional era desbaratada pelos governos da monarquia.

A questão da instrução pública era um dos grandes pecados da governação monárquico-constitucional. Ou dito de outra forma, o insuficiente investimento na educação era, para os republicanos, um das causas do atraso civilizacional português.

A nível político os republicanos diagnosticavam um simulado sistema representativo, pervertido e deturpado. Acreditando nas premissas liberais, os republicanos consideravam que o regime se abastardara, perdera o seu tempo e a sua razão de ser.

As monarquias constitucionais só podiam ser entendidas como uma transição do absolutismo para a república. Em Portugal, esta conservava-se para além do seu momento histórico, unicamente através dos expedientes de uma política sem moral⁵⁰⁴.

Em 1910 os termos foram postos de uma forma radical: o combate era entre o Bem e o Mal. O Mal era os monárquicos, a mentira, a opressão e o favoritismo clerical; e o Bem era a República, na qual o povo seria senhor absoluto dos seus destinos, de cuja direcção encarregaria quem mais confiança lhe merecesse⁵⁰⁵.

5.2.1. D. Carlos I

Não se punha apenas a questão da existência de um rei, mas a *deste* rei. Se o cidadão modelo era o republicano, o rei surgia, na propaganda, como o seu contrário. D. Carlos I era o senhor de todos os pecados e de todos os vícios. Estes podiam ser exagerados, inventados ou caricaturados. Nem tudo o que os republicanos faziam correr sobre o rei era verdade; no entanto, a sua propaganda foi eficaz, fazendo crer que podia sê-lo. Verdade ou não, a propaganda conseguiu, pelo menos, levantar suspeitas sobre D. Carlos I.

O início do reinado de D. Carlos I não foi auspicioso. As dificuldades do Estado português como potência colonial foram aproveitadas pelo movimento republicano numa das suas grandes batalhas contra a monarquia, na conjuntura de 1890-1891.

⁵⁰⁴ *Ibidem*.

⁵⁰⁵ *O Mundo*, 7 de Agosto de 1910.



Imagem 16: D. Carlos às costas do Zé Povinho, caricatura. *A Corja*, n.º 12, 8 de Setembro de 1898.

D. Carlos I aparecia como um rei que não sabia reinar. E não o sabia fazer porque na verdade não se interessava pelo país que lhe coubera de herança. Para o monarca, *isto* era a piolheira. Mais do que aferir da veracidade desta afirmação do monarca, o importante é perceber que esta estória fez o seu curso e que serviu a propaganda republicana. Na época dos nacionalismos, depois do grande sobressalto cívico do início do reinado com o *Ultimatum* de 1890, era impensável que o monarca não amasse a sua terra, o seu país.

D. Carlos era visto como um rei perdulário, que gastava mais do que podia e do que devia, vivendo quase exclusivamente para os seus prazeres. Os republicanos acentuam esta ideia, fazendo-a correr paralela ao relembrar das necessidades e da pobreza da maioria dos portugueses. A imagem era simples e de uma enorme eficácia. De um lado um rei com tudo, de outro, um povo descalço. Os republicanos trabalhavam as profundas clivagens e desigualdades sociais em proveito da sua causa. Assim, um dos escândalos que mais serviu a causa republicana foi a questão dos adiantamentos à Casa Real. O magro orçamento da Casa Real acabava por ser corrigido por adiantamentos nunca ressarcidos, o que equivalia a dizer que os diferentes governos monárquicos acabavam por dar mais dinheiro ao monarca que o oficialmente estipulado.

O pecado maior do monarca, na cartilha republicana, foi o sonho do engrandecimento do poder real. Lembrava o absolutismo do passado e parecia demonstrar que todo o poder monárquico tenderia sempre para a concentração do poder. Perante as dificuldades em formar um executivo, D. Carlos I chamou ao poder João Franco em 1906. Pelo que se pode inferir, não pretendia que o seu ministro se lançasse na construção de um regime ditatorial. As dificuldades da governabilidade monárquica levaram ao encerramento de um parlamento que assistira a sessões tumultuosas. João

Franco iniciou uma fase de governo, criticada por todos os campos políticos, em ditadura (e sem marcação de data para as eleições). Os republicanos intensificaram a propaganda anti-fraquista e o poder reagiu com dureza.

5.2.2. D. Manuel II e D. Amélia

D. Manuel II, cuja ascensão ao trono foi possível depois de um dos mais trágicos eventos para a monarquia portuguesa, não beneficiou de qualquer simpatia por parte dos jornais, publicistas e propagandistas republicanos. O menos visado pela crítica republicana foi o príncipe Luís Filipe, mas mesmo assim não foi poupado, nem sequer depois do regicídio. Guerra Junqueiro considerou que Costa e Buiça “Mataram um grande criminoso e o seu filho inocente (...) Mas para eles, na sua concepção da história materialista e fanática, o filho do rei era a vergonha da árvore, e a árvore de má sombra queriam cortá-la pelo tronco.”⁵⁰⁶

Segundo o republicano Marinha de Campos, o início do reinado de D. Manuel II não foi uma amnistia, foi um armistício⁵⁰⁷. Os acontecimentos do Terreiro do Paço podiam ter tido um efeito regenerador no próprio campo político. A “Monarquia Nova” de D. Manuel II podia ter representado a possibilidade de uma espécie de recomeço. No entanto, continuaram a verificar-se as mesmas debilidades do sistema político, herdadas do reinado anterior. As lutas internas entre facções do campo monárquico não abrandaram significativamente e a luta republicana tornou-se mais forte e organizada. Os monárquicos não foram capazes de apresentar uma frente coesa e unida.

Num primeiro momento dessa monarquia que se quis nova o republicanismo ofereceu umas tréguas ao regime, no seio da “acalmação”, desde que satisfeitas algumas condições – e aqui residia a questão central da estratégia republicana. Os republicanos ofereciam a possibilidade de entendimento com uma mão, e com outra, escreveram uma crítica simples e eficaz, pela pena de Brito Camacho: “Novo rei. Velho reinado.”⁵⁰⁸ Ou seja, ainda antes da intervenção de Afonso Costa, propondo uma espécie de pacto, já outras vozes se antecipavam, lançando a desconfiança sobre o regime.

Na sessão da Câmara dos Deputados de 19 de Maio de 1908, Afonso Costa, a propósito do discurso da coroa, procurou levar a cabo uma discussão política mais ampla e

⁵⁰⁶ Citado em *A Lucta*, n.º 774, 19 de Fevereiro de 1908.

⁵⁰⁷ *O Mundo*, n.º 3556, 23 de Setembro de 1910.

⁵⁰⁸ *A Lucta*, n.º 762, 7 de Fevereiro de 1908.

profunda, pensando a situação política do novo reinado e apreciando a viabilidade do mesmo. Considerou que o partido republicano se encontrava numa fase de maioridade, maduro, logo “(...) não faz, pois, senão o que é útil a si a ao país”.⁵⁰⁹ Se a monarquia conseguisse governar de forma patriótica, com economia e liberalidade, o PRP, sem deixar de pugnar pela República, congratulava-se por o país entrar numa era de paz. Os republicanos aceitavam, como solução provisória, a situação que trouxesse menos desgraças ao país. Afonso Costa tinha consciência que o risco desta opção era a demora na implantação do novo regime, afirmando por isso:

“(...) podendo nós assim perder tempo material até à constituição da república, o ganhemos depois na rápida expansão das forças vitais nacionais. A Pátria, chegando-nos às mãos quase no estado de anarquia, com os laços sociais dissolvidos pelas depredações do poder, já despedaçada pelos últimos ultrajes da monarquia, levará muito mais tempo, e exigirá muito mais sacrifícios do povo para se recompor, do que se nos cair já nos braços evoluçionando no sentido do progresso, com as suas condições essenciais de vida perfeitamente asseguradas e com instituições já quase republicanas, em que o povo compartilhe directamente do poder político e administrativo.”⁵¹⁰

Ainda que mais demorada, a República – inevitável – nasceria com melhores condições sociais e políticas. Para Afonso Costa o papel *científico* das monarquias constitucionais era o de preparar a passagem para regimes democráticos e republicanos, embora considerasse que a esta monarquia faltavam os elementos necessários até para este papel de transição.

Afonso Costa não deixava muitas opções à monarquia de D. Manuel II. Se a monarquia não fizesse o governo que se queria patriótico, económico e liberal que lhe era exigido, a república *tinha* que ser estabelecida pelo PRP com “(...) a mesma urgência com que é preciso acudir a um incêndio devastador (...)”⁵¹¹ e a revolução seria justificada e urgente. O novo reinado encontrava-se num momento decisivo da história e teria que tomar uma posição de coragem. No entanto, o que se pedia era complicado e pouco exequível: ou a monarquia aceitava cumprir as exigências do PRP ou teria que enfrentar

⁵⁰⁹ Intervenção de Afonso Costa, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 12, 19 de Maio de 1908.

⁵¹⁰ *Ibidem*.

⁵¹¹ *Ibidem*.

a revolução. Na verdade, não se tratava de uma proposta, mas da vontade de forçar a monarquia a revelar a sua incapacidade⁵¹².

Afonso Costa ofereceu no parlamento uma plataforma de entendimento que a monarquia rejeitou, ainda segundo Marinha de Campos porque era “improgressiva (sic), incorrigível e traiçoeira”.

Como é que D. Manuel era visto pelos republicanos? Primeiro que tudo, era um rei e era um Bragança, uma dinastia considerada pelos republicanos como odiosa. António José de Almeida, falou no parlamento monárquico do “(...) sangue mole, espesso e comodista (...)”⁵¹³ da dinastia reinante. De D. Manuel II disse Teófilo Braga, imediatamente após o 5 de Outubro de 1910: “O rei?! Nascido dos Braganças e dos Orleães, perdido já o espírito dos Sabóias, produto de raças cheios de vessanias, de loucuras, de sangues depauperados e nas quais aparecem degenerados místicos, cobardes, perdulários e hipócritas, foi o verdadeiro ponto final de uma cansada dinastia.”⁵¹⁴ Afonso Costa afirmou algo semelhante em 1909, dizendo que o rei possuía todas as taras do pai e os defeitos dos Orléans⁵¹⁵. Esta argumentação não era inédita, já que “(...) inúmeros foram os escritos com pretensões científicas que apresentaram as famílias reais como exemplos de degeneração hereditária.”⁵¹⁶ Para *O Mundo*, o 5 de Outubro corrigira o erro dos revolucionários do século XVII (1640) já que durante duzentos e setenta anos “(...) esteve este infeliz povo à mercê e sob a pata insolente de uma família de degenerados psíquicos da pior espécie (...)”⁵¹⁷

No entanto, pouco depois da subida de D. Manuel II ao trono, há a registar um duplo esforço: por um lado, a tentativa de tornar o rei visível e conhecido, proporcionando-lhe alguns *banhos de multidão*; por outro, a procura de redinamização de manifestações de apreço pelo novo rei. Ao folharmos a *Ilustração Portuguesa* de 1908, sobretudo, mas também em 1909 e 1910, encontramos múltiplas aparições públicas do novo monarca⁵¹⁸. Podemos vê-lo a passear-se de cavalo nas ruas de Lisboa, numa festa

⁵¹² Ver MORAIS, Jorge, *Os últimos dias da monarquia, 1908-1910, Da esperança de tréguas à instauração da República*, Lisboa, Zéfiro, 2009.

⁵¹³ Intervenção de António José de Almeida, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 22, 3 de Junho de 1908, pág. 25.

⁵¹⁴ *Ilustração Portuguesa*, n.º 244, 24 de Outubro de 1910.

⁵¹⁵ Conferência de Afonso Costa no Porto citada em *O Mundo*, n.º 3272, 10 de Dezembro de 1909.

⁵¹⁶ GARNEL, Maria Rita, *Vítimas e Violência na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, pp. 221-222.

⁵¹⁷ *O Mundo*, n.º 3572, 9 de Outubro de 1910.

⁵¹⁸ Esta tentativa de humanizar o rei também passou pelo cinema, nomeadamente com o filme *Vida íntima de El-Rei D. Manuel II*, Portugal (?), 1909, onde se pode ver o monarca num momento de recolhimento encenado, brincando com os seus cães.

escolar, na Escola do Exército, nas batalha do Vimeiro, numa visita ao Norte do país em 1908, a visitar a zona de Benavente, depois do terramoto de 23 de Abril de 1909, nas comemorações da guerra peninsular, etc. Existiu, indubitavelmente, esta vontade de construção de uma visibilidade pública da qual um príncipe que não fora educado para governar carecia.

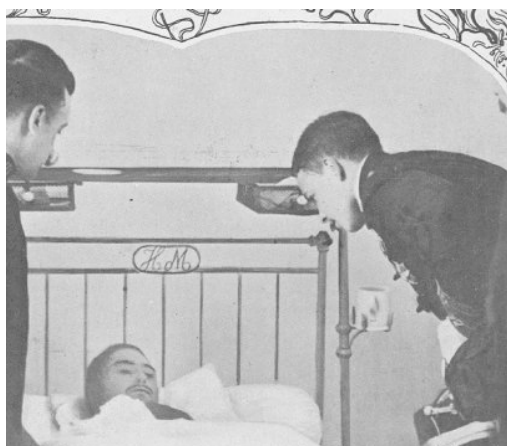


Imagem 17: “Missão de Piedade. El-Rei no Hospital da Estrela. El-Rei vendo um doente, na enfermaria do dr. Alfredo Vasconcelos Dia.” *Ilustração Portuguesa*, n.º 127, 27 de Julho de 1908.

Na imagem acima reproduzida, encontramos D. Manuel II a visitar e a debruçar-se sobre um doente, no que a *Ilustração Portuguesa* chamou de uma Missão de Piedade. Dez anos depois, também Sidónio Pais se debruçaria sobre os doentes, recuperando esta forma particular de propaganda de um poder que se desejava atento e fraterno, num país onde as difíceis condições de vida penalizavam a maior parte da população.

Para os republicanos, o novo rei foi transformado num moço frágil, demasiado novo para as responsabilidades e sobretudo permeável à influência da mãe. Lucien Corpechot escreveu na biografia de D. Amélia que, depois do regicídio de Fevereiro de 1908, a princesa Waldemar visitara a rainha e ficara com a ideia de que ela era o homem da casa e que lutava para salvar o trono.⁵¹⁹ O que lhe pareceu digno de louvor e admiração era censurado pelos republicanos que exploravam com muita habilidade o preconceito associado à ideia de ser uma mulher a mandar.

No carnaval de 1910, o rei D. Manuel II escolheu como máscara um travesti de sua mãe, a rainha D. Amélia. De tal modo esta brincadeira impressionou, pela negativa, os republicanos que a máscara teve honras de entrada na exposição do Museu da

⁵¹⁹ CORPECHOT, Lucien, *Memories of Queen Amélie of Portugal*, Londres, Eveleigh Nash, 1915, pp. 220-221.

Revolução⁵²⁰. Na verdade, o que esta *blague* parecia confirmar era que quem mandava era a Rainha, problema maior para a cartilha republicana.



Imagem 18: “Como se governa Portugal”. *O Mundo*, n.º 3338, 16 de Fevereiro de 1910.

O jornal republicano *O Mundo* mostrava aos seus leitores, através de uma imagem simples, quem e como se governava em Portugal. De um lado, ao telefone, a Rainha D. Amélia rodeada de padres, tendo em cima uma imagem de Nossa Senhora de Lourdes, sinal da sua religiosidade. Aí estava o perigo: mulher, francesa e demasiado religiosa, uma devota militante. Do outro lado do telefone, esse objecto da modernidade, José Luciano de Castro e as suas “criaturas”, protegidos pela “nossa senhora dos navegantes”, uma alusão à rua onde morava e, neste sentido, um lugar de poder na geografia política monárquica. Era a igreja, uma mulher e a velha política dos rotativos que governavam o país, comunicando a rainha as suas instruções por telefone. Do governo de um país e de um povo, assim apresentado, estavam ausente o parlamento e acima de tudo um povo, restando os clericais e as *camarilhas*.

Quando se falava de D. Amélia, uma das características a ela associada no discurso republicano era a sua religiosidade. Como se dizia vulgarmente, era uma “beata”. Assim sendo, dizer que a rainha tinha uma tão grande influência no rei era pernicioso, em

⁵²⁰ *O Mundo*, n.º 3652, 30 de Dezembro de 1910.

primeiro lugar por ser uma mulher e em segundo lugar pelo peso da influência da Igreja Católica que parecia estar por detrás dela. Os republicanos tinham pouca simpatia pelas obras de caridade de D. Amélia. Uma das biografias da rainha insiste nesta ideia de uma mulher caridosa e simples, sempre preocupada com o sofrimento alheio⁵²¹. As crianças apareciam como a sua principal preocupação. Corpechot fez eco de histórias de heroísmo da parte de D. Amélia, como aquela em que a rainha entra no mar para salvar um marinheiro⁵²². A imagem difundida pela propaganda republicana não levava em linha de conta nenhum dos elogios feitos à rainha e às suas obras. Corpechot contou uma história curiosa: a rainha visitava um hospital onde um dos médicos chefes era um proeminente republicano (não identificado no texto). Depois de visitar várias enfermarias, debruçando-se sobre os doentes e falando com eles, dizem-lhe que há uma enfermaria fechada. A rainha insistiu, mesmo depois de lhes explicarem que os doentes tinham tifo. A sua entrada, com um sorriso abnegado, teria transformado o republicano em monárquico⁵²³. Esta transmutação de cor política depois do gesto da rainha não teve efeito para além deste caso, se de realidade se trata. Mesmo no interior do seu campo político, existiam dúvidas acerca da rainha e das suas obras de caridade. Até mesmo entre os monárquicos, existiam aqueles que a consideravam demasiado religiosa.

Para a republicana Maria Veleda, a rainha não trazia nada de bom: “Modernamente, Portugal e a vizinha Espanha sofrem também dos erros e desorientação de dois cérebros femininos, escravizados pela reacção, além Maria Cristina; aqui, Amélia de Orléans.”⁵²⁴

A associação entre D. Amélia e o rei penalizou a imagem do monarca. De D. Manuel II dizia-se que estava demasiado ligado às saias, fossem as de sua mãe, tida como reaccionária, fossem as dos padres, dos bispos e as dos jesuítas, a infame “seita negra”.

Alfredo Cândido deixou-nos uma caricatura que resume de forma clara todo este discurso republicano sobre D. Manuel II: eis um rei, sorridente e ladino, vestido de gala e com luvas, segurando com ambas as mãos uma coroa enorme. Aí estava o D. Manuel II da propaganda republicana: o jovem e inexperiente rei que mal conseguia segurar a sua coroa. Ou ainda, como Ana de Castro Osório o descreveu, falando no congresso republicano de Setúbal, um “rei menino” sob a influência de sua mãe⁵²⁵.

⁵²¹ CORPECHOT, Lucien, *Memories of Queen Amélie of Portugal*, Londres, Eveleigh Nash, 1915.

⁵²² *Ibidem*, pág. 212.

⁵²³ *Ibidem*, pp. 141-142.

⁵²⁴ VELEDA, Maria, *A Conquista. Discursos e Conferências*, Lisboa, Livraria Central, 1909.

⁵²⁵ *O Mundo*, n.º 3044, 26 de Abril de 1909.



Imagem 19: Caricatura de D. Manuel II, por Alfredo Cândido. Fundação Mário Soares.

Teófilo Braga pronunciou-se sobre este *rapaz* que carregava a coroa. Começou por afirmar que se o povo amasse o rei, ninguém o destronaria, acrescentando: “Como havia, porém ter-lhe amor, se ele próprio não tinha fé no seu trono, se lhe faltava a crença no seu símbolo!”⁵²⁶ Era uma “(...) mocidade educada na impressão no divino, apaixonada pela seita católica, esperando do céu num tempo positivo; era uma juventude naufragada sem essa energia que o bispo-conde lhe emprestava quando o rei ainda fardado de generalíssimo, se pompeava à frente das tropas no Buçaco.”⁵²⁷

No reinado de D. Manuel II, os republicanos continuaram a levantar a velha questão dos adiantamentos. Encontramos, frequentemente, no Verão de 1908, críticas ao ministro da Fazenda, Manuel Espregueira e ao que consideravam ser os desvios irregulares e ilegais de dinheiro do país para a família reinante e pessoas graduadas do regime. Mais tarde, e mantendo sempre a ideia de uma casa real esbanjadora, exploraram o que foi chamado de escândalo dos Tabacos.

A “Monarquia Nova” de D. Manuel cedo foi transformada, pela propaganda republicana, numa coisa “velha”, sem soluções para o país. António José de Almeida afirmou, num comício em Rio Maior, que a monarquia nova era igual à velha⁵²⁸. Os republicanos reivindicavam a exclusividade da novidade política e não estavam

⁵²⁶ *Ilustração Portuguesa*, n.º 244, 24 de Outubro de 1910.

⁵²⁷ *Ibidem*.

⁵²⁸ *O Mundo*, n.º 3069, 21 de Maio de 1909.

interessados em permitir que se associasse a juventude de D. Manuel a qualquer ideia de renovação. Os novos, independentemente da idade, eram os republicanos. O rei D. Manuel II não era *novo*, era inexperiente.

5.3. Os partidos e o político monárquico

Para além do combate contra a monarquia, enquanto regime político e instituição, e do combate contra o rei, seja ele D. Carlos I ou D. Manuel II, os republicanos visaram nas suas críticas os partidos e os políticos monárquicos. Os servidores da monarquia foram simplificados para se encontrar uma figura tipificada do inimigo realista.

A entrada no país político era forçada pelas novas forças emergentes, é certo, mas existia uma rede de contactos pessoais entre a elite, quer monárquica, quer republicana. Apesar de inimigos políticos, muitos destes homens tinham, assim, relações pessoais.

A dureza das críticas republicanas não implicava que não existisse uma salvação. A única forma dos políticos monárquicos se “regenerarem” era pelo abandono da sua “fé” política, aderindo ao republicanismo. O exemplo mais significativo deste percurso era, obviamente, Bernardino Machado, mas poderíamos ainda falar de Miguel Bombarda. Os republicanos estavam abertos a deserções e quando estas aconteciam publicitavam-nas, tal como já referimos.

Os monárquicos foram o “inimigo providencial”, o reverso negativo das virtudes republicanas. No combate e na propaganda, os republicanos sentiram a necessidade política de criar um inimigo. Como comunidade política, os republicanos opunham-se aos monárquicos que encarnavam todos os vícios políticos. Na prática, apesar de parecer teoricamente impossível, existiam conjunturas, tal como o 28 de Janeiro de 1908, em que os republicanos se aliavam a certos políticos monárquicos, mas a imagem do político monárquico.

Os homens políticos do rotativismo eram vistos como os actores de um espectáculo indecoroso de divisão da coisa comum. No entanto, convém precisar o que se entende por rotativismo e como este termo foi usado como argumento pelos republicanos, simplificando uma realidade que era mais complexa. Não se pode olhar para a história política desde a Regeneração até 1910 como apenas a alternância entre dois partidos

(que variaram conforme as conjunturas).⁵²⁹ Mas podemos pensar a eficácia com que os republicanos souberam explorar esta imagem.

Os políticos que exerciam a autoridade eram considerados, ineptos, parasitas, ladrões, apenas pretendendo criar clientelas de modo a serem eleitos. Aos olhos republicanos nada distinguiu Progressistas e Regeneradores, já que apenas disputavam o poder. Ainda que tivessem tido uma origem nobre, nas já longínquas pugnas liberais, tornaram-se bandos que se uniam para assaltar o poder. Os republicanos consideravam que os que governavam estavam destituídos de ideias, ultrapassados pelo tempo e pela história, e que eram relíquias do passado pesando sobre a nação. Eram os antigos, os velhos, os condenados pela “natural” evolução da sociedade.

Destas críticas, gostaríamos de escarpelizar um argumento importante para esta linha de pensamento: os partidos são chamados à governação pelo rei e não pela vontade da nação. Assim sendo, são fundamentalmente ilegítimos. Para Teófilo Braga, desde 1871 que os partidos monárquicos apenas faziam as “(...) cerimónias exteriores do parlamentarismo”⁵³⁰. A questão da legitimidade do poder já fora aberta aquando da figura do rei.

Para os republicanos, na câmara dos deputados, a maior parte destes homens servem o seu chefe. Ora se os partidos chegavam ao poder através do rei, sendo, portanto, aos olhos da nação ilegítimos, os deputados ainda abastardavam mais o seu papel servindo um chefe. Estar às ordens de um chefe era destruir o que a política tinha de fundamental, tornando-a pessoal, um feudo. Na Câmara dos Pares, sobretudo no final do período da monarquia constitucional, os republicanos apenas tinham respeito por Augusto José da Cunha e Dantas Baracho.

No geral, e simplificando, para os republicanos todos os deputados e pares do Reino monárquicos estavam ligados aos seus chefes particulares e ao rei e, assim, estavam efectivamente desligados da nação e do povo, que eram representados pelos republicanos. Os representantes do constitucionalismo não passavam de uma camarilha que apenas defendia os seus interesses e não o bem comum.

De todos os políticos monárquicos, a *bête-noir* do republicanismo foi, sem dúvida, João Franco. É interessante constatar que foi na conjuntura do movimento de propaganda contra o seu governo que o movimento republicano registou um crescimento

⁵²⁹ RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. IV de MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

⁵³⁰ BRAGA, Teófilo, *Dissolução do Sistema Monárquico Constitucional*, col. Biblioteca Republicana Democrática, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1881.

substancial. Este político corporizou a ideia de engrandecimento do poder real, de ditadura e de tirania. O seu governo, de 1906 a 1908, serviu como exemplo e como argumento para a propaganda republicana: mesmo que um executivo monárquico parecesse, numa primeira fase, liberal, estaria apenas a esconder o seu verdadeiro rosto autoritário. Numa forma mais popular era o “posso, quero e mando”.

Desde o primeiro dia do governo franquista que os republicanos não baixaram a guarda, atacando a constituição do governo e as medidas que pretendiam levar a cabo. Como inimigo providencial foi de tal maneira eficaz que a luta contra João Franco continuou mesmo depois de regicídio e do afastamento deste político. O último presidente do conselho de D. Carlos foi preso a 30 de Outubro de 1910, em virtude de um requerimento dirigido ao poder judicial no qual Ribeira Brava o acusava de abuso de poder.

Para o descrédito da política do constitucionalismo monárquico contribuiu a própria competição entre os seus partidos. A dureza da luta política entre os políticos do regime serviu, indubitavelmente, a causa dos republicanos.

O descrédito podia surgir entre os mais acérrimos defensores do regime: “As ambições estão acima de tudo e cada um pucha p.^a sem lado, procurando o penacho, e darão com isto em terra.”⁵³¹

Para além do combate político mais aguerrido, o humor e a caricatura foram inimigos temíveis do mundo político da monarquia constitucional. O exemplo paradigmático foi, sem dúvida, Bordalo Pinheiro. Este artista conseguiu criar imagens críticas e fortes sobre a política e os políticos do seu tempo. A erosão da monarquia deveu-se em parte à capacidade de a desacreditar através de “bonecos”. Vale a pena referir alguns destes, como por exemplo a Política, a grande porca, ou a imagem do rotativismo como um balancé.

5.4. Do lado monárquico

Se os republicanos criaram uma imagem do político monárquico, de igual modo, os monárquicos construíram uma imagem tipo dos republicanos, que servia idênticos propósitos de simplificação política.

⁵³¹ DIAS, José Lopes, *O Coronel Malaquias de Lemos e a Revolução de 5 de Outubro (Novos Documentos)*, Lisboa, s.n., 1960 (separata de *Estudos sobre Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, n.º 14), pág. 45.

Em 1835, um deputado monárquico traçou-nos uma imagem dos republicanos:

“Não me fazem medo os miguelistas, mas não tenho duvida em expressar os receios que tenho de outra espécie de gente que há entre nós, assim como há nos de mais países, de uns certos agitadores partidários não sei se de repúblicas. Se de outra alguma coisa que não posso classificar, e que me não parece compatível com o estado social se esses homens querem santificar tumultos da natureza dos que há poucos dias ocorreram na capital... É por causa destes homens a quem me será licito taxar de perigosos agitadores que eu receio um pouca da causa publica.

Vozes: – Republicanos? Ora deixe-se disso, é sonho.”⁵³²

Os republicanos eram apresentados como desordeiros, promovendo arruaças, instalando o caos. Mais do isso, eram vistos como uma alcateia de feras, logo longe de uma política civilizada.

O movimento republicano foi frequentemente subestimado pelos monárquicos. Durante bastante tempo foi visto pouco mais do que um vago gesto de ameaça ao trono. No entanto, esta posição foi sendo reconsiderada à medida que o movimento republicano ganhava força.

Uma das primeiras críticas feitas pelos monárquicos era a de que os republicanos eram “pagos pelo orçamento”⁵³³. No final do século XIX alguns dos mais eminentes republicanos eram funcionários públicos, nomeadamente professores universitários. Na sua qualidade de funcionários tinham de fazer um juramento de fidelidade. A leitura republicana considerava que muito embora a Carta Constitucional reconhecesse a liberdade de discutir as instituições, quem tivesse opiniões contra a monarquia teria que as calar. Podia discutir-se tudo menos o fundamento do sistema que, para os republicanos, era a questão central da qual decorriam todas as outras. Teófilo Braga argumentava que prestavam serviços à nação e não eram criados do rei.⁵³⁴ Os monárquicos argumentavam ainda que os republicanos não tinham competências e que o povo não estava preparado para a república. Os republicanos eram acusados de não terem chefes, de não terem de entre as suas fileiras “grandes homens”. Teófilo Braga

⁵³² *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão n.º 67, 18 de Abril de 1835.

⁵³³ BRAGA, Teófilo, *Dissolução do Sistema Monárquico Constitucional*, col. Biblioteca Republicana Democrática, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1881, pág. 20.

⁵³⁴ *Ibidem*, pág. 19.

respondeu que a democracia não precisava de figuras teatrais, antes de opiniões esclarecidas⁵³⁵.

Nos anos imediatamente anteriores à implantação da República os jornais monárquicos e os de inspiração católica não deixaram de entrar em diálogo e considerar as posições ou as acções políticas dos republicanos. Muitas vezes, a imprensa monárquica respondia directamente às críticas republicanas. Tomemos como exemplo *O Novidades* de 1 de Abril de 1908. Em artigo de primeira página (“A dívida externa e a monarquia”), foram comentadas afirmações de Augusto José da Cunha, proferidas num comício republicano, nas quais atribuiu ao regime o aumento da dívida pública. *O Novidades* contestou tal acusação, referindo-se à administração regeneradora de Hintze Ribeiro. Mas o jornalista fez mais do que isso e contra-atacando, acusou Augusto José da Cunha de ter contraído, enquanto ministro, um empréstimo de 45 000 contos em 1891.

Os jornais monárquicos, nos últimos anos antes do 5 de Outubro, entenderam que precisavam de responder à propaganda republicana vista como demagógica (“os milagrosos elixires”), bem como escrutinar todas as suas acções, especialmente a administração da Câmara Municipal de Lisboa. Os congressos republicanos analisados davam argumentos aos jornais monárquicos para apresentarem o PRP como eivado de lutas intestinas.

Por vezes, a nota é de censura à tolerância (sobretudo depois do regicídio) dada pelos governos monárquicos aos republicanos que atacam ferozmente homens e instituições. Alguns periódicos falam mesmo do abuso de liberdade, lendo-se nas entrelinhas uma vontade de redução do direito de expressão.

As acusações mais graves, pelo menos aquelas que os republicanos tudo faziam para contrariar, eram a da vacuidade das suas palavras, o irrealizável das suas promessas e a ausência de um verdadeiro programa de governo. Normalmente corriam concomitantemente às velhas acusações de que os republicanos apenas queriam lançar o caos e a desordem na sociedade portuguesa, agitando o povo, que surgia como um objecto manipulável nas mãos destes políticos. A necessidade que alguns órgãos de imprensa do campo monárquico manifestavam na constante afirmação de que os republicanos não tinham tanta força e tanta gente como apregoavam, faz-nos crer que, pelo contrário, a seu número parecia aumentar.

⁵³⁵ *Ibidem*, pág. 185.

Depois do regicídio, sem surpresa, os republicanos surgiam constantemente implicados no assassinato do rei ou benevolentes para com a acção de Costa e de Buiça.

Dos republicanos, os jornais monárquicos visavam nas suas críticas sobretudo Bernardino Machado, Afonso Costa e António José de Almeida.

No entanto, a centralidade não deixou de ser a luta dentro do seu campo político. Os monárquicos, nas cáusticas críticas que faziam entre si, não deixaram de contribuir para o desgaste do seu próprio campo político. Em vão se pedia aos monárquicos que se coligassem contra o inimigo comum.

5.4.1. As Bastilhas do regime

A monarquia teve várias formas de encarar o republicanismo. Vale a pena convocar o que Vasco Pulido Valente escreveu: “A partir de 1906, são reconhecíveis duas fases de luta do regime monárquico contra os revolucionários republicanos. A primeira corresponde aos dois governos de João Franco e consiste numa tentativa de renovação das estruturas existentes, que segue de perto o programa oposicionista. A segunda ocupa o reinado de D. Manuel II e não passa, vencidos os renovadores, da resistência mais ou menos hábil de instituições que nunca se procuraram reformar. Em ambas as fases, se podem distinguir duas orientações tácticas. Uma respeita o processo democrático ou, pelo menos, a legalidade constitucional e faz concessões ao P.R.P. (...), a fim de o privar de razões de protesto e, a longo prazo, de aderentes. A outra considera a transigência inútil e prefere a repressão pura e simples aos revolucionários, mesmo se ilegal à face da constituição do regime vigente.”⁵³⁶

O regime teve um discurso anti-republicano e, mais do que isso, construiu a sua defesa. Monarquia liberal, é certo, mas não deixou de ter as suas *Bastilhas*, como os republicanos chamavam, por exemplo, ao Juízo de Instrução Criminal. A monarquia teve dificuldade em lidar com a diferença e a dissensão. Paralelamente a esta via mais dura, foi formada a Liga de Defesa da Monarquia em Abril de 1910.

A necessidade de construção da defesa foi o sinal e a medida da força do assalto que os outros agentes políticos faziam ao liberalismo de feição oligárquica⁵³⁷.

⁵³⁶ VALENTE, Vasco Pulido, “As duas tácticas da monarquia”, *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e de Acção*, n.º 54/55, 1967.

⁵³⁷ MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *Vem aí a República, 1906-1910*, Coimbra, Almedina, 2009. (especialmente o Capítulo 10 A Defesa da Monarquia e a Propaganda do Rei).

O Estado moderno europeu quebrou o monopólio da violência legal das forças armadas, criando corpos profissionais de polícia para tratarem as questões da ordem pública e da segurança interna. Nesse sentido, a monarquia constitucional construiu um sistema de defesa que, para além de outras funções, visava os seus opositores políticos e tendo a investigação criminal dependente do governo (o juízo de instrução criminal).

A organização sistemática da polícia data da segunda metade do século XIX. O Estado, que continuava a contar com as forças militares para a manutenção da ordem pública, criou, em Julho de 1867, a Polícia Cívica em Lisboa e no Porto (Corpos da Polícia Civil de Lisboa e Porto). A partir de 1876 a Polícia Cívica tinha sob sua responsabilidade a comunidade urbana e nas áreas rurais existiam as guardas campestres. De 1893 a 1896 a força policial foi reorganizada tendo em vista uma especialização das suas diferentes secções. Surgiu a Polícia de Segurança Pública. Foi criado o lugar de Juiz da Instrução Criminal sendo nomeado o juiz Veiga para o cargo. Este magistrado esteve à frente da Polícia Preventiva, considerada pelos republicanos uma polícia política *avant la lettre*, uma “secreta”.

O Juízo de Instrução Criminal nunca foi consensual, mesmo entre deputados monárquicos. Francisco José de Medeiros não deixou de fazer o seu protesto, em sede própria:

“E foi em nome dos imortais princípios e em homenagem à liberdade, á justiça e à lei, que veio fazer no Parlamento do seu país o seu protesto firme o solene contra o regulamento de 10 de Setembro de 1892, que transformou o Juízo de Instrução Criminal na intendência geral da polícia da Corte e do Reino, do antigo absolutismo; contra o regulamento de 19 de Setembro de 1902, que é uma violação da Constituição, um ultraje ao poder judicial, uma ofensa da lei e um atentado à liberdade.”⁵³⁸

Em 1908, findo o governo franquista, Francisco José de Medeiros enviava para a mesa um projecto de lei relativo à reorganização dos serviços de justiça criminal nos distritos

⁵³⁸ Intervenção de Francisco José de Medeiros, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão n.º 35, 16 de Março de 1903.

de Lisboa e Porto, tendo como fim acabar com o Juízo de Instrução Criminal, por ele denominado de “monstruosa organização”.⁵³⁹

Os inimigos eram todos aqueles que punham em causa o regime. De entre estes, a monarquia foi especialmente dura no caso dos anarquistas, com a lei “celerada”, essa “(...) guilhotina política da nação portuguesa (...)”⁵⁴⁰. A lei de 13 de Fevereiro de 1896, “contra os anarquistas” permitia que “(...) fosse condenado em prisão correcional até seis meses, findos os quais seria deportado, por período de três anos, sucessivamente prorrogáveis, «todo aquele que, por discursos ou palavras proferidas publicamente, por escrito de qualquer modo publicado ou por qualquer outro meio de publicação, defendesse, aplaudisse, aconselhasse, embora a provocação não surtisse efeito, actos subversivos quer da resistência da ordem social, quer da segurança das pessoas ou das propriedades, e bem assim o que professasse doutrinas de anarquismo conducentes à prática destes actos.”⁵⁴¹ No final do século XIX, numa altura em que o republicanismo ainda estava à procura de um caminho para a sua luta, os anarquistas, vindos das classes populares, considerados como potencialmente mais violentos, representavam, para o sistema, um perigo maior do que os republicanos.

Esta lei penalizava sobretudo elementos populares das fileiras do anarquismo ou outras consideradas subversivas que, na prática, tinham menos possibilidades de fazer ouvir a sua voz. A prisão de um importante caudilho republicano conseguia mais “imprensa” que a de um anarquista.

Em 1898 a estrutura policial foi novamente reorganizada (polícia civil e polícia de investigação). A polícia civil e a polícia preventiva ficam sob a alçada do Juízo de Instrução Criminal.

O decreto de 19 de Setembro de 1902 decretou providências especiais, preventivas e repressivas, quanto aos crimes contra a segurança do Estado, atentatórios da ordem social estabelecida e de moeda falsa, completando um quadro de constituição do sistema de ordem pública e defesa do regime monárquico.

Assim, foi sendo construído um sistema de ordem pública que, para além das forças armadas, incluía as polícias (cívica, preventiva), as guardas municipais e a fiscal, a guarda de repressão da emigração clandestina e “(...) la pirâmide administrativa con

⁵³⁹ Intervenção de Francisco de Medeiros, *Anais da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão n.º 3, 8 de Março de 1908.

⁵⁴⁰ Intervenção de Afonso Costa, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão n.º 8, 13 de Maio de 1908.

⁵⁴¹ BARREIROS, José António, “Criminalização política e defesa do Estado”, *Análise Social*, vol. XVIII (3º-4º-5º), n.ºs 72-73-74, 1982, pág. 815.

funciones policiales formada por los administradores de concelho, los regedores de parroquia y los cabos de policia locales.”⁵⁴² Para os autores, em Lisboa e no Porto estava montado um sistema policial denso e especializado. As guardas municipais “Por su papel en el control de los tumultos y disturbios de Lisboa y Oporto, eran consideradas la guardia pretoriana de la monarquia.”⁵⁴³ Esta corporação foi reorganizada em Fevereiro de 1890. Os seus efectivos em Lisboa “(...) somavam 53 oficiais e 1379 praças, dispondo de 311 cavalos; os da Guarda Municipal do Porto, 27 oficiais e 797 praças, dispondo de 104 cavalos (...)”⁵⁴⁴

Afonso Costa, deputado republicano no parlamento monárquico, deu voz a um conjunto de críticas às organizações policiais e de repressão do regime. Considerou que a organização policial em Lisboa era monstruosa já que tinha sido disposta para que pudesse abusar dos seus poderes com absoluta impunidade. Ainda segundo este deputado, a polícia albergava toda a classe e variedade de “bufos” “(...) desde os que vestem sobrecasacas ou blusas até às que usam saias de seda ou algodão.”⁵⁴⁵ Os republicanos estavam constantemente a fazer referência aos “espiões”. Moviam-se na Lisboa republicana sempre atentos a esta possibilidade. As referências a isto servem dois propósitos: por um lado, dizem-nos da vontade de controlo do corpo social não alinhado, por parte da monarquia constitucional; por outro, fazem crescer a importância da luta republicana, aumentando as peias e os obstáculos que encontrou.

Acerca da preparação do 28 de Janeiro de 1908, contou Jorge de Abreu que a polícia “Percorria os cafés, disfarçada em padres, mestras, mendigos e moços de esquina, escutava às portas, farejava o ambiente e esquecia-se exactamente de topar com um dos muitos caixotes de bombas que, em pleno dia, e às costas de galegos, se entrecruzavam nas ruas de Lisboa.”⁵⁴⁶ Jorge de Abreu sugeriu-nos que, muito embora, a rede de informadores estivesse bem montada, não percebia o real funcionamento da organização conspirativa.

⁵⁴² PALACIOS CEREZALES, Diego e PALOMA GONZÁLEZ, Francisco Manuel, “Régimen, orden público y movilización. España y Portugal em el primer tercio del siglo XX.” In BAIÔA, Manuel (ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2004, pág. 458.

⁵⁴³ *Ibidem*, pág. 458.

⁵⁴⁴ SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, *O Estado e a ordem Pública. As instituições militares portuguesas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999, pp. 167-168.

⁵⁴⁵ Intervenção de Afonso Costa, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão n.º 8, 13 de Maio de 1908.

⁵⁴⁶ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

Num artigo publicado imediatamente depois do 5 de Outubro de 1910, encontramos uma imagem bastante irónica da Lisboa dos *bons primos* e dos polícias. Alfredo de Mesquita perguntava: “Quem não terá experimentado, ao menos uma vez na vida a sensação de ser perseguido pela polícia secreta? Nestes últimos, e sobretudo aqui em Lisboa, ninguém. Os receios são muitos, e muitas as razões para que eles sejam tantos. (...) O certo é que, com fundamento ou sem ele, andamos todos desconfiados uns dos outros.”⁵⁴⁷

Para Afonso Costa esta máquina repressiva apenas servia para perseguir o povo e os seus sentimentos liberais. E pelo menos parte do povo mostrou que sentia isso, quando o momento o proporcionou. Alberto da Silveira, senador republicano que chefiou a polícia imediatamente depois da revolução, relembrou, quatro anos passados sobre o 5 de Outubro, o ódio que os populares lisboetas tinham à polícia. Segundo ele, a polícia

“Fora, sem dúvida, a corporação mais visada pela Revolução. O povo de Lisboa, no seu nu do simplista de avaliar os factos e de dirimir os agravos, só via os executores e não os Governos que os mandavam. As esquadras foram assaltadas, os guardas perseguidos nas ruas e alguns mesmo em suas próprias casas.

Encontrei a corporação, na sua quase totalidade, refugiada no pátio do governo civil. Muito cheios de terror supunham que seriam fuzilados sem qualquer forma de julgamento, outros lamentavam a triste sorte das famílias de que eram o único ganha-pão. A corporação podia considerar-se completamente desmoralizada.”⁵⁴⁸

Parte da população de Lisboa, a considerada menos ilustrada, esperava que no novo regime de liberdade a polícia fosse uma corporação obsoleta.

Na reorganização da polícia que Alberto da Silveira levou a cabo contou com o auxílio das comissões paroquiais republicanas da cidade de Lisboa de modo a identificar os elementos que mais se tinham “incompatibilizado com o povo”. Foram depurados cerca de 400 elementos desta corporação. O recrutamento de novos elementos implicou um atestado de civismo das corporações paroquiais.

Ainda segundo Afonso Costa, a polícia exercia indevidamente a função de prova, interpretando os sentimentos do acusado, inventando os delitos e procurando convencer

⁵⁴⁷ MESQUITA, Alfredo de, “Como aborta uma conspiração”, *Ilustração Portuguesa*, 10 de Outubro de 1910.

⁵⁴⁸ Intervenção de Alberto da Silveira, *Diário do Senado*, sessão n.º 85, 1 de Maio de 1914.

o juiz. A impunidade da polícia era um dos argumentos frequentemente utilizados pelos republicanos e replicado por Afonso Costa no parlamento monárquico. As sindicâncias aos actos policiais eram feitas, mas a polícia nunca era responsabilizada pelos seus actos.

Outra ideia comum e utilizada pelo deputado republicano era a de que o povo republicano ou liberal era *ordeiro* e que a polícia é que era *desordeira*. Curiosa inversão de termos: aqueles que combatiam o regime defendiam a ordem e o poder ilegítimo era obrigado a ser desordeiro.

As polícias eram entendidas como um outro poder do Estado, o quinto, directamente ligado aos ministros e ao rei, não respeitando a legalidade e transformando-se, assim, numa arma política.

Afonso Costa referiu-se especialmente, depois desta digressão mais genérica sobre as polícias de Lisboa, à prisão de José do Vale, anarquista e jornalista de *O Mundo* e ainda às dos seus correligionários Macedo de Bragança e Mendes de Almeida.

“Uma das prisões, a que quero especialmente referir-me, é a do meu amigo José do Vale, jornalista do diário republicano *O Mundo*, o qual já conta no seu activo não menos que catorze prisões, algumas muito demoradas, todas realizadas pela polícia, nenhuma mantida pelo poder judicial, e até uma delas solenemente exautorada pela Boa Hora, que o absolveu, apesar de ser então o período negro da lei de 13 de Fevereiro, em cujas malhas tenebrosas a polícia o quis envolver. Certamente José do Vale tem ideias avançadas, sonha com uma sociedade em que a autoridade se eliminará sucessivamente até desaparecer de todo; mas é, por isso mesmo, um bom, um honesto, um trabalhador, um simples, e não me parece que estas qualidades o tornem um ser perigoso...

Todavia, na madrugada de 10 de Abril, ele foi preso, ao sair de *O Mundo*, quando ia procurar em sua casa o descanso a que tinha direito.

Os polícias que o prenderam não souberam ou não quiseram dizer-lhe porque o prendiam. E lá o levaram para a esquadra de D. Fradique, para a sua esquadra, como ele já lhe chama por tantas vezes o terem recolhido nela... (Risos)

Ali estive dois dias sem que dele fizessem o menor caso!

Em 12, apareceram-lhe dois agentes, e não o Sr. Juiz, ou algum seu delegado, para o interrogarem. Quiseram convencê-lo de que tinha aliciado gente para as

arruaças de 5 e 6 de Abril, mas, como ele os desarmasse com a sua serenidade e inocência, os polícias, segundo a sua própria linguagem ..., encavacaram.

(...)

É por isso, só no dia 15 foi solto, não se tendo feito, entretanto, nem sequer à saída, qualquer novo interrogatório, não tendo ao menos o Sr. Juiz de instrução chamado José do Vale à sua presença para lhe pedir desculpa do erro e para lhe pedir licença para apertar a sua mão.”⁵⁴⁹

O exemplo do anarquista e carbonário José do Vale é muito significativo. Afonso Costa defendeu um homem que não tinha as suas convicções políticas, com alguma sobrançeria, é certo, quando o apelidou de “simples”. Este deputado afirmou que ele não era perigoso, o que trouxe um peso mais significativo a tudo o que sofreu nas mãos da polícia.

A repressão monárquica era diferente para republicanos – ou homens de outros quadrantes políticos da oposição à monarquia – de classes diferentes. Já no século XX, os mais importantes caudilhos do republicanismo podiam ser presos – e foram-no – mas os seus encarceramentos eram mais curtos, acompanhados pela imprensa e com condições menos difíceis que as do anónimo militante. Vejamos um caso relacionado com o crime de Cascais de 1909⁵⁵⁰:

“Uma nova prisão veio complicar ainda mais o romance da Bastilha: a de um outro empregado do comércio, Adelino Luís Fernandes, primo em segundo grau de Manuel Nunes Pedro. A polícia teve-o enclausurado, incomunicável, durante 92 dias, interrogou-o a altas horas da noite, exerceu sobre ele várias violências e, no entanto, as suas declarações em nada depuseram contra os revolucionários que o juízo de instrução apontava teimosamente como os eliminadores daquele seu parente.”⁵⁵¹

⁵⁴⁹ Intervenção de Afonso Costa, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão n.º 8, 13 de Maio de 1908.

⁵⁵⁰ Em Outubro de 1909 foi descoberto, perto da boca do inferno, o corpo de Manuel Nunes Pedro. A polícia considerou a hipótese de homicídio. Nunes Pedro estaria relacionado com os meandros conspirativos.

⁵⁵¹ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

Quanto mais pequeno na hierarquia republicana, maior a dureza das condições aquando da prisão, é o que se pode concluir.

Se a repressão monárquica era exercida de forma diferenciada, de acordo com o meio político e social, também a distância dos centros mais importantes pesava bastante.

“Em Trás-os-Montes e, sobretudo, no distrito de Bragança, nas Beiras, etc., a palavra "República" era apenas proferida com respeito e veneração por poucos.

Até 1910, em que o novo regime foi, felizmente, implantado, nestas regiões a palavra "República" era, pela maioria dos seus habitantes, ultrajada e os poucos correligionários perseguidos com vaias, com violências e com apóstrofes de toda a ordem.

Eram ferozmente perseguidos aqueles que, modesta e recatadamente, defendiam a nova doutrina, os nossos princípios democráticos.”⁵⁵²

Embora seja importante focar a questão geográfica, (isto é, a forma como a distância em relação a meios mais republicanos penalizava os defensores deste credo político), este exemplo não deixa de levantar o véu sobre uma pressão não policial que se fazia sentir. Minoritários em determinadas localidades, os republicanos, ainda que *modestos* e *recatados*, ao contrário de outros correligionários em ambientes mais favoráveis, eram vítimas, segundo as suas descrições da maioria que não partilhava as suas opções políticas. Apesar de poder haver algum exagero auto-legitimador, não é difícil de imaginar que, sobretudo no norte de Portugal, a adesão a causas políticas minoritárias trouxesse, pelo menos, alguma animosidade.

5.4.2. A repressão monárquica

Para a epopeia de resistência republicana foram marcantes alguns acontecimentos que seriam os episódios mais representativos da repressão monárquica. Para além destes, existiram outros menos utilizados como casos políticos mas significativos das dificuldades em se ser republicano. Por exemplo, num dos comícios republicanos em

⁵⁵² Intervenção de Silva Barreto, *Diário do Senado*, sessão n.º 73, 7 de Abril de 1913.

Lisboa foram presos vários praças acusados de fazerem parte do mesmo, que se realizava nas traseiras do edifício da Manutenção Militar⁵⁵³.

Os republicanos souberam fazer uso político dos episódios de repressão monárquica, o que não retirava, de todo, a razão e o sentido do protesto. As autoridades da monarquia constitucional, nestes incidentes, não encontram outra solução que não a violência para conter os protestos, as reivindicações ou mesmo até as provocações republicanas.

Na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, parte do movimento republicano saiu à rua, esperando capitalizar o descontentamento contra a monarquia que grassava. As duas unidades do exército, comandadas pelo capitão Leitão, dirigiram-se para a Câmara Municipal do Porto e hastearam uma bandeira republicana. A monarquia não hesitou em defender-se. “Aos primeiros tiros disparados por populares, seguem-se descargas cerradas da Guarda municipal que provocam uma tremenda confusão nas forças revoltosas, que dispersaram parcialmente, criando as maiores dificuldades aos mais corajosos. O número de baixas, muito vultuoso, reduziu, sobretudo, as forças dos republicanos, que após hora e meia de luta, terminaram por se render às tropas da Guarda municipal reforçadas com artilharia militar da Serra do Pilar.”⁵⁵⁴

Os homens do 31 de Janeiro de 1891 foram presos e julgados no tribunal de guerra de Leixões. Os conselhos de guerra condenaram os envolvidos ao presídio e à deportação. Muitos republicanos foram enviados para o degredo. João Chagas, por exemplo, esteve na prisão de Luanda, longe do palco político principal, em condições que podiam fazer perigar a sua vida. Este foi, aliás, um dos expedientes da monarquia (mais tarde repetido na República com os homens da *Legião Vermelha*) que afastava para as colónias os opositores considerados mais perigosos. Outros republicanos, como por exemplo Alves da Veiga, conseguiram fugir e foram para o exílio. Neste caso, foi relativamente mais fácil a este homem refazer a sua vida. O exílio era, contudo, bastante duro para os soldados e sargentos que tinham fugido. A monarquia, passados dois anos sobre os acontecimentos, em 1893 lavrou um decreto de amnistia, do qual se isentavam os militares.

Os marinheiros da revolta dos cruzadores D. Carlos e Vasco da Gama, de 1906, foram presos durante dois anos, até ao ministério de “acalmação” de Ferreira do Amaral.

⁵⁵³ Veja-se *O Século* e *O Novidades*, 14 de Julho de 1909.

⁵⁵⁴ SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, *O Estado e a ordem Pública. As instituições militares portuguesas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999, pág. 169.

Os republicanos guardariam como um dos dias negros o 4 de Maio de 1906, entendido como o acontecimento que abriu uma clivagem entre o povo liberal e a polícia, em Lisboa. Bernardino Machado chegava a Lisboa e era esperado por um significativo número de apoiantes. A polícia usou a força para dispersar esta *manifestação*, ferindo várias dezenas de pessoas. Não foi a única vez que se assistiu a um episódio deste género, podendo fazer-se referência a outros protagonizados por Guerra Junqueiro, Alexandre Braga e Afonso Costa.

Um dos incidentes que os republicanos não deixariam a monarquia esquecer foi o que consideraram a chacina de 5 de Abril de 1908 ou o “(...) Saint Barthélemy de S. Domingos (...)”⁵⁵⁵ ou o que a monarquia chamou de motins de S. Domingos, bem como os acontecimentos em Alcântara. Tratara-se de violentos conflitos nas mesas eleitorais de S. Domingos e de Alcântara. Na versão oficial, a Guarda Municipal considerou-se provocada e defendeu-se. Os republicanos contavam 14 mortos e mais de cem feridos nos acontecimentos de 5 e 6 de Abril e acusavam que os monárquicos de não se preocuparem com esta situação porque, para eles, aqueles que morreram eram a “canalha”, e que esta era toda a gente que não vivia do paço ou para o paço. Brito Camacho, na Câmara dos Deputados apresentou uma proposta (rejeitada) para que fosse nomeada uma “(...) uma comissão de onze membros, escolhidos de entre todos os agrupamentos políticos que nela tem representação, a qual proceda, pelos meios que achar convenientes, a um rigoroso inquérito sobre os factos ocorridos em Lisboa, no dia 5 de Abril, em Alcântara e S. Domingos, devendo essa comissão dar conta a esta Câmara do resultado dos seus trabalhos.”⁵⁵⁶ Este deputado republicano considerou que tais crimes não podiam ficar impunes e que tinham de ser apuradas responsabilidades. No ano seguinte os republicanos lembravam a questão, tal como noticiado pelo *Diário Ilustrado*: “Como os leitores hão-de ter observado a propósito do aniversário de 5 de Abril – catorze homens mortos – houve nos jornais e nas reuniões republicanas farto *rataplan* contra a guarda nacional assassina e contra a polícia assassina também.”⁵⁵⁷ Os homens envolvidos na tentativa revolucionária do 28 de Janeiro de 1908 foram presos. Foram encarcerados 120 homens, de entre os quais Egas Moniz, Afonso Costa, João Chagas, António José de Almeida e o Visconde da Ribeira Brava. Segundo Jorge

⁵⁵⁵ Intervenção de Afonso Costa, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão n.º 8, 13 de Maio de 1908.

⁵⁵⁶ Proposta de Manuel Brito Camacho, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão n.º 6, 9 de Maio de 1908.

⁵⁵⁷ *Diário Ilustrado*, 8 de Abril de 1909.

de Abreu, eram 280 os que estavam arregimentados para assaltarem os quartéis das forças da guarnição, divididos por grupos de 30 a 60 homens de todas as classes sociais⁵⁵⁸. As condições do encarceramento não foram fáceis. Alguns deles estiveram em regime de incomunicabilidade.

Afonso Costa deixou-nos um diário da sua estadia na prisão. Lendo aquelas páginas percebemos que a sua situação não era das piores. Afinal, mandava vir as suas refeições do Tavares. Por outro lado, não nos podemos esquecer que Afonso Costa era deputado.

A violência policial para com os regicidas não foi esquecida no longo rol apresentado pelos republicanos. Afonso Costa fez referência ao “(...) canibalismo da polícia, assassinando cobardemente no Terreiro do Paço dois homens, que acabavam de disparar contra a carruagem real, mas que nem por isso estavam sujeitos a mais do que o processo, o julgamento e a pena estabelecida no nosso Código Penal.”⁵⁵⁹ De facto, a actuação das forças da ordem naquela tarde de 1 de Fevereiro de 1908 mostrou que estavam habituadas a reagir a quente, com extrema violência. É importante analisar com cuidado esta afirmação de Afonso Costa: as forças da ordem não podiam, por representarem a lei, matar os regicidas. Sabemos, aliás, que se gerou a confusão no Terreiro do Paço e foi morto um jovem, *por engano*. Numa perspectiva legalista e não existindo pena de morte em Portugal, os regicidas foram mortos *depois de capturados*.

O importante deste quadro é o jovem Sabino da Costa. O seu corpo serve como prova: nem regicida, nem realeza. A sua morte é o evidente sinal da brutalidade policial, da violência da acção e da repressão. Ouçamos uma outra voz, a do dissidente José de Alpoim, na Câmara dos Pares, utilizando uma argumentação em tudo semelhante à de Afonso Costa:

“O Rei e o Príncipe Real morreram. Junto deles caíram, mortos também, aqueles que sobre o Rei e o Príncipe haviam descarregado as suas armas.

Não os matou o povo: matou-os a polícia.

Um dos mortos — é horrível! — provou-se ser inocente.

Foram uma triste acção, só por si demonstrativa da bruteza e incapacidade da nossa polícia, essas mortes. Gelaram-se na sepultura bocas que podiam dizer a verdade.

⁵⁵⁸ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

⁵⁵⁹ Intervenção de Afonso Costa, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, sessão n.º 8, 13 de Maio de 1908.

Não me recordo de país algum do mundo, república ou monarquia, em que os perpetradores de tais atentados houvessem sido mortos: a polícia não os acutila ou derruba a tiro, não só porque isso é um assassinio, mas porque é uma inépcia e um processo de colaborar, para o silêncio e desconhecimento da verdade, com os autores do atentado.

Só este facto basta para caracterizar a polícia de Lisboa!”⁵⁶⁰

Depois do regicídio e antes da implantação da República, a monarquia estava especialmente atenta às associações secretas, investigadas pela polícia e pelo juízo de instrução criminal. Os republicanos, por seu turno, consideravam que se criava uma verdadeira paranóia em torno da existência de sociedades secretas.

Em 1910 encontramos frequentes referências às muitas prisões feitas pelo juiz de instrução criminal a quem os republicanos chamam *Hoche*. A obra do ex-irmão Hoche seria os presos das associações secretas e, no geral, a perseguição que fazia ao “povo”.

O Directório republicano não deixou de se manifestar contra esta questão, lançando uma campanha de protesto. Vários jornais, por esta altura, insistiram na ideia de terror policial, considerando que as manobras policiais pretendiam esconder os escândalos da própria monarquia.

Se durante os tempos de propaganda, o movimento republicano criticou as polícias do regime constitucional monárquico, não é de estranhar que depois do 5 de Outubro de 1910 o novo regime se tenha apressado a alterar ou a extinguir estas corporações⁵⁶¹. A República reconhecia que precisava de organizar sobre novas bases um corpo de segurança pública⁵⁶² para todo o país, nomeando uma comissão⁵⁶³ para estudar esta questão do novo corpo policial que teria a denominação de guarda nacional republicana. A ameaça republicana – conquanto real como se viu – serviu como “(...) argumento reversível e sempre válido, para defender interesses de partidos e pessoas.”⁵⁶⁴ Vasco Pulido Valente afirmou, continuando a analisar esta questão, que “À força de usado o

⁵⁶⁰ Intervenção de José de Alpoim, *Anais da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão n.º 4, 12 de Maio de 1908.

⁵⁶¹ “Extinção da Guarda Municipal e fundando a Guarda Republicana.” In *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.

⁵⁶² Foi fundada a Guarda Republicana, de carácter provisório.

⁵⁶³ Formada pelo general de brigada do quadro da reserva Ernesto da Encarnação Ribeiro e pelos cidadãos Manuel Maria Coelho, um dos “heróis” do 31 de Janeiro de 1891, e Brito Camacho.

⁵⁶⁴ VALENTE, Vasco Pulido, “As duas tácticas da monarquia”, *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e de Acção*, n.º 54/55, 1967, pág. 758.

alarme deixara de assustar fosse quem fosse. À força de salvadores a monarquia deixara de acreditar na necessidade de salvação.”⁵⁶⁵

5.5. O jesuíta, a “seita negra” e a Igreja Católica: velhos inimigos

Os republicanos herdaram e reactualizam um ideário anticlerical que vem da cultura política do primeiro liberalismo. “As referências repetidamente expressas à liga do Trono e do Altar surgem inseridas na luta política das primeiras décadas de Oitocentos, como palavra de ordem e refrão doutrinário da concepção absolutista do poder monárquico, cada vez mais ameaçado pelos ideais revolucionários dos filósofos iluministas, pelas ondas de choque da revolução Francesa e pelas brechas abertas na estabilidade ideológica e governativa da Monarquia por acontecimentos políticos e movimentos sociais em que trabalhavam forças cada vez mais inequivocamente apostadas em derrubar as instituições tradicionais do Antigo Regime.”⁵⁶⁶

No século XIX o progressismo combateu o peso da Igreja na vida social, política e cultural, e a sua ligação ao poder, como dois pilares da manutenção da ordem absolutista e miguelista. Existia, de facto, uma aliança entre igreja e estado, na defesa da tradição fortalecida na prática social e na cooperação⁵⁶⁷. A igreja católica apoiava o poder monárquico da mesma forma que ambas as instituições concorriam para a manutenção de uma determinada mundividência que visava conservar o *status quo*. Atente-se na exortação do diário católico *Portugal*: “Na época presente, em que diariamente são insultados Deus e o Rei, é necessário que todos os seus defensores se unam compactamente em torno d’Eles”.⁵⁶⁸

A crítica foi subindo de tom desde a contenda ideológica com os sacerdotes, ao questionar do catolicismo histórico, até à posição de Antero de Quental nas Conferências do Casino em 1871.

No século XIX começaram a ser postos em causa os pilares da sociedade de Antigo Regime, movimento que correu paralelo a uma vontade de secularização por parte de alguns grupos sociais e que teve o seu reflexo em Portugal. Não se quer com isso dizer

⁵⁶⁵ *Ibidem*, pág. 760.

⁵⁶⁶ ABREU, Luís Machado de, “O trono e o altar no discurso anticlerical português.” In RAMOS, Luís A. de Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins e POLÓNIA, Amélia (coords.), *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, pp. 35-36.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, pág. 36

⁵⁶⁸ *Portugal*, 2 de Abril de 1908.

que se estivesse a por em causa a religião, mas sim o que eram consideradas as manobras políticas da Igreja Católica. Muitos destes homens, republicanos incluídos, fariam uma diferenciação entre o que eram algumas das ideias base do Cristianismo e a prática política dos homens da Igreja. Reconheciam a validade, a importância e a pureza do núcleo central do Cristianismo, mas questionavam a forma como se abastardara.

Os republicanos, percebendo a defesa mútua entre o Estado monárquico e a Igreja, perceberam que se queriam combater uma, teriam que combater a outra. Não poderia haver uma posição de meio-termo neste combate. Os republicanos traziam consigo mais do que uma mudança de regime; tinham uma ideia do que deveria ser a sociedade e esta não se compadecia com a análise que faziam da Igreja como uma instituição atávica e anti-científica, um obstáculo ao progresso e a uma sociedade mais iluminada, tendo por base a razão e a ciência.

O reconhecimento foi mútuo. A Santa Sé percebeu que tinha de combater maçons e carbonários. Veja-se o caso da condenação dos pedreiros-livres e da seita dos carbonários⁵⁶⁹ ou a Bula contra a associação chamada de Carbonários.

Não se verificou apenas o processo de laicização da sociedade: “No período entre 1880 e 1910 assistiu-se, tanto em Espanha como em Portugal, a grandes avanços nos processos de recatolização da sociedade e no aumento da legitimação religiosa da autoridade social e política, constituindo este complexo de valores clérigo-monárquicos o alvo preferencial dos ataques do movimento republicano em Portugal.”⁵⁷⁰

Para a galáxia republicana, a identidade de Portugal não tinha de estar necessariamente ligada à religião, nem ao catolicismo. O que constituía a nacionalidade não se definia por este catolicismo politicamente interventor, apoiando um poder visto como ilegítimo e adversário de uma determinada ideia de construção do Estado. A legitimidade do poder não deveria passar pela ideia de um rei ungido, à imagem dos reis medievais e de Antigo Regime, mas por uma legitimidade de tipo novo, que irrompera na história política europeia depois da revolução francesa. Portugal tinha uma história e esta podia ser entendida sem recurso ao catolicismo. No entender dos republicanos, existiam virtudes e glórias passadas para além das que estavam associadas à Igreja Católica, a mesma que agora impedia a evolução, a mesma que criara a Inquisição, a mesma que

⁵⁶⁹ *Bula do Santíssimo Padre Leão XII, Letras Apostólicas de Nosso Santíssimo Senhor Pela Divina Providência o Papa Leão XII, Nas Quais São Condenadas As Seitas Ocultas e Secretas*, Roma, Tipografia da Reverenda Cura Apostólica, 1826.

⁵⁷⁰ MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006 (1998), pág. 71.

perdera a correcta orientação do Cristianismo primitivo e que se deixara tentar pelo mundo e pelo poder.

Os republicanos, durante o reinado de D. Carlos I, utilizaram o seu método tradicional de trabalho. Por um lado, laboriosamente criavam organizações, vulgarizavam e difundiam as ideias do anticlericalismo através da propaganda e, por outro, construíam a oportunidade para utilizar um caso para dinamizar a contestação. Tomemos como exemplo o caso Calmon (1901). Não era apenas um argumento, era uma história de uma jovem, Rosa, filha do cônsul brasileiro no Porto, que estaria a ser levada contra a sua vontade para um convento. Existia um rosto e uma narrativa e a forma de fazer passar a mensagem tornava-se muito mais fácil e eficaz.

O anticlericalismo republicano assumiu como verídica e correcta a ideia de uma aliança entre o catolicismo e a reacção, o ultramontanismo. No reinado de D. Manuel II, os republicanos conseguiram construir uma associação, já anteriormente referida, que pesou significativamente sobre a “Monarquia Nova”, a saber, a ideia de união entre o trono e o altar, à boa maneira reaccionária, ultramontana e conservadora. A Igreja fazia da religião uma arma política que também defendia a monarquia.

Em Outubro de 1909, Francisco Ferrer, anarquista catalão e criador da Escola Moderna foi executado na prisão de Montjuich. A notícia do fuzilamento de Ferrer teve como consequência o imediato protesto do Directório Republicano e a consternação e indignação da opinião pública republicana. Em defesa de Ferrer, teceu-se uma campanha anticlerical, contra os jesuítas e contra a reacção.

Nos últimos anos antes da implantação da República, a propaganda anticlerical não se resumia à palavra. Queria-se pelo facto. Assim, e segundo José de Abreu⁵⁷¹, formou-se um grupo para auxiliar o trabalho da Junta Liberal – ainda que esta organização desconhecesse estes trabalhos – denominado *Os Mineiros*. Estes seis indivíduos pretendiam dinamitar dois locais tidos por focos da reacção: o convento do Quelhas e a capela da Travessa das Mercês. Para isso contavam com José Nunes, o engenheiro dos Mineiros, e procuravam conhecer o terreno antes de lá colocarem os engenhos explosivos. Apesar das várias *démarches* o plano não foi levado avante, sendo a habilidade de construir bombas solicitada para outros objectivos revolucionários.

O anticlericalismo foi transversal a todo o movimento republicano, das elites ou dos “doutores” até aos grupos populares. Para além do argumentário teórico de algumas

⁵⁷¹ ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912, pág. 93.

figuras de proa do movimento existia um discurso mais simples contra a igreja em geral e contra os jesuítas em particular. Para ilustrar este discurso popular – que continuou e se reforçou depois da implantação da república – vale a pena reter um pouco da peça de teatro intitulada *5 de Outubro*, “*Representada com muitos aplausos no teatro do Centro Republicano de Belém*”⁵⁷². Nesta cena que abaixo tratamos encontramos homens ligados à marinha, um operário e Ana, a mãe da noiva de António.

“António (que tem estado conversando com o oficial, prosseguindo) – para mim é ponto de fé que o assassínio do Doutor foi obra de jesuítas!

Oficial – Não podemos por enquanto fazer um juízo seguro.

José – Sou da mesma opinião. São tudo efeitos da evolução, porque a sociedade está passando.

Oficial – Sem dúvida.

Ana – Não posso ouvir semelhante coisa.

António – É a seita que tem astúcia para tudo.

Oficial – A verdade há-de ser esclarecida.

António – Precisamos por todas as formas, combater essa raça infame.

Ana – É o ódio que lhe têm, que os leva a atribuir a eles tudo o que de mau acontece.

António – São por de mais conhecidos os seus monstruosos crimes.

José – É necessária uma intensa propaganda para destruir o espírito religioso que domina os povos.

António – Por minha vontade acabava com todas as igrejas e padres.

Ana – Jesus, que heresia!

José – Isso era bom, realmente, mas o mal precisa ser atacado nos seus alicerces, e esses estão como já disse na fé religiosa.

Oficial – Hoje em dia, devido às descobertas científicas, só uma minoria em tal acredita; nas classes menos instruídas é que ainda se nota os efeitos causados pelas doutrinas que esses apóstolos das trevas há tantos séculos vêm pregando.

António – Só uma mudança de regime poderá fazer luz no espírito dessa pobre gente.

⁵⁷² GONÇALVES, Manuel, *5 de Outubro. Episódio da Revolução em 2 actos*, Lisboa, Editor Arnaldo Bordalo, 1912

José – Luz, sim, muita luz; mas essa só pode vir da instrução, da escola.”⁵⁷³

Encontramos neste início do primeiro acto da peça um resumo do argumentário mais simples no que à questão religiosa diz respeito. A única mulher desta cena, Ana, é a única que manifestou respeito pela igreja e pela religião. O autor faz eco do preconceito típico do republicanismo – e não só – que via a mulher como mais aberta à religião. Os homens surgem como os cidadãos esclarecidos. De notar a composição dos personagens masculinos: um operário e dois homens da marinha, a quinta-essência do que se imaginava ser o republicanismo militante e popular. Tal como no caso de linhas argumentativas mais complexas surge-nos neste trecho a oposição fundamental entre a ciência e a igreja, vistas como totalmente incompatíveis. À boa maneira de uma leitura positivista simples, a religião era fruto do atraso e a escolarização e a instrução alterariam o que existia de atávico e de irracional na sociedade.

Não é difícil perceber que num ambiente popular e radical eivado de anticlericalismo a primeira reacção à morte de Miguel Bombarda tenha sido a de culpar os clericais – e nisto a peça reflecte o ambiente que se viveu depois da morte deste conspirador e do boato, infundado, de que havia mão reaccionária. Os jesuítas aparecem como uma seita, uma raça infame que deve ser combatida, capaz de vários crimes. A resposta surge-nos de duas maneiras: de uma forma menos violenta, pela propaganda, e de outra, que remete para a acção directa e potencialmente mais violenta que se resume na ideia de *acabar com eles*.

Neste ponto do argumentário republicano, o movimento estava cercado por um país ainda eminentemente católico. Mas a mudar. Muito lentamente, mas a mudar. O código genético republicano tinha inscrito o anticlericalismo, quer na sua forma popular, quer fruto de uma maturação intelectual. Nos primeiros anos do regime republicano, a linha afonsista manteve-se fiel a esta característica, de acordo aliás com parte muito significativa das suas bases. Muitos republicanos anticlericais consideravam que o combate ainda não tinha terminado. Tomás da Fonseca foi um destes homens. Na Câmara dos Deputados trouxe esta questão à atenção do presidente do Ministério e do ministro da Justiça:

⁵⁷³ *Ibidem*.

“(…) quando veio a República, eu, implacável inimigo do clericalismo, entendi que devia pôr de lado as armas de combate e entrar numa fase de magnanimidade, e do perdão, visto que os inimigos de ontem eram os vencidos de hoje.

Como eu, como todos nós nos enganámos!

Porque, como V. Exa. sabe, Sr. Ministro da Justiça, e como sabe toda a Câmara, pelo que da reacção aqui se tem tratado, esses que julgamos vencidos ou humilhados no fracasso das suas tentativas, não o são de modo algum. (Apoiados). Pelo menos nós continuaremos a senti-los na sombra. E com que ferocidade contra os republicanos e a República. (Apoiados).

Do fundo da província recebo eu todos os dias queixas mais singulares e clamorosas contra a atitude arrogante e cruel do mesmo clericalismo, que nós sempre combatemos como inimigos da luz e do progresso. Esses velhos camaradas, que nas terras de província prosseguem ainda o bom combate a favor dos pequenos e dos fracos, defendendo a verdade e a justiça, têm ainda sobre o peito essa pata de ferro que Santo Inácio adaptou aos pés e às mãos dos seus discípulos, que, como outrora, continuam esmagando a liberdade e as consciências, em tudo e sempre cumprindo as leis de Roma e desprezando as da República!”⁵⁷⁴

Há uma primeira ideia que é preciso desmistificar: após a implantação do regime, os republicanos não entraram numa fase de magnanimidade e perdão. A Lei de Separação de Abril de 1911 foi um ataque bastante duro para a Igreja Católica que, aliás, reagiu imediatamente. É interessante ler as suas afirmações e perceber que os anticlericais sabiam que a guerra não estava ganha e que na *sombra*, o que consideravam a reacção continuava a conspirar. Em parte é verdade: a Igreja católica não dava tréguas à República. Por outro lado, o poder republicano, designadamente a linha afonsista, precisava de manter este combate vivo, capaz de mobilizar as massas em torno da orientação do regime. Tomás da Fonseca recebia queixas do “fundo da província”, afirmação que pode ajudar a desmistificar a ideia de que só existiam livre-pensadores em Lisboa. É curiosa a associação que faz entre o anticlericalismo e a defesa dos “pequenos e fracos”, trazendo a questão social para este campo de cultura política. Para

⁵⁷⁴ Intervenção de Tomás da Fonseca, *Câmara dos Deputados*, sessão n.º 83, 22 de Março de 1912.

este homem, fazendo, aliás, eco de um ideário partilhado por muitos livre-pensadores, a igreja queria conservar o povo na sujeição e na miséria.

Para Tomás da Fonseca, a luta tinha de continuar: “Ai de nós se desertarmos da fileira e se mandarmos embora as nossas sentinelas!”⁵⁷⁵ Urgia ainda, como o político francês L. Gambetta, declarar: “O clericalismo, eis o inimigo”. Os objectivos anticlericais não se cumpriam apenas com a mudança de regime, muito embora esse passo fosse essencial. Lutava-se por uma sociedade nova, cujas alterações eram mais profundas do que as que ocorriam na esfera do poder do Estado.

Há ainda um último argumento que é preciso escarpelizar. Tomás da Fonseca faz referência a Roma e ao seu poder. O que está aqui presente é uma questão *nacionalista*. Roma aparece como antagónica ao poder do Estado republicano. A Igreja portuguesa respondia perante Roma, não tendo a desejada lealdade ao Estado português

No entanto, a Lei de Separação das Igrejas e do Estado foi alvo de críticas, mesmo dentro do campo republicano. Com o sidonismo foi revista e foram modificados os seus aspectos mais acintosos. No entanto, no que ao Estado diz respeito, o essencial estava feito e isso não foi alterado. A modernização do Estado passava pelo retirar de algumas funções à Igreja Católica, nomeadamente as de registo da população. Os Estados, no início do século XX consideravam que a riqueza da sua nação passava pela população (não é de estranhar que se invista cada vez mais no seu estudo que se queria rigoroso e completo). Ora se era um factor de tal importância era preciso conhecê-la, contá-la e organizá-la. O registo, que deveria passar a ser civil, logo subtraído ao controlo clerical, servia este propósito.

Se o número contava, também parecia importante pensar a qualidade dos indivíduos. Ou dito de outra forma, era preciso investir num ensino que abandonasse a matriz religiosa e católica de modo a permitir a evolução da sociedade. Afrontar a Igreja também era afrontar a sua predominância no que é uma das mais importantes formas de difundir uma forma de encarar o mundo.

A Igreja tinha um papel central no assistencialismo, numa sociedade sem Estado Providência. Um olhar benévolo reconhecia o papel central da Igreja na ajuda aos mais desfavorecidos. Um olhar crítico continuava a ver uma forma de dominação.

⁵⁷⁵ *Ibidem*.

Esta luta tinha ainda um outro objectivo, o de retirar à Igreja Católica a omnipresença nas vidas e no quotidiano⁵⁷⁶. A Igreja estava presente nos actos definidores da existência e da vida social das populações. Registava o nascimento e fazendo o baptismo inseria a criança na comunidade católica e social, bem como lhe granjeava a possibilidade de salvação, no sentido cristão de vida depois da morte. A socialização do indivíduo passava pela presença nos actos e festividades religiosas, durante muito tempo ocupando uma parte substancial do lazer. A escola e o ensino estavam impregnados da visão cristã e católica do mundo. O comportamento era deverdor da moral católica que enformava a sociedade. Casava-se na Igreja e só depois disso se deveria iniciar a vida sexual. O confessor conhecia as famílias no que existia de mais íntimo: a culpa e a possibilidade de redenção. A morte era acompanhada pela igreja, quer através dos ritos de extrema-unção quer através dos funerais religiosos, acompanhados de uma forma particular de relembrar os mortos, através de celebrações religiosas próprias. Os cemitérios e a maneira como estavam desenhados só permitiam o enterramento dos corpos, não abrindo a possibilidade de cremação. Do berço à cova, a Igreja estava presente nos principais momentos da vida do súbdito. Para que emergisse o cidadão republicano era necessário contrariar este domínio.

⁵⁷⁶ CATROGA, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1911*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

CAPÍTULO 6

FAZER A REPÚBLICA

“A República tem de ser.”⁵⁷⁷ Assim se escrevia no *Arquivo Democrático* em Janeiro de 1909. Posta desta forma, a implantação do novo regime parecia ser tanto uma necessidade como uma inevitabilidade. O advento da República “(...) era sentido como uma consequência inexorável de um destino inscrito na própria evolução cósmica (...)”⁵⁷⁸ Percebe-se a necessidade: para o republicanismo, (um projecto político, social e cultural), não era possível deixar de imaginar um futuro, e era a única forma de salvar a pátria que acreditavam estar *doente* e em perigo. Mas se era uma necessidade, não era, em rigor, uma inevitabilidade. Se se queria uma República, esta teria de ser feita.

O caminho para a República era, contudo, entendido de diferentes maneiras. O caminho devia ser trilhado pressupondo uma evolução ou implicava necessariamente uma revolução? Esta distinção faz provavelmente mais sentido hoje em dia do que para alguns dos republicanos. Para muitos deles, os dois termos podiam não ser considerados antitéticos ou dicotómicos. Na prática política, as duas formas de acção foram possíveis e, por vezes, concomitantes. A evolução estava associada à instrução, à consciencialização e à propaganda. A revolução era mais difícil de definir e, assim, de executar. A ideia de revolução continha em si vários significados e implicava diferentes agentes no seu processo. Esta questão levantava a de se pensar que peso teria o povo, as bases radicais ou as massas populares no processo de transição para o novo regime. Para alguns sectores, a revolução devia ser feita *com* o povo, mas não *pelo* povo, existindo a aguda consciência de que as massas deviam fazer parte deste processo, mas não dominá-lo. Brito Camacho atribuiu a Sampaio Bruno a convicção de que “(...) a mudança de regime será, como nos Evangelhos, o levanta-te e caminha, gritado a esse povo infeliz (...)”⁵⁷⁹. Ressuscitar o povo, tal como Lázaro, não é dar a predominância ao que renasce mas a quem foi capaz de gritar a esse povo infeliz.

⁵⁷⁷ *Arquivo Democrático*, n.º 8 de Janeiro de 1909.

⁵⁷⁸ CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).

⁵⁷⁹ *Arquivo Republicano*, n.º 3, Março de 1910.

O republicanismo lutou com todas as suas forças e de todas as formas que tinha ao seu dispor. Foi, mesmo no final, um combate muito desigual. A monarquia constitucional detinha nas suas mãos quase todos os instrumentos de dominação política, económica, social e simbólica. Mas perdeu forças na mesma medida em que o republicanismo, conjuntamente com as forças que a ele se associavam, ganhava. Foram as duas faces de uma mesma conjuntura política.

As diferentes vias de actuação e de luta políticas são uma das formas possíveis de olhar para as diferenças no interior do campo republicano e para as diferenças entre o nosso presente e o passado a ser analisado.

6.1. As coligações

Ser republicano não foi sempre uma forma de actuação que pressupunha um combate exclusivista. Os republicanos lutavam, pelo menos, em duas frentes. Por um lado, com o objectivo maior de implantar a República. Por outro, na conjuntura política particular de um dado momento. Podemos começar por analisar as coligações dos republicanos com os grupos monárquicos, que não eram necessariamente *contra-natura*. “As mais célebres destas alianças foram o «bloco liberal» dos Progressistas de José Luciano e dos Republicanos contra a ditadura de Hintze Ribeiro e do Partido Regenerador, a coligação de todos os grupos políticos contra a ditadura de João Franco e a parceria dos Dissidentes de Alpoim com os republicanos na fálhada revolução de 28 de Janeiro.”⁵⁸⁰ Estas colaborações tinham vantagens para os dois lados. Continua Vasco Pulido Valente, considerando os últimos anos da monarquia: “No que lhe dizia respeito o P.R.P. colaborava numa luta comum, porque deste modo contribuía para a instabilidade governativa da monarquia e aumentava a impressão geral da respectiva incapacidade.”⁵⁸¹ A erosão da credibilidade do sistema político do constitucionalismo monárquico fortaleceria, a prazo, os republicanos. Para os monárquicos existiu, durante algum tempo, a convicção de que os republicanos eram um grupo “utilizável”.

Claro que, como vários republicanos perceberam, esta situação era potencialmente perigosa para o PRP. Vasco Pulido Valente apontou riscos de duas ordens: “O primeiro consistia em deixar-se absorver pelo maquinismo da rotina constitucional e tornar-se um

⁵⁸⁰ VALENTE, Vasco Pulido, “As duas tácticas da monarquia”, *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e de Acção*, n.º 54/55, 1967, pág. 760.

⁵⁸¹ *Ibidem*, pp. 760-761.

partido entre outros, comprometido nas intrigas e manobras pelo poder, governando embora por interposta pessoa ou talvez, mais tarde e mudando o nome, directamente. (...) O segundo risco que os Republicanos correm, juntando-se aos monárquicos, é o de acreditarem, e logo fazerem acreditar ao país, que estes são recuperáveis e que há alguma coisa a esperar deles.”⁵⁸² Os republicanos, apesar dos riscos, não foram absorvidos pela monarquia. Não era uma impossibilidade teórica. Se parte da elite republicana se adaptasse ao funcionamento do constitucionalismo e funcionasse dentro deste sistema o seu lado mais radical poderia ter perdido ímpeto e ter sentido a necessidade de uma reorganização. Para o escritor monárquico Malheiro Dias, “Não era uma revolução que se organizava; era uma evolução que se enunciava”⁵⁸³, considerando que este partido de doutrinários poderia ser “uma facção parlamentar vigilante” da obras dos governos e que ainda se podia confundir o republicano e o monárquico numa “(...) ala combativa onde lutavam os professores, os poetas, os filósofos, os romancistas, os *dandys*, os historiadores e os jornalistas.”⁵⁸⁴

No início do século XX a ideia de coligação, entendida aqui num sentido lato como colaboração, embora não estivesse de todo ausente do movimento republicano, começou a ser menos interessante para um partido que se vai reorganizando e tornando mais dinâmico. Levantaram-se vozes contra os erros do passado, designadamente a coligação liberal e a abstenção: “A coligação fez-se e dela resultou o estacionamento do partido republicano durante uns poucos de anos, mercê da estúpida abstenção eleitoral, da desagregação de muitos valiosos, da quebra de organização de todos os agrupamentos partidários.”⁵⁸⁵

No entanto, encontramos notícias da participação de republicanos em comícios de dissidentes progressistas⁵⁸⁶. O Partido Republicano colaborou com os dissidentes no movimento contra o contrato dos tabacos e em favor das liberdades públicas. Ou seja, os republicanos concordavam, transitoriamente, com os seus adversários nestas questões.

Na conjuntura da dissolução do parlamento e do “engrandecimento do poder real”, Brito Camacho considerou que os republicanos não devem ligar-se aos grupos monárquicos,

⁵⁸² *Ibidem*, pp. 761-762.

⁵⁸³ DIAS, Carlos Malheiro, *Quem é o rei de Portugal?* Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos & C.ª, 1908.

⁵⁸⁴ *Ibidem*.

⁵⁸⁵ *Arquivo Democrático*, n.º 10, Março-Outubro de 1909.

⁵⁸⁶ *A Lucta*, n.º 22, 22 de Janeiro de 1906.

moralmente falidos, não devendo o partido republicano fazer o jogo de ninguém⁵⁸⁷. A 17 de Fevereiro de 1906, os republicanos reuniram no centro do Largo de São Carlos e uma das suas resoluções foi a de “absoluta independência do partido perante os agrupamentos monárquicos.”⁵⁸⁸

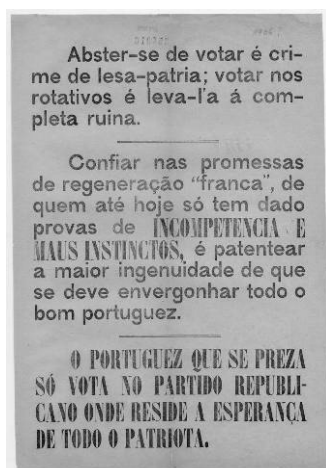
Esta ideia de coligação começou a ser menos interessante para um grupo mais revolucionário e para os que se imaginavam como republicanos intransigentes. No entanto, ainda em 1908 encontramos republicanos e dissidentes na mesma intenção do 28 de Janeiro. Os entendimentos com os governos monárquicos eram vistos como imorais em 1910, uma ignomínia que não podia pesar sobre os republicanos. Mas o constante retomar deste tópico e o repisar da ideia de que não havia nada a esperar tanto da monarquia como de monárquicos indica que existia, pelo menos, o vago receio de absorção.

6.2. As eleições

O período de abstenção de finais do século XIX não beneficiou o PRP, antes pelo contrário. Sem fôlego, o partido acabou por atravessar um período de marasmo e mesmo de recuo nas suas fileiras. Em 1900, assistiu-se a um breve parêntesis de entusiasmo com os deputados republicanos eleitos pelo Porto. O início do século XX foi a altura da reorganização e do início da luta de forma mais consistente, somando-se vários sucessos, que foram alimentando e revigorando a ideia de uma luta contra a monarquia e o sistema. De entre os novos combates a serem travados pelo republicanismo estava a questão eleitoral.

⁵⁸⁷ *A Lucta*, n.º 41, 10 de Fevereiro de 1906.

⁵⁸⁸ *A Lucta*, n.º 48, 17 de Fevereiro de 1906.



**Imagem 20: Partido Republicano Português, *Abster-se de votar é crime de lesa-pátria...* [1906?].
Biblioteca Nacional de Portugal.**

Para que os republicanos pudessem reiniciar a luta pela urna, o primeiro passo foi desconstruir a estratégia abstencionista. Podemos olhar para o exemplo acima. Encontramos um cartaz do espólio da Biblioteca Nacional de Portugal que trata da luta contra a abstenção: “Abster-se de votar é crime de lesa-pátria; votar nos rotativos é levá-la à completa ruína.” Antes de mais é importante olhar para o meio, ainda antes da mensagem. Este cartaz tem um formato (33x23 cm) que lhe permite tanto ocupar as paredes da cidade como andar de mão em mão. Nas paredes, tem a função de cartaz eleitoral e é o sinal da ocupação do espaço público que era também o espaço de cidadania. As ruas da cidade estavam marcadas pela política⁵⁸⁹. O cartaz permitia tanto a leitura individual como a leitura pública. Podia ainda funcionar como panfleto ou folha volante, servindo a mesma função de propaganda política e eleitoral. A mensagem é bastante importante, já que caracteriza de forma sumária e eficaz as ideias principais. O cidadão deve participar na luta política, em geral, e na luta eleitoral em particular. No entanto, não deve votar nos rotativos, nem confiar nas suas promessas. A última frase resume de forma lapidar a luta republicana: “O português que se preza vota no Partido Republicano onde reside a esperança de todo o patriota.” Nacionalidade, patriotismo e republicanismo surgem associados como se de uma ideia simples se tratasse, elidindo a construção de uma identidade de uma minoria que se conseguiu fazer equivaler à maioria e à verdadeira essência do que é ser português.

⁵⁸⁹ SAMARA, Maria Alice, e BAPTISTA, Tiago, *Os cartazes na Primeira República*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009.

A luta republicana tinha de esvaziar qualquer possibilidade de encontrar alguma coisa de patriótico e nacional na visão simplificada do que eram os monárquicos e do que era o regime.

A luta eleitoral do PRP foi central na sua actividade, sobretudo no século XX. A luta pela democracia passou pela pedagogia do civismo e pela questão do voto. Nos primeiros anos do século XX antes da implantação da República, os ciclos eleitorais foram ganhando uma importância crescente para o PRP, que entendia estes momentos como fundamentais para a dinamização do partido e para fazer passar a mensagem. De igual modo, o crescente sucesso eleitoral – com a eleição de deputados em número crescente – fortalecia uma corrente de cariz mais legalista presente no partido e no movimento.

Os candidatos republicanos tinham um importante papel e não deviam deixar de cumprir algumas obrigações. João de Menezes escreveu em 1906:

“E, agora, que as responsabilidades dos republicanos vão sendo cada vez mais graves, é indubitável que os candidatos republicanos não só explanarão o programa doutrinário do partido e apresentarão soluções concretas sobre determinados assuntos, mas ainda se comprometerão a defender, no parlamento, as reclamações populares e a afirmar a superioridade da vontade do povo sobre os privilégios de todos os poderes constituídos.”⁵⁹⁰

Foi decidido em 1906 que as listas a apresentar no acto eleitoral seriam compostas exclusivamente por republicanos. Segundo o manifesto eleitoral de Ourique, quando eleito, o republicano tinha ainda de agir de forma a que os seus actos se harmonizassem com os seus princípios⁵⁹¹.

Imediatamente antes da implantação da República, já depois do congresso de Setúbal que dera força à linha revolucionária, a argumentação da luta pelo voto continuou a defender as suas virtualidades, fazendo um apelo a extremistas e moderados: “Uns e outros pertencem a um partido de opinião que tem por base, como não pode deixar de ser, a educação política do povo pela propaganda cuja prova real é o sufrágio.”⁵⁹² E mesmo a acção revolucionária, argumentava-se no mesmo órgão de imprensa, seria

⁵⁹⁰ *A Lucta*, n.º 48, 17 de Fevereiro de 1906.

⁵⁹¹ *A Lucta*, n.º 88, 30 de Março de 1906.

⁵⁹² *O Mundo*, n.º 3279, 17 de Dezembro de 1909.

mais rápida e eficaz se se apoiasse sobre uma organização impregnada de princípios de ordem e de governo.

No congresso de 1910, no Porto, foram mais uma vez abordadas as divergências entre as diferentes posições no seio do PRP. O Directório salientava a importância do recenseamento eleitoral e chamava à razão uma corrente partidária que mostrava grande desdém pelo acto eleitoral, porque consideravam, que não era pelas eleições que se iria fazer a República. Esta tomou tais proporções, sobretudo em Lisboa, que a Comissão Municipal e as Comissões Paroquiais se viram obrigadas a encetar um programa de conferências. O Directório, reconhecendo que não se podia esperar a República pelo sufrágio, considerava que a abstenção era um erro. O ambiente de propaganda eleitoral e do acto eleitoral era equivalente a um acto de propaganda revolucionária. Os republicanos deveriam concorrer ao acto eleitoral com o mesmo entusiasmo com que pegariam na espingarda, quando os tempos fossem maduros para a revolução⁵⁹³.

De entre as eleições, as para a Câmara dos Deputados eram as mais importantes no esforço republicano, depois de ultrapassado o período de abstenção. Aqui estavam os políticos mais importantes e se travavam os combates essenciais. A entrada do PRP nesta Câmara da monarquia constitucional permitia-lhe uma maior visibilidade política enquanto organização e trouxe para a ribalta política os deputados que teriam como dois objectivos fundamentais: por um lado, apresentar propostas legislativas que interessassem às suas bases (por exemplo, Estêvão de Vasconcelos, deputado por Setúbal, apresentou uma proposta de lei sobre acidentes de trabalho), fazer ouvir a sua voz e as suas ideias; e por outro, os deputados republicanos contestavam, criticavam e criavam dificuldades ao funcionamento de uma assembleia já de si bastante dividida. Os republicanos franquearam a sua entrada na Câmara dos Deputados, apesar de as leis restritivas da monarquia não facilitarem a eleição dos seus adversários (muito embora as leis eleitorais também tivessem como alvos outros grupos monárquicos, para além dos republicanos).

Os deputados republicanos tornaram-se essenciais para o esforço político republicano e a nível individual, os diferentes políticos reforçavam a sua importância a nível nacional e dentro do partido. Tinham a seu cargo a importante responsabilidade de se fazerem notar, quer pelo trabalho, quer pela sua capacidade de afrontar o *establishment* monárquico. Brito Camacho traçou-nos um retrato do que deveriam ser os deputados

⁵⁹³ *O Mundo*, n.º 3499, 28 de Julho de 1910.

republicanos na Câmara, pretendendo explicar a utilidade do seu papel como oposição: “(...) nas questões de ordem política, os republicanos afirmariam os seus princípios, naturalmente sem a transigência condenável dos fustes, com muita firmeza e energia, mas sem a fúria obcecada e já hoje fora de moda de um jacobinismo robespierrista.”

Os jornais republicanos acompanhavam a sua actuação fazendo com que as suas bases acompanhassem de perto as discussões da Câmara. Os homens que foram deputados durante a monarquia tiveram um tirocínio, aprendendo as lides parlamentares e, chegada a República, seriam deputados experientes. O caso paradigmático é, sem dúvida Afonso Costa, parlamentar eficiente e temível, dominava o funcionamento da assembleia e a oratória. Para a história ficou a sua intervenção de 20 de Novembro de 1906 e a afirmação “Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI!”⁵⁹⁴. O presidente da Câmara dos Deputados convidou Afonso Costa a sair da sala das sessões e o deputado recusou-se. Entrou na sala a força armada que o acompanhou até à saída do edifício. João Franco, na qualidade de Presidente do Conselho afirmou que “(...) a verdade é que nunca infracção do regimento tão grave mais injustificadamente se cometeu (...)”⁵⁹⁵. Considerou que o acontecimento iria ser apreciado por todo o país. De facto, foi-o e incendiou a opinião pública republicana. João Franco apontou a questão central: o acto de Afonso Costa, neste que era um dos palcos políticos por excelência, permitia que a afirmação provocatória, depois de uma longa e estruturada intervenção tivesse um eco extraordinário na sociedade política.

6.3. As campanhas eleitorais

Se era fundamental a eleição e a actuação dos deputados republicanos, importa perceber como se processa a propaganda política que permitia a sua eleição. Interessa, pois, analisar a mecânica das campanhas eleitorais do PRP para surpreender a suas formas de actuação e de organização. Trataremos das campanhas eleitorais do século XX, antes de o republicanismo chegar ao poder.

Há vários tipos de eventos numa campanha eleitoral republicana do século XX, dos mais visíveis e públicos, a outros mais pequenos e discretos, que, frequentemente,

⁵⁹⁴ *Câmara dos Senhores Deputados*, sessão n.º 34, 20 de Novembro de 1906.

⁵⁹⁵ *Ibidem*.

aconteciam em simultâneo, sendo o partido e os políticos mobilizados para um trabalho árduo.

A direcção da campanha eleitoral era – desejavelmente – da responsabilidade do Directório, sendo necessária a garantia que se estava a pregar a boa doutrina e que a escolha dos oradores era adequada aos diferentes meios. Os oradores nas acções de propaganda eleitoral, fossem ou não candidatos, deveriam primeiro avisar a comissão eleitoral do Directório, antes sequer de se comprometerem com um determinado evento. Em 1908, foram pensadas instruções claras para as comissões locais de Lisboa a observar nos trabalhos de eleição geral de deputados. Estas explicavam as questões administrativas e organizativas. A correspondência deveria ser toda endereçada ao secretário da comissão central eleitoral e o serviço permanente na sede da comissão municipal funcionava das 8 às 11 horas da noite. “Os três círculos do distrito estão divididos em zonas que trabalharão de acordo com as comissões locais da respectiva zona, as quais estão a cargo de subcomissões.”⁵⁹⁶

Os comícios e as conferências de propaganda eram ordenadas pela comissão eleitoral de acordo com o Directório, conforme a escala dos pedidos e a oportunidade e a conveniência dos trabalhos. Era esta que organizava a lista dos oradores.

A título de exemplo, olhemos para a propaganda eleitoral marcada para os dias 19 de Março e seguintes de 1908. Segundo *O Mundo*⁵⁹⁷, os republicanos estiveram presentes nas seguintes localidades: Lisboa (oriental e ocidental) Viana do Castelo, Braga, Santarém (Coruche), Vila Real (Chaves), Setúbal (Aldeia Galega, Alcochete, Moita, Seixal), Santarém (Golegã, Tomar, Cartaxo, Vila Nova de Ourém), Beja (Castro Verde, Ourique). Planearam acções na zona no Porto, Gondomar, Gaia e Maia. Nesta pequena amostra, percebemos a vontade do republicanismo chegar a vários pontos do território nacional, não se limitando a Lisboa e à margem sul.

Ainda sobre a campanha eleitoral de 1908, Lopes de Oliveira, escreveu:

“Nos numerosos centros de Lisboa e Porto, quase diariamente se realizam conferências, e á volta dessas cidades, num circuito de muitas léguas, alcançando todos os concelhos dos círculos, dezenas de comícios se vão realizando. Irradiam de Lisboa marchas triunfais de apostolado cívico incessante, alcançando desde Cascais, Amadora, Alcochete, Aldeia Galega,

⁵⁹⁶ *O Mundo*, n.º 2644, 18 de Março de 1908.

⁵⁹⁷ *O Mundo*, n.º 2645, 19 de Março de 1908.

Almada, Golegã, Vila Franca, Alhandra, Alenquer, Sacavém, Colares, Lourinhã, aos mais obscuros povoados, às mais remotas aldeias. E alarga-se o marulhar desta vaga ardente pelos distritos vizinhos; Santarém é levado para a luta, como para um assalto decisivo, por José Relvas e João Chagas.”⁵⁹⁸

As campanhas eleitorais permitiam que tanto os mais importantes nomes do republicanismo como outras personalidades importantes trabalhassem extensos círculos eleitorais e, sobretudo, que entrassem nas zonas rurais, o que Lopes de Oliveira chamou de “obscuros povoados”.

Na última campanha do PRP, no verão de 1910, alinharam-se algumas ideias para que a mensagem fosse a apropriada face à audiência. Em Lisboa, Porto, Coimbra e Beja, locais onde a convicção era considerada um facto os oradores deveriam ser “ (...) iconoclastas, ardentes e vingadores (...)”⁵⁹⁹ para conseguirem incendiar os espíritos. Para os meios relapsos, “(...) onde os espíritos se encontram imersos na noite clerical (...)” como a Guarda e a Covilhã, os oradores devem ter a palavra calma, “(...) apta a lançar nas almas desconfiadas, com naturalidade e brandura, o fermento da insurreição.” Nas terras de “gente inculta e ignorante”, sob a influência de caciques, “(...) tristes burgos em servidão (...)” era necessária a palavra ardente e atrevida que soubesse ferir a nota revolucionária “(...) sempre tanto do agrado das massas oprimidas (...)” e desrespeitar, crivando-os de sarcasmos e ironias, os influentes locais, mostrando que tinham pés de barro. Já em 1906, os republicanos consideravam que era necessária uma diferenciação no discurso político. Assim, nos concelhos rurais, os candidatos tinham que ter um discurso mais simples.⁶⁰⁰ A conclusão era simples e adequada aos tempos de preparativos para a tomada do poder: fazer uma boa campanha eleitoral equivalia a praticar um acto de insurreição.

Em Julho de 1910, os republicanos estavam em processo de escolha dos candidatos. Estes eram eleitos pelas comissões paroquiais e municipais. Por exemplo, Cândido dos Reis foi escolhido pelas comissões municipais e paroquiais do 2.º e 4.º bairros de Lisboa. Miguel Bombarda concorria pelo Círculo Oriental de Lisboa, o que significa que os dois cabecilhas da revolução também estavam na luta eleitoral. Miguel Bombarda esteve, aliás, muito activo na campanha eleitoral.

⁵⁹⁸ OLIVEIRA, Lopes de, *História da República Portuguesa. A propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947, pág. 290.

⁵⁹⁹ As citações que se seguem pertencem a *O Mundo*, n.º 3499, 28 de Julho de 1910.

⁶⁰⁰ *A Lucta*, n.º 102, 14 de Abril de 1906.

Em 1910 os republicanos apresentaram candidaturas em Lisboa, Porto, Coimbra, Aveiro, Portalegre, Santarém, Leiria, Guarda, Braga, Viana do Castelo, Évora, Viseu, Lamego e S. Tomé e Príncipe.

Apesar de existirem eventos anteriores, os republicanos iniciaram a fase de propaganda activa a 7 de Agosto de 1910. Quando iniciam esta fase, os republicanos montam um programa de trabalhos em várias localidades e com eventos coincidentes. Repare-se na sua actividade nos dias 7 e 8 de Agosto, com o agendamento de vários comícios ou conferências nas seguintes localidades: Sesimbra, Azeitão, Coruche, Vila Franca, Sintra, Colares, Amadora, Alhandra, Alverca, Almoçageme, Alcochete, Arruda, Oeiras, Queluz, Arronches, Alverca, Torres Pedras, Portalegre, Almada, Alcácer do Sal, Santiago do Cacém e Sines, para além de Lisboa. Isto significa uma intensa mobilização de políticos republicanos para poderem estar em todos estes locais nestes dois dias. Seguiu-se um período de mais de 20 dias em que se desdobravam em iniciativas para cobrir o máximo possível de locais⁶⁰¹, sendo preciso lembrar que os transportes e as comunicações eram muito mais lentas e complicadas do que são hoje em dia. Destes locais, a maioria deles são à volta de Lisboa e no sul de Portugal. Apesar do périplo pelo país, a capital continuava a ser muito importante (era aqui que realizava o maior número de actividades de campanha). O grande comício eleitoral no final da campanha teve lugar em Lisboa no dia 26 de Agosto (as eleições tiveram lugar no dia 28). De entre os oradores estavam Braamcamp Freire, Eusébio Leão, Miguel Bombarda, e, fechando o comício, Alexandre Braga.

Era, a todos os títulos notável, a capacidade de organização dos republicanos para a luta eleitoral: não só mobilizavam as figuras mais importantes do partido, como as faziam desdobrar-se em várias deslocações e intervenções. Ao tempo, eram, sem dúvida, campanhas eleitorais modernas.

6.4. A Câmara Municipal de Lisboa

⁶⁰¹ Segundo o jornal *O Mundo* (Agosto de 1910), podemos encontrar referências a actividades de propaganda nos seguintes locais, para além de Lisboa: Benavente, Sacavém, Póvoa de Santa Iria, Olhalvo (concelho de Alenquer), Évora, Lousã, Labrugeira (concelho de Alenquer), Fanhões (concelho de Loures), Coimbra, Tavira, Anadia, Beja, Agualva, Queluz, Carcavelos, Vialonga, Cadaval, Cascais, Sesimbra, Tramagal, Pego (Abrantes), Estoril, Abrantes, Malveira, Montes Velhos, Portimão, Setúbal, Tábua, Campo Maior, Livramento, Vila Franca, Nazaré, Santarém, Bucelas, Tojal, Loures, Almada, Sobral do Monte Agraço, Pinhal Novo, Terrugem, Póvoa do Varzim, Aveiro, Ponta Delgada, Carregado, Alenquer, Lavradio (Barreiro), Elvas, Palmela. Em alguns casos, os republicanos foram mais de uma vez a uma determinada localidade (como por exemplo, em Setúbal).

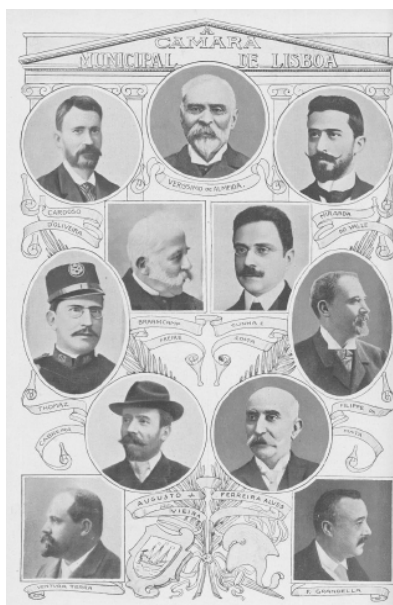


Imagem 21: “A Câmara Municipal de Lisboa”. *Ilustração Portuguesa*, n.º 142, 9 de Novembro de 1908.

A tomada da Câmara Municipal de Lisboa pelos republicanos, significava, para um grupo com menor apetência revolucionária, o pôr em prática de uma espécie de propaganda pelo facto. Apesar das pressões mais revolucionárias, existiu um grupo republicano que se preocupou em mostrar, para dentro e para fora do movimento, que sabia e podia fazer boa administração. Se fizessem uma administração sem falhas em Lisboa, poderiam mostrar a sua competência para governar o país e pôr em prática o seu programa. A lista era composta por homens respeitáveis, a começar pelo convertido Braamcamp Freire.

Em Novembro de 1908, os republicanos tomaram a Câmara Municipal de Lisboa. O seu predomínio foi confirmado com a tomada de outras edilidades, sendo de referir as localidades da Margem Sul, formando uma espécie de cordão em torno da maior cidade do país⁶⁰². Júlio Martins, em 1913, fez referência à importância destas conquistas, afirmando que “(...) nos antigos tempos da monarquia era difícil aos republicanos entrarem por eleição nos corpos administrativos, era preciso que a febre republicana fosse grande em certas e determinadas terras do país, para que os republicanos se manifestassem conquistando pelo voto os lugares das câmaras municipais;”⁶⁰³ Deu

⁶⁰² Depois de 1 de Novembro de 1908, os republicanos passaram a ter 12 Câmara Municipais e larga representação em 21 municípios, de entre os quais o Porto. (*Almanaque de O Mundo para 1909*).

⁶⁰³ Intervenção de Júlio Martins, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 67, 8 de Abril de 1913.

como exemplo a Câmara de Alcochete, eleita por genuína e exclusiva vontade do povo e pondo em prática os princípios de administração pregados.

A entrada do republicanismo para o poder local, a par do crescente número de deputados no parlamento monárquico, foi a maior conquista antes do 5 de Outubro de 1910. No congresso de 1910 puderam afirmar que o republicanismo detinha 12 Câmaras Municipais, cinco com representação de minorias, 80 juntas de paróquias republicanas e 43 com representação, provando a superioridade da administração republicana.

A ideia da tomada de Lisboa vinha, pelo menos, de 1907. O PRP deveria tomar a Câmara e transformá-la no município modelo. Para o fazer deveria pôr em prática um programa que levasse em linha de consideração aspectos sociais, económicos e político-culturais. Segundo Faustino de Figueiredo, o proponente da moção:

“O partido republicano resolve disputar a eleição municipal de Lisboa para tornar a Câmara de Lisboa o município modelo, realizando em todas as administrações o programa republicano, estabelecendo o dia normal de oito horas e um mínimo de salário para os operários da câmara e todas as empresas que com ela têm contrato, forçando ao cumprimento da lei os potentados monopolistas, preparando a municipalização dos grandes serviços monopolizados, dando ao povo bairros operários, banhos gratuitos, as festas cívicas que o hão-de dignificar e educar, erguendo ao princípio associativo um palácio das associações, que seja a casa do povo, onde funcionem as associações de classe, as cooperativas, as bolsas de trabalho e os tribunais arbitrais.”⁶⁰⁴

Os republicanos podiam afirmar que a capital do reino era republicana e, assim sendo, parecia-lhes que a queda do regime monárquico estava mais próxima. A tomada de Lisboa não só significava o primeiro passo para a conquista do Estado como provava que o PRP era capaz de governar. O jornal *O Mundo* em 1910, ao referir-se à administração republicana da edilidade lisboeta, foi muito claro: “Prova-se pelos factos que o Partido Republicano está apto para governar o país.”⁶⁰⁵ Bernardino Machado também o disse de uma forma muito esclarecedora: “De hoje em diante pode dizer-se que o Partido Republicano é um partido de governo. A vitória que acabámos de

⁶⁰⁴ Intervenção de Alfredo Ladeira, citando Faustino de Figueiredo, que também tinha assento na Assembleia Constituinte, *Diário da Assembleia Constituinte*, sessão n.º 5, 23 de Junho de 1911.

⁶⁰⁵ *O Mundo*, n.º 3388, 16 de Fevereiro de 1910.

alcançar, tão extraordinária, mas tão merecida pelos esforços e dedicação cívica do eleitorado de Lisboa, deu-nos o governo da capital da Nação.”⁶⁰⁶

Tendo a gestão do município de Lisboa nas suas mãos, os republicanos tinham a possibilidade de demonstrar como a administração republicana era diferente da monárquica, ou seja, provar que era melhor em todos os sentidos. Os republicanos revelavam a sua capacidade de governação e, da cidade para o Estado, a sua competência para lançar o país noutros caminhos, na senda do progresso. Lisboa era, assim, uma primeira prova, que seria acompanhada de perto pelo campo político republicano e não só.

6.4.1. O Sufrágio



Imagem 22: José Veloso Salgado, *O Sufrágio*, óleo s/ tela, 1913. Museu da Cidade, Lisboa.

Em 1912 a Câmara Municipal de Lisboa encomendou a Veloso Salgado um quadro representando a cidade de Lisboa elegendo a sua primeira vereação republicana⁶⁰⁷. Depois da tomada do poder, no pós-5 de Outubro de 1910, o republicanismo fazia registar um dos seus passos mais importantes.

O quadro de Veloso Salgado, intitulado *A Cidade de Lisboa elege a sua primeira Vereação* (mais tarde conhecida por *O Sufrágio*), estava pronto em 1913 e foi colocado

⁶⁰⁶ QUEIROZ, Vasco de Barros, *Episódios da vida do político Thomé de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, 1985, pág. 101.

⁶⁰⁷ LEITE, Ana Cristina, “Lisboa elege a sua primeira vereação republicana.” In *À urna pela lista republicana de Lisboa! Centenário da vereação republicana em Lisboa*, Lisboa, CML-DMC, 2009.

na Câmara Municipal (Sala da Comissão de Estética). A Câmara de Lisboa pretendia consagrar a vitória de 1908 como um dos momentos de afirmação do republicanismo e da história da cidade.

Esta obra de Veloso Salgado interessa-nos pelo que diz sobre as eleições municipais e mais do que isso, sobre o republicanismo enquanto movimento e enquanto poder. Veloso Salgado apresentou-nos uma República, com um seio descoberto, com um panfleto na mão, incitando o povo a ir à urna pelo PRP. Neste contexto pictórico, a República é associada à Lisboa republicana que contribuiu para esta vitória. A figura masculina, de recorte clássico apresentando dignidade e serenidade, empunha uma bandeira onde se pode ler a palavra sufrágio. Ao lado, o barrete frígio, típico do republicanismo, numa posição muito discreta, e uma palma, associada à vitória. Não deixa de ser importante esta associação entre a república e o sufrágio numa articulação de conceitos que pretendia marcar a história do município e do republicanismo. O movimento que sempre dera destaque à voz do povo vinha firmar pictoricamente uma ligação privilegiada entre o movimento de massas que o quadro também pretende ilustrar, o regime e o sufrágio, mesmo numa altura – 1913 – em que já se publicara a lei eleitoral e esta não contemplava o sufrágio universal.

Nas primeiras filas encontramos os republicanos mais ilustres, como Bernardino Machado, Afonso Costa, Brito Camacho, Manuel de Arriaga ou António José de Almeida, mas não aqueles que tinham feito parte da lista e depois da vereação republicana da Câmara Municipal de Lisboa; esses estão em segundo plano, discretos e quase fundidos entre outras caras do partido. Alguns destes homens olham para nós, para quem observa o quadro e, todos com um semblante bem-disposto (excepto Brito Camacho), parecem ilustrar a alegria de um movimento vitorioso.

Depois de algumas filas com rostos reconhecíveis, as caras fundem-se numa dinâmica de cor quente, pontuada por bandeiras verdes e vermelhas, quer a nacional, quer as de centros republicanos, sendo reconhecível, em primeiro plano, a do Centro Bernardino Machado. O quadro representa uma vontade, a da total unanimidade em relação ao republicanismo. Contudo, a realidade era mais complicada do que esta onda de força pretendia demonstrar. Depois da implantação do regime em Outubro de 1910 e até à data do quadro, o republicanismo no poder já tinha enfrentado duas incursões monárquicas em 1911 e 1912, bem como a oposição da hierarquia católica. Nem Lisboa, nem o país eram tão republicanos quanto esta imagem parece querer indicar. No entanto, no início, os políticos do regime estavam cheios de esperança. Tinham estado à

espera deste momento e da possibilidade de mudar o país e, apesar dos inimigos e dos obstáculos, o regime tinha ainda força e vigor.

Os políticos republicanos têm o boletim de voto e Arriaga está inclusive a depositá-lo na urna. Quando olhamos para o quadro de Veloso Salgado vemos o edifício da Câmara Municipal de Lisboa – com uma bandeira branca –, a praça do município toda verde e rubra, com o pelourinho, o edifício do Arsenal à direita e atrás a Sé de Lisboa. O património edificado presente nesta representação é o “velho”, a história da cidade, mantida intacta e incólume perante um movimento de massas ordeiro, o “novo”.

Ao fundo, imensa e alva, está a Câmara Municipal de Lisboa, demonstrando-nos a importância simbólica que a edilidade lisboeta passou a ter. De resto, tomar a Câmara Municipal fazia parte da tradição revolucionária francesa, já que o *Hôtel de Ville* (Câmara Municipal de Paris) era um lugar simbólico desde 1789. Na intentona de 28 de Janeiro de 1908, os conspiradores pretendiam, depois do encontro no elevador da Biblioteca, assaltar a Câmara Municipal, juntamente com o povo, e ali proclamar a República. No 5 de Outubro seria das suas varandas que José Relvas proclamou a República, não de um local revolucionário, mas neste edifício conotado com o poder ganho nas urnas. Este foi o local escolhido para estarem os restos mortais de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, dois homens transformados em heróis da revolução, depois das suas trágicas mortes, o primeiro suicidando-se pensando que a revolução de 5 de Outubro estava perdida, e o segundo assassinado por um doente mental. Foi aqui que Sidónio Pais se apresentou depois da sua eleição como presidente da República, procurando, das mesmas varandas, validar a sua “República Nova”. Depois de ter sido morto na estação do Rossio, a 14 de Dezembro de 1918, o corpo de Sidónio Pais esteve na Câmara Municipal de Lisboa, à volta da qual se criaram enormes filas de cidadãos que queriam ver pela última vez o “presidente-rei”.

A vitória em Lisboa foi central para o republicanismo, em geral, mas também foi muito significativa para uma das facções do PRP – a ordeira. E este quadro de Veloso Salgado vem firmar na história o papel da luta legal, da tomada do poder pelo sufrágio. Ilustra a dinamização e galvanização do movimento nos anos decisivos para a tomada do poder e também a face ordeira que existiu e de como esta era fundamental para a manutenção do poder depois do 5 de Outubro de 1910, pela necessidade de afirmação interna e externa. O republicanismo, como projecto de renovação e de regeneração, trazia consigo as massas para a política, mas de forma ordenada, alegre e colorida.

6.4.2. A administração de Lisboa

O que é que os republicanos quiseram fazer e fizeram na Câmara Municipal de Lisboa? Analisaremos apenas algumas das questões de um problema mais vasto e complexo. Interessa-nos a forma como os republicanos explicavam a sua maneira de fazer política, as medidas sociais e a ideia de gestão financeira da edilidade. Por último, veremos a forma como os republicanos transformaram o municipalismo num combate político e ideológico contra a monarquia.

A administração municipal republicana, segundo os republicanos, tinha algumas características gerais que a distinguiam da monárquica quer no município, quer no governo. A administração republicana insistia num ponto caro aos liberais, a saber, a dignidade com que os cargos públicos eram exercidos, assumindo a ideia de que estes homens eram servidores da *coisa pública* e que trabalhavam para o bem comum da cidade e não para o seu bem particular. Esta era, aliás, uma caracterização perfeita do que era o cidadão.

O vereador Cunha e Costa, na sessão de 3 de Dezembro de 1908, a primeira sessão ordinária⁶⁰⁸, fez uma digressão sobre importantes questões históricas e políticas. Considerou que a história do povo português se confundia com a história das suas instituições municipais inscrevendo assim a vitória republicana numa lógica histórica e nacional mais lata. O municipalismo era associado à emancipação da classe laboriosa e era entendido como uma das características da nacionalidade. Na leitura que Cunha e Costa fazia os republicanos, defensores do municipalismo, opunham-se à monarquia que se caracterizava por uma “(...) absurda e violenta centralização política.”⁶⁰⁹ Cunha e Costa considerou que sendo a vereação republicana, a cidade e o respectivo concelho também o seriam necessariamente, alardeando a força e esta vitória do movimento.

As duas ideias que surgiam, condensando a desejada fórmula de governo, eram economia e moralidade. Tratava-se de um programa reformista, mas que não deixaria de ser completado com medidas de cariz social. O que os republicanos procuraram fazer foi aplicar os princípios do seu programa, dentro dos limites permitidos pelo Código Administrativo. Assim, tinham como ideia norteadora o respeito pelo mérito e pela virtude, considerando que os funcionários que constituíam a Câmara deviam servir o município. Defendiam a estabilidade do funcionalismo, prometeram neutralidade em

⁶⁰⁸ *Ibidem*, pág. 102.

⁶⁰⁹ *Ibidem*, pág. 103.

relação às convicções políticas e religiosas dos funcionários. A República no poder teria um dilema semelhante a este, tendo de contar com funcionários que poderiam não ser leais à sua causa. Os republicanos na Câmara de Lisboa não queriam deixar de melhorar a situação dos funcionários municipais, especialmente a do pessoal menor e assalariado. Em Abril de 1909, a Câmara Municipal de Lisboa anunciou uma medida a favor dos operários: o dia de 8 horas de trabalho, que seria posto em prática a partir do primeiro de Maio, data simbólica para o movimento dos trabalhadores. O Relatório de 1909 considerava que esta medida atestava o espírito “(...) benévolo e justiceiro da Vereação.”⁶¹⁰

Os republicanos afirmavam e provavam que o PRP no poder tentava melhorar a situação do povo administrando de forma honrada e inteligente. À sua medida e no seu tempo, os republicanos iam concedendo os direitos aos trabalhadores. Mas este era também o primeiro sinal de aviso para o mundo do trabalho: só quando os republicanos entendessem e se sentissem seguros é que se abalançariam a conceder direitos.

Os republicanos tinham como central na sua actuação municipal os serviços que as juntas de paróquia prestaram à infância pobre de Lisboa. As crianças foram à praia à Trafaria e depois do banho eram alimentadas com pão e leite. A imprensa acompanhou esta iniciativa, que resultou como uma eficaz manobra de propaganda na cidade de Lisboa, por onde enxameavam bandos de crianças sem quaisquer cuidados.



**Imagem 23: Crianças a bordo do vapor com destino à Trafaria.
Ilustração Portuguesa, n.º 186, 13 de Setembro de 1909.**

⁶¹⁰ *Ibidem*, pág. 106.



Imagem 24: Crianças a banhos na Trafaria. *Ilustração Portuguesa*, n.º 186, 13 de Setembro de 1909.



Imagem 25: Crianças na praia. *Ilustração Portuguesa*, n.º 187, 20 de Setembro de 1909.

A 16 de Novembro de 1909, foi apresentado à Câmara Municipal de Lisboa o orçamento para 1910, sendo seu relator Tomé de Barros Queiroz. Segundo este político:

“Este orçamento não é uma obra-prima, já o dissemos, mas é quase revolucionário dentro dos acanhados moldes que nos estavam traçados. É um documento claro, sem coisas inconfessáveis, sem manhas, sem sofismas, sem pretensões de exibicionismos de ciência económica e, sobretudo, sem portas falsas por onde possa entrar e sair o que convenha seja a quem for. É um documento que pode ser examinado à luz do sol por gregos e troianos, por conhecedores de administração municipal ou pelos mais leigos no assunto porque todos o compreenderão.”⁶¹¹

⁶¹¹ *Ibidem*, pág. 127.

Na Câmara Municipal, os republicanos defendiam uma política financeira que privilegiasse a clareza de leitura, de modo a serem diferentes da monarquia e do que viam como os seus expedientes. Assim, era central a ideia de ordem nas contas face às antigas irregularidades e aos favoritismos políticos dos monárquicos. A gerência da Câmara apresentava *deficit*, mas com contas limpas, esperando que o governo monárquico liquidasse os impostos que indevidamente tinha recebido⁶¹². A 17 de Março de 1910, as contas da gerência republicana são apresentadas como cuidadosas, zelosas e sóbrias, procurando o equilíbrio das contas públicas.

A defesa do municipalismo assumia-se como central no discurso republicano da edilidade lisboeta. Em Abril de 1909, os republicanos reuniram em Lisboa, o Congresso Municipalista, organizado pela Câmara Municipal desta cidade, tinha como ideia base “(...) restaurar em todo o seu antigo esplendor, a vida municipal a que devemos uma boa parte das glórias de outros tempos (...)”⁶¹³. Os homens da gestão quotidiana da Câmara de Lisboa estavam a ser, a seu modo, verdadeiros revolucionários. Invocando as glórias do passado, os republicanos de Lisboa, defendendo a autonomia municipalista, pediam a contribuição de todos os “homens bons” das cidades, vilas e aldeias para o trabalho de ressurgimento da pátria. Ou seja, o poder local ganhava uma posição de força face ao poder central monárquico, separando-o da população e aproximando os republicanos do que se imaginava ser o país real. Os republicanos faziam e deixavam os políticos monárquicos com as suas estéreis discussões no parlamento.

Para o Congresso Municipalista foram convocadas todas as câmaras do país para se discutirem as relações entre a administração local e o poder central. Os republicanos, de uma forma ordeira, estavam a tentar minar a legitimidade do poder central. Em assembleia seriam discutidas as bases do pedido a apresentar às Cortes para que estas decretassem a autonomia municipal, dela resultando, na visão republicanista, o engrandecimento e prosperidade da nação.

A tese de Agostinho Fortes dava o mote para se entender o municipalismo: “Federação de Municípios; estes como federação de paróquias. A Pátria como síntese da federação nacional”⁶¹⁴. Boto Machado juntou a sua voz na defesa do municipalismo, utilizando argumentos sociológicos e mesmo biológicos, utilizando todo o peso da ciência na sua argumentação política. O Congresso, apesar de algumas vozes discordantes, acabou por

⁶¹² *Ibidem*, pág. 128.

⁶¹³ *O Mundo*, n.º 3034, 16 de Abril de 1909.

⁶¹⁴ *O Mundo*, n.º 3038, 20 de Abril de 1909.

aprovar esta tese e discutiu ainda a municipalização dos serviços públicos e a expropriação por utilidade pública. A representação ao parlamento reivindicava liberdades e franquias que vinham sendo retiradas e expressava a vontade de criar um laço de solidariedade entre os municípios, uma espécie de consciência colectiva, que seria uma poderosa arma contra a governação monárquica.

A única dificuldade que os republicanos tinham que enfrentar na administração na Câmara Municipal de Lisboa era o poder monárquico. Defendiam que as suas acções – e boas intenções – saiam goradas porque o Ministério do Reino não lhes dava as condições necessárias. Vasco Pulido Valente citou Ferreira do Amaral sobre a questão da Câmara Municipal de Lisboa⁶¹⁵. Para este político nada havia a temer, já que com a legislação vigente quem governava na câmara de Lisboa era o Ministério do Reino. Os republicanos esperavam poder credibilizar-se, enquanto que os monárquicos esperavam, pelo contrário, que se desacreditassem. Para os republicanos, as críticas à administração republicana provinham de “*espíritos obcecados pelo fanatismo monárquico.*”⁶¹⁶

Os republicanos anunciavam no Verão de 1910, ao apresentarem o resumo da gerência de 1909, a redução de despesas e o aumento das receitas ordinárias. Defendiam que sempre trataram bem quer o pessoal jornalheiro, quer o do quadro. As provas estavam dadas. Restava passar ao governo da nação.

6.5. A via revolucionária

Um dos caminhos para a República era a revolução. Não foi o único e, sobretudo, não era entendido de forma exclusiva. O conceito tinha assim diferentes entendimentos e associava-se a outros vocábulos/ideias, construindo uma galáxia de sentidos. É preciso, contudo, analisar e entender como esta ideia era usada, levando em linha de conta os vários sentidos que podia comportar.

O século XX foi pródigo em revoluções. De certa maneira, podemos olhar para a revolução russa de 1917 como a matriz de um género de revolução, ideia forte e sempre presente que colonizou a ideia de revolução. Não era, obviamente, esta matriz de 1917 que estava presente no ideário republicano. A “sua” revolução por excelência era a Revolução Francesa de 1789, a inspiração política do movimento republicano, bem

⁶¹⁵ VALENTE, Vasco Pulido, “As duas tácticas da monarquia”, *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e de Acção*, n.º 54/55, 1967, pág. 756.

⁶¹⁶ *O Mundo*, n.º 3334, 12 de Fevereiro de 1910.

como de várias outras correntes políticas que se fundavam nas premissas de modernidade e na tríade da liberdade, igualdade e fraternidade. O final do século XVIII, o início da época contemporânea, fora o início de um período de grandes mudanças que ultrapassaram as fronteiras francesas.

No entanto, se teoricamente era uma referência, na prática os republicanos nunca passaram a ideia de que a revolução poderia ser semelhante à francesa, afastando a ideia do *Terror* e da guilhotina dos seus projectos de alteração da sociedade. Era importante esclarecer o que a revolução não era. Esta não era a guerra civil, numa alusão a episódios do passado do liberalismo novecentista.

Os republicanos tinham respeito pelos primeiros liberais, como Gomes Freire, mas não utilizaram amiúde esta revolução como exemplo, apesar de politicamente serem filhos das transformações do século XIX. Era fundamental marcar a diferença face aos homens desse período.

O movimento republicano – com a excepção da sua facção radical – precisou de uma larga e demorada doutrinação para aceitar a ideia de revolução. Nem todos partilhavam a leitura de Luz de Almeida. Apesar de nas suas próprias “memórias”, reconhecer as divergências entre as facções, retrospectivamente quis ver o partido de uma forma muito particular, afirmando que:

“O Partido Republicano Português foi sempre um partido revolucionário, não só porque esteve sempre convencido de que a República jamais conviria se estabelecesse em Portugal, a não ser pelo processo revolucionário, mas também porque a Monarquia só pela força se daria por vencida e cederia lugar à vontade da nação, como, aliás, veio a acontecer em 5 de Outubro de 1910 apesar de – e que foi deveras para lamentar – a resistência então ter sido bem menor do que era lícito supor.”⁶¹⁷

Para Teófilo Braga⁶¹⁸, em 1908, o PRP era um partido que preferia a “revolução das ideias”, que podia até retardar a conquista do poder, mas actuava nas consciências. Durante muito tempo, mesmo quando já se conspirava, parte dos republicanos gostaria

⁶¹⁷ ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932, pág. 231.

⁶¹⁸ *O Mundo*, n.º 2618, 20 de Fevereiro de 1908.

que o novo regime nascesse sem desordens nem violências, como manifestação da vontade nacional.

No congresso de Coimbra de Abril de 1908, Ribas de Avelar apresentou uma moção tecendo fortes críticas a vias não legais e não ordeiras de antagonismo face á monarquia, defendendo que o emprego de meios violentos de transformação não podia ser um acto oficial, normal e público do partido. Percebe-se a crítica aos mais revolucionários e à tentativa recente de 28 de Janeiro de 1908.

O Directório do PRP teve alguma dificuldade em aceitar a ideia de revolução, mesmo depois do congresso de Setúbal. A assembleia republicana em Lisboa de dia 30 de Janeiro de 1910, composta pelos principais chefes e políticos republicanos afirmou que “Ao Directório não incumbe improvisar aquela Revolução que realiza a mudança definitiva do regime, mas comporta orienta-la, desde que se manifeste como facto social, determinado pela coincidência do protesto da nação com as aspirações do Partido Republicano.”⁶¹⁹ Na descrição do jornal *O Mundo* ficaram registadas parte das intervenções dos políticos republicanos. A maioria das suas afirmações foi a justificação da revolução. No entanto, também fazem constante referência à unidade da assembleia, o que prefigura um receio de deixar passar qualquer imagem de divergências. António José de Almeida diz que o sangue o horrorizava e que só o tolerava por necessidade num lance revolucionário. Afonso Costa afirmou que o PRP não podia colaborar com a Monarquia, quando esta tinha recusado a proposta feita em 1908. Bernardino Machado afirmou que os projectos liberais do governo eram uma mistificação. João Chagas tinha a perspectiva mais elucidativa. Perguntava se o partido tinha os meios legais para a conquista do poder. Não tendo, era naturalmente conduzido pelos factos para a propaganda revolucionária. Deixa um aviso em relação à revolução: se não a fizerem os dirigentes, faria-a o povo. O Directório passou a assumir a orientação da Revolução, explicando sempre que não estava a referir-se a motins ou a crimes.

Como é que se podia justificar a revolução? A resposta a esta pergunta era essencial para o PRP, que comportava diferentes sensibilidades, ou seja, tinha os homens de acção, da bomba e os outros que, parecendo temer as fúrias que se podiam libertar, não podiam deixar de se identificar com um tipo de revolução, a bem do projecto de tomada do poder que se desenhava.

⁶¹⁹ *O Mundo*, n.º 3323, 31 de Janeiro de 1910.

Era necessário ter atenção para não passar uma imagem demasiado violenta do que poderia ser uma revolução. Afonso Costa, na conferência que proferiu na sede da Comissão Municipal Republicana em 1909⁶²⁰ explicou que a ideia de revolução fora aceite em vários tempos históricos, da Grécia à Suíça de Guilherme Tell. Ou seja, firmava a ideia de revolução no tempo histórico longo, de modo a torná-la uma constante e não um expediente exótico da política moderna.

Há, no discurso justificativo da revolução, uma inversão curiosa: a revolução aparece não como o recurso à força, mas como o restabelecimento do direito⁶²¹. A situação que se vivia é que era uma *violência*, porque era errada, ilegítima e divorciada dos verdadeiros interesses da nação. A revolução não era um crime, mas um direito, o direito contra a opressão. Bernardino Machado, nas declarações que fez ao jornal *Matin*⁶²², veiculou uma visão gradualista da transformação política, falando da transformação progressiva das instituições. Mas, e aqui residia a questão, se a monarquia optasse pela opressão então surgiria a explosão revolucionária. O conflito entre a monarquia e o povo agudizava-se e os republicanos faziam tudo para o conjurar mas, quando ele se desse, tudo fariam para que o golpe fosse tão certo que afastasse o espectro da guerra civil.

A revolução da rua, a revolução violenta, na qual o povo lutaria – desejavelmente – de forma nobre e leal, significava a defesa da própria vida. O povo morreria às mãos da camarilha e do rei se não tomasse uma posição.

Próximo da ideia de revolução, mas não se confundindo com ela, está a de *acção*, defendida, por exemplo, por Afonso Costa⁶²³, entendida como um dever do PRP, não se podendo ser revolucionário só para actos revolucionários, mas para a luta em todos os campos, incluindo o voto. Era-se revolucionário, votando.

No Verão de 1910, o PRP estava convencido a seguir a via revolucionária. A ideia associava-se ao combate intransigente a todos os governos monárquicos e à absoluta independência face a partidos, qualquer grupo ou individualidade monárquicas.

⁶²⁰ “Conferência de Afonso Costa na sede da Comissão Municipal Republicana de Lisboa”, *O Mundo*, n.º 3291, 30 de Dezembro de 1909.

⁶²¹ *Ibidem*.

⁶²² Declarações de Bernardino Machado ao *Matin*, citadas em *O Mundo*, n.º 2698, 12 de Maio de 1908.

⁶²³ “Conferência de Afonso Costa no Porto”, *O Mundo*, n.º 3272, 10 de Dezembro de 1909.

CAPÍTULO 7

A REPÚBLICA NO PODER: PARA A “*FELICIDADE DA PÁTRIA*”

7.1. O 5 de Outubro



Imagem 26: Grupo revolucionário. *Ilustração Portuguesa*, n.º 243, 17 de Outubro de 1910.

Eusébio Leão deixou-nos o relato do *seu* 5 de Outubro de 1910:

“Grupos numerosos de populares desciam para as bandas do município; havia um entusiasmo em todos os rostos, uma grande esperança luzia em todos os olhos. O povo compreendia instintivamente que se ia alcançar a vitória do ideal há tanto tempo latejante no seu coração, pelo qual se sacrificara, que era a sua preocupação de todos os dias. Entrámos na sala das sessões da Câmara Municipal, onde penetravam José Relvas, José Barbosa, Inocêncio Camacho e Malva do Vale; outros iam chegando com notícias dessa confraternização das tropas com o povo, da retirada provável dos regimentos fiéis para os seus

quartéis, e então deliberou-se proclamar a República, dizer a todo esse povo que já enchia o largo, que tínhamos triunfado.

Reunimo-nos num instante, e eu, como secretário do Directório, fiz comovidamente a proclamação, como consta do auto lavrado. Cheguei à varanda com os meus companheiros; tremíamos de um enorme comoção ao vermos os nossos esforços e toda essa energia e seguida obra de propaganda para obter um êxito tão ambicionado.”⁶²⁴

Eusébio Leão fez ainda uma afirmação que consideramos importante comentar. Ao relembrar o 5 de Outubro disse: “Foi o dia mais feliz da minha vida.”⁶²⁵ A grande maioria destes republicanos esperara parte da sua vida por este momento e, na alegria do desejado recomeço, estavam esperançosos de poderem construir, finalmente, a República. Por isso, para eles, este dia foi feliz.

A 5 de Outubro de 1910 – a 4 de Outubro para algumas localidades – a República foi implantada em Portugal. Não fora a primeira data marcada. A revolução já fora apazada para 15 de Julho e para a noite de 19 para 20 de Agosto de 1910.

De há muito que os republicanos se vinham preparando e anunciando a revolução, que não foi de todo inesperada. No dia 2 de Outubro, Cândido dos Reis, responsável militar da conspiração, reuniu com a Alta Venda Carbonária e com o Directório. A revolução é marcada, não deixando de existir, à última da hora, divergências. Numa nova reunião discutiram-se os detalhes do plano (gizado por Sá Cardoso e Hélder Ribeiro). Este fora pensado tendo em conta duas vertentes: a acção militar e a acção civil, que contava com os carbonários. No dia 3 os revolucionários reúnem-se uma última vez na Rua da Esperança para discutir a morte de Miguel Bombarda. Este médico era uma das peças fundamentais da programada revolução. A Lisboa popular agitava-se com a possibilidade – infundada – de este ser um crime dos clericais.

Aparentemente, para os chefes já não havia lugar para hesitações; se não se lançassem na revolução, os marinheiros saíam sozinhos.

A revolução, tão esperada pelos sectores mais radicais, saiu à rua à 1 hora da madrugada de dia 4. Algumas localidades da margem sul do Tejo, como Aldeia Galega ou Setúbal, depois de saberem das notícias de Lisboa, implantaram a república no dia 4.

⁶²⁴ *Ilustração Portuguesa*, n.º 257, 23 de Janeiro de 1911.

⁶²⁵ *Ibidem*.

O rei jantava em Belém, recebendo o presidente da República Brasileira, Hermes da Fonseca, a quem os republicanos tinham vitoriado entusiasticamente na sua chegada a Lisboa. O presidente do Conselho, Teixeira de Sousa, estava apreensivo e tornou-se necessário pôr a guarnição – mais uma vez – de prevenção. Abreviaram-se os pratos no banquete.

Afinal a revolução saiu á rua. Os revolucionários não estavam todos de acordo em relação à maneira de fazer esta revolução. O plano não funcionou, nada foi como devia, muitos duvidaram e outros fugiram. Ainda assim triunfaram. É importante analisar os que conquistam o poder e os que o perdem e como o fazem.

Em Lisboa, a revolução começou em Infantaria 16, para onde Machado Santos se dirigiu, juntamente com um grupo de populares para tomar o quartel. Antes ainda de entrar, já os soldados o tinham tomado, não sem a morte de dois oficiais. Convencidos a sair por Machado Santos e seus homens dirigiram-se para Artilharia 1, onde esperavam encontrar o mesmo cenário de sublevação. Aí a situação tornou-se mais complicada, já que não encontraram a entrada aberta, muito embora Afonso Pala, juntamente com sargentos, no interior do quartel, tivesse organizado os revolucionários. A porta é arrombada com a ajuda de um ferrador. Depois de tomada esta unidade, Sá Cardoso assumiu o comando, organizando duas colunas, cada uma com duas baterias de artilharia. Os seus alvos eram o Quartel-General e o Palácio das Necessidades. Depois de recontros com a Guarda Municipal (na Rua Ferreira Borges e na Alexandre Herculano), as forças republicanas, já auxiliadas pela artilharia civil, viram-se obrigadas a abandonar o plano original e a improvisar. Pelas 5 da manhã fixaram-se na Rotunda, onde procuraram organizar a sua defesa. Sem dúvida prudente esta medida, pois logo tiveram que repelir um ataque da Guarda Municipal. Faltavam outros regimentos e nem todas as missões dos civis foram bem sucedidas, excepção feita para as unidades carbonárias da zona oriental de Lisboa.

Na marinha a sublevação fora relativamente bem sucedida. Pela 1 da manhã, enquanto Machado Santos estava em Infantaria 16, no Quartel de Marinheiros, em Alcântara, a insurreição foi vitoriosa, ficando Ladislau Parreira senhor da situação. Os marinheiros tomam os navios *Adamastor* e *S. Rafael*, faltando apenas o cruzador *D. Carlos*. Este, embora tivesse oficialidade monárquica, estava minado de carbonários, sendo tomado por Carlos da Maia na noite de 4 de Outubro.

Ainda que o Quartel-General monárquico tenha tido uma força pronta para bombardear os marinheiros, essa estratégia não foi seguida. Ordenaram que a coluna se dirigisse ao

alto da Penitenciária, para bombardear a Rotunda. É neste percurso que Paiva Couceiro, a figura mais importante da defesa do regime, encontrou a coluna e tomou a sua direção.

Na Rotunda, manhã cedo de dia 4, a notícia do suicídio de Cândido dos Reis teve um efeito devastador. A revolução tinha perdido o seu chefe, o oficial mais graduado. Num gesto quase romântico Cândido dos Reis tinha posto fim à sua vida por pensar que a revolução estava perdida. E perante a morte deste homem, a revolução parecia acabar às mãos de um equívoco. Sá Cardoso convocou um conselho de oficiais e a maioria decidiu não continuar. Machado Santos e os seus sargentos carbonários ficam, decidindo arriscar. Despida de oficiais, a Rotunda compunha-se de soldados, civis e desertores de outros regimentos. É preciso referir que à medida que a manhã avança a adesão popular vai sendo cada vez maior, muito embora já não tivessem armas para dar aos civis. Eram construídas barricadas com tudo o que se encontrasse.

As forças monárquicas não foram rápidas a levar a cabo o seu primeiro gesto ofensivo. A ideia do poder monárquico passava por atacar a Rotunda em duas frentes, uma do Rossio, outra da Penitenciária. Paiva Couceiro, comandando as baterias, demorou várias horas até chegar ao local de onde era suposto bombardear o acampamento revoltoso. A escolha não tinha sido acertada já que estavam sujeitos ao fogo da Rotunda e de Artilharia 1. As primeiras granadas revoltosas puseram em fuga vários praças da tropa fiel. Couceiro recebeu ordem para regressar, demorando o seu percurso de regresso várias horas.

A marinha revolucionária levou a cabo uma das medidas mais eficazes, bombardeando o palácio das Necessidades e conseguindo fazer cair o pavilhão real, num tiro certo ou de grande sorte. Bombardear o local onde estava o rei tinha um grande alcance simbólico, dando alento aos republicanos e tendo o efeito contrário nas hostes monárquicas. D. Manuel II abandonou Lisboa. A monarquia dava um óbvio sinal de fraqueza perante os revoltosos da Rotunda.

Após esta ofensiva, a marinha revolucionária ancorou no Terreiro do Paço, não sem antes bombardear uma força da Guarda Municipal e o Rossio. As forças monárquicas estavam entre dois grupos revoltosos: na linha do Tejo, a marinha (os torpedeiros de Vale de Zebro não se juntaram à defesa do regime); na Rotunda, Machado Santos e os seus sargentos. Era esta a situação ao anoitecer do dia 4 de Outubro. No entanto, Paiva Couceiro, um dos poucos que parecia mesmo disposto a lutar pela monarquia, não desistiu ao primeiro revés, colocando-se, na madrugada de dia 5, no jardim do Torel,

para fazer fogo sobre os revoltosos na Rotunda, apesar de quase não ter munições e não conseguir o reabastecimento já que o depósito de Beírolas estava nas mãos de carbonários. No Rossio, a situação não era mais animadora, já que os regimentos de Infantaria 5 e Caçadores 5 se encontravam envolvidos de tensões no tocante ao posicionamento face aos revoltosos. As forças estavam divididas entre as baixas patentes e os soldados, republicanos, e os oficiais. Pelas 6 e meia da manhã informavam que nada fariam se os marinheiros desembarcassem no Terreiro do Paço.

Pelas 8 da manhã surgiu a bandeira branca. O encarregado de negócios da Alemanha visava propor um armistício para retirar e pôr a salvo os seus compatriotas que queriam embarcar. Apesar de ainda terem existido negociações entre as partes em conflito, uma vez hasteada a bandeira branca, esta foi entendida como um sinal para destroçar, e as praças saíram das fileiras, confraternizando com os populares. A monarquia parecia que já não tinha soldados. A monarquia caiu com relativa facilidade. Ao final da manhã, a República era proclamada nos Paços do Concelho.

Morreram um pouco menos de 100 pessoas, contando-se trezentos e pouco feridos, entre militares e civis. Não foi a mais sangrenta nem a mais violenta das revoluções no início do século XX português.

A República foi implantada e a Monarquia caiu. São duas questões ligeiramente diferentes que vale a pena analisar para pensar o que significou o 5 de Outubro de 1910. A revolução republicana fez-se sem que o plano gizado fosse seguido, sem a adesão de várias unidades militares, com a saída de oficiais da Rotunda e com o suicídio de Cândido dos Reis.

A monarquia caiu. Não foi capaz de resistir à – fraca – investida militar das forças republicanas. Na verdade, o alegado exército fiel era numericamente superior às forças insurrectas. É preciso olhar, contudo, para além do elemento castrense. O povo de Lisboa foi para as barricadas da Rotunda, confraternizou com a tropa, festejou a revolução, sendo um dos principais actores destas primeiras 36 horas da República.

A monarquia caiu. E muitos observadores consideraram que faltou empenho na defesa do regime. Para além da tentativa de defesa de Lisboa, devendo realçar-se o papel de Paiva Couceiro, não se esboçou nenhuma tentativa de resposta militar ao 5 de Outubro no país monárquico. Do lado realista trocaram-se várias acusações de traição e de covardia. O último presidente do Conselho, Teixeira de Sousa⁶²⁶, referiu-se a uma

⁶²⁶ SOUSA, Teixeira de, *Para a história da revolução*, vol I, Coimbra, Livraria Editora Moura Marques & Paraísos, s.d.

incapacidade de os monárquicos se sacrificarem. Na qualidade de último governante do constitucionalismo monárquico, percebe-se a necessidade de defesa da sua posição.

O 5 de Outubro de 1910 foi feito com parte da população de Lisboa. Foi, neste sentido, um movimento popular, contando com os revolucionários civis e com aqueles que, apareceram e fizeram da rua o palco político da mudança de regime.

7.2. A implantação da república para além de Lisboa

Utiliza-se frequentemente a ideia de que a revolução se fez em Lisboa e que depois foi *telegrafada* para o resto do país. Visão própria do centralismo político da capital, reduz a república a uma revolução lisboeta. Se adoptarmos outro ângulo de visão, a situação torna-se um pouco mais complexa. *O Ocidente* escreveu que “A maneira como a notícia da proclamação da República em Lisboa, foi recebida em todo o país, mostra claramente quanto a propaganda democrática preparara o povo português para a mudança das instituições e estabelecimento do novo regime.”⁶²⁷ Daqui devemos reter que a propaganda “democrática” existia, embora de forma não uniforme, ao longo do país. No entanto, podemos ainda olhar para esta questão e ler o país político como um território com zonas e grupos pouco ou nada politizados que, não pertencendo ao movimento republicano, também não era monárquico.

A implantação da República teve diferentes dinâmicas nas várias localidades do território nacional que não se compadecem de uma visão simplificada como a de uma mudança de regime telegrafada para o resto do país.

Em primeiro lugar, cumpre referir as implantações de dia 4 de Outubro. Existiu um conjunto de localidades que se anteciparam à proclamação de dia 5. Depois de chegarem as notícias da capital, os republicanos locais, juntamente com carbonários e, muitas vezes, com outros homens ditos de esquerda (socialistas, anarquistas, trabalhadores organizados) implantaram a República. Vejamos alguns exemplos: Loures proclamou a República a 4 de Outubro tomando a Câmara Municipal e intimando a guarda policial a entregar as armas⁶²⁸. No Barreiro, os revolucionários não só actuaram na sua localidade como ainda partiram, armados, no dia 5 para Lisboa⁶²⁹. Júlio Vitorino

⁶²⁷ *O Ocidente*, n.º 1144/45, 20 de Outubro de 1910.

⁶²⁸ *O Mundo*, n.º 3677, 25 de Janeiro de 1911

⁶²⁹ *O Mundo*, n.º 3701, 19 de Fevereiro de 1911.

dos Santos⁶³⁰, revolucionário da marinha, contou que foi à Margem Sul levar a notícia revolucionária e, em Cacilhas encontrou Feio Terenas e Barlomeu Constantino, um republicano e um anarquista, união paradigmática da convergência de interesses na implantação da República. Estes homens falaram ao povo, foram às fábricas e junto dos barcos de guerra, levar a revolta. Na Lourinhã, depois de se saber das notícias de Lisboa, realizou-se uma reunião no Centro João Chagas e decidiu-se a constituição de uma guerrilha que fosse levantar o povo em favor da República. Mais do que isso, foram convencer os soldados de artilharia a aderir ao novo regime. De modo a evitar a chegada de reforços monárquicos a Lisboa, este grupo cortou as ligações ferroviárias⁶³¹. Na zona de Cascais, a actividade foi intensa no 5 de Outubro já que existiam cerca de 52 carbonários, entre militares e civis, iniciados em casa de um republicano, no Centro da Parede e nas furnas. Na noite de 3 para 4 de Outubro de 1910, estes revolucionários cortaram a comunicação terrestre entre o cabo submarino e o campo entrincheirado, impedindo, de igual modo, a transmissão dos telegramas para o estrangeiro⁶³².

A implantação da República foi acompanhada, em algumas localidades, de violência que tomou uma feição fortemente anticlerical e, de certo modo, iconoclasta. Na Margem Sul encontramos referência ao incêndio do convento do Rosal, ao picar de coroas reais nos escudos dos edifícios públicos, a assaltos a igrejas e a destruição de imagens de santos⁶³³. No caso de Setúbal, para além do violento incêndio na Câmara Municipal, registou-se o ataque ao convento de Brancanes⁶³⁴.

O jornal *O Mundo*⁶³⁵, destes dias de Outubro, foi noticiando várias adesões um pouco por todo o país. Uma das formas mais comuns destas implantações foi o hastear de uma bandeira republicana nos edifícios públicos. A tomada do poder foi levada a cabo através da conquista das sedes do poder municipal, designadamente através da formação de comissões administrativas, por vezes referidas como juntas revolucionárias. Por vezes, o pragmatismo político foi a solução encontrada: em Tarouca, o executivo municipal reuniu e decidiu aderir ao regime.

Em muitos casos, a festa acompanhava a república, já que as implantações eram acompanhadas por filarmónicas ou outras bandas.

⁶³⁰ “Como se fez a República”, *O Mundo*, n.º 3573, 10 de Outubro de 1910.

⁶³¹ *O Mundo*, n.º 3657, 5 de Janeiro de 1911.

⁶³² *O Mundo*, n.º 3671, 19 de Janeiro de 1911.

⁶³³ POLICARPO, António Neves e MATEUS, Fernando de Brito, *Cova da Piedade. Da Primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade, Junta da Cova da Piedade, 1999.

⁶³⁴ *O Mundo*, n.º 3724, 14 de Março de 1911.

⁶³⁵ Os exemplos que se seguem, salvo indicação em contrário, são de Outubro de 1910.

Em determinados locais, face à passividade local ou à ausência de republicanos activos, foram os republicanos de terras vizinhas que se deslocaram para ter a certeza que o regime era, de facto, implantado. O caso de serra do Bouro (actualmente freguesia das Caldas da Rainha) é bastante curioso, já que foi o professor da freguesia que andou explicando ao povo os benefícios da República.

7.3. Construir significados

A República, tendo uma ligação privilegiada com a história e com a memória, apressou-se a pensar o significado da revolução e dos revolucionários. Os próprios republicanos construíram e definiram o significado das suas acções, fixando-as para servirem a luta no campo político republicano e para a história. O republicanismo era um movimento multifacetado e como tal, assim que chegou ao poder, necessitou de definir os campos entre as suas diversas facções. A construção de significados foi, assim, uma manobra fundamentalmente política (e tão interna quanto externa).

Como se imaginaram diferentes repúblicas e diferentes formas de organizar o regime no não dito do que seria a “nova aurora” saltavam agora à vista as divergências entre as diferentes sensibilidades. A República nunca se definira completamente e o movimento deixara para segundas núpcias a definição concreta do que seria uma vez tomado o poder. A expectativa da República era muito mais do que a luta contra a monarquia e contra o clericalismo. Mas sendo mais, não foi claramente definida, logo foi diferentes coisas para os seus diferentes agentes. No poder, era importante começar esse trabalho.

Imediatamente após a revolução foi construída a imagem do revolucionário. Esta serviu para o afastar do poder e para que uma linha mais ordeira tomasse a direcção do amanhã que estava a ser construído. Dentro do campo político que os revolucionários chamavam dos doutores, as diferentes sensibilidades procuravam construir uma ideia de república. A luta entre os primeiros agrupamentos que constituíram os três partidos da primeira fase da república, até 1917, fez-se ancorada na procura do domínio do Estado e posicionando-se politicamente em relação uns com os outros. Ou seja, as suas posições políticas dependiam das relações que teceram entre eles e no contexto do poder.

7.3.1. Funerais verdes e vermelhos

Um dos primeiros grandes actos simbólicos do regime republicano foi a sua própria comemoração, através da homenagem aos seus mortos ilustres. Os funerais de Estado foram um expediente político frequentemente utilizado, desde os Medicis até à contemporaneidade. O funeral é um ritual, contando com a participação daqueles que choram ou lamentam o morto. Neste sentido, pode ser pensado como uma performance⁶³⁶: o funeral de Estado é elaborado e complexo, com um conjunto estruturado de elementos performativos. A ligação dos que assistem ao morto prende-se com o papel e o estatuto que este tinha (ou está a ser construído) na sociedade. Assim, a morte revestiu Cândido dos Reis e Miguel Bombarda de um novo estatuto, com um maior prestígio e autoridade. Chorar estes mortos trouxe consigo a sua consagração como heróis e, neste processo, credibilizava-se o novo regime.

A homenagem a Cândido dos Reis e a Miguel Bombarda deve ser entendida, também, como a marcação do tempo, através da consagração dos que caíram. Era fundamental para os republicanos firmar o recomeço. Para o fazerem não criaram um novo calendário mas alteraram os dias feriados. Há nesta nova forma de estruturar o tempo uma óbvia ressonância da experiência revolucionária francesa. O decreto de 13 de Outubro de 1910 definiu como o ano, ciclicamente, recordaria as datas republicanas, doravante nacionais, e modificou as datas marcadas pela religião católica. Foram considerados feriados o dia 1 de Janeiro, consagrado à fraternidade universal, o dia 31 de Janeiro, consagrado aos precursores e aos mártires da República, o dia 5 de Outubro, consagrado aos heróis da República, o dia 1 de Dezembro, consagrado à autonomia da pátria portuguesa e finalmente o dia 25 de Dezembro, consagrado à família.⁶³⁷ Os dias que o novo regime consagrou excluem qualquer referência ao mundo católico, tendo-se o natal transmutado numa festa da família. O dia é mantido mas criou-se um novo significado, tal como a igreja já tinha feito, nos primórdios do cristianismo. Olhando para os novos dias feriados, encontramos a República, a pátria e a família. A fraternidade universal tinha um eco maçónico e livre-pensador. Temos, portanto, um tempo nacionalista, republicano e livre-pensador.

Três dias da revolução triunfante, os republicanos mudaram os feriados, republicanizando o tempo que se queria novo e de recomeço. Foi a primeira peça de uma construção mais vasta que pretendia republicanizar o nacional.

⁶³⁶ GARLICK, Harry, *The final Curtain. State Funerals and the Teatre of Power*, Amesterdão, Rodopi, 1999.

⁶³⁷ “Dias feriados.” In *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.

Mas para que este tempo novo se afirmasse era necessário enterrar os mortos. Imediatamente após a revolução vitoriosa do 5 de Outubro de 1910, os homens que acabaram de chegar ao poder homenagearam os seus dois mortos ilustres, Cândido dos Reis e Miguel Bombarda. A melhor forma de o fazer foi encenar funerais públicos, funerais de Estado, cuidadosamente coreografados. Podemos encontrar um paralelismo, *mutadi mutandis*, com os funerais vermelhos feitos pelos bolcheviques depois da revolução de 1917⁶³⁸.

Cândido dos Reis e Miguel Bombarda foram homenageados como revolucionários. Mais do que isso, foram os dois ilustres mortos sacrificiais sobre os quais se fundava o regime acabado de nascer. Miguel Bombarda foi assassinado imediatamente antes da revolução de Outubro. A sua morte, às mãos de um dos seus doentes mentais, não teve nada a ver com a conspiração, da qual ele era uma peça importante. Por seu lado, Cândido dos Reis suicidou-se pensando que a revolução não tinha saído à rua. O almirante, pertencente à Carbonária, foi um dos mais importantes conspiradores militares do 5 de Outubro. A sua morte esteve inicialmente envolta em dúvidas, já que se aventou a hipótese do almirante ter caído às mãos de um assassino, o que acabou por se revelar uma ideia sem fundamento. O papel do revolucionário idealista, exaltado, até um pouco exagerado, quase o mártir, assentou muito bem a Cândido dos Reis. Dele se dizia que bradara: *Revolução ou morte*. Sem a república, morreria. Morreu equivocado, mas herói. O novo regime leu a sua morte como o supremo sacrifício.

Dois homens. Dois conspiradores, cuja memória foi criada à medida do que era politicamente necessário neste início esperançoso, mas inseguro do novo regime.

O Governo Provisório decidiu que os funerais do vice-almirante Carlos Cândido dos Reis e do professor Miguel Bombarda se realizariam no dia 16 de Outubro de 1910. Segundo o jornal *O Mundo*⁶³⁹, o funeral foi organizado pelo Grande Oriente Lusitano Unido e o Sapientíssimo Grão-Mestre Adjunto determinou que as lojas de Lisboa se fizessem representar pelo maior número possível dos seus obreiros, incorporando representantes da província e fazendo-se conduzir pelos respectivos porta-bandeiras, devidamente decorados e trajando luto maçónico rigoroso. Os demais irmãos deveriam usar como distintivo a flor de acácia na lapela.

⁶³⁸ CORNEY, Frederick C., *Telling October. Memory and the Making of the Bolshevik Revolution*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 2004.

⁶³⁹ *O Mundo*, n.º 3579, 16 de Outubro de 1910.

A maneira como os funerais e o cortejo foram encenados dizem-nos muito sobre o simbolismo dos homens que tinham acabado de conquistar o poder, permitindo mapear o imaginário republicano – não deixando de reflectir também a simbologia maçónica .

Para o policiamento do cortejo fúnebre foram escalados 800 cidadãos, que faziam parte das agremiações partidárias, usando como distintivo uma fita verde no braço com as iniciais em ouro, indicativo das respectivas comissões de pertença.

O decreto de 14 de Outubro determinou o programa dos funerais dos dois ilustres mortos, considerados nacionais “(...) por a sua memória ter todo o direito a semelhante glorificação da Pátria reconhecida.”⁶⁴⁰ Para o Governo Provisório, a *Pátria*, e não apenas a República, devia relevantes serviços a estes admiráveis e beneméritos cidadãos, que se caracterizaram pela “(...) dedicação colossal, entusiástica fé e inextinguível coragem cívica (...)”⁶⁴¹, assim contribuindo para a emancipação da “consciência portuguesa”. O novo Portugal, considerado purificado e liberto, devia-lhes esta homenagem. A nova Pátria era a Pátria republicana que, ao engrandecer estes homens, relegava – ou procurava fazê-lo – para a sombra o passado monárquico que se desejava ultrapassado.

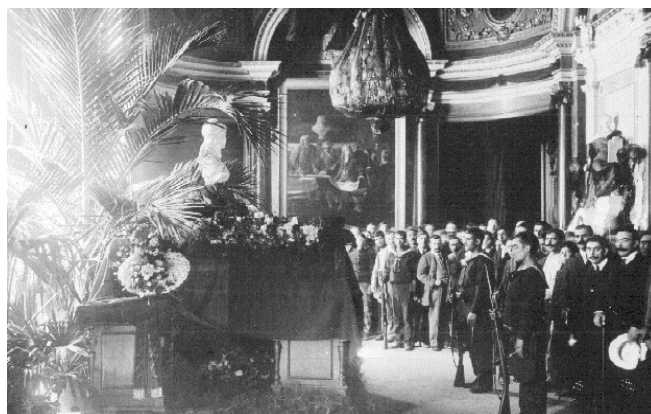


Imagem 27: As urnas que encerram os corpos do doutor Miguel Bombarda e almirante Cândido dos Reis colocadas nos Paços do Concelho, Outubro de 1910. Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

⁶⁴⁰ “Funerais de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis.” In *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.

⁶⁴¹ *Ibidem*.



Imagem 28: Homenagem fúnebre ao Almirante Cândido dos Reis e a Miguel Bombarda nos Paços do Concelho, Outubro de 1910. Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

Os corpos de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis estiveram na Câmara Municipal de Lisboa, no mesmo local onde José Relvas proclamara a República. Os féretros estavam cobertos de flores e no seu topo estava um busto da República, da autoria do escultor Simões de Almeida, sobrinho. Toda esta cena tinha lugar sob o olhar atento do enorme quadro representando o marquês de Pombal, herói republicano. A guarda de honra coube aos marinheiros revolucionários de Cândido dos Reis.

Ao meio dia de 16 de Outubro de 1910 começou o desfile do préstito fúnebre⁶⁴². A abrir o desfile estavam contingentes do corpo de marinheiros e dos regimentos de artilharia 1 e infantaria 16, forças fiéis que contribuíram decisivamente para a implantação da república. As respectivas bandas executavam marchas fúnebres. A seguir, incorporaram-se colectividades e agremiações, com as suas insígnias ou bandeiras envoltas em crepe. Nas imagens reproduzidas nestas páginas podemos observar a representação de uma loja maçónica, a *Liberdade*, com os seus membros e o seu estandarte envolto em crepe (filas de 7 indivíduos com intervalos de um metro).

⁶⁴² “Programa dos funerais de Carlos Cândido dos Reis e Miguel Bombarda.” In *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.



Imagem 29: Funeral do Almirante Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda, Outubro de 1910. A vereação municipal no cortejo fúnebre; Tomás Cabreira leva o estandarte. Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico



Imagem 30: Funeral do Almirante Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda, Outubro de 1910. Loja Maçónica. Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

Os cadáveres dos mortos ilustres entrariam no cortejo logo após as colectividades e agremiações, transportados em carretas do regimento de artilharia 1 e ladeados por um pelotão de revolucionários civis, escolhidos por se terem distinguido no 5 de Outubro. Note-se que, à saída da Câmara Municipal de Lisboa, os caixões estão cobertos com a bandeira da *mui nobre e leal cidade*. Não é de estranhar, já que a capital fora a cidade republicana do reino de Portugal.



**Imagem 31: Funeral de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, Outubro de 1910.
Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.**

Depois vinham os carros com as coroas, seguidos pelos elementos do Governo Provisório, representantes das Câmaras Municipais, das Juntas de Paróquia, do funcionalismo e da imprensa. Fechava o cortejo o contingente das forças militares da guarnição e os organizadores contavam com o “(...) grandioso e eloquente concurso do povo.”⁶⁴³ O povo era uma parte essencial deste tipo de encenação política, sendo significativo que os republicanos quisessem ver o seu concurso como *eloquente*. Assim, entendido como expressivo, convincente, que prova, a “voz do povo era a voz de Deus”, a voz soberana. O povo deveria dar, com a sua presença, o sinal de que estava com o revolução triunfante e mostrar pela força do número a sua adesão ao novo poder. As massas estavam, de alguma forma, a ser enquadradas, começando a fazer parte da estética dos actos políticos.



⁶⁴³ *Ibidem.*

Imagem 32: Funeral de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, Outubro de 1910. Praça do Comércio. Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

O préstito fúnebre desfilou pela Praça do Comércio, passou sob o arco da Rua Augusta, seguindo ao longo desta até à Praça de D. Pedro (Rossio) e Largo de Camões, onde o cortejo fez a sua primeira paragem. O Ministro do Interior, António José de Almeida, preparou uma encenação para este primeiro “alto”:

“Aqui, e como expressão simbólica da esperançosa segurança que a novíssima geração deposita no advento triunfal da república, ladearão o largo as educandas do asilo de S. João e outras, e as crianças das escolas normais e primárias, ao passo que outro grupo de crianças das escolas entoará em coro o cântico escolar *A Sementeira*, espargindo-se flores sobre os cadáveres.”⁶⁴⁴

As crianças, a *novíssima* esperança de criar cidadãos, saudavam os mortos, num primeiro acto simbólico. A primeira paragem foi dedicada ao futuro, ao que se desejava, ao *advento triunfal da República*. As juvenis vozes entoando a *Sementeira* lembravam a importância que os republicanos davam, ainda na fase de propaganda, à educação. No Largo de Camões, onde os republicanos tinham depositado as coroas ao imortal bardo no seu centenário, o passado republicano encontrava o seu futuro.



⁶⁴⁴ *Ibidem.*

Imagem 33: A Rotunda à chegada do funeral de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, Outubro de 1910. Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

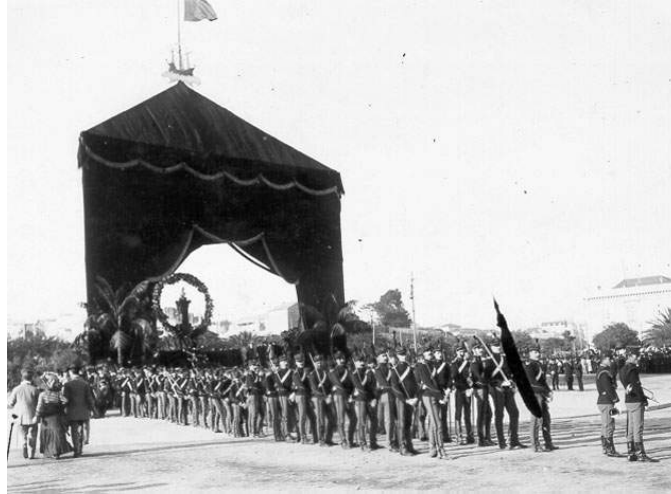


Imagem 34: Funeral de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, Outubro de 1910. Rotunda. Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

O cortejo seguiu ao longo dos Restauradores. No terraço do Teatro Nacional, a orquestra tocava uma marcha fúnebre expressamente escrita para este acto por Freitas Gazul. Continuando pela Avenida da Liberdade, o cortejo parou na Praça Marquês de Pombal. A Rotunda era um dos mais importantes locais simbólicos da revolução. António José de Almeida explicou de forma muito clara a importância deste local: “(...) anteriormente sagrado pela tradição liberal e já agora histórico, épico reduto da nossa emancipação social, tão generosamente regado pelo sangue dos heróis (...)”⁶⁴⁵. Os republicanos, com uma vitória tão recente, afirmavam que já se sentiam parte da história, como se estivesse escrito pelas leis da moderna sociologia que a república se implantaria. Os republicanos estavam a fazer da sua coreografia revolucionária uma nova tradição.

O local escolhido para as “(...) solenes despedidas da cidade de Lisboa (...)”⁶⁴⁶ foi o local da revolução, a mesma que os heróis não viram. No centro do recinto ergueram dois austeros catafalcos, onde foram colocadas as urnas funerárias, tendo como guarda de honra o corpo de alunos da Escola do Exército e Naval. O presidente do município de Lisboa falou em nome da cidade e o ministro do Interior falou em nome do país. António José de Almeida explicou a importância destas homenagens:

⁶⁴⁵ *Ibidem.*

⁶⁴⁶ *Ibidem.*

“O culto dos heróis é uma perversão psicológica, quando eles o foram para esmagar ou dominar a geração de que saíram. Mas quando os heróis foram, como Cândido dos Reis e Miguel Bombarda, a expressão culminante das aspirações da sua raça e a cristalização deslumbrante da ideia de liberdade, o Povo tem a obrigação de os celebrar e no culto que lhes prestar vai um pouco dessa amorosa significação de solidariedade sem a qual não há civilização nem progresso.”⁶⁴⁷

As urnas foram cobertas por duas bandeiras nacionais especialmente confeccionadas para o efeito. À volta das urnas todas as bandeiras se abateram em sinal de dor. O cortejo retomou o percurso com destino ao cemitério oriental e a cerimónia foi encerrada com uma salva de quinze tiros.

Estes funerais de Estado de um movimento que tinha acabado de chegar ao poder foram desenhados e coreografados para impressionar. Em primeiro lugar, consolidavam dois nomes do regime, dois mortos que passariam a ter um lugar maior no panteão republicano. Na verdade, o seu grande feito fora morrer no início das jornadas revolucionárias. Outros homens tiveram um papel muito mais importante no desenrolar dos acontecimentos revolucionários. Consagrar estes nomes era, de facto, consagrar o próprio regime acabado de nascer que passava a contar com dois nomes conhecidos que viram a sua morte transformar-se numa espécie de sacrifício para propiciar o bom resultado da jornada revolucionária.

Em segundo lugar, estas homenagens pretendiam encerrar o período revolucionário. Os heróis, pequenos ou grandes, conhecidos ou anónimos, cumpriram o seu papel e deveriam entregar nas mãos dos homens de governo e de Estado a construção do novo regime.

O monárquico Tomás de Melo Breyner deixou-nos uma memória insuspeita acerca dos funerais, escrevendo que “Ao meio dia fui à Câmara municipal assistir à saída do enterro dos mortos da revolução Almirante Cândido dos Reis e professor Miguel Bombarda. (...) Manda a verdade dizer que foi uma manifestação imponente.”⁶⁴⁸ Porque é que um monárquico iria participar numa encenação de poder republicana? Foi

⁶⁴⁷ *O Mundo*, n.º 3580, 17 de Outubro de 1910.

⁶⁴⁸ Entrada do dia 16 de Outubro de 1910, BREYNER, Thomaz de Mello, Conde de Maфра, *Diário de um monárquico. 1908-1910*, transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Breyner Andresen, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2004, pág. 333.

o próprio autor destas linhas que nos esclarece sobre esta questão afirmando que Miguel Bombarda fora ao funeral da sua mãe. Pequeno país político onde se encontram com tanta facilidade ligações pessoais entre heróis da revolução e monárquicos que privavam com o rei.

Os funerais de Estado feitos pelo novo poder foram um dos mais significativos actos de construção da memória da República. Construção e de algum modo deturpação já que estes heróis foram criados para servir um claro propósito político de criação de uma mitologia revolucionária e de uma nova tradição que se inserisse no curso e na história de Portugal.

No entanto, há um outro objectivo central nesta jornada de homenagem aos heróis republicanos. António José de Almeida formulou-o de uma forma muito clara quando discursou na Rotunda, durante as cerimónias: “O dia de hoje deve encerrar o período propriamente revolucionário da República. Ele fecha com a apoteose heróica de dois beneméritos da Pátria cuja memória é para todo o sempre sagrada.”⁶⁴⁹ Os funerais de Cândido dos Reis e de Miguel Bombarda serviram para firmar a ideia de mártires do novo regime, mas a evocação dos revolucionários não deixou de ter uma vertente disciplinadora já que, ao desejar encerrar o período revolucionário, se queria ter a facção radical disposta a acalmar os ânimos e, de alguma forma, a depositar a iniciativa política nos líderes do regime.

7.3.2. A luta pela construção da memória

A construção da memória de Outubro não foi, como vimos, uma tarefa negligenciada pelos republicanos. Pelo contrário, serviu importantes propósitos políticos essenciais para a consolidação do regime. O deputado Afonso Pala afirmou que a “A História da Revolução está por fazer, poucos a conhecem, ela continua obscura, desconhecendo-a a maioria dos membros desta Câmara.”⁶⁵⁰ A Assembleia Constituinte, na qualidade de primeira assembleia do regime, pretendia reunir, depois de negociações intra-partidárias, os mais republicanos dos republicanos. Ainda assim, Afonso Pala considerou que a história de Outubro continuava obscura, até para os parlamentares. Em primeiro lugar porque os deputados não eram todos revolucionários. Ser republicano

⁶⁴⁹ *O Mundo*, n.º 3580, 17 de Outubro de 1910.

⁶⁵⁰ Intervenção de José Afonso Palla, *Diário da Assembleia Constituinte*, sessão n.º 13, 4 de Julho de 1911.

não implicava ser revolucionário. Em segundo lugar, e porventura mais importante do que isto, a história da revolução não era objectiva. A história desta revolução, como a de todas, aliás, era uma construção que era preciso consolidar. Contar a revolução não deixava de ser uma possibilidade de obter dividendos simbólicos, políticos ou materiais. Assim, contar o 5 de Outubro de 1910 foi um exercício complicado, a vários níveis. Quem contava uma história, fazia um relatório ou escrevia cartas para os jornais tinha outros objectivos para além da perpetuação e fixação da memória colectiva. Queria escrever o seu papel na revolução triunfante.

Escrever, descrever ou recontar o que foram os trabalhos revolucionários e o 5 de Outubro foi uma forma de hierarquizar a importância de diferentes sectores republicanos e de distinguir algumas figuras em detrimento de outras.

Depois de feita a revolução de Outubro, começaram a criar-se, com maior ou menor sucesso, imagens de revolucionários e de chefes revolucionários.

Um dos políticos cuja imagem como chefe revolucionário se tentou impor, sem grande sucesso foi João Chagas, que cedo se viu afastado da arena política nacional para ocupar o cargo de ministro plenipotenciário em Paris. Segundo Eusébio Leão⁶⁵¹, por exemplo, João Chagas teria organizado o 5 de Outubro juntamente com Cândido dos Reis. Este deputado entendia que, perante as várias consagrações, quer dentro quer fora da Câmara, não se podia deixar de dizer uma palavra sobre a acção de Chagas, visto como senhor de uma inteligência luminosa. O Museu da Revolução consagrou uma sala a João Chagas, sendo o único político que teve esta honra.

Machado Santos, apesar do seu papel na Rotunda (ou talvez por isso), não foi um herói consensual. O seu relatório sobre os acontecimentos do 5 de Outubro foi inclusive criticado por outros revolucionários. Jaime de Sousa Sebroza, escreveu uma carta, publicada em *O Mundo*, na qual pôs em causa afirmações de Machado de Santos sobre as “gentes de Barcarena” e a sua actuação na revolução. Terminava com uma crítica a Machado Santos: “Mas isto de amesquinhar os mais em proveito próprio é tarefa bem fácil e pena é que Machado Santos se tenha dedicado a ela com tanta boa vontade que estraga a própria obra que ele com tanto valor real ajudou a fazer.”⁶⁵² Já antes *O Mundo* publicara depoimentos que punham em causa a versão dos acontecimentos e a heroicidade de Machado Santos⁶⁵³.

⁶⁵¹ *Diário da Assembleia Constituinte*, sessão n.º 13, 4 de Julho de 1911.

⁶⁵² *O Mundo*, n.º 3722, 12 de Março de 1911.

⁶⁵³ *O Mundo*, n.º 3704, 22 de Fevereiro de 1911.

Eduardo Abreu apresentou na Constituinte, a pedido de Magalhães Lima que o tinha redigido, um projecto de lei promovendo a capitão-de-mar-e-guerra o segundo tenente Machado Santos (vindo acoplada uma pensão anual vitalícia de 3:000\$000 réis livres de quaisquer direitos e impostos)⁶⁵⁴. Os signatários deste projecto reconheciam o “feito heróico”, a “valentia”, a “coragem” e o “amor pátrio” do homem que pretendiam promover, também referido como o “Triunfador”. Não deixaram, contudo de louvar a capacidade de, enquanto soldado, baixar a espada perante o poder civil.

Se uma expressiva maioria se manifestou a favor do mesmo, isso não coibiu, alguns deputados de se manifestassem, por votação nominal, desfavoráveis ao projecto⁶⁵⁵. Alguns destes deputados consideravam que estes projectos não deveriam ser votados antes da aprovação da constituição; outros não concordaram com a atribuição da pensão; existia ainda uma corrente de opinião que considerava que não lhe deveria ser atribuído um posto por distinção, já que poderia bulir com o funcionamento da hierarquia militar. Vários deputados, nas suas declarações de voto, manifestaram a necessidade de se proceder a um inquérito rigoroso sobre todos os revolucionários, alguns deles no desemprego e na miséria. Era necessário não recompensar apenas um homem, mas todos os que se sacrificaram pela pátria. O deputado Pádua Correia lamentou que “(...) no mesmo projecto de lei não fossem incluídas recompensas a oficiais como Pires Pereira, Pala, Sá Cardoso.”⁶⁵⁶ Ou seja, contestava-se a ideia de que Machado Santos fosse o único herói.

José Maria Nunes publicou um dos mais interessantes exercícios de construção/reconstrução da memória dos revolucionários e da revolução. No seu livro *A Bomba Explosiva*,⁶⁵⁷ recolheu depoimentos de vários revolucionários. João Chagas recusou fazer o prefácio desta obra, justificando a sua atitude com a falta de elementos para o fazer. Quem acabou por escrevê-lo foi Eugénio Vieira que não se furtou em tratar este tema relativo a “humildes filhos do povo”.

Os revolucionários e aqueles que os defendiam criaram e publicitaram uma mitologia revolucionária. Jorge de Abreu assinou um artigo para a *Ilustração Portuguesa*

⁶⁵⁴ *Diário da Assembleia Constituinte*, sessão n.º 12, 3 de Julho de 1911.

⁶⁵⁵ Votaram contra os seguintes deputados: Afonso Ferreira, Alexandre Augusto de Barros, Alfredo Djalme Martins de Azevedo, Álvaro Pope, António de Paiva Gomes, Casimiro Rodrigues de Sá, Fernando da Cunha Macedo, Francisco António Ochôa, José Afonso Pala, José António Arantes Pedroso Júnior, José Botelho de Carvalho Araújo, José Cordeiro Júnior, José Nunes da Mata, Filemon da Silveira Duarte de Almeida.

⁶⁵⁶ *Diário da Assembleia Constituinte*, sessão n.º 12, 3 de Julho de 1911.

⁶⁵⁷ NUNES, José Maria, *A Bomba Explosiva. Documentos de diversos revolucionários (28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910)*, Lisboa, Editor José Maria Nunes, 1912.

intitulado “A Bomba ao serviço da Revolução”. Só o título encerrava um programa político de elogio aos revolucionários. Jorge de Abreu confirmou a importância do elemento popular para a revolução do 5 de Outubro, explicando, ao jornalista francês que o questionara, um pouco da história da “bomba explosiva”. O fabrico de bombas em Lisboa como armas de combate político e social teria cerca de doze anos.

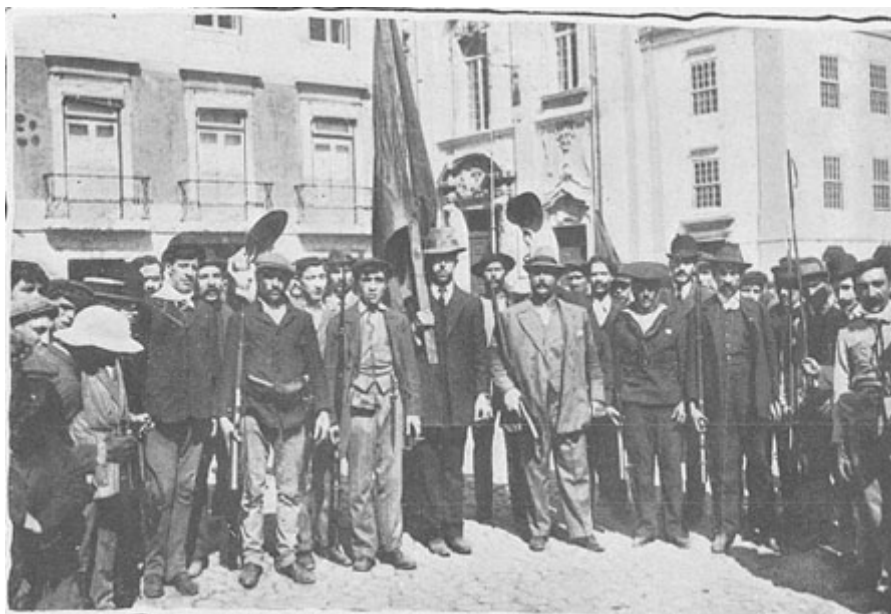
“Nos primeiros tempos constituiu, por assim dizer, absorção de criaturas quase isoladas que, revelando o segredo a um amigo íntimo, ensaiavam cautelosamente a execução das fórmulas divulgadas por anarquistas estrangeiros. Depois passou a ser ocupação de grupos regularmente organizados que preparavam assim uma arma de combate contra a monarquia.”⁶⁵⁸

Descreveu pormenorizadamente os casos mais célebres de explosões, nomeadamente a da Rua do Carrião, fazendo referência a Aquilino Ribeiro. Tudo isto é relatado em tom de gesta heróica. No número seguinte daquele órgão de imprensa, Jorge de Abreu fez uma revelação interessante: “(...) para o movimento revolucionário de 4 e 5 de Outubro confeccionaram-se cerca de quatro mil bombas!”⁶⁵⁹ Estas foram exclusivamente de fabrico nacional. No registo encomiástico, Jorge de Abreu afirma que as bombas nacionais eram melhor que as estrangeiras. Contou-nos em pormenor a vida de vários dos fazedores de bombas, de entre os quais José Nunes.

7.4. Revolucionários civis e “beneméritos da Pátria”

⁶⁵⁸ *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.

⁶⁵⁹ *Ilustração Portuguesa*, n.º 256, 16 de Janeiro de 1911.



**Imagem 35: Povo armado a guardar a bandeira republicana.
Ilustração Portuguesa, n.º 243, 17 de Outubro de 1910.**

Com o 5 de Outubro de 1910 chegara a hora dos revolucionários civis, dos homens de acção e da Carbonária. O seu papel foi fundamental para a revolução republicana, tanto em Lisboa como noutros locais, especialmente aqueles que proclamaram a república a 4 de Outubro. Nesses locais da margem sul do Tejo ou em Loures, onde a bandeira verde e vermelha foi hasteada mais cedo, foram os civis e a Carbonária que fizeram a revolução. Nestas localidades, como vimos, a República não foi *telegrafada*, foi um acto estruturado de acordo com as redes revolucionárias civis.

Foram menos do que se esperava, já que os chefes da Carbonária prometeram milhares de homens. Afonso Pala fez a seguinte observação sobre esta questão:

“Sr. Presidente: tendo eu entrado no movimento preparatório revolucionário, e conversando por vezes com o Dr. Bombarda, foi-me por ele dito que, na ocasião precisa, poria em movimento 30:000 a 40:000 revolucionários, quer dizer: ao sinal da revolução sairiam para a rua 30:000 a 40:000 homens.

Estava eu, pois, convencido de que, de facto, haviam associados, ligados e devidamente comandados. 30:000 a 40:000 revolucionários civis.

Em virtude disto, distribuí ao Dr. Bombarda o seguinte plano: pequenos grupos entrariam nos regimentos a auxiliar os revolucionários; e grandes grupos estariam nas ruas próximo dos quartéis, armados de bombas e pistolas, a fim de impedirem a marcha dos regimentos que não levassem a bandeira republicana.

Porém, Sr. Presidente, esses homens não apareceram. De quem foi a culpa? Compete à história indagar as causas.

Mas não há dúvida alguma de que apareceram revolucionários civis. Dizer eu que os não houve seria o maior dos absurdos, pois que eles foram a artilharia 1 e devia reconhecê-los.

Mas, Sr. Presidente., tendo eu destinado para artilharia 1 cerca de 300 homens armados, à meia hora depois da meia-noite mandei um cabo saber se essa gente se encontrava no local, que lhe fora destinado, obtendo como resposta, que se achavam lá apenas uns 12 a 17 homens, resolvidos a não entrar sem que lhes fossem dadas armas e munições.”⁶⁶⁰

No entanto, e apesar disto, o Governo Provisório contou com os revolucionários, enquanto esperava, finda a revolução, que os oficiais do exército e da armada que não tinham tomado parte no movimento se apresentassem no quartel-general a garantir, pela sua honra, a lealdade ao novo regime. Aos revolucionários cabia a responsabilidade de guardar as posições para “(...) defesa e consolidação da República”.⁶⁶¹ Às comissões paroquiais republicanas coube a tarefa de policiamento da cidade. Estes homens foram, imediatamente após a proclamação do novo regime, a garantia e a segurança perante a indefinição de muitos militares, foram a milícia da república nas horas cruciais em que tudo se poderia perder.

Os que apareceram quiseram posar para a fotografia e para a história conscientes que estavam a viver o seu momento. Estes homens tinham-se preparado e estavam cientes do papel que tinham de representar no 5 de Outubro de 1910. De ar sério, composto e armado, foram a rua da revolução. Depois de feita a república foi veiculada uma imagem sobre estes homens que lhes permitiria exigir contrapartidas quer simbólicas quer materiais.

⁶⁶⁰ Intervenção de Afonso Pala, *Diário do Senado*, sessão n.º 32, 24 de Janeiro de 1913.

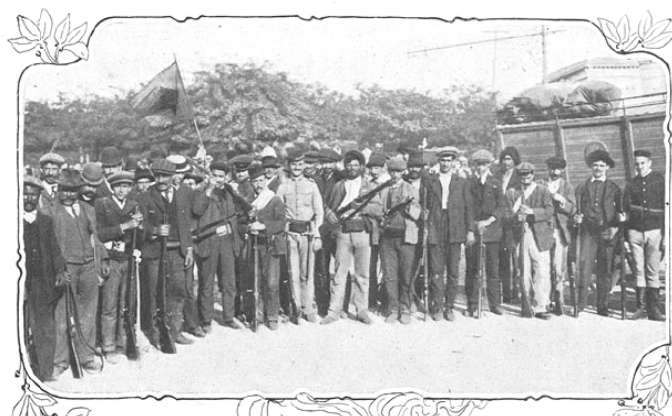
⁶⁶¹ “Saudação do Governo Provisório, Ao exército e à marinha”, *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.



**Imagem 36: Revolucionários Cívicos, 5 de Outubro de 1911.
Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.**



**Imagem 37: Revolucionários Cívicos, 5 de Outubro de 1911.
Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.**



**Imagem 38: “Bando de populares dirigidos por militares e que se bateu pela Republica”.
Ilustração Portuguesa, n.º 243, Outubro de 1910.**

7.4.1. A idealização do revolucionário

Jorge de Abreu deixou-nos uma pequena história que teve lugar no dia 4 de Outubro de 1910, enquanto decorria a revolução republicana em Lisboa.

“Numa das avenidas de Lisboa modernamente rasgadas, á hora em que a artilharia da Rotunda despejava sobre a de Queluz os seus tiros certos... Um leiteiro que enfiava transido de medo para o portal de uma casa rica é abordado por um popular armado que o intima a vender-lhe uma porção de leite. O aspecto do revolucionário é de meter pavor: na face enegrecida lampeja uma decisão inquebrantável; numa das mãos agita uma pistola de grandes dimensões. O leiteiro estaca a tremer, disposto já a abandonar toda a mercadoria, contanto que lhe poupem a vida. O revolucionário manda encher uma medida de lata, mas, quando se dispõe a beber por ela o liquido que o há-de reconfortar, o leiteiro observa-lhe que a policia não consente tal coisa, que isso é... contra a postura.

- A policia... Mas onde está ela? Replica o revolucionário numa gargalhada escarninha.

E de um trago sorve o líquido. O outro, morto por se safar, assim que lhe restituem a medida de lata, prepara-se para uma correria desenfreada. É de agradecer ao Deus criador o libertar-se do transe aflitivo apenas com o dispêndio de uns decilitros de leite... Mas o revolucionário não o consente. E, empunhando de novo a pistola com gesto ameaçador, obriga-o a aceitar em pagamento umas moedas de cobre.

Compreende-se: esse homem não fazia a Revolução para perpetuar os crimes da monarquia.”⁶⁶²

Esta história é ilustrativa de uma determinada imagem do revolucionário que é fundamental escarpelizar. Um revolucionário podia ter um aspecto assustador, *de meter pavor*. Tratava-se do homem que fazia a política na rua, de uma forma violenta e fora dos preceitos e das formas que a monarquia constitucional tinha pensado serem os da política. Não que a monarquia não tivesse tido a sua dose de violência. O regime constitucional nascera de uma época de revoluções e de guerra civil mas acreditava ter entrado na via pacífica e ordeira. Não deixou de ter os seus revolucionários, os

⁶⁶² ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

“machados do Arsenal”, as revoltas populares. Mas tudo isto, desejava-se, estava no passado e não no presente do regime monárquico.

Agora estava ali um revolucionário *de meter pavor* porque popular, porque se constituía como uma força em si e para si. Um levantamento popular inorgânico e “espontâneo” é violento. Estes revolucionários, pelo contrário, faziam parte de uma organização estruturada, em parte autónoma e trouxeram a violência *como forma de fazer política*.

A face *enegrecida* do revolucionário revela a sua pertença a um grupo social longe das faces alvas da aristocracia e dos burgueses enriquecidos. Nesta face de homem comum lampejava uma *decisão inquebrantável*. O povo tinha vontade.

O revolucionário quebrou uma lei, bebendo o leite pela lata, mas no que era realmente essencial não falhou, ou seja, pagou ao leiteiro, que assustado, só queria salvar a vida. O revolucionário é aquele que teve de empunhar a pistola, mas para fazer o que era mais correcto.



**Imagem 39: O Banco de Portugal guardado pelas forças de marinha e pelo povo armado.
Ilustração Portuguesa, n.º 243, 17 de Outubro de 1910.**

Esta ideia colou-se à imagem do revolucionário, que se tornou homem de ardente fé republicana, mas respeitador da ordem e da propriedade privada. França Borges não poupou elogios ao povo:

“Pois que fez a revolução triunfante? Que fez o povo que tornou vitoriosa essa revolução? Cantou hinos de paz e de amor. Nem uma palavra, nem um gesto de ódio (Apoiados). O povo odiado de morte pelos vencidos estendeu-lhes fraternalmente as mãos.

O povo levou a sua grandeza até oferecer esse inverosímil espectáculo, objecto da estupefacção de todos os estrangeiros que o presenciaram; foram maltrapilhos, foram esfomeados que, de arma ao ombro, na hora de pânico, guardaram os estabelecimentos bancários, tantos deles de seus inimigos declarados!”⁶⁶³

Este importante jornalista de *O Mundo* fez eco, na Assembleia Constituinte, desta versão do revolucionário abnegado e respeitador, essencial na mitologia revolucionária republicana.

O *Almanaque de O Mundo* publicou um documento essencial para se compreender a construção desta ideia de revolucionário⁶⁶⁴. Segundo este órgão de imprensa, o documento, que fazia luz sobre os propósitos dos revolucionários, fora impresso numa tipografia de Alcântara, e fora distribuído na véspera da revolução. Trata-se da ordem geral do comité civil, que determina algumas normas de comportamento para os grupos civis revolucionários, regulando-se pelas ideias de honra, patriotismo e humanidade. Depois de executada a sua missão, os elementos civis deveriam permanecer e policiar o local. A efusão de sangue deveria ser evitada. O ponto 3.º é bastante importante para a definição da postura correcta do homem da revolução:

“Todo o indivíduo que seja encontrado a assaltar residências particulares, a roubar, a assassinar inimigos indefesos, ou a cometer violências contra mulheres e crianças será imediatamente fuzilado. Os chefes dos diferentes grupos mandarão executar, em processo sumário, o cobarde que assim proceder.”

Os grupos civis deviam, para além de terem este comportamento irrepreensível, atacar as forças contrárias à república, vigiar forças e os grupos que convidarem forças militares a aderirem à revolução, não as podem abandonar, e deviam impedir que oficiais contrários conseguissem tomar contacto com os soldados.

Os políticos republicanos queriam afastar-se o mais possível da ideia da revolução sangrenta e muito violenta. Ordem e trabalho era a divisa da Pátria libertada pela

⁶⁶³ Intervenção de França Borges, *Diário da Assembleia Constituinte*, sessão n.º 22, 17 de Junho de 1911.

⁶⁶⁴ *Almanaque de O Mundo para 1911*, pág. 20.

República⁶⁶⁵. Nesta ordem de ideias, a 7 de Outubro de 1910, mal calados os canhões da revolução, o Governo Civil de Lisboa pediu a todos os cidadãos que mantivessem a tranquilidade pública e que respeitassem as pessoas e propriedades, quer de estrangeiros quer de nacionais, independentemente das suas classes, profissões e opiniões políticas e religiosas. O Governo Civil explicou que os cidadãos deviam respeitar as pessoas dos polícias, dos soldados municipais e dos padres⁶⁶⁶.



Imagem 40: Eusébio Leão, à varanda dos Paços do Concelho, depois de proclamada a República, aconselha moderação nos ânimos populares, 5 de Outubro de 1910. Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

O Governo Provisório manifestou a mesma preocupação, também a 7 de Outubro de 1910, esperando que o povo de Lisboa envidasse todos os seus esforços para que cessassem imediatamente todas as manifestações de rua que pudessem dar a ideia de que havia alteração de ordem⁶⁶⁷. Urgia, portanto, o restabelecimento da vida normal da cidade, para que se regressasse à vida do trabalho, às transacções comerciais e industriais. O que estás indicações nos mostram é que, de facto, a situação seria menos ideal do que a narrativa de uma revolução sem violências nem excessos.

O poder recentemente constituído precisou dos revolucionários mas sentiu necessidade de garantir que a rua não tinha rédea solta. A atitude do povo fora admirável e serena e os vencedores tinham-se comportado de forma generosa.⁶⁶⁸ Os seus nobres sentimentos

⁶⁶⁵ “Governo Civil de Lisboa. Ao povo. Diário do Governo, 7 de Outubro de 1910.” In *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.

⁶⁶⁶ “Ordem pública. Edital do Governo Civil de Lisboa.” In *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.

⁶⁶⁷ “Ordem Pública. República Portuguesa.” In *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.

⁶⁶⁸ “O povo é aconselhado a restituir ao Governo provisório as armas com que combateu. Ao povo de Lisboa.” In *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.

foram elogiados, mas o Governo Provisório avisava que era preciso regressar ao trabalho fecundo, com uma moralidade severa, residindo nisso a base da tão desejada regeneração. Feito que estava o elogio, o Governo veio *convidar* todos os grupos revolucionários e forças populares não militarizadas a entregarem as armas às comissões paroquiais. Como as adesões militares de todo o país garantiam, assim o julgava o Governo Provisório, as instituições, deixava de existir motivo para os cidadãos terem em seu poder as armas “(...) de que tão heroicamente se serviram.”⁶⁶⁹ Os novos governantes queriam retirar este poder das mãos dos revolucionários civis, mas prometendo que as armas recolhidas e catalogadas ficariam à disposição do braço popular se algum dia a república precisasse de ser defendida, ou como se dizia, se houvesse perigo para a pátria ou para a liberdade. Estava firmada a missão e a responsabilidade destes grupos populares, que ficavam assim como os guardiães dos princípios republicanos. Nos anos subsequentes, este “bom povo republicano” seria o putativo braço armado das tentativas revolucionárias que reinterpretavam o caminho que a República deveria seguir. Estes homens colaboravam nas tentativas, golpes e intentonas que se arvoravam como aqueles capazes de traçar o caminho correcto a seguir pelo regime.

O governo, neste momento revolucionário, dizia confiar no bom senso do povo, defendendo que o momento de guerra ia passando e que se entrava num período de paz laboriosa. A mensagem que o governo queria fazer passar, pensando na maneira como estavam a ser olhados do estrangeiro, era a de que os portugueses eram um povo antigo, de tradições heróicas “(...) mas que pela serenidade, pelo amor ao trabalho e pela dignidade cívica é tão moderno que vai na dianteira de todos os povos.”⁶⁷⁰ Neste momento fundador, o povo português transmutara-se, de súbditos a cidadãos modernos e europeus.

Todos os elogios ao *revolucionário ordeiro* tinham como finalidade criar uma mitologia que serviu para controlar a rua, e que encaixava nos planos ordeiros do Governo Provisório e do novo poder.

7.4.2. A rua republicana

⁶⁶⁹ *Ibidem.*

⁶⁷⁰ *Ibidem.*

Lendo a prosa encomiástica quase que nos escapava o que estava a acontecer. A primeira pista de que algo se passava com a rua foi sugerida pelo comando militar de Lisboa que fez referência à nobre atitude do povo revolucionário que tinha protegido “(...) tanto quanto é possível nestas ocasiões os haveres e a vida dos moradores de Lisboa.”⁶⁷¹ Retenhamo-nos por momentos na elegante expressão “tanto quanto é possível nestas ocasiões”. Estamos a falar de uma revolução. Estamos a falar de um poder que caiu através de um golpe militar, ainda que mal articulado e com o seu quê de improvisado. Nos dias confusos desse início de Outubro de 1910, muitos revolucionários agiram por sua conta ou seguindo as ordens de pequenos chefes civis. De algum modo, soltaram-se as *fúrias*⁶⁷².

Nos dias seguintes ao 5 de Outubro em Lisboa assistiu-se a várias *alterações* da ordem. Neste contexto, cumpre salientar os distúrbios relacionados com a questão religiosa. Sem surpresa, a rua radical libertou as suas *fúrias*, perseguindo de forma especialmente vexatória padres e jesuítas. Eram o inimigo antigo, presente no argumentário da propaganda republicana. A rua acertava as suas contas com os antigos inimigos, mas o poder não se coibiu, embora procurando controlar os excessos, de marcar a sua posição anticlerical.

A 7 de Outubro de 1910, uma força de marinheiros que patrulhava a rua do Quelhas foi alegadamente recebida a tiro e à bomba pelos ocupantes do convento, estabelecendo-se de imediato um tiroteio. A *Ilustração Portuguesa* fez referência a confrontos no Quelhas nas noites de 6, 7 e 8 de Outubro⁶⁷³.

O convento do Quelhas acabou por ser tomado e os seus ocupantes foram presos. Os civis assaltaram, aliás, os principais conventos de Lisboa, designadamente as Trinas, Arroios e o Colégio de Campolide. Foi nesta conjuntura que foram mortos dois padres, Alfred Fragues, superior do Colégio de S. Vicente de Fora, e Barros Gomes.

Foram noticiadas as buscas a conventos para a expulsão dos seus filiados, que resistiam à ordem de expulsão emanada do Governo Provisório e os populares procuravam subterrâneos e segredos negros que entrariam directamente para as lendas anti-clericais. Afonso Costa, já na qualidade de ministro da Justiça, perante a reacção popular anticlerical, determinou que os padres que andassem na rua deveriam ser presos, de modo a evitar que sobre eles recaíssem violências.

⁶⁷¹ *Ibidem*.

⁶⁷² MAYER, Arno, *The Furies. Violence and Terror in the French and Russian Revolution*, Princeton e Oxford, Princeton University Press, 2000.

⁶⁷³ *Ilustração Portuguesa*, n.º 243, 17 de Outubro de 1910.

A 9 de Outubro de 1910 foi preso o patriarca resignatário de Lisboa, cardeal D. José Neto. Vários padres foram presos e mesmo medidos no Posto Antropométrico de Lisboa, como se de criminosos se tratassem. Os jesuítas, detidos em Caxias e no Limoeiro e expulsos a 3 de Novembro de 1910, foram mensurados, numerados e humilhados pelo poder civil. Os republicanos procuravam provar *cientificamente* as marcas da degenerescência destes religiosos.



Imagem 41: “O mensurador das cadeias de Lisboa tomando as medidas a um dos padres da companhia de Jesus”. *Ilustração Portuguesa*, n.º 246, 7 de Novembro de 1910.

O monárquico Tomás de Melo Breyner deixou-nos no seu diário as suas impressões sobre as reacções republicanas e populares face à igreja e aos religiosos pertencentes às congregações:

“Antes de jantar fui ao quartel de Artilharia 1 para ver os Padres de Campolide que ali estão presos. Que repugnante espectáculo! Tinha o regimento regressado do acampamento dos revoltosos da Rotunda misturado com parte de Infantaria 16 e paisanos maltrapilhos. Até vi um homem de camisola, pé descalço, barrete de padre, fazendo sentinela de espada e espingarda. Um nojo, mas são coisas próprias da ocasião. Ainda podia ter sido pior.”⁶⁷⁴

⁶⁷⁴ Entrada do dia 11 de Outubro de 1910, BREYNER, Thomaz de Mello, Conde de Mafra, *Diário de um monárquico. 1908-1910*, transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Breyner Andresen, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2004, pág. 331.

Foi ainda o mesmo Tomás de Melo Breyner que, num desabafo, escreveu “Campolide acabou. Foi saqueado pela população ignóbil. É isto que se chama a república?”⁶⁷⁵ Esta interrogação do monárquico e médico da corte é significativa. De facto, a República não era o saque de uma casa congreganista, mas a revolução implicou muitas vezes o caos e a violência contra os antigos inimigos.

7.4.3. Os revolucionários civis

A questão simbólica era fundamental. No entanto, cumpre escarpelizar os efeitos práticos desta mitologia revolucionária.

Feita a revolução, os republicanos ocuparam posições no aparelho de Estado, quer a nível central, quer local. Os mais conhecidos e influentes de entre eles estariam no Governo Provisório, nos Governos Civis, nas Câmaras Municipais e mais tarde na Assembleia Constituinte, na Câmara dos Deputados, no Senado, nos cargos de nomeação política da administração pública e no governo. Ou dito de outra forma, alguns indivíduos conseguiram lugares na administração civil e política, substituindo parte – mas não toda – da velha elite monárquico constitucional.

Se a luta pela construção da memória era fundamental, no plano simbólico, já que trazia um capital acrescido aos “combatentes”, a importância do reconhecimento do papel individual de cada um dos indivíduos, que pretendia ser oficialmente reconhecido como “revolucionário civil”, trazia no bojo a questão da sobrevivência económica, a melhoria da situação financeira e, ainda, a possibilidade de mobilidade social ascendente. Para muitos homens esta era a sua “Nova Aurora”, a possibilidade de uma vida melhor.

O republicano Carlos da Maia afirmou que nos primeiros dias do Governo Provisório os republicanos viram as secretarias serem invadidas por gente que queria empregos senão revoltava-se, dizendo “Eu sempre fui republicano, tenho direito a um emprego; eu estive na Rotunda, eu bati-me, devo ser empregado.”⁶⁷⁶ Para este deputado, a explicação para este facto era bastante simples e prendia-se com as expectativas criadas antes da revolução de 5 de Outubro de 1910, ou seja “(...) houve em todas as classes quem supusesse que feita a república tinha terminado o regime que era de favor, de privilégio,

⁶⁷⁵ Entrada do dia 17 de Outubro de 1910, BREYNER, Thomaz de Mello, Conde de Mafra, *Diário de um monárquico. 1908-1910*, transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Breyner Andresen, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2004, pág. 333.

⁶⁷⁶ Intervenção de Carlos da Maia, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 17, 27 de Novembro de 1911.

de exploração para a família real e começava o regime de favor, de privilégio e de exploração para a gente de todas as classes, e que acabando os adiantamentos para os reis, começavam os adiantamentos para o povo.”⁶⁷⁷ Carlos da Maia tocou na questão central que se prendia com a gestão das expectativas dos que colaboraram ou lutaram pelo novo regime. O sacrifício (mais ou menos real) por um ideal trazia consigo um “sonho dourado”, tanto mais dourado quanto as promessas de um nova aurora foram inflamadas durante o período de propaganda.

Existia, assim, um conjunto de revolucionários que tinham lutado pela implantação do regime e que se sentiam afastados da nova mesa do orçamento, desejando, também um maior reconhecimento público pela sua abnegação e capacidade de lutar pela causa republicana.

O que se dizia destes homens era mais do que a falta de emprego. Criara-se a ideia, várias vezes repetida, quer pelos próprios quer por outros que apoiavam as suas pretensões, que passavam necessidades. Esta história pode ter tanto de verdadeira como de auto-justificativa. De acordo com a imagem construída destes homens como aqueles que puseram tudo em causa para lutar pela República, era mais fácil explicar que estavam na miséria do que eram ambiciosos ou quem queriam lucrar com o sacrifício feito em defesa de uma causa. Portanto, deles se dizia que andavam a pedir esmola e que dependiam da caridade dos seus correligionários. Muitas vezes, estes revolucionários pediram mesmo auxílio através da Assistência Pública.

Fosse por necessidade ou não, estes homens pretendiam ser reconhecidos e desejavam um apetecível emprego público. Tomemos o exemplo de um revolucionário em 1914, que escreveu para a Comissão de Petições:

“Frederico da Silva Campos Borges, de 24 anos de idade, casado e com duas filhas, tendo tomado parte no movimento revolucionário para a implantação da nossa querida República, conforme prova pelo documento junto, e não tendo precisado nada da República, hoje que, devido à sua infelicidade, se encontra já lutando com a miséria, vem por esta forma pedir a V. Ex.^a para que seja reconhecida a sua qualidade de revolucionário a fim de ser colocado em qualquer emprego público.”⁶⁷⁸

⁶⁷⁷ *Ibidem.*

⁶⁷⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, 7 de Abril de 1914.

Este homem que com cerca de 20 anos lutara pela República vinha pedir, quatro anos depois, em 1914, que o aliviassem da sua “infelicidade”, porque a república fora implantada para a felicidade da pátria e dos seus cidadãos. E este cidadão precisava de ajuda na luta contra a miséria.

A questão dos que se sacrificaram pela República e de como os compensar é uma das discussões mais interessantes do período imediatamente após a revolução e durante quase toda a vigência do regime. Durante os atribulados anos de vigência da República somaram-se os combatentes que tiveram uma acção que consideravam fundamental nos vários movimentos de defesa do regime. A questão começou com os revolucionários do 5 de Outubro de 1910 mas progressivamente alargou-se a outros movimentos, anteriores e posteriores à implantação da República, excepção feita para os homens que estiveram no dezembrismo, na revolta de 1917.

Os homens que se tinham sacrificado exigiram do poder compensações e contrapartidas. Não era um fenómeno novo, logo não se pode afirmar que os republicanos foram os únicos a pretenderem ser compensados pelos seus esforços. O que é diferente é a categoria criada para o efeito, a de “revolucionários civis”. Isto só aconteceu porque o elemento popular e radical tinha força no movimento republicano. Se o PRP não tivesse aberto a porta a esta força, à sua participação e, conseqüentemente, às suas expectativas, a voz dos “pequenos” não se tinha feito ouvir de forma tão consistente durante toda a vigência do regime. A rua republicana foi importante como forma de pressão e de defesa contra os inimigos do regime, designadamente os monárquicos e a igreja católica. Para além do mais, os republicanos, depois de estarem no poder, durante os episódios de competição interna que representaram as várias intentonas, precisaram da rua.



Imagem 42: “O primeiro exercício do batalhão de voluntários da Sé na parada do regimento de Infantaria 5”. *Ilustração Portuguesa*, n.º 250, 5 de Dezembro de 1910.

De forma a controlar os revolucionários e a dar-lhes um papel e uma missão, logo após a implantação da República, foi decidida a criação de batalhões de voluntários, por todo o país, que tiveram um papel instrumental na condução dos assuntos políticos.

Os cidadãos receberiam instrução militar, geralmente ao Domingo, ficando assim aptos para a defesa do regime e das instituições, sem encargos adicionais para o Estado. O Batalhão Central de Lisboa seria um núcleo de grande importância nesta organização, já que a capital era um dos palcos políticos fundamentais.

Em Janeiro de 1911, o bom povo republicano respondera ao apelo cívico de governo e surgiram os batalhões de voluntários nas freguesias de Lisboa, Porto e Coimbra e um pouco por todo o país, recebendo instrução militar nos quartéis militares mais próximos ou nos seus bairros.



Imagem 43: O “povo” republicano. *Ilustração Portuguesa*, n.º 258, 30 de Janeiro de 1911.

Face ao movimento grevista⁶⁷⁹ que alastrava:

⁶⁷⁹ Sobre os ciclos grevistas veja-se CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

“(…) os voluntários de Lisboa deliberaram fazer uma grandiosa e ordeira manifestação ao governo reunindo-se no domingo 15 de Janeiro, na rotunda da Avenida e partindo daí debaixo de forma para o Terreiro do Paço a saudarem os membros do ministério. Uns com os seus uniformes simples, outros com os trajos de paisanos, mas ostentando no braço os sinais dos respectivos batalhões seguiam numa marcha cadenciada; bandas de música tocavam a Portuguesa e aquelas sessenta mil pessoas, levadas pelo mesmo entusiasmo, seguiam atrás de um grande cordão de revolucionários conhecidos que afastava o povo a deixar a passagem livre aos voluntários.”⁶⁸⁰

Estes homens foram dar o seu apoio incondicional à consolidação da República e protestar contra as greves. Se olharmos para a imagem acima vemos uma parte significativa do movimento republicano: um conjunto de cidadãos a tomar o espaço público, avançando, de braço dado. Olhando para esta fotografia poderíamos invocar novamente o quadro *Il Quarto Stato* de Giuseppe Pellizza da Volpedo. Mas há a registar duas diferenças fundamentais: em primeiro lugar, não vemos “proletários”; e em segundo lugar, não encontramos mulheres. Há assim uma parte do republicanismo que considerava que a consolidação do regime estava acima de qualquer outra questão, nomeadamente as greves.

7.4.4. A admissão dos revolucionários civis na administração estatal

Em Julho de 1911, como já foi referido, os deputados constituintes promoveram o herói da Rotunda a capitão-de-mar-e-guerra, reconhecendo “(…) o feito heróico do tenente da administração naval António Maria de Azevedo Machado Santos, que, nos dias 4 e 5 de Outubro findo, deu as mais exuberantes provas de valentia, coragem e amor pátrio, (...)”⁶⁸¹ Para além de Machado Santos outros oficiais mereceram a distinção dos deputados. Começando pelos mais importantes e conhecidos, o regime abriu a porta ao reconhecimento de todos os revolucionários. Assim, logo que os republicanos chegaram

⁶⁸⁰ *Ilustração Portuguesa*, n.º 258, 30 de Janeiro de 1911

⁶⁸¹ Projecto lido por Eduardo Abreu, *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 12, 3 de Julho de 1911.

ao poder do Estado, começaram a sentir a pressão das bases e a discutir a questão do reconhecimento dos combatentes, o que dividiu o campo republicano.

O problema dos revolucionários foi, como não podia deixar de ser, tratado na Assembleia Constituinte. Afonso Palla afirmou que: “Dia a dia venho recebendo dezenas e dezenas de cartas de pretensões de homens que muito se sacrificaram pela República e que se encontram na miséria. Não são só praças de pré que se me têm dirigido, são civis também, que se encontram a braços com uma situação difícil e que bem merecem que a República para eles olhe com atenção, minorando-lhes a sua situação.”⁶⁸² Na qualidade de revolucionário, Afonso Pala era o intermediário ideal para os pedidos de antigos companheiros de luta, servindo, igualmente, como uma espécie de endosso. Para poder recompensar estes homens tornava-se imperioso estabelecer uma comissão para, com base em documentação, distinguir entre os que o mereciam e os que eram fraudes. A República institucionalizou e oficializou o estatuto destes “combatentes” e usou de precaução para determinar e distinguir os “verdadeiros” dos “falsos”. Uma das garantias de que estes peticionários necessitavam para provar o seu sacrifício, o seu republicanismo e a sua participação na revolução do 5 de Outubro era as declarações de chefes civis que garantiam o seu arrojo e coragem. A Assembleia Constituinte aprovou a colocação de 35 revolucionários civis em empregos do Estado. Durante o regime, multiplicaram-se os pedidos ao Parlamento. Existiu uma constante pressão que chegou a materializar-se com a reunião em comício. Um deputado, aliás, manifestou a sua preocupação:

“Vi ontem nos jornais e afixado em algumas paredes dos prédios de Lisboa um convite para uma reunião pública feita por revolucionários civis e militares. Por isso, pergunto ao Sr. Ministro da Guerra se teve conhecimento deste convite por intermédio dos revolucionários militares e, se o teve, que providências tomou ou tenciona tomar de maneira que a disciplina seja respeitada e que não seja permitido aos militares fazerem manifestações colectivas, demais a mais contra os poderes públicos e especialmente contra o Governo a que devem obediência.”⁶⁸³

⁶⁸² Intervenção de José Afonso Palla, *Diário da Assembleia Constituinte*, sessão n.º 13 de 4 de Julho de 1911.

⁶⁸³ Intervenção de Jacinto Nunes, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 170, 18 de Novembro de 1912.

Jacinto Nunes deu voz a uma tendência política que considerava preocupante a pressão de revolucionários civis e militares ou, dito de outra forma, que temia a pressão da rua e do braço armado sobre o regime.

Ao contrário, Júlio Martins referiu-se ao mesmo comício de uma forma totalmente diferente:

“Como o povo se reuniu num comício e exprimiu muito ordeiramente a sua maneira de pensar sobre os negócios da República, dizendo o que entendia sobre a marcha dos negócios públicos, e trouxe muito ordeiramente, uma representação ao Parlamento, eu entendo e proponho que, em homenagem aos revolucionários civis, essa representação seja publicada no *Diário do Governo*.”⁶⁸⁴

Em Novembro de 1911, tanto a Câmara dos Deputados como o Senado da República discutiram novamente os pedidos dos revolucionários civis e para isso são criadas comissões especiais. Os republicanos tiveram todos os cuidados ao avaliar estes casos.

"Srs. Senadores. – A vossa comissão nomeada pelo Sr. Presidente para apreciar o parecer da Câmara dos Deputados, relativo às petições dos revolucionários civis desempregados, tendo examinado os respectivos processos concorda em geral com aquele parecer.

Entende, porém, dever dividir os pretendentes em três grupos, conforme os documentos apresentados e a natureza dos serviços prestados. Esses três grupos, abrangendo cinquenta e um peticionários, são os seguintes:

- 1.º O dos que combateram pela República nos dias da revolução de Outubro;
- 2.º O dos que não tendo combatido provaram que os seus serviços à República foram tão importantes e de uma tão decidida constância que por eles comprometeram os meios necessários à sua subsistência e à das suas famílias, vivendo hoje sem recursos por causa da sua dedicação nos trabalhos preparatórios da revolução;

⁶⁸⁴ Intervenção de Júlio Martins, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 173, 21 de Novembro de 1912.

3.º E finalmente o daqueles cujos documentos não pareceram suficientes à comissão para os classificar desde já em qualquer daqueles dois primeiros grupos.

E assim a vossa comissão entende dever recomendar, e desde já, ao Governo os que estão incluídos naqueles dois primeiros grupos, reservando-se dar a sua opinião definitiva depois de um inquérito rigoroso sobre a natureza e autenticidade dos serviços prestados por os que compõem o terceiro grupo. A comissão entende que o Governo deve preferir estes revolucionários, ou outros que nas mesmas circunstâncias estejam, para a colocação nos serviços do Estado que tenham de ser providos ou por vagas que se dêem, ou por criação de novos lugares que porventura a administração do Estado exija, e sempre em harmonia com a competência e aptidões de cada um.

E porque se tornaria difícil aos Srs. Ministros escolher de entre tantos os que mais competentes fossem para o exercício dos cargos em que devem ser providos, a comissão lembra a conveniência de uma classificação por aptidão e habilitações de cada um dos petiçãoários, o que bem poderia ser realizado por uma comissão nomeada pelo Governo para esse fim.”⁶⁸⁵

Este parecer fez uma distinção importante entre os revolucionários que combateram pela República e os que prestaram serviços relevantes e constantes e, por isso, comprometeram o seu sustento. Nesta categoria entraram também revolucionários do 31 de Janeiro de 1891 e, mais tarde, homens que estiveram no 14 de Maio de 1915.

Estes homens não queriam um emprego qualquer, queriam um emprego no Estado. O senador Peres Rodrigues reconheceu que se tratava de homens realmente carenciados, afirmando mas que, quando indagados sobre as suas anteriores profissões, responderam que não queriam voltar às suas anteriores ocupações. As recompensas a revolucionários tinham antecedentes. Peres Rodrigues convocou os tempos do constitucionalismo monárquico e os exemplos de Saldanha e de Terceira que teriam recebido 100 contos de réis. Poderia ainda ter sido dado o exemplo dos “bravos do Mindelo”. O senador não censura os petiçãoários porque percebe que os empregos no Estado sejam mais apetecíveis, menos fatigantes e melhor remunerados. Aceitava que era imperioso resolver este problema tanto mais que muitos destes homens dependiam da caridade (ou filantropia?) privada. O Estado deveria iniciar, ainda antes de lhes arranjar uma

⁶⁸⁵ *Diário do Senado*, sessão n.º 12, 21 de Novembro de 1911.

colocação, o pagamento de um subsídio. Esta posição não era consensual já que vários senadores argumentavam que os peticionários não pediram um subsídio, mas sim trabalho.

Ser revolucionário civil era fundamental para quem queria entrar para o Estado e mesmo para quem já tinha um emprego e pretendia ascender hierarquicamente. Utilizando esta categoria, alguns revolucionários reivindicavam o direito a uma promoção. Atente-se aos seus argumentos:

“Que tendo sido nomeados para estes lugares, por não haver outros nessa ocasião compatíveis com as suas aptidões, por isso foram colocados nestas duas corporações na última classe, quando nas mesmas havia vagas de 1.^a, nas quais se encontram indivíduos que no antigo regime e bem apadrinhados entraram logo para a 1.^a sem concursos e sem terem prestado serviços, e nós então, que alguns prestámos, fomos admitidos na última, quando havia vagas na classe, superior; eis o motivo por que, sendo os nossos vencimentos tão minguados, ousamos pedir mais uma vez ao excelso patrocínio do Digníssimo Congresso, ao qual estamos deveras reconhecidos, a graça de nos promoverem à 1.^a classe, como por distinção, a exemplo do que se fez para com os Srs. oficiais de terra e mar (...)”⁶⁸⁶.

Os peticionários recuperaram como o argumento o exemplo, mais generoso, do constitucionalismo monárquico.

Em 1912 foi discutido o parecer n.º 126, relativo aos revolucionários civis. A questão começava a ser menos consensual. O senador João de Freitas, por exemplo, considerou que o parlamento estava a ser demasiado benévolo para com estes pedidos, afirmando que acontecia este pessoal não prestar serviços úteis.⁶⁸⁷ Outros pensavam que se devia colocar um dique ao que poderia ser uma enxurrada de pedidos. O tom era já diferente: “Talvez tenham feito sacrifícios pela República, mas se os fizeram foi por convicção, e não por desejarem que a República os colocasse melhor.”⁶⁸⁸

⁶⁸⁶ *Diário do Senado*, sessão n.º 143, 14 de Novembro de 1912.

⁶⁸⁷ Intervenção de João de Freitas, *Diário do Senado*, sessão n.º 136, 8 de Julho de 1912.

⁶⁸⁸ Intervenção de Martins Cardoso, *Diário do Senado*, sessão n.º 29, 21 de Janeiro de 1913.

Os revolucionários civis foram integrando o aparelho do Estado. Sidónio Pais, na qualidade de ministro das Finanças, explicou que já tinha colocado 15 peticionários⁶⁸⁹. As entradas eram paulatinas e, na óptica dos peticionários, muito lentas. Diferentes ministros, quando interrogados sobre a questão, explicam que não podiam criar lugares. De igual modo argumentavam que recusavam os processos da monarquia e não podiam colocar ninguém se não tivessem vagas.

Muitos destes homens não foram bem recebidos nas repartições onde foram colocados, sendo acusados pelos colegas de não prestarem serviços à pátria, mas ao partido⁶⁹⁰.

Na Câmara dos Deputados, em 1913, Brito Camacho apresentou uma proposta para que a Câmara não reconhecesse mais revolucionários civis. Simões Raposo considera esta proposta de uma injustiça flagrante para os bons colaboradores da República:

“Sou dos que entendem que a Câmara não devia tomar a iniciativa de reconhecer revolucionários civis; mas já que, desde o tempo das Constituintes, se fez esse reconhecimento e que à sombra desse reconhecimento estão já muitos auferindo vantagens, entendo que é duma injustiça flagrante que amanhã, quando algum revolucionário civil, verdadeiro, vier aqui, perante a comissão de petições, provar que realmente deu à revolução todo o seu concurso, todo o seu auxílio, não possa ser atendido.”⁶⁹¹

Em 1913 discutiu-se o parecer n.º 161 no Senado da República⁶⁹². Os requerentes solicitavam o reconhecimento como revolucionários civis e este pedido foi endossado pelos comandantes revolucionários Ladislau Parreira e Machado Santos. Esta condição dava-lhes direito a serem admitidos, sem concurso nem apresentação de documentos de habilitação, em quaisquer vagas em qualquer repartição pública, desde que fossem julgados como tendo a capacidade precisa para o desempenho desses lugares. Os senadores começam a votar contra estas concessões (contudo o parecer foi aprovado), muito embora alguns ainda afirmem que “Esses homens querem apenas trazer à obra

⁶⁸⁹ Intervenção de Sidónio Pais (ministro das Finanças), *Diário do Senado*, sessão n.º 65, 10 de Abril de 1912.

⁶⁹⁰ Intervenção de Faustino da Fonseca, *Diário do Senado*, Sessão n.º 74, 24 de Abril de 1912.

⁶⁹¹ Intervenção de Simões Raposo, *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 73, 17 de Abril de 1913.

⁶⁹² Parecer n.º 110-A da Câmara dos Deputados.

legal da República, à obra da organização democrática da República, o mesmo apoio que trouxeram à obra da revolução.”⁶⁹³

Os parlamentares tinham entre mãos o problema de saber se a qualidade de revolucionário civil era ou não um critério de preferência para a colocação em empregos do Estado, discutindo-se concomitantemente a questão das habilitações próprias para o cargo.

Em 1914, de novo se levantam vozes contra os constantes pedidos de revolucionários civis, sendo considerada uma coisa indecorosa, já que a República fora generosa nas suas recompensas. A lei de 14 de Setembro de 1915 regulou a questão dos revolucionários civis. Na conjuntura da I Guerra Mundial, juntam-se aos bravos do 5 de Outubro, os revolucionários civis do 14 de Maio de 1915. Claro que o 14 de Maio foi um movimento que dividiu a câmara e muitos chamaram-lhe um movimento partidário. De facto, estes homens já não eram combatentes pela república, mas por uma *versão* da república.

No Verão de 1917, os parlamentares querem impor um prazo para a entrega de petições sobre a condição de revolucionário civil, de modo a colocar um limite e fechar a questão de forma definitiva. Muitos deles comentavam a situação fazendo uso do humor:

“(…) parece-me que já chegámos à circunstância de ser melhor votar uma lei reconhecendo revolucionários civis todos os indivíduos maiores do 21 anos e menores de 45, respectivamente vacinados.

Estou convencido que já deve haver na comissão um requerimento do ex-rei D. Manuel, pedindo para ser considerado revolucionário civil (Risos); de maneira que dou o meu voto ao projecto.”⁶⁹⁴

Começou a pôr-se também a questão da extensão de condição de revolucionários civis e benemérito da pátria aos mutilados de guerra. Os próprios homens que combateram pela pátria reivindicavam esse direito. Se se discutiam privilégios, os mutilados eram necessariamente comparados aos revolucionários civis e eram estes últimos que saíam a perder. Francisco Cruz tomou uma posição em relação à proposta de Jorge Nunes relativa aos mutilados de guerra:

⁶⁹³ Intervenção de Faustino da Fonseca, *Diário do Senado*, Sessão n.º 115, 2 de Junho de 1913.

⁶⁹⁴ Intervenção de Celorico Gil, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 88, 22 de Junho de 1917.

“(…) não tencionava usar da palavra, mas entendo que devo fazê-lo em defesa daquilo que ou reputo um dever de humanidade, o dever de atender com carinho e solicitude aqueles que na guerra se inutilizaram, combatendo pela Pátria.

A República, que tem sido um logradouro de tantos que têm ferrado no cachaço do País os dentes afiados, não pode esquecer os que por ela e em nome dela se sacrificaram nos campos de batalha. Seria honesto que estes fossem as vítimas, enquanto toda a sorte de revolucionários civis assaltou os lugares públicos, sem competência para os desempenhar? Não, e é por isso que eu dou inteiramente o meu voto à proposta do Sr. Jorge Nunes.”⁶⁹⁵

Apesar da orientação de contenção de gastos⁶⁹⁶, Jorge Nunes, propôs que fossem consideradas como exceções todas as propostas que digam respeito a melhorias referentes a inválidos, mutilados, estropiados, gaseados ou tuberculosos.

Em 1919, na Câmara dos Deputados, Carlos da Maia pediu ao governo que mantivesse a ordem mas apoiado exclusivamente na força pública. Acerca dos revolucionários civis afirmou:

“(…) os revolucionários civis que acompanharam o Dr. Sidónio Pais na revolução de 5 de Dezembro tiveram a nobre isenção de se recusarem a ser oficialmente reconhecidos como tais, no *Diário do Governo*, embora o tivessem sido até então todos os que haviam auxiliado as revoluções de 5 de Outubro e 14 de Maio.”⁶⁹⁷

Carlos da Maia tocou numa questão interessante: como é que se podia, à medida que se sucediam diferentes movimentos republicanos, aferir da pureza dos revolucionários civis. Evidentemente, tratou-se de uma escolha. Os sidonistas, dado o julgamento de outros republicanos, deixaram de poder ser entendidos como lutadores pela República.

Em 1925, deparamo-nos com vários pedidos de reconhecimento como revolucionários civis, ao abrigo da lei 1691, de 11 de Dezembro de 1924. Tome-se como exemplos os projectos de lei n.º 914, pedindo reconhecimento para 20 revolucionários civis, o n.º

⁶⁹⁵ Intervenção de Francisco Cruz, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 39, 19 de Fevereiro de 1924.

⁶⁹⁶ Proposta de lei n.º 649, permitindo ao governo suspender a execução de qualquer diploma de que resulte aumento de despesas e bem assim a reduzir ou eliminar qualquer dotação inscrita no orçamento geral do Estado, quando as respectivas despesas possam adiar-se ou suprimir-se.

⁶⁹⁷ Intervenção de Carlos da Maia, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 10, 8 de Janeiro de 1917.

897, pedindo reconhecimento para 28 revolucionários civis e o n.º 865, pedindo reconhecimento 120 revolucionários civis. De entre estes existiu uma revolucionária civil, Ermelinda Rosa, cuja existência é notada com ironia por Carvalho da Silva:

“Não sei se o facto de haver tanta pressa na discussão deste projecto se baseia na intenção de dar aos revolucionários civis preferência nas cadeiras ministeriais que se encontram vagas.

Estou convencido de que essa será uma das ideias; e, então, teremos pela primeira vez uma ministra muito gentil nas cadeiras do Governo, visto que neste projecto há uma revolucionária civil.”⁶⁹⁸

Nestas discussões de 1925 há um conjunto de argumentos que já foi utilizado. A República continua a reconhecer revolucionários civis porque não quer criar a desigualdade. Tendo aceite os primeiros, aceitou outros até ao fim do regime.

Muitos parlamentares falam do receio que o poder tem destes revolucionários civis e que chegara a hora de lhes fechar a porta. No Parlamento, vários deputados, sobretudo monárquicos, reagem com indignação à possibilidade de o representante português em Roma ser considerado um revolucionário civil. Carvalho da Silva considerou que “(...) seria curioso ver um diplomata em Roma, Ministro no Quirinal, ser considerado revolucionário civil. Seria levar lá fora a demonstração desta espantosa preponderância à protecção dada no nosso país a quem é revolucionário.”⁶⁹⁹

Vejamos a última petição apresentada na Câmara dos Deputados, em 1926:

“Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados. – Manuel Dias Chita, aspirante de finanças em serviço no concelho de Vagos, requer à Câmara da digna presidência de V. Exa. a sua promoção a secretário de finanças de 3.^a classe e colocado como chefe de uma repartição de finanças na primeira vaga que ocorrer, visto ter o concurso, conforme se vê do n.º 215 da lista publicada na 2.^a série do *Diário do Governo* n.º 110, de 12 de Maio último.

O requerente tem a preferência à promoção a qualquer outro funcionário, por estar reconhecido como revolucionário civil, pelo Congresso da República, pela

⁶⁹⁸ Intervenção de Carvalho da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 88, 27 de Junho de 1925.

⁶⁹⁹ Intervenção de Carvalho da Silva, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 98, 13 de Julho de 1925.

lei n.º 765, de 17 de Agosto de 1917, devendo a sua promoção fazer-se nos termos do artigo 1.º do decreto n.º 5:229, de 11 de Março de 1919, e artigo 31.º da lei n.º 1:452, de 20 do Julho de 1923, e de harmonia com o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 8 de Março de 1924, publicado na 2.ª série ao *Diário do Governo* n.º 61, de 15 do mesmo mês.

O decreto n.º 5:229 já foi revogado pela Câmara da digna presidência de V. Exa., mas ainda o não foi pelo Senado. Ainda que seja revogado definitivamente, o requerente continua a ter a preferência à promoção a secretário de finanças, por estar reconhecido como revolucionário civil pela lei n.º 765, visto que não lho aproveitou este benefício para a sua nomeação do aspirante, a qual foi feita provisoriamente, para o concelho de Vila Viçosa, nos termos do artigo 34.º do decreto de 26 de Maio de 1911, por alvará passado, em Novembro de 1917, pelo Exmo. Sr. director de finanças do distrito de Évora e visado pelo Conselho Superior de Finanças em 2 do Abril de 1918, conforme se vê do *Diário do Governo* n.º 84, 2.ª série, de 11 deste mesmo mês por ter o concurso conforme se mostra do n.º 486 da relação n.º 1 publicada no *Diário do Governo* n.º 179, 2.ª série, do 1 de Agosto de 1916; sendo nomeado aspirante efectivo, para o concelho da Figueira da Foz, por ter o referido concurso nos termos do artigo 18.º do citado decreto de 26 de Maio de 1911 e decretos n.ºs 3:754 e 4:843 de 5 de Janeiro e 2.º de Setembro do 1918, como consta do *Diário do Governo* n.º 91, 2.ª série, de 21 de Abril de 1919.

No mesmo *Diário do Governo* e outros anteriores, foram nomeados mais indivíduos nas condições do requerente, alguns que nem são republicanos, e por isso o requerente tem a preferência à sua promoção a secretário do finanças de 3.ª classe por ter o concurso, conforme se vê do citado *Diário do Governo* n.º 110, 2.ª série, do 12 de Maio último, e por estar reconhecido revolucionário civil pela citada lei n.º 765, visto ainda não ter sido beneficiado por esta lei, como prova com o que acima fica exposto.

O requerente espera que a Câmara da digna presidência de V. Exa. lhe faça justiça, porque, tendo feito o referido concurso, foi dos concorrentes que melhores provas prestaram, como pode provar com quem as presenciou; mas foi classificado sob o n.º 215 por ser republicano sincero, e por ter acusado o secretário de finanças da Figueira da Foz, António Augusto do Oliveira, actualmente na Covilhã, do ter roubado o Estado e hostilizar a República, e

figurar como testemunha de acusação num processo que lhe foi instaurado pelos mesmos crimes, do qual ficou impune, que para isso não foi ouvido o requerente e mais oito testemunhas, constantes da participação, pelo sindicante o Sr. Director de Finanças do Coimbra. E disso Sr. Presidente que os revolucionários civis e mais republicanos sinceros sejam perseguidos pelo seu ideal, e por acusarem os ladrões que a República herdou da monarquia, pelos, tubarões azuis e brancos da República; e que os únicos direitos que têm como defensores dela, seja a prisão nas cadeias pelo dezembrismo, e se a traulitânia vinga, a deportação para Timor, conforme um dos primeiros decretos publicados pela célebre junta governativa. Tudo quanto fica escrito prova-se sendo preciso. For isso o requerente espera que a Exma. Câmara lhe faça justiça. Vagos, 16 de Março de 1926. – Manuel Dias Chita.”

Esta última petição sumariza o percurso da resposta republicana aos pedidos dos seus revolucionários, mais significativos no início da República, mas ainda assim constantes ao longo de todo o período. O peticionário imagina-se como um republicano sincero, tendo, por isso, enfrentado perseguições e, mesmo com o regime republicano, perseguido pelo seu ideal.

7.5. As “sentinelas vigilantes da República”

Estivemos a analisar a questão das reivindicações dos revolucionários, e nesse aspecto, a sua relação com o poder. No entanto, cumpre analisar a acção destes revolucionários durante a vigência do regime republicano.

O movimento republicano teve no seu seio uma sensibilidade popular, radical, revolucionária e adepta da acção directa. Esta organizou-se numa das associações da galáxia republicana, a Carbonária. O movimento republicano contou, assim, com o concurso das classes populares, da dita plebe urbana para os movimentos revolucionários. O mesmo é dizer, que trouxe um determinado número de indivíduos para a arena política, fora da lógica e da estrutura quer dos partidos tradicionais, quer do próprio partido republicano.

Os revolucionários civis do 5 de Outubro de 1910 – ou parte deles pelo menos – transformaram-se na “formiga branca” e procuraram continuar a ter um papel activo no regime. O revolucionário João Borges era tido como o “presidente” da formiga branca. Nas várias discussões sobre a questão dos revolucionários civis e da sua actuação no pós-5 de Outubro há uma associação entre a formiga branca e a Carbonária. Ou seja, apareceu frequentemente a ideia de que os revolucionários, que já eram carbonários, não depuseram as armas depois de implantado o regime republicano. De facto, a associação criada por Luz de Almeida para o derrube do regime monárquico procurou ter um papel de importância na República.

Mas, existiu pouco espaço para a Carbonária. O seu objectivo era o de fazer a revolução e essa estava feita. Perdera a sua razão de existir. No entanto, ficará a violência, o ardor e a vontade destes homens de não tornarem a ter um papel secundário nos desenvolvimentos e acontecimentos da política. Os seus mais importantes chefes, Machado Santos, Luz de Almeida e António Maria da Silva foram para o parlamento. Tiveram, contudo, trajectórias muito diferentes. Luz de Almeida cedo deixou de ter um papel político de relevo. António Maria da Silva aproximou-se do partido democrático, ganhando ao longo do tempo uma posição de maior destaque e inflectindo para uma posição mais conservadora depois da I Guerra Mundial. Machado Santos foi, até ao seu final trágico, um dos elementos de instabilidade do sistema político republicano, com uma ligação bastante forte ao mundo da rua radical, pelo menos até 1917.

A rua radical continuava a existir. Existira antes da implantação do regime e continuou activa. Parte da rua radical era, sem dúvida, carbonária. Para o demonstrar atente-se neste singelo requerimento, datado de 1926: “Do operário aposentado do Arsenal do Exército Augusto Bento Ferreira, requerendo para ser reconhecido revolucionário civil, por ser filiado na Carbonária Portuguesa.”⁷⁰⁰ A filiação nesta associação secreta justificava, a seus olhos, a entrada na inserção na categoria de revolucionário civil.

A rua radical (carbonária, a dos revolucionários civis ou a da formiga branca) começou a assustar os políticos de recorte mais ordeiro. Eram a força, as *fúrias*, o incontrolável. Não tinham um lugar numa República de ordem e de trabalho. Logo, na primeira legislatura, no Parlamento, começaram-se a ouvir as primeiras vozes contra a carbonária e contra a formiga branca. No entanto, aquelas tiveram uma importância fundamental no funcionamento do sistema. Para o bem e para o mal. Tanto eram um

⁷⁰⁰ Requerimento publicado no *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 61, 26 de Março de 1926.

risco, por significarem a possibilidade revolucionária de desordem e de subversão, como um recurso fundamental para todos os que contestavam o poder de uma facção republicana no poder.

Os revolucionários e os carbonários foram importantes para a segurança inicial do regime tanto no Portugal metropolitano como nas colónias. Foi referido ⁷⁰¹ o exemplo da acção da Carbonária em Moçambique (Lourenço Marques) onde, depois da implantação da República, levou a cabo a defesa do regime e a perseguição daqueles considerados reaccionários, logo inimigos.

No pós 5 de Outubro de 1910, os revolucionários seguraram o poder recém-conquistado. Mas, para além de serem a reserva de defesa do regime, o papel destes homens era difícil de definir.

A grande oportunidade de terem um papel activo foi a primeira incursão monárquica em 1911.

A intervenção da Carbonária na primeira incursão monárquica em 1911 foi pouco consensual. Pimenta de Castro, à altura ministro da Guerra, acabou por ser exonerado, visto por muitos como um homem que não esteve à altura da situação. De entre as vozes discordantes e críticas da sua actuação, podemos convocar a do senador Artur Costa. Este senador comentou as alegadas declarações de Pimenta de Castro a um órgão de imprensa⁷⁰², sobre a questão das incursões monárquicas. Começou por afirmar que estas o impressionaram, mas, sobretudo, o incomodaram. As perplexidades do Senador Artur Costa prendiam-se com a avaliação do papel da Carbonária.

“Quero crer, Sr. Presidente, que o Sr. General Pimenta de Castro seja um excelente militar disciplinador e amigo da República e que a esta possa prestar, e tenha prestado os maiores serviços; e também acredito que S. Exa. gozando da fama de não acreditar em conspiradores, não fosse o Ministro mais próprio para a ocasião presente.

O facto é que o Sr. Ministro da Guerra, numa entrevista que teve com um jornalista, declarou que não pedira a demissão, mas que o tinham exonerado.

Isso já nós sabíamos, e quem leu o *Diário do Governo* bem viu que foi exonerado sem o pedir.

⁷⁰¹ Intervenção de Paiva Gomes, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 9, 8 de Setembro de 1911.

⁷⁰² O Senador Artur Costa afirma que leu o *Novidades* de 10 de Outubro de 1911, que citava uma entrevista publicada no *Intransigente*.

Mas, acentua o Sr. General Pimenta de Castro, que o mandaram embora, que o despediram, porque não convinha lá.

Mas o que mais me impressionou foi o que o Sr. Pimenta de Castro disse depois na sua entrevista.

Que S. Exa. fizesse a afirmação de que não acreditava na eficácia da conspiração; muito bem.

Que também declarasse que tinha completa confiança no exército e na armada, de acordo; mas que àqueles que mantinham a espionagem no norte do país, convinha que se avolumassem os boatos da conspiração e se prolongassem até indefinidamente, pois que com esses serviços se gastava um dinheirão, isso é que constituiu uma gravíssima declaração.

(...)

Isto é extraordinariamente grave, por partir de um general que acaba de sair de Ministro.

Se S. Exa. pretendeu referir-se aos cidadãos a quem chamam os carbonários e que tem sido a sentinela vigilante da República, assim como foram os principais elementos da sua formação, abençoada seja essa espionagem e tenho o prazer de declarar que dou por bem aplicadas todas as despesas que se façam com ela.

Se a tentativa de revolução do Porto abortou, e se se deve esse resultado em parte às autoridades civis e militares, deve-se também a esses dedicados carbonários, porque a verdade é esta.”⁷⁰³

Artur Costa considerou que era meritório o trabalho destes homens que procuravam imiscuir-se nos meandros da conspiração, correndo, a seu ver, risco de serem assassinados. E isto era muito mais arriscado que o combate frente a frente: “Portanto, se S. Exa. quis referir-se a esses beneméritos da República, tenho muito prazer em dizer ao Governo que pode continuar a ter deferência por esses homens que são a defesa da República.”⁷⁰⁴

Mas se estas sentinelas vigilantes que lutavam pela República eram muito importantes a nível interno, na luta contra os monárquicos, a nível externo, a sua acção começou a tornar-se mais problemática para a imagem internacional do regime. A República imaginava-se e era, de facto, escrutinada pelo mundo político europeu e pela imprensa

⁷⁰³ Intervenção de Artur Costa, *Diário do Senado*, sessão n.º 8, 20 de Outubro de 1911.

⁷⁰⁴ Intervenção de Artur Costa, *Diário do Senado*, sessão n.º 8, 20 de Outubro de 1911.

européia e americana. De 1911 a 1914, podemos alinhar algumas das questões que embaraçaram a jovem República a nível internacional. Desde logo, a Lei de Separação e a sua aplicação, que não bulia apenas com os interesses da igreja portuguesa mas também com os de outras, que tinham instituições e religiosos em Portugal e nas colónias. As medidas anti-clericais e o jacobinismo desagradavam a uma certa opinião pública europeia conservadora. Esta questão é em parte responsável pelo tardio reconhecimento do regime pela Inglaterra. A campanha sobre os presos políticos e os maus tratos a que estavam sujeitos, de 1911 a 1914, bem como as pressões – daí decorrentes – visando a necessidade de uma amnistia, seriam outras das questões levantadas contra a República. Por último, a campanha sobre o sistema de contratação de mão-de-obra indígena na África portuguesa, fomentada tanto pela sociedade anti-esclavagista como pelos “chocolateiros” britânicos⁷⁰⁵.

Francisco Coreia de Herédia, em Abril de 1913, tomou posição quanto ao assunto do momento, que se prendia com as notícias que os jornais estrangeiros publicavam sobre Portugal e sobre a república. Na Câmara dos Deputados, leu um excerto do jornal norte-americano *The Sunday Herald*. Eis o que leu:

"Todos procuram avançar o mais rapidamente possível nas suas posições com o fim de encherem as algibeiras no mais curto espaço de tempo, convencidos de que o actual estado de coisas não pode durar muito. São estes os princípios gerais que tomaram conta do poder. Mais perigosos para a República que os carbonários são ainda os socialistas, e mais perigosos porque estão actualmente no poder. A sua frente encontra-se o Sr. Costa, que julga resolver todos os problemas, roubando os ricos para dar aos pobres, o que extingue todas as indústrias do país. Este partido faz incessantes concessões aos carbonários, especialmente na agitação contra os realistas ricos, e o chefe dos carbonários é o actual Ministro das Finanças.”⁷⁰⁶

A imprensa internacional relatava, de uma forma muito crítica, o que considerava ser a relação entre a rua radical e o poder, personificado em Afonso Costa.

⁷⁰⁵ Sobre este assunto veja-se WHEELER, Douglas, *História Política de Portugal. 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d. (1978).

⁷⁰⁶ Intervenção de Francisco Correia de Herédia, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 74, 18 de Abril de 1913.

O Presidente do Ministério e ministro das Finanças, Afonso Costa, respondeu às alegadas afirmações de Eduard Grey, ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, fazendo referência à campanha sobre os presos políticos, liderada pela Duquesa de Bedford (com um ponto alto em Abril de 1913). Este político não deixou também de fazer um comentário sobre a sua relação com a Carbonária:

“Quanto à sua ligação com a associação secreta fundada por Luz de Almeida apresentam-no também a ele, orador, como chefe dos carbonários, mas apesar do conhecimento que tem de que os carbonários em Portugal são iguais a todos os homens de bem, deve declarar que nunca teve com eles relações algumas, nem nunca pertenceu a essa associação. Foi sempre o primeiro a dizer que, feita a República, a Carbonária não tinha razão de ser.”⁷⁰⁷

O evolucionista Camilo Rodrigues, ao discutir um dos mais importantes problemas das colónias, a questão de Ambaca, considerou que a “(...) sociedade portuguesa vive apavorada, sob esta atmosfera de terror, que tudo esmaga e domina.”⁷⁰⁸ Para este deputado, os “bandidos da formiga branca” enxovalhavam o exército em praça pública. Abílio Barreto, à semelhança de outros parlamentares, não deixou de comentar a questão destes grupos de revolucionários.

“(…) há-de haver dois dias, indo para Paço de Arcos, onde resido, vi transitar na linha de Cascais um comboio guarnecido por uma força da guarda republicana de mistura com alguns indivíduos que me disseram pertencerem a grupos civis de Parede e de Cascais. Sr. Presidente, eu não quero neste momento, que é grave para o país, sob muitos pontos de vista, tratar dessa desgraçada greve a que estamos assistindo. Não quero, mesmo, discutir se o Governo andou bem ou mal em mandar força nos comboios e para as estações. O que me revolta é a coligação, a acção combinada entre a guarda republicana e elementos civis, a que hoje se dá o nome de «formiga branca». De forma nenhuma isto pode continuar. V. Ex.^a sabe, e todos nós sabemos, que foram importantíssimos os serviços prestados pela gloriosa Carbonária tanto na implantação do regime

⁷⁰⁷ Intervenção de Afonso Costa, *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 74, 18 de Abril de 1913.

⁷⁰⁸ Intervenção de Camilo Rodrigues, *Diário da Câmara dos Deputados*, Sessão n.º 18, 7 de Janeiro de 1914.

republicano como depois na sua defesa. Todos nos lembramos de que a guarda dos bancos de Lisboa foi feita por elementos civis, por indivíduos republicanos, que punham acima, de tudo o amor às instituições, à moralidade e ao respeito que se deve ter à propriedade particular.

Estes, porém, não são os mesmos que agora se tem posto em destaque e a que pertence o João Borges e outros que tais. Não os confundamos. Os elementos civis a que hoje se dá o nome de «formiga branca» nada têm que ver com a antiga Carbonária. V. Ex.^a, Sr. Presidente, sabe muito bem que a força pública, devidamente organizada e comandada, é um elemento de paz e de ordem entre os cidadãos a que todos devemos respeito e consideração. Mas à «formiga branca» ninguém deve respeito nem consideração. Estamos já num regime constitucional.

Felizmente passou já a época revolucionária. De que serve, pois, a «formiga branca» às instituições? De nada, absolutamente.

O que de forma alguma posso admitir é que haja acção combinada entre a «formiga branca» e a guarda republicana. É contra isto que eu protesto bem alto, porque considero perfeitamente um desastre esta união entre a «formiga branca» e a guarda republicana.

A Companhia dos Caminhos de Ferro que escolha, pois, para guarda do seu material, ou soldados, se o governo entender que lhos deve fornecer, ou «formigas brancas». As duas coisas é que não pode ser, porque isso redundaria em desprestígio da força pública.”⁷⁰⁹

O deputado Abílio Barreto considerou que os elementos civis a que chamavam de formiga não podiam ser confundidos com a Carbonária. Isto significa que ele considerava não ser possível estarem a falar dos mesmos homens. Mas, com as alterações das condições políticas, podemos de facto estar em presença do mesmo género de agentes, que continuava a actuar de forma relativamente independente, só que a nesta conjuntura, o poder e os políticos republicanos têm mais dúvidas acerca desta forma de fazer política. Poucos dias depois, o mesmo deputado apresentou uma moção na qual considerava que o Governo (de Afonso Costa) não tinha a indispensável autoridade moral para continuar nas bancadas do poder.

⁷⁰⁹ Intervenção de Abílio Barreto, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 25, 19 de Janeiro de 1914.

Jacinto Nunes levantou a questão dos abusos do Governo Civil de Lisboa e do seu “agente” João Borges, no que afirmou ser a censura prévia exercida sobre a imprensa.⁷¹⁰

Alberto da Silveira fez uma longa diatribe contra a “formiga branca”.⁷¹¹ Para o antigo chefe das forças de segurança oficiais, estes homens eram um grupo organizado, até com cartão, que se queria transformar numa espécie de polícia do regime, não só em questões políticas mas também sociais e mesmo morais, como a repressão do jogo. Os cidadãos fariam serviço de vigilância e defesa da República. Tinham em mira os monárquicos, que, de facto conspiravam contra o regime, e, muitas vezes, eram vigiados por estes defensores do regime. Os quartéis também estavam sob a mira destes homens. A intervenção nas greves foi outra das acções que procuravam levar a cabo. Provavelmente é a estes homens que se deve imputar parte da responsabilidade do “empastelamento” dos jornais monárquicos.

Estes grupos compostos por revolucionários civis eram a chamada “polícia política” do Governo Civil de Lisboa. Alegadamente, por ofício confidencial a polícia de Alberto da Silveira estaria submetida a esta organização. O Senador leu um ofício recebido:

“Ofício confidencial do governador civil ao comandante da polícia, em 15 de Abril de 1913: No serviço de vigilância política e de repressão do jogo de azar andam vários cidadãos cuja dedicação me pareceu conveniente aproveitar, aos quais confiei um bilhete comprovativo da missão que desempenham e mediante o qual poderão usar armas. Convêm por isso que V. Exa. instrua os seus subordinados da existência deste serviço reservado, recomendando-lhes que prestem suficiente auxílio aos portadores dos ditos bilhetes na execução de quaisquer diligências que não sejam manifestamente ilegais, sobretudo em caso de urgência. E se acaso algum dos ditos indivíduos for detido por delito ou abuso cometido no exercício das melindrosas funções a que se dedicam, deve ser considerado para todos os efeitos como agente da autoridade, resolvendo-se as dúvidas que surgirem acerca da respectiva identidade em face do registo secreto existente no meu gabinete.”⁷¹²

⁷¹⁰ Intervenção de Jacinto Nunes, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 64, 31 de Março de 1914.

⁷¹¹ Intervenção de Alberto da Silveira, *Diário do Senado*, sessão n.º 85, 1 de Maio de 1914.

⁷¹² Intervenção de Alberto da Silveira, *Diário do Senado*, sessão n.º 85, 1 de Maio de 1914.

A sua constituição parecia-lhe bastante duvidosa, incluindo carbonários, centros revolucionários como o Centro Radical, anarquistas e até antigos informadores do entretanto extinto Juízo de Instrução Criminal.

Segundo Alberto da Silveira, os republicanos defensores da formiga, queriam a criação de uma corporação de polícia, partidária e politizada. O antigo Governador Civil de Lisboa, Daniel Rodrigues, negou estas acusações, afirmando que não criara nenhuma corporação, apenas aceitara serviços ocasionais de indivíduos que se ofereciam para ajudar a República contra os conspiradores. Alguns republicanos apressaram-se, na linha desta argumentação, a explicar os actos da “formiga branca” como espontâneos, bem-intencionados, exacerbados muitas vezes pelo clima criado pela imprensa, mas sempre em favor e pela defesa do regime. Um dos casos considerado mais emblemático foi a prisão do general Jaime de Castro, em 1913, considerado como um conspirador contra o regime, feita pela “formiga branca”.

A apreciação que os políticos nas altas instâncias do Estado faziam destes homens e da sua actuação foi pouco consensual e muito ambígua. Vários republicanos temiam que a formiga fosse um elemento de perturbação da calma e ordem necessárias ao regime.

Uma das grandes questões que se punha era a da lealdade ao regime. Porque, na prática, podiam existir formigas de várias cores, ou seja, com diferentes orientações políticas. Para alguns podiam ser excelentes defensores da República, para outros homens que comprometiam e desprestigiavam o regime.

“Vê-se, pois, que são uns acelerados esses tais senhores que, sem embargo de se apregoarem amigos da República e de realmente lhe terem prestado serviços, como testemunhou o Sr. Senador Pala com referência especial a João Borges, armaram em insultadores dos republicanos, como depõe o Sr. Miranda do Vale ou em perseguidores dos Ministros do novo regime, como afirma o Sr. José Relvas!”⁷¹³ Na qualidade de defensores do regime, podiam aferir das intenções dos políticos. Mais perigoso do que isso, podiam julgá-los em praça pública, constituindo uma espécie de opinião pública armada.

Mas a “formiga branca” não foi criticada por todos os parlamentares. Sá Pereira, aquando de uma das discussões acerca da amnistia, em 1914, pintou um quadro de abnegada vigilância em prol do regime: “Se formiga branca são aqueles indivíduos que perdem as noites em defesa das Instituições, não se preocupando saber se está no poder

⁷¹³ Intervenção de Sousa Fernandes, *Diário do Senado*, sessão n.º 85, 1 de Maio de 1914.

o partido da direita ou da esquerda,—para mim, esses homens só são dignos do respeito e consideração de todos os republicanos.”⁷¹⁴

Durante o sidonismo equacionou-se com muita acuidade a questão das formigas, sendo que os homens que aderiram ao regime tinham contas a ajustar com a branca. No entanto, era voz corrente que em substituição da formiga *branca* surgira a *preta*.

O sidonista Miguel de Abreu levantou a questão dos “trauliteiros” monárquicos, que utilizam processos em tudo semelhantes aos revolucionários republicanos:

“Por isso, Sr. Presidente, eu hoje aqui peço ao Governo, peço ao Sr. Ministro do Interior que ponha cobro, seja do que maneira for, à situação criada na cidade do Porto por um bando de indivíduos que para mim são hoje como era antigamente a formiga branca. Não admito que se espanquem adversários, nem em nome da República, nem em nome da monarquia. São processos com os quais sou absolutamente intransigente (...)”.⁷¹⁵

Em 1919, Carlos da Maia manifestou a sua preocupação com os revolucionários que continuavam armados, afirmando:

“Não quero deixar de fazer justiça a todos os revolucionários civis que, ao participarem em revoluções, acreditaram nobremente estar cumprindo um dever cívico. Mas a verdade é que terminou já a necessidade desses revolucionários continuarem armados, porque devem ser eles os primeiros a compreender que a sua existência e permanência como instituição oficial não se compadece com a natureza do Estado e que a ordem não pode nem deve ser mantida senão pela força pública organizada.”⁷¹⁶

No entanto, outros neste ano de 1919 respeitavam e louvavam a força da Carbonária. Quando a bandeira azul e branca foi hasteada em Monsanto, a ajuda dos civis foi importante. João Camoesas, na histórica sessão em que falou largas horas, explicou que:

⁷¹⁴ Intervenção de Sá Pereira, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 40, 19 de Fevereiro de 1914.

⁷¹⁵ Intervenção de Miguel de Abreu, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão nº 10, 8 de Janeiro de 1919.

⁷¹⁶ Intervenção de Carlos da Maia, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 10, 8 de Janeiro de 1917.

“Vivendo essas horas abençoadas, pudemos verificar que alguma coisa havia escapado aos dirigentes, que estes não haviam compreendido nem sentido sequer, porque, se o tivessem compreendido, haviam de ter prestado a sua homenagem a essa magnífica força viva que o risco iminente do desaparecimento da República pôs em vivos traços diante de todos nós os que assistimos ao desfile de 2000 civis de todas as categorias sociais, pelas ruas de Lisboa, realizando assim aquela bela obra da carbonária portuguesa.

Os que assistiram comovidos e emocionados a esse desfile de patriotas não poderão esquecer o que isso representou de idealismo, de energia e de emoção, que todos esses fantásticos talentos que para aí andam a correr o País não souberam sentir.

(...)

Tive ocasião de ver, Sr. Presidente, que o povo, após Monsanto, dava aos dirigentes da República a mesma lição que deu no dia glorioso do 5 do Outubro, quando descalço e faminto, de espingarda ao ombro, guardava os Bancos, que mais tarde haviam de servir para o explorar.”⁷¹⁷

7.6. Museu da Revolução e o manuelino revolucionário

Se construir a memória tinha, como vimos, um significado político, o museu da revolução é um dos mais interessantes exemplos para entendermos a forma como o movimento e a revolução estavam a ser contados e como é que os republicanos queriam fixar a sua própria história.

O novo regime teve o que poderíamos chamar uma política museológica e uma preocupação com o património. Teve-as por convicção e por necessidade. A República, como projecto com uma fortíssima vertente cultural, não descurou a política museológica. Como ressaltou Raquel Henriques da Silva, “(...) o essencial das medidas que vão ser adoptadas na área que nos ocupa estavam em preparação pelo menos desde 1907, como comprovam sucessivas Actas da Academia de Belas-Artes (...)”⁷¹⁸. No entanto, “Neste contexto, e considerando a inexistência de uma política museológica, o

⁷¹⁷ Intervenção de João Camoesas, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 101, 16 e 17 de Julho de 1925.

⁷¹⁸ SILVA, Raquel Henriques da, “Os Museus: história e prospectiva.” In PERNES, Fernando (coord.), *Panorama da Cultura Portuguesa no século XX. Arte(s) e Letras*, Porto, Edições Afrontamento/Porto 2001/Fundação de Serralves, 2002, pág. 75.

novo regime foi imediatamente propositivo, em termos de produção legislativa.”⁷¹⁹. A República, pelo decreto de 26 de Maio de 1911, criava três circunscções artísticas em Lisboa, Porto e Coimbra que tinham a sua carga a guarda de monumentos e direcção dos museus. De igual modo, os republicanos incentivaram a criação de museus regionais. Foi nesta conjuntura que se assistiu à divisão do Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia no Museu de Arte Antiga e o Museu de Arte Contemporânea. Muito embora existisse uma política cultural que incluía a questão do património e dos museus, a política para a questão religiosa dos republicanos implicava uma actuação nesta matéria. Com a Lei de Separação do Estado e das Igrejas de Abril de 1911, o novo regime ficou com um vasto número de peças de arte sacra. A Comissão Jurisdicional dos Bens das Antigas Congregações Religiosas, criada pelo decreto de 31 de Dezembro de 1910, enviou os objectos com valor artístico provenientes das Casas Congreganistas para os museus. De igual modo, pela Lei de Separação⁷²⁰, os objectos artísticos nacionalizados passaram a fazer parte das colecções dos museus.

O Museu da Revolução, embora inserido nas preocupações culturalistas da Primeira República, foi um gesto político, como uma forma política de (re)construção da memória.

Depois do 5 de Outubro e da chegada ao poder os republicanos concretizaram o seu projecto de auto-celebração através da criação de um museu. Este foi instalado numa das dependências do suprimido Colégio do Quelhas, num anexo de construção recente, ocupando o piso térreo e o primeiro piso, com entrada na Rua Miguel Lupi. O espaço estava associado à presença de Jesuítas e de Doroteias. O local escolhido para albergar o novo museu republicano era claramente uma afronta ao Portugal católico e das congregações religiosas. A revolução esmagava a religião.

Há que salientar a rapidez da organização deste museu. Menos de três meses após a revolução, a República inaugurava este espaço. Era urgente, portanto, a construção da memória. Inicialmente o museu contemplava os preparativos revolucionários e o

⁷¹⁹ *Ibidem*, pág. 75.

⁷²⁰ Artigo 62º da Lei de Separação: “Todas as catedrais, igrejas e capelas, bens imobiliários e mobiliários, que têm sido ou se destinavam a ser aplicados ao culto público da religião católica e à sustentação dos ministros dessa religião e doutros funcionários, empregados e serventuários dela, incluindo as respectivas benfeitorias e até os edificios novos que substituíram os antigos, são declarados, salvo o caso de propriedade bem determinada de uma pessoa particular ou de uma corporação com personalidade jurídica, pertença e propriedade do Estado e dos corpos administrativos, e devem ser, como tais, arrolados e inventariados, mas sem necessidade de avaliação nem de imposição de selos, entregando-se os mobiliários de valor, cujo extravio se reaar, provisoriamente, à guarda das juntas de paróquia ou remetendo-se para os depósitos públicos ou para os museus.”

regicídio. Mais tarde, com a sala João Chagas, a memória dilatava-se e incorporava o 31 de Janeiro de 1891.

O Museu da Revolução foi inaugurado a 29 de Dezembro de 1910, muito embora a sua abertura ao público só tenha tido lugar em 1911. “A exposição abriu para o público no dia 1 de Janeiro, sendo enorme a multidão que ali concorreu a analisar todos esses objectos, que recordam a marcha dos acontecimentos desde 2 de Fevereiro de 1908, até 5 de Outubro de 1910, em que foi proclamada a República, após a revolução comemorada nas salas do novo museu.”⁷²¹ A organização deste Museu da Revolução esteve a cargo de O Vintém Preventivo, uma organização de beneficência para-maçónica. Em Outubro de 1910, o ministro da Justiça Afonso Costa, depois do decreto de extinção das congregações religiosas, cedeu ao asilo de órfãos do Vintém Preventivo os edifícios da Rua do Quelhas e da Calçada da Estrela. Manuel Borges Grainha, vogal da Comissão dos bens das Extintas Congregações Religiosas, encontrou objectos e documentos no colégio de Campolide e na residência do Quelhas. Pareceu-lhe indicado reunir este espólio num museu. Borges Grainha acordou com o director do Vintém Preventivo a cedência do Colégio das Trinas e o das Doroteias, ficando a residência dos Jesuítas no Quelhas para o museu dos jesuítas e da revolução. Não foi, contudo, este o desenho final do museu. Os objectos e documentos relacionados com os jesuítas não tiveram lugar no novo espaço museológico, mantendo-se, contudo, o interesse dos republicanos na história do que chamaram de “seita negra”.

O Museu da Revolução era inicialmente constituído por cinco salas, a saber, a sala da Marinha, a sala do Exército, a sala dos Documentos, a sala do Povo e a sala do Regicídio. Mais tarde contaria com a sala João Chagas, inaugurada em Fevereiro de 1911⁷²².

No seu espólio estavam reunidos “(...) todos os objectos que recordam os dias de combate e vários dos preparativos usados para a revolta.”⁷²³ De entre estes, os balandraus das sociedades secretas, que assim fixam a sua contribuição para a revolução republicana. São objectos raros e importantes para a caracterização da Carbonária.

⁷²¹ *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.

⁷²² PORTUGAL, Idalina, *O Museu da Revolução da I República Portuguesa nas páginas de O Século, 1910-1913. Notas e comentários*, Lisboa, s.n., 1993 (separata de *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 8, n.º 1).

⁷²³ *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.



Imagem 44: “Um trecho do Museu onde se vêem bandeiras portuguesa que serviram nas cerimónias republicanas com as coroas e os escudos voltados e alguns balandraus das sociedades secretas.”

***Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.**

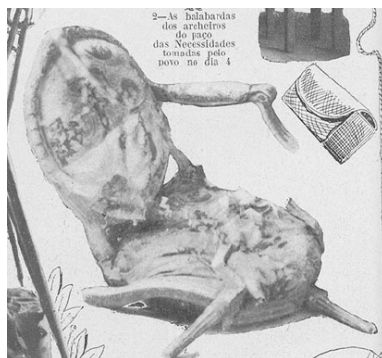
Encontramos descrições do novo museu em diversos órgãos de imprensa⁷²⁴, que nos possibilitam a reconstrução deste espaço, conhecendo as salas, a sua disposição, bem como alguns dos mais relevantes objectos expostos no museu. O artigo de *O Ocidente*, numa primeira avaliação do acervo do museu considerou que quando os objectos escolhidos fossem uma recordação longínqua, quando fossem vistos através dos tempo, atingiriam a importância e a veneração que se presta ao antigo, “(...) cujo valor intrínseco, de resto é muitas vezes bem pouco ou nenhum.”⁷²⁵ De facto, os objectos expostos não têm valor artístico, no sentido mais clássico do termo. No entanto, como objectos recentes são constituídos em objectos históricos, peças fundamentais de um património simbólico republicano e, mais do que isso, revolucionário. Se se pode duvidar do seu valor intrínseco, avaliação que seria contestada século XX adentro, ao pensar-se os objectos que podem e devem figurar num espaço museológico, o valor destes deve ser encontrado na possibilidade de, face a museus tradicionais com “obras de arte”, se afirmarem prosaicos, pobres, mas investidos de significado para o povo republicano.

Na sala da Marinha estava o retrato do almirante Cândido dos Reis, circundado por palma verde, na principal parede, forrada de veludo vermelho. Este revolucionário,

⁷²⁴ A reconstituição foi feita com base em: *O Mundo*, n.º 3652, 30 de Dezembro de 1910, *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911, *O Ocidente*, n.º 1153, Janeiro de 1911.

⁷²⁵ *O Ocidente*, n.º 1153, Janeiro de 1911.

erigido como o herói do 5 de Outubro de 1910, fazia a ligação entre a Marinha e a conspiração. Numa vitrina, por baixo do retrato, estava mais *memorabilia* ligada ao almirante nomeadamente a sua espada e a sua farda. Nesta primeira sala estavam ainda expostos os “destroços doirados”. Aí se encontrava uma coroa mordida de balas, uma cadeira de luxo com as pernas partidas e o estofado rasgado.



**Imagem 45: “Uma das poltronas do Paço das Necessidades atingida pelos bombardeamentos”.
Ilustração Portuguesa, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.**

Estes dois objectos recordavam o paço real atacado em 4 de Outubro de 1910. A coroa fora parcialmente destruída pelas balas revolucionárias e a cadeira, numa alusão ao trono, estava gasta e partida. Relembrando o ataque ao paço, a sala tinha ainda pedaços de galerias, estilhaços e a escada de mão alegadamente utilizada na fuga de D. Manuel II.

Pelas paredes retratos de outros heróis do panteão republicano, a saber, uma galeria de oficiais da marinha que tomaram parte na revolta. A decoração desta sala tinha ainda o que chamaram de sinais do mar, cabos e armas numa evocação de um “manuelino revolucionário”, como lhe chamou o jornal *O Mundo*. Baionetas, sabres, espingardas e revólveres, quer em grupo, quer como elementos únicos eram entrelaçados de cordame de bordo.

Encontrávamos ainda bandeiras com sinais de balas, podendo ser lidas como o testemunho dos combates e as bandeiras dos dois navios revolucionários por excelência, o *S. Rafael* e o *Adamastor*. Pelo chão, estilhaços de granadas. Aos ângulos da sala invólucros das peças dos navios que fizeram fogo sobre o Paço das Necessidades, assim como carabinas Manellickei usadas pelos marinheiros.

A sala tinha ainda a metralhadora que de bordo do *S. Rafael* fez fogo sobre as Necessidades, montada sobre um estrado forrado de veludo carmesim. Podia ainda ver-se, sobre uma peanha, a fotografia do artilheiro que do *Adamastor*, fez pontaria ao pavilhão real nas Necessidades.

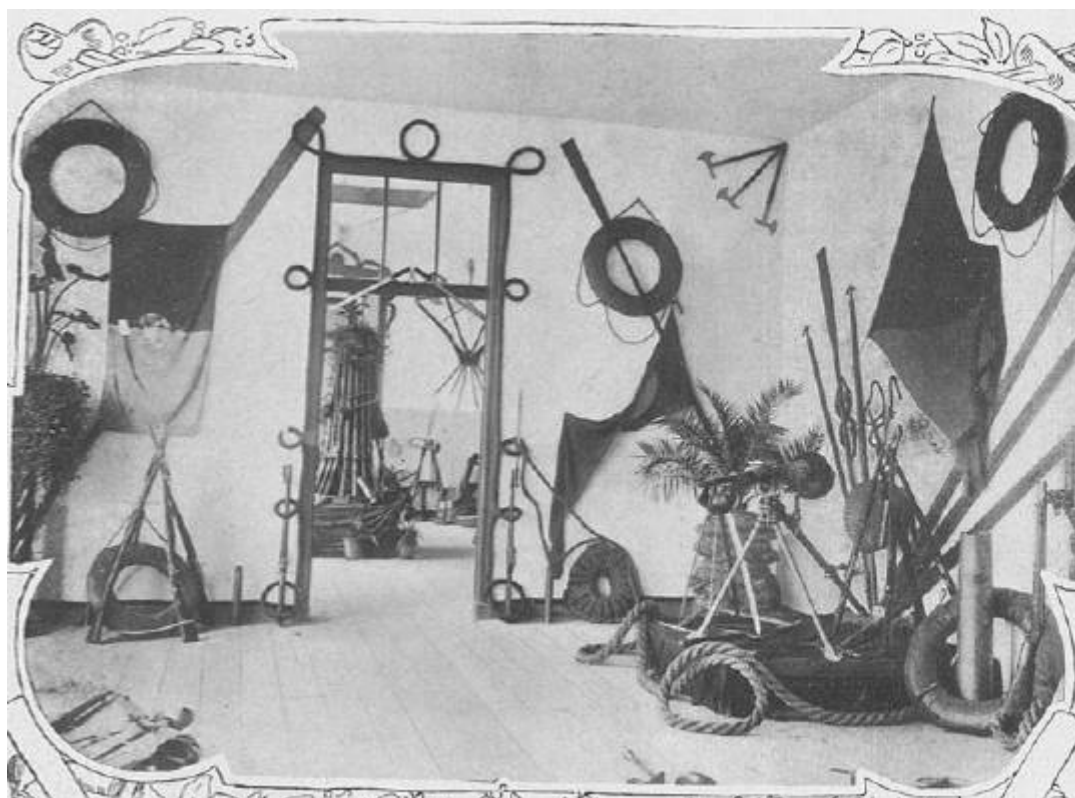


Imagem 46: Sala da Marinha. *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.

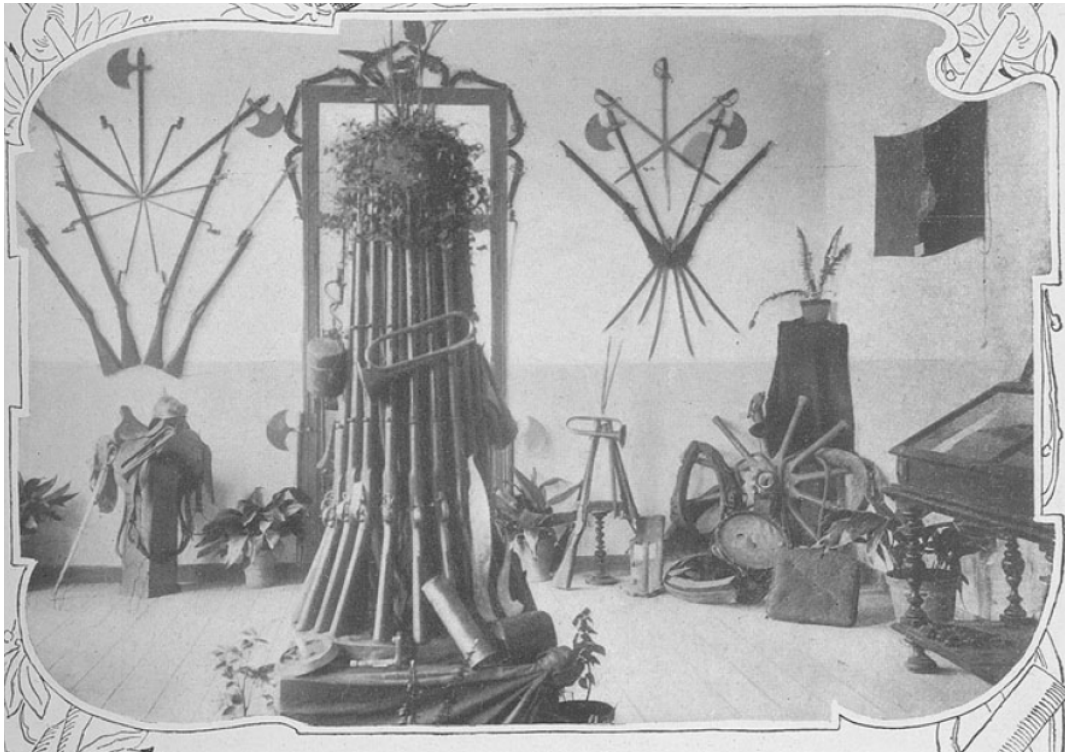


Imagem 47: Sala do Exército. *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.

A sala seguinte era a do Exército, tendo a meio um armeiro com espingardas Snider, cartucheiras e baionetas, tudo material usado na revolução. Pelos cantos, os troféus de guerra: rodas despedaçadas de uma peça de artilharia de Queluz, selins, arreios, capacetes, carros de munições, pedaços de viaturas. Nas paredes foram colocadas, de forma a ter um efeito decorativo, espadas, lanças e baionetas. A bandeira revolucionária do regimento de Infantaria 16, que estava hasteada na Rotunda durante a revolução, tinha uma posição de destaque. Na vitrina estavam colocados vários objectos ligados à luta armada e à actividade militar como granadas, cápsulas de balas, pistolas e clarins. A sala era embelezada por palmas.

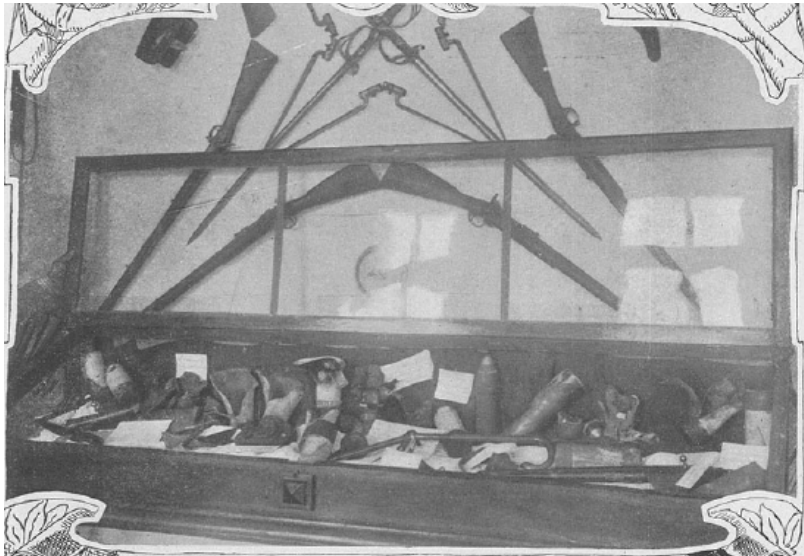


Imagem 48: Sala do Exército. “Algumas granadas da artilharia revolucionária”.
***Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.**

Na Sala dos Documentos os organizadores deste museu colocaram exemplares de jornais republicanos dos dias da revolução. A toda a volta foram colocados os editais (da Câmara Municipal, do Governo Civil de Lisboa, do Ministério do Interior e as ordens do Quartel General) que se seguiram ao triunfo e à proclamação da República. Encontramos fotografias de momentos da revolução, retratos e velhas gazetas esfarrapadas, dando a ideia da antiguidade do movimento. Foi colocada numa moldura, em local de destaque, a fotografia do general de divisão propondo o armistício aos republicanos. Nesta sala estava patente a evocação do 31 de Janeiro, com a exposição dos *croquis* da revolta. Um dos aspectos curiosos foi a escolha de dois menus reais, um dos quais dizendo: “por motivo de força maior fora adiada a paparoca”, numa alusão ao último jantar de D. Manuel II na noite da revolução republicana.

A Sala do Povo continha objectos bastante díspares. Encontramos quadros de Higinio de Mendonça atingidos por estilhaços de granada, a bandeira do Colégio de Campolide e balandraus de iniciação carbonária. Encontrava-se exposta a bandeira da Cruz Vermelha que esteve na sucursal do jornal *O Século*. Não faltaram os destroços revolucionários, como telhas partidas e as armas, neste caso espingardas.



Imagem 49: Capa da *Ilustração Portuguesa* com dois revolucionários a fazerem bombas. *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.

Nesta Sala do Povo encontramos fotografias de dois conhecidos revolucionários, João Borges e José do Vale, a fazerem bombas. Toda esta *arte* era aqui homenageada com a exposição de malas de mão com bombas. Na parede, o retrato de um outro revolucionário, desta feita Miguel Bombarda, circundado por varetas de espingarda. Num estrado coberto pela bandeira da República estava colocado um tambor que figurou na revolução e à volta alabardas da sala dos archeiros do Paço das Necessidades.

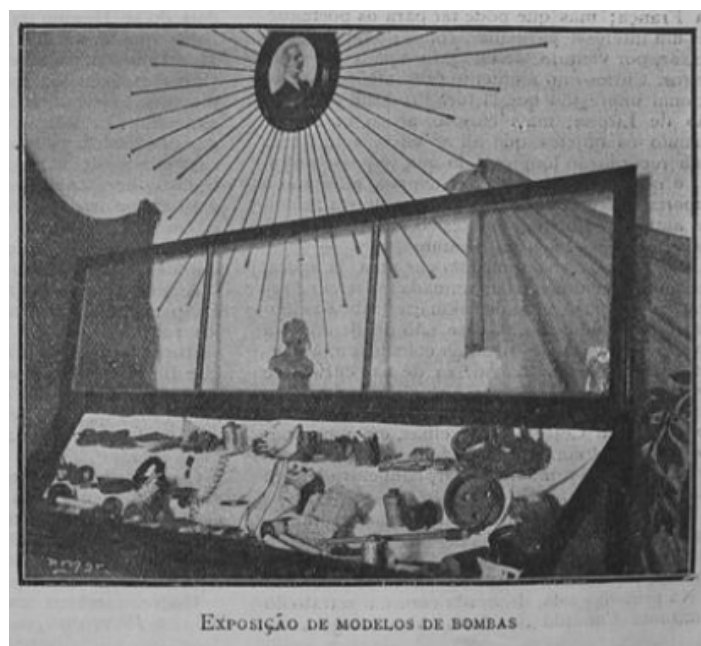


Imagem 50: Sala do Povo. Exposição de modelos de bombas. *O Ocidente*, n.º 1153, Janeiro de 1911.



Imagem 51: Sala do Povo. *O Ocidente*, n.º 1153, Janeiro de 1911.

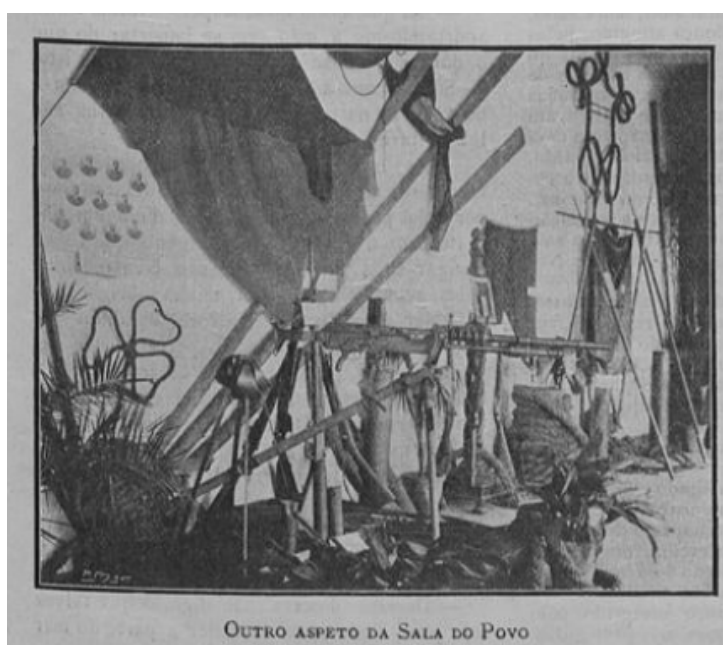


Imagem 52: Sala do Povo. *O Ocidente*, n.º 1153, Janeiro de 1911.

Nesta sala encontramos um objecto muito interessante, a saber o avental rubro de uma mulher que serviu para proclamar a República em Portalegre. Pelo que nos é dado a conhecer tanto pelas descrições como pelas fotografias é a única peça que remete para a ideia de um republicanismo popular feminino.



Imagem 53: Sala do Regicídio. *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.

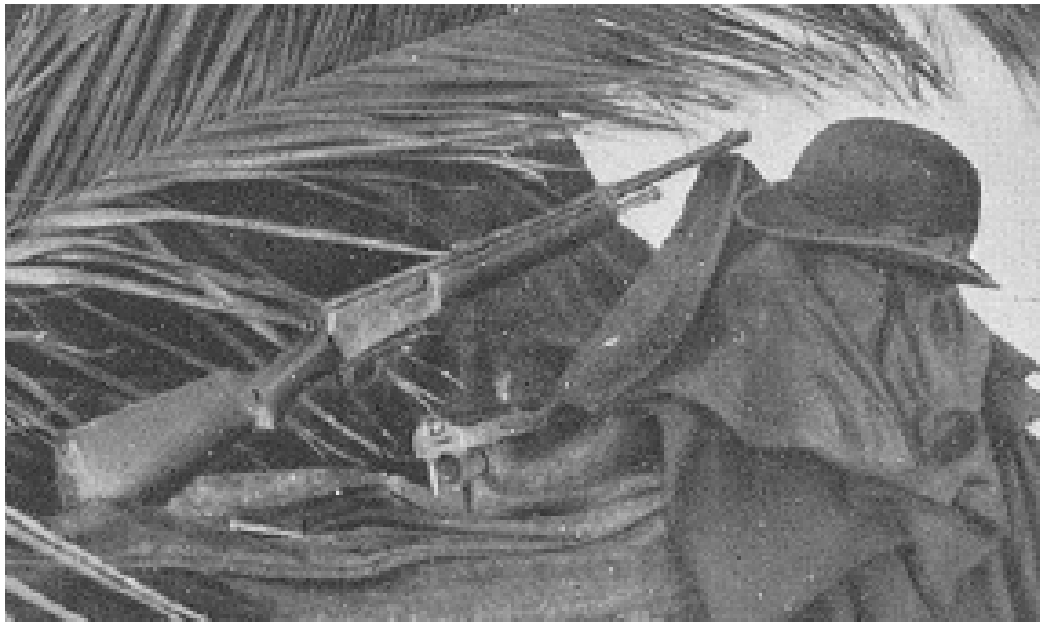


Imagem 54: Sala do Regicídio, detalhe. *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.

A sala seguinte, dos regicidas, era uma das mais problemáticas como adiante veremos. Estavam expostos os retratos de Alfredo Costa e Manuel Buiça e sobre um tamborete forrado de veludo escarlate, a carabina e a pistola, entendidas como armas históricas e a um canto o célebre varino e o chapéu de Buiça. Nas paredes brancas podia ler-se:

*... as coisas árduas e lustrosas
Se alcançam com trabalho e fadiga.
Faz as pessoas altas e formosas
À vida que se perde que periga.*

Não podia faltar a este museu a citação camoniana. Camões era um dos grandes homens do republicanismo e a citação do poeta na sala dos regicidas é mais uma forma de os homenagear.



Imagem 55: “Busto do ex-Conselheiro José Luciano de Castro, que foi levado da casa dos navegantes para a Rotunda pelos revolucionários”. *Ilustração Portuguesa*, n.º 255, 9 de Janeiro de 1911.

É importante fazer referência a um objecto curioso que é o busto de José Luciano de Castro. É o sinal do “vandalismo revolucionário”: no meio da revolução foi assaltada a casa de um dos homens fortes do regime e o seu busto trazido, como um troféu, para a

Rotunda. É a única peça que destoa de um discurso museográfico que apresentava uma revolução violenta, é certo, mas que se tinha pautado, apesar de tudo, pela ordem. Ou melhor dizendo, a ordem possível numa conjuntura revolucionária. A entrada em casa de um dos mais importantes do constitucionalismo monárquico não se insere na ideia de combate e deixa ver os aspectos menos nobres da revolução que a história oficial não quis contar.



Imagem 56: Sala João Chagas, 1911. Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico.

Em Fevereiro de 1911 foi inaugurada a sala João Chagas no Museu da Revolução. Nela se expunham recordações do 31 de Janeiro de 1891:

“(...) objectos pertencentes ao ilustre revolucionário que deu o nome aquela sala e tanto contribuiu para a implantação da República em Portugal. Estão ali, além do uniforme que usava quando preso em Luanda em seguida à insurreição, todos os documentos que se referem a esta fase da sua vida, fotografias dos principais caudilhos democráticos desse tempo e aspecto dos conselhos de guerra de Leixões onde foram condenados a degredo os implicados no movimento. Nas paredes aparece com a bandeira que foi içada quando da fuga de João Chagas de Mossâmedes, a bordo do palhabote Adelaide, a que pertenceu ao clube

Henriques Nogueira, foi por este doada ao directório e se arvorou no quartel do Carmo na manhã de 5 de Outubro, após a proclamação do novo regime.”⁷²⁶



Imagem 57: Sala João Chagas. *Ilustração Portuguesa*, n.º 261, 20 de Fevereiro de 1911.

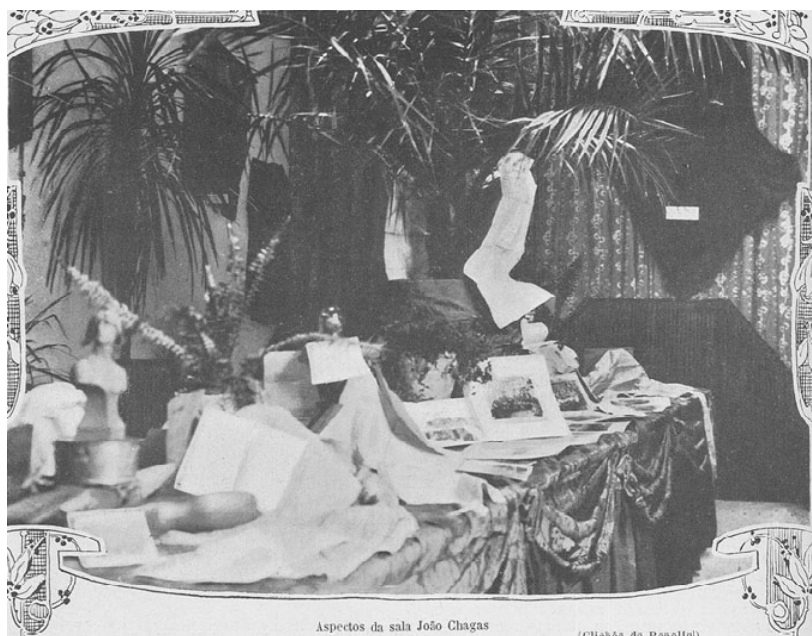


Imagem 58: Sala João Chagas. *Ilustração Portuguesa*, n.º 261, 20 de Fevereiro de 1911.

⁷²⁶ *Ilustração Portuguesa*, n.º 261, 20 de Fevereiro de 1911.

João Chagas tem um destaque extraordinário no Museu da Revolução. Não há mais nenhuma figura republicana que tenha uma sala a si dedicada. A vida política de João Chagas aparece como equivalente a uma forma de pensar a história do PRP: do uniforme de preso à bandeira à bandeira do Clube Henriques Nogueira arvorada no Quartel com Carmo, sinal da vitória republicana. Apesar da indelével homenagem individual podemos, através destes objectos, ler a história do republicanismo que nasceu no 31 de Janeiro de 1891, lutou, foi preso e deportado, mas persistiu e venceu. No meio de todas as desventuras, a bandeira, como se fosse o fio condutor do republicanismo entre a derrota e a vitória.

De todo este museu é importante recuperar a ideia de *manuelino revolucionário*, atrás citada. Os republicanos inscreviam o seu museu, que celebrava um momento de ruptura política, na tradição de grandiosidade do passado, evocada no manuelino. Associavam a mudança a valores históricos e a um passado de grandeza num gesto que poderia ser incluído num movimento mais lato de invenção da tradição e de (re)construção de símbolos e imaginário de uma comunidade que lidava com uma mudança encontrando-lhe uma genealogia de pertença a uma história de grandeza pátria e a uma iconografia muito própria.

CAPÍTULO 8

CONSTRUIR A REPÚBLICA

8.1. O Governo Provisório

A construção do novo regime e da sua arquitectura constitucional foi, obviamente, um processo político. Para esta análise interessa-nos tanto o desenvolver do processo como o seu resultado final.

Desde a constituição do Governo Provisório que se começaram a clarificar posições, significando uma primeira divisão política dentro do republicanismo. De igual modo, na Assembleia Constituinte, já para não falar do processo de escolha dos deputados, encontramos patentes as diferentes formas não só de imaginar, mas de por em prática, a construção do novo regime.

A República foi proclamada na manhã de 5 de Outubro de 1910, da varanda dos Paços do Concelho. A Câmara Municipal de Lisboa, tomada pelos republicanos em 1908 era – e seria – um dos locais simbólicos mais importantes para o republicanismo. Foi o local do poder republicano nos últimos dois anos de monarquia, que tornava tangível a esperança de um dia o país ser politicamente como era a sua capital. Na hora de proclamarem o novo poder, os chefes republicanos escolheram um local oficial, conotado com a luta ordeira, e não um lugar revolucionário. O poder conquistado na rotunda foi anunciado da Câmara, espaço oficial. Foi lavrado na edilidade um *Auto de Proclamação da República*⁷²⁷, assinado pelos membros do Directório do PRP, por vereadores da Câmara Municipal e cidadãos republicanos, reforçando assim a ligação de pendor ordeiro do novo governo ao antigo poder republicano. A edilidade lisboeta reuniu extraordinariamente, congratulando-se com a proclamação da República e antecipando a necessidade de consolidar o regime. Não deixaram, contudo, de reafirmar o papel especial de Lisboa, acreditando que Cidade e Câmara, unidas, conseguiriam normalizar a vida depois da revolução: “Para vós, cidadãos de Lisboa, será isso tanto mais fácil quanto mudando de regime, não mudaste de administração municipal. Tínheis já a administração republicana. Com ela continuais. A única diferença consiste em

⁷²⁷ Fundação Mário Soares, Espólio Carvalho Duarte.

Câmara e Municipal e Governo de Estado viverem, de ora em diante, cordial e fraternalmente unidos para maior formosura e fortuna da cidade.”⁷²⁸



**Imagem 59: Membros do Governo Provisório visitando o acampamento da Rotunda.
Ilustração Portuguesa, n.º 243, 17 de Outubro de 1910.**

A Rotunda só foi visitada dias depois da constituição do Governo Provisório, a 9 de Outubro de 1910. O novo poder, ordeiro e civil, distanciava-se dos homens que tinham feito a revolução. Este compasso de espera entre a proclamação da República e a ida à Rotunda não foi inocente. Machado Santos recebia os ministros do novo regime, fazia-lhes guarda de honra. Este revolucionário cedera o poder que conquistara. Machado Santos fez a República e entregou-a ao partido. O Governo Provisório não tinha revolucionários. O poder foi recebido e mantido por homens da linha ordeira.

Com a revolução chegada a bom porto, era necessário, de modo a evitar o vazio de poder, que o PRP nomeasse, sem demora, um executivo. O Governo Provisório representou, para além de tudo o mais, a primeira tomada de posição dos diferentes grupos do republicanismo.

A sua constituição não foi isenta de críticas e o elenco governativo sofreu, a breve trecho, significativas alterações nos nomes dos titulares das pastas. Eis o primeiro ensaio para o Governo Provisório: a presidência coube a Teófilo Braga, velho republicano das primeiras gerações do movimento. António José de Almeida ficou com a pasta do Interior; Afonso Costa com a da Justiça; Basílio Teles com a da Fazenda; António Xavier Correia Barreto com a da Guerra; Amaro Justiniano de Azedo Gomes

⁷²⁸ *Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.

com a da Marinha; Bernardino Machado com a dos Estrangeiros; finalmente António Luís Gomes com as Obras Públicas.

Estas nomeações representaram, em primeiro lugar, a subalternização da linha revolucionária. É, portanto, significativa a ausência de Machado Santos deste elenco governativo. Se Cândido dos Reis não tivesse morrido, o Governo Provisório poderia ter tido uma constituição mais revolucionária com o que seria a entrada quase obrigatória do contra-almirante. Assim, não existiram nomes a cheirar a pólvora no Governo Provisório. Em segundo lugar, entraram para este executivo nomes sonantes do republicanismo, como Afonso Costa e António José de Almeida, a par de outros mais discretos. Cedo se abriu uma “dissidência” no Governo Provisório. Alegando motivos de saúde, Basílio Teles, velho republicano do Porto, não assumiu o lugar de ministro da Fazenda, sendo substituído por José Relvas (a 13 de Outubro). Mais tarde, Brito Camacho, ilustre ausente no primeiro elenco ministerial, substituiu António Luís Gomes, republicano histórico do Norte.

O poder não se resumia ao Governo Provisório e, para consolidar a República, era preciso substituir todos os órgãos da administração. O novo poder republicano nomeou os Governadores Civis para todo o território nacional e ilhas. É importante fazer referência a algumas de entre estas escolhas. Para a capital foi nomeado Eusébio Leão, para o Porto, Paulo Falcão e para Coimbra Fernandes Costa.

O republicanismo no poder teve de mobilizar um número significativo dos seus aderentes para garantir a sua posição, implicando este movimento uma substituição do topo das chefias administrativas e políticas. Mas estas máquinas do poder e da administração eram muito mais vastas, restando vários indivíduos que não ofereciam a segurança de simpatias republicanas.

Depois do 5 de Outubro, os republicanos foram bem sucedidos na tomada da chefatura do Estado e do governo e conseguem sempre expressivas maiorias nas Câmaras (Deputados e Senado), apesar da sua dispersão em diferentes forças partidárias. O PRP foi sempre o partido dominante do sistema político. No entanto, e utilizando um termo caro aos marxistas clássicos, boa parte do aparelho de Estado continua nas mãos dos seus inimigos, ou seja fica de pé o aparelho de Estado monárquico constitucional. É, pois, necessário fazer uma distinção entre a tomada do poder por parte dos republicanos e o efectivo domínio do aparelho de Estado. Os republicanos detêm uma posição forte mas não dominam por completo, as polícias, os tribunais e o exército, a administração. Há nas Forças Armadas, por exemplo, oficiais que nunca estiveram com a República ou

que dela se afastaram. Sidónio Pais apoiou-se num corpo de oficiais bastante jovem alguns dos quais viriam a ter uma carreira política no Estado Novo⁷²⁹. Nos anos 20, sobretudo depois da “Noite Sangrenta” de Outubro de 1921, é por aí, pela instituição castrense, que se começam a tecer redes de conspiração contra a República.

Desde cedo que João Chagas, a par de outros republicanos, vinha chamando a atenção para este problema, expressando as dúvidas que sentiam acerca do real poder dos republicanos, quer na máquina do Estado quer em noutras instâncias. Os não republicanos (podiam não ser necessariamente monárquicos) estavam no funcionalismo público, no corpo diplomático, nas escolas, na magistratura e nas forças armadas. O senador Faustino da Fonseca equacionou o problema de forma muito clara quando questionou a assembleia sobre a falta de colocação dos “revolucionários civis” e sobre as condições dos que foram colocados que enfrentavam dificuldades já que a República mantivera na administração pública “caciques”, “delatores” e “corruptos” que “havião arruinado a nação”⁷³⁰. Em 1925 ainda se fez menção a este problema, referindo que inimigos da República governavam o Estado ocupando os mais altos lugares da administração.⁷³¹

Em certo sentido, os republicanos detinham o poder mas não a dominação e tiveram que aceitar outros, nomeadamente os *adesivos*, para ocupar diferentes lugares. Como não tinham massa crítica suficiente para tomarem todas as posições aceitaram as equívocas colaborações que lhe prestaram diferentes agentes. Só bastante mais tarde, uma facção de republicanos conseguiu fazer passar a Lei de separação de funcionários que pretendia afastar aqueles que eventualmente podiam conspirar contra o novo regime.

8.2. A Assembleia Constituinte

Se a constituição do Governo Provisório demonstrou as primeiras definições no campo republicano, a Assembleia Constituinte foi o passo seguinte do embate das diferentes formas de imaginar a República. A Assembleia Constituinte e as discussões que nela tiveram lugar são um dos locais onde se digladiaram as diferentes sensibilidades do republicanismo e onde se surpreendem as diferentes expectativas em relação ao regime

⁷²⁹ ROSAS, Fernando, *As primeiras eleições legislativas do Estado Novo*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1985.

⁷³⁰ Faustino da Fonseca, *Diário do Senado*, sessão n.º 65, 10 de Abril de 1912.

⁷³¹ Serra e Moura, *Diário do Senado*, sessão n.º 64, 12 de Agosto de 1925.

que principiavam a construir. Mais tarde, depois de várias crises políticas, Álvaro de castro referiu-se à Constituinte como a “idade de ouro da República”, na qual os republicanos não estavam divididos por sentimentos de ordem partidária⁷³². Mas tal como os republicanos olhavam para a fase de propaganda como a época de união, também Álvaro de Castro elidia o facto de que esta assembleia esteve eivada de clivagens entre os diferentes grupos republicanos.

A primeira sessão, de 19 de Junho de 1911 teve três momentos simbólicos de grande importância. Em primeiro lugar, foi aprovado o decreto que aboliu a monarquia, banuiu a dinastia de Bragança, estabeleceu a República democrática e declarou beneméritos da Pátria os que combateram pela República. Em segundo lugar, os deputados estabeleceram, por decreto, a bandeira e o hino, que já estavam consagrados pelo período revolucionário. Por último, Teófilo Braga entregou à Assembleia Constituinte os poderes que tinha recebido da revolução. Fechava-se assim o período revolucionário.



**Imagem 60: Ornatações na entrada da Avenida das Cortes.
Ilustração Portuguesa, n.º 279, 26 de Junho de 1911.**

Este foi um dia de festa para o republicanismo, consolidando a ruptura simbólica e política com a entrada na normalidade constitucional. Desde cedo que o “bom povo republicano” esperava a chegada dos Deputados à Assembleia Nacional Constituinte. O antigo Palácio de S. Bento, desde o século XIX sede das Cortes, abriu a suas portas à primeira Assembleia do regime nascido do 5 de Outubro. A cidade de Lisboa parou para ir assistir a este acto fundador. Parte do comércio fechou, espontaneamente ou por pressão dos populares, e as repartições públicas não funcionaram. O poder, obviamente,

⁷³² Intervenção de Álvaro de Castro, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 54, 9 de Março de 1920.

promovia as festividades. Cornetas, tambores e foguetes animam os desfiles dos regimentos e dos batalhões de voluntários e as bandeiras vermelhas e verdes da República flutuavam na Avenida das Cortes, anteriormente denominada D. Carlos. Bandas tocavam ininterruptamente *A Portuguesa*, e os caudilhos republicanos foram vitorizados pelo povo que os esperava. A República, na qualidade de regime recém-implantado, alimentava-se desta criação de rituais de consagração, de identidade e de unidade.

Na Assembleia Constituinte, o regime definiu-se como República Democrática e escolheu a bandeira e o hino, faltando votar a Constituição, eleger um Presidente da República e ter um governo.

Na mensagem que dirigiu à Assembleia Constituinte⁷³³, Teófilo Braga cria na adesão do país à república, demonstrada num “plebiscito de espontaneidade” a essa revolução mais “espiritual que material”. Este “plebiscito” era, contudo um fraco substituto do sufrágio universal. Aos constituintes avisou, mais do que uma vez, aliás, que era importante levar em linha de conta a ideia que no estrangeiro se fazia da República, não deixando, assim, de os responsabilizar como actores principais de um momento histórico central para Portugal. Os deputados estavam no papel de sujeitos, a escreverem a história.

O inimigo, sempre o velho inimigo, era o clericalismo, os bispos e o jesuítismo. Mas Teófilo considerava ainda que os elementos da reacção contra a democracia eram o capitalismo, o militarismo e o clericalismo, sendo o último considerado o mais perigoso⁷³⁴. Esta afirmação ainda tem um tom bastante radical e mesmo socializante.

Na passagem do poder, Teófilo Braga não se inibiu de traçar as linhas do que deveria ser o rumo da República. A Constituição a aprovar era a questão central para a construção e definição do tipo de República que se queria e as vozes divergentes que sobre ela se pronunciaram foram o espelho das diferentes expectativas em relação ao regime e das várias ideias de república que o conjunto de deputados, provenientes de diferentes sectores do republicanismo, traziam consigo e lutaram por aplicar.

As Actas da Assembleia Constituinte⁷³⁵ apresentam a relação dos deputados eleitos. Encontramos 227 nomes⁷³⁶. De entre estes homens destacava-se um grupo ligado ao

⁷³³ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 3, 21 de Junho de 1911.

⁷³⁴ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 9, 28 de Junho de 1911.

⁷³⁵ *Actas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911 (De 15 de Junho a 25 de Agosto)*, Lisboa, Assembleia da República, 1986.

⁷³⁶ Quatro deputados não chegaram a tomar assento na Assembleia Nacional Constituinte.

direito, nomeadamente advogados, logo formados na única universidade do país, em Coimbra. A preponderância dos médicos era assinalável. Rita Garnel escreveu, a propósito do aumento e do reconhecimento social do poder médico, que foi com a República que os médicos alcançam todo o seu poder, sendo que na Assembleia Constituinte eram o segundo grupo profissional mais representado, “(...) o que lhes possibilitou levar à Câmara os assuntos e diplomas que, directa ou indirectamente, diziam respeito à sua profissão.”⁷³⁷ Os militares, quer da Armada, quer do exército têm uma presença significativa, atestando a importância simbólica que tiveram na narrativa revolucionária. Do povo, tal como era imaginado à época, apenas um operário (que parece tão deslocado como o único pároco desta assembleia). Não existiu, no que às classes mais baixas dizia respeito, uma possibilidade de aceder a este espaço de poder. Pela leitura da época, os trabalhadores não estavam representados e continuavam a delegar o poder nos republicanos que, nesta ordem de ideias, saberiam melhor o que o povo precisava.

Antes de passar a esse combate maior que foi a decisão de como construir a arquitectura fundamental do regime nascente é importante fazer referência a outras questões que vão atravessar todo o regime, nomeadamente a posição dos republicanos face aos monárquicos, as propostas de teor social e a necessidade de propaganda, mesmo depois da implantação do novo regime. Aqui a constituinte funcionou como um momento que condensou muitas das questões que se iriam colocar ao regime.

Na sessão de 21 de Junho de 1911⁷³⁸ foi levantado por Álvaro de Castro o problema dos inimigos do regime. Este deputado propôs, em primeiro lugar, banir do território quem atentasse ou viesse a atentar contra a República, em segundo lugar, defendeu a criação de um tribunal para os conspiradores e, por último, contemplou a possibilidade de os ministros poderem demitir os funcionários implicados em movimentos contrários à República. No entanto, a dureza desta proposta não agradou a todos os lados da Câmara e Bernardino Machado manifesta a sua oposição a esta proposta. Muitas vezes se levantaram contra a execução de medidas de excepção. A primeira questão posta à República, que vai aliás atravessar todo o regime, era a de saber se a República iria ser inclusiva ou exclusiva. O republicanismo cedo se viu dividido na forma de lidar com os monárquicos.

⁷³⁷ GARNEL, Maria Rita, *Vítimas e Violência na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, pág. 167.

⁷³⁸ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 3, 21 de Junho de 1911.

Há uma ideia comum que fez o seu curso, apesar de várias variantes: os republicanos quando conspiravam contra a monarquia eram revolucionários mas quando os monárquicos atentavam contra o regime eram traidores. O mesmo raciocínio, que implicava a total identificação entre pátria e república, seria aplicado ao caso das reivindicações e movimentações operárias. A seu tempo, os operários que se lançavam em movimentos reivindicativos eram vistos como desordeiros e, no contexto de guerra, traidores.

Havia a necessidade de defesa do regime, por um lado, e, por outro, assumia-se como questão igualmente fundamental a necessidade de propaganda. O novo regime continuava a precisar de se consolidar e, para o fazer, tinha de se dar a conhecer.

Apesar de terem tomado o poder, os republicanos perceberam que era ou continuava a ser fundamental dar a conhecer as virtualidades da República. O recém-implantado regime manifestou, outrossim, a necessidade de não esmorecer o combate pela propaganda, fazendo uma clara distinção entre as diversas zonas e regiões do país, bem como entre os diferentes grupos e sectores político-sociais. Percebe-se pelas intervenções dos deputados que ainda faltava fazer trabalho de propaganda no norte de Portugal e junto daqueles que eram considerados mais incultos e mesmo ignorantes, aos olhos dos republicanos, incapazes de entender o que significava a República. O novo regime admitia que ainda não conquistara todos os corações.

Para Alfredo de Magalhães, face aos conspiradores da Galiza, urgia “(...) organizar imediatamente grupos de propagandistas, que vão dar à gente do norte, sepultada na ignorância, a notícia do que significa a palavra República e o que têm a esperar de nós.”⁷³⁹ Dentro da mesma lógica, quando Caldeira Queiróz⁷⁴⁰ se pronunciou sobre as greves rurais, falou sobre esse povo sem instrução, que com o novo regime, de uma hora para a outra, tudo se resolveria.

Eusébio Leão esclareceu que, de facto, existiam missões de propaganda.

“(...) constituídas por republicanos devotadíssimos, entre os quais alguns padres, que desde muito tempo, e de combinação com o Directório do partido, por lá andam fazendo uma propaganda assídua e eficaz, empregando muito trabalho e demonstrando um desinteresse acima de todos os elogios.

⁷³⁹ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 9, 28 de Junho de 1911.

⁷⁴⁰ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 12, 3 de Julho de 1911.

Essas missões encontram-se agora no distrito de Braga, depois de terem percorrido o distrito de Vila Real.

Outra missão, segundo fui informado por telegrama recebido hoje, vai por assim dizer seguindo as pisadas da anterior.

Devo, porém, dizer que estas missões de propaganda são necessárias, indispensáveis mesmo, mas é preciso muito mais que isso.

Nós precisamos mandar oradores para aquelas aldeias explicar o que é a República e dizer àqueles povos o que pretendemos; e é preciso também que nas localidades por onde foram eleitos os Deputados, eles oportunamente se apresentem aos seus eleitores de forma tal que o país possa, por assim dizer, ficar coberto de missões de propaganda.

Quero referir-me agora em especial ao Directório, que foi aqui invocado, dizendo-se que era a ele que incumbia esta propaganda.

Direi que antes das eleições ele a recomendou e que até mesmo se fizeram umas instruções sobre a orientação a dar à propaganda, instruções que foram oficialmente mandadas para todas as agremiações e candidatos, e que tudo isto não custou um real ao Estado.

Todas as despesas eleitorais, realmente, foram feitas pelo Directório do partido republicano, assim como todas as despesas que se fizeram com a Revolução.

Tudo foi, repito, à custa do Directório, nem um só real saiu dos cofres do Estado. Mas, meus senhores, é preciso muito mais do que essa propaganda pelas missões; e essa propaganda tem que fazer se, abrindo escolas, (Apoiados) que são muito necessárias.”⁷⁴¹

Depois do 5 de Outubro, ainda se formaram grupos de defesa da República, sinal de duas situações assinaláveis: uma que o novo regime continuava a necessitar de propaganda; e a outra que era preciso dar uma ocupação simbolicamente importante às massas que constituíam uma das principais bases de apoio do regime.

Eusébio Leão fez referência a uma questão importante, neste início de regime, a saber, a dificuldade em encontrar o lugar para o Directório na política republicana. Este órgão, que com dificuldade firmara a sua autoridade, viu-se relegado para segundo plano.

⁷⁴¹ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 15, 6 de Julho de 1911.

8.2.1. A questão social

Uma outra questão que percorreu a Assembleia Constituinte foi a necessidade de propor medidas capazes de responder à questão social. Tratava-se de decidir o tipo de república que se queria implantar, definindo que importância tinha a questão social. Esta seria uma preocupação recorrente durante a vigência do regime, que oscilou entre momentos em que manifestava a sua preocupação com esta questão, designadamente no pós-guerra com a legislação de Maio de 1919 e a repressão do movimento operário organizado.

Não é de estranhar, assim, a criação de uma comissão de legislação operária, proposta por Estêvão de Vasconcelos⁷⁴², logo a 22 de Junho de 1911, sendo, pouco depois, eleitos os seus membros⁷⁴³. Foi presidida por António Macieira, sendo Estêvão de Vasconcelos o seu relator e ocupando Alfredo Ladeira o cargo de secretário.

De entre os deputados que apresentaram projectos à Assembleia Constituinte podemos salientar os nomes de Estêvão de Vasconcelos, (que como deputado antes da República já se ocupara destes temas), Alfredo Ladeira, Ramos da Costa, Eduardo de Almeida, Gastão Rodrigues, Tomás Cabreira, Fernão Boto Machado, Manuel José da Silva, deputado do Partido Socialista pelo Porto, etc.

No entanto, não esteve ausente da Constituinte uma outra linha de pensamento que não deixava de censurar a atitude reivindicativa dos operários, designadamente os que se lançavam em movimentos grevistas. O movimento grevista, cujo ciclo reivindicativo começou um pouco antes da proclamação da República e que se manteve nos meses seguintes, não deixou de ser encarado como uma “falta” cometida pelos operários. Fazia-se mesmo referência a uma “mal compreendida liberdade”⁷⁴⁴ que os levava a agir assim. Para alguns deputados, aqueles que protestavam imaginaram que com a República as desigualdades e iniquidades desapareciam de uma hora para outra, o que demonstrava a sua falta de instrução.

A preocupação com os operários e a crítica que se fazia dos processos utilizados por aqueles na defesa do que eram consideradas as suas legítimas aspirações e reivindicações não eram, contudo, mutuamente exclusivos. Coexistiram duas linhas de

⁷⁴² A proposta foi assinada por Estêvão de Vasconcelos, Gastão Rodrigues, Ladislau Piçarra, Sá Pereira, Alfredo Maria Ladeira, Pires de Campos, Afonso Ferreira, Jorge de Vasconcelos Nunes, Joaquim Brandão, Tomás da Fonseca e Júlio Martins.

⁷⁴³ A comissão de legislação operária eleita a 29 de Junho era composta por Estêvão de Vasconcelos, Ladislau Piçarra, Afonso Ferreira, Alfredo Ladeira, Pedro Botto Machado, António Macieira, Caldeira Queiroz, Sá Pereira, Fernão Boto Machado, Carlos Calixto, Magalhães Lima e Silva Ramos.

⁷⁴⁴ Intervenção de José Montez, *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 7, 27 de Junho de 1911.

pensamento que, não raro, se encontravam no mesmo grupo ou no mesmo indivíduo, ou seja, a preocupação com a questão social mas subordinada ao que era considerado o interesse da República.

Estes deputados, com uma maior sensibilidade para a questão social, foram os responsáveis por um significativo conjunto de propostas que visavam responder ao que pensavam ser as mais prementes necessidades das classes trabalhadoras. Referiram várias vezes que a República se devia diferenciar do anterior regime, que negligenciava estes problemas, e que urgia atender às justas reclamações e necessidades do povo. Era o que se esperava da República e não se podia desiludir este grupo de apoio.

As principais preocupações dos constituintes centravam-se em aspectos fulcrais da questão social, inclusos, aliás, nas reivindicações dos operários que colocavam no novo regime a expectativas da sua resolução. Faremos, assim, um breve elenco dos problemas e dos projectos apresentados à consideração da Câmara, que não sendo exaustivo, pretende identificar as principais questões, que, aliás, se iriam manter, mesmo depois da Constituinte ter dado por findo o seu trabalho.

A primeira a ser trazida à Câmara, por Estêvão de Vasconcelos, que recusou o epíteto de socialista, explicando agir por solidariedade e humanidade, foi a lei dos acidentes de trabalho, uma proposta que já vinha da última legislatura monárquica, considerando que “(...) a falta absoluta de legislação social – cujo início não podia deixar de ser como tem sido nos outros países uma lei sobre acidentes de trabalho – constituo uma tremenda e insanável vergonha.”⁷⁴⁵

Eduardo de Almeida propôs que:

“(...) aprovada a comissão de legislação operária, a esta se confie a redacção de um Código de Trabalho, em que se condensem, revistas e modernizadas, as disposições da leis respectivas em vigor e se estabeleçam desde já as normas fundamentais de garantia ao trabalhador, atendendo aos seus justos interesses, às condições económicas do meio e condições financeiras do Tesouro e da protecção e assistência aos operários menores e às mulheres, regulamentando especialmente as convenções relativas ao trabalho, duração e descanso, higiene e segurança, acidentes, caixas de aposentações, organização de sindicatos profissionais e o serviço da inspecção honesta e eficaz.”⁷⁴⁶

⁷⁴⁵ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 4, 22 de Junho de 1911.

⁷⁴⁶ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 5, 23 de Junho de 1911.

Ainda nas Constituintes, encontramos advertências genéricas em relação à necessidade de melhoria da condição operária e em especial do operário menor e das mulheres. De igual modo, foi alvitrada⁷⁴⁷ a criação de instituições de regulamentação do mundo operário tais como uma câmara do trabalho. Para os trabalhadores rurais, foi sugerida a formação de uma Comissão Paroquial de Trabalhos Agrícolas⁷⁴⁸.

Foi tratada a necessidade de implementar um horário de trabalho mais reduzido, levantando-se a questão das oito horas para os trabalhadores do Estado e das municipalidades, quer em Portugal e ilhas, quer nas “possessões ultramarinas”⁷⁴⁹. Ramos da Costa⁷⁵⁰ defendeu a premência da construção de habitações económicas para as classes operárias. Tomás Cabreira⁷⁵¹ preocupou-se com a mesma questão, defendendo que os municípios deveriam ter a possibilidade de construir bairros operários.

8.2.2. A constituição

Se as anteriores questões referidas se revestiam de grande importância, o essencial dos combates entre as diferentes visões do que deveria ser a República tem lugar durante a discussão da arquitectura constitucional do regime.

A questão central discutida na Assembleia Constituinte, porque politicamente reveladora da composição heteróclita do movimento republicano, tinha de ser logicamente a da Constituição. Os deputados constituintes tinham a noção que estavam a construir o futuro e que a sua missão era fundamental no desenho do regime no qual o movimento republicano tinha depositado tantas expectativas.

Nestes dois meses, de Julho a Agosto, definiu-se a linha política republicana maioritária, mas também ficaram patentes as linhas de fuga a esse pensamento e as dissidências. As ideias divergentes fizeram o seu curso na arena política da Primeira República e voltariam periodicamente a ser levantadas ao longo dos anos subsequentes.

A comissão da Constituição Política era presidida por Francisco Correia de Lemos, secretariada por José Barbosa, e que contava ainda com José de Castro e Magalhães

⁷⁴⁷ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 7, 27 de Junho de 1911.

⁷⁴⁸ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 12, 3 de Julho de 1911.

⁷⁴⁹ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 5, 23 de Junho de 1911.

⁷⁵⁰ *Ibidem*.

⁷⁵¹ *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 10, 29 de Junho de 1911.

Lima, na qualidade de relator. Muito embora não tivesse nomes como Afonso Costa, Brito Camacho ou António José de Almeida, usualmente tidos como os principais caudilhos republicanos, era composta por republicanos de primeira água. José Barbosa era muito próximo de Brito Camacho; Magalhães Lima foi um dos mais importantes republicanos e livre-pensador, grão-mestre da Maçonaria; e José de Castro que pertencera à comissão de resistência, era grão-mestre adjunto da maçonaria.

Na sessão n.º 12 de 3 de Julho de 1911, apresentaram o resultado do seu trabalho:

“Cumprindo o honroso mandato de vós recebido, estudámos os projectos de Constituição que nos foram enviados por intermédio da Presidência desta Assembleia, e ainda aqueles de que, por outra forma, tivemos conhecimento. Agradecendo aos autores desses projectos o haverem-nos proporcionado elementos para o nosso trabalho, consignamos o seu patriótico empenho em assegurar á Nação Portuguesa uma lei orgânica.

O nosso esforço consistiu em encontrar uma fórmula conciliadora, sem ofender os princípios democráticos nem lesar os interesses nacionais. Se o conseguimos ou não di-lo-á a Assembleia Nacional Constituinte, que discutirá como entender e se pronunciará livremente sobre o projecto de lei que ao seu exame submetemos, com a solene afirmação de haveremos procedido desinteressadamente e movidos pelo desejo de bem servir a nossa Pátria e a República.”

Sem querer entrar numa descrição demasiado pormenorizada do projecto de lei n.º 3, é necessário alinhar as ideias centrais do mesmo, de modo a poder entender quais eram os principais pontos de divergência. Para recuperar o essencial do debate constitucional, são, ainda, essenciais as discussões na Assembleia Constituinte, bem como a leitura dos outros projectos de constituição política que tiveram origem no campo republicano.

A comissão da Constituição Política apresentou, assim, o projecto de lei n.º 3, com intuídos conciliadores, pretendendo equilibrar os princípios democráticos e os interesses nacionais. A maneira como apresentaram a questão indica que se tratou de uma negociação, com cedências e transigências. Deveria, assim, ser construída uma República Democrática, que assegurasse a independência e a integridade da Pátria, a tranquilidade e a ordem na vida política interna. Fundavam o regime com a promessa de defesa da liberdade e com a garantia de manutenção dos direitos individuais, almejando

a promoção do progresso e do bem-estar. Está presente aqui um património político liberal, conjugado com a ideia de desenvolvimento, divisa de várias repúblicas.

Os autores do projecto deram significativa atenção aos direitos e garantias individuais, nomeadamente no tocante à questão religiosa. Encontramos aqui a influência do livre-pensamento, provavelmente pela mão de Magalhães Lima. Este projecto de constituição pretendia garantir a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, segurança individual e propriedade. Desenhava-se um regime que não admitia privilégios, antes defendia a igualdade de todos perante a lei. É fundamental salientar esta ideia de igualdade social, diferenciação face a outros textos constitucionais, abolindo os títulos nobiliárquicos e os privilégios de nascimento.

Estava garantida no texto constitucional a liberdade de consciência e de crença, reconhecendo o Estado a igualdade política e civil de todos os cultos, garantindo o seu exercício nos limites compatíveis com a ordem pública. A fórmula era simples e eficaz: ninguém podia, por motivo de opinião, ser privado de um direito, mas também não podia isentar-se ao cumprimento de um dever cívico. O culto particular ou doméstico era totalmente livre e o culto público era permitido nas casas para isso destinado e que podiam ter a forma exterior de templos. Advertia-se que uma lei especial regularia o exercício do mesmo culto público.

Dentro da lógica anti-clerical dos tempos de propaganda, eram mantidas as leis que extinguiram a Companhia de Jesus, as congregações religiosas e as ordens monásticas.

De acordo com um velho princípio do livre-pensamento, os cemitérios teriam um carácter secular e seriam livres à prática dos ritos de todos os, desde que não ofendessem a moral pública e o direito português.

Por outro lado, os autores do projecto consagravam no texto o ensino laico nos estabelecimentos públicos e o ensino primário gratuito e obrigatório. No tema da educação, os autores não deixaram de fazer referência à questão da condição feminina, através do artigo 12.º: “A República assegurará a educação progressiva da mulher de maneira a permitir-lhe o exercício da capacidade política e civil.”⁷⁵² Ou seja, ficava adiado para um futuro, que podia ser mais ou menos distante, a igualdade da mulher. Sendo uma pequena vitória a inclusão deste artigo no projecto, ficava, contudo, longe das aspirações de uma parte das feministas portuguesas.

⁷⁵² *Diário da Assembleia Constituinte*, sessão n.º 12, 3 de Julho de 1911.

Pelo texto constitucional proposto ficavam garantidas as liberdades de pensamento e de reunião (no entanto, especificava-se que os cidadãos só se podiam reunir sem armas).

Ficou patente a preocupação com a emigração, fenómeno que caracterizaria todo o século XX português, designadamente a vigilância sobre actos e contratos de agências não instituídas pelo Estado.

O texto contemplava ainda a preocupação com os direitos do cidadão face às autoridades policiais e judiciais, demonstrando que os seus autores vinham de um tempo em que se sentiam perseguidos e desprotegidos face à polícia e aos tribunais: era garantida a inviolabilidade do domicílio; consagram que ninguém pode ser preso sem culpa formada (excepto nos casos taxativamente declarados na lei) e sem culpa formada ninguém seria conduzido à prisão ou nela conservado estando já preso, se prestar fiança idónea, nos casos em que a lei a admitir; deixam escrito que, à excepção do flagrante delito, a prisão não poderia executar-se senão por ordem escrita da autoridade competente; estipularam que o primeiro interrogatório dos arguidos que estiverem detidos tem de ser feito com a presença de advogado; foram particularmente sensíveis à questão dos delitos de imprensa, que tanto penalizou os republicanos na fase de propaganda, determinando que nos delitos de imprensa nunca seria exigido mais do que o termo de identidade e residência e nunca seria permitida a detenção prévia; ninguém poderia ser conservado em custódia por mais de oito dias; a instrução dos feitos crimes seria contraditória, assegurando aos arguidos todas as garantias de defesa; ninguém seria sentenciado senão pela autoridade competente; o sigilo da correspondência era tido como inviolável; o *habeas corpus* foi garantido. Os autores defendia a independência do poder judicial, aboliam o foro privilegiado e a pena de morte (reservadas as disposições da legislação militar em tempo de guerra).

Os autores deste projecto de lei garantiam o direito de propriedade em toda a sua plenitude, bem como o livre exercício de qualquer género de trabalho, cultura, indústria ou comércio. De igual modo, deixaram consagrado o direito à assistência pública.

Estes homens consideravam que todos os portugueses eram obrigados a pegar em armas para defender a independência e a integridade da pátria e da constituição.

No tocante aos conflitos internacionais, a República Portuguesa aceitava o princípio de arbitragem.

A república era entendida numa perspectiva imperial, ou seja, a constituição do seu território incluía a parte continental, as ilhas adjacentes, mas também os territórios em África Ocidental e Oriental, o Estado da Índia, a província de Macau e Timor. Mas, por

precaução, afirmaram que Portugal não renunciava aos direitos que tivesse em territórios não especificados. O republicanismo mantinha uma marca genética colonial. O Portugal republicano pensava-se com as colónias desde, pelo menos, a conjuntura de 1890-1891.

Quanto ao poder legislativo, este era exercido pelo Congresso da República, dividido em duas secções, a saber, o Conselho Nacional, com os Deputados do Povo, e o Conselho dos Municípios, com os Deputados dos Municípios. Também neste caso, se recuperou uma das ideias fortes do republicanismo, o municipalismo. O Conselho Nacional seria eleito por sufrágio directo enquanto o Municipal seria constituído por vereadores em exercício. Contudo, as condições das eleições destes conselhos eram remetidas para as respectivas leis orgânicas.

Não se tocou na questão de saber se haveria ou não sufrágio universal. Esta era a questão mais polémica.

O poder executivo, autoridade directora dos negócios internos e externos, era encarado como uma delegação temporária do poder legislativo. O poder executivo era exercido pelo Presidente da República, eleito pelo Congresso, e pelos ministros.

A 6 de Julho de 1911 teve início a discussão na generalidade do projecto de Constituição. Os grandes combates centraram-se em torno de quatro questões fundamentais. Em primeiro lugar, qual seria o princípio organizativo e político que enformaria o regime, sendo essencial defini-lo como tendo uma feição federativa ou unitária. Em segundo lugar, discutiu-se uma questão da arquitectura do regime um pouco mais específica, a saber, se a república teria uma ou duas câmaras de representantes e qual seria a sua natureza e composição. Em terceiro lugar, os constituintes dividiram-se em torno da definição de um regime parlamentarista ou presidencialista. Em quarto lugar, finalmente, a questão do sufrágio trouxe à tona diferentes imagens de como se tinha imaginado o novo regime desde os tempos de propaganda.

Os republicanos traziam do passado de propaganda um património ideológico com princípios fundamentais e ferramentas críticas que lhes permitiram ter expectativas acerca de como construir o regime. Ou seja, para além das diferenças de opinião entre diferentes grupos e agentes políticos, para a discussão que estavam a ter na Constituinte, vários deputados sentiram a necessidade de recuperar o que chamavam o programa do PRP e, ainda, as promessas que tinham sido feitas na fase de doutrinação e de tomada do poder. No entanto, como respondeu Joaquim Pedro Martins a Maia Pinto, “Um

programa de partido não é um programa de governo.”⁷⁵³. Mais do que uma afirmação de realismo político, esta observação de Joaquim Pedro Martins ajuda-nos a caracterizar o que era o movimento antes da tomada do poder e de como, em nome da necessidade de apresentação de uma frente de combate coesa e unida, se remetia para mais tarde a questão das divergências entre os republicanos. Continuou o mesmo deputado, esclarecendo que o programa a que aludia Maia Pinto, que recorria na discussão a essa espécie de argumento de autoridade, jamais fora discutido e votado em qualquer congresso republicano, não exprimindo mais do que a opinião de quem o formulou. Quer isto dizer que os republicanos tinham consciência de que o primeiro combate que tinham de travar era contra a monarquia e só depois teriam condições para discutir outras questões que não eram de somenos importância.

8.3. A arquitectura constitucional

Vejamos, de forma breve, que arquitectura constitucional foi erigida por esta constituinte⁷⁵⁴. A Constituição de 1911 aprovada consagrava a supremacia parlamentar, num regime com duas Câmaras, a dos Deputados e o Senado, eleitas por sufrágio directo, mas não universal. O irrequietismo dos deputados seria compensado pelos senadores, mais velhos e, acreditava-se, mais prudentes. O Presidente da República era responsável pela nomeação dos ministros. Eleito por quatro anos pelo parlamento podia ser por ele destituído e não dispunha da faculdade de dissolução (só o poderia fazer depois das alterações constitucionais de 1919). Nas prolongadas discussões acerca da dissolução foi lembrado que este problema já fora tratado nas constituintes e que fora afastada a possibilidade, para muitos considerada como anti-democrática. A iniciativa das leis era partilhada, embora só o Parlamento tivesse competência legislativa geral. O Presidente não podia obstar à entrada em vigor das leis. Os ministros deviam comparecer nas sessões do congresso.

Parte do que era o património genético do republicanismo perdera-se nesta solução. Não há traços de municipalismo, nem foi instituído o sufrágio universal. No entanto, por ser um sistema parlamentarista, permitiu que o parlamento fosse sempre (excepção feita

⁷⁵³ *Diário da Assembleia Constituinte*, sessão n.º 28, 24 de Julho de 1911.

⁷⁵⁴ Para uma análise mais detalhada, ver SERRA, João Bonifácio, “O Sistema político da Primeira República.” In PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severiano (ed.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea, 2000.

para o período sidonista) um local de discussão, que muitas vezes ultrapassou a vivacidade e se tornou violenta, mas ainda assim representativo das diferentes tendências do republicanismo.

Esta arquitectura constitucional foi uma solução de compromisso, ou melhor dizendo, uma solução que implicava um compromisso. Teria funcionado bem se o PRP tivesse mantido a sua unidade. Esta estrutura defendia uma maioria parlamentar, favorecendo a hegemonia de um partido com uma regular implantação nacional.⁷⁵⁵

Para lá dos partidos, esta situação favoreceu a hegemonia de uma visão da República sobre as outras, abrindo fundas clivagens no campo republicano, entre aqueles que se viam afastados do poder e impossibilitados de por em execução a sua República.

Como muito do património do republicanismo não fora utilizado nesta primeira construção tornara-se aberto e maleável para futuras utilizações. O património ideológico disponível para ser pensado e eventualmente utilizado abria-se a reinterpretações. De entre ele é importante fazer referência ao presidencialismo e à representação proto-corporativa que iriam emergir durante o sidonismo. Machado Santos insistiu várias vezes na necessidade de uma representação das forças vivas da nação, insistindo que se ignoravam as organizações económicas do Capital e do Trabalho⁷⁵⁶.

Foi neste contexto que se iniciou o afastamento de alguns republicanos. Escolhi o exemplo de Dantas Baracho, um homem que vinha da monarquia.

“Belém, 17 de Agosto de 1911. – Serviço da Republica. – Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Nacional Constituinte. – A Assembleia e a V. Exa., seu delegado, agradeço, cordialmente reconhecido, a gentileza dos novos esforços, a fim de eu dar, como não efectiva, a renúncia que formulei, do cargo de Deputado.

Quanto vale o professor, tanto vale a lição, certifica o aforismo; e V. Exa. não constitui, seguramente, excepção à regra. Não admite, porém, a menor dúvida que não podia sobrepor-se, na sua missão catequizadora, à verdade dos factos, e estes são de lógica inatacável.

⁷⁵⁵ *Ibidem*.

⁷⁵⁶ Proposta de revisão constitucional apresentado por Machado Santos, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 82, 24 de Abril de 1914.

Já os consignei; mas convém de novo registrar que o partido republicano fez, durante anos, campanha perseverante a favor da República Democrática, inscrita no respectivo programa, de 11 de Janeiro de 1891. Isto é incontestável.

Também não é susceptível de objecção que a Assembleia Nacional Constituinte, inaugurando os seus trabalhos, em 19 de Junho pretérito, proclamou, nesse mesmo dia, sem a mais mínima discrepância e em decreto adequado, que a forma do Governo em Portugal é a República Democrática.

A despeito destes solenes compromissos, a Constituição, cuja elaboração está a findar, patenteia exuberantemente que à preconizada, em teoria, República Democrática, foi preferida, praticamente, a República Aristocrática, com aparentes laivos de, dentro em pouco, resvalar para esterilizadora e tirânica oligarquia.

Por meu turno – útil é recordá-lo também – conservo-me coerente nos princípios liberais e democráticos, que de longa data propago, e cuja honesta aplicação me coube realizar, sempre que versei a matéria constitucional, ainda hoje em debate. Apoiando-me nas lições da Historia, que superabundam, fiz sentir, na sessão de 9 do mês corrente, que o pomo da discórdia tinha penetrado no seio da Constituição, com a aprovação, pouco antes efectuada, da República ter um Presidente.

As ocorrências ulteriores confirmam à saciedade o meu asserto, e simultaneamente comprovam que a união considerada indispensável para o viver desafogado da República, encontra-se assaz abalada, para não dizer acentuadamente comprometida.

Tudo isto, porém, não impede que eu acate, quer como cidadão, quer como funcionário, a Constituição que venha a ser decretada, colaborando solícitamente, com os meus modestos esforços, para que ela contribua, tanto quanto ser possa, para a felicidade nacional.

O que me não é lícito é continuar no desempenho das funções de legislador, atento o antagonismo irreductível de pareceres que deixo apontados.

Como corolário da proposição retro estabelecida, repudio desde já as responsabilidades políticas, próximas ou remotas, que me caberiam no prosseguimento do exercício do cargo legislativo, e mais uma vez presto nítido culto à coerência por que me ajusto, mantendo a desistência do lugar de Deputado.

Com esta obstinada e inabalável resolução, evito pela parte que me é concernente, a crítica parlamentar, que não poderia ser favorável ao regime, tal qual ele está sendo constitucionalmente architectado, e que, em todas as circunstâncias, não desejo diminuir ou enfraquecer, por princípio algum. Fique isto bem expresso.”⁷⁵⁷

De recorte romântico, Sebastião Dantas Baracho manifestou a profunda discordância sobre a construção de um regime que não correspondia às expectativas imaginadas. De uma cisão, depressa se passava a uma revolução.

Depois de eleito o chefe de Estado, Manuel de Arriaga, e de promulgada a Constituição, o regime entrava num período que se queria de normalização e de consolidação. Para que tal acontecesse era necessário, aos olhos do poder republicano, que se mantivesse a unidade dentro do seu campo. Aqui reside a primeira questão. O movimento republicano era constituído por diferentes grupos e por diferentes vozes, logo, pensar na unidade do tempo de propaganda era procurar criar uma realidade que não existia tal como era descrita. Como atrás foi referido, o PRP e o movimento republicano não eram monolíticos e, chegados ao poder, não se podiam transformar em algo que nunca foram. Desde cedo que se pode identificar um número significativo de republicanos descontentes com o andamento da coisa pública. De entre eles podemos referir a título de exemplo Machado Santos, considerado o pai da República, Basílio Teles, ou ainda outros republicanos menos conhecidos como Carvalho Araújo. Angelina Vidal pôs as coisas de uma forma simples e concisa: “O que resta de todo o radiante programa que entonteou a gente crédula? Liberdade? Fábula!”⁷⁵⁸

O que se diz ser uma traição ou um desvirtuamento da ideia de república significa que a facção republicana que toma o poder estava a por em marcha a *sua* ideia de República. A luta pelo poder e a capacidade de estar no poder alterou as dinâmicas de grupo no campo republicano. O acesso ao poder criou novos partidos, diferentes do que era o PRP nos tempos de propaganda. Num primeiro momento, o republicanismo apresentou-se como um todo orgânico apesar das suas diferentes partes. Depois das discussões da Constituinte e da eleição do Presidente da República, tornaram-se patentes as diferenças

⁷⁵⁷ *Diário da Assembleia Constituinte*, sessão n.º 54, 18 de Agosto de 1911.

⁷⁵⁸ VIDAL, Angelina, *O Trabalho*, 15 de Dezembro de 1912, citada em ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, “Angelina Vidal – Uma Vida ao Serviço da Propagação da Nova Ideia.” In *Actas do Congresso A Vida da República Portuguesa, 1890-1900*, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, 1995.

entre os grupos, que mais tarde se transformariam em partidos. Conflitos estes que se tornam visíveis em todo o campo político do parlamento à imprensa. Assim que chegaram ao poder, os republicanos definiam-se em relação uns aos outros. As divergências entre o Partido Democrático, o Evolucionista e o Unionista não se reduzem a questões pessoais ou a diferenças irreconciliáveis entre os seus líderes. Devem-se a diferentes orientações de como devia ser conduzido o regime; devem-se a uma espécie de reacção em cadeia. Se o partido democrático de Afonso Costa se afirmava, por exemplo, pelo anticlericalismo, as outras sensibilidades precisavam de ocupar o espaço político vazio que correspondia à ideia de *acalmação*.

CAPÍTULO 9

O PRINCÍPIO E O FIM: ENSAIO DE CONCLUSÃO

9.1. Do *velho* e do *novo* no movimento republicano

No léxico político do final do século XIX e início do século XX, para me reportar apenas ao período de existência do movimento republicano, o *velho* e o *novo* assumem uma importância central no discurso e imaginário políticos. Tinham, obviamente, diferentes conotações valorativas, ou seja o velho é negativo e o novo era o seu contrário. A diferença entre estes dois termos residia, claro, no momento político que o antecedia e que era tomado para fazer a comparação. Por exemplo, o velho é associado, na perspectiva republicanista, à monarquia, ao clericalismo, ao ultramontanismo, ao reaccionarismo. O novo era a obra de regeneração do país, pela democracia, e a “nova aurora” prometida aos trabalhadores. Como já foi referido, os republicanos utilizaram muitas vezes esta ideia. Podemos olhar para o comentário de Afonso Costa em 1908. Segundo este político, para salvar o país era preciso gente nova: “(...) novos quer dizer republicanos; monárquicos quer dizer velhos.”⁷⁵⁹ Em 1908, dizer novos não tem rigorosamente nada a ver com a idade, não se confundido, assim, com a juventude de D. Manuel II. Novo, em 1908, tem conotações obviamente menos literais que fazem sentido numa galáxia de significações que incorporava a ideia de modernos, de intelectuais, de cidadãos e de impolutos. Gostava de insistir nesta última equivalência. Os republicanos eram a gente nova, que queria o seu lugar na cidade política, como foi já referido; mas eram também aqueles que ainda não tinham chegado ao poder, que não se tinham comprometido com o desgaste e com os escândalos políticos, tão utilizados pelos republicanos na obra de destruição da credibilidade política da monarquia constitucional. Se quem estava no poder não conseguia resolver as questões consideradas fundamentais para que Portugal deixasse de estar doente, era necessário deixar entrar a gente nova, fossem os intelectuais experientes que tinham pensado

⁷⁵⁹ Entrevista de Afonso Costa ao *Radical*, publicada em *O Mundo*, n.º 2715, 29 de Maio de 1908.

Portugal, fossem os grupos e agentes sociais que ainda não tinham conseguido fazer política. O novo encerrava uma promessa de renascimento e de regeneração.

Os diferentes grupos políticos utilizaram a ideia de novo, de acordo com as suas expectativas e com o seu entendimento do que era a solução ideal para a vida política e para o país. O novo é sempre pensado em oposição à situação política imediatamente anterior e não exclui um resgate de determinadas características de um passado real ou mitificado. Mesmo para os republicanos, há a resgatar do passado as antigas energias e capacidades do povo português, de modo a salvar a pátria do marasmo.

Para Oliveira Martins e para os “endireitas”, urgia a *Vida Nova*. João Franco foi entendido, não só mas também, como um curto ensaio de *Vida Nova*. Com D. Manuel II e a *Monarquia Nova* registou-se mais uma vez a necessidade de referir o recomeço, como se assim se entrasse num período de regeneração da própria monarquia e da nação. Podemos ir um pouco mais longe, depois da Ditadura Militar, e encontrar o *Estado Novo* salazarista. A denominação traz consigo, mais uma vez, a ideia de recomeço, de retorno ou de chegada ao caminho certo a trilhar. As diferentes conjunturas políticas, e não apenas os regimes, pensaram-se na história, sinal inequívoco da sua modernidade.

Apesar da utilização comum do conceito de *novo*, não estamos a pensar em regimes ou experiências políticas iguais. Um mundo de diferenças políticas, económicas, culturais e sociais separa a *Vida Nova* do *Estado Novo*. Pode argumentar-se que muitas destas experiências têm uma ligação ao campo da direita do espectro político coevo. No entanto, a ideia de novidade, enunciada ou não no nome do regime, não foi exclusiva de visões mais conservadoras. O republicanismo, insistindo nesta ideia, não fez parte da direita, embora tenham existido outros grupos que posicionamos à sua esquerda, como socialistas e anarquistas.

Uma ideia central que marcou o século XX e que se relaciona com a supracitada foi a de mudar o homem e criar um homem novo (tanto nos fascismos como nos comunismos). Este projecto, com as diferenças entre os regimes que o quiseram pôr em execução, impõe a ideia de forçar a história, surgindo-nos assim um século voluntarista.⁷⁶⁰ Com a devida distância em relação aos projectos fascista, comunista ou estadonovista – que entre si são também divergentes – os republicanos imaginaram a sua forma de homem

⁷⁶⁰ BADIOU, Alain, *Le Siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 2005.

novo que, como já foi referido, se transmutava de súbdito em cidadão, pelo processo alquímico da instrução.

Durante o período republicano, foi durante o consulado de Sidónio Pais que se usou de uma forma clara a associação com a novidade política. Em plena crise da I Guerra Mundial, Sidónio Pais proclamou a tão equívoca e discutida *República Nova*, por oposição à República Velha (1910-1917), ao regime que não tinha cumprido o seu ideal. Vale a pena olhar com atenção para a experiência sidonista e perceber os dilemas que encerrou e que, de algum modo, nos ajudam a perceber parte das dinâmicas da cultura política republicana. Sidónio Pais abalçou-se a apelar do poder os democráticos de Afonso Costa em Dezembro de 1917. Numa já conhecida geografia revolucionária, ocupou a Rotunda, local simbólico do nascimento do próprio regime republicano, iniciando em 5 de Dezembro um golpe que inicialmente – mas só num primeiro momento – parecia uma mudança de turno governativa. Sete anos depois da revolução republicana, a ida para a Rotunda e para o Parque não foi inocente; pretendia não só capitalizar os descontentamentos em relação *àquela* República, mas também recuperar as expectativas e aspirações republicanas. O sidonismo foi mais do que o afastamento dos democráticos e o acesso da direita republicana e de “independentes” ao poder. Este regime foi uma experiência política central na história da Primeira República Portuguesa, marcando, indelevelmente, o campo político português.

Nascido no contexto da I Guerra Mundial, em 1917, o sidonismo encontra-se numa espécie de encruzilhada, entre mundos, tendo características velhas e outras que são inovadoras. Fortaleceu tendências anteriores e/ou usou um património ideológico republicano disponível mas não dominante. Repete-se a ideia de salvar a Pátria, de fazer o seu ressurgimento e regeneração. Estes conceitos não eram estranhos ao discurso político português, nem ao próprio republicanismo. Tudo depende, é claro, de como é feita a tão esperada salvação, e aí há diferenças entre o sidonismo e o republicanismo que estivera no poder até então.

A conjugação de diferentes e diversos factores apresenta-se, contudo, como inovadora. A soma destes parece insuficiente para que se fale num regime novo, num sentido total e completo. Antes de mais não chegou a haver tempo, mas houve vontade: “A revolução política é precisa”⁷⁶¹ afirmou Sidónio Pais. Esta questão surgia como essencial para a

⁷⁶¹ *Um ano de ditadura. Discursos e alocuções de Sidónio Pais*, coligidos e ordenados por Feliciano de Carvalho com um estudo político de João de Castro, col. Biblioteca de Acção Nacionalista, Lisboa, Lusitânia Editora Limitada, 1924.

resolução dos problemas da República. Com a denominada “Constituição de 1918”, a arquitectura constitucional do regime que tinha sido construída com a Constituição de 1911, de feição marcadamente parlamentarista, foi modificada, assistindo-se a um ensaio de um presidencialismo autoritário. Não deixou de ser uma experiência política com traços premonitórios, não sendo, contudo, o fascismo. Esta foi utilizada, recriada e reconstruída pelos sidonistas, depois de 1918. Ao longo dos anos vinte, a memória do Presidente e do que foi considerada a sua herança – matéria fluida – serviu para a defesa de correntes políticas presidencialistas, de predomínio e fortalecimento do executivo e, quando os tempos pareceram maduros, muitos foram os que encontraram pontos de contacto entre Sidónio Pais, Rivera e Mussolini.

Para além do *velho* e do *novo*, há uma questão que merece atenção e que se prende com a fundação e a *refundação* do próprio regime. O regime foi implantado a 5 de Outubro de 1910. Isso não significou que tivesse conseguido edificar, de forma sólida, as suas fundações. O 5 de Outubro de 1910 foi o fim da luta contra a monarquia, mas o princípio de uma outra luta. A República implantada em 1910 foi várias vezes corrigida. Tratava-se de um processo e não de uma fórmula a aplicar. Como vimos, o campo político republicano reagiu, muitas vezes de forma violenta, a esta procura de uma dinâmica para imprimir ao novo regime. Depois de cisões e revoluções, a facção vencedora reconduzia a República à sua pureza original. Assim, a República era refundada. Vejamos. Teófilo Braga foi eleito Presidente da República e na sua declaração de compromisso leu uma mensagem ao Congresso da República. Nela faz referência às vicissitudes sofridas pelas instituições, especialmente ao que chamou de ditadura de feição imperialista repugnante às aspirações do país, referindo-se, obviamente, ao governo Pimenta de Castro:

“Esquecera por completo a fundação de 5 de Outubro de 1910 e, para salvá-la, deu-se o conflito violento de 14 de Maio de 1915.

São dois momentos históricos que se completam, integrando se em uma época nova que há-de ser fecunda pelo sacrifício de um milhar de desinteressadas vítimas que cimentaram com o seu sangue a República Portuguesa.”⁷⁶²

⁷⁶² Intervenção de Teófilo Braga, *Diário do Congresso da República*, sessão n.º 15, 29 de Maio de 1915

Posto de outra forma, o que o recém-eleito Presidente da República estava a dizer é que o 5 de Outubro e o 14 de Maio estavam ligados e fazia sentido olhar para eles como dois momentos de uma mesma luta.

Depois do sidonismo existiu um novo momento de refundação da República que teve como momento simbólico a escalada de Monsanto para vencer o perigo monárquico. Monsanto significou a aliança entre republicanos, o *povo* e os trabalhadores organizados. Como se o regime começasse outra vez, uma outra vez. Apesar de se reconhecer a utilização simbólica deste episódio, ele demonstrou a indesmentível força que a ideia de República ainda detinha no imaginário, sobretudo popular. A República, com todas as realizações, mas também desilusões, era preferível à Monarquia.

Os deputados que se sentaram no Parlamento depois de 1919 transformaram este episódio numa gesta heróica quer pessoal (os homens que estiveram a lutar pela república ou que estiveram prisioneiros em Monsanto fizeram valer a sua actuação como forma de credibilização política), quer popular. As novas caras do parlamento pretendiam que se criasse a ideia da longa noite do Dezembrismo e do heroísmo dos seus resistentes.

O deputado Adelino Mendes acentuou esta versão dos acontecimentos:

“(…) no momento em que o Governo disse ao povo de Lisboa que precisava da sua coragem, e do seu sangue, para que a República não morresse esse povo apareceu a pegar em armas, para que a República tornasse a viver.

Eu assisti a esse espectáculo inolvidável, e insensivelmente recordei outros, de que a história nos fala, que certamente devem ter sido tão grandiosos e patrióticos como aquele. E vi em todos os cidadãos que se apresentaram a oferecer-se para a luta, descendentes do alfaiate Fernão Vasques, que no tempo de D. Fernando levou até os paços reais o povo de Lisboa, para evitar que a independência nacional de comprometida por aqueles que, tendo-a na sua mão, não a sabiam defender. O mesmo povo nos aparece agora, constituído da mesma massa, com a mesma fé, a mesma energia e o mesmo patriotismo, que levaram os ventres ao sol à vitória de Aljubarrota. Essa fé, essa energia e esse patriotismo há-de subsistir sempre, para que nem as instituições, nem a Pátria possam jamais desaparecer. O povo de Lisboa portou-se com a heroicidade que era próprio esperar dele. Quanto ao povo da província, sobre secundar com igual dedicação e abnegação a atitude do povo de Lisboa, demonstrou uma vez *mais que é nas*

classes populares que a República tem as suas principais raízes, verificando-se ainda que, neste momento de angústia, foram as classes populares que mais se esforçaram para defender a República.”⁷⁶³

De novo nos aparece a ligação de um episódio da república à história de Portugal, inserindo este sentimento numa estrutura mais vasta que compreende o patriotismo e o amor à liberdade, arvorando-se o povo como seu depositário. O valor do povo, manifestado na gloriosa jornada de Monsanto, era de tal forma importante que foi comparado ao tempo das descobertas e das conquistas⁷⁶⁴.

Os que se tinham apresentado na defesa da República esqueceram putativas diferenças partidárias, o que equivalia a dizer que esta unidade na luta correspondia à união em torno do 5 de Outubro, obliterando as imensas diferenças que se estabeleceram no campo republicano. Cunha Leal defendeu que o povo republicano não estava arregimentado nas facções⁷⁶⁵. Assim, existia a ideia de um retorno ou de uma recriação das condições originais, mitificadas, é certo, que permitira a vitória republicana. Monsanto funcionou como uma redinamização deste campo político, foi a *ressurreição*⁷⁶⁶ da República.

Depois de Monsanto verificou-se tal como depois do 5 de Outubro de 1910, os pedidos para as viúvas e os filhos dos heróis que perderam a vida pela República, repetindo-se, assim, um processo já analisado.

Nóbrega Quintal defendeu um projecto de lei considerando feriado a data de 24 de Janeiro, o dia em que o povo de Lisboa reimplantou a República⁷⁶⁷.

9.2. O princípio e o fim

A historiografia sobre o período republicano utiliza uma divisão cronológica que já se tornou clássica, dividindo o período de 1910 a 1926 em três fases: a primeira até à Primeira Guerra Mundial; a segunda englobando o período da guerra e o sidonismo; e, finalmente, a “Nova República Velha”.

⁷⁶³ Intervenção de Adelino Mendes, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 18, 3 de Fevereiro de 1919.

⁷⁶⁴ Veja-se *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 50, 26 de Agosto de 1919.

⁷⁶⁵ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 23, 11 de Fevereiro de 1919.

⁷⁶⁶ Veja-se *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 51, 27 de Agosto de 1919.

⁷⁶⁷ Intervenção de Nóbrega Quintal, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 17, 5 de Janeiro de 1920.

Há uma primeira leitura que é feita sobre esta divisão cronológica, analisando a República em forma de tríptico: apogeu, crise e decadência. Ou dito de outra forma: a conjuntura da tomada do poder e da execução das primeiras medidas, considerada produtiva e generosa; a fase da crise no contexto da guerra e a subversão do regime operada pelo sidonismo; por último, o período de decadência do final da república, entendido como uma conjuntura de agitação e de crise. Esta forma de periodização traz consigo a ideia de que o regime republicano era por natureza idealista e generoso e que a *praxis* política bem como as dificuldades da conjuntura, nomeadamente a da guerra, o subverteram. O período dito de decadência – aliás o menos estudado de todas os períodos da República – aparece como a inevitável antecâmara do regime que iria derrubar a república, apesar da inovações políticas do pós-guerra que trouxeram soluções diferentes e novas abordagens a problemas económicos, sociais e políticos do regime. Nesta forma de olhar para este período final da República, a sua dinâmica própria é subsumida na voragem do caminho para a queda. Nos debates historiográficos mais recentes têm vindo a ser contestadas muitas das ideias que podem ser entendidas simultaneamente como causa e consequência desta divisão cronológica. A primeira fase da República já não é unanimemente vista como generosa e a ideia de Nova República Velha está em fase de reformulação, com base numa primeira operação conceptual que põe em questão os termos descritivos utilizados. Ou dito de outra forma, põe-se a questão de saber se esta terceira fase é a continuação, ainda que numa conjuntura diferente, da primeira, como a formulação indica ou se, pelo contrário, há de facto um carácter de novidade inerente aos anos de 1919-1926.

Se invertermos a lógica que presidiu à supracitada visão da República podemos colocar o problema de forma contrária: em vez de se analisar como é que a república caiu, pode perguntar-se como é que se conseguiu manter. Hermínio Martins escreveu sobre o valor cardinal (duração da República Portuguesa) considerando que corresponde a uma “(...) ordem de magnitude normal ou intermédia, se considerarmos os «ciclos» das repúblicas liberais na Europa do século XX: é superior aos cinco anos da II República Espanhola, mais ou menos equivalente ao da República de Weimar ou à I República Austríaca e inferior ao da III República Francesa. Esta escala temporal da expectativa de vida das repúblicas liberais europeias, pelo menos no período anterior a 1945, terá de ser tida em conta ao ponderarmos os indicadores de instabilidade geralmente referidos para acentuarmos a volatilidade política da república liberal portuguesa: quarenta e tal governos, seis presidentes, eleições parlamentares em média de dois em dois anos, vinte

e cinco revoltas e motins, etc. Estes factos tornam ainda mais problemática a questão de saber por que razão a república liberal sobreviveu tanto tempo e por que terá a consolidação política do regime que se lhe seguiu demorado tanto (1926-1933)”⁷⁶⁸ Além do mais, a *República* não caiu em 1926. O que caiu foi a república de António Maria da Silva. Enquanto ideia e aspiração, a República continuou viva e defensável no imaginário político português.

Ainda segundo Hermínio Martins, é importante pensar o carácter de “prematuridade” do regime republicano português. A Primeira República, numa Europa de cabeças coroadas e de impérios, teve de lutar pela afirmação no panorama internacional, face a ameaças e embaraços decorrentes quer das campanhas internacionais que eram feitas contra o regime, quer das opções estratégicas da República, nomeadamente a anticlerical, criticáveis numa Europa conservadora⁷⁶⁹. No entanto, a ideia de que o outro estrangeiro, as grandes potências, estava a olhar para o desenvolvimento político do regime era uma magna questão para estes republicanos, isolados e cercados internacionalmente. Consideravam fundamental a boa imagem e a boa imprensa no estrangeiro, discutindo, aliás, várias vezes esta questão no parlamento.

A Primeira República portuguesa foi implantada antes da I Guerra Mundial, tendo, por isso, que “(...) atravessar, num breve espaço de tempo, dois mundos muito diferentes, duas épocas marcadas por conjunturas económicas e climas ideológicos heterogéneos (...)” sofrendo este choque exógeno⁷⁷⁰. Este conturbado período foi considerado de charneira para o mundo ocidental. Eric Hobsbawm inicia a sua história do século XX precisamente em 1914⁷⁷¹.

Pensar o final da República implica, necessariamente, analisar o regime como um todo, não encontrando apenas na sua última fase as razões quer para a sua *queda* quer para as dificuldades de manutenção no poder. E sobretudo, não considerar o seu fim como um facto inelutável, inscrito e predeterminado. Tal como não estava escrito que a monarquia cairia, também é preciso olhar as razões do fim da república.

⁷⁶⁸ MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006 (1998), pp. 69-70.

⁷⁶⁹ SAMARA, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.

⁷⁷⁰ MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006 (1998), pp. 80-81.

⁷⁷¹ HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos. Breve História do Século XX. 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1996 (1994).

9.3. A crise

Nesta conclusão pretendo articular algumas das questões centrais que se prendem com o republicanismo na forma como foi sendo imaginado e se consolidou, de modo a surpreender as dinâmicas do princípio e do fim do regime. A forma como o regime caiu tem tanto a ver com o que podemos identificar como as suas características, como com as questões que levantou e com os inimigos que teve ou criou. Durante estes dezasseis anos foi criada uma dinâmica com os diferentes grupos e agentes especiais e, no final, o equilíbrio de poder deixou de ser favorável ao regime implantado a 5 de Outubro de 1910.

A ideia de crise é um dos factores que deve ser considerado numa análise do regime como um todo. O republicanismo cresceu capitalizando a ideia de crise e a de serem o único grupo político capaz de apresentar e de pôr em prática uma solução.

“Em tudo o mais divergente, a Nação pôs-se de acordo num ponto: estamos em crise. Crise profunda, orgânica, ancestral. Cada qual dá-lhe porém um conteúdo específico diverso: para uns ela é apenas política, para outros, económica e financeira, ou meramente pedagógica e moral. Há mesmo quem pense que a Nação nasceu em crise, ou de uma crise: aleijada. Segundo este, ela vem das Navegações & Conquistas; para aquele, da Aliança Inglesa. Atribuem-nos uns ao Absolutismo, aos Jesuítas e à Inquisição, outros responsabilizam dela Pombal, o Liberalismo, a Maçonaria e o Bolchevismo.”⁷⁷²

No entanto, esta ideia de que Portugal não sacudira a crise manteve-se ao longo do regime. De Guerra Junqueiro até Rodrigues Miguéis, a crise parece ter-se instalado. Do fim da pátria até à “crise profunda, orgânica e ancestral” somos tentados a encontrar uma linha de continuidade. Pouco depois de implantada, a jovem República era questionada por uma parte dos republicanos. Para Guerra Junqueiro, citado por Raul Brandão, por exemplo, “Desde o 5 de Outubro que está tudo errado.”⁷⁷³ Mas se a sensação é a mesma, a crise é certamente outra. Ou de uma forma mais correcta, várias foram as crises que ensombraram a Primeira República, os factores de divisão e de

⁷⁷² MIGUÉIS, José Rodrigues, *O Milagre segundo Salomé*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 2000 (1975).

⁷⁷³ BRANDÃO, Raul, *Memórias*, vol. III, *Vale de Josafat*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d. (1933).

clivagem no seio da sociedade. As diferentes linhas historiográficas têm analisado estas questões, a saber, a religiosa, a política, a económica e a cultural, e têm sido discutidas, sendo de realçar o artigo de António Reis⁷⁷⁴, fazendo um balanço sobre esta ideia de crise, cuja argumentação retomaremos mais adiante.

Mas, mais do que a ideia de crise e uma vez mais, o potencialmente perigoso era a solução que surgia com mais força no campo da cultura política. O republicanismo foi perdendo a sua força centrípeta, a sua capacidade de atracção e mobilização. A novidade na cultura política não estava no campo do republicanismo. O mundo da cultura foi muito sensível à conjuntura de crise da sociedade e mesmo da estética burguesa. Na arte, se pudéssemos escolher uma imagem, a República tinha mais a ver com o gosto tardo-naturalista do que com os ventos do modernismo e do futurismo. Almada criticava Dantas e, com ele, uma sociedade que ele acreditava caduca. Essa sociedade e esse gosto que continuavam o século XIX estão mais ligados ao republicanismo que também se afastava de correntes intelectuais e políticas que não privilegiavam a razão e não se filiavam em correntes genealógicamente ligadas ao iluminismo.

Zeev Sternhell argumentou que a revolta cultural precede a revolta política⁷⁷⁵. Pensando sobre a revolta cultural sem a qual o surgimento do fascismo não seria possível, destacou o ataque à função emancipadora das Luzes, ao Humanismo, à perfectibilidade humana e à ideia de progresso. Surpreendeu uma recusa da ordem liberal e uma revolta contra a modernidade oriunda das luzes, argumentando que se tratou de uma ideia muito tentadora para uma parte da *intelligensia*.

Se a revolta cultural precede a revolta política, podemos analisar as críticas e as rupturas propostas pela primeira geração de modernistas como significativas de um cruzamento entre o mundo dos artistas e o campo político, num sentido lato. Não se quer com isto afirmar que estes modernistas eram fascistas *avant la lettre*. No entanto, o que de mais radical se estava a fazer e a pensar estava, no essencial, distante do que poderíamos chamar de estética republicana. Nos tempos de propaganda, os republicanos tinham a hegemonia no campo cultural e intelectual. A partir da I Guerra Mundial, o mundo

⁷⁷⁴ REIS, António, “A Crise da I República na Sequência da Grande Guerra de 1914-1918.” In MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.

⁷⁷⁵ STERNHELL, Zeev, (org.), *O Eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999, pág. 23.

mudou e os republicanos já não tinham a hegemonia. Tinham perdido a capacidade de reivindicar a novidade e a modernidade.

Os republicanos do pós-guerra procuravam caminhos políticos no novo mundo em transformação, em trajectórias que por vezes nos parecem ter o seu quê de incongruentes, num mundo que assistia à ascensão do fascismo, como novidade política. Também a revolução russa de 1917 trouxera a possibilidade de uma revolução vencedora e a esperança a parte da classe operária que estava menos disposta a contentar-se com a solução republicana. O medo dos vermelhos servia de denominador comum a várias sensibilidades da direita que ensaiavam formas de entendimento.

Apesar das propostas inovadoras da esquerda democrática, os republicanos já não pareciam os *novos* e a sua solução, para a crise, ainda a ideia de crise, não parecia ter a força aglutinadora que tivera no início do século XX. Perderam a hegemonia sobre o campo da cultura política.

António Reis⁷⁷⁶, reflectindo sobre a crise da República, considera que os factores políticos e culturais são essenciais para a compreensão da mesma. Dentro dos primeiros, a crise de legitimidade/representatividade do regime, a incapacidade de auto e hetero-regulação do funcionamento do sistema institucional, a incapacidade para fazer frente à oligarquia financeira, a reorganização do campo conservador e o factor militar, a promiscuidade de relações entre os militares e políticos. Como factores culturais aponta a perda de confiança das elites políticas, quer de esquerda, quer de direita, um vazio ideológico das elites políticas, a “(...) diluição das opções ideológicas e dos ideais éticos em mesquinhas lutas pelo poder e na permeabilidade aos interesses da oligarquia económica.”⁷⁷⁷, o controlo da imprensa por forças conservadoras e o alastramento da ideia ditatorial.

9.4. A depreciação da política e da Primeira República

Nesta crise dos anos vinte há ainda uma ideia a reter. Era a própria ideia de política que estava a ser posta em causa. Vinha-se construindo a ideia de que política correspondia a guerra entre facções e desordens. O político era uma categoria com atributos negativos,

⁷⁷⁶ REIS, António, “A Crise da I República na Sequência da Grande Guerra de 1914-1918.” In MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.

⁷⁷⁷ *Ibidem*.

a que já não estava associada a luta por uma causa mas a luta pela sua causa própria. Já não trabalhava para o bem de todos, mas distanciara-se da sociedade num jogo tumultuoso e estéril. Perpassava já pela sociedade a desconfiança em relação ao parlamentarismo. Toda a encenação sidonista acentuara, em grande medida, esta situação, lançando a ideia de um executivo forte capaz de fazer e de manter a ordem.

A desconfiança em relação aos homens públicos trazia subjacente a desconfiança em relação ao próprio Estado, que decorre da incapacidade para resolver as questões que afligiam a sociedade neste primeiro pós-guerra nomeadamente a questão económica e a de ordem pública. O gabinete António Maria Baptista, em Março de 1920, já assentava o seu programa na ideia de disciplina das ruas, tranquilidade dos espíritos e num governo que sabia e queria governar⁷⁷⁸.

O Estado Novo cristalizou esta imagem da Primeira República, veiculando uma imagem negativa não só da República e da sua vida política como do século liberal, o século negro, que desvirtuou o que era Portugal.

No que toca à Primeira República, o Estado Novo difundiu uma imagem que fez escola nos meios políticos e entrou no senso comum: A República era a desordem na rua, na administração e nas finanças. Regime ingovernável e violento, vexatório da religião católica. Sempre que são feitas evocações da obra de Salazar ou do Estado Novo, o regime aparece como a redenção da Pátria perdida. A República foi vista como um regime condenado pela história, onde imperavam um conjunto de valores que eram rejeitados tais como o individualismo, o parlamentarismo, bem como as ideias de democracia e soberania popular. Tal como afirma Fernando Rosas: “O preconceito anti-republicanista e anti-liberal é extremamente arraigado na oligarquia e na cultura corrente da elite política do regime (...)”⁷⁷⁹, apesar de no seio das diferentes facções presentes na ditadura militar encontrarmos um grupo republicano conservador com uma visão muito crítica da República dos “bonzos”, da “ditadura do Partido Democrático”, mas de matriz liberal. Seriam ou integrados no Estado Novo, ou passariam para a oposição. Os cartazes do Secretariado de Propaganda Nacional, *A Lição de Salazar*, no décimo aniversário da sua entrada para o governo, são emblemáticos desta visão

⁷⁷⁸ *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 54, 9 de Março de 1920.

⁷⁷⁹ ROSAS, Fernando, “A Primeira República vista pelo Estado Novo e pela oposição democrática.” In REIS, António (coordenação científica), *A República ontem e hoje. III Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea, 2002.

comparativa e simplista. O filme *A Revolução de Maio*⁷⁸⁰ apresentou-nos um revolucionário que se converteu às realizações do Estado Novo, abandonando o vício da política que nos surge caricaturada em tipografias esconsas e com homens duvidosos. Sidónio Pais e a sua República Nova são a excepção. O Presidente-Rei, tal como lhe chamou Fernando Pessoa, foi considerado um precursor do Estado Novo, sendo a sua imagem reconstruída a partir dos anos 20 de modo a poder ser considerado um obreiro da Revolução Nacional. O republicanismo radical desde cedo se opôs à ditadura militar, pegando em armas. O revirvalho⁷⁸¹, activo até finais dos anos trinta, pretendia restaurar a “República Democrática”. O liberalismo republicano, mais tarde apropriado pela corrente socialista, foi um dos grandes inimigos do Estado Novo, mantendo uma outra forma de olhar para a história política republicana. Se para o regime e para os seus agentes políticos, a República era caracterizada de forma tão depreciativa, o mesmo não acontecia com a oposição, designadamente com os sectores não comunistas. Para estes, o período de 1910 a 1926 era uma referência, um exemplo. Identificavam-se com os valores e os princípios liberais e democráticos atribuídos à Primeira República. Tratava-se de um regime liberal que tinha sido derrubado pela ditadura militar; tratava-se de um regime parlamentar, multi-partidário. Os republicanos surgiam como os defensores dos direitos, liberdades e garantias, homens com um projecto cultural e cívico, eivado de valores geneticamente pertencentes ao património ideológico da oposição ao Estado Novo. Defendiam a necessidade de restaurar a República regenerada e corrigida. Fernando Rosas caracteriza a oposição republicana a partir dos anos 40 como atlantista, pró-americana, defensora da NATO, anti-comunista, defendendo uma transição ordeira.⁷⁸² Da Primeira República herdara uma orientação colonialista, diferente da do Estado Novo, contudo, que a impediu de dar, desde logo, o seu apoio aos movimentos de libertação das colónias e a sua adesão aos princípios de auto-determinação e independência. No seio da oposição foi sobretudo a extrema-esquerda que começou a tecer críticas à Primeira República.

9.5. Revolução e contra-revolução

⁷⁸⁰ Realização de António Lopes Ribeiro e argumento de António Lopes Ribeiro e António Ferro.

⁷⁸¹ Veja-se FARINHA, Luís, *O revirvalho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998.

⁷⁸² ROSAS, Fernando, “O Estado Novo (1926-1974)”, vol. VII de MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

Na conjuntura de crise vivida na república e cristalizada (e mesmo recriada) no Estado Novo, começava a parecer interessante a defesa de uma plataforma acima dos partidos que pudesse governar a República ou a escolha de políticos com um programa definido e competentes capazes de gerir a situação de crise. Os militares aparecem neste primeiro pós-guerra, marcados pelo sacrifício das trincheiras como um corpo capaz de ultrapassar as divergências da “baixa política” e ajudar a reencontrar a forma de servir a nação.

Sobretudo depois da noite sangrenta de Outubro de 1921⁷⁸³, que afastou mesmo alguns republicanos de desiludidos com uma revolução que parecia devorar os seus filhos, começaram a tecer-se as redes conspirativas que contribuiriam para o fim da República. Mas o fim esteve lá desde o princípio, porque se os republicanos tiveram a força para fazer o 5 de Outubro, nunca conseguiram vencer os seus inimigos e os opositores que foram fazendo ao longo do regime.

Arno Mayer defende que não há revolução sem contra-revolução e que é preciso pensá-las como duas faces de uma mesma estrutura de eventos. Acrescenta ainda: “Although counterrevolution is the other half of revolution, it tends not to be recognized and theorized as such.”⁷⁸⁴ O regime republicano viu-se cercado de vários inimigos que contra ele conspiraram e condicionaram as suas possibilidades de actuação. Para se perceber a Primeira República é necessário encontrar a dinâmica da contra-revolução para perceber quando e como se desequilibrou a favor de outros a balança do poder. O regime (provavelmente qualquer regime) tem de lidar com as diferentes circunstâncias que cria e que lhe são criadas. Tem, assim, que lidar com os seus opositores.

Desde logo existiu o inimigo dos púlpitos, que os republicanos jacobinos denominavam de reacção clerical e com o qual desde os tempos da propaganda travavam um duríssimo confronto em torno de diferentes – e antagónicas – ideias de sociedade e de cultura. O republicanismo, sobretudo o sector mais radical, continha no seu património genético uma base jacobina e anticlerical. Depois de implantado o regime e promulgadas medidas anticlericais, de entre as quais a célebre Lei de Separação das Igrejas e do Estado de Abril de 1911, abriu-se a questão religiosa. Esta “(...) tem sido frequentemente invocada como tendo ferido de morte desde o início o regime

⁷⁸³ SAMARA, Maria Alice, “A «Noite Sangrenta»”, *Sigila: Revista transdisciplinar luso-francesa sobre o segredo*, n.º 23, 2009: 127-136.

⁷⁸⁴ MAYER, Arno, *The Furies. Violence and Terror in the French and Russian Revolutions*, Princeton e Oxford, Princeton University Press, 2000, pág. 45.

republicano.”⁷⁸⁵ O nome da lei não podia ser mais ilusório; tratava-se não de separação mas sim de um Estado que tutelava, que se imiscuía no foro da religião. Não é de estranhar que a Igreja rapidamente se mobilizasse para fazer face ao que considerava ser – e que de facto era – um atentado ao seu poder temporal e espiritual. Os púlpitos, frente de combate contra a República ateia e jacobina, falavam para a grande maioria do país, para esse mundo rural, conservador e maioritariamente católico. Ora este vasto oceano de ruralidade⁷⁸⁶ que cercava a cidade republicana, tinha por ela, na melhor das hipóteses, indiferença, quando não aberta hostilidade. Muito embora os campos do Sul fossem de uma natureza diferente, também não foram um esteio do regime, perdidos que foram pela República e ganhos para o anarco-sindicalismo.

Os padres, os “inimigos dos púlpitos” tinham ainda um poder substancial sobre as vidas dos indivíduos e das comunidades. Repare-se no exemplo dado por Tomás da Fonseca, na Câmara dos Deputados em 1912. Este deputado citou um caso que leu no *Bairrada Livre*, do concelho da Anadia:

“Estava o padre José Maria de Carvalho, de Aguim, a substituir o pároco respectivo quando lhe foi apresentada uma criança para baptizar. Ele principiou a cerimónia, e quando chegou a altura de lhe pôr os santos óleos, declarou que tal não faria e que a culpa era do Governo, que já não dava verba para isso. Por mais que as pessoas presentes insistissem com ele para completar o baptismo da criança, não o conseguiram.”⁷⁸⁷

Mesmo não sabendo ao certo se, de facto, este episódio teve lugar, ilustra à saciedade a forma como se podia lutar contra o governo republicano, bulindo com as convicções mais profundas e as tradições de parte da população portuguesa. Os padres podiam chegar facilmente ao quotidiano das comunidades, participando quer nos actos mais importantes da sua vida, quer no dia-a-dia, sendo, por isso uma poderosa força de oposição à República.

Por outro lado, uma parte dos monárquicos, o inimigo armado, tratou de ensombrar o primeiro aniversário da República com uma incursão, vinda da Galiza e capitaneada por

⁷⁸⁵ REIS, António, “A Crise da I República na Sequência da Grande Guerra de 1914-1918.” In MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.

⁷⁸⁶ ROSAS, Fernando, *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.

⁷⁸⁷ Intervenção de Tomás da Fonseca, *Câmara dos Deputados*, sessão n.º 83, 22 de Março de 1912.

Paiva Couceiro. Não conseguindo a realização do plebiscito sobre a questão do regime, o grande defensor da monarquia durante o 5 de Outubro fazia valer os seus argumentos de uma forma mais vigorosa. Mas a República não iria perigar nem com esta movimentação militar, nem com a incursão de Julho de 1912 (muito embora a segunda tivesse uma melhor organização militar, penetrando um pouco mais em território nacional). Para além das incursões propriamente ditas, os monárquicos lançar-se-iam em várias intentonas, durante os anos de 1913 e 1914, as conspirações contra o 5 de Outubro que tiveram origem no território nacional. A partir do deflagrar do conflito mundial as revoltas monárquicas associavam-se ao anti-intervencionismo, o denominador comum que, juntamente com a reacção aos efeitos económicos e sociais da crise de I Guerra Mundial, associou vários grupos em aparentemente improváveis combinações contra a república afonsista. A intervenção na I Guerra Mundial complicou a situação política, económica e social da República. Vários historiadores, de Vasco Pulido Valente⁷⁸⁸ a Nuno Severiano Teixeira⁷⁸⁹ têm apontado como razão da entrada na guerra precisamente o desiderato de união nacional, apesar de outros autores, nomeadamente Vitorino Magalhães Godinho⁷⁹⁰, considerarem que a República em 1911-1912 estava perfeitamente legitimada interna e externamente. Os efeitos da guerra foram devastadores: ao invés de criar uma união em torno da República, os efeitos da intervenção viram nascer uma vasta fronda social que se iria opor ao regime, sendo o ensaio geral para o futuro derrube da República, experimentado com o golpe sidonista de Dezembro de 1917. Neste grupo podemos incluir os monárquicos, os católicos, o movimento operário, sectores das classes médias urbanas, as “forças vivas”, quer agrárias, quer industriais, quer comerciais, e o Exército – todos aqueles que perderam oportunidades ou viram a sua situação piorar com a crise decorrente da intervenção, que não acabou com o armistício.

Para além das intentonas, e apesar de existirem divergências de fundo entre as hostes monárquicas, os seus combates não cessaram, mudaram apenas para outro campo, ganhando uma feição mais ordeira, mais legal. Em 1913 funda-se o Integralismo Lusitano, que teria um importante papel a nível doutrinador, em 1915, com o governo Pimenta de Castro, os centros monárquicos ressurgem e com o sidonismo a sua força

⁷⁸⁸ VALENTE, Vasco Pulido, “Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, *Análise Social*, vol. XXVII (1.º), n.º 115, 1992: 7-63.

⁷⁸⁹ TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra. 1914 -1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

⁷⁹⁰ GODINHO, Vitorino Magalhães, “A I Grande Guerra e a República Portuguesa”, *História*, ano XX, nova série, n.º 28, 2000.

parlamentar e política não é despicienda. Os conspiradores da Galiza não foram a grande maioria dos monárquicos. Muitos acomodam-se à República, em troca da manutenção da sua posição social, económica e mesmo política. Mas isto não fez deles republicanos, nem afastou o perigo que representavam.

Sobretudo depois da I Guerra, os católicos separaram-se dos monárquicos, não se submetendo ao imperativo da forma do regime, ganhando latitude de acção e renovando as suas fileiras.

Ramada Curto, de uma forma cáustica, numa pergunta ao governo sobre alterações na ordem pública, mostrou-nos como a dinâmica do campo político tinha passado para outros grupos que não os republicanos: “Há, de facto, forças insurreccionadas? Esta revolução é, certamente, uma das três, que aqui anunciei a quando da apresentação do actual Governo. Disse eu então que havia três revoluções na forja: n.º 1: uma revolução de carácter conservador ou fascista; n.º 2: a de sentido contrário; e, finalmente, a n.º 3: aquela de que se pode lançar mão em qualquer ocasião.”⁷⁹¹ Eram inimigos de tipo novo, para os novos republicanos dos anos vinte do século XX. Podiam existir as revoluções conservadoras ou fascistas, que se diferenciavam dos inimigos tradicionais monárquicos ou católicos.

Esta ideia pode completar-se com a análise apresentada por António José Telo⁷⁹². As causas da queda da Primeira República tornam-se compreensíveis se inseridas na conjuntura do pós-guerra e dos anos subsequentes. António José Telo propõe uma visão na qual se degladiam dois blocos – o radical e o conservador –, com dois projectos políticos, económicos e sociais, antagónicos e que fazem sentido no mundo do pós-guerra. Se é nesta conjuntura que encontramos projectos que poderíamos chamar de esquerda e de direita mesmo no seio do republicanismo, as linhas ideológicas que lhes servem de genealogia podem e devem ser encontradas num património republicano que, evoluindo, se encontra presente desde os tempos de propaganda.

Lutava-se de forma mais radical. Tomemos como exemplo, de um lado a Legião Vermelha e de outro a Confederação Patronal. Os campos extremavam-se e os republicanos não serviam nem uns nem outros.

⁷⁹¹ Intervenção de Ramada Curto, *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão n.º 28, 2 de Fevereiro de 1926.

⁷⁹² TELO, António José, *Decadência e Queda da I.ª República Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980-1984.

9.6. A questão da democratização

Argumentando, neste trabalho, que o movimento republicano foi uma pluralidade de vozes, assumindo, assim, a extensão do espaço e dos grupos e agentes que se dispunham a pensar a coisa pública, trataremos a questão da democratização, entendida como central para a discussão do que foi e do que significou a experiência republicana, quer em relação à monarquia constitucional quer em relação ao resto do século XX. Assim sendo, o regime aparece como parte de um processo, uma resposta a uma conjuntura que o antecedeu e por sua vez relacionando-se com o regime que lhe sucedeu.

Os republicanos implantaram a República em 1910 e a Constituinte definia-a como “República Democrática”⁷⁹³. A Assembleia Nacional Constituinte pretendia confirmar o acto de *emancipação* levado a cabo pelo povo e pelas forças militares. Dentro desta lógica, o primeiro passo da libertação fora a queda da monarquia. Mas emancipação não significa, embora se encontre próxima numa determinada galáxia de significados, democratização.

Interessa-nos, pois, perceber se este foi ou não um regime democrático. No entanto, o âmbito da análise pode ser um pouco mais vasta, não se reduzindo ao regime. Uma das características da Primeira República foi exactamente a existência de um campo político, de uma *cidade* que era mais vasta que o aparelho de Estado. O republicanismo foi sempre mais do que o PRP, foi sempre mais do que a tomada do poder do Estado e os governos republicanos. Neste sentido, utilizamos a expressão republicanismo para responder a esta pergunta, continuando a assumir a sua polifonia e não considerando que a “esperança” política cessou no 5 de Outubro de 1910. Continuaram a existir agentes e grupos que achavam que aquela não era a República que imaginaram.

Neste sentido a pergunta tem de ter dois momentos. Para além de saber se a República foi democrática é preciso perceber se o republicanismo e o regime podem ser vistos ou não como um esforço de democratização do sistema político?

Se nos propomos pensar se o republicanismo significou ou não um passo na democratização do sistema político português, é preciso, antes de mais analisar o que se pode entender por democratização e consequentemente por democracia. Como primeira premissa: este conceito não é absoluto e é, pelo contrário, historicizável. O mesmo é dizer que quando estamos a falar de democracia grega e de democracia actual não

⁷⁹³ “A Assembleia Nacional Constituinte proclama e decreta que a forma de Governo de Portugal é a de República Democrática”, *Diário do Governo*, I Série, n.º 157, 8 de Julho de 1911.

estamos a falar da mesma coisa, apesar de podermos argumentar que há um conjunto de características que podemos aliar a este conceito, sob pena de não encontrarmos uma definição mínima que seja operatória e de modo a não esvaziar esta ideia. No dicionário de Cândido de Figueiredo⁷⁹⁴ encontramos uma definição de democracia que associava os seguintes conceitos: soberania popular, governo do povo e influência do povo na governação pública. Ainda se acrescentava a ideia de classe social que compreendia o operariado e a “população ínfima”. Num dicionário publicado⁷⁹⁵ anos mais tarde encontramos uma definição semelhante: “governo em que o povo exerce a soberania; a influência do povo no governo de um estado; sociedade livre em que prepondera a influência popular”. De uma forma bastante explícita encontramos a ideia de povo e de classe operária em oposição à burguesia e à nobreza.

Os republicanos não foram muito claros na definição do que era a democracia e quais eram as suas características. Três ideias fundamentais perpassam todo o seu discurso acerca desta matéria: República e Democracia andavam lado a lado e não era possível existir uma sem a outra; a soberania não residia no rei, mas sim na nação; a República era feita para o povo e com o povo, mas não explicitamente pelo povo – dito de outra forma, nunca foi claro que papel lhe estava destinado ao povo na distribuição do poder. Podemos considerar que um regime democrático mantém um quadro alargado de cidadania, entendida como de base igualitária, com a existência de processos de consulta aos cidadãos sobre a actividade dos governos. Se utilizarmos uma ideia que hoje está indissociavelmente ligada à democracia, a do sufrágio directo secreto e universal, a Primeira República não foi uma democracia. Mas o recurso ao sufrágio não foi apanágio exclusivo de regimes democráticos, sendo que várias ditaduras o utilizaram como ritual, destituído do verdadeiro sentido, como forma de capitalização da credibilidade que entretanto fora ganhando. Tal como mostrou Pedro Tavares de Almeida, há aspectos relevantes na análise das diferentes legislações eleitorais que se prendem com o tipo de sufrágio (directo ou indirecto, público ou secreto), o direito de voto e as condições de elegibilidade, a organização dos círculos e modo de escrutínio.⁷⁹⁶ O sufrágio universal era um assunto complicado e controverso. No final do século XIX causava apreensão, não só entre conservadores. Existiu uma ala do

⁷⁹⁴ FIGUEIREDO, Cândido de, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913.

⁷⁹⁵ *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, feito sobre o plano de F. J. Caldas Aulete*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1925.

⁷⁹⁶ ALMEIDA, Pedro Tavares de (organização e introdução), *Legislação Eleitoral Portuguesa 1820-1926*, Lisboa, INCM, 1998, pág. X.

liberalismo que reivindicara o alargamento do sufrágio⁷⁹⁷ e esta reivindicação coexistiu no republicanismo, a par da ideia de sufrágio universal.

A entrada do povo com foros de maioria na vida política através do sufrágio universal era vista com desconfiança. O argumento central, na maioria dos casos prende-se com o que era considerado como a falta de preparação das massas para, de forma crítica e ponderada, exercer o direito de voto. Para muitos chefes de fila da política de final do século XIX e inícios do século XX, a dúvida que se punha prendia-se com a possibilidade ou a capacidade de inserção – e controle – das massas. Os republicanos que conseguiram impor o seu domínio sobre o aparelho de Estado partilharam um receio da democracia. Este receio, apesar dos discursos em louvor da democracia, prende-se exactamente com a questão do medo do inesperado que seria abrir o sistema a todos e todas. O direito de voto seria concedido se se pudesse perceber qual seria o resultado final de uma votação. Em Março de 1911, o republicano Henrique Cardoso foi chamado a dar a sua opinião sobre a futura lei eleitoral, explicando que Lisboa e Porto seriam reguladas pelo método de Hondt. À pergunta “Não seria, todavia, mais democrática, observamos nós a representação de minorias?”, respondeu: “De modo nenhum, dado o número reduzidíssimo do nosso eleitorado. Nós não temos culpa de havermos herdado da monarquia uma situação desgraçada em que as populações se não acham preparadas para intervir conscientemente na vida nacional.”⁷⁹⁸ Acerca da lei eleitoral de 1911, muitos republicanos consideram que, nesta linha de raciocínio, era preciso evitar a influência de caciques monárquicos e de “reaccionários”.

Apesar do sufrágio universal não ser concedido, existiu a ideia, por parte de republicanos, que a situação política era diferente e sensivelmente melhor que a anterior: “Hoje, o povo fala, aplaude ou protesta, paga mas colabora na direcção dos negócios públicos do Estado. Vivemos em democracia.”⁷⁹⁹

O mais perto que se chegou desse momento de concessão do sufrágio universal foi durante o consulado de Sidónio Pais. Os decretos de 11 e 30 de Março de 1918, a chamada “Constituição de 1918” introduziram alterações de vulto na arquitectura republicana, de entre as quais o estabelecimento do sufrágio universal⁸⁰⁰, procurando

⁷⁹⁷ MÓNICA, Maria Filomena, “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910”, *Análise Social*, vol. XXI (5º), n.º 139, 1996, pág. 1041.

⁷⁹⁸ *O Mundo*, n.º 3712, 2 de Março de 1911.

⁷⁹⁹ *O Mundo*, n.º 3726, 16 de Março de 1911.

⁸⁰⁰ “Serão eleitores todos os cidadãos portugueses, do sexo masculino, maiores de 21 anos, que estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos e residam em território nacional há mais de seis meses.” No decreto n.º 4676 de 19 de Julho, o legislador permite à mulher portuguesa o desempenho de várias

recuperar uma velha promessa nunca cumprida, agora ao serviço de um chefe que procurava uma fonte de legitimação plebiscitária. Ou utilizando a argumentação do sidonismo: “Em obediência ao mesmo princípio de sufrágio universal e para obter a mais definitiva sanção legal ao acto revolucionário de 5 de Dezembro a que todas as classes sociais deram já o seu aplauso, o Governo entende submeter ao sufrágio popular a eleição do Supremo Magistrado da Nação.”⁸⁰¹ O prestígio da autoridade não podia ser contaminado por suspeitas de partidarismo. No entanto, esta concessão do sufrágio universal masculino foi feita num quadro político que remete para a crítica da política enquanto luta de facções e não para um cenário de efectiva democratização.

Resta saber se podemos encontrar no regime e no movimento um processo de democratização. A democratização, segundo Charles Tilly⁸⁰², pode ser entendida como um processo político que ocorre no tempo longo, e cujas circunstâncias que lhe servem de catalisador e de conjuntura variam temporal e geograficamente. O processo de democratização não é de forma alguma singular, existindo múltiplos caminhos para a democracia. Em todos os ambientes políticos se verifica a existência de obstáculos à democratização, que podem diminuir em determinadas circunstâncias. O autor teceu ainda uma última consideração sobre o assunto: “(...) democratization has rarely occurred, and still occurs rarely, because under most political regimes in most social environments major political actors have strong incentives and means to block the very processes that promote democratization.”⁸⁰³ Com este quadro teórico formulamos a nossa primeira ideia: o republicanismo e os anos da República foram uma fase num processo de democratização longo, complexo e não sempre linear, apesar de não ter concedido o prometido sufrágio universal.

A cidadania moderna pensada na sua forma clássica inclui três aspectos: os direitos civis, os políticos e os sociais⁸⁰⁴. Margaret Somers propõe uma outra abordagem ao mesmo conceito: “The rights-based definition of citizenship can also be revised – citizenship cannot be explained by looking for rights granted “ready-made” by states. Instead, the focus must be on the presence of national universal laws and legal

funções públicas, reconhecendo que ainda não podem acompanhar as “adiantadas sociedades anglo-saxónicas” na concessão de voto.

⁸⁰¹ Decreto n.º 3997, *Diário do Governo*, I série, n.º 64, de 30 de Março de 1918.

⁸⁰² TILLY, Charles, “Processes and Mechanisms of Democratization”, *Sociological Theory*, vol. 18, n.º 1, 2000: 1-16.

⁸⁰³ *Ibidem*.

⁸⁰⁴ Trabalho de T. H. Marshall citado em SOMERS, Margaret, “Citizenship and the Place of the Public Sphere: Law, Community, and Political Culture in the Transition to Democracy”, *American Sociological Review*, vol. 58, n.º 5, 1993: 587-620.

institutions, which under certain conditions of place, political culture, and participation could be transformed into rights.”⁸⁰⁵ A análise deve incluir não apenas a questão do estado e da economia, mas a família, comunidade, vida associativa e esferas públicas políticas. Utilizando e alargando a definição de Habermas de esfera pública, é possível pensar o processo político ocorrido durante o regime republicano como uma tentativa de democratização através da participação de uma sociedade civil com elementos populares activos.⁸⁰⁶

Pensemos qual foi a contribuição – porque, de facto, existiu – do republicanismo, mais até do que a República, para o processo de democratização da sociedade portuguesa.

Primeiro que tudo, o movimento republicano feito a várias vozes, e sobretudo com vozes antes em silêncio, pôs em prática uma primeira premissa teórica importante que se prende com a afirmação de que a vida pública interessa a toda a comunidade e que todos, sem excepção, podem discutir tudo o que se relaciona com as opções e orientações tomadas, bem como os fundamentos do sistema. O caso exemplar é o das mulheres que, de forma sistemática, quiseram pensar e ser ouvidas.

Foi assim democratizada a produção de sentido sobre a vida pública. A sociedade e a história, bem como o futuro que se imaginava eram pensados de diferentes formas e diversos agentes consideravam que tinham o direito (e o dever) a fazer a sua leitura e a escolher a sua forma de acção política.

Ser capaz de produção de sentido implicava ter as ferramentas críticas e as bases teóricas necessárias. A elite republicana apostou em dois processos que correram paralelos e que se podiam resumir em duas ideias: em primeiro lugar, a democratização do saber e, em segundo, a democratização do ensino. Podemos sempre, legitimamente, questionar o alcance de cada uma destas opções. A resposta seria sempre desfavorável ao republicanismo. No entanto, o que aqui interessa é a ideia e não as dificuldades da sua aplicação prática. Os republicanos procuraram difundir os conhecimentos científicos, culturais e políticos, bem como, quer enquanto movimento, quer enquanto poder, defenderam a absoluta necessidade de instrução universal como a única forma de lutar contra o que a sociedade tinha de mais arcaico. Para que no futuro o cidadão pudesse participar na vida pública – e aqui residia um preconceito que acabava por afastar do sufrágio uma enorme massa da população – e melhorar a sua condição

⁸⁰⁵ SOMERS, Margaret, “Citizenship and the Place of the Public Sphere: Law, Community, and Political Culture in the Transition to Democracy”, *American Sociological Review*, vol. 58, n.º 5, 1993: 587-620.

⁸⁰⁶ *Ibidem*.

económica e social – com base numa crença no valor do mérito, como forma de promover a mobilidade social ascendente – a instrução era obrigatória. Há um optimismo iluminista, racionalista que acreditava na redenção do Homem pela instrução, ideia que o século XX, com toda a violência dos seus conflitos e com toda a violência da desconstrução cultural e científica demonstrou ser uma utopia.

Se se pode pensar a política, na sua acepção mais vasta, é necessário abrir o espaço público que comporta a verdadeira acção política que tem de ter lugar na cidade. O republicanismo lançou, a nível da micro-política o espaço e o tempo para esta abertura. A sua célula base é o centro republicano, enquanto lugar privilegiado da sociabilidade política e, de uma forma concomitante, a imprensa republicana.

O republicanismo alimentou a possibilidade de luta, e não só de expressão, pelos direitos a todos os que deles se achavam privados. Foi neste caldo cultural que se fortaleceu a imposição da participação na vida pública, apesar desta não se ter transformado imediatamente em direitos efectivos.

Na família, a procura de emancipação por parte de uma minoria de mulheres (a que se poderia somar o efeito da legislação republicana sobre a mesma esfera) foi o início de um atribulado percurso que se iria efectuar século XX afora. Nas diferentes comunidades que compunham a sociedade, o processo de discussão foi amplificado, mercê do movimento associativista político ou não, embora nos interesse neste caso acentuar a galáxia de organizações que se associamos ao republicanismo.

A esfera pública política foi aberta, por vezes de uma forma violenta. As ruas, os cafés, as tabernas eram locais políticos. Ainda que muitas vezes, as massas fossem utilizadas de forma cenográfica – mas ainda assim não estamos a falar da *estetização da política*⁸⁰⁷ associada ao fascismo – elas estavam presentes, falavam e actuavam.

A vida política da Primeira República foi participada e, mais do que isso, foi violenta e atribulada. Duvidamos que possa existir uma sociedade sem divergências e estas fazem parte do núcleo central do que se entende por política. A Política não é a existência de uma só voz – e provavelmente, por consequência, uma só autoridade.

A vida política da Primeira República, no tocante ao campo republicano, pode caracterizar-se pela diversidade ou pela polifonia de vozes que sempre caracterizaram quer o movimento quer o poder republicano. No entanto, não aceitamos o argumento de que, sendo um caos, a única solução para a normalização da vida política era a ditadura.

⁸⁰⁷ BENJAMIN, Walter, *A Modernidade*, edição e tradução de João Barrento, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.

Quando a ditadura negou a dissensão e a divergência estava a negar a própria política. E, neste caso, o sidonismo foi um importante prenúncio do Estado Novo e desta forma de encarar a política ao construir a ideia de que o Presidente da República não era um político, no sentido pejorativo da palavra, mas estava acima da política. Estar acima era criar uma ficção que remete para o monolitismo e o abafamento de vozes divergentes que mais uma vez nega a essência do que é a política.

De algum modo, fazia-se com a República uma importante aprendizagem – que ao tempo se revelou infrutífera – de como ter estabilidade e, simultaneamente, não abafar as divergências políticas.

Pode admitir-se que a democratização do sistema político português só teve lugar depois do 25 de Abril de 1974. No entanto, é preciso reconhecer que a Primeira República, a sua pluralidade de vozes e experiências faz parte de um processo de modernização e de democratização políticas, sobretudo porque, como se dizia na peça *5 de Outubro*⁸⁰⁸, a política não pertencia mais apenas aos políticos.

⁸⁰⁸ GONÇALVES, Manuel, *5 de Outubro. Episódio da Revolução em 2 actos*, Lisboa, Bordalo, 1912.

Fontes e Bibliografia

Arquivos

Arquivo de História Social do Instituto de Ciências Sociais:
Espólio Pinto Quartim;
Espólio César de Oliveira (núcleo Alexandre Vieira).

Arquivo Distrital do Porto:
Governo Civil: *Constituição de um Centro Republicano*, 1920;
Governo Civil: *Estatutos do Centro Republicano Democrático*, 1912;
Governo Civil: *Estatutos do Centro Republicano do Marco*, 1912;
Governo Civil: *Estatutos do Centro Republicano de Rio Tinto*, 1913.

Arquivo Histórico Militar

Arquivo Histórico Social, Biblioteca Nacional de Lisboa

Arquivo Histórico Municipal de Tavira:
Centro Democrático Tavirense. Inscrição de sócios, 1911;
Inventário de móveis e utensílios do Centro Republicano Unionista de Tavira, 1912;
Livro de Actas das Assembleias Gerais do Centro Republicano de Tavira, 1911-1924;
Livro de Actas das sessões da Direcção do Centro Republicano, 1911-1925.

Arquivo Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico

Arquivo Oliveira Salazar, Torre do Tombo:
AOS/CO/PC-42: *Correspondência sobre as seguintes questões: Realização de um trabalho sobre o regicídio da autoria do Dr. António Rodrigues Cavalheiro*.

Fundação Mário Soares
Espólio Carvalhão Duarte.

Public Record Office, Foreign Office:
Portugal. Annual Reports from 1914 to 1918.

Fontes

ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa*, vol. I, Lisboa-Rio de Janeiro, Aillaud e Bertrand-Livraria Francisco Alves, 1913.

ABREU, Jorge de, *A revolução portuguesa. O 5 de Outubro (Lisboa, 1910)*, s.l., Casa de Alfredo David, 1912.

AGUIAR, Asdrúbal de, *Causas das mortes do Rei D. Carlos e do Príncipe Real D. Luís Filipe*, Lisboa, s.n., 1959 (separata de *Imprensa Médica*, ano XXIII).

ALBUQUERQUE, António de, *A execução do rei Carlos. Monárquicos e Republicanos*, Bruxelas, Imp. Liberté, 1909.

- ALBUQUERQUE, António de, *O Marquês da Bacalhoa seguido de A execução do Rei Carlos. Monárquicos e Republicanos*, Lisboa, Frenesi, 2008 (1909).
- ALMEIDA, Fialho de, *Lisboa Monumental*, Lisboa, Frenesi, 2001 (1906).
- ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, Coimbra, Fortunato de Almeida Editor, 1929.
- ALMEIDA, Jayme de, *A Questão Feminista. Esboço Crítico*, Porto, Livraria Portuguesa, 1909.
- ALMEIDA, Luz de, “A obra revolucionária da propaganda. As sociedades secretas.” In MONTALVOR, Luís de (dir.), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932.
- ALMEIDA, Virgínia de Castro, *A Mulher. História da Mulher. A Mulher Moderna. Educação*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913.
- ARRIAGA, Manuel de, *Na primeira presidência da República Portuguesa. Um rápido relatório*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de A. M. Teixeira, 1916.
- AZEVEDO, Augusto de, *Viva a República! Brado Revolucionário contra o despotismo monárquico*, Lisboa, Typ. Gutierrez, 1881.
- BAPTISTA, Casimiro A., *Cartilha do Zé Povinho. Diálogo entre o Zé da Aldeia e o Zé da Cidade em que pela terceira vez se encontram e conversam largamente sobre outros escândalos da monarquia*, Lisboa, Kiosque do Cais do Sodré, 1885.
- BARBUDA, António Inocêncio, *O cidadão constitucional: dialogo entre hum cidadão, e dois filhos militares*, Lisboa, s.n, s.d.
- BARROS, Teresa Leitão de, *Escritoras de Portugal. Génio feminino revelado na literatura portuguesa*, Lisboa, s.n., 1924.
- BASTOS, Teixeira, *Projecto de um Programa Federalista Radical para o Partido Republicano Português*, Lisboa, Livraria Internacional, 1886.
- BATALHA, Ladislau, *A Nova Inquisição. O Directório Republicano e os seus actos perante a opinião pública*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1876.
- BRAGA, Teófilo, *História das Ideias Republicanas em Portugal*, Lisboa, Vega, 1983 (1880).
- BRAGA, Teófilo, *Dissolução do Sistema Monárquico Constitucional*, col. Biblioteca Republicana Democrática, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1881.
- BRAGA, Teófilo, *Contos tradicionais do povo português*, Porto, Livraria Universal, s.d. [1883].
- BRANDÃO, Raul, *Memórias*, edição literária de José Carlos Seabra Pereira, Lisboa, Relógio d’Água, 1998 (1919-1933).
- BRANDÃO, Raul, *Os Operários*, fixação do texto, introdução e notas por Túlio Ramires Ferro, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1984.
- BRANDÃO, Raul, *Memórias*, vol. III, *Vale de Josafat*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, s.d. (1933).
- BRANDEIRO, João (João Ri-Brando), *Um Revolucionário, Peça em um acto*, Luanda, Oficina Papelaria Luso-Brasileira, 1911.
- BRAZ, Pe. Sebastião de Oliveira, *D. António de Sousa Barroso. Esboço da sua biografia. Preto de saudosa recordação à sua memória abençoada*, Porto, Livraria Portuguesa Editora, 1921.

BREYNER, Thomaz de Mello, Conde de Maфра, *Diário de um monárquico. 1908-1910*, transcrição, selecção, anotações e nota prévia de Gustavo de Mello Breyner Andresen, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2004.

BRUN, André, *A Baixa às quatro da tarde*, conferência proferida no Salão da Trindade no dia 8 de Dezembro de 1910, Lisboa, Grifo, s.d. [1999].

Bula do Santíssimo Padre Leão XII, Letras Apostólicas de Nosso Santíssimo Senhor Pela Divina Providência o Papa Leão XII, Nas Quais São Condenadas As Seitas Ocultas e Secretas, Roma, Tipografia da Reverenda Cura Apostólica, 1826.

CABRAL, António, *Os culpados da queda da monarquia*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, s.d. [prefácio datado de 1946]

CAMACHO, Manuel de Brito, *A Educação Nacional*, organização e prefácio de António Aresta, Dafundo, Editorial Tágide, 2007.

CAMACHO, Manuel de Brito, *A reacção*, Lisboa, Luz, 1932.

CAMPOS, Agostinho de, *O Homem, a Ladeira e o Calhau. Breviário de desencanto político*, Paris-Lisboa, Porto e Rio de Janeiro, Aillaud e Bertrand, Chardron, Francisco Alves, 1924.

CAMPOS, Gualdino de, *Cancioneiro de músicas populares*, prefácio de Teófilo Braga, vol. 1, fasc. 1 (1893)-vol. 3, fasc. 75 (1899), Porto, Typ. Occidental, 1893-1899.

CARNIDE, Conde, *Notas Pessoais. Na Intimidade de João Franco. O Homem e o Político*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, s.d. [prefácio de 1954].

CARQUEJA, Bento, *O capitalismo moderno e as suas origens em Portugal*, Porto, Livraria Chardron, 1908.

Cartas D'El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu último presidente do Conselho, prefácio de Rui Ramos, Lisboa, Bertrand Editora, 2006.

Cartas Políticas de Sua Magestade El-Rei o senhor D. Manuel II, coligidas por Alfredo Pimenta, com um prefácio de «Um Monárquico», Lisboa, Depositária – Portugalia, 1922.

Cartilha do Povo ou Breve Compêndio dos seus direitos e obrigações, para uso dos habitantes do concelho de Mogadouro e de todo o distrito de Bragança, Paris e Lisboa, Tipografia Aillaud & C.^a, 1901.

CARVALHO, José de, *Antes e depois da República. Memórias de um Revolucionário Civil (oficialmente desconhecido) e empregado público pouco lembrado para recompensas*, Lisboa, edição do autor, 1923.

CHAGAS, João e ex-Tenente COELHO, *História da Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891*, Lisboa, Empresa Democrática de Portugal, 1901.

CHAGAS, João, *Trabalhos forçados*, Lisboa, Folha do Povo, 1900.

CHAGAS, João, *Cartas Políticas*, Lisboa, edição do autor, 1908 e 1910.

COELHO, Luís de Ornellas Pinto, *A Reacção e o Progresso*, Lisboa, Nova Livraria Internacional, 1877.

COELHO, Trindade, *Manual Político do Cidadão Português*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1906.

COMISSÃO DE PROPAGANDA DO CENTRO REPUBLICANO DEMOCRÁTICO DE LISBOA, *Os Direitos do Homem e do Cidadão*, Lisboa, Imprensa Democrática, 1878.

Como se fez a República, por um Grupo de Revolucionários, Lisboa, Álvaro Botelho, 1910.

- CORPECHOT, Lucien, *Memories of Queen Amélie of Portugal*, Londres, Eveleigh Nash, 1915.
- CORREIA, Félix, *Quem matou o rei D. Carlos!*, Lisboa, Portugália Editora, s.d.
- COSTA, Afonso, *Les finances portugaises. Des faits et des chiffres. Discours prononcé à Porto le 9 de Novembre de 1913*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.
- COSTA, Emília de Sousa, *Maria Amália Vaz de Carvalho. A Mulher. A Escritora*, Lisboa, Soc. Nacional de Tipografia, 1934.
- CRISPIM (pseud.), *O Sr. Bernardino Machado nunca existiu*, Lisboa, edição do autor, s.d.
- DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa. Terceira série (1905-1908)*, Lisboa, Livraria Clássica Editora de M. Teixeira e C.^a, 1907.
- DIAS, Carlos Malheiro, *Em redor de um grande drama*, Lisboa, Vega, 1985.
- DIAS, Carlos Malheiro, *O estado actual da Causa Monárquica. 1912-1913*, Lisboa, Tipografia Editora José Bastos, s.d.
- DIAS, Carlos Malheiro, *Os Teles de Albergaria*, Lisboa, Tipografia «A Editora», s.d. [o texto da 1.^a edição foi escrito entre Setembro de 1900 e Fevereiro de 1901. Esta edição foi acabada de rever em Janeiro de 1910].
- DIAS, Carlos Malheiro, *Quem é o rei de Portugal?*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos e C.^a, 1908.
- DIAS, José Lopes, *O Coronel Malaquias de Lemos e a Revolução de 5 de Outubro (Novos Documentos)*, Lisboa, s.n., 1960 (separata de *Estudos sobre Castelo Branco: Revista de História e Cultura*, n.º 14).
- Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, feito sobre o plano de F. J. Caldas Aulete*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1925.
- DINIZ, Baptista, *Carbonários. Drama em um acto, original*, Lisboa, Livraria Portuguesa, s.d.
- Discurso proferido pelo ilustre estadista Doutor Afonso Costa no Centro Republicano Democrático de Santarém no dia 10 de Novembro de 1912*, Tavira, Tipografia Democrática, 1914.
- Documentos Políticos. Encontrados nos Palácios Reais depois da Revolução Republicana de 5 de Outubro de 1910*, edição ordenada pela Assembleia Nacional Constituinte em sessão de 13 de Julho de 1911, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915.
- DUARTE, Teófilo, *Sidónio Pais e o seu consulado*, Lisboa, Portugália, s.d. [concluído em 1941].
- Estatutos da Associação Nacional Propagadora do Ensino*, Lisboa, Tipografia da Papelaria Palhares, 1901.
- Estatutos de O Vintém das Escolas*, Lisboa, Tipografia e Papelaria Rua da Escola Politécnica, 1901.
- Estatutos do Centro Escolar Republicano Dr. Alexandre Braga*, Lisboa, Tipografia “Elite”, s.d. [1934].
- Estatutos do Centro Republicano Democrático de Carrazeda de Anciães*, Porto, Papelaria e Tipografia Académica, 1912.
- Estatutos do Centro Republicano Democrático*, Lisboa, Tipografia La Becarre, 1912.
- Estatutos e Regulamento Interno da Associação do Registo Civil*, Lisboa, Tipografia Almeida & Machado, 1912.
- FALCÃO, José, *Cartilha do Povo*, Lisboa, Livraria Central, 1909.

- FERREIRA, Armando, *Os humildes. Cenas da vida real*, Empresa Literária Universal, s.d.
- FERREIRA, João Maria, *Combatendo. I O Marquês de Pombal (poemeta anti-jesuítico)*, Lisboa, Livraria Avelar Machado, s.d. [prefácio datado de 1907].
- Festa de Solidariedade Escolar em homenagem ao Ex.mo Sr. Pedro Boto Machado promovida pelo Centro Escolar Republicano Dr. Magalhães Lima em 31 de Janeiro de 1916*, Lisboa, Tipografia de Francisco Luís Gonçalves, 1916.
- FIGUEIREDO, Cândido de, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1913.
- FONSECA, Tomás da, *Cartilha Nova para o José Povinho ler à noite, ao serão*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1911.
- FONSECA, Tomás da, *Memórias dum chefe de gabinete*, Lisboa, Livros do Brasil, 1949.
- GALLIS, Alfredo, *A Baixa. Lisboa no século XX (A grande aldeia)*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1910.
- GOMES, Manuel Teixeira, *Correspondência*, vol. I, *Cartas para Políticos e Diplomatas*, colectânea, introdução e notas de Castelo Branco Chaves, Lisboa, Portugália Editora, 1960.
- GONÇALVES, Manuel, *5 de Outubro. Episódio da Revolução em 2 actos*, Lisboa, Editor Arnaldo Bordalo, 1912.
- História da Implantação da República Portuguesa. Da Monarquia para a República. Relato do Movimento que originou a implantação da República em Portugal*, prefácio de Magalhães Lima, Lisboa, Empresa de Publicações Populares, s.d.
- História dos grandes e esplendidos festejos do 2.º aniversário da implantação da República*, Porto, Livraria Editora de Joaquim Maria da Costa, s.d.
- História dos grandes e esplendidos festejos do aniversário da implantação da República*, Porto, Livraria Editora de Joaquim Maria da Costa, s.d.
- INTENDENTE, Artur do e BARATA, Armando, *Disparates em verso. Canções humorísticas ao Fado*, Lisboa, Livraria Barateira, 1930.
- JUNQUEIRO, Guerra, *Horas de Luta*, Porto, Lello & Irmão, 1965 (1920).
- JUNQUEIRO, Guerra, “À mocidade das escolas. *Finis Patriae*” (8 de Dezembro de 1890). In JUNQUEIRO, Guerra, *Horas de Luta*, Porto, Lello & Irmão, 1965 (1920).
- LAFARGUE, Paul, *Catecismo do Trabalhador*, Lisboa, Tipografia Lealdade, 1904.
- LARANJEIRA, Manuel, *O Pessimismo Nacional, ou de como os portugueses procuram soluções de esperança em tempos de crise social*, Lisboa, Padrões Culturais Editora, 2008 (1907-1908).
- LEAL, Francisco Pinto Cunha, *As minhas memórias. Coisas de tempos idos*, vol. II, *Na periferia do tufão. De 1 de Janeiro de 1917 a 28 de Maio de 1926*, Lisboa, edição do autor, 1967.
- Legislação Republicana. Primeiras Leis da República Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Palhares, 1910-1911.
- LEITÃO, Joaquim, *Diário dos vencidos. Subsídios para a revolução do cinco de Outubro*, Porto, edição do autor, 1911.
- LEITÃO, Joaquim, *Os Cem Dias Funestos*, Porto, edição do autor, 1912.

- LEITE, Berta, *A Mulher na História de Portugal (Palestras comemorativas dos Centenários proferidas ao microfone da Emissora Nacional)*, Lisboa, Centro Tipográfico Colonial, 1940.
- LIGA NACIONAL DE INSTRUÇÃO, *Terceiro Congresso Pedagógico Abril de 1912*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.
- MACHADO, Bernardino, *Pela República. 1906-1908*, Lisboa, edição do autor, 1908.
- MADUREIRA, Joaquim, VIVERO, Augusto e LA VILLA, António de, *Machado Santos, a Carbonária e a Revolução de Outubro*, prefácio de João Medina, Lisboa, Cooperativa Editora História Crítica, 1980.
- MAGRO, Abílio, *A Revolução de Couceiro. Revelações escandalosas. Confidências. Crimes*, Porto, Imprensa Moderna, 1912.
- MALHEIRO, *Arriscado, Rubros. (Versos de um novo)*, Porto, Imprensa Nacional, 1894.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Discursos Parlamentares de Afonso Costa*, vol. I, 1900-1910, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1973.
- MARTINS, Rocha e OLIVEIRA, Lopes de, *A Revolução de 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Edições Excelsior, s.d.
- MARTINS, Rocha, *D. Manuel II. História do seu reinado e implantação da República*, Lisboa, edição do autor, 1931.
- MARTINS, Rocha, *João Franco. O último cônsul de D. Carlos*, Lisboa, Bonecos Rebeldes, 2007.
- MATOS, Sérgio Campos (coord.), TRAVESSA, Elisa Neves e FREITAS, Joana Gaspar de (orgs.), *Manuel de Arriaga. Documentos Políticos*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- Memórias do Sexto Marquês do Lavradio*, coordenadas por José Luíz de Almeida (Lavradio), Lisboa, Edições Ática, 1947.
- MIGUÉIS, José Rodrigues, *A Escola do Paraíso*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993 (1960).
- MIGUÉIS, José Rodrigues, *O Milagre segundo Salomé*, vol. I, Lisboa, Editorial Estampa, 2000 (1975).
- MIRA, Ferreira e RIBEIRO, Aquilino, *Brito Camacho*, Lisboa, Bertrand, s.d. [prefácio de 1942].
- MONIZ, Egas, *Um ano de política*, Lisboa, Portugal Brasil Sociedade Editora, s.d. [preâmbulo de Maio de 1919].
- MONTALVOR, Luís de (dir), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932.
- NEVES, Roberto das, *O espectro de Buiça (Tragédia das deportações)*, Lisboa, Edição do Comité Pró-Presos por Questões Sociais, 1926.
- NUNES, José Maria, *A Bomba Explosiva. Documentos de diversos revolucionários (28 de Janeiro de 1908 a 5 de Outubro de 1910)*, Lisboa, Editor José Maria Nunes, 1912.
- ORTIGÃO, Ramalho, *Últimas Farpas, 1911-1914*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1946.
- OSÓRIO, Ana de Castro, *As Operárias das fábricas de Setúbal e a greve. Resposta de Ana de Castro Osório ao "Germinal"*, Setúbal, Editora – Sociedade Proprietária do Jornal "O Radical", 1911.
- OSÓRIO, Ana de Castro, *De como Portugal foi chamado à guerra. História para crianças*, Lisboa, 1919 (1918).
- PAIVA, Xavier de, *Os Maltrapilhos*, Lisboa, s.n., 1875.

- PAIVA, Xavier de, *O Passado e o Futuro. (Poesia Revolucionária)*, Lisboa, Tipografia Progressista, 1880.
- PEREIRA, Manuel Domingues, *Os Filhos do Povo, Poesia Democrática*, dedicada aos Ilustres Tribunais do Partido Republicano Português, Lisboa, Imp. Minerva, 1884.
- PESSOA, Fernando, *Da República (1910-1935)*, recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, introdução e organização de Joel Serrão, Lisboa, Ática, 1979.
- PIRES, Ernesto, *O Evangelho da Revolução*, Porto, Tipografia de Artur José de Sousa & Irmão (Editores), 1881.
- PIRES, Ernesto, *Canções da Canalha*, Lisboa, João José Baptista – Editor, 1883.
- Problemas sociais e económicos. Texto integral da Encíclica «Rerum Novarum» de Leão XIII e da encíclica «QUADRAGESIMO ANNO» de Pio XI*, Porto, «A Voz do Pastor», s.d.
- PROENÇA, Raul, *Guia de Portugal*, vol. I, *Generalidades. Lisboa e Arredores*, apresentação e notas de Sant'Anna Dionísio, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 (1924).
- Programa da União Republicana*, Lisboa, Manuel Lucas Torres, 1912.
- Programa do Partido Republicano Português*, Lisboa, A Liberal – Oficina Tipográfica, 1908.
- Programa e Lei Orgânica do Agrupamento Político Integridade Republicana*, Lisboa, Tipografia Adolfo de Mendonça, 1911.
- Programa para a Comemoração da Guerra Peninsular e Respectivo Relatório Elaborados pela Comissão nomeada por portaria de 2 de Maio de 1908*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908.
- QUEIROZ, Eça de, *A Capital*, Lisboa, Livros do Brasil, 2001 (1925).
- QUEIROZ, Vasco de Barros, *Episódios da vida do político Thomé de Barros Queiroz*, Lisboa, Editorial Eva, 1985.
- Quinquagenário. 1858 a 1908. Cinquenta anos de actividade mental de Teófilo Braga julgados pela crítica contemporânea de três gerações literárias*, homenagem organizada por Marques Braga, Afonso Lopes Vieira, Magalhães Lima, Agostinho Fortes, Mayer Garção, Boto Machado, Álvaro Afonso Barbosa, Frederico Parreira, Urbano Rodrigues e Heliodoro Salgado, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos e C.^a, 1908.
- REDOL, Alves, *Os Reineiros*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1986 (1974).
- Regulamento do Centro Escolar Dr. António José de Almeida*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1907.
- Regulamento do Centro Escolar Republicano Dr. Evaristo de Carvalho*, Figueira, Tipografia Popular, 1911.
- Regulamento do Centro Republicano de Salreu (Estarreja)*, Lisboa, Tipografia Fernandes, 1913.
- Regulamento do Centro Republicano Democrático de Évora*, Évora, Minerva Comercial, 1913.
- Relatório do Governo apresentado às Câmaras Legislativas em 2 de Dezembro de 1913*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.
- Relatório sobre o Orçamento Geral do Estado para 1912-1913 apresentado ao Congresso da República em 30 de Junho de 1913*, s.l., s.n., s.d.

- RELVAS, José, *Memórias Políticas*, vol. 1, prefácio de João Medina, apresentação e notas de Carlos Ferrão, Lisboa, Terra Livre, 1977.
- RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se*, Lisboa, Bertrand, 2008 (1974).
- RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se. Memórias*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974.
- RIBEIRO, Armando, *O começo de um reinado – seguido de A caminho da República (2.ª parte) e A revolução Portuguesa (3.ª parte)*, Lisboa, João Romano Torres & C.ª, s.d.
- RIBEIRO, Armando, *História da revolução portuguesa*, Lisboa, João Romano Torres, 1915.
- SÁ, Ayres de, *Rainha D. Amélia*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, s.d.
- SAMPAIO, Albino Forjaz de, *Poetisas de hoje*, Lisboa, Empresa Diário de Notícias, 1931.
- SANTOS, Alves dos, *O Regicídio: discurso proferido na comemoração fúnebre, mandada celebrar pela universidade, em homenagem à memória do rei e do príncipe assassinados*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1909 (separata do *Anuário da Universidade*).
- SANTOS, Machado, *A Revolução Portuguesa. 1907-1910*, prefácio de António Reis, Lisboa, Sextante Editora, 2007 (1911).
- SANTOS, Raúl Esteves dos, *Figuras Esquecidas. O poeta Xavier de Paiva*, Lisboa, Imprensa Barveth, 1935.
- SCWALBACH, Eduardo, *À lareira do passado. Memórias*, Lisboa, edição do autor, 1944.
- SÉRGIO, António, *Breve interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa, 1972 (1929).
- SILVA, António Maria da, *O meu depoimento*, vol. 1, *Da Monarquia a 5 de Outubro de 1910*, prefácio de José Magalhães Godinho, Lisboa, s.n., s.d. [1982].
- SILVA, José, *Memórias de um Operário*, Porto, s.n., 1971.
- SOUSA, F. F. Dias de, *República ou Monarquia? Apreciações e comentários ao movimento revolucionário de 27 de Abril de 1913*, Lisboa, Livraria d'A Modesta Editora, 1913.
- SOUSA, José de, *O Registo Civil*, col. Biblioteca Popular de Orientação Socialista, Lisboa, Secção Editorial da Companhia Nacional Editora, 1898.
- SOUSA, Teixeira de, *Para a história da revolução*, vol I, Coimbra, Livraria Editora Moura Marques & Paraísos, s.d.
- TELES, Basílio, *I – As Ditaduras. II – O regimen revolucionário*, Famalicão, Tipografia Minerva – Editora, 1911.
- TELES, Basílio, *III – A Constituição. IV – Finanças*, Porto, Livraria Moreira, 1911.
- TELES, Basílio, *Memórias Políticas*, fixação do texto, prefácio e índices por António da Costa Dias, Lisboa, Alfa, 1990 (1969).
- Um ano de ditadura. Discursos e alocações de Sidónio Pais*, coligidos e ordenados por Feliciano de Carvalho com um estudo político de João de Castro, col. Biblioteca de Acção Nacionalista, Lisboa, Lusitânia Editora Limitada, 1924.
- UNAMUNO, Miguel de, *Portugal. Povo de Suicidas*, Lisboa, Letra Livre, 2008 (1986).
- União Católica, *Apelo do episcopado aos Católicos Portugueses*, Funchal, Tipografia Camões, 1913.

VASCONCELOS, Carolina Michãelis de, *O Movimento Feminista em Portugal*, organização, prefácio e notas de Luís Carlos Patraquim, Paio Pires, Editorial Seis-Filetes (Fradique), 2002.

VELEDA, Maria, *A Conquista. Discursos e Conferências*, Lisboa, Livraria Central, 1909.

VIEIRA, Augusto José, *História do Partido Republicano Português*, Lisboa, Empresa de Publicações A Democrática, [1909].

O VINTÉM DAS ESCOLAS. MISSÃO ELIAS GARCIA, *Relatório e Contas da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal relativo ao ano de 1913*, Lisboa, Tipografia Bayard, 1913.

VIVERO, Augusto e La VILLA, Antonio de, *Cómo Cae un Trono (La Revolución en Portugal)*, Madrid, Biblioteca Renacimiento, 1910.

WEBSTER, Nesta H., *Secret Societies & Subversive Movements*, Nova Iorque, A & B Publishers Group, 1998 (1924).

Zé Povinho ou a vítima do regimen parlamentar por um veterano da Liberdade, Lisboa, Tipografia Guedes, 1881.

Imprensa

Alma Feminina. Boletim oficial do Conselho das Mulheres Portuguesas, 1920.

Alma Nacional, 1910.

Almanaque das Senhoras, 1871-1925.

Almanaque de A Lucta, director Brito Camacho, Lisboa, Empresa de Propaganda Democrática, 1911.

Almanaque de O Mundo, 1908-1914.

Almanaque de O Primeiro de Janeiro para 1918, Porto, Tipografia a vapor da Empresa Guedes, 1917.

Almanaque Democrático para 1908, Editor-Proprietário Eurico Castelo Branco, Lisboa, Tipografia Lamas & Franklin, s.d.

Almanaque do Cantador de Fados para 1914, Lisboa, Livraria Portuguesa, [1913].

Almanaque Ilustrado de A Capital, Lisboa, Tipografia de «A Capital», 1912.

Almanaque Saraçoano da Proclamação da República Portuguesa, Porto, Livraria Portuguesa, 1911.

Amanhã. Revista Popular de orientação Racional, 1909 (disponível em linha: URL: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/AMANHA/AMANHA.HTM>>).

O António Maria, 1891-1898 (disponível em linha: URL: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/AntonioMariaI/AntMaria_1.htm>).

Anuário Comercial de Portugal, 1902, 1908.

Arquivo Democrático (depois de 1910 passa a denominar-se *Arquivo Republicano*), 1907-1911.

Arquivo Nacional, 1937.

Aurora, 1910.

Boletim Oficial do Grande Oriente Lusitano Unido Supremo Conselho da Maçonaria Portuguesa, 1911.

Brasil-Portugal, 1908-1910 (disponível em linha: URL: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/BrasilPortugal.htm>>).

A Corja, semanário de caricaturas, 1898 (disponível em linha: URL: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/ACorja/ACorja.htm>>).

Correio da Noite, 1909

Crónica Alegre, 1908

Diário Ilustrado, 1906-1910.

A Festa na Cidade, Lisboa, 10 de Junho de 1911 (número único).

Ilustração Portuguesa, 1903-1926.

A Lucta, 1906-1908, 1918.

Miau!, 1916 (disponível em linha: URL: <<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Miau/Miau.htm#Registo>>).

A Mulher Portuguesa, 1912.

O Mundo, 1908-1911.

New York Times, 1908-1910.

O Norte, 1909-1910.

Noventa e Um, Publicação Comemorativa, 1894 (número único).

Novidades, 1908-1910.

O Ocidente, 1910-1911.

O Popular / Diário Popular, 1908-1909.

O Portugal, 1908-1910.

Portugal na Guerra, 1917.

Portugal Novo, director Agostinho Fortes, 1907.

República, 1911-1912, 1950.

Revista Militar, 1907-1914.

Seara Nova, 1921-1922

O Século, 1907-1908.

A Situação, 1918

The Times, 1908, 1910.

A Vanguarda, 1908-1911.

Publicações oficiais

Actas da Assembleia Nacional Constituinte de 1911 (De 15 de Junho a 25 de Agosto), Lisboa, Assembleia da República, 1986.

Anuário Estatístico de Portugal, 1900, 1908-1910, 1917, 1926 (disponível em linha: www.ine.pt).

Diário da Assembleia Nacional Constituinte, 1911.

Diário da Câmara dos Deputados, 1911-1926.

Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, 1908-1909.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, 1902-1903, 1908-1910.

Diário do Congresso, 1911-1926.

Diário do Governo, 1910-1926.

Diário do Senado, 1911-1926.

Leis de Imprensa, 1850, 1898, 1907 (Abril e Junho), 1910 (Outubro e Dezembro), 1912 (15 e 25 de Julho), 1913 e 1914 (disponível em linha: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/LeisdeImprensa/LeisdeImprensa.htm>).

REPÚBLICA PORTUGUESA, *Revolucionários civis e militares reconhecidos pelo Congresso da República e disposições legais que lhes são aplicáveis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1925.

Bibliografia

À urna pela lista republicana de Lisboa! Centenário da vereação republicana em Lisboa, Lisboa, CML-DMC, 2009.

AAVV, *Portugal na Grande Guerra. “Guerristas” e “Anti-guerristas”*, apresentação de J. Medina, col. Cadernos Clio, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986.

ABREU, Luís Machado de, “O trono e o altar no discurso anticlerical português.” In RAMOS, Luís A. de Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins e POLÓNIA, Amélia (coords.), *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.

Actas do Congresso A Vida da República Portuguesa, 1890-1990, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, 1995.

ADÃO, Áurea, e GONÇALVES, Maria Neves, *Instrução Pública no Portugal de Oitocentos. Da administração centralizada à gestão periférica*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

ADELMAN, Paul, *The rise of the labour party. 1880-1945*, Londres e Nova Iorque, Longman, 1996.

ADINOLFI, Goffredo, “António Ferro e Salazar: entre o poder e a revolução.” In PINTO, António Costa e MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, *O Corporativismo em Português. Estado, Política e Sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

- AFONSO, Aniceto, *Grande Guerra. Angola, Moçambique e Flandres. 1914-1918*, col. Guerras e Campanhas Militares da História de Portugal, Matosinhos, QuidNovi, 2008.
- AGULHON, Maurice e BONTE, Pierre, *Marianne. Les visages de la République*, Gallimard, 1992.
- AGULHON, Maurice, *Marianne au Pouvoir. L'imagerie et la symbolique republicaines de 1880 a 1914*, Paris, 2001.
- ALMEIDA, Maria Alice Marques, *A Primeira República Portuguesa e o Estado Providência*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, 1997.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, "Comportamentos eleitorais em Lisboa, 1878-1910", *Análise Social*, vol. XXI (1º), n.º 85, 1985: 111-153.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (organização e introdução), *Legislação Eleitoral Portuguesa 1820-1926*, Lisboa, INCM, 1998.
- ALMEIDA, Pedro Tavares de, PINTO, António Costa e BERMEJO, Nancy (orgs.), *Quem governa a Europa do Sul? O recrutamento ministerial 1850-2000*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado (Notas para uma investigação)*, Lisboa, Editorial Presença, 1980 (1970).
- ALTHUSSER, Louis, *Posições (1964-1975)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
- ALVAREZ JUNCO, José, *La ideologia política del anarquismo español (1868-1910)*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1976.
- ALVES, Daniel, "Lisboa em 1908: um mundo de pequenas lojas." In "*Lisboa e a República.*" *Actas do Colóquio Nacional*, Lisboa, CML-DMC, 2010.
- ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas, "Angelina Vidal – Uma Vida ao Serviço da Propagação da Nova Ideia." In *Actas do Congresso A Vida da República Portuguesa, 1890-1900*, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, 1995.
- AMEAL, João, *História de Portugal. Das origens até 1940*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1974 (1940).
- ANDERSON, Benedict, *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso, 1991 (1983).
- BAIÔA, Manuel (ed.), *Elites e Poder, A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2004.
- BACZKO, Bronislaw, "Imaginação social." In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5, *Anthropos/Homem*, Lisboa, INCM, 1985.
- BADIOU, Alain, *Saint Paul. La Fondation de l'universalisme*, Paris, PUF, 2004.
- BADIOU, Alain, *Le Siècle*, Paris, Éditions du Seuil, 2005.
- BAËNA, Miguel Sanches de, *Diário de D. Manuel e estudo sobre o Regicídio*, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- BANDEIRA, Filomena, *A Universidade Popular Portuguesa nos Anos 20. Os intelectuais e a salvação do povo: entre a Salvação da República e a Revolução Social*, dissertação de mestrado em História dos

Séculos XIX e XX (séc. XX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994.

BARREIROS, Maria Helena, “Arquitecturas do século XIX português. Entre o fim do absolutismo e a abertura da Avenida da Liberdade.” In RODRIGUES, Dalila (coord.), *Arte Portuguesa. Da pré-história ao século XX*, vol. 15, *Da estética romântica à estética naturalista*, Lisboa, Fubu Editores, 2009.

BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1996.

BARREIROS, José António, “Criminalização política e defesa do Estado”, *Análise Social*, vol. XVIII (3º-4º-5º), n.ºs 72-73-74, 1982: 813-828.

BARRIGA, Paulo, *Crónica do regicida invisível. Alfredo Luís da Costa*, Castro Verde, Câmara Municipal de Castro Verde, 2008.

BARROS, Júlia Leitão de, *Afonso Costa*, col. Fotobiografias do Século XX, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.

BASTOS, Glória e VASCONCELOS, Ana Isabel P. Teixeira de, *O Teatro em Lisboa no Tempo da Primeira República*, Lisboa, IPM/Museu Nacional do Teatro, 2004.

BAUDRILLARD, Jean, *O Espírito do Terrorismo*, Porto, Campo das Letras, 2002.

BELCHIOR, Maria de Lourdes, “A literatura e a cultura portuguesa na viragem do século XIX para o século XX”, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, 1973: 11-30.

BENJAMIN, Walter, *A Modernidade*, edição e tradução de João Barrento, Lisboa, Assírio & Alvim, 2007.

BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Apologia da História Política. Estudos sobre o Século XIX Português*, Lisboa, Quetzal Editores, 1999.

BONNELL, Victoria E. e HUNT, Lynn, (eds.), *Beyond the Cultural Turn. New Directions in the Study of Society and Culture*, Berkeley, University of California Press, 1999.

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre, *Meditações Pascalianas*, Oeiras, Celta, 1998.

BOURDIEU, Pierre, *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na Alvorada do Século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

CABRAL, Manuel Villaverde, “The Aesthetics of Nationalism: Modernism and Authoritarianism in Early Twentieth-Century Portugal”, *Luso-Brazilian Review*, vol. XXVI, n.º 1, 1989: 15-43.

CALAFATE, Pedro (org.), *Portugal como Problema*, vol. III, *Século XIX. A Decadência*, Lisboa, Fundação Luso-Americana/Público, 2006.

CALAFATE, Pedro, (org.), *Portugal como Problema*, vol. IV, *Século XX. Os Dramas de Alternativa*, Lisboa, Fundação Luso-Americana/Público, 2006.

CALAFATE, Pedro (dir.) e PIMENTEL, Manuel Cândido (coord.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. IV, *O Século XIX*, tomo 2, Lisboa, Editorial Caminho, 2004.

- CANOTILHO, José Joaquim Gomes, “O Círculo e a Linha. Da «liberdade dos antigos» à «liberdade dos modernos» na teoria republicana dos direitos fundamentais”, *Revista de História das Ideias*, vol. 9, 1987.
- CARVALHO, Alberto Arons de, *A censura e as leis de imprensa*, Lisboa, Seara Nova, 1973.
- CASTELO-BRANCO, Fernando, *Os Primórdios do Partido Republicano em Braga*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972 (separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V).
- CASTELO-BRANCO, Miguel, *Homem Cristo Filho. Do Anarquismo ao Fascismo*, Lisboa, Nova Arrancada, 2001.
- CASTRO, Sílvio, *Poesia do Socialismo Português no percurso de 1850 a 1974*, Lisboa, Edições Colibri, 2010.
- CATROGA, Fernando, *José Falcão. Um Lente Republicano*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1976 (separata de *Biblos*, n.º 52).
- CATROGA, Fernando, *A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1977 (separata de *Biblos*, n.º 52).
- CATROGA, Fernando, *A laicização do casamento e o feminismo republicano*, Coimbra, s.n., 1986 (separata de *Actas do Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1985).
- CATROGA, Fernando, *A Militância Laica e a Descristianização da Morte em Portugal, 1865-1911*, 2 vols., dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.
- CATROGA, Fernando, “Ritualizações da História.” In TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal. (Séculos XIX-XX). Da Historiografia à Memória Histórica*, Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 221-361.
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000 (1991).
- CATROGA, Fernando (coordenação científica), *Optimismo e pessimismo acerca do futuro de Portugal. VIII Curso Livro de História Contemporânea, Lisboa, 21 a 26 de Novembro de 2005*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea, 2008.
- CAVALHEIRO, Rodrigues, *João Franco e os Intelectuais do seu tempo*, Lisboa, s.n., 1963 (separata de *Panorama*, 4.ª ser., n.º 6).
- CAVALHEIRO, Rodrigues, *O regicídio de 1908 e a “rigorosa e implacável lógica” das suas consequências*, Lisboa, s.n., 1965 (separata de *Revista de Cultura Político-Social Sulco*, ano I, n.º 4).
- CHARTIER, Roger, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 2002.
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, *Dicionário dos Símbolos. Mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Lisboa, Teorema, 1994.
- CORNEY, Frederick C., *Telling October. Memory and the Making of the Bolshevik Revolution*, Ithaca e Londres, Cornell University Press, 2004.
- COSTA, Fernando Marques da, *A Maçonaria Feminina*, Lisboa, Editorial Veja, s.d.
- COSTA, Fernando Marques da, *Mulheres, elites e igualitarismos na 1.ª República*, Coimbra, s.n., 1985 (separata de *Actas do Colóquio A Mulher na Sociedade Portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, 1985).
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix, *Rizoma*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2006.

- DIAS, Manuel Augusto, *Tentativa de Republicanização da Província. Um concelho rural do centro do país: Ansião*, dissertação de mestrado em Histórias das Instituições e da Cultura Moderna e Contemporânea apresentada à Universidade do Minho, 1998.
- EILAND, Howard, JENNINGS, Michael W. (eds.), *Walter Benjamin: Selected Writings*, vol. 4, 1938-1940, Harvard, Harvard University Press, 2003.
- ESTEVES, João Gomes, *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Uma organização política e feminista (1909-1919)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1991.
- FARINHA, Luís, *O revirvalho. Revoltas republicanas contra a ditadura e o Estado Novo. 1926-1940*, Lisboa, Estampa, 1998.
- FARINHA, Luís, *Francisco Pinto da Cunha Leal, Intelectual e Político: um estudo biográfico (1888-1970)*, dissertação de doutoramento em História Política e Institucional (séc. XX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003.
- FERREIRA, Fátima Moura, “O Portugal dos «Acácios»: o Conselheiro do Constitucionalismo Monárquico”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, 2007: 195-222.
- FERREIRA, José Gomes, “Uma inútil nota preambular.” In RIBEIRO, Aquilino, *Um escritor confessa-se. Memórias*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1974.
- FERREIRA, José Medeiros, *Portugal na Conferência da Paz. Paris, 1919*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992.
- FERREIRA, José Medeiros, *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.
- FRAGA, Luís Manuel Alves de, *Portugal e a Primeira Guerra Mundial. Os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional, 1914-1916*, dissertação de mestrado em Estratégia apresentada à Universidade Técnica de Lisboa, 1990.
- FRANÇA, José-Augusto, *A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX (1910-1990)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991.
- FRANÇA, José-Augusto, *Lisboetas no Século XX. Anos 20, 40 e 60*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- FRANÇA, José-Augusto, *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2009.
- FRANCO, António Sousa, “As finanças públicas na I República: a continuidade das finanças débeis.” In MEDINA, João (org.), *História Contemporânea de Portugal*, tomo II, Lisboa, Amigos do Livro, 1985.
- FREIRE, João, *Anarquistas e Operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento, 1992.
- GARLICK, Harry, *The final Curtain. State Funerals and the Teatre of Power*, Amesterdão, Rodopi, 1999.
- GARNEL, Maria Rita, “A Mulher como Homem-Máquina”, *Faces de Eva*, n.º 5, 2001.
- GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- GARNEL, Maria Rita, “Os espaços da violência na Lisboa da I República”, *Ler História*, n.º 53, 2007.
- GARNEL, Maria Rita, *Vítimas e Violência na Lisboa da I República*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

- GEISE, Jack P. “Republican ideals and contemporary realities”, *The Review of Politics*, vol. 46, n.º 1, 1984: 23-44.
- GELLNER, Ernest, “Nationalism”, *Theory and Society*, vol. 10, n.º 6, 1981: 753-776.
- GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.
- GIL, José, “Poder.” In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 14, *Estado/Guerra*, Lisboa, INCM, 1989.
- GIL, José, “Constituição.” In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 14, *Estado/Guerra*, Lisboa, INCM, 1989.
- GIL, José, “Nação.” In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 14, *Estado/Guerra*, Lisboa, INCM, 1989.
- GUINOTE, Paulo, *Quotidianos Femininos (1900-1933)*, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1997.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “A I Grande Guerra e a República Portuguesa”, *História*, ano XX, nova série, n.º 28, 2000.
- GONÇALVES, José António Sequeira, *Sidónio Pais e a participação portuguesa na guerra de 1914-1918*, dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1989.
- História da República*, Lisboa, Século, 1960.
- HOBBSBAWM, Eric, “Mass-Producing Traditions: Europe, 1870-1914.” In HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence, (ed.), *The Invention of Tradition*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996 (1983).
- HOBBSBAWM, Eric, *A Era dos Extremos. Breve História do Século XX. 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 1996 (1994).
- HOBBSBAWM, Eric, *Revolutionaries*, Londres, Abacus, 1999.
- HOMEM, Amadeu José de Carvalho, *Conciliação e Confronto no Discurso Republicano (1870-1890)*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1985 (separata da *Revista de História das Ideias*, vol. 7).
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Propaganda Republicana 1870-1910*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1990.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *O Radicalismo Republicano ou o Temor do Poder*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1990 (separata de *Revista Portuguesa de História*, tomo XXV).
- HOMEM, Amadeu Carvalho, “Centralismo e descentralismo na propaganda republicana oitocentista.” In SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord.), *Poder Central. Poder Regional. Poder Local. Uma Perspectiva Histórica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- HUDDY, Leonie, “From Social to Political Identity: a Critical Examination of Social Identity Theory”, *Political Psychology*, vol. 22, n.º 1, 2001: 127-156.
- JAMESON, Frederic, *A Singular Modernity. Essay on the ontology of the present*, Londres e Nova Iorque, Verso, 2002.
- JOÃO, Maria Isabel, “Percursos da Memória: centenários portugueses no século XIX”, *Camões: Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, n.º 8, 2000.

- JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império. Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.
- JOLL, James, *A Europa desde 1870*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995.
- KUKATHAS, Chandran, “O Arquipélago liberal: contornos de um conceito de liberalismo”, *Análise Social*, vol. XXXIII (2.º-3.º), n.ºs 146-147, 1998: 359-378.
- LAFER, Celso, “O Significado de República”, *Estudos Históricos*, vol. 2, n.º 4, 1989: 214-224.
- LEAL, Ernesto Castro, *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- Le GOFF, “Memória.” In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 1, *Memória/História*, Lisboa, INCM, 1984.
- LEITE, Ana Cristina, “Lisboa elege a sua primeira vereação republicana.” In *À urna pela lista republicana de Lisboa! Centenário da vereação republicana em Lisboa*, Lisboa, CML-DMC, 2009.
- “Lisboa e a República.” *Actas do Colóquio Nacional*, Lisboa, CML-DMC, 2010.
- LOPES, Fernando Farello, *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- LOPES, Fernando Farello e FREIRE, André, *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais. Uma Introdução*, Oeiras, Celta, 2002.
- LOPES, Fernando Farello, *Os Partidos Políticos. Modelos e Realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta, 2004.
- LOURENÇO, Eduardo, *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, Lisboa, Gradiva, 2004.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero de, *Vem aí a República, 1906-1910*, Coimbra, Almedina, 2009.
- MANGORRINHA, Jorge, “A «gerência» municipal de Lisboa (1908-1913).” In *À urna pela lista republicana de Lisboa! Centenário da vereação republicana em Lisboa*, Lisboa, CML-DMC, 2009.
- MANN, Michel, *The sources of social power*, vol. I, *A history of power from the beginning to AD 1760*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Afonso Costa*, Lisboa, Editora Arcádia, 1972.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A primeira república portuguesa. Alguns aspectos estruturais*, Lisboa, Livros Horizonte, 1980.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Palas Editora, 1986.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Ensaios de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI de SERRÃO, J. e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, Lisboa, Editorial Presença, 1991.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.
- MARTINS, Hermínio, *Classe, Status e Poder*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006 (1998).
- MARTOCQ, Bernard, “Duas cartas inéditas de Manuel de Laranjeira a Miguel de Unamuno”, *Revista Colóquio/Letras*, n.º 22, 1974: 59-67.

- MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia e Imaginário Nacional – uma prospeção nos manuais dos liceus (1895-1939)*, dissertação de mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1988.
- MATOS, Sérgio Campos, (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.
- MATOS, Sérgio Campos, “A Crise Final de Oitocentos em Portugal: Uma Revisão.” In MATOS, Sérgio Campos, (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.
- MAYER, Arno, *Dynamics of Counterrevolution in Europe, 1870-1956. An Analytic Framework*, Nova Iorque, Harper & Row, 1971.
- MAYER, Arno, *The Furies. Violence and Terror in the French and Russian Revolution*, Princeton e Oxford, Princeton University Press, 2000.
- MCLUHAN, Marshall, *The Medium is the Message: An Inventory of Effects*, Harmondsworth, Penguin, 1967.
- MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978.
- MEDINA, João, *Morte e transfiguração de Sidónio Pais*, col. História Moderna e Contemporânea, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.
- MEDINA, João, “Sidonismo e Salazarismo. Da «República Nova» ao «Estado Novo»”, *História*, n.º 3, 1979.
- MEDINA, João, “Varões republicanos. Quatro retratos de vultos políticos da I República: Machado Santos, Afonso Costa, João Chagas e Sidónio Pais”, *Clio*, nova série, n.º 2, 1997.
- MEDINA, João (dir.), *História de Portugal*, vols. X e XI, *A República*, Lisboa, Ediclube, s.d.
- MESQUITA, António Pedro, “O Pensamento Social e Político.” In CALAFATE, Pedro (dir.) e PIMENTEL, Manuel Cândido, (coord.), *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. IV, *O Século XIX*, tomo 2, Lisboa, Editorial Caminho, 2004.
- MIGUEL ÁLVARES, Ana de, *Feminismo Ontem e Hoje*, Lisboa, Ela por Ela, 2002.
- MÓNICA, Maria Filomena, *A formação da classe operária portuguesa*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários. Indústria, Capitalismo e Classe Operária em Portugal (1870-1934)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 1986.
- MÓNICA, Maria Filomena, “As reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910”, *Análise Social*, vol. XXI (5º), n.º 139, 1996: 1039-1084.
- MONTEIRO, Natividade da Conceição André, *Maria Veleda (1871-1955). Uma professora feminista, republicana e livre-pensadora. Caminhos trilhados pelo direito de cidadania*, dissertação de mestrado em Estudos sobre as mulheres apresentada à Universidade Aberta, 2004.
- MORAIS, Jorge, *Regicídio. A contagem decrescente*, Sintra, Zéfiro, 2007.
- MORAIS, Jorge, *Os últimos dias da monarquia, 1908-1910, Da esperança de tréguas à instauração da República*, Lisboa, Zéfiro, 2009.
- NERY, Rui Vieira, *Para uma História do Fado*, Lisboa, Público, 2004.

- NETO, Vítor, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Lisboa, INCM, 1998.
- NETO, Vítor, “A sociabilidade cultural durante a 1.ª República”, *Revista de História das Ideias*, vol. 27, 2006.
- NEVES, José, (org.), *Da gaveta para fora. Ensaios sobre Marxistas*, Porto, Edições Afrontamento, 2006.
- NUNES, Lucília Mateus, “A Ideia de República no contexto cultural e político do final do século XIX em Portugal – 1890-1900.” In *Actas do Congresso A Vida da República Portuguesa, 1890-1900*, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, 1995.
- OLICK, Jeffrey K. e ROBBINS, Joyce, “Social Memory Studies: From «Collective Memory» to the Historical Sociology of Mnemonic Practices”, *Annual Review of Sociology*, n.º 24, 1998: 105-140.
- OLIVEIRA, César, *A criação da União Operária Nacional*, Porto, Edições Afrontamento, 1973.
- OLIVEIRA, César, *O Operariado e a República Democrática (1900-1914)*, Lisboa, Seara Nova, s.d.
- OLIVEIRA, Lopes de, *História da República Portuguesa. A propaganda na Monarquia Constitucional*, Lisboa, Editorial Inquérito, 1947.
- PALACIOS CEREZALES, Diego e PALOMA GONZÁLEZ, Francisco Manuel, “Régimen, orden público y movilización. España y Portugal em el primer tercio del siglo XX.” In BAIÓIA, Manuel (ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2004.
- PEDROSA, Alcino José Cardoso, “José Joaquim Rodrigues de Freitas: um professor de economia republicano em tempo da monarquia.” In *Actas do Congresso A Vida da República Portuguesa, 1890-1900*, Lisboa, Cooperativa de Estudos e Documentação, 1995.
- PEREIRA, Gaspar Martins, “Da Liga Patriótica do Norte ao 31 de Janeiro: um momento de viragem na história política portuguesa”, *Revista da Faculdade de Letras: História*, III série, vol. I, 2000: 113-125.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e economia: Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979.
- PEREIRA, Miriam Halpern, “As origens do Estado-Providência em Portugal: as novas fronteiras entre público e privado.” In PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severiano (ed.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea, 2000.
- PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1928.
- PINTASSILGO, Joaquim, *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- PINTO, António Costa, “O fascismo e a crise da República: os nacionalistas lusitanos”, *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 3, 1989: 43-62.
- PINTO, António Costa, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal. 1914-1945*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.
- PINTO, António Costa, “Portugal no século XX: Introdução.” In PINTO, António Costa (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Madrid, Ediciones Sequitur, 2000.
- PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severiano (ed.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea, 2000.

- PINTO, Maria de Fátima, *Os indigentes. Entre a assistência e a repressão. A outra Lisboa no primeiro terço do século*, col. Cidade de Lisboa, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- POCOCK, J. G. A., *The Machiavellian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Princeton, Princeton University Press, 1975.
- POLICARPO, António Neves e MATEUS, Fernando de Brito, *Cova da Piedade. Da Primeira República ao 25 de Abril*, Cova da Piedade, Junta de Freguesia da Cova da Piedade, 1999.
- PORTUGAL, Idalina, *O Museu da Revolução da I República Portuguesa nas páginas de O Século, 1910-1913. Notas e comentários*, Lisboa, s.n., 1993 (separata de *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 8, n.º 1).
- PROENÇA, Maria Cândida (coord.), *O sistema de ensino em Portugal. Séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea, 1998.
- PROENÇA, Maria Cândida, *D. Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- PROENÇA, Maria Cândida, *A Questão Colonial no Parlamento (1910-1926)*, col. Parlamento, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2008.
- PYE, Lucian W., “Political Culture Revisited”, *Political Psychology*, vol. 12, n.º 3, 1991: 487-508.
- QUINTANEIRO, Tânia, “The concept of figuration or configuration in Norbert Elias’ sociological theory”, *Teoria & Sociedade*, vol. 2, 2006.
- RAMALHO, Miguel Nunes, *Sidónio Pais. Diplomata e conspirador (1912-1917)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1998.
- RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, vol. IV de MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- RAMOS, Rui, “O Fim da República”, recensão de Luis Farinha, *O Revivalho. Revoltas Republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo, 1926-1940* (Lisboa, Editorial Estampa, 1998), *Análise Social*, vol. XXXIV, n.º 153, 2000: 1059-1082.
- RAMOS, Rui, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.
- RAMOS, Rui, “Oligarquia e Caciquismo em Oliveira Martins, Joaquín Costa e Gaetano Mosca (c.1880-c.1900)”, *Análise Social*, vol. XLI (1.º), n.º 178, 2006: 31-53.
- RANCIÈRE, Jacques, *La haine de la démocratie*, Paris, La Fabrique, 2005.
- RANCIÈRE, Jacques, *La nuit des prolétaires. Archives du rêve ouvrier*, Paris, Fayard, 2005.
- REBELLO, Luiz Francisco, *O Teatro Naturalista e Neo-Romântico (1870-1910)*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.
- REBELLO, Luiz Francisco, *O Teatro Simbolista e Modernista (1890-1939)*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.
- REBELLO, Luiz Francisco, *Breve História do Teatro Português*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2000 (1968).
- RÊGO, Manuela e CASTELO-BRANCO, Miguel, (coord. e pesquisa), *Antes das Playstations. 200 anos do romance de aventuras em Portugal*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.

- RÊGO, Raul, *História da República*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986-1987.
- REIS, António, (coord.) *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Alfa, s.d.
- REIS, António, “A 1.ª República Portuguesa: que rupturas culturais e mentais?” In *Actas do X Encontro dos Professores de História da Zona Centro*, Aveiro, s.n., 1993.
- REIS, António, *Raúl Proença. Biografia de um Intelectual Político Republicano*, dissertação de doutoramento em História Cultural e das Mentalidades Contemporâneas apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- REIS, António (coordenação científica), *A República ontem e hoje. III Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea, 2002.
- REIS, António, “A Crise da I República na Sequência da Grande Guerra de 1914-1918.” In MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.
- REIS, Jaime, *O atraso económico português em perspectiva histórica: Estudos sobre a economia portuguesa na segunda metade do século XIX. 1850-1930*, Lisboa, INCM, 1992.
- REVEZ, Ricardo, “Fialho de Almeida e a Monarquia”, *História*, ano XXVI, III série, n.º 74, 2005.
- RICOEUR, Paul, *Teoria da Interpretação. O discurso e o excesso de significação*, Lisboa, Edições 70, 1976.
- RONCARI, Luiz, *Literatura brasileira. Dos primeiros cronistas aos últimos românticos*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- ROSAS, Fernando, *As primeiras eleições legislativas do Estado Novo*, Lisboa, Edições “O Jornal”, 1985.
- ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal”, *Penélope. Fazer e Desfazer História*, n.º 2, 1989: 98-114.
- ROSAS, Fernando, “O Estado Novo (1926-1974)”, vol. VII de MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- ROSAS, Fernando, *A crise do liberalismo português e as origens político-ideológicas do Estado Novo*, Lisboa, Comisaría Geral de España/Expo Lisboa’98, 1998.
- ROSAS, Fernando, “A Primeira República vista pelo Estado Novo e pela oposição democrática.” In REIS, António (coordenação científica), *A República ontem e hoje. III Curso Livre de História Contemporânea*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea, 2002.
- ROSAS, Fernando, *Pensamento e Acção Política. Portugal Século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.
- ROSAS, Fernando, *Lisboa revolucionária*, Lisboa, Tinta-da-china, 2007.
- ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires de (eds.), *As Ditaduras Contemporâneas*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea, 2006.
- ROSAS, Fernando e ROLLO, Maria Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009.
- SÁ, Victor de, *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986*, Lisboa, Caminho, 1991.

- SAMARA, Maria Alice, “A Política Externa e a Política de Defesa: do 5 de Outubro ao Sidonismo.” In MARTINS, Fernando (coord.), *Diplomacia e Guerra: Política externa e política de defesa do final da monarquia ao marcelismo*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2001: 69-81.
- SAMARA, Maria Alice, *Sidónio Pais*, col. Fotobiografias do Século XX, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- SAMARA, Maria Alice, “A I República e a Grande Guerra, 1914-1918.” In SILVA, Teresa Rosa Gomes da Cruz (org.), *Actas do Seminário “A crise do sistema liberal e a implantação da República”*, Moita, Câmara Municipal da Moita, 2002.
- SAMARA, Maria Alice, *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.
- SAMARA, Maria Alice, “O Sidonismo: regime de tipo novo?” In BAIÓIA, Manuel (ed.), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS-UE, 2004: 399-420
- SAMARA, Maria Alice, *Burguesas e Operárias, As Mulheres no tempo da República*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.
- SAMARA, Maria Alice e TAVARES, Rui, *O Regicídio*, Lisboa, Tinta-da-china, 2008.
- SAMARA, Maria Alice, “Um longo caminho até à República.” In *Catálogo da Exposição “Aldeia Gallega nas Vésperas da República. As Eleições Municipais de 1908”*, Montijo, Câmara Municipal do Montijo, 2008: 7-18.
- SAMARA, Maria Alice, “A «Noite Sangrenta»”, *Sigila: Revista transdisciplinar luso-francesa sobre o segredo*, n.º 23, 2009: 127-136.
- SAMARA, Maria Alice, “Sidonismo e restauração da República. Uma «encruzilhada de paixões contraditórias.” In ROSAS, Fernando e ROLLO, Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009: 371-395.
- SAMARA, Maria Alice, “A questão social: à espera da «Nova Aurora.” In ROSAS, Fernando e ROLLO, Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009: 149-167.
- SAMARA, Maria Alice, “O movimento republicano depois de Fevereiro de 1908”, *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, n.º 18, 2009: 503-527.
- SAMARA, Maria Alice, “O republicanismo.” In ROSAS, Fernando e ROLLO, Fernanda (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009: 61-77.
- SAMARA, Maria Alice, “Um conto de duas cidades.” In *Actas do Colóquio “O congresso republicano de Setúbal. O republicanismo entre a revolução e a ordem”*, Setúbal, Gi.Com-IPS, 2009: 51-56.
- SAMARA, Maria Alice e BAPTISTA, Tiago, *Os Cartazes na Primeira República*, Lisboa, Tinta-da-china, 2010.
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, *O Estado e a ordem Pública. As instituições militares portuguesas*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1999.
- SANTOS, Francisco Reis, “O movimento republicano e a consciência nacional.” In MONTALVOR, Luís de (dir), *História do Regimen Republicano em Portugal*, Lisboa, Ática, 1932.
- SANTOS, João de Almeida, *Os Intelectuais e o Poder*, Lisboa, Fenda Edições, 1999.

- SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, *As ideias republicanas em Portugal e o jornalista João Bernardo da Rocha Loureiro (1778-1853)*, Lisboa e Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983 (separata de *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIX).
- SARDICA, José Miguel, “Os Partidos Políticos no Portugal oitocentista (discursos historiográficos e opiniões contemporâneas)”, *Análise Social*, vol. XXXII (3º), n.º 83, 1997: 557-601.
- SCHLESINGER, Joseph A., “On the theory of party organization”, *The Journal of Politics*, vol. 46, n.º 2, 1984: 369-400.
- SCHWARTZ, Barry, “The Social Context of Commemoration: A Study in Collective Memory”, *Social Forces*, vol. 61, n.º 2, 1982: 374-402.
- SEABRA, José Augusto, “Revistas e Movimentos Culturais no Primeiro Quarto do Século”. In AAVV, *Revistas, Ideias e Doutrinas: Leituras do Pensamento Contemporâneo*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003.
- SEABRA, José Augusto, *O Porto e o Republicanismo (A Geração do 31 de Janeiro)*, Porto, Associação Cívica e Cultural “31 de Janeiro”/Centro de Estudos Republicanos "Sampaio Bruno", 2004.
- SEIXAS, João, “A Baixa Pombalina: Análise sócio-económica de um centro mercantil europeu no início do século XXI.” In MATEUS, João Mascarenhas, *Baixa Pombalina: bases para uma intervenção de salvaguarda*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2005.
- SERRA, João Bonifácio, “Os Estudos sobre o século XX na Historiografia Portuguesa do Pós-Guerra”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 5, 1991: 111-147.
- SERRA, João Bonifácio, “Estado Liberal e os municípios (finais do século XIX e primeiro quartel do século XX).” In SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (coord.), *Poder Central. Poder Regional. Poder Local. Uma Perspectiva Histórica*, Lisboa, Edições Cosmos, 1997.
- SERRA, João Bonifácio, “O Sistema político da Primeira República.” In PINTO, António Costa e TEIXEIRA, Nuno Severiano (ed.), *A Primeira República Portuguesa. Entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea, 2000.
- SERRÃO, Joel (selecção, introdução e notas), *Antologia do Pensamento Político português*, vol. 1, *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo*, col. Civilização Portuguesa, Porto, Editorial Inova, 1970.
- SERRÃO, Joel, *Do Sebastianismo ao Socialismo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983.
- SERRÃO, Joel, *Temas de Cultura Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1983.
- SERRÃO, Joel, *Temas de Cultura Portuguesa*, vol. II, *Içar as Velas e Soltar os Ventos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- SERRÃO, Joel, *Da “Regeneração” à República*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- SEWELL, William H. Jr., “A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation”, *The American Journal of Sociology*, vol. 98, n.º 1, 1992: 1-29.
- SEWELL, William H. Jr., “Historical Events as Transformations of Structures: Inventing Revolution at the Bastille”, *Theory and Society*, vol. 25, n.º 6, 1996: 841-881.
- SILVA, Armando Barreiros Malheiro da, *Sidónio e sidonismo. História e Mito*, dissertação de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Universidade do Minho, 1997.
- SILVA, Raquel Henriques da, “Os Museus: história e prospectiva.” In PERNES, Fernando (coord.), *Panorama da Cultura Portuguesa no século XX. Arte(s) e Letras*, Porto, Edições Afrontamento/Porto 2001/Fundação de Serralves, 2002.

- SILVA, Regina Tavares da, *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do século XX*, Lisboa, Comissão da Condição Feminina, 1982.
- SIMÕES, Maria Dulce, “Cooperativa de Consumo Piedense. Memórias de uma biblioteca; cultura e resistência”, *História*, ano XXIX, III série, n.º 95, 2007.
- SKINNER, Quentin, *Visões da Política. Sobre os Métodos Históricos*, Lisboa, Difel, 2005.
- SOMERS, Margaret, “Citizenship and the Place of the Public Sphere: Law, Community, and Political Culture in the Transition to Democracy”, *American Sociological Review*, vol. 58, n.º 5, 1993: 587-620.
- SOMERS, Margaret, “The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach”, *Theory and Society*, vol. 23, n.º 5, 1994: 605-649.
- SOMERS, Margaret, “What’s Political or Cultural about Political Culture and the Public Sphere? Toward an Historical Sociology of Concept Formation”, *Sociological Theory*, vol.13, n.º 2, 1995: 113-144.
- SOMERS, Margaret, “«We’re No Angels»: Realism, Rational Choice, and Relationality in Social Science”, *The American Journal of Sociology*, vol. 104, n.º 3, 1998: 722-784.
- SOUSA, Fernando de, “A Revolta de 31 de Janeiro de 1891.” In RAMOS, Luís A. de Oliveira, RIBEIRO, Jorge Martins e POLÓNIA, Amélia (coord.), *Estudos de homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001.
- STERNHELL, Zeev (org.), *O Eterno Retorno. Contra a Democracia a Ideologia da Decadência*, Lisboa, Editorial Bizâncio, 1999.
- SUÁREZ CORTINA, Manuel, *El gorro frigio: Liberalismo, Democracia y Republicanismo en la Restauración*, Madrid, Biblioteca Nueva, 2000.
- SUÁREZ CORTINA, Manuel, “De la Utopía a la Realidad. El Proyecto Social Y Político del Republicanismo en la España Liberal”, *Revista de História das Ideias*, vol. 27, 2006.
- TELO, António José, *Decadência e queda da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Regra do Jogo, 1980-1984
- TELO, António José, *O Sidonismo e o Movimento Operário Português. Luta de classes em Portugal, 1917-1919*, Lisboa, Ulmeiro, 1977.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Do Azul-Branco ao Verde-Rubro. A simbólica da bandeira nacional.” In BETHENCOURT, Francisco e CURTO, Diogo Ramada (org.), *A Memória da Nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1991.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra. 1914 -1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, “Entre a África e a Europa: a política externa portuguesa, 1890-1986”, *Política Internacional*, vol. 1, n.º 12, 1996.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano (coord.), *Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos armados mundiais, séculos XIX e XX*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de História Contemporânea, 1998.
- THOMSON, David (ed.), *The New Cambridge Modern History*, vol. XII, *The Era of Violence*, Cambridge, Cambridge University Press, 1960.
- TILLY, Charles, “The Analysis of a Counter-Revolution”, *History and Theory*, vol. 3, n.º 1, 1963: 30-58.
- TILLY, Charles, “To Explain Political Processes”, *The American Journal of Sociology*, vol. 100, n.º 6, 1995: 1594-1610.

- TILLY, Charles, *As Revoluções Europeias. 1492-1992*, Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- TILLY, Charles, “Processes and Mechanisms of Democratization”, *Sociological Theory*, vol. 18, n.º 1, 2000: 1-16.
- TORRES, Ana Paula Teixeira, *As elites políticas de Oeiras (1908-1926). Um contributo para o seu estudo*, dissertação de mestrado em História Social apresentada ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa da Universidade Técnica de Lisboa, 1999.
- TORRES, Eduardo Cintra, “Bandeira e multidão, dois símbolos nacionais”, *Observatório*, n.º 4, 2008: 137-159.
- TRINDADE, Luís, *Primeiras Páginas. O século XX nos jornais portugueses*, Lisboa, Tinta-da-china, 2007.
- TRINDADE, Luís, *O Estranho caso do nacionalismo português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- VALENTE, Vasco Pulido, “As duas tácticas da monarquia”, *O Tempo e o Modo. Revista de Pensamento e de Acção*, n.º 54/55, 1967.
- VALENTE, Vasco Pulido, “A República e as classes trabalhadoras (Outubro de 1910-Agosto de 1911)”, *Análise Social*, vol. IX (2.º), n.º 34, 1972: 293-316.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Tentar Perceber*, Lisboa, INCM, 1983.
- VALENTE, Vasco Pulido, “Revoluções: A «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, *Análise Social*, vol. XXVII (1.º), n.º 115, 1992: 7-63.
- VALENTE, Vasco Pulido, *A «República Velha» (1910-1917). Ensaio*, Lisboa, Gradiva, 1997.
- VALENTE, Vasco Pulido, *Um Herói Português. Henrique Paiva Couceiro. (1861-1944)*, Lisboa, Alêtheia Editores, 2006.
- VENTURA, António, *Entre a República e a Acrácia. O pensamento e a acção de Emílio Costa (1897-1914)*, Lisboa, Edições Colibri, 1994.
- VENTURA, António, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal. As Convergências Possíveis (1892-1910)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.
- VENTURA, António, *A Carbonária em Portugal, 1897-1910*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- VENTURA, António, *Os postais da Primeira República*, Lisboa, Tinta-da-china, 2010.
- VICENTE, António Pedro, “A República. Propaganda e proclamação em Aveiro.” In *Actas do X Encontro dos Professores de História da Zona Centro*, Aveiro, s.n., 1993.
- VIÇOSO, Vítor, “A Literatura Portuguesa (1890-1910) e a Crise Finissecular.” In MATOS, Sérgio Campos (coord.), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Coimbra, 2002.
- VIEIRA, Joaquim e MONICO, Reto, *Mataram o Rei! O Regicídio na Imprensa Internacional*, Almoçageme, Pedra da Lua, 2007.
- VILAÇA, Alberto, *José Falcão, a Cartilha do Povo e as suas várias edições*, Coimbra, s.n., 1993 (separata de *Munda*, n.º 25).
- WHEELER, Douglas, *História Política de Portugal. 1910-1926*, Mem Martins, Publicações Europa-América, s.d. (1978).

WHITE, Hayden, *Metahistory. The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1975.

WHITE, Hayden, *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1987.